

FAVELA COMO OPORTU- NIDADE

PLANO DE
DESENVOL-
VIMENTO DE
FAVELAS
PARA SUA

INCLUSÃO
SOCIAL E
ECONÔMICA

João Paulo dos Reis Velloso
Marília Pastuk
Ana Paula Degani

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Banco da Previdência
Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
Fundação Oswaldo Cruz
Programa de Aceleração do Crescimento
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro
Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Raízes em Movimento
Moradores e Lideranças Comunitárias dos Complexos do Jacarezinho e do Alemão



FAVELA COMO OPORTUNIDADE

Plano de Desenvolvimento
de Favelas para sua Inclusão
Social e Econômica

**Complexo do Jacarezinho
Complexo do Alemão**

Coordenação
**João Paulo dos Reis Velloso
Marília Pastuk
Ana Paula Degani** (assistente)

Colaboradores
**Alan Brum
Mauro Amoroso**
**Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos
Programa de Aceleração do Crescimento**

Rio de Janeiro
2013

PATROCINADORES

Grandes Beneméritos – Especiais



Grandes Beneméritos



Cooperação Técnica



Ação Comunitária do Brasil
Rio de Janeiro



FAVELA COMO OPORTUNIDADE

Plano de Desenvolvimento
de Favelas para sua Inclusão
Social e Econômica

**Complexo do Jacarezinho
Complexo do Alemão**

Parceiros

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Banco da Providência

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Secretaria de Estado de Assistência Social e
Direitos Humanos do Rio de Janeiro

Programa de Aceleração do Crescimento

Fundação Oswaldo Cruz

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

Ação Comunitária do Brasil do Rio de Janeiro

Instituto Raízes em Movimento

Federação das Favelas do Estado do Rio de Janeiro

Moradores e Lideranças Comunitárias dos Complexos
do Jacarezinho e do Alemão

Rio de Janeiro

2013

Copyright © INAE, 2013

ISBN 978-85-63708-03-8



Favela como Oportunidade - Plano de Desenvolvimento de Favelas para sua Inclusão Social e Econômica.
Rio de Janeiro, INAE, 2013, 392 p.

*De nossos medos nascem as
nossas coragens e nas nossas
dúvidas vivem as nossas
certezas. Os sonhos anunciam
outra realidade possível e os
delírios, outras razões.*

Eduardo Galeano

APRESENTAÇÃO

E

AGRADECIMENTOS

Diálogo. Comunicação. Reconhecimento. Respeito. Troca. São iniciativas fundamentais num contexto que se quer democrático, pautado por uma Constituição Cidadã. E talvez sejam exatamente iniciativas como estas as que mais estejam faltando para que intervenções públicas, em territórios favelizados e outros, alcancem a efetividade necessária, sobretudo com relação ao seu desenvolvimento pensado em bases endógenas e de cunho humano e sustentável. Tais territórios têm histórias, lutas e conquistas que fazem parte da memória e da vida comunitária. Têm uma base identitária própria, construída pela coletividade, que faz com que sejam lugares ímpares, plenos de signos e significados, que só quem tem a vivência do local tem condições de apreendê-los com a profundidade devida. Contam com uma série de moradores, lideranças, grupos e organizações que trabalham em prol da comunidade há muitos anos, permitindo com que este aconteça e permaneça vivo, mesmo com toda uma conjuntura adversa e, mais do que isso, possam ser percebidos como territórios de potência.

Assim são os Complexos do Jacarezinho e do Alemão, em função dos quais se teve o privilégio de trabalhar, direcionados por aqueles que sabem falar com propriedade acerca dos mesmos, os chamados coletivos de confiança. A eles o agradecimento inicial, destacando-se especialmente, no Jacarezinho: Rumba Gabriel, liderança histórica, presidente da Associação de Moradores da favela do Jacarezinho; Léo Lima, liderança jovem, autor, entre outras, da foto da capa do livro; Estefânia Maria Ferreira da Silva e Emmanoel Gomes Benicto, que souberam orientar e mostrar caminhos. No Complexo do Alemão, destaca-se especialmente Alan Brum, importante liderança local e coordenador do Instituto Raízes em Movimento; Sr. José Augusto da Silva, um dos fundadores da Associação de Moradores do Morro do Alemão e atual presidente; Edson Gomes, também importante liderança local e coordenador do Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo; Robson Borges, representante da cooperativa Eu Quero Liberdade; Ricardo Moura, coordenador do Éfeta, Movimento de Integração Social; Evangelista Barros, pelo depoimento e generosidade de cessão de fotos, assim como Bruno Itan e Adair Aguiar, gentilmente o fizeram. Em nome de tais lideranças e de outras aqui apresentadas, em ambas as comunidades, agradece-se a todos e todas moradores do Jacarezinho e do Alemão que, de alguma forma, colaboraram, cedendo documentos, mostrando a comunidade, participando de reuniões, prestando depoimentos, sendo entrevistados. Obrigada por confiar nas intenções e propósitos do Fórum Nacional e

da Ação Comunitária do Brasil/RJ e de demais parceiros em fazer um trabalho que, de fato, contribua para que a sua voz, a voz dessas comunidades seja escutada, ampliada, e faça eco. Com relação a essa publicação, importante destacar a colaboração de Eduarda La Rocque e da equipe do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), que realizaram o item dados quantitativos do capítulo primeiro dos Complexos do Jacarezinho e do Alemão, tal como aqui expostos; de Ruth Jurberg e Maria Gabriela Bessa, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), assim como Ricardo Cabral, que cederam documentos, elaboraram boxes e ajudaram na identificação de potenciais parceiros; de Daniel Misse e Alice Ferraz, da Secretaria do Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro (SEASDH), pela indicação de atores locais chave e facilitação do acesso; de Valdinete Coelho, Plínio Pereira e demais integrantes da equipe do Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), sempre dispostos em colaborar; de Cícero Nogueira, Marco Antônio Silva Gomes, Maria Celeste Sá e Neuza Roque, da Ação Comunitária do Brasil/RJ (ACB/RJ), parceiros de toda hora. Agradece-se especialmente ainda Gleise Cruz, Beth Cobra e Ronaldo Cantagalo (fotógrafo), que estiveram presentes sempre que requisitados, com sua generosidade e grau de profissionalismo. Agradece-se, uma vez mais, Alan Brum e Mauro Amoroso que elaboraram o histórico do Complexo do Alemão, revisto por mim, conforme apresentado. Estende-se este agradecimento à Rute Imanishi Rodrigues que teve a generosidade de ceder dados sobre sua pesquisa para Mauro Amoroso. Finalmente, luta que segue...”o correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e, depois, desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”, parafraseado Guimarães Rosa.

Marília Pastuk

Representante do Fórum Nacional em nome do ministro João Paulo dos Reis Velloso – coordenador geral dos trabalhos -, e superintendente da ACB/RJ

SUMÁRIO

1ª Parte:

COMPLEXO DO JACAREZINHO

Capítulo I: Diagnóstico **16**

Considerações gerais **16**

1. O Complexo do Jacarezinho **19**
2. Breve Histórico **30**
3. Dados Quantitativos **36**
4. Dados Qualitativos **48**
5. A Comunidade por ela mesma **72**

Capítulo II: A palavra de moradores e lideranças **93**

1. Entrevista com Wilson Pontes **94**
2. Entrevista com Padre Dário Ferreira **99**
3. Entrevista com Leandro de Jesus **104**
4. Entrevista com Léo Lima **111**
5. Entrevista com Fabiano da Silva **119**
6. Entrevista com José Roberto Fernandes **126**
7. Entrevista com Rumba Gabriel **131**

Capítulo III: Propostas de Inclusão Social e Econômica **147**

Referências Bibliográficas **168**

2ª Parte:

COMPLEXO DO ALEMÃO

Capítulo I: Diagnóstico **180**

1. Considerações gerais **180**
2. Breve Histórico **186**
3. Dados Quantitativos **206**
4. Dados Qualitativos **220**
5. A Comunidade por ela mesma **244**

Capítulo II: A palavra de moradores e lideranças **259**

1. Entrevista com Alan Brum Pinheiro **260**
2. Entrevista com Edson Gomes **276**
3. Entrevista com Robson Borges **287**
3. Entrevista com Édio Araújo Santana **305**
4. Entrevista com Robson Santos **313**
5. Entrevista com Evangelista Carlos Barreto **323**
6. Entrevista com Adair Aguiar **335**
7. Entrevista com José Augusto da Silva **345**
8. Entrevista com Mariza Nascimento **350**

Capítulo III: Propostas de Inclusão Social e Econômica **361**

Referências Bibliográficas **384**

1ª PARTE

Capítulo I

COMPLEXO DO JACAREZINHO





Foto: Léo Lima

COMPLEXO DO JACAREZINHO

[...] Vou-me embora pra Pasárgada

Em Pasárgada tem tudo

É outra civilização

Tem um processo seguro

De impedir a concepção

Tem telefone automático

Tem alcalóide à vontade

Tem prostitutas bonitas

Para a gente namorar

E quando eu estiver mais triste

Mas triste de não ter jeito

Quando de noite me der

Vontade de me matar

— Lá sou amigo do rei —

Terei a mulher que eu quero

Na cama que escolherei

Vou-me embora pra

Pasárgada

Manuel Bandeira

I. DIAGNÓSTICO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Complexo do Jacarezinho está localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro, junto à via férrea. É servido por uma estação ferroviária da Supervia e, nas suas imediações, passam importantes eixos viários da cidade, especialmente a Avenida Dom Hélder Câmara (antiga Avenida Suburbana) e a Leopoldo Bulhões, onde está instalada a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz.

Abriga a favela do Jacarezinho, uma das mais antigas e mais populosas do Rio de Janeiro, além de outras 11 pequenas favelas que se instalaram no local em caráter bem mais recente, como Carlos Drummond de Andrade, Tancredo Neves, Tautá e Vila Jandira.

Tal Complexo foi batizado com a versão diminutiva do nome do rio que nasce no maciço da Tijuca e atravessa os bairros do Jacaré, Méier, Engenho Novo e Triagem, aterrado e canalizado para a construção da Avenida Brasil, nos anos 1940. Ele - o rio Jacaré - cruza toda a favela do Jacarezinho que se expandiu no local entre este rio e a antiga fábrica Cruzeiro, posteriormente substituída pela General Electric.



O Complexo do Jacarezinho, elevado à categoria de bairro em 1992, é vizinho do Complexo de Manguinhos. Ambos situam-se próximos de três importantes vias expressas da cidade: Avenida Brasil e Linhas Vermelha e Amarela. A região que divide os dois, particularmente a Rua Leopoldo Bulhões, ficou conhecida como “Faixa de Gaza” devido à troca de tiroteios constantes entre polícia e traficantes fortemente armados aí registrada, não raro resultando em balas perdidas, feridos e mortos. Desde os anos 1980, ambos os Complexos foram dominados pelo tráfico de drogas.

Nesse contexto, e com o acirramento das disputas entre a polícia e o tráfico no local, sobretudo nas últimas décadas, em Manguinhos e no Jacarezinho, em janeiro de 2013, foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), inaugurando um novo cenário para a região. Tal cenário, no entanto, é pouco previsível a médio e longo prazos, no que diz respeito à segurança pública e à problemática social existente. Na realidade, as dúvidas são muitas e prevalece o silêncio entre os moradores diretamente afetados.

No Jacarezinho, próximo da fronteira com Manguinhos, o governo pretende implementar o Projeto “Cidade da Polícia”, visando abrigar dezenas de delegacias especializadas da polícia civil, além de centros de instrução com favela cenográfica e estande de tiros, canil e carceragem para presos. Tal Projeto, contudo, tem motivado críticas de lideranças por acreditarem que este não tem relação com a identidade do território.



Por ocasião da instalação das UPPs, em Manguinhos e no Jacarezinho, a professora Jaqueline Pimentel traçou um perfil bastante pertinente dessas comunidades. Nas suas palavras:

[...] Afora a questão da violência, que alicerça toda a problemática social envolvendo o Complexo de Manguinhos, uma enorme lista de necessidades ligadas à miséria em que vive a população local vem à tona com a ocupação, lembrando a necessidade do enfrentamento de tais problemas pelo poder público. Condições de habitação, geração de renda, políticas ligadas ao tratamento de dependentes químicos e saúde estão no centro do debate sobre as prioridades da população que viveu durante anos sob o domínio do tráfico, e ainda luta contra a miséria social e a violência.

A ocupação das comunidades que formam o complexo promete ser apenas o início de um longo e tardio trabalho que começa com a implantação do policiamento. Manguinhos tem o quinto pior IDH entre 126 bairros que foram avaliados na cidade do Rio de Janeiro. O complexo de favelas engloba pelo menos 11 comunidades. Além dele, a favela do Jacarezinho, vizinha com problemas semelhantes, também recebeu intervenção e deve passar por mudanças que possibilitem melhorias de acesso. Tendo o sexto pior IDH do município, o Jacarezinho enfrenta a miséria, o tráfico e a carência de serviços essenciais.

Boa parte dos moradores das comunidades ocupadas habitam áreas precárias e vivem em condições degradantes, em meio ao lixo, a falta da rede de esgoto, presença de ratos, riscos de doenças como hepatite, leptospirose e infecções intestinais devido a moradias inadequadas e improvisadas, ao contato com água contaminada e ausência da coleta de lixo, determinantes de boa parte das mazelas que enfrentam populações de pobreza extrema.

[...] O Censo 2010 apontou que no Complexo de Manguinhos viviam em média 36 mil moradores, já no Jacarezinho, quase 38 mil pessoas. Um grande problema enfrentado na região é a proliferação de usuários de crack. A droga, derivada da cocaína, barata e com grande poder de causar dependência, foi a responsável pelo surgimento de áreas com a concentração de usuários para consumo no entorno de Manguinhos e Jacarezinho, as chamadas cracolândias. A ocupação de Manguinhos e Jacarezinho, porém, está longe de resolver toda a problemática local que envolve a droga, uma vez que é comum a migração dos usuários de áreas policiadas para outras regiões.

[...] A participação social é a forma mais inteligente de gestão para localidades que, assim como Manguinhos e Jacarezinho, viveram anos sob o domínio do tráfico, marginalizadas. Em ambos os casos é fundamental ouvir quem realmente

conhece e vive a realidade local, mudando a perspectiva de ação do prisma do qual as comunidades são vistas, de fora, para a da forma como elas realmente são. A gestão democrática empodera líderes, dá voz a quem conhece as necessidades e problemas locais e possibilita a construção de uma confiança mútua, o que ajuda e minimizar o conceito de cidade partida e agir de acordo com a realidade, transformando um território de exceção em território de participação, sem o paternalismo historicamente característico de ações do poder público [...]. (Disponível em <<http://dssbr.org/site/2012/11/olhar-para-o-futuro-as-perspectivas-e-necessidades-com-a-intervencao-publica-em-manguinhos>>).

1. O COMPLEXO DO JACAREZINHO

O Complexo do Jacarezinho revela idiosincrasias e paradoxos muito particulares. Não foi à toa que, nos anos 1970, o professor Boaventura Santos, um dos principais intelectuais de Língua Portuguesa em Ciências Sociais, ali desenvolveu pesquisas para sua tese de doutorado sobre o pluralismo jurídico. A partir de vivências na favela do Jacarezinho, o autor criou o conceito de “direito de Pasárgada”, espécie de sistema de direito paralelo à justiça estatal operado pela Associação de Moradores, na falta de um Estado presente.



Foto: Léo Lima

Assim, Pasárgada foi o nome fictício que Boaventura Santos usou para designar essa favela, numa alusão ao famoso poema de Manuel Bandeira, “Vou-me embora pra Pasárgada”. Na percepção de Bandeira, Pasárgada é uma alegoria do paraíso, um mito de felicidade – de difícil apreensão para olhares mais fugazes. E, ao que tudo indica, a favela do Jacarezinho assim parecia ao professor Boaventura Santos.

De fato, o Jacarezinho tem uma história muito rica e curiosa, repleta de lutas políticas e conquistas comunitárias. Instalada numa antiga fazenda de proprietários portugueses, a comunidade serviu de berço para atores sociais diversos, muitos dos quais ainda presentes no contexto atual, quais sejam:

- i) quilombolas que deram origem ao local e deixaram uma forte herança negra;**
- ii) operários atraídos pelo parque industrial aí implantado e no seu entorno;**

Desde o início do século passado, milhares de operários foram atraídos para o Jacarezinho, fazendo que este se configurasse numa grande Vila Operária. Isso porque na década de 1920 grandes empresas já estavam aí instaladas, como a General Electric (GE), empregando mais da metade da sua população economicamente ativa. Tal empresa é uma referência fundamental para o desenvolvimento local e um marco para a construção de memórias de moradores e operários do Jacarezinho (Thiago, 2007).



Quanto ao bairro do Jacaré, na década de 1960 estava abrigando o segundo maior parque industrial do Rio de Janeiro, sendo “possível encontrar ali indústrias de sapatos e bolsas, de materiais farmacêuticos, de vidros, de roupas, metalúrgicas, gráficas, fábricas de beneficiamento de café etc.” (idem).

Esse contexto de forte concentração operária viabilizou uma importante atuação de sindicatos na área, com destaque especial para os Sindicatos dos Metalúrgicos e o dos Gráficos – um dos mais antigos da história do país –, além do Sindicato dos Vidreiros.

iii) uma esquerda multifacetada, que ousou fundar na favela do Jacarezinho o “Grupo Amarelo”;

O Grupo Amarelo, caracterizado pela união e pela diversidade política entre seus membros, teve uma atuação histórica no Jacarezinho, reconhecido por moradores em geral. Fundado no início dos anos 1960, atuou até o final dos anos 1970 realizando uma série de iniciativas em prol da fixação dos moradores e da urbanização do território. Este interrompeu suas atividades quando novas siglas partidárias se fizeram evidentes, influenciando de forma definitiva a vida política e comunitária no Jacarezinho. Tais influências repercutem até a atualidade no cenário local. Nas palavras de Thiago (2006):



Em uma favela de um bairro operário do Rio de Janeiro, surge na década de 1960 um grupo de esquerda que reunia moradores do local com o objetivo de lutar por melhores condições de vida, começando por mudar a história do seu próprio espaço. Esse grupo reunia mulheres e homens com as mais diferentes histórias de vida: operários, donas de casa, professores, sendo alguns destes membros ou simpatizantes de outras instituições como, por exemplo, a Igreja Católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O Grupo Amarelo, como ficou conhecido, fez parte da fundação da Associação de Moradores desta localidade.

E a autora complementa:

Em um bairro fortemente marcado pela presença operária e pela participação de diversos grupos políticos, o Grupo Amarelo vai se constituir num ambiente privilegiado de agregação desses diferentes personagens. Constituído a partir da necessidade de transformações urbanas no próprio Jacarezinho, esse grupo tem sua atuação reconhecida por diversos moradores. A falta de estrutura urbana, o descaso do poder público e um conjunto de práticas que também visavam a transformação da sociedade reuniram esses moradores. Uma das grandes mobilizações desse grupo se deu a partir da ideia da criação da Associação de Moradores do Jacarezinho. A heterogeneidade do grupo vinha sobretudo da formação do próprio bairro. Migrantes de diversas regiões do país, muitos vindos do Nordeste. A necessidade de afirmação nesse novo espaço acabou agregando esse grupo. Longe de negar a diversidade e os conflitos, tal necessidade fez prevalecer um sentimento de unidade.

iv) igrejas atuantes e, muitas vezes tidas como reacionárias, como aquela representada pelo Padre Nelson Carlos Del Mônico – um ícone na favela do Jacarezinho pelo seu trabalho como evangelizador e educador;

Além de operários, sindicatos, indústrias, outro importante ator social na história do Jacarezinho é a Igreja Católica Nossa Senhora Auxiliadora e, talvez mais do que a instituição, a figura de seu fundador, o Padre Nelson Carlos Del Mônico, que marcou de forma definitiva a memória de muitos moradores pela sua forte personalidade e atuação comunitária.

De fato, apesar de o Jacarezinho contar com inúmeras igrejas de diferentes denominações religiosas, sobretudo evangélicas, a instituição de maior destaque nas falas de moradores mais antigos é a Paróquia Nossa Senhora Auxiliadora. Por este motivo Thiago (idem) lança a seguinte pergunta: “[...] será a Igreja o ‘pai’ do Jacarezinho?” Ressalta, para tanto, a figura do Padre Nelson. Ao mesmo tempo, a autora sugere a General Electric como a “mãe” da comunidade.

v) uma das principais, se não a principal facção do narcotráfico do Rio de Janeiro, o Comando Vermelho, que encontrou no Jacarezinho terreno fértil para instalar seu arsenal, fazendo com que esta favela se tornasse um dos maiores entrepostos de comércio de drogas do Rio de Janeiro e um espaço de concentração e livre circulação de usuários;

O tráfico de drogas já era um problema nos anos 1980 no Jacarezinho, exigindo muita flexibilidade de líderes comunitários que, inúmeras vezes, tiveram que se colocar “entre a cruz e a espada”, conforme suas próprias palavras, tentando evitar arbitrariedades cometidas

tanto por parte da polícia quanto por parte de traficantes, e intermediar conflitos entre estes e a comunidade, sobretudo entre os primeiros (comunidade versus polícia).

Nos anos 2000, o problema do tráfico de drogas cresceu enormemente no local, fazendo com que moradores do Jacarezinho passassem a ser altamente estigmatizados, sobretudo em função da mídia que insistia em apresentar somente um dos lados mais problemáticos da comunidade, contrastante com o respectivo histórico e potencial de seus moradores.

vi) lideranças e figuras comunitárias presentes na memória coletiva, as quais conjugavam a “vida comunitária” com a “vida política”;

Nas palavras de Thiago (2007):

No Jacarezinho, a luta comunitária ganhou contornos especiais por conta da peculiaridade de esta favela estar num bairro operário e abrigar um grande contingente de trabalhadores. [...] Os embates políticos passaram a fazer parte do cotidiano daquele espaço. A disputa pela Associação de Moradores ou a forma de conduzir a transformação urbana naquele espaço passou a ser pauta de discussão de operários e donas de casa, atingindo o Jacarezinho como um todo. Nesse momento, para além da diversidade de classe, homens e mulheres construíram uma identidade que reunia diferentes atores a partir do espaço do Jacarezinho. O Grupo Amarelo ganha projeção, seus líderes se destacam na ação comunitária. A esquerda subiu o morro entre apitos de fábricas, o esgoto correndo pelas ruas, homens e mulheres carregando água para abastecer suas casas e becos mal iluminados pela luz fraca da cabine. Nesse ambiente, militantes e moradores desenvolveram uma união em torno da melhoria das questões urbanas dentro da favela.

Para além do coletivo que representava o Grupo Amarelo, algumas lideranças individuais fizeram história no Jacarezinho pelo seu perfil resistente e combativo, como João Gomes, ex-presidente do Sindicato dos Vidreiros e um dos fundadores da Associação de Moradores, da qual foi também presidente.

A atuação dessas lideranças, de formação política e ideológica diversa, foi fundamental para enfrentar adversidades do período do regime ditatorial no país. De fato, para alcançar as transformações desejadas no âmbito local havia o esforço de tentar suprimir diferenças e buscar um trabalho conjunto, conforme destaca Thiago (2006).

No entanto, a partir dos anos 1980, por suas fortes ligações a partidos políticos e interesses conflitantes, tais lideranças perderam a confiança de parte substantiva dos moradores do Jacarezinho. O depoimento de um morador, recorrente na fala de demais, é demonstrativo neste sentido, conforme exposto a seguir:

Na atualidade, no Jacarezinho, existe uma nova remessa de lideranças na qual a maior preocupação é conseguir cargos políticos e outros benefícios próprios.

De todo modo, tal qual no Complexo do Borel, foi no Jacarezinho que se colocaram os primeiros pilares para a fundação da atual Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) frente à importante mobilização e organização comunitária contra tentativas de remoção da favela, nas quais a Igreja Católica e a Fundação Leão XIII se colocaram sempre como importantes aliados.

De fato, a Associação Pró-Melhoramento do Jacarezinho, criada em 1966, foi muito atuante com relação à defesa dos direitos dos moradores da favela do Jacarezinho, reivindicando, por muito tempo, a fixação e a legalização do território e a melhoria dos serviços públicos existentes. Da mesma forma, a Igreja Católica.

Nesse sentido, Thiago (2007) destaca que um dos marcos na memória de moradores como real possibilidade de fixação na área dá-se a partir da construção da primeira Igreja Católica no local, a Nossa Senhora Auxiliadora, da ordem dos salesianos, na primeira metade da década de 1960. Segundo a autora, a importância política e principalmente simbólica dessa obra pode ser percebida pela fala de moradores, como a que apresenta a seguir:

Eu cresci vivenciando o medo da remoção do pessoal, vão tirar a beira do rio. Se tirar a beira do rio, vão tirar aqui em cima também. Quando a Igreja se fixou, é essa a visão que eu tenho, eu mantenho ela com todas as críticas que tenho ao Padre Nelson e aos outros padres ali, mas quando o pessoal viu onde era o grande lixão da favela, todo mundo que morava na parte meia e alta do morro jogava lixo ali, que a população participou daquele mutirão que limpou, que o obra começou e a Igreja ficou pronta, na cabeça das pessoas [...] se a Igreja tá no meio do morro, tá sendo construída e não vai sair, a minha casa também não vai sair. Aí eu presenciei o esforço das pessoas de melhorar a casa. Aí, de repente, a gente viu um monte de casa assim de tijolo porque a maioria, a minha casa mesmo era de estuque. (idem)



Foto: Léo Lima

Dando continuidade à tradição de vanguarda do Jacarezinho, em 1998/99, na primeira gestão de Rumba Gabriel à frente da presidência da Associação de Moradores do bairro, esta inovou quando contribuiu para que o Projeto “Célula Urbana” fosse aí implantado. Para tanto, a Bauhaus Dessau – uma das maiores escolas de arquitetura e urbanismo do mundo – firmou uma parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, identificando a figura de Rumba Gabriel como interlocutor fundamental no sentido de viabilizar o Projeto.

Tal Projeto, a partir da introdução de soluções urbanísticas e arquitetônicas inovadoras, teve como objetivo transformar um quarteirão da favela do Jacarezinho, a Praça da Concórdia, num polo difusor de desenvolvimento artístico e cultural, visando à integração não subordinada da favela à cidade.

Outra entidade que também inova, mobiliza e é motivo de orgulho de moradores do Jacarezinho é o Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos do Jacarezinho que, no carnaval de 2012, foi a campeã do Grupo C com o enredo: “O samba agoniza, mas não morre. Nelson Sargento da Mangueira e também do Jacaré!”



Tal Escola nasceu da fusão de três agremiações: Unidos do Morro Azul, de cores azul e rosa, fundada em 1946 por Andressa Moreira da Silva, líder comunitária e uma das primeiras mulheres a assumir a presidência de uma escola de samba; Unidos do Jacaré; e pelo bloco carnavalesco Não Tem Mosquito. Na atualidade, lideranças e moradores da comunidade estão tentando revitalizá-lo pelo patrimônio que representa.

Recentemente, a Unidos do Jacarezinho teve sua sede transferida do interior da favela para a Avenida Dom Hélder Câmara, o que não agradou a moradores por tudo que a mesma também representa para a comunidade. Esta se trata de um dos seus maiores trunfos e uma das poucas instituições locais que têm a credibilidade desses. É uma entidade sem fins lucrativos que promove eventos culturais e recreativos por meio de um trabalho social em parceria com outras organizações. Todavia, apesar da alta demanda, está com este trabalho parado por falta de patrocínio.



Na realidade, o Complexo do Jacarezinho como um todo, da mesma forma que o Complexo de Manguinhos, está passando hoje por um momento de transição onde os desafios são muitos. Dentre estes, levantar a autoestima dos moradores, muito abalada pela imagem pública, negativa, que o Jacarezinho carrega consigo. É o que se espelha no depoimento de alguns de seus líderes, conforme o a seguir exposto:

As oportunidades de trabalho diminuíram muito e a população, a juventude sem opção, caiu na droga. Vende, vende muito, ele [o traficante] não sai da favela pra vender, o viciado vem aqui pra comprar. Então eu acho que esse lance do Jacaré, essa crise [...]. Tem outra coisa também. O histórico industrial dele morreu e o Jacarezinho é conhecido como a favela do tráfico e das armas. A segunda maior favela do Rio. E quais as outras referências que você vê na imprensa? O melhor tóxico do Rio, a favela mais armada e a que tem o maior exército.

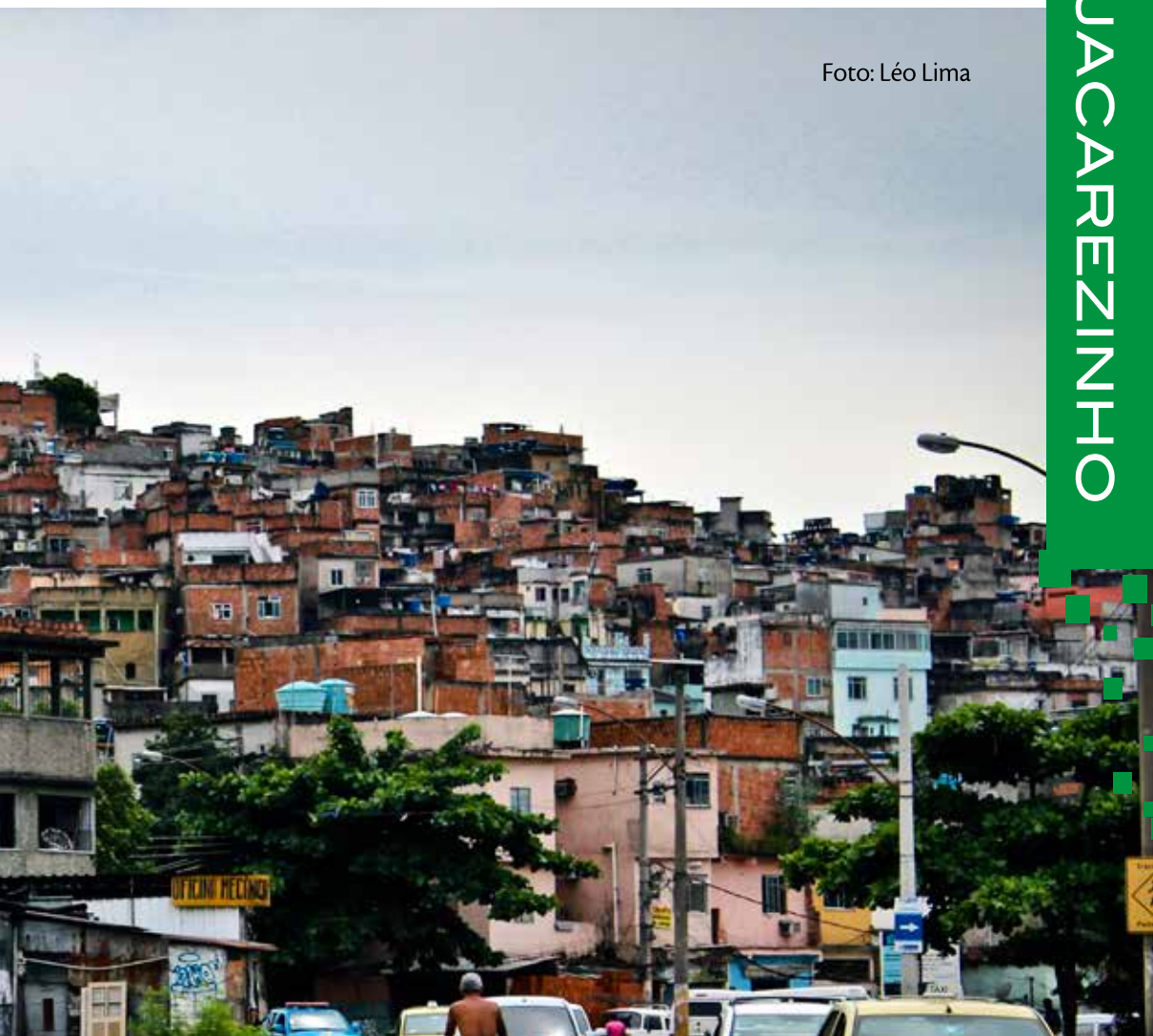


A violência que vitimiza todos esses moradores tem inviabilizado a concepção participativa de um projeto de desenvolvimento que tenha a ver com um projeto de vida coletivo. Nesse sentido, o momento atual é percebido como particularmente oportuno por muitos, dependendo dos desdobramentos decorrentes da “pacificação”, da mobilização e organização deles mesmos, e das intervenções realizadas no território via os Programas “Minha Casa, Minha Vida” e de “Aceleração do Crescimento” (PAC).

Acerca do aspecto supracitado, destaca-se, contudo, que a desativação de fábricas, o avanço da pobreza e da violência no território são consequências diretas de um poder público omissivo e irresponsável, como afirma uma importante liderança do Jacarezinho.

Um censo recentemente elaborado pelo governo, em mais de 12 mil imóveis, revela que, no Complexo de Manguinhos, a renda familiar é inferior à da favela da Rocinha e à do Complexo do Alemão. Este mesmo censo afirma que a população da favela do

Foto: Léo Lima



Jacarezinho tem perfil semelhante à de Manguinhos, fato que revela sua alta precariedade (disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/implacavel/familias-do-jacarezinho-ganharao-6020-casas>>).

Depois da ocupação e da instalação das UPPs, o Estado está prometendo reestruturar os Complexos de Manguinhos e do Jacarezinho. Dentre outros, o atual governador informou acerca da desapropriação da Refinaria de Manguinhos que, segundo ele, “há muito tempo não refina nada e serve só para a estocagem de etanol”. O governador também informou que será construído um cineteatro na Praça da Cidadania do Jacarezinho, onde já existe uma biblioteca (disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/14/favelas-ocupadas-vaio-receber-investimentos-de-r-100-milhoes.htm>>).

“Agora é aguardar para crer”, disse um morador local, desconhecendo a existência de tal biblioteca.

2. BREVE HISTÓRICO

A partir da década de 1920, com o estabelecimento de indústrias na região do Jacaré e na antiga Avenida Suburbana, o bairro do Jacaré passa a ser efetivamente ocupado. Nessa mesma época, surge no bairro a favela do Jacarezinho, reproduzindo ocupação similar que se deu em outras áreas da cidade. Nas palavras de Gonçalves (2007):

As favelas são um dos maiores exemplos da configuração sócioespacial extremamente desigual da cidade do Rio de Janeiro. Elas se formaram ainda na segunda metade do século, ocupando áreas inutilizáveis, ao menos em um primeiro momento, pelo mercado imobiliário. Espalharam-se pelo tecido urbano carioca a partir dos anos 1920, ocupando um lugar de destaque na estrutura urbana e política da cidade. Dada a proximidade espacial do mercado de trabalho e o custo relativamente baixo do acesso à moradia nas favelas, estas se revelaram um elemento estrutural do desenvolvimento econômico da cidade, permitindo a redução do peso dos fatores moradia e transporte sobre o custo da mão-de-obra.

Na década de 1940 grandes empresas estavam estabelecidas no Jacarezinho e no seu entorno, empregando um contingente significativo de trabalhadores, os quais procuravam o local para se abrigar pela oferta de emprego existente, facilidade de acesso e de deslocamento para outras partes da cidade.

Na década de 1950, quando o País inicia seu período conhecido como nacional-desenvolvimentista, com o crescimento do processo de industrialização e a vinda para o Rio de Janeiro de migrantes de diferentes estados brasileiros (sobretudo do Nordeste), a população local aumenta. Nessa época, as famílias que chegavam ao Jacarezinho em busca de



Foto: Léo Lima

trabalho e moradia foram marcando sua presença no território e criando uma memória sobre este espaço, marcada até hoje na coletividade. Nas palavras de Cavalcanti & Pontes (2011):

[...] a proximidade entre a moradia e os locais de trabalho era uma questão decisiva para a população trabalhadora da cidade. Não à toa, as regiões industriais entre a linha ferroviária da Leopoldina e da Avenida Brasil registram o maior crescimento de favelas no Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950 [...]. Um exemplo quase paradigmático, destacado na literatura especializada, dessa densa relação entre industrialização e processo de favelização no pós-guerra é a favela do Jacarezinho (Abreu, 1987; Silva, M., 2005; Silva, H., 2008; Thiago, 2007).

De fato, ainda no período nacional-desenvolvimentista, na década de 1960, Getúlio Vargas, Presidente da República, após ouvir lideranças do Jacarezinho, concede aos moradores a permanência no território.

A partir desse momento, o governo do Estado, por sua vez, passa a incentivar a ida de várias indústrias para o bairro, criando o chamado “Complexo Industrial do Jacaré”, o que faz do Jacarezinho a maior favela da cidade, em 1960, concentrando uma enorme população operária que trabalhava nas diversas fábricas próximas (Cavalcanti & Pontes, 2011). Segundo os autores, “os estudos existentes também apontam para um intenso associativismo e densa atividade política e sindical na região desde meados dos anos 1940”.

Dessa forma, a favela do Jacarezinho,

creceu à medida que aumentou a oferta de empregos. Foi construída pouco a pouco. Casas, prédios, ruas, escadarias e comércios foram erguidos com trabalhos de mutirão. Depois surgiram cooperativas, oficinas e diversos serviços que movimentaram a região. Esta rede de serviços, estabelecimentos de crédito, cooperativas e indústrias criou laços entre a favela e os bairros vizinhos, cruciais para a preservação da favela no local. (Disponível em: <<http://jacarezinhorj.blogspot.com.br/p/fundacao-do-jacarezinho.html>>)

Contudo, no contexto de reestruturação produtiva, nos anos de 1990, a maior parte das indústrias do Complexo Industrial do Jacaré faliu ou reduziu suas unidades, transferindo-se para estados onde havia mais incentivos fiscais, ou, ainda, diminuiu substantivamente o número de empregados. Como exemplos pode-se citar a General Electric, que encerrou suas atividades no local; a Souza Cruz e a Company, que deixaram o Rio de Janeiro, e a Glaxo Welcome, que se transferiu para outro bairro da cidade.

A partir daí, o perfil do Jacarezinho passa a sofrer uma alteração significativa: de fortemente industrial para um bairro onde o setor de comércio e serviços se destaca.

Nas palavras de Soares (2010):

Em relação aos [...] bairros no entorno do Complexo do Alemão, dados empíricos nos mostram que (i) na medida em que houve um deslocamento de empresas da região para outros lugares na cidade ou no estado, um novo dinamismo em relação aos trabalhadores também se impôs; (ii) houve um visível crescimento das economias populares na região, o que compreendemos como um recurso primeiro de sobrevivência.

Dessa forma, a comunidade teve que passar por um processo de reconstrução de identidade que deixou sequelas e marcas que se tenta cicatrizar na atualidade.

Em termos de intervenções públicas, o Programa Mutirão realizou obras de infraestrutura, em algumas localidades do Jacarezinho, em 1980: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e pavimentação; em 1993, o Programa Favela-Bairro, obras de urbanização; em 2000, a comunidade foi incluída no “Programa Grandes Favelas”, baseado no “Favela Bairro”.

Todavia, são inúmeras as críticas relacionadas com tais intervenções. Não só as obras foram parciais, como foram mal feitas e entregues inacabadas. Essas também responderam a diretrizes impostas de “fora para dentro, sem o menor cuidado de respeitar necessidades e interesses da maioria dos moradores do Jacarezinho”, nas palavras de uma liderança.

No momento, o governo pretende construir no Jacarezinho milhares de unidades habitacionais, no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, visando abrigar moradores retirados de áreas de risco e/ou removidos para a execução de obras. Para isso, serão desapropriados terrenos situados em diversas comunidades do Complexo, como Viúva Cláudio, Adonis e Miguel Ângelo, todas próximas à Avenida Dom Hélder Câmara, que marca a divisa com o Complexo de Manguinhos. Também será utilizado o terreno da General Electric para estas construções.

No Jacarezinho o PAC 2 também promete construir centros comunitários, passarelas, viadutos, áreas de lazer, quadras esportivas, dentre outras obras. A população local aguarda ávida por informações, esclarecimentos e melhorias.

URBANIZAÇÃO INTEGRADA NO JACAREZINHO

Ruth Jurberg, PAC 2, Coordenadora Geral

Em 2007 quando o Governo Federal lançou em todo o país o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o Estado do Rio de Janeiro foi contemplado com recursos e investimentos na ordem de R\$ 1,5 bilhão, que atenderam inicialmente a cinco comunidades: Manginhos, Complexo do Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo e Morro da Providência, no Rio de Janeiro.

Várias comunidades que não foram contempladas também necessitavam de investimentos que pudessem propiciar transformações sociais e urbanísticas concretas para a vida de seus moradores. Entre estas podemos elencar Jacarezinho, Complexo da Tijuca, Penha, Lins, Mangueira e Cidade de Deus.

Neste sentido, a partir de demanda vinda destas comunidades, em 2010, numa iniciativa inédita do Governo do Estado, coordenada pela EMOP – Empresa de Obras Públicas, em parceria com o EGP-Rio da Secretaria de Estado da Casa Civil, foi iniciado um amplo projeto denominado Diagnóstico Social Prévio, no qual, durante cerca de dois meses, equipes multidisciplinares de urbanistas, engenheiros e técnicos sociais visitaram cada uma destas áreas e buscaram entender a vida de seus moradores, as maiores carências, indicadores, sonhos e aspirações.

A partir deste “raio X” foi produzido um documento com toda a história, dados censitários, informações sobre a questão da legislação incidente e o mais importante, relatos e desejos da população local.

No Jacarezinho não foi diferente. Identificamos sua história, processo de ocupação, grau de precariedade existente em termos habitacionais, de infraestrutura, de falta de mobilidade urbana, de segurança, bem como de prestação de serviços públicos básicos.

O histórico da ocupação das comunidades do **Complexo do Jacarezinho** não difere muito do histórico da ocupação das demais comunidades dos subúrbios cariocas que surgiram como resposta a um processo de desenvolvimento altamente desigual e contraditório, num curso marcado por forte estigmatização e segregação.

Na região do **Complexo do Jacarezinho**, a ocupação começou com o processo de industrialização crescente, iniciado em 1917 com a instalação de indústrias na região da antiga Avenida Suburbana (atual Av. Dom Hélder Câmara). A partir da década de 1920, a população foi aumentando, devido à instalação de indústrias no Jacaré e na Avenida Dom Hélder Câmara. Com as migrações dos anos 50, a área sofreu adensamento considerável, com consequente valorização da terra.

Apesar de o bairro do Jacarezinho ter surgido como resultado da implantação de atividades industriais, nos últimos anos o uso industrial sofreu forte esvaziamento, resultando no abandono de muitas áreas que acabam sendo favelizadas, por conta da violência e também de restrições na legislação quanto ao uso.

Atualmente, na classificação do PAC (diferente do IPP), o Complexo do Jacarezinho é composto de 7 comunidades: Pica-Pau, Xuxa, Drummond, Tancredo, Vila União, Vila Mineira e Jacarezinho, comunidade que dá nome ao Complexo. Essas áreas coexistem junto à via férrea, sendo servidas por uma estação ferroviária da Supervia que divide as comunidades do Complexo em duas partes. O total de habitantes é de cerca de 37 mil habitantes.

A área está inserida na AP3 da cidade (Área de Planejamento 3) e por sua extensão e diversidade, demanda soluções igualmente diversificadas, mas tem como denominador comum a necessidade de estímulo à ocupação residencial formal, à urbanização, à contenção de favelas, à recuperação de áreas periféricas, à melhoria da infraestrutura e da qualidade do sistema de transportes.

Nas entrevistas e atividades realizadas junto aos moradores na comunidade são questões recorrentes: acesso e qualidade das redes de abastecimento de água, de drenagem, de esgotamento sanitário, de iluminação pública, de transportes, de pavimentação e telefonia aliadas à questão da moradia digna e segura.

O esgotamento sanitário, em muitas áreas, é deficitário e se encontra em condições inadequadas, causando danos à saúde dos moradores, inclusive com valas negras e lançamentos in natura nos rios que cortam a região. Muitos moradores improvisam sua própria rede de esgoto. Em certos locais o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e drenagem simplesmente inexistem.

Outro grave problema é a questão habitacional. Ainda hoje encontramos áreas muito precárias com casas de taipa ou refugos de madeira, que sequer possuem sanitários instalados. Casebres construídos sobre palafitas, e, sobretudo, no leito do rio, são absolutamente miseráveis, correndo risco de desmoronamentos. Em dias de chuvas fortes, o rio enche e inunda as casas, trazendo o lixo que vem se acumulando no leito.

A proposta do Governo do Estado que vem sendo conduzida pela Secretaria de Obras e a EMOP para a área é a elaboração de projetos para solução do problema de infraestrutura e melhoria das condições de moradia das milhares de famílias que vivem em condições miseráveis.

Além disso, serão revitalizadas praças e áreas de lazer, bem como construídos equipamentos públicos como escola, creche entre outros necessários.

Todo o trabalho será pautado na metodologia já adotada no PAC 1, com a ampla participação dos moradores nas diversas etapas dos projetos e durante as obras.

Atualmente estamos em fase final de cadastramento de cerca de 1.300 famílias que vivem em condições de absoluta precariedade em antigos galpões que foram invadidos. Não somente estas, mas um total de 2.140 novas moradias serão construídas através do Programa Minha Casa, Minha Vida na região. Outras intervenções urbanísticas permitirão a melhoria da qualidade de vida através de aumento da infraestrutura, sistema de água, rede de esgoto, iluminação pública, pavimentação e alargamento de ruas; ampliação da oferta de serviços públicos como educação, saúde, cultura, esporte e lazer; recuperação ambiental da área e ações de educação socioambiental; entre outras ações.

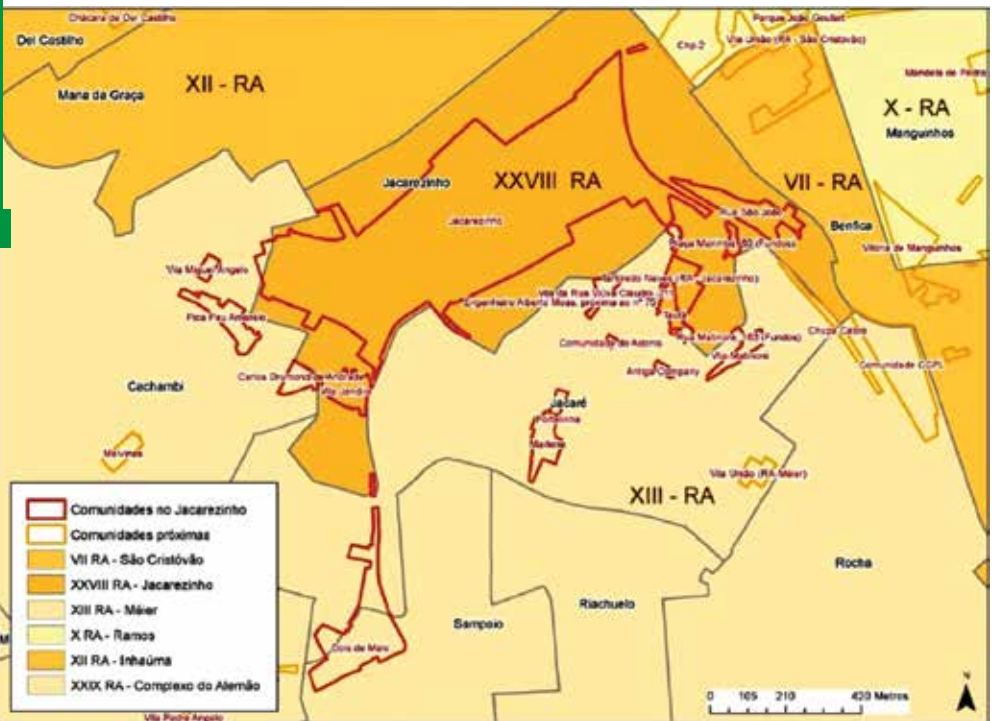
É nesse sentido que estamos trabalhando para que o Complexo do Jacarezinho possa se transformar em um local integrado aos demais bairros da zona norte, com qualidade e desenvolvimento.

3. DADOS QUANTITATIVOS

Observação inicial: os dados apresentados a seguir foram elaborados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) tendo como referência o Censo do IBGE de 2010.

3.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Limite da área em processo de pacificação do Jacarezinho, das comunidades que a compõem e das Regiões Administrativas.



A área em processo de pacificação do Jacarezinho é composta por dezoito comunidades, a saber: Jacarezinho; Carlos Drumond de Andrade; Vila Jandira; Rua São João; Tancredo Neves (RA- Jacarezinho); Tautá; Vila da Rua Viúva Cláudio, 211; Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75; Comunidade do Adonis; Vila Miguel Ângelo; Pica Pau Amarelo; Dois de Maio; Marlene; Portelinha; Praça Marimbá, 60 (Fundos); Antiga Company; Rua Matinoré, 163 (fundos) e Vila Matinoré.

A comunidade Dois de Maio corresponde ao Complexo que leva o mesmo nome da comunidade. As comunidades Pica Pau Amarelo e Vila Miguel Ângelo compõem o Complexo denominado Pica Pau Amarelo. Por sua vez, as comunidades Marlene e Portelinha fazem parte do Complexo Marlene. Já o Complexo do Jacarezinho é o que abarca o maior número de comunidades, quais sejam: Antiga Company; Comunidade do Adonis; Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75; Vila da Rua Viúva Cláudio, 211; Carlos Drumond de Andrade; Jacarezinho; Rua Matinoré, 163 (fundos); Rua São João; Tancredo Neves (R.A. – Jacarezinho); Tautá; Vila Jandira e Vila Matinoré.

A comunidade Praça Marimbá, 60 (fundos), não se encontra em nenhum dos Complexos da área, sendo, portanto, classificada como isolada.

A tabela 1 mostra a localização das comunidades na área em processo de pacificação do Jacarezinho e nas Regiões Administrativas XIII e XXVIII – Méier e Jacarezinho, respectivamente. O perímetro da área em processo de pacificação está localizado nos bairros de Sampaio, Cachambi, Jacaré e Jacarezinho.

Tabela 1 - R.A., Bairros e Nome do Complexo das Comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho

Região administrativa	Bairros	Nome do Complexo	Comunidades
XIII - Méier	Sampaio	Dois de Maio	Dois de Maio
			Cachambi
	Vila Miguel Ângelo		
	Jacaré	Marlene	Marlene
			Portelinha
		Jacarezinho	Antiga Company
			Comunidade do Adonis
			Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75
			Vila da Rua Viúva Cláudio, 211
	XXVIII - Jacarezinho	Jacarezinho	Carlos Drumond de Andrade
Jacarezinho			
Rua Matinoré, 163 (fundos)			
Rua São João			
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)			
Tautá			
Vila Jandira			
Vila Matinoré			
-	Praça Marimbá, 60 (Fundos)		

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

3.2. DADOS DEMOGRÁFICOS E ÁREA OCUPADA

A tabela 2 apresenta as informações de área total, população, domicílios, média de habitantes por domicílio e densidade demográfica de cada uma das comunidades e do total delas na área em processo de pacificação do Jacarezinho, assim como do município do Rio de Janeiro, para fins de comparação.

A comunidade mais populosa é a do Jacarezinho, que concentra 76% (30.064) da população total, seguida pela Comunidade Dois de Maio, com 8% (3.244) das pessoas residentes na área.

O número médio de habitantes por domicílio é de três pessoas, bem próximo da média do município do Rio de Janeiro (2,9).

No que diz respeito à densidade demográfica, algumas situações merecem destaque, como a Comunidade Vila da Rua Viúva Cláudio, nº 211, a Comunidade do Adonis e a Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75. Nestas, a densidade demográfica é de 2134,8 hab/ha, 1539,4 hab/ha e 1372,2 hab/ha, respectivamente.

Tabela 2 - População, domicílios, habitantes por domicílio, área e densidade demográfica segundo as comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho e município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidades	População ⁽¹⁾	Domicílios ⁽²⁾	Habitantes por Domicílio	Área (m ²) ⁽³⁾	Densidade demográfica (hab/ha)
Jacarezinho	30.064	9.343	3,22	373.651	804,6
Carlos Drumond de Andrade	316	98	3,22	6.103	517,8
Vila Jandira	503	159	3,16	11.132	451,8
Rua São João	889	274	3,24	19.012	467,6
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	989	329	3,01	11.850	834,6
Tautá	396	126	3,14	6.338	624,8
Vila da Rua Viúva Cláudio, nº 211	638	203	3,14	2.989	2134,8
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	84	27	3,11	612	1372,2
Comunidade do Adonis	112	36	3,11	728	1539,4
Vila Miguel Ângelo	218	75	2,91	2.516	866,4
Pica Pau Amarelo	495	138	3,59	11.921	415,2
Dois de Maio	3.244	911	3,56	44.709	725,6
Mariene	719	254	2,83	10.218	703,7
Portelinha	166	55	3,02	2.078	798,8
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	102	37	2,76	2.599	392,5
Antiga Company	35	11	3,18	1.460	239,8
Rua Martinoré, 163 (fundos)	60	19	3,16	1.027	584,2
Vila Martinoré	517	161	3,21	5.204	993,5
Total	39.547	12.256	3,23	514.146	769,2
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2011)

(3) Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

A distribuição da população segundo sexo é destacada na tabela 3. Os dados do município do Rio de Janeiro, assim como da R.A. Méier estão descritos na tabela para fins de comparação.

Verifica-se que o percentual de mulheres (51,61%) é maior do que o de homens (48,39%) em todas as comunidades, com exceção da Comunidade Tautá, onde eles são 51,77% do total e elas 48,23%. Observa-se que na média geral a razão entre os sexos é significativamente maior nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho (93,76) do que na R.A. do Méier (83,34) e no município do Rio de Janeiro (88,07).

Tabela 3 - Total e percentual de crianças, jovens, adultos e idosos segundo as comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho e o Município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidades	Condição de Ocupação									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Jacarezinho	6225	71%	2357	27%	189	2%	4	0%	8.775	100%
Carlos Drummond de Andrade	11	46%	13	54%	0	0%	0	0%	24	100%
Vila Jandira	114	75%	38	25%	0	0%	0	0%	152	100%
Rua São João	174	65%	85	32%	2	1%	5	2%	266	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	241	78%	57	19%	8	3%	2	1%	308	100%
Tautá	94	76%	27	22%	0	0%	3	2%	124	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	119	58%	48	23%	2	1%	37	18%	206	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	115	86%	16	12%	2	2%	0	0%	133	100%
Dois de Maio	651	75%	211	24%	8	1%	0	0%	870	100%
Marlene	172	74%	61	26%	0	0%	1	0%	234	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	26	74%	8	23%	0	0%	1	3%	35	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Martinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Martinoré	55	89%	4	6%	1	2%	2	3%	62	100%
Total	7.997	71%	2.925	26%	212	2%	55	0%	11.189	100%
R.A. Méier		72%		24%		3%		1%		100%
Rio de Janeiro		73%		22%		4%		1%		100%

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico (IBGE (2010))

A população jovem das comunidades observadas (entre 0 e 29 anos de idade) é bastante significativa (53% do total), por essa razão a base da pirâmide é mais larga do que a pirâmide da R.A. Méier, onde a maior parte da população tem entre 20 a 30 anos de idade. A população das comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho (tanto homens, quanto mulheres) começa a diminuir a partir dos 30 anos de idade, até atingir 5% na faixa que começa aos 65 anos de idade. Na R.A. Méier, a população começa a diminuir a partir dos 55 anos, mas o topo da pirâmide, que representa os idosos, é mais largo que nas comunidades observadas, especialmente para as mulheres, que são a maioria da população na faixa etária que começa aos 60 anos de idade.

Gráfico 1 – Pirâmides etárias das comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho e R.A. Méier 2010

Fonte: IBGE-2-10; Estimativa IPP-2010



3.3. INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E URBANOS – CENSO 2010

3.3.1. SERVIÇOS URBANOS E CONDIÇÃO DOMICILIAR

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

A tabela 4 apresenta informações sobre a condição de ocupação nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho e traz uma comparação com a R.A. Méier e o município do Rio de Janeiro. Através da análise dessa tabela, pode-se perceber que 71% dos domicílios das comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho são próprios, com destaque para a Comunidade Vila Matinoré, na qual 89% dos domicílios se enquadram nesta categoria, e para a Comunidade Pica Pau Amarelo, onde 86% dos domicílios são próprios. Já no que diz respeito à categoria alugado, 26% dos domicílios receberam esta classificação. A Comunidade Carlos Drummond de Andrade possui a maior proporção de domicílios alugados (54%), seguida pela Comunidade Rua São João (32%). Os domicílios classificados como cedidos representam apenas 2% do total das comunidades observadas.

Tabela 4 - Total e percentual de domicílios particulares permanentes por condição de ocupação segundo as comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, R.A. Méier e município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidades	Condição de Ocupação									
	Próprio		Alugado		Cedido		Outros		Total	
	Domicílios	N	Domicílios	N	Domicílios	N	Domicílios	N	Domicílios	N
Jacarezinho	6225	71%	2357	27%	189	2%	4	0%	8.775	100%
Carlos Drumond de Andrade	11	46%	13	54%	0	0%	0	0%	24	100%
Vila Jandira	114	76%	38	26%	0	0%	0	0%	152	100%
Rua São João	174	65%	85	32%	2	1%	5	2%	266	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	241	78%	57	19%	8	3%	2	1%	308	100%
Tautá	94	76%	27	22%	0	0%	3	2%	124	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	119	58%	48	23%	2	1%	37	18%	206	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	115	86%	16	12%	2	2%	0	0%	133	100%
Dois de Maio	651	75%	211	24%	8	1%	0	0%	870	100%
Marlene	172	74%	61	26%	0	0%	1	0%	234	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	26	74%	8	23%	0	0%	1	3%	35	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Martinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Martinoré	55	80%	4	6%	1	2%	2	3%	62	100%
Total	7.997	71%	2.925	26%	212	2%	55	0%	11.189	100%
R.A. Méier		72%		24%		3%		7%		100%
Rio de Janeiro		73%		22%		4%		7%		100%

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico (IBGE (2010))

SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)

A proporção de domicílios, onde o abastecimento de água é considerado inadequado, é baixo nas áreas analisadas, mas vale destacar que, entre as comunidades observadas, a Comunidade Tautá apresenta percentual de abastecimento de água inadequado bastante acima da média (88%).

É importante ressaltar, no entanto, que o levantamento realizado pelo IBGE não pretende avaliar a qualidade do serviço ofertado, restringindo-se apenas a existência da infraestrutura, seja ela oficial ou não.

No que trata do esgotamento sanitário classificado como inadequado, pode-se constatar que 3% dos domicílios das comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho estão nesta categoria. Merecem destaque as Comunidades Praça Marimbá, 60 (fundos), Carlos Drumond de Andrade e Dois de Maio, nas quais o esgotamento sanitário classificado como inadequado, atinge os percentuais de 83%, 54% e 10%, respectivamente.

Sabe-se que a existência de banheiro ou sanitário é um quesito essencial para dispor de condições básicas de saúde e higiene, sendo assim, mesmo nas comunidades onde o esgotamento foi avaliado como adequado, seria preciso complementar essa informação com outros dados para uma avaliação mais precisa da realidade, por exemplo, saber se há abastecimento de água encanada nos banheiros existentes nos domicílios.

LIXO

O percentual de coleta de lixo avaliado como inadequado nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho é de 5% e se concentra, sobretudo, em três comunidades: Praça Marimbá, 60 (fundos), Tancredo Neves (R.A. Jacarezinho) e Jacarezinho, nas quais o percentual de domicílios com coleta de lixo inadequada é de 23%, 11% e 6%, respectivamente.

ENERGIA ELÉTRICA

Os dados revelam que nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, 79,6% dos domicílios têm energia elétrica proveniente de companhia distribuidora com medidor, enquanto 21,1% recebe o fornecimento de energia, mas sem medidor, e 0,3% tem energia proveniente de outras fontes.

Entre as comunidades onde há energia, mas sem medidor, três se destacam, são elas: Vila Jandira (56%), Dois de Maio (56%) e Rua São João (55%). Nestas comunidades mais da metade dos domicílios recebem fornecimento de energia elétrica, mas sem medidor. No quesito outras fontes, a comunidade Vila Matinoré é a que apresenta o percentual mais elevado (3,2%), seguida pela comunidade Rua São João (1,5%).

3.4. EDUCAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente entende o acesso à educação como um direito, portanto, um dever do Estado. Isso porque há consenso sobre o fato de que ser alfabetizado é fundamental para estar inserido na sociedade moderna, ter acesso à informação e dispor de condições mínimas para desenvolver-se integralmente.

Os dados apresentados não revelam a cobertura do ensino na área analisada, ou seja, não é possível inferir o número de crianças que frequentam a escola, portanto, se a demanda está sendo atendida. No entanto, eles sinalizam dois aspectos importantes: a quantidade de crianças alfabetizadas e a quantidade de crianças que não são alfabetizadas, mas deveriam ser.

ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS DE 8 A 9 ANOS DE IDADE

A tabela 5 mostra que 91% das crianças entre 8 e 9 anos de idade são alfabetizadas, sendo que nas comunidades Vila Jandira, Rua São João e Tautá este percentual atinge 100%. Nas comunidades Pica Pau Amarelo, Dois de Maio, Vila da Rua Viúva Cláudio, 211, e Jacarezinho mais de 90% das crianças nessa faixa etária são alfabetizadas (96%, 92%, 91%

e 91%, respectivamente). A média de crianças alfabetizadas nas comunidades observadas está mais próxima do município do Rio de Janeiro (92,7%) do que da R.A. Méier (95,3%).

No que se refere às crianças não alfabetizadas, a média das comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho é de 9%. No entanto, as comunidades Vila Matinoré, Carlos Drumond de Andrade, Praça Marimbá, 60 (fundos), Marlene e Tancredo Neves (R.A. Jacarezinho) apresentam percentuais acima da média: 23%, 20%, 17%, 15% e 11%, respectivamente. Vale lembrar que, com esta idade, as crianças, idealmente, deveriam estar entre o 2º e o 4º ano e, portanto, já deveriam estar alfabetizadas há pelo menos dois anos. Esses dados sinalizam uma já precoce defasagem escolar ou uma má qualidade no aprendizado destas crianças. É fundamental pensar em estratégias para reverter essa situação, a fim de evitar que a distorção idade-série ganhe proporções ainda mais importantes.

Tabela 5 - Total e percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas de 8 a 9 anos segundo as comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, R.A. Méier e município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidades	Crianças de 8 a 9 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Jacarezinho	888	91%	93	9%	981	100%
Carlos Drumond de Andrade	4	80%	1	20%	5	100%
Vila Jandira	18	100%	0	0%	18	100%
Rua São João	34	100%	0	0%	34	100%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	39	89%	5	11%	44	100%
Tautá	10	100%	0	0%	10	100%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	31	91%	3	9%	34	100%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	24	96%	1	4%	25	100%
Dois de Maio	120	92%	10	8%	130	100%
Marlene	17	85%	3	15%	20	100%
Portelinha	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	5	83%	1	17%	6	100%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	20	77%	6	23%	26	100%
Total	1.210	91%	123	9%	1.333	100%
R.A. Méier	95,3%		4,7%		100%	
Rio de Janeiro	92,7%		7,3%		100%	

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS DE 10 A 14 ANOS DE IDADE

Nessa faixa etária 97% das crianças e adolescentes são alfabetizados, percentual próximo do observado na R.A. Méier (98,5%) e no município do Rio de Janeiro (98%). Já no que diz respeito às crianças e adolescentes de 10 a 14 anos não alfabetizados, pode-se dizer que os mesmos encontram-se concentrados nas comunidades Tancredo Neves (R.A. Jacarezinho) e Vila da Rua Viúva Cláudio, 211 (8% e 6%, respectivamente). Contudo, não deve-se desconsiderar o fato de que, embora a comunidade Jacarezinho apresente apenas 2% de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos não alfabetizados, em função de sua população sobremaneira maior que a das demais comunidades aqui observadas, esta comunidade é a que realmente possui o maior número de crianças e adolescentes não alfabetizados nesta faixa etária: 62 crianças e adolescentes.

ANALFABETISMO ENTRE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

A próxima tabela (06), apresenta o total e o percentual de alfabetizados e não alfabetizados entre as pessoas de 15 anos ou mais idade. Trata-se de uma informação extremamente relevante por ser um indicador de desenvolvimento social importante para analistas e gestores públicos, pois indica um alto grau de vulnerabilidade social.

Nesse segmento, 95% das pessoas são alfabetizadas nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, média um pouco abaixo daquela observada no município do Rio de Janeiro (97,1%) e consideravelmente menor que a da R.A. Méier (98,2%).

A média de pessoas não alfabetizadas nas comunidades aqui observadas é de 5%, embora existam comunidades com percentuais mais elevados, como a Comunidade Tancredo Neves (R.A. Jacarezinho), onde o percentual de pessoas não alfabetizadas, com 15 anos ou mais, é de 8% e as comunidades Pica Pau Amarelo, Dois de Maio e Vila Matinoré, que apresentam o percentual de 7% de pessoas não alfabetizadas na faixa etária indicada.

Tabela 6 – Total percentual de pessoas alfabetizadas e não alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade segundo as Comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, RA Méier e município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Crianças de 10 a 14 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	H	M	H	M	H	M
Jacarezinho	1.327	1.303	39	23	1.366	1.326
Carlos Drumond de Andrade	4	1	0	0	4	1
Vila Jandira	20	28	1	0	21	28
Rua São João	34	41	1	3	35	44
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	35	49	1	6	36	55
Tautá	18	13	0	0	18	13
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	37	43	4	1	41	44
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	31	38	2	0	33	36
Dois de Maio	186	148	6	5	192	153
Marlene	32	33	2	0	34	33
Portelinha	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (fundos)	2	5	0	0	2	5
Antiga Company	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	26	28	1	1	27	29
Total	1.752	1.728	57	39	1.809	1.767
	3.480		96		3.576	

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

RENDA

RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES

A tabela 7 traz informações apresentadas pelo Censo 2010 sobre o rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares, de acordo com as seguintes faixas de renda: até 1/8 de salário mínimo; mais de 1/8 até ¼; mais de ¼ até ½; mais de ½ até 1; mais de 1 até 2, mais de 2 salários mínimos; além de informações de domicílios com renda per capita 0 (zero) ou domicílios sem informações de renda. Tendo em vista que os dados foram levantados no ano de 2010, quando o salário mínimo era de R\$ 510,00, as faixas de renda mencionadas correspondem respectivamente aos valores de: até R\$ 63,75; entre R\$ 63,76 e R\$ 127,50; entre 127,51 e R\$ 255,00; entre R\$ 255,01 e R\$ 510,00 entre R\$ 510,01 e R\$ 1.020,00; e mais de R\$ 1.020,01.

A análise do cruzamento feito com as duas primeiras faixas de renda possibilita construir uma estimativa aproximada sobre o número de domicílios nos quais habitam pessoas sob a linha de indigência ou de pobreza. Além disso, as quatro primeiras faixas de renda podem indicar, de forma aproximada, a quantidade de domicílios nos quais vivem pessoas elegíveis ou já cadastradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), uma vez que estas faixas de renda são utilizadas como critérios básicos para o cadastramento de pessoas em determinados programas sociais. Vale sublinhar que estas estimativas desconsideram, entretanto, os domicílios cujos moradores não possuem rendimento.

No que diz respeito à linha de indigência, o referencial adotado é o mesmo utilizado pelo CadÚnico, que considera o rendimento familiar per capita de R\$ 70,00 como um quesito fundamental para o acesso a diversos programas sociais. Para fazer uma correspondência com esse critério, a faixa de renda que vai até 1/8 de salário mínimo, ou seja, até R\$ 63,75, também foi utilizada por apresentar um valor aproximado.

Contudo, uma vez que esta faixa de renda mostra-se inferior ao rendimento domiciliar per capita (RDPC) usado para definir a linha de indigência, sabe-se que os domicílios em que habitam pessoas com RDPC entre R\$ 63,75 e R\$ 70,00 não estão contemplados nesta faixa. Isso significa que o percentual de indigência é superior ao apresentado na tabela, sobretudo se fosse possível levar em consideração o grupo de domicílios com pessoas que apresentam renda domiciliar per capita nula, dado este desconhecido.

Em relação à linha de pobreza, buscou-se fazer uma equivalência entre o valor usualmente adotado para defini-la (R\$ 140,00) com a faixa de renda que vai de mais de 1/8 até ¼ de salário mínimo, isto é de R\$ 63,76 a R\$ 127,50. Mais uma vez há uma diferença entre as faixas de renda usadas no levantamento do Censo 2010 e o valor aceito como definidor para a linha de pobreza. Portanto, o percentual de pobreza apresentado na tabela é um valor aproximado.

Observando as comunidades em processo de pacificação como um todo, verifica-se na tabela 7 que o percentual de domicílios com rendimento nominal domiciliar per capita na faixa de renda que vai de 1/8 de salário mínimo é de 1,3% valor maior do que aquele encontrado para o município do Rio de Janeiro como um todo (0,5%) e o verificado para a R.A. Méier (0,3%). O percentual observado de renda que corresponde aproximadamente à linha de pobreza também se mostra bastante superior ao encontrado no município do Rio de Janeiro e na R.A. Méier: se para as comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho este percentual é de 7,2% no município do Rio de Janeiro e na R.A. Méier é de 2,8% e 1,6%, respectivamente. Igualmente, existe uma grande discrepância na faixa de renda maior que 2 salários mínimos. Enquanto no município do Rio de Janeiro aproximadamente um terço da população está nesta faixa de renda e na R.A. Méier 42,7% da população também recebem mais de 2 salários mínimos, nas comunidades em processo de pacificação

do Jacarezinho este percentual é de apenas 3,2%. Este dado aponta para uma imensa distinção entre o território considerado e a comunidade como um todo.

Tabela 7 - Total e percentual de domicílios particulares por rendimento nominal mensal domiciliar per capita segundo as comunidades em pacificação do Jacarezinho, R.A. Méier e município do Rio de Janeiro – 2010

Comunidade	Até 1/8 SM		Mais de 1/8 a 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 SM		Sem Rendimento ou Sem	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Jacarezinho	93	1,1%	587	6,7%	2153	24,5%	3507	39,9%	1430	16,3%	271	3,1%	743	8,5%
Carlos Drumond de Andrade	0	0,0%	30	16,7%	6	25,0%	8	33,3%	3	12,5%	1	4,2%	2	8,3%
Vila Jandira	0	0,0%	4	19,7%	55	36,2%	44	28,9%	2	1,3%	1	0,7%	20	13,2%
Rua São João	2	0,7%	11	4,1%	50	18,7%	104	38,8%	88	32,8%	10	3,7%	3	1,1%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	4	1,3%	25	8,1%	65	21,0%	112	36,2%	68	22,0%	18	5,8%	17	5,5%
Tautá	0	0,0%	10	8,0%	25	20,0%	65	52,0%	25	20,0%	0	0,0%	0	0,0%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	10	4,7%	23	10,8%	47	22,2%	76	35,8%	38	17,9%	9	4,2%	9	4,2%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	4	3,0%	21	15,8%	42	31,6%	31	23,3%	16	12,0%	2	1,5%	17	12,8%
Dois de Maio	15	1,7%	56	6,4%	206	23,6%	385	44,1%	167	19,1%	25	2,9%	20	2,3%
Mariene	0	0,0%	26	11,1%	53	22,6%	72	30,8%	41	17,5%	10	4,3%	32	13,7%
Portelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	1	2,9%	2	5,7%	6	17,1%	11	31,4%	5	14,3%	9	25,7%	1	2,9%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Matinoré, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinoré	16	10,4%	19	12,3%	34	22,1%	36	23,4%	26	16,9%	7	4,5%	16	10,4%
Total	145	1,3%	814	7,2%	2742	24,3%	4451	39%	1909	16,9%	363	3,2%	880	7,8%
R.A. Méier		0,3%		1,6%		6,8%		19,0%		26,2%		42,7%		3,4%
Rio de Janeiro		0,5%		2,8%		10,8%		23,6%		23,7%		34,1%		4,3%

Fonte: Dados preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

RENDIMENTO DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS

A tabela 8 apresenta dados referentes às seguintes faixas de renda: até ½ de salário mínimo, mais de ½ até 1; mais de 1 até 2; mais de 2 a 3; e superior a 3 salários mínimos. Tais faixas de renda correspondem, respectivamente, aos valores de: até R\$ 255,00; entre R\$ 255,01 e R\$ 510,00; entre R\$ 510,01 e R\$ 1.020,00; entre R\$ 1.020,00 e R\$ 1.530,00; e superior a R\$ 1.530,01.

Nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho, a faixa de renda que vai até ½ salário mínimo abarca 2,0% dos responsáveis pelos domicílios, enquanto no município do Rio de Janeiro este percentual é de 1,3% e na R.A. Méier é de 0,6%. Os dados referentes à faixa de renda de 1/2 até 1 salário mínimo também revelam diferenças bastante significativas: nas comunidades aqui observadas o percentual de responsáveis por domicílios nesta faixa de renda é de 37,7%, percentual este sobremaneira maior que o apresentado pelo município do Rio de Janeiro (17,1%) e pela R.A. Méier (13,5%). Da mesma forma, os percentuais na faixa de renda superior a três salários mínimos demonstram que existe, de fato, uma diferença elevada entre o território e o restante da cidade. Nas comunidades em processo de pacificação do Jacarezinho apenas 3,1% dos

responsáveis pelos domicílios estão localizados nesta faixa de renda. Por outro lado, no município do Rio de Janeiro, o percentual de responsáveis por domicílios na mesma faixa de renda é de 33,3%, e na R.A. Méier.

Tabela 8 – Total e percentual de responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por cortes de renda nas comunidades em pacificação do Jacarezinho, R.A. Méier e município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidade	Até 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 a 3 SM		Mais de 3 SM		Sem Rendimento ou Sem	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Jacarezinho	142	1,6%	3381	38,5%	2681	30,6%	519	5,9%	264	3,0%	1788	20,4%
Carlos Drummond de Andrade	0	0,0%	8	33,3%	7	29,2%	1	4,2%	1	4,2%	7	29,2%
Vila Jandira	2	1,3%	85	55,9%	19	12,5%	1	0,7%	1	0,7%	44	28,9%
Rua São João	8	3,0%	75	28,2%	110	41,4%	27	10,2%	12	4,5%	34	12,8%
Tancredo Neves (RA- Jacarezinho)	11	3,6%	68	22,1%	120	39,0%	32	10,4%	14	4,5%	63	20,5%
Tautá	0	0,0%	61	49,2%	43	34,7%	5	4,0%	0	0,0%	15	12,1%
Vila da Rua Viúva Cláudio, 211	15	7,3%	68	33,0%	73	35,4%	10	4,9%	12	5,8%	28	13,6%
Engenheiro Alberto Moas, próxima ao nº 75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunidade do Adonis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Miguel Ângelo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pica Pau Amarelo	9	6,8%	42	31,6%	38	28,6%	3	2,3%	5	3,8%	36	27,1%
Dois de Maio	28	3,2%	319	36,7%	347	39,9%	71	8,2%	26	3,0%	79	9,1%
Marlene	2	0,9%	92	39,3%	60	25,6%	12	5,1%	7	3,0%	61	26,1%
Portelinha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Praça Marimbá, 60 (Fundos)	3	8,6%	6	17,1%	10	28,6%	9	25,7%	2	5,7%	5	14,3%
Antiga Company	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Martinoné, 163 (fundos)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Martinoné	0	0,0%	18	29,0%	18	29,0%	11	17,7%	2	3,2%	13	21,0%
Total	2207	2,0%	4.229	37,7%	3.526	31,5%	701	6,3%	346	3,1%	2.173	19,4%
R.A. Méier		0,6%		13,5%		21,4%		13,7%		40,9%		9,8%
Rio de Janeiro		1,3%		17,1%		24,6%		11,6%		33,3%		12,1%

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

4. DADOS QUALITATIVOS

4.1. INTRODUÇÃO

Reginensi (2004), citando Licia Valladares (2002) afirma que três “dogmas” contribuíram para gerar representações da favela: i) a favela “lugar da pobreza”, um território considerado por vários atores como homogêneo; ii) a imagem da cidade partida (Ventura, 1994) simbolizando o território dos excluídos; e iii) a ideia da favela território específico (Zaluar & Vito, 1998). Segundo a autora, neste último dogma encontra-se a figura do traficante.

Nas últimas décadas o Jacarezinho foi representado sistematicamente pela mídia como território de traficantes. No entanto, conforme visto anteriormente, é um território de histórias muito positivas para a memória do próprio Rio de Janeiro, apresentando, entre outros, aspectos da cultura genuinamente “carioca”. Da mesma forma, foi berço de lideranças comunitárias da maior importância para a cidade, que contribuíram de forma significativa para sua organização.

Reginensi (idem) cita também o professor Pedro Abramo, que fez uma pesquisa no Jacarezinho em 2003, quando este apresenta esta favela como um polo gerador de riqueza. Nas palavras do pesquisador:

Esta (a favela do Jacarezinho) possui estrutura comercial e mercado imobiliário compatíveis com o modelo de uma cidade média em nosso país. São 58 mil habitantes, 17.200 domicílios distribuídos em uma área de 350 mil metros quadrados, na região Norte do Estado, numa área próxima à estação do metrô, do trem suburbano e servida por dezenas de linhas de ônibus [...]. Dentro da favela do Jacarezinho, a pesquisa identificou 934 estabelecimentos, unidades produtivas registradas ou não. Deste total, 742 operam de forma cotidiana em horário comercial.

O comércio do Jacarezinho hoje continua bastante variado, atendendo tanto moradores do Complexo quanto do bairro do Jacaré e do entorno. Tem um fluxo de funcionamento intenso, principalmente aqueles estabelecimentos no setor de alimentos e de atendimento ao público. Todavia, a maioria desses precisa de investimentos em qualificação de pessoal, equipamentos, acesso ao microcrédito e outros para a sua formalização e geração de novos postos de trabalho. Conta com estabelecimentos, como: livrarias, relojoarias, óticas, casas lotéricas, salões de beleza, farmácias, lojas de materiais de construção, de móveis, de eletrodomésticos, açougues, aviários, peixarias, quitandas, armazéns, padarias, sapatarias, estúdios fotográficos, entre outros. Além disso, diariamente no local é forte o comércio de ambulantes, além da frequência à feira-livre. O mototáxi é o principal meio de transporte utilizado.

Através de uma iniciativa da UPP Jacarezinho, recentemente foi realizada uma reunião inicial entre policiais, comerciantes e o Sebrae, durante a qual foi anunciada a prestação de serviços de orientação sobre a legalização de microempreendedores individuais, além de apresentadas propostas que visam ao desenvolvimento local.

Tal iniciativa, ainda que tenha sido avaliada de forma positiva pelos participantes, exige cautela por parte do poder público e de comerciantes no que tange à formalização de seus negócios, pelo que se apreendeu em outras comunidades “pacificadas” onde estes tiveram dificuldades em manter seus estabelecimentos, uma vez legalizados, por falta da retaguarda necessária.

Todavia, como desdobramento dessa primeira reunião, o Sebrae criou um serviço de assistência aos microempreendimentos no Jacarezinho o qual, inclusive, oferece alternativas de microcrédito de até \$15 mil.

Quanto ao Complexo do Jacarezinho de forma mais geral, este é marcado pela presença maciça de assentamentos precários, quase todos muito pequenos e pulverizados no território, com destaque neste sentido para a favela do Jacarezinho que, com mais de 30 mil habitantes, abriga cerca de 70% dos habitantes do Complexo, estando fortemente adensada.

XANDRE

modas

Feminina e Masculina

VISA MasterCard
CRÉDITO PRÓPRIO
até 4 vezes
SEM JUROS
manequins do 36 ao 60

VISA MasterCard
PARCELADOS
SEM JUROS

VISA MasterCard
PARCELADOS
SEM JUROS





Internamente tal favela é dividida em partes alta, média e baixa, contando com uma série de subunidades. Destacam-se as seguintes:

i) na parte alta: Azul, Fazendinha, Esperança e Via GE;

ii) na parte intermediária: Darci Vargas e Cruzeiro;

iii) na parte baixa: Prainha (subunidade considerada a “mais rica” da favela porque é onde está localizado o comércio, chamada por alguns de “zona sul” do Jacarezinho); XV de Agosto, Praça da Concórdia (onde funcionava o projeto “Célula Urbana”), Pontilhão, Rua Amaro Rangel Vieira, Cajueiros e Beira Rio ou Fundão (junto com a subunidade Azul, considerada como a mais pobre do Complexo)

Em termos de legislação urbanística, a favela do Jacarezinho é considerada uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) desde 1999. Demais comunidades que integram o Complexo não contam com legislação específica, à exceção da favela Dois de Maio, igualmente classificada pela Prefeitura do Rio de Janeiro como AEIS desde 2001.



4.2. SANEAMENTO BÁSICO, ENERGIA ELÉTRICA, PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE DE VIAS

De acordo com o Diagnóstico Social Prévio do Jacarezinho, elaborado pela equipe do PAC Social, em 2010, no Complexo do Jacarezinho observa-se uma escassez de projetos urbanísticos. Segundo este diagnóstico, mesmo nas comunidades que foram atendidas por algum programa governamental, as obras se encontram em mau estado de conservação, umas pela falta de manutenção e uso inadequado (depredação); outras por estarem inacabadas. Os dados que seguem reproduzem *ipsis litteris* o documento em questão.

O esgotamento sanitário, em muitas das subunidades do Complexo, é deficiente e se encontra em condições inadequadas, o que causa danos à saúde dos moradores. Os dejetos descem a céu aberto e, em alguns locais, acumulam. Bueiros não têm tampa e em certos pontos os alagamentos são enormes. Muitos moradores improvisam sua própria rede de esgoto. Nesses, o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a drenagem inexistem. As redes não passam pela manutenção necessária e os canos e taludes estão



Foto: Léo Lima

danificados. Os reservatórios locais não são suficientes para atender à população que sofre com a falta de água. Também existem poucos funcionários para a realização da “manobra de água”.

A coleta de lixo existe, mas é insuficiente. A circulação dos caminhões da Comlurb em determinadas áreas é prejudicada pela falta de vias de acesso pavimentadas que comportem o trânsito de veículos de grande porte. Em muitas dessas comunidades, a frequência desse serviço é baixa e inversamente proporcional à quantidade de dejetos produzidos, o que faz com que prolifere a presença de roedores no local.



Na atualidade, a grande maioria da população de Jacarezinho conta apenas com as caçambas de lixo da Prefeitura ou com a ação de garis comunitários para a sua retirada, em número insuficiente para a demanda existente.

O sistema de energia elétrica não atua com constância e nem abrange todos os domicílios. A falta de luz é uma constante. Observam-se um emaranhado de fios, dispostos à revelia, e nos moldes como são feitas as chamadas “gambiarras” estas representam perigo de vida. A iluminação pública é precária e inexistente em diversos pontos das comunidades. Em muitos locais não existem postes, principalmente nas margens do leito do rio Jacaré.





Todos os indícios de asfaltamento e calçamento são precários e melhores nas partes onde existem estabelecimentos industriais e comerciais. As vias não possuem uma largura apropriada e, em caso de curva, não possuem angulação que comporte o trânsito de mão dupla. De qualquer forma, a quase totalidade das áreas é permeada por becos estreitos e algumas escadarias, todos em péssimas condições de uso. As áreas limítrofes à via férrea e mesmo dentro dela, estão ocupadas e representam risco de vida.

Para além do diagnóstico do PAC Social, uma liderança local chama a atenção para a necessidade urgente de reparo do acesso ao embarque e desembarque na Estação Jacarezinho da linha do trem, que vem apresentando riscos de acidente, citando a altura e distância inadequadas.

Na conjuntura atual, a Associação de Moradores do Jacarezinho tem insistido junto ao poder público na presença efetiva de prestadoras de serviços no local (Cedae, Light, Riolut, outras) alegando que o argumento que funcionários e prestadores não podem trabalhar com risco não é válido com a comunidade “pacificada”. Nas palavras de Rumba Gabriel, presidente dessa Associação:

[...] a nossa população encontra-se debaixo de um grande sofrimento, os serviços públicos essenciais estão nos faltando: falta água, energia elétrica, temos entupimento de tubulações de esgoto que já está invadindo residências, falta iluminação pública e o acúmulo do lixo é generalizado [...] esgotos derramando detritos e coliforme fecais já estão ocasionando foco de hepatite e outras doenças. Somados todos estes problemas, chegamos à conclusão de que o caos se projetou na favela, e uma bola de neve com efeito dominó se instalou. Vejamos: missas e alguns cultos estão impedidos de serem realizados, o colégio Salesiano ficou sem aula, uma das igrejas Batista do Jacarezinho foi obrigada a comprar um gerador, as crianças do Jacarezinho, que já têm espaços limitados para o lazer, estão em pânico de andar nas ruas devido às constantes explosões de transformadores, seguidas de incêndios nas fiações [...]. Com relação à água, na favela existe um reservatório que cabe milhares de metros cúbicos que jamais foi utilizado, mesmo tendo sido construído há cerca de oito anos. Também outros fatos irregulares vêm acontecendo na favela por parte de alguns funcionários da Light que solicitam pagamento para a realização de serviços essenciais... tudo isso revelando um verdadeiro caos.





Foto: Léo Lima

Foto: Léo Lima





4.3. SAÚDE, EDUCAÇÃO, TRABALHO

O direito ao saneamento básico está diretamente relacionado com o direito à saúde, na medida em que juntos viabilizam melhor qualidade de vida. Todavia, a carência de atenção básica e do acesso à saúde é um problema da maior seriedade no Jacarezinho.

De acordo com a Prefeitura do Rio de Janeiro, a comunidade conta com ampla cobertura de programas de Saúde da Família. No entanto, não é o que se percebe na prática. Faz-se necessário melhor estrutura para trabalhos de prevenção e para atendimentos de todas as naturezas, e a presença efetiva de profissionais médicos atendendo a todas as localidades do Jacarezinho.



Desde meados de 2011 a favela conta com a Clínica da Família Anthidio Dias da Silveira, com equipes de saúde da família e de saúde bucal, cuja maioria é integrada por moradores. Profissionais vinculados à mesma, contudo, apontam para a necessidade imediata de melhoria e manutenção dos equipamentos existentes e da ampliação do número de agentes de saúde e dos médicos contratados, bem como de capacitação para todos. Hoje eles não dão conta da demanda existente.

O local onde foi construída essa Clínica passou por uma revitalização. Era uma das áreas de maior consumo de drogas da cidade, uma das chamadas “cracolândias” do bairro. A localização desta, contudo, é motivo de acirradas críticas por ser vizinha à SUIPA (Sociedade União Internacional Protetora dos Animais), instalada na Avenida Dom Hélder Câmara desde 1943.



Foto: Léo Lima

Saúde
Presente



RIO
PREFEITURA

Clínica da Família
Anthidio Dias da Silveira



Segundo agentes de saúde, a causa do elevado número de casos de tuberculose no Jacarezinho está relacionada às moradias sem ventilação, as quais apresentam alto grau de umidade. Várias destas são geminadas e/ou construídas muito próximas umas das outras, impedindo a entrada de claridade e do Sol.

Com relação à hepatite, segundo os mesmos, tem a ver com a convivência com esgoto a céu aberto, lixo e com água contaminada. Algumas localidades sofrem com a falta de abastecimento; noutras este é intermitente, conforme retrocitado. Muitas vezes ocorre-



se a ligações clandestinas que, em alguns casos, são feitas inadequadamente junto com ligações de esgoto, fazendo com que se consuma água contaminada.

O risco sanitário de transmissão de doenças sexualmente transmissíveis e infectocontagiosas como tuberculose, AIDS, hepatite, parasitoses e outras é alto no local, da mesma forma que o da gravidez de adolescentes e o risco de morte precoce violenta, até muito recentemente. Neste sentido, agentes de saúde clamam por campanhas e iniciativas de prevenção urgentes.

Foto: Léo Lima



Na Clínica da Família Anthidio Dias da Silveira, jovens e adolescentes do RAP da Saúde (Projeto Rede de Adolescentes Promotores da Saúde, realizado por meio de parceria entre a Secretaria Municipal de Saúde e o Centro de Promoção da Saúde – Cedaps) realizam diversos eventos como aqueles relacionados com a paternidade responsável e a prevenção às DSTs. Buscando aproximar-se de um público específico, por meio do RAP da Saúde no polo Jacarezinho capacita-se também agentes de saúde em técnicas e de artes cênicas para o desenvolvimento de ações de redução de danos. “O teatro é um mecanismo muito forte para trabalhar a saúde, pois é lúdico, ajuda as pessoas a prestarem atenção no contexto, facilitando o aprendizado. Temas difíceis têm sido debatidos através do teatro”, afirma o coordenador do polo.

No que diz respeito à educação, não existem equipamentos da rede pública de ensino instalados no interior do Complexo do Jacarezinho, o que dificulta o acesso de moradores, sobretudo daqueles que moram nas partes altas da comunidade. Tal situação prejudica principalmente crianças. Nas palavras de um morador:

E sobre a relação da educação das crianças, muito abandono. [...] Agora é que as coisas vão melhorar um pouquinho, talvez. Até então, não tínhamos nada aqui. A travessia lá, não pode ninguém atravessar. Era travessia para lá e para cá. As crianças não podiam ir para a escola. As escolas são distantes também daqui. As crianças vão longe para poder ir estudar. Quando tinha operação, as crianças não podiam sair de casa. Aqui no Jacarezinho a gente estava abandonada. E ainda está. Educação? Um sonho. Isso eu acho.

Em contrapartida, moradores locais são unânimes em elogiar o trabalho realizado na Escola Salesiana Alberto Monteiro de Carvalho, instalada junto à Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, na rua Darcy Vargas, no Jacarezinho. Ainda assim, reclamam falta de atividades complementares à escola voltadas para o público infanto-juvenil. Muitos lastimam pelo fato de os CIEPs situados no entorno do Jacarezinho não funcionarem dentro da proposta e finalidade para o qual foram criados.

Revelam uma preocupação similar com relação aos jovens, já que não há no Jacarezinho ofertas de cursos técnicos para estes. Sem escolaridade e qualificação profissional adequada, ficam à mercê de subempregos e são vítima fáceis da precarização nas relações de trabalho, fato que se agrava com o preconceito e discriminação sofrida por eles. Com relação a este aspecto, uma moradora local desabafa:

Talvez não seja mais assim, mas duvido. Se você sai lá fora e você fizer o currículo: “moro no Jacarezinho” e o outro fizer “moro no Méier”, qual vai ser escolhido? Isso independente da qualificação da pessoa. Nós temos que mudar isso. E o momento é este.







Sobre a importância da qualificação profissional para o público jovem, um membro da Associação de Moradores se mostra consciente. Nas suas palavras:

As pessoas aqui estão sem oportunidade para trabalho. Eu acho que o governo deveria trazer um Cefet, uma Faetec para dar um treinamento para esses jovens e colocá-los no mercado de trabalho, para eles poderem crescer, ter uma ocupação melhor, para a mente deles não ficar voltada para outras coisas que não são legais. Então, a oportunidade para eles terem um colégio, um curso sério que lhes dê treinamento adequado, moderno... Como eu sou instrutor, eu estou pronto para ajudá-los para, futuramente, encaminhá-los para um emprego. Tem muitos jovens por aqui que não têm essa oportunidade. Então, eu acho que o momento dessa mudança é agora, é bem-vinda. Eu creio que o mundo hoje está totalmente mudado. Então, pelos países que eu já passei, o crescimento tem acontecido através da educação, treinamento, trabalho, estudo, então, isso faz com que o ser humano cresça. Tem que fazer isso aqui: trabalhar este jovem e dar chances para que ele conheça outros mundos, outras realidades e daí abra sua mente.

Recentemente, moradores locais conquistaram uma vitória com a volta do funcionamento do pré-vestibular comunitário em função de uma parceria entre a FAETEC e a Associação de Moradores do Jacarezinho.

O Jacarezinho conta com poucas ONGs e outras organizações voltadas para o desenvolvimento comunitário, à exceção de igrejas que cumprem um papel fundamental nesse sentido, conforme ressaltado. Dentre estas, destaca-se o trabalho de igrejas evangélicas, como o da Igreja Adventista do 7º Dia que, por meio da ONG Impacto Saúde, realiza trabalhos de socialização de dependentes químicos, reforço escolar, orientação jurídica, apoio a mulheres com relação à contracepção, oferta de bolsas de estudo para cursos superiores e de cursos profissionalizantes.

5. A COMUNIDADE POR ELA MESMA

Um sentimento de grande indignação paira sobre moradores e lideranças do Jacarezinho frente ao estigma que a comunidade carrega consigo, tida como “perigosa” e “extremamente violenta”, lugar de “drogas”, de “viciados em crack”. Muitos ressaltam que apesar de o Jacarezinho ser a segunda mais importante favela do Rio de Janeiro em termos populacionais, estar situado num local estratégico da cidade, e contar com um histórico de importantes lutas e conquistas comunitárias – expressão da resistência negra, berço de um operariado politizado e de lideranças comunitárias atuantes –, tem sido “esquecido” pelo poder público que, na sua percepção, trata a comunidade com profundo descaso e desrespeito.

Um exemplo emblemático nesse sentido diz respeito à “famosa” caixa d’água construída, há mais de seis anos, no alto da favela, no Azul. No imaginário coletivo, esta caixa d’água pode vir a inundar o Jacarezinho de forma trágica e irônica. Irônica porque, por problemas técnicos pouco ou nunca esclarecidos, esta jamais foi utilizada para o abastecimento de água do Azul ou do Jacarezinho. Pela sua localização e relativa imponência, é percebida como uma metáfora da relação que o poder público estabelece com moradores do Jacarezinho, traduzida em sentimentos de medo e insegurança, num contexto em que direitos de cidadania são sistematicamente “blefados”, conforme depoimentos de moradores apresentados a seguir:

O problema da caixa d’água é o seguinte: fizeram isso aqui de enfeite... só! Vaza água nela, os lados todos, como nós estamos vendo aí. Já vieram duas vezes e não resolveram nada. O que que acontece? Lá do outro lado já estufou um pouco, fez uma barriga. Cair essa caixa d’água, não cai, mas ela pode estourar. Outra coisa, 25 mil metros quadrados dessa área toda já foram indenizados, só que ninguém recebeu o dinheiro. Pra onde foi esse dinheiro? Essa caixa d’água ia servir para fornecer água para toda a parte seca, para toda a favela, todo o Jacarezinho. Daqui até à beira do rio. Até hoje ninguém está desfrutando de nada, de nada. As pessoas reclamam, uma casa tem água, a outra não tem... Lá em cima está aberto um pouco. Deve estar cheio de mosquito, barata, rato. E essa bagunça aqui embaixo da caixa d’água, nesse espaço embaixo... Tem que acabar com isso. Alguém tem que fazer alguma coisa para resolver esse problema dessa caixa d’água aí. Porque daqui até à beira do rio, ninguém tem água. E agora?

Olha só, nós estamos diante de uma caixa d’água que seria a redenção dessa parte do Jacarezinho, que é o Azul. Porém, de nada adiantou. Casas foram desapropriadas no valor de 320 mil e outras casas que circundam esse tremendo elefante branco. Então, nunca funcionou. As vezes que tentam enchê-la, ela tem vazamentos, não tem qualquer atenção por parte da Cedae, que é a gestora, porque está no miolo da favela, então, não tem visualização pelos de fora. Então, é muito fácil de esconder da gente e pra eles não importa [...]. Ela começou a ser construída no ano de 2006 e deuse como concluída no ano de 2009. Mas nunca funcionou. Foi inaugurada, inclusive o vereador, o senhor jornalista Pedro Porfirio, tomou até banho aqui, dizendo que era a redenção, mas isso aqui nunca funcionou. Veja bem, não... essa caixa nem era necessária, foi mais uma construção política como tudo que a gente assiste aqui. Uma vez que a outra caixa d’água foi instalada lá na rua São Paulo resolveu em parte o problema aqui do Azul. Então, essa caixa foi mais política, talvez no intuito de levantar o dinheiro da desapropriação. Sem essa caixa aqui, esse alto está meio tranquilo no que concerne à água. O problema é essa caixa, porque, se cheia, vai gerar um problema para quem está perto. [...] Inclusive, o vice-governador Pezão esteve aqui na quadra de samba e delegou poderes, na época, ao vice-prefeito, doutor Muniz, que entrasse em contato com o Wagner Victor para ver isso aqui e ninguém apareceu. Então é assim que se cria os problemas. Como é que faz o cidadão?



O problema da falta de água é histórico no Jacarezinho e nunca foi resolvido. Se o abastecimento nas áreas mais altas sempre foi prejudicado, na atualidade déficits de abastecimento têm sido comuns também em áreas baixas, o que tem intrigado alguns moradores que falam da necessidade urgente de a Cedae intervir e assumir sua responsabilidade, em todos os sentidos.

Moradores reclamam também de problemas recorrentes com tubulações de esgoto entupidas, denunciando que com as obras do Favela Bairro, ao invés de estas serem aumentadas, foram estreitadas, causando os problemas atuais. Acreditam que a alta incidência local de doenças infectocontagiosas relacionadas com água contaminada, como a hepatite, tem a ver com esta situação. Solicitam urgência no atendimento deste problema ao mesmo tempo em que sugerem uma avaliação da efetividade, custo-benefício do Favela Bairro no Jacarezinho, tristemente tratado por alguns como “Favela-Barro”.

Igualmente, o lixo é percebido como um problema central no Jacarezinho. Tanto a coleta quanto o destino final nunca foram equacionados. Segundo lideranças, na época que o projeto “Gari Comunitário” era atuante, a questão do lixo era menor. Todavia, na atualidade, “é um caos”, nas suas palavras. Moradores dizem que quando a Comlurb entrou na comunidade junto com a UPP, teve que retirar muitas toneladas de lixo das vias da Jacarezinho, o que foi amplamente divulgado pela mídia. No entanto, segundo eles “isto foi tudo, o problema segue igual”. Nas suas palavras:

Este trabalho foi feito somente para mostrar serviço e hoje o lixo voltou a ficar acumulado mais nas vias secundárias, que não são maquiadas e ninguém passa, só moradores. Só tiram o lixo da rua principal, quando tiram, e o povo precisa de esclarecimentos. Você gosta de ter lixo na sua porta?

Moradores citam ainda o problema da poluição, oriunda da atividade fabril no Jacarezinho, citando especificamente o caso da Cisper, fábrica de vidro que, na sua percepção, pode estar contribuindo para a incidência de doenças respiratórias na localidade. Também solicitam esclarecimentos por parte do poder público acerca do terreno onde a GE funcionava, porque sabem que está contaminado. Gostariam de saber quanto tempo levará esta descontaminação, quais os riscos implicados para sua saúde, e qual o uso que será dado a este espaço, o único que tem área verde em toda a comunidade. Finalmente, reivindicam que seja feita uma diligência para análise das condições de salubridade do Jacarezinho como um todo.

Esses têm expectativas elevadas com relação às obras dos Programas Minha Casa Minha Vida e do PAC Jacarezinho reivindicando esclarecimentos urgentes sobre as mesmas e desapropriações daí decorrentes, que é o que mais lhes preocupa e assusta. “Quem será desapropriado? como? onde será reinstalado? quais os planos de desapropriação para a

comunidade como um todo? como evitar dores e perdas?, como participar da tomada de decisões?”, estão entre as questões colocadas, de forma recorrente.

Acreditam que o problema da moradia tem que ser equacionado no Jacarezinho de uma forma definitiva e transparente (sem “negociações políticas”, falam). Acreditam também que é fundamental o governo fazer um cadastramento único de todas as moradias que já foram interditadas na comunidade, há mais de um ano, por estarem situadas em locais de risco, cujos processos estão parados, além daquelas que serão desapropriadas, agora por conta de obras dos programas governamentais retrocitados. Solicitam ainda que sejam incluídas neste cadastramento as moradias de famílias e indivíduos que vivem em situação de indigência e de extrema pobreza, lembrando que moradia é um direito de cidadania. Alguns citam o trabalho de mobilização comunitária realizado neste sentido por associações de moradores locais, como a de Tancredo Neves.

Tais moradores reivindicam ainda participar da definição do PAC Jacarezinho. Segundo eles, problemas estruturais como saneamento básico, saúde e construção de moradias dignas devem ser aqueles priorizados. Da mesma forma, na sua percepção, deve ser priorizada a reforma/reparo de galpões e demais benfeitorias de fábricas desativadas no local para uso comunitário, exemplificando com o caso das instalações da Company e da Enila.

A recente intervenção pública no Jacarezinho para a implantação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (responsável pelo policiamento das localidades Tancredo Neves, Pica-Pau Amarelo, Vila São João, Xuxa, Marlene, Vila Viúva Cláudio, Marimbá, Jacarezinho, Carlos Drummond de Andrade e Vila Jandira) é percebida com cautela por parte de muitos dos moradores do Complexo, se não da maioria.

Por um lado, limites e possibilidades de tal intervenção não foram discutidos com eles, preocupados em ficar à mercê de “podres poderes”, como mencionam o que, a seu ver, poderá trazer “consequências perversas” para a vida comunitária, já que tem todo um histórico na localidade de relações “difíceis” com alguns policiais “menos preparados, muitas vezes truculentos, corruptos e preconceituosos”, nas suas palavras.

Por outro lado, a própria natureza desta intervenção, a implantação da UPP, deveria ter sido esclarecida, ressaltam. Afinal, se trata de “uma substituição de domínio?, quais vantagens e desvantagens e para quem? quanto tempo durará? tem a ver com uma política de segurança e melhoria da qualidade de vida ou se trata de uma ação de natureza estritamente policial, fugaz, como tudo que tem a ver com políticas pontuais midiáticas?, estão entre as diversas questões levantadas.

Na realidade, a questão da segurança pública é bastante velada entre eles, que se sentem inseguros em falar sobre a instalação da UPP e sobre como essa convivência com os

policiais vem se dando. Porém, se revelam impacientes para saber como este processo será desdobrado. Segundo eles, ficaram sabendo sobre o evento no dia que ocorreu. Afirmaram ter sentido muito medo. Nas suas palavras:

[...] helicópteros sobrevoando muito baixo, policiais invadindo ruas, casas, revistando pessoas, tudo de forma truculenta, sem preparo, tensão por toda parte como se o Jacarezinho fosse bandido. E tudo que fazemos e fizemos pra cidade? Cadê os verdadeiros bandidos?, pergunta aí, não estão na comunidade, pode ter certeza..

Perguntados mais uma vez como foi com a entrada da UPP, reagem da seguinte forma:

O poder público ficou meio decepcionado quando chegou aqui na época da pacificação... e não deram um tiro. Que comunidade violenta é essa que, de repente, eu vou lá para pacificar e fico sem graça, porque a mídia toda aqui, sem graça, pronta para noticiar, vender a imagem de tragédia, de desgraça, mostrando o medo, de como eles são, ficou toda sem argumento, sem assunto, envergonhada... [...] E o que tiveram como resposta? A Bia como campeã, no Caldeirão do Luciano Huck, como a musa das favelas... quer dizer, essa foi a resposta, tá entendendo? Temos aí uma Escola de Samba campeã que agora está indo para a Marquês de Sapucaí com esse enredo maravilhoso, que é sobre o Jamelão (puxador não, intérprete!). [...] Essas coisas não interessam para a grande mídia... O único problema aqui é o poder público chegar e meter o pé, tá entendendo? Vai querer até subtrair alguma coisa que a gente lutou para conseguir. Esse que é o medo da gente.

Bom... eu não posso dizer que ainda teve mudança, porque até agora o que eu só estou vendo na comunidade é a polícia. A Claro (operadora de telefonia) entrar, a Sky (TV a cabo), isso aí para a gente não é uma mudança ainda no momento. Não teve mudança. Tem cobrança.

Ainda assim, tais moradores afirmam que havia uma expectativa grande, positiva, com a entrada da UPP no Jacarezinho no sentido de trazer mais segurança, devolvendo a sua liberdade de ir e vir sem o risco de mortes e balas perdidas; evitando a concentração na comunidade de usuários de crack (cujo consumo se expandiu “assustadoramente” pelo fato de ter sido uma das primeiras comunidades do Rio de Janeiro a vender a droga); trazendo consigo serviços básicos de infraestrutura urbana e outros.

Todavia, se num primeiro momento tais expectativas pareciam concretizar-se, num segundo, voltou-se a apontar para o grau de superficialidade das medidas tomadas em termos da infraestrutura urbana. A questão do lixo novamente veio à tona neste sentido. Nas palavras de um morador:

Com a entrada da UPP primeiro teve toda uma movimentação para a retirada de lixo da comunidade, o que foi bem noticiado na mídia; na atualidade, voltou a acumular e os policiais ficam só nas vias principais. Parece que em todo lugar que tem UPP é assim, maquiagem pura [...] não se coloca o dedo na ferida. O mesmo tá se dando com a água, a luz, o esgoto nem se fala. Só pensam nas desapropriações. Devem render muito, né? E tem campanha vindo por aí. Socorro!”.

Outra questão que preocupa moradores do Jacarezinho diz respeito à violação de direitos humanos com a prática de abuso e maus-tratos por parte de alguns policiais, “menos preparados e aptos para a função”, o que já tem sido observado. “Igual ao que já se viu em outras favelas”, afirmam. “Afinal, quem pacifica os pacificadores”? pergunta um entrevistado.

Um morador, percebendo uma violação nos seus direitos de cidadania, fez questão de relatar um fato recente, sofrido por ele, conforme a seguir:

Os policiais, alguns, não têm preparo e abusam. Fazem ronda principalmente à noite sem identificação, o que já é uma afronta. Usam bombas de gás de pimenta. Outro dia estava com minha filha de noite e um perguntou: você acha certo estar a esta hora na rua com esta criança? Eu disse: a filha é minha e eu decido o horário que ela pode ficar na rua [...], eles não podem interferir na nossa vida particular. Mais tarde, nesse dia mesmo, começou uma confusão, moradores jogaram pedras em policiais e eles replicaram com balas de borracha. Uma acertou em mim, nas costas, e fez esta ferida enorme que vocês estão vendo aí. Fui procurar o comandante da UPP e ele não estava, aliás muitas vezes não está. Como faz? Daí, policiais me disseram OK, corre atrás dos seus direito (...). Todo sábado e domingo é uma confusão, no Azul então...; como é que faz?

Na realidade, moradores do Jacarezinho ressaltam a necessidade de respeito aos seus direitos, à sua cultura e vida comunitária, de não-intervenção na vida privada de moradores e de diálogo com a polícia e com o poder público, de modo geral. Alguns mencionam a importância de contar com um canal para reivindicar tais direitos.

Por este motivo, por iniciativa da Associação de Moradores, acabou de ser fundado localmente o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos do Jacarezinho, com as participação da OAB – Ordem de Advogados do Brasil, ABI – Associação Brasileira de Imprensa, Rede Contra Violência, ANF – Agência de Notícias de Favelas, entre outros, visando evitar abusos de poder, violação de moradias, práticas discriminatórias etc.

Mesmo frente a toda série de adversidades, moradores do Jacarezinho manifestam algum grau de esperança de que a comunidade se transforme e resgate a identidade que um dia conquistou, começando pela mudança da sua imagem pública. Acreditam que este processo elevaria sua autoestima e resgataria a vontade de permanecer no local. Nas suas palavras:

A imagem do Jacarezinho está tão denegrida que muitos moradores, até os mais antigos, têm se retirado da comunidade e artistas nascidos aqui ou que viveram na favela se negam a falar do assunto porque sentem vergonha e não querem se comprometer.

O Jacarezinho já perdeu parte da sua história com o fechamento de terreiros que existiam desde a época que os negros vinham se refugiar nas fazendas daqui quando éramos um grande quilombo. Agora se trata de não perder, de resgatar a identidade do Jacarezinho fazendo igual à letra do samba – agoniza, mas não morre. Tenho dito!

Ressaltam, nesse sentido, o papel aglutinador que a Escola de Samba Unidos do Jacarezinho tem condições de realizar se contasse com investimento e tivesse oportunidade de construir uma cadeia produtiva do seu carnaval, gerando oportunidades para talentos criativos locais. Lembram que já foi assim num passado remoto.

Ressaltam, ainda, a necessidade de respeitar a luta dos operários que construíram o local, que fizeram com que este se transformasse, outrora, num dos maiores parques industriais do Rio de Janeiro, oferecendo incentivos para que o potencial fabril que ainda existe no local pudesse ser aproveitado.

Ressaltam também o papel importante que as igrejas historicamente aí realizaram, lembrando da figura carismática e, muitas vezes, controvertida, do Padre Nelson del Mônaco. Ressaltam o importante trabalho que igrejas evangélicas realizam no Jacarezinho na atualidade, “as únicas que dão alguma assistência a usuários de crack e aos muito pobres e problemáticos”, nas suas palavras.

Finalmente, ressaltam o papel que a Associação de Moradores do Jacarezinho pode assumir se diferenças políticas entre lideranças forem superadas e cumpridas promessas de campanha. Percebem e eleição do atual presidente como legítima e respeitam sua representatividade. Mas têm pressa de ver resultados. Pensam que as demais associações de moradores do Complexo deveriam estar envolvidas num grande mutirão pela defesa e promoção do território.

De fato, identificam a falta de união entre eles próprios e, sobretudo, entre lideranças locais, como um entrave à tarefa de resgate da identidade do Jacarezinho e à concepção de uma proposta de desenvolvimento, pensada de forma coletiva e realizada participativamente. Ressaltam que a maior parte das lideranças locais têm uma postura individualista, pautada por interesses político-partidários, o que dificulta qualquer tentativa de construção de um projeto conjunto para o local.

ATENDIMENTO
NA ASSOCIAÇÃO
2ª A 6ª 8:30 AS 17:00
SAB. DAS 8:30 AS 12:00
TEL 2228-6643

ATENDIMENTO
FISIO TERAPIA
3ªS E 5ªS FEIRAS
DAS 9:00 AS 11:00 HS.
ADVOGADO
AS 3ª E 6ª FEIRA
CLINICA GERAL
PEDIATRIA
3ª FEIRA DE 15 A 15 DIAS
PSICÓLOGO
TODOS OS SÁBADOS

Lembram, com nostalgia, de uma época anterior, nas décadas de 1960/70, quando moradores e lideranças do Jacarezinho estavam reunidos no Grupo Amarelo, organizados para trabalhos conjuntos, “pensados de forma democrática para o bem da comunidade em geral”. Afirmam que estes eram outros tempos nos quais “*interesses por cargos, por poder e político-partidários não mandavam na vida da comunidade, tampouco o clientelismo, a troca de favores espúrios*”, nas palavras de um morador.

Segundo esses, hoje o Jacarezinho é uma comunidade dividida por interesses que impedem que se avance em direção à construção de um consenso em torno de interesses comunitários. Assim, acreditam que a comunidade enfrenta uma crise de legitimidade e representatividade sem precedentes. Isto porque, na sua percepção, há décadas lideranças locais vêm sendo “cooptadas” por partidos políticos e estão a serviço de interesses particulares, de cunho clientelístico-eleitoreiro. Nas palavras de um morador:

Lideranças do Jacarezinho não conseguem falar a mesma língua; não existe união; há muita divisão político-partidária com pessoas no PT, PDT, PC e outros partidos disputando cargos e comissões. Nos anos 1970 havia uma união, hoje eles são políticos e não falam a realidade para a comunidade. Assim, existe o problema de identidade e das lideranças que pensam de forma individualizada em detrimento do coletivo, cooptadas pelo poder. Elas estão tão dentro do governo que não têm coragem de mostrar a cara; quando veio a UPP, o anterior presidente da Associação de Moradores do Jacarezinho saiu rapidinho. A cooptação de lideranças para ocupar cargos públicos é quase que uma tradição aqui, infelizmente. Mas existe uma resistência a este comportamento aqui, uma massa crítica que sofre muitas vezes calada [...], mas que em algum momento vai se expressar. O Jacarezinho é muito visado pelo seu potencial eleitoral, afinal são mais de 50 mil pessoas, mas ninguém é bobo, nem pra dentro nem pra fora.

Tais moradores contam da criação, em 2006, da comissão “Viva Jacarezinho”, visando reverter o quadro de violência o que, na sua percepção, foi uma prova da capacidade de mobilização e organização existente. Esta, no entanto, “*não foi muito à frente porque lideranças foram cooptadas e moradores ficaram desmotivados. Durou dois a três anos, mas foi uma tentativa*”, segundo o depoimento de um entrevistado.

Lembram que nessa mesma ocasião foi criado o movimento “Jacarezinho pela Paz”, reunindo mais de uma dezena de organizações atuantes no local, que resultou na criação de um blog de mesmo nome por iniciativa de um morador local. Tal blog existe e é reconhecido por muitos como um canal democrático, onde moradores do Jacarezinho têm a possibilidade de expressar-se com relação à comunidade.

A recente eleição de Rumba Gabriel, liderança histórica do Jacarezinho, para a presidência da Associação de Moradores é vista por alguns como um sinal positivo no sentido de a comunidade estar representada e mais amadurecida em termos políticos “até para enfrentar as mudanças em curso”; por outros, é vista com desconfiança em função do desgaste que a própria Associação tem sofrido e pelo fato de Rumba Gabriel já ter exercido o cargo anteriormente e pertencer a um partido político, com projeto próprio. Mesmo assim, muitos se declararam dispostos a lhe dar um voto de confiança, acreditando na possibilidade de renovação e nas suas promessas e propostas de mudança.

De fato, Rumba Gabriel venceu as eleições e assumiu a Associação de Moradores do Jacarezinho com uma proposta de *“fazer uma administração do Jacarezinho como se fosse um município; com secretarias por setor e uma Associação de Moradores itinerante, trazendo pessoal novo para atuar na área, como a ONG Cultura e Cidadania dos Três Ramos e a organização Brigadas Populares”*, nas suas palavras. Pretende ainda contribuir para a união de moradores e demais lideranças do Complexo.

Nesse sentido, outra liderança importante local, Sebastião da Costa Cândido, conhecido como Tião, que se autodeclara *“filho da comunidade”* (nasceu e cresceu no Jacarezinho e é órfão), diz que se empenhará de forma contundente. Para tanto, pretende marcar reuniões, ajudar na troca de ideias e propostas entre Rumba e demais presidentes de associações de moradores locais.

No que diz respeito a Rumba, junto com a comunidade e com o apoio de parcerias, pretende resgatar projetos importantes que aconteceram no passado como o “Célula Urbana” que, *“funcionando na Praça da Concórdia, num imóvel cedido pela Prefeitura, hoje abriga dois empreendimentos particulares, uma academia de ginástica e uma lan house, muito diferente da sua proposta original e do que já fez um dia”*, afirma.

O resgate desse projeto é bem visto por outros moradores do Complexo que lembram de forma positiva das atividades aí realizadas, que *“atendiam muito aos jovens”*. Segundo eles, a CUFA (Central Única de Favelas) foi a última instituição que administrou o espaço, até 2008, quando não contou com recursos para dar continuidade às atividades.

Da mesma forma que o “Célula Urbana” está parado, moradores do Jacarezinho destacam a importância de retomar os trabalhos do “Centro Cultural” fundado por Rumba Gabriel, em 1994. Falam da importância de contar com um espaço dessa natureza, que permita sua convivência e desenvolvimento de atividades conjuntas que resgatem e valorizem a identidade cultural do bairro.

CENTRO SOCIAL DO JACAREZINHO



Empregabilidade - Assessoria Jurídica - Assistência Social
Cursos Profissionalizantes - Aula de Dança
Capoeira - Muay Thai - Judô - Jiu-Jitsu

E-mail: jobsoportunidades@hotmail.com

Praça da concórdia Nº 10, 3º andar Tel: 2218-5929

Até aqui nos ajudou o Senhor

CASA DA BÊNÇÃO
GRANDE MOVER DE DEUS C/
SINAIS E CURA. VENHA RECEBER
DE DEUS

Se
é por
quem se
mês

Na sua percepção, situação similar acontece com demais iniciativas realizadas na comunidade: são pontuais e restritas. *“Este é um problema crônico no Jacarezinho”,* dizem. Os projetos duram pouco tempo, insuficiente para seu amadurecimento, e acabam de *“uma hora para outra, ou são substituídos por outros que não têm pé nem cabeça e não dizem para o que vieram, só porque o político decidiu; então são pacotes de cima para baixo”,* nas suas palavras.

Eles dizem que este é caso do Centro de Referência da Juventude (CRJ) instalado no local pelo atual governo do Estado, substituindo o Projeto “Casa da Paz” da gestão anterior. Segundo os mesmos, a “Casa da Paz” funcionava prestando diversos serviços para a população e era muito bem avaliado pela comunidade. Opinião muito diversa têm do CRJ. Nas suas palavras:

O Centro de Referência da Juventude é uma vergonha, está fechado e não disse ao que veio. Por que acabar com tudo que dava certo? Por que encerrar as atividades de algo que funcionava? Por que colocar um elefante branco no lugar? Esta é a política de Sérgio Cabral? do Pezão? Da Presidente Dilma? Por que esta enrolação toda?

Na sua percepção, os projetos atuais são de cunho político, clientelístico e eleitoreiro, sem compromisso com a população. *“São um blefe”,* conforme depoimento a seguir:

Projetos pontuais, feitos em momento de eleição. Começam um trabalho e quando este tem seus primeiros resultados, porque o recurso acaba, acabam também, sem nunca serem finalizados. Como custear estes projetos? Acabou temporada de carnaval e de política, acaba o projeto, ou a ideia de projeto. Tudo ilusão, enganação.

Denunciam que esses são projetos de governo e não de Estado e *“quem paga a conta é a população que acredita na seriedade de seus propósitos”,* afirmam, ressaltando a necessidade de o Jacarezinho voltar a se unir para conceber um projeto coletivo de desenvolvimento comunitário. O desrespeito por parte do poder público e essa falta de união e harmonia interna lhes causa um certo desencantamento, o qual, todavia, não lhes impede de sonhar.

De fato, alimentam o sonho de a Escola de Samba Unidos do Jacarezinho ser prestigiada pelo governo e outros, contribuindo para a geração de empregos e incremento de renda de moradores locais. *“Daí os talentos que temos aqui no Jacarezinho, eletricitas, carpinteiros, costureiras, percussionistas, cabeleireiros, músicos, pessoal de teatro, os jovens que fazem comunicação aqui usando computador e desenhando, todos podiam ser aproveitados [...], a Escola não precisaria buscar fora o que precisa, e o povo daqui estaria sendo beneficiado,*



Foto: Léo Lima

também com cursos, esse é o nosso desejo”, afirmou um morador, consciente de que reproduzia o desejo de vários.

Outro sonho alimentado por muitos no Jacarezinho é a construção de uma Vila Olímpica no local, a exemplo daquelas existentes em outras comunidades, como em Sampaio, comunidade próxima. Afirmam que têm demanda para tanto e que o esporte, junto com as atividades culturais, é uma atividade que interessa a moradores do Jacarezinho.

Também alimentam o sonho de contarem com mais equipamentos escolares de qualidade na comunidade, a exemplo da Escola Salesiana. Da mesma forma, gostariam de contar com cursos supletivos, pré-vestibulares e cursos técnicos que permitissem o acesso a postos de trabalhos melhor qualificados, como aqueles na área de petróleo e gás. Por outro lado, não têm interesse em cursos de qualificação de pouca duração e que não estejam associados à intermediação para o mercado. Têm preferência por cursos técnicos *“de padrão mais elevado como web design, computação gráfica, operador de áudio e de vídeo, tecnologia da informação, desenho industrial”*, afirmam.

Manifestam uma preocupação enorme com profissionais que não têm alternativas, a exemplo daqueles que trabalharam nas obras do PAC Manguinhos e que hoje estão desempregados, apesar de capacitados. *“Como gerar empregos permanentes? Não existe uma política do governo neste sentido? O que faz com essa mão de obra parada? Não existe um programa de realocação desses?”*, perguntam.

Falam da necessidade de recompor a atividade industrial no local e apoiar/incrementar as atividades de comércio e de serviços que contribuíram para mudar o perfil do bairro nas últimas décadas. Segundo eles, moradores do Jacarezinho aumentaram sua renda e deixaram a comunidade, mas mantêm em funcionamento estabelecimentos no local, já que o comércio atrai consumidores de regiões próximas em função do custo mais acessível dos produtos e serviços ofertados.

Falam também da necessidade de ampliar/regularizar iniciativas de cooperativismo, como aquelas relacionadas com a geração de trabalho e renda (realizada pela Cooperativa de Trabalhadores do Jacarezinho) e com o meio ambiente, a exemplo daquela realizada pela Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente – COOPAMA, fundada em 2004 por um grupo de trabalhadores, catadores de lixo, moradores do Complexo, desempregados e/ou em vias de desemprego que se organizaram para atuar na coleta, triagem e reciclagem de resíduos sólidos, reparos em áreas de construção civil, levantamento de patrimônio e outras.

Sintetizando, moradores do Jacarezinho destacam a necessidade de reconstruir a identidade do bairro, fazer um trabalho voltado para dentro. Elevar a autoestima dos moradores, desmitificar a imagem distorcida da comunidade veiculada pela mídia. Resgatar seu histórico e tentativas anteriores de união como o “Viva Jacarezinho”. O que já foi berço da cultura negra, do trabalho operário, hoje caiu num vazio e precisa ser revisto, esta é sua percepção. Existem lideranças, mas muitas foram cooptadas pelo Estado e não têm autonomia para denunciar ou reivindicar direitos dos moradores, o que precisa ser revisto. Têm pressa.

Dentre os principais problemas, destacam o saneamento básico, com particular atenção para a questão do abastecimento da água e da coleta do lixo. Chamam a atenção, ainda, para a necessidade da realização de atividades locais voltadas para a geração de trabalho e renda que sejam permanentes e de fazer funcionar/melhorar o que existe no âmbito da comunidade, como a COOPAMA, o projeto Célula Urbana, o Centro Cultural, o próprio CRJ. Insistem no acesso de todos a uma educação de qualidade e, em tempo integral, para atender as crianças do bairro. E de propostas concretas para os jovens em termos de escolarização, como o EJA – Educação de Jovens e Adultos. Também falam da necessidade de melhorar o atendimento à saúde e de construção de moradias dignas. Insistem no seu direito ao lazer, clamando por respeito à sua cultura. Para tanto, insistem na necessidade de contarem com veículos de comunicação próprios, como rádios comunitárias e jornais.

Finalmente, tratam da importância do protagonismo juvenil, da formação de novas lideranças e da realização de iniciativas voltadas para o público jovem do Jacarezinho em especial. Nesse sentido, é citada a “Linha Cultural”, evento promovido por grupos independentes do rap, reggae, hip hop e grafite, junto a ativistas e moradores da favela do Jacarezinho, que recentemente realizaram uma atividade na quadra conhecida como Talibã, localizada no Azul (disponível em: <<http://favelaemfoco.wordpress.com/2012/08/22/linha-cultural-no-jacarezinho/>>).

Outra iniciativa de sucesso realizada na comunidade e destacada por moradores diz respeito àquela que levou à criação, em 2007, do grupo “Jacarezinho em Foco”, quando jovens da comunidade participaram de uma oficina de fotografia ministrada por Fabio

Caffé e Rovenna Rosa, da agência Imagens do Povo, do Observatório de Favelas. O projeto, realizado pela ONG Saúde e Cidadania, visava levar informações do cotidiano do Jacarezinho, a partir do olhar de quem está dentro da comunidade e a vivência no seu dia a dia, rompendo com estereótipos. A proposta era veicular a informação produzida em vídeos, blogs, sites de relacionamento. A partir daí nasceu o Coletivo Multimídia Favela em Foco, do qual Léo Lima, fotógrafo do Jacarezinho e um dos principais estimuladores do projeto, participa (disponível em <<http://favelaemfoco.wordpress.com/author/favelaemfoco/>>).





Capítulo II

A PALAVRA DE MORADORES E LIDERANÇAS

1. ENTREVISTA COM WILSON PONTES, COMERCIANTE, PRESIDENTE DA ALA DOS COMPOSITORES DA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO JACAREZINHO.

Fórum Nacional: Uma palavra que definiria o Jacarezinho?

Wilson: - Família, o Jacarezinho é uma grande família que sempre esteve junta nos momentos alegres, nos momentos tristes e até na nossa Escola de Samba a gente costuma dizer que o Jacarezinho é a família rosa e branco. E é família não só por sermos solidários, mas também até por laços sanguíneos. São famílias que um é primo do outro, é tio, é avó e assim vai. Nós temos também pessoas de vários estados se irmanando conosco e é uma coisa bonita. O Jacarezinho, também, posso dizer é o maior quilombo do Rio de Janeiro, então, isso acaba criando uma identidade muito grande entre a gente e uma solidariedade. E é isso que eu falo. Quando acontece uma grande tragédia, como já aconteceram várias aqui, aí a solidariedade dos irmãos é impressionante. A gente resolve os problemas que o poder público não tem nem tempo de ficar sabendo que ocorreram. Até porque a gente sabe das dificuldades que vai colocar para poder tentar vir resolver. Porque não há interesse ou não havia, eu não sei, para olhar o Jacarezinho como contribuintes, só olham como eleitores... Quer dizer, não há esse interesse. Então, como a gente sabe dessas dificuldades - e já estamos acostumados com o sofrimento - o que a gente faz?! Se une em prol do problema e resolve. Aqui mesmo esse prédio (em referência ao local onde fica sediado o comércio dele) foi praticamente uma ajuda dos amigos - "... Pô, bicho, você não está podendo, vamos levantar..."; "... vamos...". Quando vê, a coisa aconteceu, está entendendo? Existe muito esse sentimento de solidariedade aqui dentro do Jacarezinho. Às vezes, a grande mídia valoriza demais o ilícito, esquecendo das coisas boas que o Jacarezinho tem. Eu nunca vi a imprensa vir aqui para mostrar as coisas positivas do local, como os vários artistas que saíram daqui. Tem o Xande de Pilares, do Grupo Revelação, que é até da minha ala de compositores. Tem o Monarco, da Portela, que já foi presidente da minha Escola. Tem o Rod, da Mangueira. Tem o Barbeirinho, grande compositor do Zeca Pagodinho. Até o próprio Romário já morou aqui no Jacarezinho, na sua infância. Mas a grande mídia tenta mostrar o Jacarezinho como craqueiro, viciado e criminoso... Essas coisas. Viram que a coisa não é nem tão como eles queriam que ficaram meio decepcionados quando chegaram aqui na época da pacificação e não deram um tiro.

Mas que comunidade violenta é essa que, de repente, eu vou lá para pacificar e fico sem graça? Porque a mídia toda estava aqui pronta para noticiar, vender a imagem de tragédia, de desgraça. Ficou toda sem argumento, sem assunto. Saiu daqui sem o que esperava, está entendendo? Tentaram várias vezes vir aqui para denegrir e mostrar. E o que eles tiveram em troca como resposta? Tiveram a Bia, moradora da comunidade, campeã do Caldeirão do Huck como a musa a Top Model das Favelas. Temos aí no Jacarezinho a Escola de Samba campeã que saiu da Intendente e agora está indo para a Marquês de Sapucaí com esse

enredo maravilhoso que é “Jamelão – puxador não, intérprete”. Essas coisas não interessam para a grande mídia, não interessa o Jacarezinho ter um cara que foi campeão de judô da base infantil, isso nunca foi noticiado. Eles estavam sempre voltados para a Rocinha, nunca para o Jacarezinho. O Jacarezinho tem um potencial muito grande e infelizmente vende mais a desgraça. Você nunca pode se mostrar igual, tem que ser superior e nessa de mostrar ser superior vamos pisando, vale tudo. Já tinha uma novela que falava isso – “...vale tudo...” – para que? Para chegarmos aonde? É impressionante quando você chega numa comunidade carente, você encontra solidariedade, irmandade, onde você encontra paz. Aqui é um local que a gente dorme com a porta aberta. O único problema é o poder público chegar, entrar, e meter o pé. Forçar e querer até subtrair alguma coisa. Esse é o único medo da gente, mas em questão de moradores, é um solidário com o outro, se come um, comem dois, comem dez. Por isso que eu digo: família Jacarezinho!

Fórum Nacional: O senhor falou do medo da subtração. Do que se trata?

Wilson: - Olha, é aquele lance que a gente tem que entender que, quando há uma intervenção e quando a intervenção vem de fora para dentro, a coisa acontece de uma forma. Agora, quando a intervenção vem de dentro para fora, aí as pessoas sabem o que estão fazendo, como vão fazer, por onde começar... Quando a coisa vem de fora para dentro, complica, porque o olhar muda. Você está olhando de uma forma preconceituosa, tem um conceito criado fora que, de repente, não bate com a realidade local. Você já vem se defendendo, você vem ajudando, mas se defendendo e se protegendo – “...Olha eu gosto de você, mas não chega perto de mim não...”, “Oh, cuidado! Vocês são legalzinhos, a gente precisa de vocês...”. Na realidade, quando o poder público vem, ele não quer me ajudar, ele quer se ajudar. Na realidade, é um projeto político. O cara vem para se ajudar. “Eu preciso de você para me ajudar, para me eleger”. Tudo é um projeto político. Então, você fica com medo. Porque é muito legal quando a intervenção vem de dentro para fora. Por exemplo, eu acho que deveria haver uma união entre Estado, Associação de Moradores, Escola de Samba, Igreja para começar fazer as mudanças porque esses sabem como e por onde começar... Eles sabem quais as necessidades, como nós vamos fazer esse processo.

Quando foram criadas as UPPs deveria ter acontecido uma reunião com lideranças de todas as comunidades para saber quais as necessidades e por onde começar. Não de uma forma imperativa, ditada pelos meios de comunicação, de uma forma eleitoreira, não, assim não! Quem não mora em comunidade tem uma visão que é levada pelos meios de comunicação geralmente distorcida da realidade. Muitas vezes as pessoas conversam com alguém que é de comunidade e falam que você nem parece que é de comunidade. Mas o que é ser de uma comunidade? Será que somos ETs? É o que tenta passar a grande mídia até para que as pessoas se sintam desvalorizadas, desmotivadas a buscar uma ascensão. Dizem que não adianta, eu sou isso mesmo, eu nasci assim, eu vou ter que

ser assim e morrer assim. Para você tirar isso da cabeça de uma pessoa é complicado. A desconstrução é complicada, porque às vezes você fala A a pessoa entende B. Você está querendo lutar em prol daquela pessoa e ela pensa que você está indo contra. Basta aparecer uma manchete no jornal falando uma coisinha de você e acabou todo seu discurso, “foi para o ralo”, mas isso eu digo: é culpa da grande mídia que não tem uma parceria com o povo, obedece a interesses de quem paga. Eles obedecem a uma pauta vinda do sistema que é capitalista e o capitalismo não quer saber se você tem coração, se você tem alma. Ele quer saber se você tem dinheiro para comprar, consumir.

Fórum Nacional: Eu o percebo como uma pessoa atuante não só na área cultural, mas também social e política. Conhece bem as necessidades da localidade... Além disso, o senhor é um empreendedor, tem um comércio, vende bolsas etc. Como vê a questão do empreendedorismo na comunidade?

Wilson: Aqui no Jacarezinho a maioria dos comerciantes é morador também, embora uns morem fora. Mas, por não conseguir um espaço no mercado de trabalho, por não ter tido oportunidade, abriram seus espaços e vendem suas mercadorias a um preço bem popular de forma a atrair pessoas mais necessitadas, com poder de consumo menor que, de repente, não têm dinheiro para ir ao shopping. Então você procura ter uma mercadoria de certa qualidade, mas num preço bem reduzido. Até quando você fala da economia informal você sabe que quanto menos formalidade a gente tiver, mais preço a gente pode ter para atender o consumidor carente, porque quando você começa a se formalizar demais, começa a repassar esse preço para o comprador e você sabe que está repassando para alguém que não vai te devolver nada. Quer dizer, um morador acaba pagando o que a formalidade requer e o morador mesmo não recebe nada em troca... A única coisa que ele vai receber são os preços maiores. Cinco, dez reais a mais para um morador daqui é complicado, é muito dinheiro. A maioria dos comerciantes daqui vive assim. Até de onde vem o medo da formalização porque vai incidir, é claro, dentro dos preços e automaticamente você vai perder sua clientela que já vem justamente por isso, porque sabe que vai encontrar um preço acessível. O certo seria, quando se vai fazer alguma coisa, conversar com o morador para saber qual é a parte que vai ser para o morador, que vai ser para o comerciante, para o governo. Porque o governo não quer perder, o comerciante não quer perder e o morador também não quer. Porque, na realidade, quando a parceria é só entre governo, o comerciante e o morador perdem. Aí, não, a gente tem que sentar os três. Tem que ter jogo. Negócio sério.

Fórum Nacional: Com a implementação da UPP, o Jacarezinho será diferente?

Wilson: Um new look para o Jacarezinho. Na realidade, eu queria que as autoridades olhassem não para esse Jacarezinho que eles acreditam, mas no Jacarezinho que de fato é. Que é de pessoas trabalhadoras. Um Jacarezinho que tem medo das atitudes

governamentais e é um Jacarezinho manipulado pela grande mídia. Então, a gente espera que se volte de uma forma positiva, com um novo olhar mesmo. Porque, inclusive, nós aqui estamos sofrendo um processo de abandono. Agora, por motivo dessa novidade, as pessoas estão fugindo do Jacaré, não estão mais vindo comprar e o nosso comércio está parado (se referindo ao processo de pacificação). O próprio morador está meio apreensivo, nervoso, então isso tem prejudicado muito a nossa comunidade, o nosso comércio e aquilo que eu te falei... Se a legalidade vier, que venha de dentro para fora, nunca de fora para dentro. A maioria das pessoas já estão aqui no Jacarezinho estabilizadas há muitos anos, quer dizer, o Jacarezinho já tem a sua cultura de comércio, sua cultura de sobrevivência. Eu queria que quando viesse essa novidade, que viesse também apoiando todos os segmentos aqui da comunidade que são a Escola de Samba, a Associação de Moradores, pois eles podem ser os dois grandes representantes da cultura do Jacarezinho. É isso que eu espero. Eu confesso a você que estamos com medo até porque foram muitos anos de abandono e, de repente, você vê uma proposta que não foi debatida contigo, não foi perguntado se você aceitaria ou não, como você acha que deveria ser? Eles vieram e agora está a comunidade apreensiva, com medo e a gente espera que melhore, é claro, mas com educação, com cultura, com lazer, com emprego e é isso que a gente espera desse novo Jacarezinho. Um novo olhar para o Jacarezinho. Não aquele olhar que se olha o pobre, se olha o negro, como grandes culpados de todas as mazelas do Rio de Janeiro quando, na verdade, a gente sabe que não é. Os pobres e os negros são as grandes vítimas do sistema que é criminoso, mas que não é dito dessa forma para eles, porque são eles que pagam até os próprios meios de comunicação. Eles acabam demonizando a “galera dos fundos” e valorizando a “galera da ponta”.

Diz-se que vem novidade. Que venha de uma forma positiva com um novo olhar mostrando realmente quem é o morador do Jacarezinho, como é o comércio daqui, como sobrevive. De uma forma positiva, acabando com esta forma criminoso que eles olham a gente. Isso a gente não vai aceitar. É muito positivo que vocês estejam andando aqui dentro, vão conversar com várias pessoas, estarão tentando mudar essa forma de olhar errada, olhar de forma mais respeitosa. Não com pena, porque o pior sentimento que existe é pena. Olhar essa grande família. A gente quer que o Rio de Janeiro trate o Jacarezinho como também parte integrada à cidade. O diferencial da gente, não adianta que eu vou morrer falando, é esse: a família, a família Jacarezinho. E por essa família que a gente briga, que a gente luta e se hoje eu sou presidente da ala dos compositores, é porque eu quero ver o meu Jacarezinho sendo reconhecido como uma Escola de grandes artistas. Vale falar da forma interessante que a gente faz a disputa da escolha do samba. Já teve uma vez que um diretor de carnaval colocou o dedo na minha cara dizendo que não pode ser assim, isso não existe em lugar nenhum. Eu falei, não existe em lugar nenhum, mas só que o Jacarezinho é de vanguarda. Amanhã as pessoas estarão copiando o Jacarezinho. O Jacarezinho era a única Escola com uma bateria que tinha nome de “Furiosa”. Muitas coisas nós fizemos, nós somos de vanguarda e, se quiserem, copiem. Agora, o samba campeão quem escolhe é a comunidade. Eu quero valorizar esse espírito de família. Se ficou ruim, foi a família que quis assim. Quem

vai dar eco na Avenida é a comunidade, tem que ser ela que tem que gostar. Nesses três anos que estou à frente da ala dos compositores, o samba foi escolhido dessa forma, com aceitação do Presidente José Roberto.

Fórum Nacional: Você está com expectativas com a nova Associação de Moradores?

Wilson: Votei na chapa verde do Rumba Gabriel contrariando muitos dos meus amigos, mas era meu candidato para a Associação de Moradores. Eu tenho muito esse espírito de democracia. Eu falo que é meu direito democrático de escolher, mesmo que você não queira, não goste, eu tenho esse direito. Tudo pelo voto eu sou favorável. Sou a favor da democracia 100%. Para mim, o povo, as pessoas envolvidas é que têm que saber escolher a direção que querem dar. A gente volta lá no princípio. É o povo, o poder emana do povo! Ali na Escola o poder também emana do povo. Que povo? É o povo que vai cantar, o povo que vai desfilar. Que está aonde? Nos segmentos, mestre sala e porta bandeira, velha guarda, na harmonia, na bateria, nas baianas, então tem o dedo de todo mundo. É onde funciona esse processo família e, graças a Deus, nós tivemos aqui a eleição na Associação de Moradores, uma eleição democrática, bonita, onde o povo compareceu para escolher entre três candidatos qual seria o Presidente. A gente não pode aceitar que o governo venha com ditadura de uma forma de querer impor para a gente o entendimento deles, não pode! Nós somos democráticos, nós lutamos pela democracia, a gente estava lá nas “Diretas já”. Não tem porquê agora querer mudar o processo, porque é o povo, o Jacarezinho, é com os pobres! A ditadura não funciona para a gente, mas para eles funciona. Com eles tem que ser na base da chibata. Não, a gente não pode aceitar isso! Nós temos, hoje em dia aqui, o Presidente da Associação que dá essa abertura para a gente falar, para mostrar nossa indignação, juntos lutamos para manter um Jacarezinho forte e mostrar para as pessoas a cara do Jacarezinho. É um povo que ri, que trabalha, é um povo que se diverte, que reza, que arreia seu despacho. Um povo ecumênico, feliz e que não pode deixar que o sistema venha de uma forma imperativa, de uma forma ditadora falar que vai ser assim porque ele quer. Vai ser no chicote, vai ser através das armas. Não, a gente não pode aceitar isso! Porque nós somos uma comunidade pacífica, do bem, que só quer ser feliz. É só isso que a gente quer, mais nada. Através desse trabalho acho que vocês devem chamar o povo para dizer: “Como vocês querem essa pacificação?”. Começar de dentro para fora, sem ditadura. Vamos através do sistema democrático buscar meios positivos, dialogando...

A gente tem dois governos aí, tanto o PT e agora temos o governo Sérgio Cabral do PMDB, são governos que sempre levantaram a bandeira da democracia, do diálogo, do respeito e que isso valha para o Jacarezinho. O Jacarezinho também é Brasil, também lutou pela democracia e muita gente sabe pela história do Jacarezinho que a favela sofreu na época da ditadura. Muitos daqui sumiram, muitos daqui foram presos. Nós temos histórias para contar de luta e não é justo, agora que conquistamos a democracia, que fuemos excluídos. Temos de ser vistos e ouvidos. Agora, na hora de “comer o filé” a

gente vai ser tratado com chicote, com ditadura? Não. A gente estará sempre apoiando qualquer iniciativa para melhorar a qualidade de vida do morador do Jacarezinho, mas com esse novo olhar. Eu quero que o povo lá de fora, eu quero que o próprio morador também... Porque é aquela coisa, quando o povo de fora começa a olhar a gente com um novo olhar, a gente também começa a se olhar com um olhar diferente. Vamos começar a notar. Porque tem muita gente que não sabe os valores que nós temos, mas quando lá fora começam a falar: "Olha o Jacarezinho, olha o Jacarezinho...". É isso aí, eu vi meu Jacarezinho nascer e fazer o bem. Uma grande família.

E começa a cantar:

"... Eu vi meu Jacarezinho nascer, sou Jacaré até morrer, meus cabelos brancos demonstram o quanto eu sofri, mas não foi brincadeira chegar até aqui. Meus cabelos brancos demonstram o quanto eu sofri, mas não foi brincadeira chegar até aqui. Moça, escuta o que eu vou lhe dizer, hoje eu estou coroa, mas já fui igual a você. Eu já lutei capoeira, já dancei um baile..."

2. ENTREVISTA COM PADRE DÁRIO FERREIRA DA SILVA, PSICÓLOGO, RESPONSÁVEL PELA IGREJA NOSSA SENHORA AUXILIADORA

Fórum Nacional: O que o senhor considera uma marca que identifica o Jacarezinho?

Padre Dário: Uma favela majoritariamente negra, que carrega todo o estigma negativo que a sociedade tem de favelado. É uma população carente que por muito tempo ficou desassistida pelo poder público. O que caracteriza de imediato é isso. E como favela traz as marcas também de pobreza, violência e tudo mais.

Fórum Nacional: Quais as áreas mais pobres no Jacarezinho e quais as maiores necessidades?

Padre Dário: Eu não sei identificar qual é a área mais pobre porque a pobreza está geral aqui. Agora, a carência que vejo é saneamento básico, educação, falta de oportunidade para os jovens, área de lazer (não têm). O necessário para se ter uma qualidade de vida. As famílias estão sempre estressadas, as crianças crescem sem nenhuma perspectiva de vida, os jovens não têm para onde olhar, então, tudo isso traz problema, principalmente psicológico, porque eles não percebem com clareza o futuro. Nós vivemos numa sociedade perversa e capitalista que tem todo um jogo de sedução, proposta de lucro e tudo mais. Com os mais antigos, os mais idosos, eu vejo a coisa crônica, aquela história que não vai mudar mais. Os nossos jovens recebem uma carga agressiva muito grande de uma sociedade que mostra através da mídia lugares esplendorosos, luxo, riquezas. Os jovens daqui e as nossas crianças sabem que não vão participar disso. Sabem que está muito longe esse paraíso que a mídia

apresenta. Então isso causa uma certa frustração, um certo desânimo e aí alguns partem para aquilo que for mais fácil. Mas não tem nada de fácil. Nada é fácil quando se nasce pobre e negro e morador de favela. E no Jacarezinho não é diferente.

Fórum Nacional: O senhor sabe sobre a situação fundiária local?

Padre Dário: Me parece que as casas são dos moradores. ... Bem, eu não sei... mas existe essa questão da moradia, elas são deficientes. Você anda por aí e vê a situação da favela. Olha, residem numa casa cerca de cinco pessoas para cima. Um quarto, uma cozinha e um banheiro que, às vezes, é dividido com os vizinhos. Eles vivem com o muito básico. É tudo muito precário mesmo. Olha, aqui não tem muito essa divisão qual é a parte mais pobre porque está muito generalizado. A parte do Morro do Azul é a mais carente da favela. Eu acho. Mas a Beira do Rio também é. A maioria aqui é ocupação. E assim vai crescendo desordenadamente. Um projeto de urbanização aqui dentro é até difícil de acontecer. Muitas famílias terão de ser removidas e indenizadas para que isso aconteça. E vão ser removidos para onde? Muito preocupante. São vidas afetadas. E muitas vezes falta o respeito preciso.

Fórum Nacional: Como são os núcleos familiares?

Padre Dário: Aqui não foge a essa nova constituição familiar (se referindo à mulher chefe de família). A mulher aqui é que está à frente. E eu vejo aqui na Paróquia que é a mulher. A avó tem exercido um papel muito importante nessa constituição familiar. É ela que segura as filhas das filhas e dá essa garantia. Os homens, infelizmente, são muito ausentes. Eu acho que é o modelo machista que nós temos facilita para o homem o panorama: procria e deixa. Essa relação do homem com a família é fruto dessa relação machista da sociedade. A mulher tem pouco espaço e status aqui, isso é meio evidente. Mas é sobrecarregada com essa jornada de criar família, trabalhar fora. Assumir todas as responsabilidades. Tinha fazer uma mudança cultural. Isso é geral e a mídia contribui.

Fórum Nacional: E essas mulheres, em geral, trabalham no quê? E o estigma?

Padre Dário: A maioria, de faixa etária mais elevada, é de domésticas, faxineiras, diaristas. De 20 anos para baixo, muitas já não fazem nada, deixam para a mãe trabalhar. E por isso têm muitos casos de gravidez na adolescência. Eu oriento muitas aqui que o homem, para sociedade, está isento de qualquer culpa, de qualquer responsabilidade. E eu quero que elas percebam isso. A responsabilidade delas também com relação a isso. Com relação ao trabalho, por exemplo, eu estou fazendo obra aqui na Igreja. Olha, é a coisa mais difícil de se conseguir mão-de-obra para atuar aqui. O pessoal tem preconceito porque as pessoas moram aqui. É tão difícil conseguir uma firma que trabalhe aqui, sabe? Estou fazendo obra e tenho penado por causa disso, sabia? Quando eu digo que é Jacarezinho, a empresa diz: não posso ir. Então, a comunidade carrega esse preconceito, esse peso. E isso é por causa

da imagem que se tem do Jacarezinho. A gente vai pegar um táxi e o táxi não entra aqui de jeito nenhum. Puro preconceito e discriminação.

Fórum Nacional: Com relação à empregabilidade, qual o panorama?

Padre Dário: Eu vejo queixas. Os homens se queixando do fechamento das indústrias que tinham aqui. Isso daqui era um polo industrial... GE e outras. Com o fechamento dessas, o pessoal ficou meio desarmado. E hoje o que está segurando muito aqui é a Cisper, indústria de vidros, que está dando alguns empregos. Mas não é suficiente. O índice de desemprego é muito grande. Se você andar vai ver (me assustou) muitos homens vagando por aí, sem emprego. Jovens, nem se fala.

Fórum Nacional: E a escolaridade desses moradores?

Padre Dário: É muito baixa. Está sendo reforçada agora com essa coisa do governo obrigar as crianças a irem para escola (referência ao Bolsa-Família). Agora, na parte dos adultos, é muito baixa. Eu vejo aqui na Paróquia e isso impede a entrada no mercado de trabalho. Eu tenho jovens aqui que pensar em uma faculdade é quase uma ousadia. Eu pergunto: você está estudando e ele responde: não, eu já me formei. E o que é se formar para ele? É ter o segundo grau, entendeu? A maioria desses meninos quando você pergunta se está estudando, eles dizem que já se formaram. E têm uma escolaridade muito baixa, de péssima qualidade. E não têm perspectivas, apesar do talento.

Fórum Nacional: E propostas de associativismo locais?

Padre Dário: Isso ainda não chegou aqui não. A gente quis montar um curso de qualificação profissional noturno, mas foi inviável. Primeiro, o contato com pessoas de fora, que fica impossível, porque não querem entrar aqui. Nós estamos pensando em abrir um pré-vestibular comunitário, mas vamos ter que contar também com mão-de-obra de fora. Vamos ver se vamos conseguir agora com a pacificação. Mas não sei.

Fórum Nacional: O que é uma atividade econômica forte aqui, que gera emprego e renda?

Padre Dário: O comércio aqui é forte. É bom. É fortalecido. Os consumidores daqui são os moradores e moradores de bairros vizinhos. Aqui tem tudo: farmácia, restaurante, padaria, lojas, açougue etc. Daria resultado incrementá-lo. Mas tem que estudá-lo.

Fórum Nacional: A Igreja tem uma ligação muito forte com o Jacarezinho, inclusive com a fundação da primeira Associação de Moradores. O Padre Nelson Del Mônaco foi uma figura emblemática. Como o senhor vê, hoje, a organização comunitária?

Padre Dário: Eu ouço muito os mais antigos contando essas histórias. Padre Nelson foi o grande mobilizador dessa região. Ele chegou (isso aqui era um lixão), implantou a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, realizou obras sociais e a sua presença aqui é muito forte e significativa. As primeiras ordens profissionalizantes saíram aqui da igreja. E depois a comunidade foi crescendo, se tornando essa marca do tráfico e parece que abafou um pouco o trabalho. Quer dizer, acolhemos os fiéis, mas com uma outra proposta... Não tanto com uma proposta social, mas de alimentar a esperança do povo. O papel da Igreja foi importante por não deixar a esperança do povo acabar. E enquanto isso foi perdendo aquela ação social de profissionalizar os jovens, de abrir frentes de trabalho, a Igreja perdeu esse espaço. Eu acho que agora podemos retornar isso aí. Mas ainda futuramente. Falta trabalhar a autoestima desse pessoal. A questão disso aqui (preconceito) é forte. É mais ou menos assim: eu sou favelado, eu sou negro e eu não posso. O Brasil é um país preconceituoso. Existe um preconceito racial no Brasil muito acentuado que é velado. A nossa população aqui é majoritariamente negra. Será que esse menino vai conseguir romper essa barreira tão forte que é a do preconceito?

Fórum Nacional: E na parte cultural? Como o senhor vê o Jacarezinho?

Padre Dário: A cultura do funk precisa ser valorizada. É a cultura da periferia. A questão da Escola de Samba tem um peso aqui na comunidade importante. Também está desenvolvendo um trabalho social forte, interessante. Nós podemos fazer dessa cultura uma grande iniciativa de emprego dentro da comunidade. O problema é falta espaço. Por exemplo, quando a gente estava construindo o colégio, o único espaço que tinha para as crianças jogar bola era o pátio interno do colégio. Ali eles jogavam bola e eu pensava... Se tivessem espaço e pudessem mostrar o seu potencial? Têm tantos talentos por aqui. Nós temos meninos da Igreja que dão show, com vozes lindíssimas, mas não vão ser aproveitados. Nós temos poetas, pessoal sensível à Palavra e eu acho que tudo isso é cultura. Agora, o povo tem que valorizar isso, mas não é valorizado. A população tem que vencer esse preconceito. Olha o cabelo dessa menina (se referindo a trança afro de uma mulher que estava passando na igreja) tão bem trançado... Foi aqui dentro que foi trançado. Aqui dentro da comunidade, valorizando a cultura africana.

Fórum Nacional: Como é a questão da identidade?

Padre Dário: Eu vejo uma identidade que foi velada e agora está começando a ser assumida. Primeiro, porque a Globo agora resolveu abrir as portas para as favelas. Então, parece que a favela vai entrar na moda, já está até na novela. Mas a questão da identidade racial é muito difícil ainda. Falta muita iniciativa para a pessoa chegar e assumi-la. E temos histórias para contar... Somos negros. Fomos escravos sim, mas não nascemos escravos. Então, existe essa dificuldade. Você vê mesmo no cabelo das meninas a dificuldade de se assumir enquanto negra, quase todas têm cabelos alisados. E isso já é um preconceito. Elas

estão dizendo: eu não me aceito. E não existe cabelo ruim ou cabelo bom. Existe o cabelo proveniente da raça. O que falta é esse orgulho da identidade racial.

Fórum Nacional: Existe algum trabalho com relação ao resgate da identidade negra?

Padre Dário: Tem conversa, mas não temos uma coisa organizada ainda não. Com o Rumba Gabriel chegando, ele vai poder ajudar com esse trabalho de consciência. Eu participei muito tempo do Movimento Negro dentro da Igreja Católica. Tem uma proposta de um trabalho da igreja que resgata essa cultura, mas aqui ainda há um preconceito muito grande contra o Candomblé, a Umbanda, ainda dizem que é coisa do diabo, sabe? A Umbanda é uma religião cristã e é genuinamente brasileira. É o resultado do sincretismo. Ainda ontem fui à festa de Santa Bárbara e, na frente da igreja, tinham muitos terreiros dando passes, dando os axés... Na verdade, religião é algo forte em qualquer cultura. E quando os portugueses trouxeram os negros para o Brasil, eles vieram com a sua religião, com a religião muito forte: o Candomblé. E vieram com outras religiões também. Então, se hoje se quer resgatar a cultura negra, tem que ter um atabaque batendo, vai ter que tocar para os Orixás... E há essa resistência, essa negação. Eu sou negro, e para eu buscar a minha identidade, eu preciso rever tudo isso...Buscar a minha ancestralidade. Aqui tinham muitos terreiros.

Fórum Nacional: Mudando de assunto, o que o senhor pensa sobre a pacificação aqui no Jacarezinho?

Padre Dário: A gente não acredita nessa pacificação. Mas nós a desejamos. Há um desejo muito grande que aconteça uma coisa boa. Que as nossas crianças possam ir e vir. Eu moro numa Cidade Maravilhosa. E onde está essa Cidade Maravilhosa? Ainda hoje eu estava vendo o jornal e o corpo do Niemeyer estava saindo lá do hospital para ser embalsamado aqui em Inhaúma. Pelo menos veio aqui, né?

Fórum Nacional: Houve algum diálogo com a comunidade para a pacificação?

Padre Dário: O diálogo ocorreu depois que o processo de pacificação aconteceu. Foi uma coisa muito triste porque tinha a expectativa: vai entrar, entra hoje, entra amanhã... Desde fevereiro de 2012. Vai entrar em março, sabe? Quando chegou em outubro, foi falado: é domingo! E ficou aquela coisa. Eu lembro que na Nossa Senhora Aparecida – o povo tem uma devoção muito grande à Ela, o povo estava chorando, pedindo, que Ela os guardasse, que a gente tivesse um dia tranquilo. Que fosse um dia de paz. No domingo do dia 14 de outubro a gente acordou com aquele barulho de helicóptero entrando. Então, é agora? O que vai acontecer? Foi às 5 horas da manhã. Foi pacífico porque os meninos não reagiram, mas na véspera a gente teve notícia, vai haver um banho de sangue. Não foi isso? Dia 14 – está marcado na minha cabeça isso – logo de manhã, uns 4 ou 5 helicópteros entrando... Parecia que ia acabar o mundo. Cenário difícil.

Fórum Nacional: Qual a expectativa?

Todos nós esperamos um Jacarezinho com canteiros, crianças brincando, sorrindo, os trabalhandores chegando em casa e encontrando a sua família feliz, com jovens estudando com perspectivas de vida. Um Jacarezinho que as mães possam sair e deixar os seus filhos em creches, sabendo que eles estarão seguros, felizes. Eu acho que não tem outro jeito de pensar. É esse Jacarezinho que nós queremos. E não só o Jacarezinho, mas um Brasil assim. Um Brasil feliz, com uma boa qualidade de vida e sonhando com um mundo bem melhor, com condições melhores e iguais para todo mundo, sabe? Eu acho que no momento é uma utopia que precisa ser sonhada. E eu acredito e, aí de nós se não acreditássemos. Porque se eu não tiver a certeza que amanhã não será melhor, eu não quero levantar amanhã não. Não quero mesmo!

3. ENTREVISTA COM LEANDRO DE JESUS SANTOS, 33 ANOS, HISTORIADOR, MORADOR DA COMUNIDADE, AGENTE DE SAÚDE E COMPOSITOR DO SAMBA ENREDO VENCEDOR DE 2013 DA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO JACAREZINHO

Fórum Nacional: O que identifica o Jacarezinho aqui e lá fora?

Leandro: O Jacarezinho sempre passava na mídia como lugar violento e toda semana tinha alguma coisa para falar do Jacarezinho. Sempre de uma forma negativa e é isso que mexe mais com a nossa comunidade. Acredito que com todos... Na verdade, as pessoas que publicam isso realmente não sabem o que acontece dentro da nossa comunidade em 24 horas. Porém, uma coisa que acontece de repente já vai para a mídia. Então todo mundo tem medo de passar por aqui ou, até mesmo, quando você fala que mora aqui é discriminado por causa disso, porque todo mundo pensa que aqui é um lugar perigoso. Na verdade, não é o local que faz a pessoa e sim a índole, a criação. Acredito que a maioria do pessoal que mora no Jacarezinho tem essa grande dificuldade, quem mora em comunidade carente passa por isso, mas quem mora no Jacarezinho tem esse sofrimento um pouquinho maior. Até, porque, passa nos meios de comunicação uma imagem totalmente contrária daquilo que realmente é. Eu sei porque eu passei por isso, porque muita gente antes de me conhecer pensa eu sou de um jeito, depois quando vê fala... Você fala bem, é um cara inteligente que fez faculdade, fez isso, aquilo. Oh, você é diferente daqueles outros. Não, na verdade, a grande maioria do pessoal que mora aqui no Jacarezinho faz isso, procura, estuda, né? Luta!

Fórum Nacional: Você falou que o Jacarezinho é uma localidade de carência. Carência de quê?

Leandro: Carência de educação. Carência de saúde... Principalmente essas atenções que

são mais gritantes. O Estado ficou muito tempo longe do Jacarezinho. A última vez que esteve foi aquele mascaramento com o Favela Bairro. É uma questão de mudar realmente a nossa comunidade. Agora teve um negócio do PAC, mas o Jacarezinho ficou fora, não sei se no PAC II ele vai estar incluído, mas a nossa comunidade é a segunda maior favela da América Latina. Se você for colocar em termos de Complexo, é um grande Complexo e a gente sempre fica de fora de muitas ações governamentais. Não sei se para o bem ou para o mal. Porque, às vezes, elas prejudicam.

Fórum Nacional: Você atua como agente de saúde aqui também. Como são as localidades do Jacarezinho?

Leandro: Eu particularmente moro entre a XV de Agosto e o Fundão. Então, é o local que eu mais conheço, mas com 33 anos nascido e criado aqui você acaba vendo algumas coisas que são da nossa comunidade. Um exemplo: a parte mais crítica aqui é o Pontilhão. Não que os outros também não sejam. Você pode ver que no Azul, apesar de ter aquela caixa d'água grandona lá, o pessoal sofre com falta d'água e aqui no Pontilhão é a questão da sujeira, do saneamento básico, as casas foram feitas de uma maneira diferente e com isso não bate sol, a maioria delas são fechadas. Isso faz com que aumente a incidência de várias doenças como tuberculose e até leptospirose, porque a gente fica próximo do rio e tem a tendência a ter a proliferação de ratos. Então esses problemas a gente sempre consegue localizar. Não que as outras partes também não tenham isso, mas acho que são os dois pontos que mais sofrem com isso. Engraçado que você vê que a cultura, o jeito de ser de cada localidade que a gente está falando aqui, é diferente. Então, o Azul necessita de uma coisa, a XV já é de outro. Fundão já é de outro jeito e nisso você já pode perceber, através de você andar, as necessidades que são básicas, né?

Fórum Nacional: E como agente de saúde, o que você considera a maior fragilidade da localidade?

Leandro: - Olha, eu particularmente vou falar mais sobre a saúde. Ainda bem que veio a Clínica da Família porque antigamente só tinha o postinho que era conhecido como Postinho da Xuxa, que atendia toda a localidade do Jacarezinho e o grande Jacaré, além de parte do Cachambi. Agora tem essa Clínica, mas ainda é pouco. Se você for ver as UPA's, a que tem mais próxima é a de Engenho Novo e essa aqui de Manguinhos já atende o pessoal de Manguinhos e do Engenho Novo. O pessoal do Engenho Novo e do Jacarezinho fica com mais dificuldades em questão de saúde e prevenção. Acho que prevenção, porque a gente ainda tem um grande índice de pessoas com tuberculose, pessoas com vírus do HIV, com hepatite, desintéria...

Fórum Nacional: Esse dado está ligado ao alto índice de pessoas usuárias de crack?

Leandro: - Não! É aí que eu te falo. Todo mundo sempre pensa isso, porque teve aquele

auge das cracolândias aqui no Jacarezinho. A maioria pensava que os usuários eram moradores e, na verdade, não eram. A gente consegue perceber em qualquer lugar que o usuário de crack não é da área, não querendo dizer que aqui não tenha... Já teve, mas é bem menor isso. Então, acho que a questão mesmo é de prevenção, é questão mais de informação. Acho que a informação do uso do preservativo, do uso de método contraceptivo, porque a gente sabe que aqui tem um grande índice também de gravidez na infância e na adolescência, então, a gente tem que ter um cuidado muito maior com isso. Fazer um projeto, alguma coisa que os jovens entendam isso. Porque não adianta agora querer criticar alguma coisa que já vem de muito tempo. Então, a cultura daquela pessoa que, de repente, a mãe foi mãe com 15 anos, aí foi avó com 32 anos, aí vai ser bisavó com não sei quanto... Então, você vai seguindo aquela metodologia. Tem que ter alguma coisa para ensinar que esse não é o caminho certo. O certo é garantir um outro caminho. Então, isso aí não é uma coisa de agora, com falar. Tem que ser com exemplos, porque o Jacarezinho, eu acho, sofre muito com isso e calado.

Fórum Nacional: Alguma coisa mudou com a entrada da UPP?

Leandro: - Não. Olha só, vou ser bem sincero com você, não! Porque eu até entendo que o Estado possa achar que esse seja o primeiro combate, mas não é o principal. Nossa comunidade não precisa só de polícia 24 horas. Se você ouvir aquela música "Hey Joe", do Rappa, fala que menos de 5% do local estava no caminho que não era o certo. Então, a gente sabe que a maioria da nossa comunidade precisa de muitas outras coisas e não de uma polícia que faça represália ou, de repente, que possa mostrar um tipo de segurança que, talvez, a gente nem saiba que é o caminho correto. Ainda está muito cedo para ter um diagnóstico do que está acontecendo, se está sendo bom ou ruim. Eu particularmente ainda não sei, prefiro ainda ver de longe para saber se isso vai ser uma mudança. Mas tem uma verdade: é preciso não só segurança para mudar, precisa de política séria. Não pode ser só "mascaramento", tem que ser um projeto para fazer uma mudança que seja de verdade. Porque a gente ficou muitos anos distante do Estado, agora não pode chegar só a polícia e achar que está tudo legalzinho para mostrar na mídia que foi tudo resolvido. Ainda tem muita gente ainda sofrendo, muita gente desempregada.

Fórum Nacional: O desemprego atinge mais os adultos ou jovens?

Leandro: Na verdade, se você for colocar em proporção tem mais jovens do que adultos, daí com certeza vão ser os jovens. Mas os adultos também sofrem com isso. Todo mundo.

Fórum Nacional: E por que é difícil para um morador do Jacarezinho encontrar um espaço no mercado de trabalho?

Leandro: Eu percebo que não é nem pela qualificação. É mais uma questão, um conceito

pré estabelecido de onde você mora, de quem você é. Se você fala que o Jacarezinho é um local perigoso, que só tem marginal, que só tem aquilo, o peixe que vai ser comprado é o que todo mundo aqui é marginal ou que não é bom. O que tem mais é esse conceito errado.

Fórum Nacional: Como você vê a educação hoje para os moradores daqui?

Leandro: - Vou ser sincero. Eu consegui por esforço estudar porque até os 18 anos, no quartel, eu só tinha a 7ª série. Engajei, fiz um supletivo e entrei logo para faculdade. Então, o estudo que tive eu batalhei fora da sala de aula, porque eu tive que ler. Porque eu fui daqueles que só com os 18 que tive o “insight”, comecei a querer realmente a buscar isso. Mas o que foi isso? Foi o mundo externo. Eu falei assim: “Pô, legal aquele cara andar bem arrumado, aquela pessoa falar bem...” Então, quando eu falava alguma coisa errada e alguém me dava um toque, eu não ficava chateado. Eu procurava ficar na biblioteca. Se alguém indicasse alguma coisa que fosse boa para mim, eu procurava. Então, acho que a tendência é muito isso. Porque a gente pode perceber na cultura na música ou até mesmo no ambiente onde mora. É bem mais fácil você falar uma pronúncia errada e todo mundo achar que está certo porque ninguém consegue falar. Vou te dar um exemplo: “É nós...” Todo mundo fala “é nós, é nós”... Todo mundo acha que aquilo ali está certo.

Fórum Nacional: É uma fala que identifica?

Leandro: É uma fala que identifica, mas não que é o certo no português. Então, a gente tem que ter muito isso. Aprender o correto. E a escola tem que ensinar direito e cobrar. O professor tem que saber. Não sei se estou viajando... Mas é mais a questão disso. Se você buscar o que é o certo, vai ver que vai se destacar. Vai ser uma pessoa muito mais vista, que está conseguindo buscar aquilo que quer. Em questão da educação, eu acho assim... Até o primeiro nível, por exemplo, aqui tem creche, tem até o ensino fundamental, tudo bem, mas a questão do ensino médio para lá, acho que aqui é mais carente, está mais distante. Acho que as escolas do ensino médio e fundamental, do governo, deveriam estar bem mais próximas da nossa comunidade e terem uma qualidade melhor. E outra coisa, o ensino deveria ser voltado realmente para o déficit da nossa comunidade, porque eu vou te falar... quando eu era criança, fiz o ensino fundamental e senti uma grande dificuldade. Comecei a estudar com jovens que moravam em outros locais, que tiveram um ensino melhor do que o meu. O meu ensino fundamental, que foi daquele jeito “foi e passou”, fez com que eu sentisse essa grande dificuldade. Culpa de quem?

Fórum Nacional: Você é da época da aprovação automática?

Leandro: Não, eu cheguei antes. Quando eu estava na 5ª série do ensino fundamental passou a entrar em vigor essa aprovação. Quem queria estudar, tudo bem, quem não queria... Os professores que estavam ensinando ali não tinham essa visão de pegar o que

o adolescente quer ou que a criança quer aprender e desenvolver. Preferiam continuar com aquele conceito de que uns têm uma facilidade maior e outros não. Faltava para os educadores trabalharem com o conhecimento de mundo, da vivência da localidade, de onde os meninos viviam, para usar sua experiência. Eu hoje não dou aula porque acabei entrando em outra vertente, mas quando eu fiz faculdade de história, no meu seminário, todo mundo gostava, porque eu só falava uma linguagem mais simples, mais para entender. Então, eu pegava o exemplo de alguém da família ou lembrava de alguma coisa e puxava aquilo. Acho que tem que ter mais essa questão da educação, principalmente para quem mora em comunidade, não que tenha que ser diferente, mas tem que fazer com que as pessoas se sintam inteiradas, fazendo parte, falando a língua delas.

Fórum Nacional: Você é um jovem empreendedor porque você correu atrás, estudou, conseguiu se formar e hoje atua em prol da comunidade. Hoje, o que você acha que falta para essa juventude ter essa mesma postura?

Leandro: Primeiro, acho que não é só o fato da falta de interesse, mas também qual é a oportunidade que estão dando aos jovens daqui? Por exemplo, eu acho que está abrindo uma nova sede para o curso de padeiro. Mas você acha que todos os jovens que moram na comunidade do Jacarezinho querem ser padeiros ou pedreiros? Não é isso. A gente quer mais. Você pode perceber que aqui têm muitos jovens ocultos que têm talentos enormes e é essa vontade que eu tenho de conhecer, cada talento. Aqui teve uma menina, a Beatriz, que ganhou um concurso da Miss CUFA. De todas as favelas do Brasil, ela ganhou, no Luciano Huck. Então, foi um exemplo, mas só tem 18 anos. Ela buscou aquilo ali. Então está sendo um exemplo para o Jacarezinho totalmente diferente do que a mídia mostra. Nesse ano teve o campeonato de favelas e o Jacarezinho chegou à final, ficou em segundo lugar, foi um exemplo bom. Então, tem oportunidade. Dois anos que eu ganho o samba da Escola... já passou até meu nome no RJTV e nas outras televisões. Então, isso mostra que os jovens aqui têm um talento. Estou falando na questão de oportunidades. Então, para você conseguir aprimorar esses talentos tem que estudar. Claro que tem muita gente aqui que deve saber muitas outras coisas, deve saber tocar algum instrumento, dar aula, gostar de matemática, daquilo tudo, mas só que está dentro da sua casa ou então consegue ir lá fora e desempenhar bem, mas aqui dentro fica oculto. Porque não tem a oportunidade de trabalhar em prol de uma comunidade melhor. E é esse o meu sonho. Se você me perguntar o que você acha? Eu vou ser bem sincero, até minha adolescência, tinha vergonha de falar que morava no Jacarezinho por questão disso. Então, quando alguém me perguntava, eu morava no Cachambi, em Maria da Graça... Sempre com medo de falar isso. Sempre trabalhei fora, sempre curti fora. Depois eu pensei: espera aí, minha comunidade é bonita, é muito legal, tem tudo aqui, têm pessoas legais, é a mais bem localizada no Rio de Janeiro. Se você for para Tijuca, para Niterói, para o Centro, para Madureira, aqui tem transporte para qualquer lugar. Aliás, as pessoas que moram aqui são pessoas diferentes. Tem uma música, que é um dos sambas do Nonô, que foi um dos grandes compositores da época do Jacarezinho de 1950/60, que fala "o Jacarezinho é dos morros, o Marechal".

Então, você vê, é ele quem comanda todos os morros como o melhor, e muitas vezes, a gente não pensa assim, só negativamente. Então, isso é o que mais entristece o pessoal da nossa comunidade. Eu falo assim, não querendo dizer mal das outras comunidades, mas a nossa rede, a gente ajuda... a gente luta mesmo que a mídia não consiga mostrar isso, esses exemplos que eu falei. É questão do Jacaré, é questão de cultura, cada vez mais você vê pessoas que já moraram aqui que estão na música, fazendo sucesso. O próprio Romário nasceu aqui, se você for ver o Xande de Pilares, que hoje está no Revelação, Monarco morou aqui, Patrick que faz grandes músicas para o Zeca Pagodinho. Então, são essas pessoas que fazem parte da nossa cultura. Sem contar que teve outro rapaz que fez o Ídolos, ele ficou até a final (esqueci o nome dele) e era evangélico. Então, aqui tem espaço para todo mundo. Uma outra coisa que eu acho legal é a questão da religião. Você pode ver que têm algumas localidades, que eu já vi que têm, por exemplo, que não permitiam que tivesse algum movimento religioso afrodescendente como Candomblé ou Umbanda. Aqui no Jacarezinho você pode ver que tem a Universal, Igreja Batista, Católica, Afros e todo mundo vive numa perfeita harmonia. Se você for à praça e tiver culto todo mundo vai respeitar, se tiver procissão de algum santo, todo mundo vai respeitar. O pessoal sai, se tiver fazendo bagunça, abaixa seu sonzinho e deixa passar. Então, isso dá um orgulho. Você pensa assim: como é que pode cada um com seu cada um, cada um tem sua crença, sua religiosidade, mas respeita o outro? É pura harmonia.

Fórum Nacional: Você está falando que algo muito forte no Jacarezinho é a cultura, principalmente, a musical. Qual a característica?

Leandro: - O samba, você agora falou tudo! Além do funk e das músicas evangélicas. Não posso esquecer que os meus irmãozinhos da Igreja Evangélica têm banda, têm coral, têm pessoas que representam muito bem isso. Então, cada um com seu cada um. Claro, o samba é questão de cultura mesmo. Que eu sou filho de fundador de Escola, então, claro que sei com certeza de todas as histórias do Jacarezinho quando fez a fusão. O José Roberto é o atual presidente da Escola de Samba. Eu sou neto de um dos fundadores da Unidos do Jacarezinho. Houve uma fusão entre duas escolas da comunidade, a do Morro Azul e a do Jacaré. Foi dessa união que surgiu a atual Unidos do Jacarezinho. Mas o samba mostra muito a cultura do Jacarezinho. Eu sempre falo assim, o único entretenimento que consegue atingir todas as idades aqui é a nossa Escola de Samba. Você vê as crianças, vê os jovens desfilando, agora tem uma ala de passista que é fenomenal e também tem a velha guarda, cada vez mais atuante. A gente luta muito para isso e a comunidade participa. Desce quando vai desfilar o pessoal do Azul, o pessoal do Beira Rio, todo mundo desce. Então o samba mostra muito disso, a questão da união da nossa comunidade.

Fórum Nacional: As letras do funk, do samba contam a problemática que se vive?

Leandro: Isso! Com certeza. Barbeirinho (que faz muito música pro Jacarezinho) é o cara

que é o mestre. Muitas vezes ele consegue por na música aquilo que a gente também pensa. Tem uma música que o Zeca Pagodinho gravou, no DVD dele acústico, que é “Comunidade Carente”, que a música é dele também:

“Eu moro numa comunidade carente, lá ninguém liga pra gente, nós vivemos muito mal. Mas esse ano nós estamos reunidos, se algum candidato atrevido for fazer promessa, vai levar um pau. Vai levar um pau, pra deixar de caô e ser mais solidário. Nós somos carentes, não somos otários pra ouvir blá-blá-blá em cada eleição. Nós já preparamos vara de marmelo e arame farpado, cipó camarão para dar no safado que for pedir voto na jurisdição. É que a galera já não tem mais saco pra aturar pilantra. Estamos com eles até a garganta. Aguarde pra ver a nossa reação.”

Eu vou te falar, eu tenho uma música que fiz antes de ter pacificação porque eu ficava muito triste pelas coisas que aconteciam. Eu falava muito isso. Estava conversando com meu primo e a gente começou a fazer uma música e falava assim, como se fosse uma pessoa que veio de fora conhecer o Jacarezinho:

“ Vou te provar que aqui tem gente boa, vou te dizer e entender não é à toa. Vou te levar e você vai ver que é assim, meu morro é lindo e eu vou ficar até o fim. Nasci aqui, vou te explicar o que não vê pela TV, admirar a gente sabe o que fazer, mas o meu chão, meu pavilhão, minha fortaleza só de olhar ver que meu povo é de primeira... Então, aqui eu vou ficar. Jacarezinho, lugar bom de morar, Jacarezinho, entre sem se preocupar, Jacarezinho, onde encontrei meu lugar, Jacarezinho...”.

Eu fiz para comunidade. Muita gente não vê o que acontece na nossa comunidade.

Fórum Nacional: O que você espera para o futuro daqui?

Leandro: - Eu acho que eu ainda vou ser que nem São Tomé, desculpa. Eu tenho que ver para crer. Como eu disse antes, o pessoal de comunidade precisa de muito mais do que isso, de pacificação. Então, eu quero ver para crer se realmente as outras mudanças vão vir, porque questão de segurança é uma coisa, agora, questão de tudo aquilo que a gente falou antes: cultura, educação, saúde, tudo isso a gente precisa. Então, ainda está muito cedo para a gente falar que está bom. Só quero dizer que esperança de mudar a gente sempre tem. Enquanto há vida, há esperança. O que vier para fazer o bem na minha comunidade vai ser bem aceito, mas não achar que vai vir a ordem, achando que todo mundo aqui é marginal ou isso ou aquilo.

4. ENTREVISTA COM LÉO LIMA, 25 ANOS, NASCIDO E CRIADO NO JACAREZINHO. ATIVISTA CULTURAL QUE SE UTILIZA DA FOTOGRAFIA PARA LUTAS POLÍTICAS. FOTÓGRAFO DO IMAGENS DO POVO, INTEGRANTE DO COLETIVO ENTRE SEM BATER, QUE SE PROPÕE A DISCUTIR A QUESTÃO DA MORADIA E DIREITO À CIDADE.

Fórum Nacional: Como é ser nascido e criado no Jacarezinho e conseguir chegar onde você chegou e com esse grau de politização?

Léo Lima: - Até meus 18 anos eu não tinha tanta noção de como era importante ser politizado e, ainda mais, vindo do Jacarezinho. Via o lugar onde moro de maneira bem estigmatizada pela mídia tradicional corporativa. Não conseguia ver tanta beleza até conhecer um projeto que teve no Jacarezinho, um dos poucos projetos, que foi o “Jovens Urbanos” e, nesse, conheci muitas pessoas interessantes. Dentre elas, uma pedagoga que marcou minha vida, com toda simplicidade que tinha. Ela disse que a gente poderia ser político, ser crítico, mas falar de amor ao mesmo tempo. A partir desse momento a gente precisava criar um projeto para o Jacarezinho, sendo que tínhamos apenas 5 mil reais. Uma das atividades era conhecer outras oficinas e, nesse contexto, conheci o Observatório de Favelas. A história é até curiosa. Dois amigos meus gostavam muito de fotografia e eles se inscreveram para a oficina de fotografia na Maré com o fotógrafo Fabio Café e a fotógrafa Roviana Rosa. Eram três vagas no mínimo para eles poderem fazer, se não tivessem três vagas para o Jacarezinho eles teriam que escolher outra oficina. Daí, por uma questão de amizade, falei que ia uma semana e depois ia “meter o pé”. Não queria saber dessa parada de fotografia, esse “bagulho” não era para mim não. Chegando na Maré, conhecemos a figura do João Roberto Ripper, fotógrafo, humanista, criador do “Imagens do Povo”, um projeto visionário, poético, político, pedagógico... Apaixonante. Sou muito suspeito para falar dele porque realmente mudou a minha concepção de favela, não só por conta do Observatório, mas das pessoas que ele integra naquele projeto. Então foi com o Ripper, com o Observatório, também com as pessoas que ali passaram que eu me tornei cada vez mais politizado.

Fórum Nacional: Você chegou a estudar?

Léo Lima: Integrei, em 2007, essa oficina. Fiquei com vontade de fazer fotografia porque entendi a possibilidade de, com a fotografia, mostrar o lugar de onde venho de uma maneira que a mídia corporativa não conseguia. Surgiu a Escola de Fotógrafos Populares, em 2007, mas eu não tinha condições financeiras para me manter, era de segunda a sexta, tinha que almoçar, pagar passagem... Eu trabalhei numa loja de sucos, no Jacarezinho, durante quase dois anos já pensando no dia em que abrisse a próxima inscrição da Escola de Fotógrafos. Em 2009, fui demitido uma semana antes de abrir a escola. O Fábio

Café, que a gente manteve a amizade, falou que abriu a inscrição e se eu estava a fim de fazer. Isso eram 10 horas da manhã e, às duas, eu já estava lá. Me inscrevi e, a partir desse momento, fiz Escola de Fotógrafo, me formei como fotógrafo popular, reconheci beleza em várias pessoas. A fotografia me fez escolher a janela que eu quero, integrei “Imagens do Povo” e comecei a me integrar nos outros cursos que o Observatório fazia.

Fórum Nacional: E o que mudou a tua percepção do Jacarezinho, antes e depois dessa “parada” com a pedagoga, com o Observatório, com o Ripper?

Léo Lima: A percepção é mais interior. Acho que é aquilo que acontece contigo, você sabe como dizer como quer. Eu sem perspectiva, isso não era motivo para virar traficante, eu ia ser qualquer coisa. Poderia ser eletricitista, padeiro, isso é estigma que criam também o da salvação. Ninguém salvou a minha vida, foi só um alicerce. Você pode falar sobre o lugar onde mora de várias maneiras com música, fotografia, filme. Então, antes desse processo de politização eu não sabia mesmo o que fazer. Eu não achava minha comunidade feia, mas não via tantas belezas como a partir da fotografia eu comecei a ver. Hoje penso em educar com fotografia, politizar e transformá-la num instrumento de luta.

Fórum Nacional: - Como é a beleza do Jacarezinho?

Léo Lima: - A beleza do Jacarezinho são as pessoas. No Jacarezinho estão as pessoas mais generosas que já convivi. As senhoras que me viram crescer, pessoas que inclusive eu não conheço que tratam a gente com um carinho incrível, pessoas que vêm de outro lugar para trabalhar numa favela. É o varal, a luz que bate no muro de tijolo, o visual do lugar, o laranja das favelas, principalmente no Jacarezinho.

Fórum Nacional: Você percebe o potencial do Jacarezinho? O que pode ser feito?

Léo Lima: Principalmente retomar a questão política que sempre existiu no lugar. Não podemos nos deixar levar pelo “bundalêlê” atual. Dizer que o funk é cultura, é cultura realmente, mas a cultura que a mídia quer transformar é outra cultura. Você colocar a “novinha” em xeque, colocar o senhor em xeque, uma música que às vezes afeta as pessoas de certa maneira, a questão da banalização do sexo muitas vezes... Acho que o funk tem várias vertentes, ele pode ser mostrado por isso também, pode ser mostrado artisticamente, o que não falta são talentos na comunidade, isso só vai ter sentido se for artisticamente, mas com viés político. Arte por arte é bela... Mas e daí? Existe outro lado do funk, o funk consciente. Existe também a necessidade de valorização do samba, das culturas populares, das festas juninas, das brincadeiras de criança. Com minha fotografia eu tento mostrar, mas ainda é pouco porque precisamos criar laços onde possamos cada vez mais formar multiplicadores, agentes culturais, agentes políticos do local.

Fórum Nacional: E quem representa hoje no Jacarezinho essa veia artística que você fala?

Léo Lima: Eu não gosto muito de usar essa palavra “representar”, acho que cada um tem a sua responsabilidade. Existem agências, existem lideranças, mas não são lideranças políticas que se comprometem e que conseguem estar nos locais.

Fórum Nacional: Quais são as opções dos jovens?

Léo Lima: - Tem um treino de futebol, no campo da GE, que o Nando dá aula, ele é técnico de futebol e trabalha na Comlurb, eu não sei, mas tinha uma aula de violão...

Fórum Nacional: Você está me dizendo que existem poucas opções concretas?

Léo Lima: - Não têm. O CRJ está fechado, o Centro Cultural foi desativado. O Jacarezinho tem um Centro Cultural só que não tem infraestrutura para ter curso, para ter aula de alfabetização. Fica ao lado do Posto da Xuxa. O espaço é muito grande, mas está desativado. Tem de ser restaurado, financiado. Lá poderia ser feito um curso de fotografia, com certeza uma plataforma audiovisual daria certo, capacitação para jornalismo. Comunicação comunitária é essencial, comissão de direitos humanos, novas mídias. É preciso ter esse tipo de coisa para que as pessoas possam saber das leis, uma biblioteca, um museu no Jacarezinho. Tudo que é em relação à arte e a cultura precisa existir no local, tudo que não seja de assistencialismo, mas uma oportunidade das pessoas escolherem e serem capacitados para atuarem como sujeitos.

Fórum Nacional: Eu observei em outras comunidades jovens circulando sem perspectiva mesmo...

Léo Lima: - Eu acho que o tempo ocioso é importante também. As pessoas ficarem na rua sem fazer nada faz parte. Você não vai dizer que ela não vai ser nada, que não vai ser bem sucedida. Isso é um processo natural. Um processo de cada um.

Fórum Nacional: Isso é um mito também...

Léo Lima: - Com certeza! A proposta é utilizar esses centros culturais, artísticos, políticos, educacionais. Transformar espaço ocioso em espaço produtivo. Ócio produtivo. Isso!

Fórum Nacional: Por exemplo?

Léo Lima: O cara está na rua sozinho fazendo uma poesia, um samba, uma música, um rock, fazendo fotos... Eu considero meu ato fotográfico um ato ocioso. É o famoso ócio produtivo. Os jovens, eles brincam ainda com poucas estruturas, mas brincam. A gente a vida inteira se virou sozinho.

Fórum Nacional: O jovem pensa em entrar numa Universidade?

Léo Lima: - Com certeza! Isso vale até uma pesquisa. O lance disso é que a gente cai sempre no senso comum. Se você for perguntar para uma criança se ela vai fazer faculdade ela diz que quer ser médico, sabe? Sempre tem essa coisa do médico, mas é porque essa galera não conhece essas novas plataformas, outras possibilidades. Se você desenvolve um trabalho de cinco anos sobre fotografia com lata, que é um projeto que tem na Maré, te abre outras portas. Se você mostrar essas outras plataformas, as pessoas vão pensar diferente, nem sempre eu preciso ser um economista. Acho que precisa ser uma questão de escolha, as pessoas precisam ter oportunidade de escolha independente se vão fazer dança, balé, fotografia, num futuro ela vai ser um açougueiro, ela teve a oportunidade de escolher. O que a gente não pode é dar uma coisa para as pessoas e falar: "Deu certo." Ela vai ser isso aqui. Não tem como, isso não existe. Numa comunidade como o Jacarezinho, que não tem praticamente nada culturalmente falando, você vai colocar um projeto de dança, ele vai dar certo, mas qual foi a outra escolha que você deu para as pessoas? Não acredito que as pessoas tenham um dom porque eu, por exemplo, nunca gostei de fotografia e as pessoas falam que eu tenho o dom. Eu não tenho o dom, eu estudei, me apeguei a coisa, tenho amor pelo que faço. Todo mundo tem condição de fazer uma música, de tocar um violão... Não existe dom, existe prática, existe escolha, oportunidade.

Fórum Nacional: Como fazer para romper essa barreira das pessoas entrarem no Jacarezinho e perceberem que é um lugar de potência?

Léo Lima: - Comunicação! Democratização da comunicação é o caminho. Está tudo aí, internet, facebook, revista eletrônica, impressa, jornal, rádio comunitária. O que tem que ser feito é politizar artisticamente, culturalmente. Tem um investimento para ser feito. A questão financeira ainda é muito grande para várias comunidades, não só favelas, mas em vários lugares. As pessoas precisam fazer e esse produto dela precisa ser divulgado. Por exemplo, o que vocês vão fazer é fundamental para que investimentos cheguem também, para que agentes possam desenvolver atividades com os moradores. Vocês estão dando visibilidade com esse trabalho.

Fórum Nacional: Até para dizer quem é o Jacarezinho.

Léo Lima: Um exemplo claro: O que é a Maré hoje? Muita gente conhece a Maré, mas agora é preciso pensar a comunicação interna. Quantos moradores sabem o que é desenvolvido na Maré como um todo? Gente na Alemanha, na Estônia, pode conhecer o que a Maré faz, o que as instituições ali fazem. Mas, e os moradores?

Fórum Nacional: Uma comunicação para dentro.

Léo Lima: - Para dentro e para fora! Tem que pensar o externo e o interno. Você precisa trazer outras pessoas para conhecer culturas e principalmente os moradores precisam estar interligados diretamente com as coisas que estiverem rolando.

Fórum Nacional: Muita gente associa Manguinhos e Jacarezinho como se fosse uma continuidade, como se fosse um só território e, na verdade, parece que é diferente. Você pode falar um pouquinho dessa diferença?

Léo Lima: - A diferença central é geográfica. O Jacarezinho termina no meio de uma rua, a Dom Helder Câmara, que corta a favela. A questão é essa. Manguinhos é uma potência inclusive política muito forte e o Jacarezinho é potência, mas outra coisa, são favelas diferentes.

Fórum Nacional: Se você fosse definir o Jacarezinho, como você o faria?

Léo Lima: - É um lugar de potência artístico, culturalmente incrível, que o poder público vira os olhos, entendeu? É um lugar com muitas precariedades que precisam ser resolvidas.

Fórum Nacional: Eu quero sair do geral. Eu quero saber quem é o Jacarezinho? Uma característica só do território?

Léo Lima: - Eu não me recorro de algo que seja bem marcante. Por exemplo, a Igreja do Padre Nelson, só existe no Jacarezinho. A via GE é só no Jacarezinho. A questão do Azul, da política, do companheirismo, só existe no Azul, a creche, a quadra, aquela coisa mais juntinha é no Azul. Mas o Jacarezinho é todo incrível. Rumba fala sempre que o Azul é o berço do Jacarezinho. Ali que eram travadas as lutas políticas. Mas depois foi para toda a favela.

Fórum Nacional: E a caixa d'água do Azul?

Léo Lima: - A caixa d'água assim também só tem no Jacarezinho. Maluquice. Só tem no Azul. Uma caixa d'água que não funciona. Ocupa muito espaço que poderia estar sendo gerido para produções culturais. Eu vi várias famílias ali... Minha bisavó morava onde a caixa d'água foi construída, a casa foi demolida, uma casa histórica para dar espaço para aquela coisa gigantesca que não serve para nada. Para não falar que ela não serve para nada, serve como estacionamento ou local para namorar porque não tem iluminação. Faltam praças públicas no Jacarezinho para as crianças. Favela Bairro construiu a quadra que é uma caixa de fósforos que as crianças da creche ao lado não brincam e a praça não tem banco, não tem mesa, não tem cerca e construíram ela numa rota de fogo, porque era uma boca de fumo que ficava ali. Como é que você constrói uma praça na frente de uma rota de conflito? Não tem como.

Fórum Nacional: Você acredita na UPP? Que ela possa fazer diferença?

Léo Lima: - Vou te falar que eu não acredito na UPP assim como está se desenhando não. Esse projeto é bem de marketing político mesmo. Eu acredito em projeto de cidade. Se existe um projeto de cidade para as favelas e para o todo, que seja gerido pelas pessoas que pertencem a esse lugar, acho que essas têm que ser capacitadas para atuar

diretamente no desenvolvimento local, seja em escolas, sejam em atividades culturais na rua. Os moradores têm de estar presentes, eles precisam saber o que está acontecendo. Existem diversas maneiras de ser violento e o poder público faz isso muito bem. Deixar as pessoas sem saneamento básico, ruas esburacadas, não ter praça pública, botar caixa d'água sem diálogo com o morador, entrar com uma UPP num dia e as pessoas saberem no mesmo dia que vai entrar, enfim, acharem que aquilo ali é de qualquer um. Falta escola dentro da favela, falta transporte público. Não precisa ser um teleférico, entendeu? Pode ser uma legalização de kombis, de vans que levem de um lugar para o alto do morro, não precisa gastar milhões. Só atender a população que é carente dos serviços mais básicos.

Fórum Nacional: E hoje, quais são as expectativas de vocês? Você já disse que vê com cautela a UPP. Por que?

Léo Lima: - Vou falar por mim, sempre. Toda opinião que eu der na entrevista é uma opinião própria. Acho que a entrada da UPP pode ser até interessante, desde que tenha diálogo, desde que as pessoas que querem trabalhar com o social atuem de forma concreta no lugar. Todo mundo vai falar que não adianta só ter polícia, eles serem truculentos, precisa existir um diálogo, precisa ter um corpo formado para que as pessoas possam falar suas demandas, dizer o que é arte e cultura para cada um, quais os projetos existenciais, o que já tem, o que poderia ter... Posso pensar em projetos para áudio visual, a questão artística, mas às vezes não é prioridade. Eu acredito que a prioridade seja saúde, saneamento básico, a questão estrutural da favela na minha visão é a prioridade, o bem-estar social das pessoas precisa ser em primeiro lugar e a gente sabe o quanto é difícil arte e cultura no Brasil, não só nas favelas, então o investimento ainda é pouco. Se os investimentos chegarem para que o bem-estar social atenda o Jacarezinho como um todo, eu acredito no projeto, num projeto que se consolida num projeto de cidadania também. Não consigo ter esperança vivenciando o que a UPP hoje está fazendo. Não é a UPP como um todo são os policiais truculentos que, na madrugada, andam sem identificação. Desde já uma denúncia: alguns policiais da UPP não andam com identificação. Na madrugada, principalmente.

Fórum Nacional: Por outro lado, outro problema sério e que está lá é a questão dos dependentes químicos. Pode haver uma saída?

Léo Lima: Tem que ter reuniões sistemáticas no lugar para essa discussão. Supostamente eles tiram os bandidos fortemente armados do lugar, os usuários de drogas continuam e eles têm de ser tratados como pacientes. Você não pode generalizar, o cara fuma maconha, cheira pó, usa crack. Vou colocar todo mundo no mesmo pacote, é drogado, bota em qualquer lugar. Não é assim. As questões precisam ser discutidas de novo nas suas individualidades. Existe um maluco que fuma maconha ali, mas a gente sabe que não rola nada. O uso de drogas não é discutido desde a entrada. Comentei isso com um dos policiais, numa conversa meio

tenso com moradores. A gente tenta conversar e aí eu já vejo que hoje não há possibilidade de conversar na tensão porque senão, eles acham que a gente está brigando... Comentei com eles que é preciso o Instituto Pereira Passos, não sei, junto com os moradores marcar reuniões para essa discussão do uso de drogas porque não faz sentido você tirar as armas e deixar as drogas com os viciados sem atendimento.. Adolescentes no tráfico de drogas, a troca de quê? A troca de dinheiro, de status, de fama? Isso tudo nos olhos da UPP e ela velando as coisas. O poder público pensa coisas muito importantes para um determinado nicho e para outros, a sociedade como um todo, a questão social, ambiental, do bem-estar das pessoas que tocam esse país para frente, “esquece”.

Fórum Nacional: Uma questão que me chama muita atenção é a das adolescentes grávidas. Está havendo alguma movimentação nesse sentido?

Léo Lima: Tem coisas que você me pergunta que eu realmente desconheço. É difícil falar sobre certas coisas no Jacarezinho, porque falta muita coisa, principalmente comunicação, articulação de informação. Tem muita grávida jovem mesmo.

Fórum Nacional: O “Jacarezinho pela Paz” é um movimento importante?

Léo Lima: Com certeza. É preciso existir. Fábio, que é o fundador, convocou para uma reunião que eu fui, umas duas reuniões, que era para formar um coletivo, porque realmente ele que toca. Ele está contribuindo bastante para as pesquisas. É preciso ter uma comunicação interna. A rádio comunitária é o maior “blá blá blá”. A UPP entrou e fechou talvez porque era clandestina, não sei. Falta muita coisa, a gente precisa se reinventar o tempo inteiro e é preciso criar coisas para o Jacarezinho. Mas o blog do Fábio ajuda muito. Pena que ele não respondeu.

Fórum Nacional: Muita gente falou que a Escola de Samba poderia criar uma cadeia produtiva com formação de pessoal.

Léo Lima: Eu sempre vou dar opinião para o que acho importante de fato, para o que eu faço. Para a questão educacional utilizando os meios audiovisuais. É preciso ter polos culturais de tecnologia. O trabalho da Escola é bem aceito pela favela.

Fórum Nacional: E existe massa crítica lá para isso, essa que é a grande questão. Só para finalizarmos, me disseram que um problema para conseguir com que as coisas andem a partir de dentro do Jacarezinho é a falta de união das lideranças. Não existe união, a comunidade está toda partida pelo interesse político partidário. Como você vê isso? É assim mesmo?

Léo Lima: Eu não tenho certeza disso não. São individualidades.

Fórum Nacional: E como elas se juntam para formar um coletivo?

Léo Lima: De novo a gente volta na questão da comunicação. Eu comentei com o Rumba que me planejei para a partir de abril me dedicar totalmente ao Jacarezinho. Antes de qualquer entrada da UPP porque todos os meus projetos acabam em abril. Eu posso estar dando um tiro no escuro e ficar inclusive sem trabalho e aí pensar propostas a partir do zero. Como eu não tenho briga com ninguém, eu não tenho briga com o Rumba, sei lá se ele já foi preso ou qualquer outra coisa, se alguém tem rixa com ele, se outras pessoas que passaram têm interesses econômicos, eu não. Eu sei o que eu não quero e a partir do que eu não quero eu sei até onde posso ir. Eu estou montando parcerias para todo mundo a partir do aprendizado que eu tive, do que eu vou ter e do que a gente pode ser daqui a 20 anos. Se eu me tornar uma voz política dentro do Jacarezinho vai ser muito por conta desse processo de união que pode estar por vir, mas eu encaro o atual contexto problemático porque se existem as lideranças e essas lideranças ficam nos seus lugares e a comunicação interna não é boa a probabilidade de isso dar certo é muito pequena. Por exemplo, vai ser o Léo que vai fazer uma exposição na Maré, que vai fazer uma exposição em Nova Iorque, como teve, mas os moradores não sabem quem eu sou e eu não tenho objeção deles saberem quem sou, mas o que eu faço. Eu não quero saber de me considerarem como herói. Não gosto da teoria de herói. Acho que isso é um dos fatores que fazem as pessoas ficarem sentadas em casa, a luz acaba e ninguém liga para a Light. Espera reclamar com a Associação de Moradores. O saneamento básico está precário, a água está ruim e as pessoas não saem de casa para reclamar com a CEDAE, por quê? Estão na teoria do herói. Esperam por alguém salvar. Eu quero ser reconhecido não como um nome, mas como uma ação e essa ação pode ser política, cultural, artística. O que vale é a atitude.

Fórum Nacional: Você está no caminho, está buscando.

Léo Lima: Uma das coisas que eu não quero é ser líder. As coisas precisam ser cada vez mais compartilhadas, as pessoas precisam se politizar e, falar de política, muitas vezes, é chato. Qual a reflexão atual? Eu preciso estar junto com pessoas que já fazem política. Como a gente consegue transformar a política em algo agradável? No meu caso foi com a fotografia e o que me toca é com ela transformar as pessoas em pessoas politizadas. A partir das coisas que eu já vivi, de uma experiência própria. Multiplicadores precisam ser formados porque eu não vou conseguir estar em Brejo dos Crioulos e no Jacarezinho ao mesmo tempo. As pessoas do Jacarezinho precisam ser os próprios multiplicadores. A criançada está aí, entendeu? Eu lembrei de algo que só o Azul tem. À noite o Azul é tomado de crianças e é uma loucura o que fazem porque são brincadeiras que estão sendo perdidas por conta de uma falta de estrutura. Todas no mesmo local é bolinha de gude, pião, pula corda, pula-pula, futebol, pipa, é tudo ao mesmo tempo. Só no Azul tem isso! E todo mundo fala: “Imagina isso daqui a 10 anos?” – todo mundo cresceu junto e tem preocupação.

Fórum Nacional: A creche no Azul não dá conta da demanda?

Léo Lima: Não, não dá conta. O fato de terem muitas crianças no Azul faz do local uma oportunidade de começar a politizá-las. A forma lúdica de politizar é a mais sensata possível. Imagine uma utopia que todas essas crianças cheguem aos 15 anos lutando para ser jornalista, querendo desenvolver algo com a democratização da comunicação do Jacarezinho, alguém quer fazer geografia, história, ciências sociais... A gente tem que começar já. Essa é a idade ideal.

Fórum Nacional: Qual o projeto para o Jacarezinho?

Léo Lima: O projeto que está sendo implantado por pessoas que acreditam numa mudança, principalmente no Jacarezinho vai ter resultado daqui a 10, 15 anos. E nesse processo todo de reinventar eu estou até pensando em fazer lá em casa uma espécie de produtora colaborativa. É preciso, por exemplo, chegar na praça pública e falar: “Ó rapaziada a gente vai fazer uma reunião aqui”. Vocês que têm um sonho, podem propor projetos para editais de cultura, podem ter o financiamento. Que a gente não cobre por serviços para moradores no sentido de idealização de projeto. Eu acho que as pessoas não conhecem essa possibilidade de que elas a partir de seus sonhos podem construir, podem formar pessoas. E isso eu aprendi na prática. Um outro mundo é possível.

5. ENTREVISTA COM FABIANO DA SILVA PAULA, NASCIDO E CRIADO NO JACAREZINHO, 33 ANOS, ARTISTA E ATIVISTA COMUNITÁRIO

Fórum Nacional: Você faz parte da associação de moradores. Em qual área você atua? Qual a sua formação?

Fabiano: Apoiando. Na verdade, o Rumba sempre me deu várias oportunidades de participar. Oportunidades em que eu aprendi mesmo a ver o lado social da coisa. Sou um morador que está disposto a ajudar sempre no que precisar. Para a Associação, eu fiz uma pergunta: “Qual o projeto que vocês têm para a juventude?”. Um monte de gente falou que tinha esporte, judô, capoeira, isso e aquilo. E eu que já dei aula de jiu-jitsu de graça, sempre pedi apoio ao pessoal aí. Alguns comerciantes apoiavam com dinheiro, compravam um lanche. Chegava lá meu mestre emprestava os quimonos para um, ou lutava e tirava para dar a outro. Falando do Rumba, ele me chamou para coordenar os “Jovens pela Paz” aqui no Jacarezinho pelo lado religioso dele. Ele me levou ao encontro de cultura afro salesiana, uma Paróquia que faz parte aqui no Jacarezinho onde fundei um grupo jovem. Agora fez dois anos que consegui ter a credibilidade dos adultos, além dos jovens. Fui criado no campi Mangueira, onde aprendi de tudo para que a pessoa

seja formada socialmente. Trabalhei no mesmo emprego até completar a maioria, continuei no emprego e sempre estive em projetos sociais como o SENAC, em que fiz curso e tive oportunidade de trazer alguns projetos para o Jacarezinho. Só que sozinho não dá. Teve um Fórum também que foi uma ex-menina de rua que lançou um livro e quem representou foi meu pai que está sempre nesses projetos aqui do Jacarezinho. É formado em jornalismo, funcionário público da UFRJ. No Complexo do Alemão conheci alguns colegas, participei da Praça do Conhecimento, do curso de designer gráfico (já trabalhava com isso por conta própria, mas precisava do diploma) e ali vi que aconteciam algumas coisas no SENAC, na Mangueira... Meu maior sonho foi ver um Campi Jacarezinho, onde o jovem tem aula e sai de lá preparado para trabalhar. Trabalho na Votorantim, estou encostado faz um ano, por problemas de saúde, e nesse um ano para cá eu venho desenvolvendo alguns trabalhos na Igreja Nossa Senhora Auxiliadora, na parte de comunicação. Agora, o Padre Dário nos chamou para voltarmos com a PASCOM, que é a Pastoral da Comunicação, que tem o grupo de teatro "Cristo em Cena". Ninguém ali fez curso de nada, nunca. Escrevemos várias peças, encenação da Paixão de Cristo, que em 2012 teve o apoio do fotógrafo Léo Lima, que é daqui do Jacarezinho e que já levou foto daqui para Londres.

Fórum Nacional: Você é um relações públicas do Jacarezinho!?

Fabiano: É mais ou menos isso. Tanto que agora estou tentando pegar uma bolsa no S.O.S comunidade, ou psicologia, ou assistente social para continuar ajudando. Como meu pai fez jornalismo, no Morro do Adeus, ele dava aula de espanhol, estava retribuindo. Eu estou correndo atrás no mesmo pensamento enquanto eu tiver possibilidade. Vou ajudar depois de formado, principalmente aqui no Jacarezinho. Eu quero tirar duas horas, três por semana para me voluntariar. Muita gente me chama de bobo, você deu aula de jiu-jitsu de graça! Valeu a pena. Você deu aula de artesanato de jornal de graça. Valeu a pena. Você ajudou não sei quem que você nem conhece! Tudo isso aí tem um valor... Não tem como expressar. E aos poucos o resultado vem. Aquilo que você plantou começa a colher daqui a cinco, 10 anos. Antes da UPP, muita gente falava da violência. Já aconteciam alguns projetos sociais. Maquiagens? Só que muitos conseguiram terminar o estudo, deram certo, outros conseguiram aprender uma profissão, só que querem falar que antes da UPP era uma violência e isso e aquilo. Após a UPP (entre aspas) continua o mesmo. Acabei de ler agora que está brabo, todo dia tiroteio, policial ferido, bandido ferido, inocente ferido e quando aparecem umas oportunidades dessas de ajudar a mudar, independentemente se tem bandido ou se tem polícia ou não, acho válido chegar junto da comunidade, participar para depois não falar – "A Associação não fez nada..." – "Mas você também nunca apoiou nada". Na Unidos do Jacarezinho, fui diretor de bateria e, antes disso, nós tivemos uma banda parecida com a Timbalada e o Olodum e nunca tivemos apoio. Único apoio foi do SENAC. Na época eu fazia um curso. E teve um fórum no Porcão Rio, com a esposa do Fernando Henrique, a Ruth Cardoso. Nós tocamos ali para mais ou menos 500 pessoas, passou na Rede Globo. Ali, a gente dava

aula de percussão de graça e hoje nós estamos tentando resgatar essa banda. De repente, chega algum apoio e fala que vai pagar uma bolsa auxílio para dar aula de percussão. Não é nada, mas desperta no jovem a parte artística ou cidadania. Porque, às vezes, ele fica em casa se acabando no facebook e não aprende nada. Precisa de estímulo!

Fórum Nacional: Para você, o que identifica a juventude do Jacarezinho?

Fabiano: - Acho que hoje não tem uma marca que possa ser associada à juventude. Eu não falo funk, porque quando eu falo funk as pessoas postam nas redes sociais – “Vamos mudar o funkeiro...” – aquilo ali me dá uma raiva porque falam, mas adoram dançar. O que marca mesmo os jovens aqui é a falta de oportunidades no lado cultural, social, de convivência, de aprender algo, como o Rumba falou- “... para ganhar três, quatro mil reais...” – porque não adianta colocar curso de telefonista, aí o jovem passa seis meses fazendo, muitas vezes ganhando uma bolsa para incentivar, e na hora de procurar emprego o primeiro entranca: moro em favela, no Jacarezinho. O segundo, se for negro, sabe que é complicado, já sofre duas vezes. O terceiro, a baixa escolaridade. Na Paróquia tem uma menina que alfabetiza os jovens e adultos só que ela tem os filhos e não tem oportunidade de conseguir algo, ao menos uma cesta básica. A marca que realmente é associada aos jovens é a falta de oportunidades. Só os pais não vão resolver nada. O pai fala para o filho estudar e a rebeldia vai falar mais alto. E o Estado não ajuda.

Fórum Nacional: Se você pudesse escolher uma palavra que te remeteria ao Jacarezinho, qual seria?

Fabiano: Cultura. Tem uma riqueza que precisa ser desvendada e colocada para fora pelas pessoas. Temos bons músicos e artistas. Alguns quando saem, voltam, voltam para o Jacarezinho, porque é aquilo... Até o momento, a gente não paga certos impostos, luz, água, quando se paga luz, tem a taxa básica, então, acho que morar lá fora é caro. O Jacarezinho tem uma história desde quando surgiu a favela que depois foi se tornando um grande bairro que, infelizmente, não é visto por quem está lá fora. Isso aqui tem o tamanho de uma cidade. Temos vários exemplos de pessoas que são artisticamente ricas, que sabem fazer uma cultura nobre, mas que não podem, às vezes, financiar o seu trabalho. Sem esquecer que muitos têm talento para arrumar um dinheiro, mas ficam sentados no sofá esperando alguém ajudar, não querem correr atrás. A marca que eu posso associar é a cultura que está escondida debaixo do chão do Jacarezinho. Da cultura que está encravada ali. Que precisa ser despertada mesmo. Aqui foi a primeira comunidade a ter uma mulher presidente de Escola de Samba. Tem história. Pra caramba! Um dia um “caveirão” pegou fogo na pista. Então, nós criamos um grupo no Jacarezinho chamado Jacarezinho City. Na verdade, a gente queria saber o que estava acontecendo. Somos criativos. Somos bons.

Fórum Nacional: Você faz parte do Blog Jacarezinho pela Paz?

Fabiano: - Fábio, que criou o blog, me colocou como mediador do que tem no facebook. O que acontece? O Jacarezinho pela Paz nasceu de um movimento. Que denunciava sempre que acontecia ou morria um inocente. Fábio e eu ficamos como responsáveis em conversar justamente aqui em frente, onde hoje é a Clínica da Família com o Comandante do Terceiro Batalhão. Eu fiquei e falei que a passeata vai vir, vai subir a Suburbana e ele disse que lá já tem o Batalhão de Choque do outro lado, já tem não sei o quê. Mas para quê aquilo tudo? Por causa do boato que vão colocar fogo em ônibus, disse o Comandante. Se fosse uma passeata de pessoas insatisfeitas com o governo, de funcionários, vocês vão ter o mesmo aparato? Aqui dentro não moram só os cachorros, não moram só pessoas mal educadas, baderneiras. Disse que o problema estava do lado de lá que é Manguinhos. Fiz a nossa passeata. Correu tudo bem. Dali em diante muitas pessoas ligaram. Voltando a pergunta... Nesse Blog Jacarezinho City, de repente, passou de 400 pessoas para quase 4 mil. Onde as pessoas todo dia colocavam um "Bom Dia, Jacarezinho!" "Eu amo minha comunidade". Então, passei a colocar vagas de emprego que pego na internet. Muitos não querem nem saber se o emprego vai dar R\$ 1.000,00, se a vaga vai ser para faxineiro, se para algum cargo administrativo, mas acho que é o pensamento deles... Quem é que não gosta de ficar no ar-condicionado, num escritório, sentado na mesa com o computador? Mesmo que se acabe esquentando em resolver problema dos outros como um auxiliar administrativo, auxiliar de contabilidade que não pode errar? Os jovens do Jacarezinho querem trabalhar, querem ter oportunidade. Muitas vezes até discuto com alguns que esperam a vaga cair no colo. É claro que todo mundo queria um emprego que desse uma estabilidade, um salário bom, que de fato fosse de segunda à sexta, algo impossível hoje. Hoje é segunda à segunda. Quer ter sua vida social com a família e, infelizmente, está difícil, mas vendo eles não conseguiria distinguir qual a função, qual a ideologia profissional. O que posso dizer é que (a maioria) quer concluir uma faculdade. Pública é muito difícil. Não adianta frequentar pré-vestibular comunitário que um vai concorrer com 10 que fizeram pré-vestibular pago. Alguns conseguem. Mas querem concluir o ensino superior, conseguir um emprego bom nessa área, digno. Pessoas que apesar de curtir os bailes, pagodes, são inteligentes. Claro que têm aqueles que são contra a ocupação policial, aqueles que são contra a violência policial, mas eu creio que têm policiais que são dignos de estar fazendo o papel deles de cada dia, ajudando a comunidade e o que posso dizer sobre essa pergunta aí do jovem, eles não querem saber se o emprego é mais ou menos, se é ruim. Eles querem trabalhar, ter o dinheiro deles, mas de preferencia concluir o nível superior e continuar na área que se identificam. Faltam oportunidades. Precisa mapear tudo para ver o real interesse.

Fórum Nacional: Você sinalizou que há muita dificuldade de este jovem entrar no mercado. Você tem conhecimento aqui na comunidade de ações empreendedoras voltadas para jovens?

Fabiano: Há muito tempo atrás teve um projeto que ensinava ferramentas que se usa nos meios de comunicação, photoshop, coreldraw, designer. E, pelo que eu fiquei sabendo, tiveram aulas sim de empreendedorismo, ou seja, eles iam sair do curso para tentar montar o próprio negócio. Alguns jovens foram, pegaram uma barraquinha de madeira e botaram na principal rua da parte de baixo, a Mário Rangel, e colocaram alguns trabalhos. Alguns de fotos diagramados, cartões de visitas, panfletos, banners. E começaram a oferecer o serviço. Infelizmente, o projeto acabou. Quem ofereceu acho que foi uma Associação que era presidida pelo Lúcio, que teve essa chance de trazer o projeto para o morro. De fotografia também, mas acabou. Porque projetos sociais têm uma direção, um tempo e se a pessoa não souber administrar, vai perder esse projeto para outro. E, também, o recurso acaba. A primeira coisa que eu pergunto hoje quando se fala em projeto é se o grupo vai ter CNPJ, porque sem, não pode oferecer a proposta. Dizem que vamos conversar, conversar... Mas só conversar? Vai ter alguma ação? Eu participei de uma reunião e achei muito interessante que foram pessoas que você olha na rua e pensa que só quer curtir a vida. Mas são inteligentes e interessantes se tiverem oportunidade vão mostrar serviço. Trabalho de projetos de empreendedorismo aqui no Jacarezinho só o Júlio. Inclusive uma amiga nossa faz parte do teatro, Bia. Foi escolhida agora no programa do Luciano Huck... E ela faz parte da Paróquia. Ela como atriz arreventa mesmo e teve essa oportunidade

Fórum Nacional: Era onde?

Fabiano: Tem um colega que fez um ensaio fotográfico para uma marca famosa. O Éder, para modelo fotográfico, ele é ótimo, mas é o que estou falando, se tivesse essa oportunidade da pessoa aprender a ser um empreendedor, de conseguir colocar para fora o que gosta e poder ganhar dinheiro, acho que ia ser muito mais rico o Jacarezinho. Porque ia poder jogar lá para fora muitas pessoas que têm qualidade e experiência, mas não têm esse contato com alguém que empregue elas. Inclusive, esse Júlio me inscreveu para um curso de empreendedorismo na Rocinha. Eu fui, coloquei o meu projeto. No começo eu não sabia muito bem o que era. Coloquei o jiu-jitsu... aí tinham outros. Um rapaz que fazia artesanato ficou e eu não fiquei. Passei a estudar por conta própria. Eu fiz o jornal para a Escola de Samba por um tempo. Na parte de empreendedorismo, tenho vontade de pegar uns 10 jovens e passar para eles essa experiência. Porque se cada um aprender alguma coisa na parte de comunicação, pode trabalhar numa gráfica ou por conta própria. Eu nunca fiz curso, foi só internet, estudando, estudando. Hoje eu tenho essa ideia também de ir à Igreja e pedir uma sala emprestada. Mandar algum projeto que possam doar cinco computadores para ensiná-los a fazer um cartão de visita, um banner, um panfleto, a mexer com as ferramentas necessárias para isso e quem sabe no futuro dos 10, sete se interessem e trabalhem numa gráfica ou numa comunidade ou montar uma loja, como eu fiz com sacrifício, mas fiz. Foi um sonho que está indo.

Fórum Nacional: Pós “pacificação”, o que você espera do Jacarezinho?

Fabiano: Antes da “pacificação”, o Jacarezinho sempre foi Jacarezinho. Sempre ofereceu mesmo que fosse o mínimo das coisas. Ofereceu tudo bem. Mas o que pesava mais era político que entra, monta uma clinicazinha para as pessoas carentes, dessas coisas, ficam acuadas. Certos projetos sociais de governo parecem que são uma esmola, porque você colocar um adulto, um jovem para aprender alguma coisa e dar uma bolsa auxílio, o cara vai achar aquilo o máximo. Só que esquecem que aquilo ali tem uma duração de seis meses e o cidadão vai ficar dependente daquilo. Antes da “pacificação”, realmente, o Jacarezinho estava imundo, estava sujo, faltavam muitos serviços básicos. Eles falam que após a pacificação muita coisa mudou. Para mim não mudou não, porque Clínica da Família já existia. As pessoas falam que com o tráfico o governo não consegue entrar. Consegue sim. Só não entra porque não quer, porque não tem uma boa liderança dentro do Jacarezinho. Porque o que custava antes, a Associação mandar um ofício para a Comlurb que entra com o caminhão dela e pode vir retirar o lixo? A CEDAE, antes da “pacificação” entrava. Aí, falava que os serviços básicos não poderiam ser oferecidos por causa do tráfico. Como incompetência da administração comunitária de não ter oferecido bons serviços. De ter cobrado pelos serviços como aconteceu na inauguração da caixa d’água no Azul. Maior absurdo que fizeram com o povo. No dia que inaugurou, um vereador tomou banho de terno e tudo, e o povo vendo aquilo. Depois, foram embora e hoje não se pode encher a caixa, porque corre o risco de estourar. E o povo tem medo disso. Então, isso foi um dos maiores absurdos que fizeram. Leio sobre o que aconteceu em outras comunidades pós-“pacificação”, eu nem espero nada do Jacarezinho. Pré-“pacificação” para mim tiraram umas coisas e colocaram outras.

Agora, pós-“pacificação”, o que eu espero não de bom, mas necessário. Temos a Clínica da Família? Temos. Temos alguns serviços deficientes na Clínica da Família? Temos. Tudo bem que o povo, às vezes, quando passa mal quer ir lá, ao invés de procurar hospital. Acho que o Jacarezinho tem um espaço para ter uma Escola Técnica com uma parceria com SENAC, SENAI, tem prédio que a CUFA usava, tem esse espaço aqui da GE que, pelo que eu ouvi falar, vai se transformar num polo residencial, esportivo. Estão falando que vai ter até um mini shopping, sei lá. Perguntei quando que vai sair e se vão ser indenizados? Eles falaram que a partir de 2013. Tem espaço na GE porque não faz um espaço para feira? Ele falou que não que acha que ali teria um mini shopping. Creche, eu creio que estamos bem servidos, com três creches. Vai ter agora a creche que a Associação vai oferecer. Ainda falta espaço para educação. Acho que uma escola aqui dentro seria uma tacada de mestre do governo ou de alguém, alguma entidade pública, privada. Porque tem aqui o Salesiano. É pago, só que oferece bolsa. Muitas crianças ali estudam, porque oferecem bolsas. São bolsas que variam e podem chegar a 100%. Eu estudei ali muitos anos também. Conheço os valores que eles têm. Já ajudaram os outros. Tem uma associação de voluntariados Salesianos também. Padre Dário é também uma outra pessoa que ajuda. A PASCOM só vai voltar porque eu chamei mesmo afastado diariamente da paróquia - “Como é que é Padre? A gente aqui da Paróquia está longe de tudo, não está isso, aquilo... Eu tenho um plano assim, assim”. Comecei a falar. No outro dia ele já falou para ir lá que queria

conversar comigo. Fui, já indiquei a pessoa que vai ser o coordenador, eu vou estar dentro também. Acho que é um sonho ver o Jacarezinho mudado. Como o Rumba falou, a gente mora aqui não é porque quer. É claro que hoje em dia eu queria ter uma casa lá fora para deixar meus cachorros, meus filhos viverem numa boa sem aquele negócio de estar com medo de acordar e a rua está cheia de lixo ou se vai faltar água, se vai faltar luz. Sempre falei com minha esposa (ou ex) que eu não sairia daqui por nada. O Jacarezinho é minha vida. Quanto mais eu puder conhecer o Jacarezinho, eu fico. Agora, infelizmente, chega uma hora que a gente tem que pegar nossa trouxa. Por enquanto, estou batendo perna. Não saio, porque quero ver isso aqui mudado pós-“pacificação”.

Essas coisas que eu queria ver: oportunidades de educação, possibilidades de emprego. Ter um balcão de empregos, onde o jovem possa chegar e alguém falar com ele – “O que você sabe fazer, pode fazer?” – “O que você tem capacidade de aprender para te encaminhar para um emprego ou um curso técnico?” – Não um curso para prender a atender o telefone, um bom dia, um boa noite, o que deseja, com quem eu falo... Espero que os comerciantes também. Não os comerciantes de loja, porque a maioria não mora no Jacarezinho. Já moraram alguns. Estão lá fora, tem vida boa, mas quando você chega em cima deles e pede cinco reais para ajudar uma família, não têm. Eles falam que não têm, mas tem carrão, mora lá fora. Mérito deles. Fizeram por onde, batalharam. Uns nascidos no Jacarezinho ralaram estão aí hoje, mas têm comerciantes que não têm aquela mente empreendedora. Não conseguem ter um dinheiro em caixa para comprar mercadoria. E se tiver alguma oportunidade de ter alguém para ensiná-los, isso seria ótimo. Então espero o Jacarezinho diferente, dando oportunidade para todos desde o mais novinho até os mais idosos. Empregos e empreendedorismo.

Fórum Nacional: O que identifica o Jacarezinho para quem está de fora?

Fabiano: Matadores, prostitutas, traficantes, mas é lá fora da favela que estão as mais ricas prostitutas, os maiores traficantes, os maiores matadores... Ontem, eu li uma frase do Niemeyer que ele diz que se soubesse que Brasília seria o berço dos maiores corruptos da vida e não faria Brasília em forma de avião, faria em forma de camburão. Porque ali já está em camburão mesmo. Eu acho que é isso. Favela não é criadouro de gente ruim, de bandido. As pessoas mais humildes, mais mão abertas, boas de coração estão dentro da favela. Favela, dentro da periferia mesmo, naqueles lugares mais simples, tanto que eu tenho vários amigos, advogados que adoram passar a tarde aí. Churrasco na favela, descalço, escutando a música e bebendo cerveja, refrigerante. E por aí vai. Isso aí que eu queria dizer e espero que o Fórum e vocês tenham bons resultados. Chega de maquiagem. E viva o Jacarezinho. Viva!

ENTREVISTA COM JOSÉ ROBERTO FERNANDES MORADOR DO JACAREZINHO E PRESIDENTE DA ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO JACAREZINHO.

Fórum Nacional: O que caracteriza o Jacarezinho?

José Roberto: A união que a comunidade tem. Os momentos de maiores dificuldades ela se apresenta. A comunidade sente dificuldade de participar dos acontecimentos cotidianos, mas quando participa, vai até o final, não deixa na mão aquelas pessoas que, de alguma forma, procuram fazer alguma coisa para alguém. Aqui, na Escola de Samba, já tivemos várias dificuldades, mas quando eles acreditam no trabalho, dão as mãos e vão juntos até o fim. A comunidade passou a desacreditar, por causa de muitas promessas e poucas realizações. Até eles se acostumarem novamente e quiserem acreditar tem que fazer muita coisa para que isso aconteça.

Fórum Nacional: Qual o motivo da descrença?

José Roberto: Por exemplo, o fechamento da Casa da Paz é algo que retrata bem a nossa descrença com relação ao governo. Em dois anos de funcionamento atendeu 270 mil pessoas em várias atividades, em vários setores: saúde, cidadania, qualificação. Estava lá religiosamente. Algo que durou apenas de dois a três anos. Depois que mudou o governo, a Casa da Paz acabou. Retornou como Centro de Referência da Juventude. Uma boa proposta, mas que na realidade não funciona. Está fechado. Por todos esses acontecimentos, nós desacreditamos. Está lá um espaço que foi muito utilizado, que beneficiou muitas pessoas e hoje está parado, vazio, precisando que alguém, principalmente, os órgãos públicos se interessem e coloquem aquilo para funcionar. Acho que ali é um dos locais que está no coração da comunidade e deveria ser reativado.

Fórum Nacional: Quais áreas que você acha que merecem mais atenção?

José Roberto: - A área profissional, de cursos profissionalizantes, que façam com que os jovens possam se preparar para o futuro. Seria muito importante que na nossa comunidade tivéssemos mais cursos, mais projetos, mais coisas que não sejam aqueles de seis meses, três meses para mostrar a cara de algum político, de alguém que quer aparecer para se eleger e depois das eleições some. Aqui na Escola de Samba isso já aconteceu várias vezes. "Vamos fazer um projeto, presidente!" A Escola de Samba divulga, estimula a comunidade e quando o curso começa e começa a dar certo, mas não gera votos, eles metem o pé. E quem fica mal? O presidente da Escola. As pessoas começam a gostar, a acreditar, a participar e daqui a pouco vai tudo embora e a gente não tem como dar nem justificativa para aquelas pessoas.

Fórum Nacional: Sobre inserção no mercado de trabalho e oportunidades de trabalho e renda para jovens e adultos, como está esse panorama no território?

José Roberto: Acho que deveria ter maior atenção por parte do poder público sobre esse assunto. Não adianta só pacificar! As coisas chegaram onde chegaram devido as pessoas não terem uma oportunidade. Muitos que seguiram o caminho ruim foi justamente por isso. Se você tem dois caminhos, o bom e o ruim, dificilmente você vai seguir o ruim. Aqueles que não querem seguir o caminho bom, tem que fazer isso por escolha, não por falta de oportunidade. Se escolheram o lado ruim, porque querem isso, tudo bem, só não pode cobrar comportamento diferente do que tínhamos no passado, quando a única opção para a maioria dos jovens era essa. Os jovens possuem baixa escolaridade. Isso dificulta a inserção no mercado de trabalho. Não temos escolas na comunidade, só no entorno. Quem, em época de tiroteio, ia se aventurar a morrer para ir para a escola?

Fórum Nacional: E com relação à escolaridade dos jovens, por que você acha que é tão baixa?

José Roberto: Não temos colégio na comunidade a não ser o Salesiano que é pago. Tem até algumas bolsas, mas para atender a comunidade desse tamanho não é nada. Então, isso dificulta muito. Não concordo com essa máxima que os jovens da favela não querem nada. Não vejo por esse lado não. Eles querem uma oportunidade que não estão tendo!

Fórum Nacional: Com relação aos arranjos produtivos, você acha que ajudariam a minimizar o desemprego na comunidade?

José Roberto: Você me colocou dentro do meu ramo, dentro daquilo que eu atuo e vejo. Tem condições. Hoje, se o estado, a prefeitura e os órgãos públicos fossem dentro de cada Escola de Samba e investissem na cadeia produtiva que cada uma pode ser, conforme tem na Mangueira, Mocidade, Beija-Flor, pelo menos uma parte do problema resolveria. Se levasse o social para dentro das escolas e deixasse que os próprios componentes e diretores pudessem dar continuidade ao trabalho, tenho certeza que daria resultado e frutos. Sabe por quê? Se você observar uma escola de samba, vai perceber que dentro dela tem um universo composto por um escultor, artesãos, costureiras, aderecistas, várias modalidades que podem trazer o sustento para várias famílias. A gente tenta, mas sozinho não tem como. Eu, como presidente de uma escola de samba, não tenho como retirar da verba que eu tenho para fazer o carnaval, investir em cursos profissionalizantes, colocar professores aqui para ensinar. E se pudéssemos qualificar as pessoas da comunidade, seria perfeito, porque não teríamos que trazerr os profissionais de fora, a própria comunidade atenderia e responderia a essa demanda. E essa demanda é cíclica. Quando acaba o carnaval, imediatamente as escolas de samba iniciam projeto para o próximo. Olha quanto emprego! Olha o quanto estaríamos avançando!

Nós contratamos ferreiro, carpinteiro, escultor, decorador, pintor de arte, costureiras, aderecistas, pessoas assim maravilhosas, vidraceiro que cuida da parte de espelho, o próprio borracheiro, mecânico, olha quantas coisas nós temos? Que tudo isso poderia ir para a quadra. Temos a pessoa que faz armação de arame, o serralheiro. Se essas pessoas pudessem formar multiplicadores através de curso de qualificação, estaríamos formando mão de obra de primeira linha, bons profissionais e com certeza isso reverteria para a própria comunidade. Abriria um leque de possibilidades para eles. Hoje, escolas como Unidos da Tijuca tem seus funcionários, carteira assinada que recebem o ano todo. Por que o Jacarezinho não pode também ter isso? Porque ninguém chega e fala de investimento? É muito difícil uma escola que está no grupo C e vai para o grupo A, que vai para o grupo B fazer isso. Essas escolas especiais já são diferentes. Elas têm uma boa subvenção, tem uma vida própria porque elas têm um barracão.

Nós temos um barracão que hoje é emprestado pela Mangueira que é dividido entre Unidos do Jacarezinho e Tuiuti e está assim, um em cima do outro. Não podemos nem respirar, temos que evitar brigas e desentendimentos, fingir que não estamos vendo determinadas coisas. É muita dificuldade. Tem que ter a boa vontade como tem o presidente Thor, como teve o Ivo com a gente lá para fazer nossos carros. O presidente Thor ajuda a gente da maneira que ele pode pelo Tuiuti, o Ivo ajuda da maneira que pode e a gente só fica pedindo, pedindo, pedindo. Tem hora que você pede tanto que a pessoa fica com raiva de você. Mas o meu papel é esse, de pedir. O não é consequência. Se eu não pedir, não vou saber se tem ou não.

Fórum Nacional: Você já tentou parceria com as secretarias municipais – cultura, trabalho – para ajudar na criação da cadeia produtiva do carnaval?

José Roberto: A Secretaria de Cultura, pela Associação de Moradores, nos ajudou ano em 2012, mas foi muito pouco. Se cada órgão público desse uma ajuda, mesmo que pequena, mas contínua, somaria tudo e ficaria muito bom. O que nós estamos procurando desenvolver com isso no Jacarezinho? Desenvolver samba enredos que divulguem os grandes baluartes do samba. Quando você fala Nelson Sargento é um nome do passado, ajudou muito o Jacarezinho. Não com dinheiro, mas com o nome Nelson Sargento. Baluarte da Mangueira. Aonde a gente chegava e falava de Nelson Sargento, as portas se abriam. O Sargento é um velhinho, no bom sentido, que tem um carisma incrível, onde ele chegava era tratado com um carinho. Isso vai abrindo as portas para dar visibilidade ao Jacarezinho, que foi indo e chegou até onde chegou: foi campeão. Temos que agradecer muito a homenagem que nós fizemos a Nelson Sargento. Não nos ajudou financeiramente, mas nos ajudou com a visibilidade, mostrando o trabalho do Jacarezinho, a sua potência, abrindo muitas portas. Falando desses enredos estamos divulgando muito a nossa comunidade, a nossa cultura. Isso está fazendo com que as pessoas da nossa comunidade participem e restaurem a sua autoestima, buscando as transformações e mudanças dentro da nossa comunidade.

Fórum Nacional: Quais são as potencialidades da comunidade na parte cultural?

José Roberto: Do meu ponto de vista um potencial muito grande na nossa comunidade está nos esportes. Se você for na Vila Olímpica da Mangueira, vai ver o pessoal da comunidade do Jacarezinho. O que não tem aqui, a gente vai buscar fora. Não tem nada para as crianças, os jovens. Não tem onde eles possam mostrar seu talento, futebol, basquete, corrida. A comunidade do Jacarezinho tem muitos atletas, muitas pessoas que tem o perfil de seguir os esportes. É só dar oportunidade, investir na juventude que vai ter retorno.

Com relação a cultura aqui, não temos nada. Dentro do samba você tem uma ala das crianças, onde elas fazem recreação; tem a ala dos compositores, que faz o convívio social; tem a velha guarda, que traz as suas festas; então a gente está conseguindo esse grande polo da comunidade está sendo a escola de samba. Mas é só.

Entrevistadora: - E o funk é uma representatividade cultural?

José Roberto: O funk e o Jacarezinho caminha de braços dados. Não só na comunidade do Jacarezinho, em várias outras. O funk foi criado nas comunidades como arma de denúncia, como protesto. Hoje deturparam tudo, o que prejudicou a imagem do movimento. É isso, o funk é um movimento cultural de denúncia, de protesto. É a cultura da favela. O problema é que as pessoas começaram a bagunçar tudo e virou o que é hoje. Se a gente deixar, fazem isso com o samba, porque ele já foi marginalizado. O samba também já foi chicoteado, antigamente o cara que era sambista era visto como um marginal. Eu tenho até histórias sobre isso... O grupo Amarelo. Também não acho legal proibir o funk, como os policiais fazem assim que pacificam o território. Porque o funk é a nossa cultura. Acho que poderia dar prosseguimento, ser dosado.

Fórum Nacional: Como era conviver com esse espaço de consumo de crack, tão próximo da Escola de Samba?

José Roberto: Isso foi muito prejudicial para nossa comunidade. A comunidade sofreu muito. Aqui mesmo em frente à quadra eram coisas que a gente via e não acreditava. Vou te falar! Graças a Deus que isso acabou porque isso aqui era muito prejudicial e não eram pessoas da nossa comunidade, isso que é mais triste. Esse fato trouxe um rótulo para comunidade muito ruim. Hoje graças a Deus você vê pessoas quem entram e saem, frequentam a nossa comunidade. Porque um dos pontos mais visitados da nossa comunidade é essa feirinha que tem aí de segunda a segunda.

Fórum Nacional: O que alimenta o comércio local?

José Roberto: A potencialidade econômica da comunidade é esse comércio. Pode ter

certeza. Porque é de segunda a segunda. Poucos lugares você vê isso. E tem tudo aqui, padaria, farmácia. Todos os tipos, das mais clássicas, as mais simples, as mais chiques.

Fórum Nacional: Quando você pensa no novo Jacarezinho daqui para frente você pensa em que? No novo Jacarezinho em que sentido?

José Roberto: -Um Jacarezinho que dê uma condição de cidadania para seus moradores. Porque uma comunidade do Jacarezinho não ter um banco, uma escola, um cinema, um teatro, uma biblioteca, cursos profissionalizantes. O Jacarezinho precisa ter sim essas coisas e estar inserido dentro da sociedade. Por muito tempo o Jacarezinho ficou fora, ficou excluído da sociedade. O Jacarezinho está localizado numa área industrial que sempre foi referência. Aqui nós temos a CISPER, GE, CCPL, Company, Souza Cruz, Moinho de Ouro. Isso tudo foi sumindo justamente porque não vinha nenhum apoio do poder público para ajudar essas empresas. Porque aqui tinha muita empresa.

Entrevistadora: - Por que o governo deixou?

José Roberto: Não sei. Não tenho justificativa para isso. Não vejo porque esse abandono. Simplesmente foram saindo todas as grandes indústrias, foram mudando e eles alegam que é a dificuldade de pagar impostos. Porque o cara quer permanecer com sua empresa, está querendo ampliar vagas de trabalho, mas os impostos caros dificultavam a sobrevivência dessas empresas. Resultado: foram falindo ou se mudaram daqui. Agora ficam essas áreas improdutivas na comunidade. Vários galpões abandonados. A comunidade precisando de emprego, não tem qualificação, não tem oportunidade e é um círculo vicioso. Podia ser virtuoso. Podia ser, mas, no entanto a gente tem essas situações. Mas não basta só a pacificação. Acho que a pacificação tem que vir junto com o social, que é emprego, educação, ferramenta básica. Água, saneamento básico, energia limpa. Os postes já não aguentam mais o peso de tantos fios. E quase a gente encosta neles. A questão também das remoções das barracas na Beira do Rio, pessoas que ganhavam seu pão de cada dia honestamente e foram retirados de lá para nada.

Fórum Nacional: O que você espera para o Complexo do Jacarezinho?

José Roberto: Eu sou nascido e criado no Jacarezinho. Hoje tenho netos, por isso eu gostaria que a gente tivesse condições de estar aqui com dignidade. Passamos a amar e gostar do nosso lugar e a gente espera que essa comunidade se desenvolva como outras se desenvolveram. Mas a gente sempre fica preocupado com o rumo que as coisas podem tomar. Colocar o poder público, poder público, poder público. Pedir a eles que não abandonem a comunidade porque depois para resgatar de volta é mais difícil. Se estiver dando uma atenção, dentro da comunidade é muito mais fácil desenvolver e ter o próprio morador junto de você. Poder público, vamos chegar mais perto das

comunidades! Vamos olhar com mais carinho, mais seriedade, não só o Jacarezinho, mas todas elas e pode ter certeza que o retorno vai ser muito grande. É trazer as ferramentas necessárias, básicas para a comunidade. Saúde de qualidade, educação de qualidade, ocupação para essas crianças para que elas não fiquem tão à vontade a mercê do que não devem, o retorno vai ser muito grande, pode ter certeza.

6. ENTREVISTA COM RUMBA GABRIEL

Antônio Carlos Ferreira Gabriel, 58 anos, jornalista, teólogo, escritor e poeta. Nascido e criado no Jacarezinho e Presidente da Associação de Moradores. Rumba Gabriel, como é conhecido, é também membro da Comissão de Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI – Associação Brasileira de Imprensa -; fundador do MPFBRASIL – Movimento Popular de Favelas do Brasil -; conselheiro do CEDINE – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Negro do Rio de Janeiro -; e diretor da FAFERJ – Federação das Associações de Moradores das Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Foi agraciado com o título de maior liderança comunitária dos últimos anos pela Universidade do Texas, Departamento da Diáspora Africana – Austin, EUA, onde recebeu uma bolsa e residiu a convite dos remanescentes dos Panteras Negras.

Fórum Nacional: Você está voltando agora para a presidência da Associação de Moradores. O que te motivou entrar, de novo, nessa disputa, num cenário difícil, num Jacarezinho que vem passando por momentos muito tristes? Você acabou de ser eleito presidente e a comunidade está muito cética, está desacreditada em qualquer possibilidade de mudança...

Rumba Gabriel: Você começa a fazer uma pergunta extremamente pertinente. Na realidade, eu sou um cara da cultura, da história, da educação. Eu tomei à frente da comunidade depois de amadurecer um pouco para fundar um Centro Cultural. Sempre acreditei que o que transforma, modifica e desenvolve um espaço de carência é a educação e a cultura. A educação, enquanto qualidade, e a cultura, como preservação da identidade. Eu acredito nisso. Quando eu fundei o Centro Cultural do Jacarezinho, o primeiro dentro de uma favela, foi com esse objetivo, em 1994.

Fórum Nacional: Como foi a sua primeira gestão à frente da Associação de Moradores do Jacarezinho?

Rumba Gabriel: Tudo começa aí. Por acreditar que a educação e a cultura são instrumentos de desenvolvimento. Fundei este Centro Cultural com esse propósito e esbarrei na questão social e da violência. Eu não conseguia fazer cultura, não conseguia fazer educação porque estava no meio do tiroteio. Eu cortava caminho, desviava, fazia para cá, fazia para lá, esbarrava na violência. Não tem como você caminhar com essa confusão interna. De um lado, traficantes; do outro, polícia. Os dois prejudiciais. A gente

queria acreditar que o governo iria amenizar nossa situação, mas não. Promessas e a única coisa que esse sistema e esse governo levaram para lá foi a polícia e a gente sabe muito bem que, e eu falo isso com tristeza, se fizermos uma pesquisa, nós vamos detectar que das instituições mais maculadas do nosso país, e aí o Rio de Janeiro eu cito, porque o Rio forma opinião, é a capital cultural do país, a mais maculada é a polícia. Ninguém acredita naquilo. Sempre teve esse histórico ali. Prender os adolescentes com 14 anos, na década de 1970 porque não tinham carteira assinada e vai e vai, a gente não sai desse negócio. Eu deixei de lado o fator cultural e fui para Associação de Moradores, que é um órgão legitimado, onde a gente vai ter voz para buscar uma solução para o problema. Foi por isso que eu me lancei candidato à Associação pela primeira vez. Naquela época não tinha eleição, porque tinha o tráfico que indicava as pessoas. Eu não fui indicado pelo tráfico, isso ficou muito claro. Eu me mobilizei para isso, provei que não era isso. Eu fiz um abaixo assinado enorme na favela e legitimei aquela ação. Inclusive levei para os órgãos de segurança pública justamente para não ficar essa imagem.

Fórum Nacional: E você conseguiu avançar?

Rumba Gabriel: Fui buscando parceiros. Eu percebi que nós tínhamos que buscar parceiros. É porque minha ideia foi sempre revolucionária. Falei para Arthur Moreira Lima levar o piano para o Jacarezinho. Corri na Rocinha, conversei com ele. O Arthur disse – “Rumba, esse meu projeto é itinerante, é o último dia que eu estou no Rio de Janeiro, estou indo para Amazônia” – “Na volta... Eu não sei quando...” – Até porque ainda não chegou no Rio, isso já tem muitos anos. Eu não posso ficar desacreditado na favela. Já que ele não trouxe o piano, eu vou trazer uma orquestra, pensei.

Lutei dali, lutei daqui, juntei os comerciantes e as fábricas que ainda estavam ali, algumas ainda estavam ali, como foi o caso da General Eletric. Fui lá, busquei com eles uma parceria. Fiz um orçamento junto com um maestro. Tinha essa possibilidade e aí eu tinha imaginado nas escadarias que tem lá na favela – “Puxa vida aqui vai ser legal” – porque em baixo é uma praça... A orquestra fica ali elegantemente trajada e o povo ali em baixo dançando. Quem, eu pensei? Todos juntos. Porque esse era o nosso sonho, esse era o meu sonho e era possível... Isso, essa harmonia era possível e fui buscar isso. Naquele momento era possível a gente conseguir isso. Fui no comando da Polícia Militar, na Secretaria de Segurança Pública, no Terceiro Batalhão e fiz um convite formal para todos. Fizemos um grande coquetel. Fui lá na Igreja, chamei o padre. Fui em algumas Igrejas Protestantes, chamei os pastores. Chamei a velha guarda da Escola de Samba. Aí, aconteceu. A orquestra tocou. O arquiteto da Prefeitura viu aquilo – “Quem é que trouxe isso?” – daí a gente começou a conversar. Ele disse que tinha um projeto na Bauhaus, justamente para trazer uma nova forma de habitação, de convívio. Ele gostaria de trazer aqui para as favelas do Rio de Janeiro, o que você acha da ideia? Traz para ontem, eu disse. Aí começou a fazer o contato com a Bauhaus e nós tínhamos que vender a ideia. Por quê? Porque os arquitetos começaram a

ficar enciumados e nós convidamos o Instituto de Arquitetos do Brasil, chamamos todas as Universidades para expor a ideia, ver como é, se quisessem participar estaríamos juntos. Fomos fazendo palestras para mostrar a proposta, foi legal. O convite saiu da Bauhaus para o Consul e ele aceitou, chamou o vizinho dele, que era da Áustria, e foi... e daí que nasceu a proposta. Como naquele período estava o Favela Bairro e o Prefeito era o Conde, ele achou a ideia legal – “A gente quer ser parceiro de vocês” – só que nesse ínterim, a responsável também pelos arquitetos da Prefeitura era a Lu Petersen que idealizou o Favela Bairro. Obviamente não queria ficar fora dessa proposta de tão interessante que era.

Fórum Nacional: Pelo que você falou antes, você tem críticas ao Favela-Bairro?

Rumba Gabriel: - Bastante. Porque maquam. Tanto é que não aconteceu nada. Eles começavam e não terminavam. Além disso, tudo que fizeram, fizeram mal feito. E deixaram muitas sequelas. Estamos enfrentando seríssimos problemas, por quê? Porque nada é feito com seriedade, com profissionalismo. Até porque não tem supervisão, fiscalização, então, a coisa corre muito à vontade. “Favela-Barro” é melhor.

Fórum Nacional: Esse é o caso da caixa d’água do Azul?

Rumba Gabriel: - A caixa d’água do Azul nunca encheu. Existe uma lenda que uma senhora da igreja sonhou e teve uma revelação que aquela caixa ia explodir. Pronto, na favela as pessoas são muito emotivas e tem isso. Acreditam e têm medo. Especulam também. As pessoas ouvem falar, mas não vão buscar as explicações. Nós estamos há um mês buscando os setores certos para entender como funciona, de quem é a proposta da caixa, quem foi o gestor... Então, nós já chegamos lá. A caixa era um erro da Cedae. Hoje nós estávamos lá, eu acabei de conversar com o responsável. Estamos batendo nisso porque estamos com a faca no pescoço. Agora, a gente já entendeu e pode explicar o que está acontecendo. O problema não é de vazamento. É de impermeabilizante.

Fórum Nacional: Acabamos mudando de assunto...O que era o Jacarezinho antes e o que é agora? E o que te motivou concorrer novamente para a presidência da Associação?

Rumba Gabriel: Na minha primeira gestão, fui obrigado a abandonar o trabalho iniciado porque se eu não me refugiasse, eu seria preso. Ainda cheguei a ser preso por quatro meses. Por que eu fui preso? Porque fui trabalhar. Eu entendendo o seguinte: se você não peitar este Estado de violência, se você não construir um mecanismo firme para combater isso, não vai adiantar nada. O que eu fiz? Eu fui para a Secretaria de Segurança Pública a convite do governador Garotinho e do Secretário Josias Quintal, que entendeu a proposta. Nós queríamos uma comunidade com paz, com relacionamento com todos os setores, inclusive com o de Segurança Pública. Esta parceria é possível, esta paz é possível e você só poderia trazer essa paz se estivesse lá dentro e eu também precisava ter essa

aproximação imediata, porque eu fiz muitas denúncias. Denunciei muitos maus policiais que extorquiam, sequestravam familiares. Era um Estado de baderna, uma loucura. Isso me legitimou. Então, consegui aquilo que todo mundo queria que era se aproximar daqueles que comandam a segurança pública e expor o nosso pensamento. Ali nós construímos juntos, um grande programa que se chamava Viver Melhor, que tem um conselho comunitário de segurança que todo mundo dialoga...

Fórum Nacional: Mas o que te fez ir preso?

Rumba Gabriel: - Comecei a denunciar claramente os policiais que a gente identificava e combatia a corrupção. Invadiram e fuzilaram a minha casa e tudo isso provado. Foi tipo: tive que ir embora. Os remanescentes dos Black Panthers vieram ao Rio e me identificaram. Eles viram aquilo que estava fazendo e entenderam que minha proposta era mais do que pertinente. Disseram que o que eu estava fazendo aqui é o que eles faziam lá. Aqui você tem os traficantes com comando disso, comando daquilo, com vários setores que impedem o relacionamento das favelas que são mocambos. A gente não pode visitar uma favela porque lá está um comando, não pode nessa... E lá são, somos guetos... Então você está fazendo a mesmíssima coisa. Muita coragem que você tem e nós gostaríamos de levar você para lá porque estamos vendo que você está entre a cruz e a espada, no fio da navalha – “Você topa?” Falaram: “– Claro que eu topo, porque se eu ficar aqui, eu estou preso.” Eu fui para Los Angeles, capital da Califórnia. Fiquei lá um período e depois eles formalizaram o convite para que eu recebesse uma bolsa e a partir dela fazer pesquisas na Universidade do Texas, no setor da Diáspora Africana. Eu fiquei lá uns quatro anos, mais ou menos. Era para ficar direto.

Fórum Nacional: O que te motivou a voltar?

Rumba Gabriel: - Eu deixei a minha esposa aqui e ela estava passando pelos mesmos problemas. Abandonei tudo, inclusive a bolsa de estudos. Foi eu bater o pé no Brasil que começou a perseguição e eu já tinha feito mais de 200 denúncias, já tinham sido expulsos vários policiais. Aí, você imagina o que a “banda podre” começou a fazer!? Começaram a arquitetar uma armadilha, um processo que eles sabem fazer muito bem. E me enfiaram num processo, no qual eu não tinha nada a ver. Eles sabem que você vai sair daquilo, porque vai provar por A mais B que você não pertence aquele grupo. É uma quadrilha de alta periculosidade, mas até você sair, a justiça é morosa, no mínimo duravam oito anos. É o tempo suficiente para te desmoralizar, para você ficar desarticulado.

Fórum Nacional: O que te motivou ir para a Associação de Moradores?

Rumba Gabriel: Dois conceitos. Primeiro amor, eu amo a minha comunidade, eu amo a minha favela. A minha família foi uma das que fundaram aquilo ali, eu amo. Eu não sei

nem se são dois conceitos... Acho que tem até mais, mas o amor vem trazendo uma ramificação grande. O amor primeiro, porque eu nasci ali - já são 58 anos ali - e eu sempre quis ver aquilo bem, é o quintal da minha casa. Eu não poderia virar as costas... Ideologia, eu cresci no meio de pessoas ideológicas que me ensinavam. Primeiro, na Igreja Católica. Catecismo e depois fui ser coordenador do grupo de jovens em um período que a política estava fervendo, ainda da ditadura, em que fui trabalhar com D. Paulo Evaristo Arns, D. Mauro Moreli, Frei Beto, essas pessoas aí. Eles abrigavam ainda presos políticos e eu, então, tinha esse contato com eles. Tinha acabado de sair do quartel. Eu estava no exército e lá tinha uma prisão onde estavam mais de 200 presos políticos que sofriam muito. O dia que fui tirar serviço no xadrez, eu chorei. Porque não conhecia aquela história, aquele lado. Então, eu comecei a levar comida para eles, levar frutas. Inclusive, nesse período eu estava tramitando na igreja, o amor falava muito alto. A raiz desse amor é isso, ideologia. Mas, voltando a sua pergunta de como eu retornei à presidência, no primeiro momento tinha conseguido trazer vários projetos, independente do governo, agora poderia trazer muitos outros porque amadureci, adquirei mais contatos e não deu outra coisa: antes da eleição, eu já tinha trazido uma creche, está lá com 200 crianças, e feito parcerias com as Universidades, UFRJ e UERJ para trazer o pré-vestibular. O primeiro pré-vestibular do Jacarezinho quem trouxe fui eu.

Fórum Nacional: Eu percebi que várias pessoas desconhecem suas propostas. Como está esse diálogo com a comunidade?

Rumba Gabriel: - Pois é, sempre houve esse problema aí, porque não tínhamos um informativo. Não temos veículos de comunicação. A rádio comunitária que tem lá é uma pequenininha de poste. Eu estou colocando esse problema para ver se a gente consegue a volta da rádio maior, a "Liberdade". Eles levaram o equipamento. A gente quer de volta essa rádio. Como é que a comunidade vai ficar sabendo? Primeiro que não tem esse veículo de informação. Também temos que ter um jornal comunitário.

Fórum Nacional: Como é que você vai conseguir sair do Rumba PDT para um Rumba suprapartidário?

Rumba Gabriel: - Já não estou mais no PDT. Não estou em nenhum partido. Mas seria fácil. A gente quando tem consciência e tem isso amadurecido, não mistura as coisas, sabe qual é o processo. Hoje não estou mais no PDT. Tanto é que a minha campanha não citou em momento algum a questão partidária, porque o legal é isso, é a pessoa sentir em você, que aí vem a sinergia. Primeiro, eu lancei um abaixo-assinado para perguntar para a favela como é que eles me viam e se me queriam enquanto candidato. Foram mais de 2000 assinaturas. Depois do último presidente eleito, o Santinho, o Nilson Vicente de Brito, que era meu tio - veja que tem uma história de família - olha a raiz! Disseram: "você foi o melhor presidente". Você ouvir isso te dá um orgulho e você percebe que eles estão

te vendo como uma espécie de pai. Na realidade, existia ali uma fábrica de liderança, o Jacarezinho, lideranças políticas, ideológicas. Isso foi desconstruído.

Fórum Nacional: Foram embora também?

Rumba Gabriel: - Morreram. O último morreu tem um mês. Morreu o Irineu Guimarães que fundou a FAFERJ. Ela foi fundada dentro do Jacarezinho junto com lideranças do Borel. Isso tudo aí acho que a gente tem que aflorar novamente, trazer de volta e isso que me motiva. Quando você solta um abaixo-assinado fazendo uma pergunta desse nível para as pessoas e elas respondem com positividade, mostram que estão querendo que você vá.

Fórum Nacional: Quais suas propostas para o Jacarezinho?

Rumba Gabriel: - Primeiro, a bandeira principal: a educação de qualidade e ensino de tempo integral.

Fórum Nacional: No entorno do Jacarezinho?

Rumba Gabriel: - É no entorno, a gente cobra só no entorno. Tem até uma contradição nisso, dentro do Jacarezinho tem uma escola privada, que é a do Padre Nelson. Ele te formava não só religiosamente, mas também politicamente. Essa era uma raiz. Essa escola do Padre Nelson dentro da favela é uma escola particular, ela tem qualidade e é esse tipo de qualidade que nós gostaríamos. Eu, particularmente, gostaria que aqueles dois CIEPs tivessem essa qualidade e as outras escolas do entorno também. Essa escola do Jacarezinho é Salesiana, dá um exemplo dentro da favela de como você conduz o processo da criança.

Fórum Nacional: Para conseguir essa educação de qualidade, qual sua proposta?

Rumba Gabriel: - Primeiro, eu perguntei à Dilma, na sua campanha, se tinha a possibilidade de retornar o projeto dos CIEPs na sua formação original, aquela proposta do método do Paulo Freire, com a ideia de Darcy Ribeiro. Ela respondeu que tinham 10 mil escolas nesses moldes e que terminaria o governo com 38 mil. Mas eu estou falando de Rio de Janeiro, não de Brasil. Primeiro a gente tem que consertar o nosso quintal. E aí ela disse que isso ia acontecer, mas o que estamos fazendo para que isso se torne uma realidade? Um abaixo-assinado, começamos a circular no dia da nossa posse para mostrar que nossa bandeira é aquela, com um milhão de assinaturas, que vamos colher para que se torne um projeto de lei exigindo que isso se torne uma realidade. Aqueles dois CIEPs do Jacaré abrigam 1.400 alunos, devem ser os primeiros. Aí a gente vai começar a respirar. O governo tem esse instrumento lá e não utiliza por quê? Fica inventando outras coisas... Está tudo ali pertinho dele. Já começamos a trabalhar, estamos fazendo reuniões periódicas nas ruas, levando a conscientização, aquilo que se fazia antigamente. Nós tínhamos um povo politizado. Hoje as pessoas votam em qualquer um, dizem que não tem nada a ver com política. O

que a gente tem? Um Congresso que não é representativo, uma Câmara Municipal que não nos representa, uma Assembleia Legislativa que não nos representa.

Fórum Nacional: Educação de qualidade é a primeira bandeira. Qual a segunda?

Rumba Gabriel: - A cultura, a retomada da nossa identidade. O Jacarezinho e outras favelas, começando pelo Morro da Providência, foram lugares de resistência. Você vai ver o período que os negros começaram a ganhar a liberdade, em 1850, com a Lei do Ventre Livre, mas a “liberdade maior” se dá em 1888, e a gente está muito pertinho. Foram, no mínimo, 700 mil negros sem indenização. Você teve o primeiro e o segundo crime. O segundo crime é agora. O primeiro era você não indenizar aquele povo todo e o crime teve vertentes e, uma delas, é substituir a mão escrava por uma mão trabalhadora branca dos europeus, principalmente aqueles que vieram primeiro, os italianos, os pobres brancos italianos, que vieram em 1873 naquele navio Birmânia para ocupar fazendas vazias que os negros tinham acabado de deixar com uma mão na frente e outra atrás... E eles ganharam teto. Por isso você não tem nenhum fazendeiro negro, mas se você for olhar as fazendas aí e se quiser questionar é só ligar a televisão no Globo Rural que vai ver quem tem terra nesse país. Não é a nossa cara negra, não. É a cara branca, isso é uma trama grande que fizeram com o negro. Para onde eles foram? Foram para as periferias, para a Baixada Fluminense.

Fórum Nacional: A gente está falando da origem do Jacarezinho. Tem uma origem negra?

Rumba Gabriel: - É negra. Tinham mais de 30 terreiros no Jacarezinho que batiam tambores. A origem é negra. A gente fala isso com orgulho? Não. Fala por uma questão histórica. Logo depois vieram os nordestinos operários. Mas o primeiro flagelo foi do negro que é até hoje.

Fórum Nacional: Então a cultura seria uma maneira de resgate dessa história?

Rumba Gabriel: - Resgate dessa história. Porque fica sem autoestima nenhuma. Essa autoestima é aniquilada lá na senzala, depois esse aniquilamento se repete dentro da favela. E a ferramenta de resgate é a cultura. Ocupar espaços. Agora estamos reformando a quadra do bloco carnavalesco “Não Tem Mosquito”. Muitos não sabem o que é aquilo. Passam lá – “Que negócio é esse?” – é um bloco e muitos não sabem nem o que é um bloco de carnaval. Não é um bloco qualquer de rua não, é um bloco de enredo que acabou. O Mosquito tinha uma história maravilhosa. Ele disputava no primeiro grupo, que era Camarim das Laranjeiras, Foliões de Botafogo, Arranco de Cascadura, Arranco do Engenheiro de Dentro. Ficou só a quadra, ele morreu, acabou. Essa história muitos não conhecem. Estamos reformando. Hoje, eu saí de lá deixando os trabalhadores reformando. A gente espera reinaugurar logo e começar a fazer projetos culturais. Meu instrumento é a cultura, a velha guarda estará ali, a terceira idade estará ali contando sua história... Aí as pessoas vão lá aprazivelmente. A gente vai ter lá o nosso feijão de crioulo. Olha aqui nossa

feijoada de volta, o nosso terreiro de volta! São todos convidados. A gente vai estender isso para a Escola de Samba Unidos do Jacarezinho, se todos concordarem.

Fórum Nacional: E a mudança de sede da Escola de Samba?

Rumba Gabriel: Foi para Suburbana. Foi muito ruim. A Escola de Samba era lá dentro, agora ficou muito ruim. Perde um pouco da qualidade porque saiu de dentro do terreiro. Vê se a Mangueira saiu? Não, ficou ali. Ali sempre foi a quadra. E saímos dali por causa de política. A Escola de Samba era ali, fundada pela tia Andreza, a primeira educadora da favela. Eles programaram fazer uma creche no lugar e naquele momento não tinha ninguém para lutar, resistir e dizer: “não faça a creche ali, não tira nossa Escola de Samba”. Tiraram na marra e levaram para debaixo da ponte. Você viu lá como é... O barulho intenso. Mas contra a força não há resistência. O povo não estava mais mobilizado. A quadra foi embora até porque, naquele momento, a Escola de Samba estava em mãos erradas, têm essas coisas. As poucas entidades que têm ainda ficam em mãos erradas.

Fórum Nacional: Das entidades do Jacarezinho, a mais importante é a Escola de Samba?

Rumba Gabriel: - Só tem ela e a Associação de Moradores e se você tiver pessoas erradas nesses setores, a Escola de Samba vai para o terceiro grupo, como foi várias vezes. E se for uma Associação de Moradores, se também não tiverem as pessoas pertinentes, se perde e a comunidade abandona, desacredita, não quer saber o que vai acontecer, ela larga de mão de vez. Há também as Igrejas no Jacarezinho.

Fórum Nacional: Quem conseguiu melhorar de vida um pouquinho já não está morando mais lá. Isso que ouvimos muito.

Rumba Gabriel: - Esse é outro discurso que a gente faz. Quando as pessoas se formam, que conseguem adentrar na Universidade, vão embora. Vale repetir o que a classe média faz, abandona e vai viver do outro lado e vai deixando o resto, resto mesmo. Pobre dos pobres. Vira miséria. Fomenta a confusão, discórdia, balbúrdia.

Fórum Nacional: Verdade. Mas vamos voltar para a sua gestão. Educação, Cultura e qual o seria o terceiro ponto?

Rumba Gabriel: Desenvolvimento sustentável, que é você descobrir os talentos para que possam estar produzindo a partir das suas particularidades artísticas; é o artesão, é a cozinheira. Hoje o Jacarezinho não tem nada. Não tem nem ONG. Não tem absolutamente nada.

Fórum Nacional: E as igrejas desenvolvem um bom trabalho?

Rumba Gabriel: As igrejas, atualmente, se a gente não tiver um cuidado, direcionam as pessoas para o nada. Nada socialmente falando, culturalmente, politicamente. Vão tratar o pessoal como gado para engordar o dono. É o que a gente tem visto aí. Um povo sem consciência, mas muita carência, muita pobreza. Aí vai buscar nas igrejas o seu refúgio espiritual para ter um mínimo de conforto, mas esse conforto deixa essas pessoas inertes, como se o maná fosse cair novamente do céu.

Fórum Nacional: Qual a expectativa com o momento atual?

Rumba Gabriel: O sistema sabe falar bonito e ele convence aqueles que não têm consciência, que não têm uma leitura política da história. Qualquer um hoje que entra na favela de terno e gravata é doutor. Às vezes o cara é um 171 e o que mais nós temos dentro da política são políticos que não nos representam, são estes que estão levando propostas para a favela. Não mudou nada lá do lado de fora. Se não mudou nada, como é que vai mudar aqui, na ponta? São os mesmos oportunistas de sempre. Salvo algumas exceções, claro. A gente não pode tacar no ventilador e sair dizendo que ninguém vale nada, não é isso, mas como é que vamos esperar uma mudança radical no comportamento da periferia e da favela, se nós temos os mesmos condutores, os mesmos políticos que estão lá na ponta? Como? A população, coitada, está lá, pobre de conhecimento. São os mesmos. O próprio Sérgio Cabral, filho do Cabral, antes de ser governador, sempre foi um cara bacana. Único defeito era ser vascaíno, mas um camarada bacana, Mangueirense, boêmio, cultura ali não faltava. Todo mundo tinha esperança – “Pô, o cara é filho do Cabral, vai ver, vai ser legal para gente...” – Quando ele chega lá, qual o discurso que ele faz? “Olha, as mulheres na favela são uma fábrica de produção de traficante e de bandidos”. Não sou eu que estou falando, estou repetindo o que está escrito. Se você buscar lá no Google você vai achar. Ele foi infeliz nessa fala.

Fórum Nacional: Mas qual a expectativa agora?

Rumba Gabriel: - Nós não podemos perder a esperança de jeito nenhum. Estamos correndo pelo Jacarezinho enquanto Associação de Moradores para identificar mudança no comportamento de lideranças. Ao identificar essa mudança, o cara é obrigado a modificar o discurso. Porque não vão ser aceitas propostas paliativas. Parece utopia, mas isso é legal. É a nossa luta: fazer com que os políticos respeitem nossa comunidade.

Fórum Nacional: Como você vai costurar isso?

Rumba Gabriel: - São os parceiros. Você não pode abraçar o mundo com as mãos, então, o que você tem que fazer é ir identificando parceiros e ir trazendo. Por exemplo, a minha esperança também é a Ação Comunitária do Brasil, um parceiro que gente identificou. Por isso, também estou aqui, para que vocês pensem propostas que são pertinentes com as

nossas. Quem sou eu nesse momento enquanto presidente da Associação de Moradores? Sou aquela medusa pensando com vários tentáculos buscar parceiros de tudo que é canto. Você deve ter percebido que nós já buscamos vários, como Brigadas Populares. Estamos fazendo contato com a Justiça Global, com a OAB, a ABI, porque eu sou da ABI, sou da Comissão da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos. Trazendo esses grupos para dentro da favela. Igual foi feito com Célula Urbana, vamos começar a sentir como é o processo de se viver em uma favela. Então, esses parceiros, as Universidades, a UFRJ, a UERJ, vão para dentro do Jacarezinho para levar a proposta de comunicação. Lembra que você falou da rádio? Vamos formatar aqui um projeto com a rádio para o jornal escrito, projeto para televisão comunitária também. Então, a estratégia é essa, é tratar o Jacarezinho enquanto uma prefeitura municipal, com cada secretaria com suas pastas definidas, pasta da cultura, do desenvolvimento sustentável, do trabalho e vai por aí, pasta do esporte e é isso. Lembra que eu falei do primeiro crime? O primeiro crime foi não ter indenizado os negros e precisa ser reparado.

Fórum Nacional: A ação afirmativa é uma forma?

Rumba Gabriel: - Que são as cotas. O segundo crime é esse: o Jacarezinho tem mais de 30 mil pessoas morando de uma forma precária, enquanto nós temos prefeituras aí com três mil pessoas que têm todo um secretariado, estão lutando para os royalties, enfim. E, lá, uma Associação de Moradores apenas. Isso é o segundo crime que eu falei. É isso que a favela é. Isso que os moradores vão começar a entender. É trabalho de formiguinha? É. Mas a gente, com os parceiros certos, identificando quem tem o mínimo perfil, vai conseguir, eu tenho certeza. A história da transformação do mundo foi assim. E no Jacarezinho também será.

Fórum Nacional: Existe uma preocupação com a regularização fundiária?

Rumba Gabriel: - Nós temos um setor que vai tratar disso, o setor de desenvolvimento social que é a questão do latifúndio. Nesse primeiro momento, estamos falando da água. Acabamos de fazer contato com a CEDAE. Então, a gente já identificou o autor daquele problema lá. Resolvido esse problema agora, vamos para o outro. A questão da educação do lixo, esse é o segundo. Tratamos do lixo? Reciclagem, desenvolvimento com lixo, conscientizou, educou. Porque isso vai trazer uma melhora de qualidade de vida, já consegue melhorar a saúde que é um trabalho preventivo e aí vamos para outra questão. Qual é agora a prioridade? Vamos falar da questão do latifúndio. Como? Primeiro conscientizar a população que ninguém queria saber daquelas terras porque eram “perigosas”. Mas o especulador imobiliário, que é o setor que dá uma grana enorme, está de olho nisso. A partir do momento que você não tem mais armas ali circulando, que a violência diminui, já está funcionando o processo. A gente viu agora pessoas que nunca iam no Jacarezinho já estão lá, famílias que tinham ido embora, estão lá, já estão

olhando para os seus imóveis. Nós diminuimos os percentuais de venda de imóvel dentro da favela e as pessoas têm acesso à transação imobiliária, agora, com muito mais facilidade. Não estamos tratando a Associação de Moradores como arrecadadora de recursos. O percentual era altíssimo, 7%. Hoje, eu botei 3%. Então, todo mundo tem acesso. Mandei soltar um informativo, um carro de som passando nas ruas... Já tem um pessoal vibrando! Estamos buscando credibilidade. Estamos mostrando a que viemos. O povo está indo para rua. Tem uma questão aí da especulação imobiliária. Começam a fazer as construções maiores, a comprar os imóveis lá dentro, quebra aquele, faz outro e vai substituindo os moradores, vai verticalizando e aquele espaço vai ficando cada vez mais deles do que nosso e, aí, vai entrando a CEDAE, a LIGHT cobrando as taxas. Então, eles vão estar preparados para isso. Não sei se já falamos disso anteriormente, mas eu vou repetir o que falei: eles têm uma imagem das Associações de Moradores da figura dos presidentes, da figura dos diretores, pessoas sem instrução, sem educação, um “qualquer um”. Não é bem assim. Sabemos o que devemos. Nós, moradores, sabemos também da nossa força, principalmente quando nos unimos. E temos educação, cultura e respeito.

Fórum Nacional: Você falou que tem muita divisão lá. Isso é uma tônica, todo mundo fala que não tem uma liderança, mas que o Padre Nelson conseguia aglutinar todo mundo e que hoje está nesse vazio. O pessoal pede para a Pastoral voltar?

Rumba Gabriel: - A gente está trabalhando em cima disso. Eu faço parte de algumas Pastorais. Eu estive no seminário para ser padre, mas meu dom não era aquele, mas sou ministro extraordinário da comunhão carismática e sempre muito voltado, por exemplo, para a Pastoral Carcerária, Pastoral da Favela, Pastoral do Menor, Pastoral do Trabalhador. O Padre Dário está lá com essa vontade forte, está junto com a gente e queremos retomar isso num momento oportuno, não porque entrou UPP, mas as pessoas estão sendo colocadas nos lugares certos e o Padre Dário é uma dessas pessoas, é um negro que vem da pobreza, que fala nossa língua, que pensa na cultura, se identifica com o Jacarezinho. Nós também temos um setor no Salesiano que trabalha a cultura afro e fazemos liturgia católica. Periodicamente nos reunimos para trabalhar esse tema que culmina com a missa afro. Esse grupo já existe há uns 10 anos, faço parte dele e o Padre Dário também. O bloco está crescendo, já não vai ser mais o bloco do eu sozinho. Isso que é o legal. Você percebe que a casa está se arrumando, lentamente, dar a César o que é de César, as pessoas estão indo para o lugar certo, na hora certa, e já existe uma expectativa muito grande que a cultura esteja sendo resgatada. A quadra, o pessoal não vê a hora de ter funcionando, porque também nós vamos reconhecer o nordestino como nossos legítimos parceiros fazendo, por exemplo, um dia na semana, a noite nordestina.

Fórum Nacional: O que você pensa sobre a UPP?

Rumba Gabriel: - Para mim, UPP ou não é indiferente, a favela é nossa. Sou contra as armas. Sou

da paz. Uma coisa é você ver arma todo o tempo. Porque arma é letal. A UPP nada mais é que o GPAE. Qual era a proposta naquele momento que o GPAE existia? Eu ia para os traficantes e dizia para eles - “Rapaziada, para vender droga não precisa de arma” – para que arma? Você tem um mercado enorme, o governo não vai tratar nunca do consumidor, do usuário, porque isso aí é caixa dois, que muito “bacana” é envolvido. Duvida disso? O tráfico de droga é o caixa dois, assim como o tráfico de armas é o caixa dois de outros bacanas. É só olhar aquela reportagem da revista Isto É ou Época, em outubro de 2011, você vai ver que a Dilma, ao invés de aumentar os recursos para combater lá na fronteira, nos países produtores da papoula, ela diminuiu, porque quando mexe nisso alguém chia. Os próprios delegados de Polícia Federal, que são os responsáveis pelas fronteiras dizem “a gente vai ficar enxugando gelo”, porque a gente precisa de muito mais equipamento para poder combater isso, mas a gente não vê. Como que faz? Vocês vão perceber que isso para os governos estaduais é ótimo, porque cata recurso. Você aplica milhões e milhões na segurança pública e diminui milhões e milhões na educação. Quanto mais mão de obra nas mãos dos meninos do tráfico, mais ele pode investir em mais policiais, em mais armamento, mais equipamento, isso é dinheiro à beça. Isso é complicado. Todos perdem.

Fórum Nacional: Os países inventam as guerras para isso, movimentar recursos?

Rumba Gabriel: O Jacarezinho é um grande exemplo disso. Você tinha lá o PPC (Posto de Policiamento Comunitário), todo mundo via, todo dia à tardinha ia lá alguém do tráfico levar pessoalmente o dinheiro para que eles não fizessem ronda ou se fizessem, fosse com vista grossa. Depois a coisa ficou tão descarada que tinha uma fila no pagamento do tráfico, tinham policiais na fila com bolsas para sair com o dinheiro. Na fila do pagamento. Isso virou uma banalização e a mesma comunidade que vê esse policial recebendo isso, no outro dia vê esse policial dando um tapa na cara do trabalhador, esculachando. Desmoraliza. Vai mudar como? Tem gente boa no meio. Historicamente, alguns policiais foram perniciosos, perversos, cruéis com o povo, então, o povo tem sempre o pé atrás. A coisa é tão grave que, no governo Garotinho (eu gostei muito do governo dele quando se tratou de segurança pública), ele explodiu. Disse: “Vou fazer o teste toxicológico, vou tirar um fio de cabelo. Vou levar para o laboratório, porque policial que for viciado, vou descobrir aqui!” Pode buscar lá que você vai encontrar isso! Aquilo deu um rebu que você não imagina, eu estava lá e vi. Quem era o Coordenador de Segurança Pública? Luís Eduardo Soares. Quem era um dos auxiliares dele? O Pimentel que hoje virou Global. Era um cara revoltado do BOPE, ele diz assim – “Eu cansei de matar” – e aí começou a criticar a polícia e foi expulso. Primeiro botaram na geladeira, lá no interior preso e ele continuou a falar. Ele é um cara bastante esclarecido, a polícia viu que não tinha jeito e expulsou ele. Mas um camarada muito bem preparado, família abastada, classe média, e logo teve a mídia ao seu alcance e começou a dar entrevistas, palestras, seminários. Naquele período, eu fazia vários seminários e, num deles, participei com o Pimentel no Ministério Público. Um promotor negro, que morou na periferia do Jacarezinho, disse assim: – “Rumba, eu te convidei porque, cara, joguei muita bola com o pessoal da favela, e não aguento mais. Os processos que chegam aqui, eu vejo

blefe.” – Eles chamam de confronto com traficante, como chama? Auto de resistência. Vamos fazer esse seminário, eu estou chamando o Pimentel e você para estar nessa mesa, estou chamando os promotores, juízes. Vocês têm o que dizer.

Fórum Nacional: Qual seria sua proposta para além da proposta do governo que é das UPP's?

Rumba Gabriel: - Imediatamente, um projeto macro para as crianças e para os jovens. É isso a primeira coisa, mas um projeto pertinente. Eles desconhecem muitas coisas, por exemplo, um passeio, uma viagem para conhecer outras culturas, isso é uma novidade, eu fazia isso. Conhecimento de mundo. Vamos conhecer um quilombo? Eu levava para conhecer. Vamos conhecer o Centro Cultural Banco do Brasil? Eu levava. Vamos almoçar todo mundo, coletivo? Vamos para um grande restaurante conhecer a outra classe, conhecer a outra cultura? Vamos visitar os indígenas? Eu fiz um projeto para ver os índios lá com as missões. Eles estão presos ali, só conhecem aquele mundo, têm medo, porque acham que a linguagem deles não é igual a dos outros. É um gueto. Quando um menino de 14 anos, mexendo lá nas drogas, falou para mim – “Seu Rumba, faz favor... Tem casa lá para alugar?” – ele quer alugar uma casa. Está lá 14 anos com drogas. Falei para me procurar amanhã com a sua mãe ou eu vou lá na sua casa converso com sua mãe, seu pai e a gente então vê essa casa aí. Para eles só tem aquele mundo, onde está a cultura?

Fórum Nacional: E aí você consegue uma casa?

Rumba Gabriel: - Se eu fizer isso, eu perco minha referência. Vou arrumar uma casa para aquele menino de 14 anos que está trabalhando no tráfico para ele morar? Você tem que ter a sensibilidade, mas também ele não tem outra opção. Eu não posso me envolver.

Fórum Nacional: Não são escolarizados...

Rumba Gabriel: - Aí vem a polícia para cima e para baixo. Fica aquele jogo de gato e rato. Eles correm, daqui a pouquinho prendem, batem, espancam e aí vai. Isso é o tempo todo.

Fórum Nacional: É quase um teatro do absurdo?

Rumba Gabriel: - Você captou. Vai lá o Major, senta e chama todo mundo para uma conversa. Queremos mostrar para vocês um projeto que o governo vai colocar aqui agora e que é assim, assim e assim e tem a UPP Social. Vocês vão ver que tudo muda. Conversa do sistema para convencer. Como aquelas pessoas estão com a mente vazia, acreditam. Não é uma questão pessoal. O Comandante do BOPE, junto com o Major, também estão mandados, estão garantindo o trabalho deles, estão cumprindo ordens. Perguntaram: “Cadê o presidente da Associação que não está nessa reunião?” Ontem, a menina veio falar isso para mim. Aí senta lá o presidente da Associação – “Sim Senhor, que bom, né,

Coronel?” – Você acha que eu vou servir a esse papel? Ele está desenvolvendo bem o papel dele, mas para eu exercer bem também o meu papel, preciso estar longe, porque não estou ali para escutar conversa que pode só iludir. Enquanto ele fala aquilo, os subordinados estão correndo atrás dos meninos. Infelizmente, não dá para a gente filmar... Criança ali lutando. Quantas vezes eu desço o morro chorando! Muitas vezes sem eles verem, porque é muito triste. Os caras ficam correndo para cima e para baixo e o Coronel lá do outro lado falando dos projetos e o soldado dele correndo atrás. O que tinha que fazer de cara? Eu peguei na minha primeira gestão um grupo de crianças descalças. Fizemos uma ida ao Terceiro Batalhão da Polícia Militar. Quando chegamos lá – “Vocês querem o quê?” – quero conversar com o Comandante. Saiu de lá todo mundo de tênis e com as propostas. Mas eu já fui com o projeto na mão para que ele fosse colocado em prática.

Fórum Nacional: Você não pensou em procurar a Secretaria de Segurança Pública e conversar sobre o projeto UPP?

Rumba Gabriel: - Eu vou, mas estou organizando a casa, estou chegando agora. Não vamos caminhar isolado não. De maneira nenhuma. Eu tenho que chegar ali arrumado com uma proposta fidedigna. Eu não tenho só intenções, estou chegando com uma proposta por escrito que estamos formatando junto com o Fórum Nacional e outros e gostaríamos que essa fosse colocada em prática. Voltando para terminar aquela parte que falei do Luís Eduardo Soares, o que aconteceu? Naquela época tinha um grande programa, o Viver Melhor, e nós gostaríamos que ele fosse colocado realmente em prática porque tinha um relacionamento muito bom com a Secretaria de Segurança Pública. O policial já era visto de uma outra forma. Eu andava assim para cima e para baixo com Coronel, Major e todo mundo andava. Convidei a banda da polícia para tocar no morro, mudou a coisa. Lá dentro tem um grupo que não gosta disso. Começaram a caçar o governador, ele mandou acabar com tudo. Começou a mexer realmente na base. Luís Eduardo Soares, que é um cara muito bom, começou a formatar um projeto nessa direção de dar a sustentabilidade para a prática, buscou parceria no Governo Federal e Internacional e foi.

Fórum Nacional: Depois teve que ir embora?

Rumba Gabriel: Teve que ir embora correndo. Matou a charada. O governo não quer. O sistema não quer que faça um projeto de verdade. Se você fizer um projeto de verdade, a mão-de-obra começa a ficar cara e o Jacarezinho, como é um celeiro no subúrbio, aquele monte de gente ocioso ali, é excelente. Dalí que vai sair o ascensorista, as costureiras, as cozinheiras... Imagina você qualificar esse pessoal aí? Agora inventaram um negócio de camareira. Aí tem esse camarada, a falácia reúne todo mundo. Lá tem carência de tudo – “Olha, nós estamos com um projeto muito grande porque vem aí o Papa, vem aí a Copa das Confederações, a Copa do Mundo e as Olimpíadas. É muito turista, o mercado

hoteleiro está amplo, nós temos uma profissão maravilhosa! Vocês vão ganhar muito dinheiro: camareira”. Esfrega a mão e fala oba. Minha filha, não é oba não. Camareira é para ganhar quanto, quatro mil reais? Como fica fácil de convencer aquele povo...

Fórum Nacional: É a baixa autoestima também. A comunidade precisa ter esse resgate?

Rumba Gabriel: - Lá, nos Estados Unidos, eu fiz palestra em muitos lugares. Uma das que mais me chamou atenção foi quando, na Anistia Internacional, em Washington, o Coordenador virou para mim e disse: “Oha, o senhor está falando de miséria, falando que lá é muita pobreza” – eu não estou entendendo isso, desculpa, mas eu não estou entendendo o porquê. O Brasil é a 11ª economia mundial e você falando de miséria?” – Eu não estou entendendo isso. Tem alguma coisa errada. Minha fala – “Aquele ponto que você não entendeu que nós somos a 11ª economia mundial não somos nós, o Brasil não é um todo. Lá tem uma divisão! A linha do Equador passa lá!” – Você imagina nas outras linhas debaixo? Nós temos o próprio Hino Nacional que diz assim: “Deitado eternamente em berço esplêndido”. Está todo mundo ali, esse é o Brasil. É o Brasil dos learjets, que o Canadá está brigando com o Brasil e o Brasil já ganhou. É esse que está contido aí, do primeiro mundo, desenvolvido, ganhou do Canadá a questão, o Presidente já falou até em entrar no mercado com jatos de primeira qualidade, esse é o Brasil do berço esplêndido, essa é a 11ª economia mundial. Agora, no outro Brasil, é onde eu estou com a minha turma, nas favelas, nas periferias. Na outra parte diz “que verá que o filho teu não foge a luta” e eu estou fazendo aqui é exatamente isso. Lá é que está a miséria. Lembra que eu falei para o senhor que não chegou nenhum negro lá no Brasil? Eu sou um negro que nasci no Brasil, mas os meus ancestrais, todo mundo tem uma história, meu bisavô chegou lá numa corrente, ele não chegou lá de turista, chegou na corrente como escravo e, graças a Deus, ele ainda conseguiu chegar porque muitos eram jogados no oceano. Graças a Deus estou vivo, mas eu fiquei vivo para morar numa favela, paupérrima, desgraçada, que não é lugar de morar. Esse é o outro Brasil que você não conhece, por isso, estou aqui. Esse país que produz arma. Porque lá não tem fábrica de armas, mas mesmo assim as favelas estão cheias delas. Esse é o país onde estou. Iam cortar meu microfone que o cara já estava vermelho, o cara branco. É isso. Eu estou aqui por causa disso, estou até vindo para cá senão eu morro lá, morro porque estou falando isso e eu não posso falar isso lá. Assim como vocês diziam aqui que os comunistas comiam criancinhas, a mesma coisa eu lá. Vocês combatendo essas sanções enormes que fazem com Cuba, cheio de nego pobre, porque tem essa sanção. Eu aqui, denunciando ali. Graças a Deus.

Capítulo III

PROPOSTAS DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado.

(Bauman, 1999)

Conforme destaca Machado da Siva (2010), “programas perenes de inclusão social [...] resultam do debate político e sua natureza, amplitude e profundidade dependem, de um lado, da força relativa de imposição dos interesses dos participantes e, de outro, da cultura cívica que fornece os recursos simbólicos operados pelos diferentes grupos na disputa [...]. Desse modo, não é possível pensar em políticas de inclusão social sem, imediatamente, focalizar reivindicações ou, pelo menos, expectativas, que são reivindicações implícitas e/ou inorgânicas: seus conteúdos, suas condições de possibilidade, seus agentes etc”.

Considerando a reflexão do autor, foram pensadas propostas de inclusão social e econômica para o Jacarezinho que atendessem diretamente reivindicações e expectativas de moradores e lideranças locais, as quais deverão ser implementadas juntamente com os mesmos, visando ao desenvolvimento endógeno da comunidade. Reuniões e reflexões com tais atores são seu fundamento.

Importante ressaltar que essas propostas têm cunho embrionário. Necessariamente deverão passar por uma revisão/aprofundamento para maior garantia da respectiva legitimidade e representatividade. Falas e entrevistas com membros da Associação de Moradores do Jacarezinho, da Unidos do Jacarezinho, de Igrejas, além de lideranças comunitárias, agentes de saúde, microempreendedores, jovens e moradores do Complexo foram fundamentais para elaborá-las.

Tais propostas partem do pressuposto que o Jacarezinho é um território com bases identitárias próprias, construídas coletivamente, por meio de vivências e práticas sociais levadas a cabo por sujeitos que protagonizam e protagonizaram a história desta comunidade, percebida como um espaço de potencialidades. Neste sentido, entre outros, visam atender necessidades e anseios emergentes da comunidade, além de ressaltar aspectos de inovação e criatividade presentes na realidade e no imaginário coletivo local.

Experiências que já deram certo no Jacarezinho ou que estão sendo implementadas em outras comunidades, com características sociais, econômicas e culturais similares, apresentando resultados satisfatórios, foram igualmente levadas em consideração.

1. Mudança da Imagem. Resgate da Identidade. Elevação da Autoestima dos Moradores. Reconhecimento da Importância do Jacarezinho para a Cidade.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores do Jacarezinho, demais Associações do Complexo, Igrejas, Unidos do Jacarezinho, Organizações Locais e Parceiras, Empreendedores, Moradores e Lideranças do Jacarezinho, Agência de Notícias de Favelas, Observatório de Favelas (Escola Popular de Comunicação Crítica, Imagens do Povo, outros), Viva Favela, ABI, Veículos de Comunicação, PAC Social, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, IPP, Universidades e outras.*

Descrição:

O histórico do Jacarezinho é rico e complexo e tem muito a ver com o próprio histórico do Rio de Janeiro, o que deveria ser motivo de respeito e orgulho. Todavia, em função da comunidade ser noticiada na grande mídia de uma forma absolutamente negativa, durante muitos anos, ficou com uma imagem muito distorcida tanto para moradores da cidade quanto para moradores locais, que acabaram assumindo como verdadeiro o estereótipo veiculado acerca da mesma. Neste sentido, a mudança da imagem do Jacarezinho e o resgate de sua identidade passou a ser identificado como uma prioridade.

Por outro lado, nem todos moradores conhecem o histórico de lutas e conquistas da comunidade. Sua tradição na mobilização e organização comunitária, na política cidadã. A vida punjante do local quando a atividade fabril era intensa. Da mesma forma, moradores da cidade do Rio de Janeiro, em geral, desconhecem este Jacarezinho, latente no território.

Por esse motivo, é preciso resgatar essa história e positivar a imagem do Jacarezinho, revelando-o como lugar de potência. Desconstruir a imagem de um Jacarezinho violento e perigoso, que faz com que seus moradores passassem a ser altamente estigmatizados. Imagem esta muito diferente daquilo que se vivencia no dia a dia da comunidade, onde a solidariedade e relações cordiais são uma tônica, apesar de todo um contexto adverso. As reflexões de Barros et. all. (2012), conforme apresentadas a seguir, se adequam à situação, quais sejam:

Na verdade, o que se tem é um olhar exotizado, que foi construído e reproduzido ao longo de décadas, e que tem sido reafirmado por diferentes setores da nossa sociedade, desde a mídia até a política. [...] Desse modo, cria-se uma identidade de favelado ligada à precariedade, malandragem, falta de escolhas, marginalidade, carência, ausência de normas, de cultura e de regras sociais. Esse imaginário acabou sedimentando-se em uma forma única de ver e julgar todo um grupo de pessoas que, na realidade, são plurais, diferentes e heterogêneas. São muitas favelas dentro da mesma favela e, dentro dessa lógica, são muitos tipos de pessoas dentro de um mesmo grupo.

No Jacarezinho existe uma pluralidade de atores, com visões de mundo diversas, mas que têm em comum o forte desejo de quebrar esse estereótipo. Esta é uma das suas maiores indignações e bandeiras. Por esse motivo, propõe-se a realização de um trabalho que permita o reconhecimento da importância e singularidade do Jacarezinho para a cidade do Rio de Janeiro “no sentido de superar a sua imagem estigmatizada, que reforça a própria imagem de seus moradores” (idem).

Propõe-se que tal trabalho seja realizado junto com moradores, lideranças, organizações locais e parceiras, além daquelas com reconhecida atuação na valorização e resgate identitário de populações faveladas, como a ONG Observatório de Favelas e outras. Para tanto a parceria com veículos de comunicação será fundamental, incluindo aqueles de comunicação comunitária.

Esse trabalho poderá se dar, entre outros, por meio do resgate da memória coletiva; do levantamento de registros históricos, inclusive fotográficos; da confecção de um calendário de eventos significativos para a comunidade; da visibilidade e preservação de locais de valor histórico no Jacarezinho, como por exemplo:

- i) o Largo dos Tanques, situado na via GE que, no passado, era o ponto de encontro de lavadeiras;
- ii) o Largo Cruzeiro, onde havia uma Capela na qual as pessoas professavam sua fé com ladainhas cantadas em alto e bom som, obedecendo a todo um ritual religioso;
- iii) no Azul, no local onde Dona Andressa Moreira da Siva, primeira líder comunitária presidente de escola de samba, em 1946, fundou a agremiação Unidos do Morro Azul;
- iv) também no Azul (onde antigamente existiam quatro terreiros), onde mora Dona Brinha que, com 99 anos de idade, ainda mantém seu Centro Espírita em funcionamento realizando a tradicional procissão de São Sebastião no Jacarezinho, nos dias 20 de janeiro de todos os anos;
- v) na Praça XV de Agosto, na moradia do Sr. Serafim, onde nasceu a Unidos do Jacarezinho, em 1966;

A proposta é fazer uma exposição itinerante acerca do Jacarezinho, nos espaços nobres da cidade, além de elaborar e divulgar materiais de comunicação nesse sentido: folders, folhetos, cartazes. Tal exposição deverá contar a história da comunidade desde o início da ocupação do território até a atualidade, destacando principais marcos. Para além dessa exposição, propõe-se ainda a fundação do Museu no Jacarezinho, que contribuirá para o resgate/reforço da sua identidade, à exemplo do Museu do Cantagalo e do Pavão-

Pavãozinho – MUF – e outros comunitários, que têm toda uma proposta emancipatória, visando à transformação social.

Propõe-se, finalmente, a criação de um calendário de eventos artísticos e culturais, que atraiam um público externo para visitar o Jacarezinho, como a “Linha Cultural”, realizada recentemente por iniciativa de jovens locais.

2. Informações e Esclarecimentos sobre Intervenções Públicas no Jacarezinho: UPP, Minha Casa Minha Vida, PAC, outras.

Entidades envolvidas: *Governo Federal, Governo do Estado (Casa Civil, Secretaria de Obras, de Segurança Pública, de Assistência Social e Direitos Humanos - SEASDH, outras), Prefeitura Municipal (Instituto Pereira Passos -IPP, outros), Associação de Moradores do Jacarezinho, demais Associações de Moradores, Igrejas, Unidos da Tijuca, Organizações Locais e Parceiras, outras.*

Descrição:

Uma das maiores queixas de moradores do Jacarezinho, também de moradores de outras comunidades, diz respeito à falta de informações e esclarecimentos sobre intervenções que o poder público pretende realizar ou realiza no seu território, que têm um impacto direto sobre suas vidas e a vida comunitária, de forma geral.

Tal situação se deu, por exemplo, com a instalação da UPP Jacarezinho causando uma série de especulações e sentimentos de medo e insegurança que, na percepção de tais moradores, poderiam ter sido evitados. Estes acreditam que o diálogo da polícia com a comunidade era a melhor forma de entrada da UPP, o que talvez tivesse minimizado muitos dos conflitos atuais. Relatam que quando o BOPE, o CORE e o Batalhão de Choque ocuparam o Jacarezinho, no momento anterior à instalação da UPP, a relação entre a polícia e a comunidade “era mais tranquila porque havia respeito de um pelo outro”, nas suas palavras. Frente a este contexto, propõe-se a abertura/intensificação do diálogo entre a UPP e a comunidade do Jacarezinho em função do qual acredita-se que atores do poder público que atuam no território, como aqueles vinculados ao IPP, a SEASDH e/ou ao PAC poderiam vir a assumir um papel fundamental, na qualidade de mediadores.

Da mesma forma, moradores do Jacarezinho reclamam da falta de diálogo com gestores do Programa Minha Casa Minha Vida. Reivindicam informações e esclarecimentos acerca do mesmo. Estão preocupados com desapropriações e remoções e especulam sobre o tema. Acreditam que tais desapropriações têm que ser pensadas levando em conta a questão habitacional do território como um todo, já que vários moradores do Jacarezinho receberam autos de interdição, há mais de dois anos, com a justificativa de que suas casas

estavam construídas em área de risco, e não tiveram uma satisfação sobre o desdobramento do processo até o presente momento. Evidentemente situações como esta afligem a todos, preocupados com soluções de continuidade e com a falta de planejamento integrado.

Dessa forma, moradores e lideranças locais insistem que têm que ser consultados/informados/esclarecidos sobre intervenções no seu território e, mais do que isso, que gostariam de participar do processo de tomada de decisão relativo a tais intervenções, se mostrando indignados com relação à forma como estas vêm se dando. Gostariam que erros do passado não se repetissem, como aqueles cometidos por ocasião da execução do Favela Bairro, “um desastre”, na avaliação de alguns.

Nesse contexto, insistem em conhecer a proposta do PAC Jacarezinho e opinar sobre a mesma de modo que venha de encontro com suas necessidades e interesses. Desconhecem igualmente a proposta dos trabalhos de natureza social relacionados com este Programa, manifestando-se igualmente interessados em participar da sua definição e procedimentos. Acreditam que têm muito a contribuir.

Na realidade, clamam por uma política habitacional para o território pensada de forma articulada, apresentando a organicidade necessária. Segundo eles, nesta política deverá estar incluído o problema dos galpões de fábricas desativadas, desapropriados por decreto oficial. Qual o uso destinado para cada um deles? Como a comunidade pode participar da tomada de decisão? são questões levantadas.

Dessa forma, propõe-se que seja organizado, um calendário de reuniões, aberto a todos os moradores do Complexo do Jacarezinho, para apresentações de propostas e realização de debates acerca do Minha Casa Minha Vida e do PAC.

Propõe-se ainda que seja constituído um Grupo de Trabalho, integrado por representantes do poder público e moradores deste Complexo, encarregado de monitorar as obras e iniciativas de ambos os Programas, além de conceber uma campanha de esclarecimento público acerca da natureza e importância dos investimentos realizados no território, garantindo a transparência dos gastos.

Finalmente, propõe-se que seja constituída uma ouvidoria para acompanhamento de tais intervenções.

Com relação a projetos governamentais, moradores do Jacarezinho lamentam que sejam passíveis de interferências políticas, prejudicando a comunidade de forma geral, à exemplo da substituição do projeto “Casa da Paz” pelo projeto do CRJ que, segundo eles, não funciona. No contexto de escassez da presença do Estado que têm sido vítimas, acreditam que a comunidade é soberana no sentido de validar a continuidade ou

fechamento de projetos desta natureza. E reivindicam medidas urgentes com relação ao CRJ manifestando-se dispostos a abrir o debate. Esta é uma proposta.

3. Discussão da Proposta de Segurança Pública no Jacarezinho. Apoio ao seu Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores do Jacarezinho, OAB, ABI e outros parceiros do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos do Jacarezinho, demais Associações de Moradores do Complexo, Lideranças Locais, Igrejas, Organizações Locais e Parceiras, Entidades com Trabalho Reconhecido na Área da Segurança Pública, Governo do Estado (Secretaria de Segurança Pública e de Assistência Social e Direitos Humanos), PAC Social, IPP, Especialistas, Universidades, outras.*

Descrição:

São históricas as violações aos direitos humanos no Jacarezinho. Tal qual em outras comunidades do Rio de Janeiro, a provisoriedade e precariedade das iniciativas do poder público no território fez com que grupos criminosos passassem a controlá-lo de forma hegemônica durante décadas.

Nesse contexto, conforme retrocitado, a instalação recente de uma UPP no local há que ser cuidadosamente monitorada até porque esta se deu de forma não participativa, o que resultou em sequelas. Da mesma forma, há que se descriminalizar moradores, respeitar sua cultura e *modus vivendis*. Para tanto, os policiais que atuam no território devem estar capacitados. Direitos humanos não podem ser violados.

Todavia, conforme exposto anteriormente, o Jacarezinho tem todo um histórico de relações difíceis com a polícia, que precisa ser revisto. Lideranças comunitárias manifestam-se amadurecidas para tanto, para o diálogo construtivo, esperando o mesmo comportamento e disponibilidade por parte da polícia e/ou agentes de segurança pública.

Por outro lado, tais lideranças têm claro que uma proposta de segurança para o local extrapola a implantação da UPP. Entre outros aspectos, na sua percepção, esta tem a ver com o reconhecimento da capacidade da comunidade de pensar o desenvolvimento do território e com o reconhecimento e fortalecimento do protagonismo de moradores.

Frente às considerações levantadas, propõe-se um amplo debate sobre a proposta de segurança pública pensada para o Jacarezinho pois “resumir a política de segurança pública a ocupações militares e à lógica de enfrentamento esvazia o necessário debate acerca das medidas a serem adotadas com vistas à promoção dos direitos elementares das populações vulneráveis (Benevides et.all., 2011). Da mesma forma, [...]“não se garante

cidadania por meio de fuzis, cercos ou ocupações militares, mas através de políticas públicas que efetivem os direitos elementares da população” (idem).

Propõe-se ainda o pleno acesso à justiça por parte de moradores do Jacarezinho, o que se daria, entre outros, pelo apoio e fortalecimento do Núcleo de Defesa de Direitos Humanos recentemente fundado no local, contando com um rico universo de parceiros, destacando-se a Ordem de Advogados do Brasil – OAB e a Associação Brasileira de Imprensa – ABI, dentre outros.

4. Melhoria dos Serviços Públicos de Saneamento Básico. Adoção de Tarifas Sociais.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores do Jacarezinho, demais Associações do Complexo, Prefeitura Municipal (IPP, SECONSERVA, outros), PAC, Prestadoras de Serviços, outras.*

Descrição:

A falta de serviços públicos de saneamento básico é excepcionalmente grave em sub-unidades da favela do Jacarezinho, como Beira Rio, Azul e Xuxa e em demais comunidades que integram o Complexo, como PicaPau e Tancredo Neves. A questão da caixa d'água do Azul, da regularização do abastecimento de água, da revisão das tubulações tanto de água quanto de esgoto, precisa ser urgentemente equacionada. Neste sentido, propõe-se uma diligência da Cedae no local para identificação/mapeamento destes problemas para intervenção imediata.

Com relação à questão do lixo, para além da normalização e ampliação dos serviços afins, propõe-se a utilização, por parte da Comlurb, de equipamentos mais modernos, que envolvem tecnologia de ponta, e a realização de um trabalho de educação sanitária e ambiental com a população local no sentido de conscientizá-la da problemática. Propõe-se ainda que o trabalho que a SECONSERVA vem realizando em outras comunidades “pacificadas” com relação à coleta e destino final do lixo seja estendido ao Jacarezinho.

Igualmente o problema da energia elétrica é da maior seriedade no Complexo do Jacarezinho. As ligações clandestinas existentes, feitas com material velho e inadequado, são perigosas e podem provocar desde choques até incêndios e curtos-circuitos, o que não raro acontece. Também o fato da bomba d'água da comunidade estar ligada na mesma rede, agrava o problema de sobrecarga já registrado no local. Dessa forma, propõe-se que a Light faça um trabalho de reestruturação de toda a rede elétrica no Jacarezinho. Propõe-se ainda que a Rioluz resolva o problema da iluminação pública, já que muitas sub-unidades da favela do Jacarezinho e comunidades do Complexo não contam com o serviço.

Para tanto, propõe-se que seja realizada toda uma articulação e negociação junto às prestadoras supracitadas, com a participação da Associação de Moradores do Jacarezinho e das demais existentes no Complexo.

A regularização dos serviços de infraestrutura básica, todavia, requer a disponibilização de tarifas especiais subsidiadas para a população local que está atravessando uma transição na sua vida comunitária, a qual demanda tempo para sua devida adequação/maturação. Neste caso, a proposta é a da adoção de tarifas sociais tão logo os serviços tenham seu funcionamento normalizado.

5. Melhoria dos Serviços de Saúde.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores e Lideranças Locais, Clínica da Saúde da Família, Igrejas, Entidades afins, ONGs Saúde e Cidadania e CEDAPS, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, de Saúde, PAC Social, Fundação Oswaldo Cruz; Prefeitura Municipal (Secretarias de Assistência Social, de Saúde etc), outras.*

Descrição:

Pensada no seu conceito mais amplo, como qualidade de vida a saúde está estreitamente relacionada com o saneamento básico e demais condições infraestruturais, como aquelas relativas à construção e estado de moradias. Dessa forma, tratar da melhoria dos serviços e atendimentos em saúde no Jacarezinho passa pela resolução de problemas infraestruturais básicos, como o consumo de água contaminada e a falta de acesso a serviços de esgotamento sanitário adequados, que contribuem para uma maior incidência local de hepatite e outras doenças. Além das propostas elencadas anteriormente, propõe-se que a vigilância sanitária e especialistas no controle de zoonoses façam vistorias permanentes ao local.

Com relação aos serviços de saúde propriamente ditos, a capacidade hoje instalada no Jacarezinho para atendimento do conjunto da população do bairro está muito aquém da demanda. Propõe-se, assim, dotar a Clínica da Família local de um número maior de profissionais, sobretudo de médicos. Propõe-se também o reparo, manutenção e ampliação dos equipamentos disponíveis na mesma e demais estabelecimentos afins.

Propõe-se ainda que o Programa Saúde da Família, hoje Estratégia Saúde da Família, seja implantado de forma exemplar na comunidade, conforme sugerido por diversas lideranças e agentes na área.

Igualmente propõe-se uma maior ênfase nos trabalhos de prevenção realizados em parceria com organizações civis e outras, à exemplo daquele que realiza o Cedaps em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Propõe-se, finalmente, uma atuação efetiva da Fundação Oswaldo Cruz no Jacarezinho, não só pela sua proximidade com a comunidade como também pelo trabalho na defesa e promoção de saúde que esta Fundação já realiza em Manguinhos, referência local.

6. Atendimento a Dependentes Químicos.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores e Lideranças Locais, Igrejas, Entidades que têm um trabalho reconhecido na área neste sentido, Movimento Rio de Paz, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, de Saúde, PAC Social, Fundação Oswaldo Cruz; Secretarias Municipais de Assistência Social, de Saúde e outras.*

Descrição:

No Jacarezinho, assim como em Manguinhos, foram identificados vários espaços públicos onde drogas eram comercializadas e consumidas, em quantidade, até muito recentemente, inclusive por um número significativo de crianças e jovens. Tal fato, altamente preocupante e inaceitável sob qualquer ponto de vista, exige medidas imediatas. Traduz igualmente o grau de isolamento e do descaso de organismos de segurança pública, assistência social e saúde com relação a este território.

Dentre as drogas supracitadas, destacava-se o crack. Embora a grande parte dos usuários não fosse morador do local, muitos retornavam à comunidade e ainda retornam de forma recorrente, pelo vínculo estabelecido. Também no Jacarezinho existem moradores dependentes químicos.

Com relação ao atendimento de ambos (moradores e não moradores do Jacarezinho, dependentes químicos), igrejas evangélicas locais têm feito um trabalho de ajuda humanitária notável, reconhecido pela comunidade de forma geral, o qual propõe-se apoiar/ampliar.

Destaca-se com relação a tal trabalho a “Terapia do Abraço”, uma iniciativa da Igreja Batista do Jacarezinho desenvolvida também pela Assembléia de Deus, Congregacional, Presbiteriana, Projeto Vida Nova de Irajá, Ministério Palavra Viva e outras, que conta com atividades realizadas nas ruas da comunidade. Nas palavras do Pastor Cleuton Cardoso:

“Enquanto o grupo caminha cantando, vai distribuindo os folhetos pra quem encontrar na rua. Quando chega a primeira boca de fumo (onde estão vendendo o crack e os traficantes estão portando pistolas e fuzis) a gente para, dirige uma palavra bíblica, faz uma oração, distribui os folhetos, impõe as mãos sobre a cabeça da rapaziada, estes por sua vez, deixam as armas de lado para receberem as orações”

No que tange às ferramentas utilizadas por esses grupos religiosos, está a distribuição de cartões com a mensagem “Se o seu caso é usar drogas o problema é seu, se o seu caso é parar de usar drogas, procure-nos”. Nos encontros, busca-se estimular o dependente a se internar num centro de recuperação. Pela importância, procedimentos e resultados de tal iniciativa, propõe-se sua consolidação.

Da mesma forma, propõe-se apoiar e incentivar o trabalho desenvolvido pelo projeto Rap da Saúde -Polo Jacarezinho junto a dependentes de drogas e outros.

Na realidade, propõe-se que o problema do uso de drogas no Jacarezinho, da mesma forma que em outras localidades do Rio de Janeiro, seja percebido como um problema de saúde pública. Para tanto, sob a coordenação da FIOCRUZ e de especialistas, propõe-se que seja feito um esforço de organizações que atuam em saúde de capacitar seus profissionais para lidarem com dependentes químicos, sobretudo do crack. Propõe-se ainda mapear estabelecimentos no Rio de Janeiro para onde estes possam ser encaminhados para tratamentos afins.

Propõe-se ainda a realização de uma ampla campanha de conscientização junto à população do Jacarezinho envolvendo Igrejas, Associações de Moradores, Organizações Cívicas, Escolas e outras, relativa aos danos provocados no organismo pelo consumo de crack e outras drogas e aos riscos que o vício pode representar na vida de usuários, de respectivos familiares e amigos.

Finalmente, vale ressaltar que “de acordo com levantamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, desde 31 de março de 2011, quando começaram as operações de combate à epidemia do crack, foram feitos 4.496 acolhimentos de viciados (3.853 adultos e 643 crianças e adolescentes) nas principais cracolândias da cidade.

No complexo do Jacarezinho houve o maior número de acolhimentos, com 1.565, seguido do Centro, com 1.180.

A Prefeitura dispõe de 178 vagas em quatro unidades especializadas no atendimento à dependência química” (em 20/06/2012, disponível em: <http://boaspraticasfarmaceuticas.blogspot.com.br/2012/06/quem-manda-nas-comunidades-do-rio.html>).

7. Orientações sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos para Adolescentes. Prevenção da Gravidez Precoce.

Entidades envolvidas: *Clínica de Saúde da Família, Igrejas, ONGs Saúde e Cidadania, e Cedaps, FIOCRUZ, Universidades, outras.*

Descrição:

Propõe-se que seja feita uma ampla campanha de conscientização envolvendo moradores do território de forma geral relativa às implicações/responsabilidades da maternidade/paternidade responsável, visando despertá-los e evitar a gravidez precoce e indesejada, sobretudo os jovens. Tal campanha deverá contemplar informações acerca das conseqüências do sexo inseguro bem como alternativas de contracepção.

Tal como no item anterior, propõe-se apoiar e incentivar o trabalho desenvolvido pelo projeto Rap da Saúde- Polo Jacarezinho relativo à prevenção na área de saúde.

8. Elevação da Escolaridade. Implantação do Programa EJA.

Entidades envolvidas: *Secretaria Municipal de Educação, Igrejas, Associação de Moradores do Jacarezinho, Lideranças Comunitárias, Entidades Cíveis com atuação reconhecida na área, como REDES da Maré, Secretarias de Estado de Educação e de Ciência e Tecnologia, Fundação Consórcio CEDERJ, Universidades, Empresas, outras.*

Descrição:

O problema da baixa qualidade do ensino que moradores do Jacarezinho têm acesso é notório e tem a ver com uma situação mais geral do ensino público no País. Estes se sentem bastante ressentidos ainda pelo fato de não existir, no interior do Complexo, uma única escola pública que atenda a crianças e jovens da comunidade, obrigados a se deslocar para localidades nem sempre próximas. As escolas frequentadas, por sua vez, raramente oferecem atividades complementares ao ensino, o que lamentam. Por esse motivo, lideranças e moradores do Jacarezinho são enfáticos em propor que os dois CIEPs, que funcionam nas suas imediações, ofereçam estudo em tempo integral, conforme proposta original para tais estabelecimentos.

Frente ao contexto supracitado, propõe-se que seja avaliada com a Secretaria Municipal de Educação a viabilidade de atender tal demanda.

Ainda com relação à educação formal, propõe-se apoiar/ampliar a iniciativa da Igreja Católica e de empresas locais de ofertar bolsas de estudo para moradores do Jacarezinho. Propõe-se também apoiar/ampliar esforços de grupos e indivíduos em realizar atividades de reforço escolar para crianças e adolescentes que apresentam maiores problemas de aprendizagem e/ou estão muito defasados.

Com relação a jovens e adultos, propõe-se que sejam realizadas iniciativas para sua alfabetização/elevação da escolaridade. Dentre estas, propõe-se viabilizar a realização,

no Jacarezinho, do Programa de Educação de Jovens e Adultos da UFRJ, o qual já vem sendo realizado no Complexo da Maré, em parceria com organizações locais visando possibilitar aos moradores deste território, que ainda não tiveram acesso à escolaridade básica, o aprendizado da linguagem escrita e o domínio da leitura.

Vale ressaltar que faz parte da formação do aluno do EJA, a valorização da cultura local e a ampliação do universo simbólico, o que seria de suma importância para jovens e adultos do Jacarezinho no sentido de contribuir para o resgate de sua identidade.

Propõe-se ainda a realização de cursos voltados para o Ensino Supletivo, como aquele que a ONG Redes da Maré em parceria com outras organizações, tem feito em comunidades do Complexo da Maré. A esse propósito destaca-se a observação de Barros et al. (2012), qual seja:

A volta à escola requer a disponibilidade de serviços educacionais adequados à correção da defasagem série-idade e de déficits de aprendizado. Requer uma escola que, além dos temas tradicionais, também trate de temas de importância ou de interesse particular à população das comunidades, como i) saúde reprodutiva, doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal e mental; ii) direitos humanos, cidadania, discriminação e direitos do consumidor; e iii) ordem pública, regras de convivência e resolução de conflitos. Incentivos financeiros podem também ser extremamente importantes, assim como o acesso prioritário para aqueles que frequentam a escola ou já concluíram o ensino médio a opções para entretenimento, inclusão digital (contemplando rádio comunitária) e atividades esportivas, culturais e artísticas.

Propõe-se a ampliação de cursos Pré-Vestibulares no local, além do apoio e incentivo aquele recém iniciado por meio de uma parceria entre a Associação de Moradores do Jacarezinho e a FAETEC.

Finalmente, propõe-se a realização de uma articulação com o Governo do Estado, através do Consórcio CEDERJ, para a implementação no Jacarezinho de uma unidade de cursos superiores semipresenciais em convênio com universidades do Rio de Janeiro, de reconhecida competência. Tal unidade já existe em outras comunidades “pacificadas”, como Rocinha e Complexo do Alemão.

9. Acesso ao Ensino Profissionalizante. Estruturação de uma Escola Técnica.

Entidades envolvidas: Governo do Estado (Secretarias de Educação, de Ciência e Tecnologia, de Assistência Social e Direitos Humanos, outras), Associação de Moradores, Igrejas, Unidos do Jacarezinho, Firjan, outras.

Descrição:

Conforme Barros et. al (2012):

Em grande medida, as piores condições econômicas das populações em favelas resultam de desigualdades: i) no acesso a oportunidades para adquirir habilidades adequadas às necessidades da comunidade (graças a um acesso restrito à educação e à formação profissional); ii) nas condições que têm para adquirir habilidades (disponibilidade de uma renda mínima e segurança alimentar, em parte em decorrência de acesso mais limitado à assistência social); iii) no acesso a oportunidades para utilizar de forma produtiva as habilidades adquiridas (decorrente de acesso limitado ao trabalho, em particular aos melhores postos de trabalho); e iv) nas condições que têm para aproveitar essas oportunidades produtivas (documentação, transporte e referências pessoais).

Tais desigualdades são sofridas por jovens e adultos do Jacarezinho, cujo acesso a postos no mercado de trabalho é restrito. Por este motivo, propõe-se ampliar tal acesso, sobretudo para cursos e iniciativas que contemplem a intermediação para o mercado, já que estes enfrentam um problema adicional na disputa por uma vaga pelo estigma do seu lugar de residência. Todavia, propõe-se mapear necessidades e interesses relativos a tais cursos, evitando que tenham eficácia duvidosa.

Propõe-se ainda a estruturação de uma Escola Técnica, no âmbito do Complexo do Jacarezinho, atendendo uma reivindicação específica de moradores e lideranças locais. Tal Escola contaria com cursos que permitissem o acesso a empregos na área de petróleo e gás, na área portuária e outras em franca expansão no Rio de Janeiro. Para tanto o estabelecimento de parcerias com os governos federal e estadual, com a FIRJAN e outras seria da maior importância.

Finalmente, vale ressaltar que a Faetec Cetep Jacaré, por iniciativa da Associação de Moradores do Jacarezinho e em parceria com esta, está oferecendo cursos de formação inicial e continuada em cabeleireiro assistente, espanhol, inglês, padeiro e outros, os quais propõe-se que sejam avaliados em termos de resultados pela sua novidade no local.

10. Estímulo e Fortalecimento ao Empreendedorismo.

Entidades envolvidas: *Secretarias Estaduais de Segurança Pública e de Assistência Social e Direitos Humanos, IPP (via sua Diretoria de Desenvolvimento Econômico Estratégico), FIRJAN, SEBRAE, Secretarias Municipais da Ordem Pública, do Trabalho e Emprego, INSS, Sindicato dos Contadores, FIRJAN, SENAC e outras.*

Descrição:

Existe um grande número de empreendimentos no Jacarezinho concentrados entre a Prainha e a Amaro Rangel, saída encontrada por moradores locais para o desemprego e a precarização nas relações de trabalho. Apesar de contarem com uma estrutura deficitária, muitos destes estabelecimentos já estão instalados no território, há longo tempo, dinamizando a economia local. Todavia, não se tem um estudo mais aprofundado acerca dos mesmos, à exemplo daqueles existentes com relação ao empreendedorismo em Manguinhos e na Rocinha, o que seria da maior validade para melhor se planejar o seu incremento.

Por esse motivo, propõe-se que tais empreendimentos sejam mapeados e que se faça o estudo de sua viabilidade financeira, visando contribuir para a respectiva consolidação/ampliação, caso pertinente. O SEBRAE, que já está realizando um trabalho com empreendedores locais, juntamente com o IPP (por meio do Projeto “Empresa Bacana”), poderão contribuir para tanto.

No que tange à formalização, propõe-se que seja respeitado o momento adequado para cada um dos empreendimentos realizá-la, avaliados na sua especificidade. Uma etapa de transição anterior à formalização se faz necessária para que empreendimentos como biroskas, bares, lan houses, serviços de mototáxis, salões de beleza e outros sejam regularizados no sentido de evitar que sejam prejudicados.

Propõe-se ampliar oportunidades de microcrédito oferecidas para empreendedores da comunidade. Filiais de agências bancárias seriam bem-vindas, desde que tragam consigo projetos sociais, conforme expectativa de lideranças comunitárias.

Finalmente vale considerar que tão importante quanto viabilizar estudos acerca do estado da arte do empreendedorismo no Jacarezinho é viabilizar um trabalho pedagógico com tais empreendedores voltado para a educação para a cidadania, a educação financeira.

11. Apoio e Fomento às Cooperativas e aos Arranjos Produtivos Locais. Estruturação de uma Cadeia Produtiva do Carnaval da Unidos do Jacarezinho.

Entidades envolvidas: *IPP (via Diretoria de Desenvolvimento Econômico Estratégico), FIRJAN, SEBRAE, UNIRIO, UFRJ, COOPAMA, Secretarias Municipais da Ordem Pública, do Trabalho e Emprego, INSS, Sindicato dos Contadores, SENAC, Banco da Providência, Organizações Sociais com reconhecida atuação na área, Associação de Moradores do Jacarezinho, Unidos do Jacarezinho, outras.*

Descrição:

Tal como com relação ao empreendedorismo, é fundamental conhecer o território do Jacarezinho no que diz respeito às práticas associativas aí existentes, à exemplo da COOPAMA – Cooperativa Popular Amigos do Meio Ambiente, apoiada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Propõe-se, assim, tal mapeamento, o qual permitirá vir a apoiá-las visando sua consolidação e/ou ampliação, se pertinente.

Acredita-se igualmente importante promover a estruturação de Arranjos Produtivos Locais APLs. Neste sentido propõe-se a estruturação de uma cadeia produtiva do carnaval da Unidos do Jacarezinho, em áreas onde existe potencial de geração de trabalho e renda, como carpinteiro, eletricitista, aderecista, figurinista, modelista, costureira, percussionista e outras. Vale considerar que esta Escola já tem tradição na realização de cursos voltados para o desenvolvimento comunitário, sendo uma referência importante na comunidade. Assim, propõe-se fazer uso do potencial da mesma -, agora por meio da economia criativa, seja através de oficinas de qualificação profissional e oficinas produtivas; seja através da realização de feiras para escoamento de bens e serviços realizados no âmbito das últimas. O espaço físico e a tradição da Unidos do Jacarezinho poderia ser valorizado também para a realização de eventos culturais, gastronômicos etc.

Ainda com relação aos arranjos produtivos locais, propõe-se um contato com o SEBRAE, o qual recentemente firmou uma parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) visando formar profissionais para atuar como microempreendedores.

Para aqueles grupos/indivíduos do Jacarezinho que estão iniciando ou pensando em iniciar atividades afins, sugere-se também uma consulta/assessoria de organizações, como o Banco da Providência, que tem desenvolvido um trabalho com populações de baixa que inclui, além da formação básica, o desenvolvimento do produto para que este tenha competitividade no mercado, auxiliando ainda na estruturação de planos de negócio, na precificação, no escoamento.

Vale ressaltar que, desde 2006, o Rio de Janeiro conta com uma Câmara de Gestão dos APLs, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), a qual igualmente poderá ser acionada para apoiar a iniciativa. Da mesma forma, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ tem capacidade para impulsionar arranjos produtivos locais.

Tais arranjos deverão ter acesso ao microcrédito. Este é alavanca que proporciona o impulso inicial aos mesmos para formação/incremento/ampliação dos seus negócios. Especialistas são unânimes neste sentido. Propõe-se viabilizá-lo.

12. Construção do Polo Desportivo e Cultural do Jacarezinho.

Entidades envolvidas: *PAC, Superintendência de Desportos do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (via a Gestão Social em Territórios e as Superintendências da Juventude e de Direitos Humanos), Associação de Moradores do Jacarezinho, demais Associações de Moradores do Complexo, Unidos do Jacarezinho, Organizações com reconhecida atuação na área, outras.*

Descrição:

Uma reivindicação antiga de moradores e lideranças do Jacarezinho diz respeito à construção local de um Polo Desportivo, à exemplo das Vilas Olímpicas existentes em outras comunidades, como no Sampaio que, dentre outras, oferece à comunidade aulas de ginástica para a terceira idade, alongamento, karatê, futsal e futebol de campo, além de atividades aquáticas e atendimentos nas áreas de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e enfermagem.

Outra reivindicação importante diz respeito à retomada de funcionamento do Centro Cultural fundado em 1994, na comunidade. Na atualidade, o imóvel que o mesmo ocupa está sendo desapropriado. Neste sentido há uma preocupação em saber para onde este será transferido já que está situado numa área estratégica do Jacarezinho, junto ao ponto final de uma das linhas de ônibus que serve à comunidade, próximo à estação do metrô. A alternativa que tais moradores e lideranças sugerem é o espaço da General Eletric – única área verde local. Da mesma forma, sugerem que o Polo Desportivo seja construído nesse espaço. Assim, propõe-se a construção do Polo Desportivo e Cultural do Jacarezinho nas instalações da GE.

A idéia é que tal Polo seja utilizado não só para a realização de cursos e oficinas como também para a realização de eventos desportivos e culturais, seminários e workshops, à exemplo do Festival de Pipas, realizado pela ONG Saúde e Cidadania. Uma possibilidade levantada é a de que o Museu do Jacarezinho seja instalado também neste Pólo.

Finalmente, vale ressaltar que, em parceria com a Associação de Moradores, a ONG Central Cultura Urbana, de Jacarepaguá, inaugurará um núcleo na favela do Jacarezinho onde serão oferecidas oficinas de teatro, dança afro, percussão, capoeira, canto, futebol, futsal, cinema e outras. Segundo o fundador e presidente desta ONG “ o objetivo é formar futuros artistas e atletas para representar a cultura e o esporte da favela e mostrar que essas comunidades têm pessoas dignas, talentosas e capazes de superar os problemas que vivem no dia a dia e a opinião da sociedade de quem vive em favelas são bandidos e marginais” (disponível em: <http://www.polifoniaperiferica.com.br/2013/02/jacarezinho-vai-receber-o-novo-nucleo-da-central-cultura-urbana/>).

13. Estímulo a Projetos relacionados com o Protagonismo Juvenil e com a Formação de Novas Lideranças.

Entidades envolvidas: *Observatório de Favelas (Escola Popular de Comunicação Crítica, Imagens do Povo, outros), Agência de Redes para a Juventude, Jacarezinho em Foco, Lideranças e Moradores, Associação de Moradores, Igrejas, Unidos do Jacarezinho, Jovens protagonistas de iniciativas afins no território e outras.*

Descrição:

Em artigo de 2010, Jailson de Souza e Silva afirma que as favelas do Rio de Janeiro poderiam ter entrado para o imaginário coletivo a partir das lutas de suas lideranças e movimentos sociais, mas que isto se deu pela linguagem do tráfico de drogas e da violência. E isto é fato. No sentido de começar a reverter esta situação todo um trabalho de comunicação deverá ser feito que contemple, entre outros, a formação de jovens os quais, pela afinidade que demonstram com as novas mídias, têm enorme potencial para realizar mudanças.

No entanto, ainda que iniciativas protagonizadas por jovens, como o movimento Jacarezinho pela Paz e o evento Linha Cultural venham contribuindo para sua maior conscientização política, embora fundamentais, são tentativas ainda tímidas diante da necessidade detectada. Não só a continuidade/desdobramento dessas iniciativas deve ser apoiada como também a realização de novos projetos similares.

Um exemplo interessante pode ser encontrado no projeto Agência de Redes para a Juventude, idealizado por Marcus Faustini. Em conversa com seu autor, ficaram evidentes: a preocupação em garantir um trabalho em que o jovem participante seja o efetivo protagonista; o desejo de formar novas lideranças nestes territórios e de avançar os limites da integração destes moradores à cidade de forma a revelar sua potencialidade.

A partir da constatação de que lideranças e ONGs nas comunidades estão encontrando dificuldades de mobilizar a participação da juventude, tal projeto consiste em levar mais “forma” ao invés de “conteúdo” a estes jovens. Realizada a seleção, cada participante passa a contar com uma bolsa mensal de R\$ 100,00 (cem reais) e a participar de um “estúdio de criação”, coordenado por um mediador e a contar com círculos estudos conduzidos por universitários. São etapas do processo:

- i) cultura digital: estimula o participante a pesquisar na internet informações relevantes para seu projeto, fazendo com que descubra a rede como uma ferramenta de conhecimento e não apenas de lazer;

- ii) avatar: elenca personalidades e perfis que contribuam para dar uma identidade e colocar uma idéia em ação;
- iii) inventário: rompe com a ideologia de “levar conteúdo” e obriga os jovens a organizar o material para o seu projeto;
- iv) mapa: situa o projeto dentro do território, começa a identificar o que pode ser rede para a ação;
- v) gabinete de curiosidades: gincana onde o jovem é convidado a materializar elementos que se relacionem com o seu projeto;
- vi) abecedário: primeira tentativa de verbalizar o projeto para o outro, para cada letra do alfabeto uma informação sobre o projeto; vii) bestiário: o jovem é estimulado a fazer relações improváveis e inusitadas para enriquecer seu projeto, para fazer com que o projeto seja “novo”.

Além disto, são propostas as seguintes discussões: o que é sujeito? (por exemplo, quem contou a história do território); o que é favela? (lugar de potência e não de carência); o que é rede? (conexões para o jovem); o que é direito a cidade? (vencer o medo da cidade e pensá-la como lugar de encontro); o que é projeto?

Num segundo momento, os participantes passam por encontros com acadêmicos (doutores ligados a alguma universidade ou ONG), os quais se reúnem com os jovens não para transmitir qualquer informação, mas para ouvir sobre os projetos e debater com os grupos. Os projetos estão ligados a áreas temáticas como cultura, esporte, geração de renda, educação ambiental, dentre outras. Em seguida, ocorre uma banca de apresentação dos trabalhos, com presença de empresariado, ONGs e governos. O jovem que não passa nesta etapa, vai para uma incubadora para fortalecer seu projeto. O jovem que passa, vai para uma “desincubadora”, onde o projeto é complementado e finalizado, com elaboração de planilha e a sua programação (definição de locais de realização e de equipes, por exemplo). Cinco projetos por comunidade recebem R\$ 10 mil para o seu desenvolvimento e implantação.

Pela sua pertinência e resultados alcançados em outras comunidades, propõe-se que o projeto Agência de Redes para a Juventude seja realizado no Jacarezinho.

Propõe-se ainda que sejam realizados nessa comunidade projetos inovadores, onde os jovens possam expressar sua criatividade e talento à exemplo da Escola de Fotografia, da ONG Observatório de Favelas, além de outros relacionados com novas mídias e tecnologia da informação, arte e cultura.

14. Revitalização da Atividade Fabril.

Entidades envolvidas: *Governo Federal, Governo do Estado, Prefeitura Municipal FIRJAN, Lideranças locais, Entidades da iniciativa privada, outras.*

Descrição:

O Jacarezinho, o Jacaré e seu entorno foram importantes polos industriais do Rio de Janeiro até os anos 1990, quando sua decadência ficou evidente motivada por diversos fatores incluindo o processo de reestruturação produtiva. Quando as fábricas estavam em plena atividade, muitos trabalhadores foram morar no Jacarezinho pela proximidade com o trabalho e facilidade de acesso a várias partes da cidade. Dessa forma, a comunidade conquistou uma forte identidade operária. No sentido de valorizar/resgatar tal identidade e aproveitar profissionais capacitados para a indústria que ainda moram no local, propõe-se que seja efetuado um estudo de viabilidade para abertura de fábricas no Jacarezinho, à exemplo daquelas relativas ao setor de vestuário e metalúrgico, como proposto por lideranças comunitárias.

15. Revitalização do Projeto Célula Urbana.

Entidades envolvidas: *Associação de Moradores do Jacarezinho, demais Associações de Moradores do Complexo, Lideranças comunitárias, Igrejas, Unidos do Jacarezinho, Bauhaus, Prefeitura Municipal, PAC, Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, CECIP, Universidades, outras.*

Descrição:

No início do ano 2000, em parceria com a Associação de Moradores do Jacarezinho e com a Prefeitura Municipal, a Bauhaus – a mais conceituada escola de design alemã -, partindo da sua tradição de criar bens com custo ao alcance popular, iniciou a implantação de um projeto urbanístico ousado, o Célula Urbana, na favela do Jacarezinho.

Tal Projeto envolvia três quadras da comunidade, abrindo pátios para permitir a entrada de luz em moradias e construindo novas, além de um cybercafé, lojas, uma escola de dança, teatros e oficinas de moda, distribuídos pelos pátios. Por meio dele, foram realizadas várias atividades de arte e cultura que impactaram positivamente moradores do Jacarezinho. Por este motivo, e pela sua característica inovadora, propõe-se retomá-lo. Para tanto, sua concepção original necessariamente deverá ser revista. Para tanto, propõe-se utilizar-se como referência a Praça do Conhecimento do Complexo do Alemão, construída pelo PAC, “um espaço público de participação comunitária e desenvolvimento humano”, conforme o CECIP, gestor da Praça. Segundo o texto da ONG:

Localizada na Nova Brasília, uma das 14 comunidades do Complexo do Alemão, conecta as demandas do local com as exigências do mundo atual: oferece cursos e atividades de capacitação em novas tecnologias, garante livre acesso à internet e recursos multimídia e investe na produção e difusão de conhecimento, cultura e arte.

As ações desenvolvidas na Praça do Conhecimento têm como enfoques o olhar para a realidade, o pensar e o agir críticos, a promoção e valorização do ser humano e do território urbano das comunidades do Complexo do Alemão (disponível em: http://www.cecip.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=352&Itemid=317)

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Pedro. Mercado para Imóveis de Uso Comercial em Favelas: Estudo Piloto no Jacarezinho. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2003.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos. NINIS, Alessandra; BARROS, Ricardo; GROSNER, Diana. Integração entre favela e cidade. Paraná: SAE, maio 2012. Chamada para debate, Textos para discussão. Disponível em: http://www.sae.gov.br/site/wp-content/uploads/Integracao_entre_favela-cidade.pdf Acesso em janeiro de 2013.

ENFOQUES on-line: Revista Eletrônica dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. - V.5, n.2 (novembro, 2006). - Rio de Janeiro: PPGSA, 2006. Disponível em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br/pdfs/2006-NOV.pdf> Acesso em janeiro de 2013.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Informações Gerais sobre os Territórios. UPP's Complexo do Jacarezinho. UPP Social. Rio de Janeiro, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Afinal, qual é a das UPPS? .Rio de Janeiro: ISER, 2011. Acesso em 17 de março de 2012. <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/artigo/machado-UPPs.pdf>

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Diagnóstico Social Prévio do Jacarezinho. Proposta de Trabalho Técnico Social. Rio de Janeiro, 2010.

PIMENTEL, Jaqueline. Olhar para o futuro: as perspectivas e necessidades com a intervenção pública em Manguinhos. In: Determinantes Sociais da Saúde: Portal e Observatório sobre Iniquidades em Saúde. Disponível em: <http://dssbr.org/site/2012/11/olhar-para-o-futuro-as-perspectivas-e-necessidades-com-a-intervencao-publica-em-manguinhos>. Acesso em 29 nov. 2012

REGINENSI, Caterine. "Favelas. com": uma antropóloga na fronteira do virtual. In: Scripta, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, 2004. Disponível em: <http://www.ub.edu//sn/sn-170-32.htm> Acesso em janeiro de 2013.

SOARES, Rafael Gonçalves. A política, o direito e as favelas do Rio de Janeiro: um breve olhar histórico. São Paulo: Unicamp, [2006]. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo2.pdf/> Acesso em janeiro de 2013.

SOUZA E SILVA, Jailson. As Unidades Policiais Pacificadoras e os novos desafios para as

favelas cariocas. Documento apresentado no seminário Aspectos Humanos da Favela Carioca. IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

TAVARES, Fabio. Blog de notícias sobre a comunidade do Jacarezinho. Blogspot: Jacarezinho Cultura e Notícias. Disponível em: <http://jacarezinhorj.blogspot.com.br/p/fundacao-do-jacarezinho.html>

THIAGO, Cristiane Muniz. A esquerda sobe o morro: história e memória do Grupo Amarelo – RJ (1960-1990). In: ASSOCIAÇÃO Nacional de História – Anpuh. XII Encontro Regional de História. Rio de Janeiro: Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Cristiane%20Muniz%20Thiago.pdf> Acesso em janeiro de 2013.

_____. Rio de Janeiro operário: memória dos trabalhadores do bairro do Jacaré. In: ASSOCIAÇÃO Nacional de História – Anpuh. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0172.pdf> Acesso em janeiro de 2013.

_____, CAVALCANTI, Mariana, FONTES, Paulo. Ruínas industriais e memória em uma “favela fabril” carioca. História Oral, v. 14, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 11-35.

VALLADARES L. Favelas, mondialisation et fragmentation. In: Navez Bouchanine, F. La fragmentation en question : entre fragmentation spatiale et fragmentation sociale? Paris: L'Harmattan, 2002.

ZALUAR, A. Alvito (org.). Um século de favelas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.



Foto: Léo Lima



Fonte: Google Earth





Favela do Jacarezinho, Jacaré, Rio de Janeiro - RJ, Republica Federativa do Brasil

2ª PARTE

Capítulo I

COMPLEXO DO
ALEMÃO



Foto: Ana Paula Degani



COMPLEXO DO ALEMÃO

*Não sou poeta nem grande compositor
Represento o Complexo e a Penha por amor
diz aê!*

*Amor antigo relíquia do coração
favela da Penha e do Complexo do Alemão*

*Amor antigo relíquia do coração
favela da Penha e do Complexo do Alemão*

(Por Amor, MC Playboy)

I. DIAGNÓSTICO

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O conjunto que tem se convencionado chamar de Complexo de Alemão é formado por várias favelas e localiza-se na Zona Norte do Rio de Janeiro. Abrigado na Serra da Misericórdia, abrange os bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Olaria, Penha e Ramos, ou seja, parte central da região da Leopoldina. Segundo dados oficiais, conta com uma população de cerca de 60 mil habitantes. Contudo, deve ser feita uma ressalva a esse número o qual, estima-se, bem maior, uma vez que muitos moradores das favelas que formam a região têm o hábito de informar o bairro onde seu local de moradia se encontra, por temer algum tipo de preconceito.

Com relação à quantidade de favelas localizadas no Complexo do Alemão, varia de acordo com a leitura de quem está falando, existindo divergências inclusive entre órgãos governamentais devido, talvez, às subfavelas aí existentes (locais com características e identidade próprias pertencentes à determinada favela). O Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), por exemplo, trabalha com o número de 15; já o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com 13 favelas. Atores sociais locais, associações de moradores e outras instituições, por sua vez, vêm trabalhando com o número de 12, quais sejam: Morro da Esperança (Pedra do Sapo), Morro do Alemão, Morro da Baiana, Grotta, Morro do Itararé (Morro da Alvorada), Morro do Adeus, Reservatório de Ramos, Nova Brasília, Fazendinha, Casinhas, Morro das Palmeiras e Mineiros – Matinha.

Vale ressaltar, todavia, que se for considerado a delimitação do Bairro Complexo do Alemão (Lei nº 2055 em 09 de dezembro de 1993) outras áreas deverão ser incluídas, além dos novos conjuntos habitacionais construídos no entorno, nos últimos anos.

A primeira favela que surgiu no Complexo do Alemão foi a Grotta (ou Joaquim de Queiróz), em 1928. Mas foi a partir da década de 1960 que este teve um maior crescimento populacional, incentivado pelas indústrias instaladas na região.

Na primeira metade dos anos de 1980, sofreu uma explosão demográfica quando também o tráfico de drogas se fez mais forte no local, passando a exercer controle hegemônico sobre o mesmo. De fato, o Complexo do Alemão, no início dos anos de 1990, passou a ser um dos quartéis gerais do Comando Vermelho, maior facção criminosa do Rio de Janeiro, o que fez desse território palco de conflitos frequentes entre facções rivais e a polícia.

Nessa época a região já estava sofrendo um processo de forte esvaziamento econômico, que atravessou os anos de 1990, representado pelo fechamento das fábricas localizadas ao longo das Avenida Brasil, Itaóca e Ademar Bebiano (antiga Estrada Velha da Pavuna). Nas palavras de Oliveira (2011):

[...] no início dos anos de 1990, com as sucessivas crises econômicas, ausência do Estado [...] e, principalmente com a falência e com o fechamento das fábricas, acentuou-se o processo de precarização do trabalho, bem como o aumento dos índices de violência na região. Muitas das famílias que viam anteriormente no progresso urbano e industrial um meio para sua “salvação” passaram a viver em situação de extrema pobreza ou miséria absoluta. Estima-se que o fechamento das indústrias da região tenha dado fim a cerca de 20.000 postos de trabalho.

As Obras do PAC foram iniciadas no Complexo do Alemão em abril de 2008, incluindo entre outras, a construção de conjuntos habitacionais, de uma escola de ensino médio, de um centro de geração de trabalho e renda e de um teleférico, além da recuperação de ruas, instalação de redes de saneamento, de iluminação pública e de equipamentos. Estas, em geral, causaram impactos positivos. Ao todo foram investidos cerca de R\$ 827 milhões pelos governos federal, estadual e municipal.



Fonte: ipp.rio.rj.gov

A intervenção desse programa no território, no entanto, deixou sequelas e muitos moradores e lideranças comunitárias frustrados. Não só por insuficiências relativas à transparência referente aos gastos públicos e ao controle social, como também pela dificuldade de acesso a detalhes com relação ao planejamento e execução de tais obras. O PAC foi também motivo de disputas acirradas entre o Estado, Associações de Moradores e organizações sociais locais (Oliveira, 2011).

Alguns moradores do Alemão igualmente se manifestam indignados pelo fato de muitas dessas obras não terem sido finalizadas criando problemas para a comunidade, como excesso de entulhos e escombros, que têm resultado na proliferação de vetores. Reclamam igualmente daquelas que, embora previstas, não foram realizadas, como a criação do Parque da Misericórdia, emblemático por se tratar da última área verde da Zona da Leopoldina. Ainda assim, ressaltam que o saneamento básico universal sempre foi sua prioridade absoluta (*disponível em: http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=111:monitoramento-do-pac&Itemid=164&lang=pt*).

Dentre as obras do PAC, destaca-se a mais custosa e também a que trouxe maior visibilidade para o governo e para o território, o Teleférico do Alemão. Este, inspirado num modelo colombiano da cidade de Medellín, foi inaugurado em julho de 2011, contando com um sistema de cabines composto por 152 gôndolas, o qual integra cinco estações do Complexo, quais sejam: Morro do Adeus, Morro da Baiana, Itararé, Morro do Alemão e Fazendinha/Palmeiras, além da estação de trem de Bonsucesso que serve de integração com o sistema ferroviário.





ENTRADA

ENTRADA

CLÍNICA da FAMÍLIA
CAPS

De fato, antes da inauguração do teleférico, o Complexo do Alemão havia sido ocupado por forças de segurança, em novembro de 2010. A tomada do local aconteceu praticamente sem resistência, em ação conjunta das Forças Armadas e das polícias militar, civil e federal, o que não significa que não tivesse acontecido violência. Nas palavras de Lourenço (2011):

Um cinema 3D de última geração também foi inaugurado antes do Natal, na região. A opinião pública foi sensibilizada com a chance de vislumbrar o fim do comércio de drogas nos moldes de violência até então vigentes. O ineditismo desta “vitória” deu um novo ânimo para boa parte da população carioca, que renovou seus créditos de confiança junto à polícia. A opinião pública foi positivamente impactada pelas notícias veiculadas em todos os meios de comunicação. Notícias de teor negativo referentes à ação do Alemão, apesar de existirem, foram poucas e facilmente rebatidas diante dos inúmeros entusiastas da ação.



Fonte: últimosegundo.ig.com.br

Em decorrência do processo da ocupação do território, em abril de 2012 foram instaladas duas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no local, inauguradas em contêineres nas favelas Fazendinha e Nova Brasília, junto às estações do teleférico. Em maio desse mesmo ano, foram instaladas outras duas; uma atendendo os morros do Adeus e da Baiana, outra ao Morro do Alemão e à comunidade da Pedra do Sapo (Morro da Esperança).

O CASARÃO CULTURAL

Em meio a casebres na favela da Fazendinha, em Inhaúma, no Complexo do Alemão, um Casarão antigo se destaca. Segundo o historiador Milton Teixeira ele foi construído no início do século XX. Típico chalé suburbano, provavelmente parte de uma chácara, hoje desmembrada, serviu de residência para a viscondessa de Embaré - Josefina Carvalhais Ferreira - viúva de Antônio Ferreira da Silva, o visconde de Embaré. Esse Casarão é o último resquício do passado no Alemão, onde D. Josefina morreu na primeira década do século XX, com cerca de 80 anos. Mas ainda em vida, doou os bens da família, em Santos (onde o marido havia nascido) e no Rio, para caridade. Hoje o Casarão abriga um Centro Cultural e é motivo de orgulho para moradores do Alemão (*disponível em: <http://riquemoranomar.blogspot.com.br/2010/11/complexo-do-alemao-o-inicio-de-uma.html>*).



Fonte: <http://www.rj.gov.br>

2. BREVE HISTÓRICO

2.1. OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O histórico de ocupação da região que forma o Complexo do Alemão inicia-se na década de 1920, relacionado à exploração imobiliária em fazendas privadas instaladas no local¹. Vale ressaltar, contudo, que ao tratar-se das favelas do Alemão, tem-se em mente que estas são diferentes entre si, cada uma possuindo características próprias que variam do perfil ocupacional às formas de ocupação e organização espacial, inclusive do ponto de vista histórico. Ou seja, trata-se de uma sobreposição de temporalidades no que diz respeito aos respectivos surgimentos. Desse modo, não se deve falar em uma única “história” do Alemão, mas de narrativas sobre o passado de localidades distintas, que, juntas, ajudam a compor a própria história não só do Complexo que representam como da própria cidade do Rio de Janeiro, a qual estão integradas de forma subordinada.

Dados do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN)² demonstram que o núcleo inicial de ocupação do Alemão teria sido a favela de Joaquim de Queiróz, por volta de 1928. Pesquisa coordenada por Rute Imanishi Rodrigues (2013) revela que tal ocupação se deu a partir das propriedades de Joaquim Leandro da Motta e da família Correia da Veiga. O primeiro, em 1913, possuía uma propriedade no local com

¹As informações sobre o histórico do Complexo do Alemão foram retiradas, em sua maior parte, de relatório de pesquisa coordenada por Rute Imanishi Rodrigues, a quem agradece-se pelo acesso ao documento, fundamental para a elaboração desse trabalho.

²Dados disponíveis para consulta em <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/>.



aproximadamente 87 hectares, que contemplava a maior parte do atual Morro do Alemão e a metade da favela Joaquim de Queiroz (idem: 36). Já a fazenda Camarinha, propriedade dos Correia da Veiga, no início do século XX, possuía aproximadamente 70 hectares e já era arrendada. Seu terreno abrange a atual Nova Brasília, a favela do Itararé e cerca de metade da favela Joaquim de Queiróz (entrando pela Avenida Itararé), além da subida do Morro do Alemão (ibidem: 39).

A parte da fazenda Camarinha correspondente à favela Joaquim de Queiroz já era ocupada em 1935. Segundo informações do SABREN, foi arrendada inicialmente para a criação de gado e sendo aos poucos loteada e explorada em termos imobiliários.

Ainda segundo dados do SABREN, outras áreas de ocupação mais antigas do atual Complexo do Alemão são o Morro do Piancó, em 1941, e a favela de Nova Brasília, em 1942. Esta última teria surgido em função da venda de parte da fazenda Camarinha para o antigo Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes, que também continha parte da atual favela do Alemão (idem: 48). Deve igualmente ser mencionada, nesse núcleo inicial do Complexo, a favela do Itararé, datada de 1946, fruto da ocupação às margens da estrada de mesmo nome. Esta, nos anos subsequentes, se expandiu em direção ao Morro do Itararé.

Na realidade, a abertura da Avenida Brasil, em 1946, e a gradual transformação da região em polo industrial fez com que trabalhadores e imigrantes nordestinos fossem cada vez mais atraídos para o local. Frente a esse contexto, o povoamento foi acelerado nas comunidades de Joaquim de Queiróz e Nova Brasília que, nos anos de 1950, viram suas populações aumentarem vertiginosamente.



No início desses anos (de 1950) foram ocupadas as áreas nos Morros da Esperança, dos Mineiros e Relicário. A ocupação se intensificou por volta de 1955, quando parte dos moradores da Favela do Esqueleto, no Maracanã, foi derrubada para a construção da UERJ e transferida para a região em questão.

O Morro do Alemão surgiu como local de moradia também no início dos anos de 1950. Existe o registro de uma série de loteamentos feitos por indústrias que atuaram no local nessa época, como a Marialva, a Kastrup, a Tuffy Habib. Esse Morro recebeu tal denominação por ter sua ocupação iniciada com a vinda do polonês Leonard Kaczmarkiewicz para o Brasil. O imigrante comprou terrenos na Serra da Misericórdia, de Joaquim Leandro da Motta, para loteamento, o que deu origem a favela. O nome é uma referência ao forte sotaque do polonês, que ficou popularmente conhecido como “alemão”. Conforme texto do PAC (2009):

Anos 20 do século passado, período de poucas oportunidades em uma Europa destruída após o fim da Primeira Guerra Mundial. O polonês Leonard Kaczmarkiewicz decide mudar-se para o Brasil. Escolhe o Rio de Janeiro para refazer sua vida e aqui compra uma vasta extensão de terra na Serra da Misericórdia, formação geológica na zona norte da cidade, de vegetação abundante e com muitas nascentes de água límpida. Alto, muito branco e de fala arresada, o polonês ganhou logo o apelido de “alemão” dos moradores da região. Até os anos 40 as terras de Kaczmarkiewicz formavam uma grande fazenda, com cerca de três quilômetros quadrados, limitada pelos bairros de Bonsucesso, Inhaúma, Ramos, Penha e Olaria. Algumas indústrias começaram a se instalar na região, como a Cortume Carioca na Penha, que nos anos 50 chegou a ser a maior indústria de curtição e fabricação de produto de couro das Américas e a segunda do mundo, empregando em torno de 3 000 pessoas. Aos poucos, a área foi desmembrada e vendida em lotes. Os principais compradores eram trabalhadores das indústrias que se instalaram por ali.

De todo modo, a ocupação da encosta do Morro do Alemão já consta no censo de 1920, existindo as seguintes ruas com suas respectivas ocupações, segundo Rodrigues (2013: 42): “Travessa Laurinda com 18 térreos, Rua Conselheiro Ribas com 10 térreos, e Rua Armando Sodré com 11 térreos e 1 sobrado”. Em 1935, a Planta Cadastral da cidade já revelava uma ocupação também no alto do Morro, referente ao “loteamento do Alemão”. A ocupação mais efetiva dessa favela teria ocorrido entre os anos de 1940 e de 1950, intensificando-se a partir desse último (idem: 45-46).

Na parte oeste da região, pode ser feita menção à uma grande propriedade que nos anos de 1920 pertencia à família Campos da Paz e que, no final dessa década, foi vendida para o Instituto Brasileiro de Microbiologia. Em 1938, parte da propriedade foi vendida novamente para a Light que instalou a linha de transmissão da estação Terra Nova, até hoje marco divisório entre as partes leste e oeste do Complexo (idem: 61). Posteriormente, as famílias Carandina e Abdalla teriam o controle do local, no qual se originaria a favela Fazendinha, em 1940.

Os Morros da Baiana e do Adeus também surgiram de propriedades particulares pertencentes às famílias Pacheco Drumond e Joaquim Félix, e Luiz Miranda Montenegro, este último proprietário da área que deu origem ao Morro do Adeus, no final dos anos 1940, vizinho a várias fábricas como Coca-Cola e Tecidos Esperança. O caso do Morro da Baiana é semelhante, sendo a aprovação do seu projeto de loteamento datada de 1944, embora haja indícios de loteamento na área desde os anos de 1920 (ibidem: 66).

Outras ocupações surgiram no Complexo do Alemão nos anos 1970 e 1980, como invasões ou loteamentos. São exemplos o Morro das Palmeiras (1977 – loteamento), Mourão Filho (1979 – ocupação) e Parque Alvorada (1982 – ocupação). Em 1986, este foi transformado em Região Administrativa juntamente com as favelas da Rocinha, Jacarezinho e Maré.

2.2. HISTÓRICO RECENTE RELACIONADO COM A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

A partir da virada da década de 1970 para 1980 e, de forma mais acentuada, no início dos anos de 1990, a temática da violência urbana obteve um outro dimensionamento perante a sociedade carioca. Nesse marco temporal, observa-se o fenômeno em função do qual a imagem associada ao Rio de Janeiro gradativamente deixa de ser a da “cidade maravilhosa” (caracterizada por uma sociabilidade positiva, afabilidade de sua população, inovações culturais e cosmopolitismo) passando a da “cidade partida”³.

Esse panorama teria como outro elemento uma ação mais consolidada de quadrilhas de traficantes de drogas nas favelas, embora se deva chamar atenção para o fato de que, até meados da década de 1970, o jogo do bicho era o principal controlador do mercado de produtos ilegais nessas áreas, tendo o tráfico de drogas passado a constituir um agente de gradativo controle a partir do final dessa década (Misse, 1997).

O início da década de 1990 é marcado por acontecimentos no Rio de Janeiro de grande visibilidade junto à opinião pública: os arrastões na orla da Zona Sul, em 1992, e as chacinas da Candelária⁴ e de Vigário Geral⁵, em 1993, os quais resultaram no que Kant de Lima, Misse e Miranda chamam de “crise de segurança pública do Rio de Janeiro” (1991-1994), caracterizada pela expansão da atuação de quadrilhas de traficantes de drogas e pela sua repercussão perante a sociedade, além do abalo da representação da cidade no imaginário nacional (2000: 57).

³A expressão “cidade partida” popularizou-se a partir do livro homônimo do jornalista Zuenir Ventura (1994) e alude, pelo senso comum, a separação, simbólica e espacial, entre as favelas e o “asfalto” a partir, sobretudo, da violência.

⁴Ocorrida na madrugada de 23 de julho de 1993, nas proximidades da igreja da Candelária, no coração do Centro do Rio, resultou na morte de oito pessoas, seis delas menores de idade, e contou com a participação de policiais militares.

⁵Seu acontecimento se deu em 29 de agosto de 1993, apenas poucos meses após a chacina da Candelária, e resultou na morte de 21 moradores da favela de Vigário Geral.

Ao longo dos anos de 1990 observa-se a associação das favelas à ação do tráfico, com a adoção, em muitas situações, de políticas de segurança pública que privilegiavam confrontos armados, sem atentar para a questão dos direitos dos moradores dessas áreas. Como exemplo, podem ser citadas as “premiações por bravuras” implementadas pelo secretário de segurança do governo estadual de Marcello Alencar (1995-1999), o general Nilton Cerqueira⁶ (Kant de Lima, Misse & Miranda, 2000).

A identificação das favelas com a questão da criminalidade se perpetuará durante a década de 2000, configurando-se como um importante elemento da relação entre essas e a cidade. Propostas que visem à desconstrução desse olhar enviesado e à construção de representações positivas sobre moradores dessas localidades surgirão nesse mesmo período relacionadas, sobretudo, com a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs), que também terão os anos de 1990 como período de consolidação de suas ações nas mesmas (Pandolfi & Grynszpan, 2002).

Com relação ao Complexo do Alemão, foi igualmente afetado por guerras entre facções criminosas pelo controle da venda de drogas. Alguns dos nomes mais famosos do noticiário policial, como Orlando Jogador e Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, atuaram no local.

Em 2002, foi assassinado um importante e premiado jornalista investigativo das Organizações Globo, Tim Lopes. No ano anterior, o jornalista havia feito uma reportagem sobre a venda de drogas na Vila Cruzeiro, que lhe renderam uma série de ameaças. Assim, ao retornar ao local para outra reportagem, teria sido reconhecido e assassinado. Seus restos mortais foram encontrados na favela da Grota. A partir daí foram intensificadas intervenções policiais no território.

No dia 11 de outubro de 2006, ou seja, no apagar das luzes da administração estadual da governadora Rosinha Garotinho (2003-2007), o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (BOPE) ocupou o conjunto de favelas do Alemão até o dia 23 do mesmo mês. Sua saída esteve relacionada à série de denúncias de moradores e organizações da sociedade civil organizada, que se reuniram no dia 20 de outubro e produziram um abaixo-assinado, no qual denunciavam abusos da polícia, entregue ao Ministério Público⁷.

Em fevereiro de 2007, entre os dias 13 e 15, outra ação ostensiva ocorreria na área. Além do BOPE, também participou a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE). Novamente, após

⁶Trata-se de uma premiação em dinheiro criada no início do mandato de Alencar para policiais responsáveis por “atos de bravura”, muitas vezes relacionados aos registros policiais de “resistência com morte do opositor - auto de resistência”. A medida foi amplamente criticada por um grupo de pesquisa ligado ao Instituto de Estudos da Religião (Iser), assim como parte da literatura em ciências sociais sobre o tema. Dados referentes ao número de “opositores mortos” e civis acidentalmente feridos em confrontos resultantes da ação policial subiram, respectivamente, de 155 para 358 e de 48 para 91, entre os anos de 1993 e 1995. Também em 1995, o “índice de letalidade” – número de opositores mortos divididos pelo número de opositores feridos resultantes de confrontos armados em incursões policiais – observado no Rio de Janeiro é de 2,7, menor do que em cidades como Buenos Aires (1,5) e São Paulo (1,9). Esse mesmo índice, no Rio de Janeiro, era de 1,7 entre janeiro e abril de 1995, tendo saltado para 3,5 entre maio de 1995 e julho de 1996, período de implantação da premiação, que ficou conhecida como “gratificação faroeste” (CANO, 1998: 209, 211-212).

⁷O relato das ocupações policiais do Complexo do Alemão que serão abordadas a partir de agora foram integralmente retiradas de CASTRO, 2009.

pressões de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, é emitida uma nota na qual é contestada a ação dos policiais no que diz respeito à garantia de direitos humanos para moradores locais, o que contribuiu para a retirada das forças. No entanto, há uma operação policial no dia 6 de março que resultou em duas pessoas mortas e oito pessoas feridas.

Porém, a situação de tensão se agravaria. Após o assassinato de dois policiais no dia 1º de maio, o Complexo do Alemão seria ocupado por 150 homens. No dia 13 de junho, outra ação seria feita, dessa vez contando com 450 homens, sendo 250 da Força de Segurança Nacional e 200 ligados a 17 batalhões diferentes da Polícia do Rio de Janeiro. O objetivo era impedir a entrada de armas e drogas na região, além de cumprir três mandados de ocupação de residências que seriam utilizadas pelo tráfico. Entre as ocupações de maio e junho, 17 pessoas morreram e outras 59 ficaram feridas em confrontos entre policiais e traficantes.

Tais acontecimentos seriam uma prévia para a ocupação do dia 27 de junho, no qual 1.350 policiais, civis e militares e soldados da Força Nacional de Segurança invadiram o conjunto de favelas do Alemão. Dessa ação, chamada pelas autoridades de “megaoperação”, resultaram 19 mortes oficiais e quatro prisões, além de muitos feridos, num dia de violência sem precedentes na história do Estado e dessas favelas.

Apesar dos acontecimentos supracitados e também por conta deles, a relação do Complexo do Alemão com a questão da violência continuaria pelos anos seguintes, tanto que, muitas vezes, a ele seria aplicado a denominação de “Faixa de Gaza” do Rio de Janeiro, considerado um ponto-chave para o comércio de drogas e armas.

No ano de 2008, por sua vez, a política de segurança pública do Estado sofreria uma mudança com a criação do programa das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Tendo como modelo o policiamento comunitário, a iniciativa baseava-se no discurso de uma “retomada” de espaços dominados pelo tráfico de drogas, pelo Estado. As Unidades pregavam uma nova relação entre a polícia e a comunidade, e atingiram ampla aceitação da sociedade, embora sofressem críticas do movimento social pela ausência de comunicação dialógica entre o governo e moradores.

Desse modo, sobretudo nas últimas décadas, debateu-se a necessidade de se ocupar o Complexo do Alemão não apenas pelo volume das atividades do tráfico no local, mas pelo papel exercido pela região no imaginário coletivo sobre a violência urbana. De fato, em novembro de 2010, houve vários incidentes de violência na cidade, deixando um saldo de 125 incêndios, 34 ônibus destruídos, assim como seis caminhões, 84 veículos e um imóvel⁸. O governo acreditou que tais atos foram uma reação ao programa das UPPs, dois anos após sua implantação, e planejou uma ação cujo significado seria o de não recuar.

⁸<http://extra.globo.com/casos-de-policia/alemao-vila-cruzeiro-200-ataques-em-nove-dias-desencadearam-ocupacao-das-favelas-3289045.html#ixzz1epbi9Lhy>

Assim, como resposta a essa onda de violência deu-se mais uma ocupação do Complexo Alemão no dia 28 de novembro de 2010. Três dias antes, havia sido ocupada a favela da Vila Cruzeiro, na Penha, cujos traficantes fugiram para o Alemão. A ocupação desta área apresentou vieses cinematográficos, mobilizando as polícias militar e civil, além das Forças Armadas. O BOPE comandou a invasão, o que foi fartamente documentado pela mídia. As imagens da fuga de traficantes pela mata rodaram o mundo, chegando a render um prêmio Emmy internacional para o Jornal Nacional, da Rede Globo. Nas palavras de Cardoso (2012):

Ainda está presente na memória dos moradores da cidade do Rio de Janeiro o episódio ocorrido no dia 25 de novembro de 2010, quando indivíduos pertencentes ao grupo que controlava a venda de drogas ilícitas na favela Vila Cruzeiro foram flagrados deslocando-se para o Complexo do Alemão, fugindo de uma operação policial. A cena que capturava o momento da fuga de homens que

Fonte: Zero Hora

anteriormente dominavam aquela localidade foi reproduzida à exaustão pelos órgãos de comunicação. Matérias jornalísticas referiam-se ao acontecimento por meio de afirmações como “O dia que o Brasil começou a vencer o crime” e “O dia em que a esperança venceu o terror”, reforçando dicotomias equivocadas que aludiam a uma batalha do bem contra o mal.

A ocupação policial do Complexo do Alemão durou até o início de 2012, quando foram inauguradas as primeiras UPPs no local. Vale considerar, todavia, que tal ocupação tornou-se necessária muito em função de décadas de abandono por parte do Estado, sempre negligente em conceber e executar políticas públicas estruturantes para esse, que promovessem o desenvolvimento comunitário e a inclusão social e produtiva dos respectivos moradores não raro criminalizados pela situação de pobreza que vivem.



Fonte: noticiasuol.com.br

2.3. O TERRITÓRIO E SUAS DINÂMICAS

Para se pensar o contexto do Complexo do Alemão pode-se caminhar por diversas trilhas, mas devido ao acúmulo coletivo de debates na localidade optou-se pelos eixos da urbanização e participação popular. Isso também porque moradores locais sempre estiveram presentes na construção física e simbólica do território. De fato, processos de urbanização em favelas do Alemão, de uma forma ou de outra, envolveram a participação comunitária, o que não significou que reivindicações específicas tivessem sido atendidas.

Nesse sentido, vale destacar que desde a década de 50/60 do século passado foram realizadas uma série de iniciativas públicas descentralizadas e não estruturantes no território; melhorias muito restritas e pontuais, como a instalação de bicas d'água, pontos de luz e algumas manilhas. Por esse motivo, em muitos dos casos, partiu-se para a autourbanização, como atualmente denominada.



Moradores se reuniam, discutiam prioridades e definiam ações. O calçamento das ruas e a desobstrução das valas eram suas prioridades. Estes se cotizavam e preparavam o mutirão e iam realizando os trabalhos. Assim nasceu nos anos de 1960 a primeira Associação de Moradores do Alemão.

As décadas seguintes foram marcadas por articulações entre moradores e candidatos políticos que 'ajudavam' na realização desses mutirões com materiais de construção, visando o retorno eleitoral do próximo pleito. Nos anos de 1980 tentou-se transformar tais mutirões numa intervenção pública, contemplando obras um pouco mais estruturadas, como a construção de creches, a pavimentação de vias, o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, sendo que agora com a contratação de moradores para realizá-las o que, na maioria dos casos, não evitou o viés clientelista.

No final dos anos de 1980 e nos anos de 1990, a região atravessou acentuada crise socioeconômica, agravada pela forte presença do tráfico no local. Nas palavras do Instituto Raízes em Movimento:



As crises econômicas dos anos 1980, o surgimento de plantas industriais derivadas de novas tecnologias de produção e a abertura de novas áreas industriais (como na Baixada de Jacarepaguá) foram responsáveis diretos pelo esvaziamento econômico da região. O declínio industrial fica evidente quando se circula no entorno das comunidades, revelando um cenário de prédios e galpões fechados, retratos de uma época de prosperidade que se foi. Além disso, nesse período dois processos observados para algumas áreas do Rio de Janeiro foram decisivos para transformar a dinâmica e as representações sociais do Complexo do Alemão. Em primeiro lugar, a ocupação desordenada e precária do solo; em segundo, a guinada do tráfico de drogas no Rio de Janeiro com entrada definitiva da cocaína no mercado das drogas. Esses elementos combinados resultaram na construção de uma área favelizada, em decadência econômica e palco de conflitos constante pelo domínio da venda de drogas no local.

Nesse sentido, nas décadas de 1990 e de 2000 o Complexo do Alemão passou a ser percebido de forma cada vez mais preconceituosa pela população da cidade em geral, como “território do mal”. De fato, a criminalização da pobreza e do território se fizeram presentes a reboque dos frequentes conflitos entre policiais e traficantes.

Nesse contexto, em função da articulação de ONGs externas ao território com o poder público, foram realizadas iniciativas visando à inserção social e produtiva de respectivos moradores. Dentre estas, cita-se o Programa de Aumento de Escolaridade, da Secretaria



Municipal de Trabalho e Renda, executado por tais organizações em parceria com associações de moradores locais (da Pedra do Sapo, do Morro do Itararé e da Grota).

Em contrapartida, nos anos de 1990, no âmbito interno, é criado o CONSA – Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão, reunindo agentes de saúde, associações de moradores, igrejas, organizações sociais, moradores, num trabalho inédito e inovador de pensar a saúde pública de forma coletiva e enquanto qualidade de vida, articulada com ações na área do saneamento básico, da educação, cultura e outras.

Também nesses anos surgem novas organizações no local, como o Verdejar, fundado em 1997, por Luiz Poeta, voltada para questões socioambientais na Serra da Misericórdia incluindo toda a parte ocupada do Complexo do Alemão e seus moradores. Esta ONG, assim como outras do território, fez história.

Articulada com grupos como o próprio CONSA, com a Bicuda Ecológica, Os Verdes, a CEPEL (Centro de Estudos e Pesquisas da Leopoldina), em 1999, o Verdejar realizou o I Seminário Ecológico da Serra da Misericórdia com participação de representantes do poder público e de diversos segmentos da sociedade, o qual resultou na promulgação do Decreto nº. 19.144, de novembro de 2000, criando a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana – APARU da Serra da Misericórdia – uma vitória para o movimento ambientalista local. No ano seguinte, em 2001, tal movimento lançou a Carta Aberta da Serra da Misericórdia, com 27 propostas da sociedade civil para a regulamentação dessa APARU, a qual não foi respondida até a atualidade.

Nesse contexto de forte mobilização comunitária, em 2006 é fundado o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia – CDLSM, integrado por diversas instituições do Complexo do Alemão e outras, visando à construção coletiva de um espaço que promovesse o diálogo com o poder público acerca de políticas a serem implementadas no Complexo do Alemão e no entorno desse, além da promoção de ações conjuntas e do intercâmbio entre os seus participantes.

Tal Comitê passou a acompanhar as primeiras discussões sobre o PAC Favelas em 2007 com a Federação de Favelas do Rio de Janeiro (FAFERJ), Associações de Moradores e o Governo do Estado, com a perspectiva de ampliar o leque de escuta na localidade. No início de 2008 o governo estadual apresenta uma proposta de intervenção urbanística e o processo de participação popular por meio do PTTS – Projeto Técnico do Trabalho Social. A proposta inicial repete o Plano Diretor do Complexo do Alemão de 2003 concebido pela Prefeitura com o argumento que os recursos a serem liberados no início de 2008 seriam do orçamento do Governo Federal de 2007 e posteriormente promoveria mudanças de forma participativa.

Em 2008, o CDLSM participou ativamente do Trabalho Social do PAC no Complexo do



Fonte: www.raizesemovimento.org.br/



Alemão, o qual contemplava duas frentes principais: gestão de impacto e desenvolvimento sustentável. A gestão de impactos dizia respeito a ações de comunicação que acompanhavam o desenvolvimento das obras, numa tentativa de minimizar impactos na rotina de moradores e comerciantes locais. Já o desenvolvimento sustentável previa a construção, de forma participativa, de um plano dessa natureza contemplando o território como um todo.

Considerando o histórico de luta de instituições locais no sentido de influenciar/participar de políticas públicas, a proposta do PAC Social atendia principais anseios dessas, em tese. Nesse sentido o CDLSM se empenhou em contribuir com a gestão de impactos do Programa, nos primeiros 18 meses até o final de 2009, quando se retirou da atividade por perceber que suas expectativas não estavam sendo atendidas.

Na realidade, nesses primeiros meses a gestão de impactos funcionou de maneira satisfatória, até o segundo semestre de 2009, mas logo foi abandonada por estar 'atrasando o andamento das obras'. Durante esse mesmo período foi sendo construído o Plano de Desenvolvimento Sustentável com metas de curto, médio e longo prazo de forma participativa. Foram reuniões nas 12 comunidades com a participação de mais de 900 pessoas no total. Mais de 200 nas reuniões temáticas e mais de 40 na planificação. A prioridade defendida pela comunidade sempre foi o saneamento básico universal com



a consciência que este traduz qualidade de vida em diversas esferas. Toda a proposta construída de forma participativa de intervenção direta no projeto básico de obras não foi considerada e o acompanhamento das mesmas não foi realizado formalmente como havia sido previsto inicialmente.

Organizações que integravam o CDLSM e outras se sentiram contempladas com a iniciativa do PAC Social já que esse Plano foi construído coletivamente, com base na formação de consensos. Todavia, a publicação do mesmo, que seria uma agenda de interlocução da sociedade civil com o poder público, não aconteceu. Ao invés disso foi publicado um relatório resumido que traduz intenções, mas não as ações debatidas, consensuadas e priorizadas, frustrando o conjunto de atores envolvidos. Da mesma forma, a proposta construída de intervenção no projeto básico das obras não foi considerada, tampouco o acompanhamento das mesmas, o que gerou mais frustração.

Tal frustração foi agravada ainda pelo fato do debate acerca de políticas públicas setoriais ter ficado restrito à realização de ações pontuais, desarticuladas, sem a organicidade necessária. Com a limitação de apenas influenciar, sem poder deliberativo, instituições e cidadãos do Complexo do Alemão que acompanhavam/participavam do processo se distanciaram cada vez mais. A partir daí, o CDLSM volta a se tornar um polo de debates e de propostas de exigibilidade de direitos de participação popular.



Em novembro de 2010, quando ocorre a ocupação militar dos Complexos do Alemão e da Penha, muda o cenário político da região de forma decisiva. Nesse momento o CDLSM, que durante o ano de 2010 esteve a margem do processo do PAC, se fortalece. Nas palavras de Oliveira (2011):

Com a reconfiguração do território, o CDLSM começa a se organizar, a ganhar força e visibilidade diante de outras secretarias, instâncias governamentais e institutos de pesquisa. Suas lideranças passam a buscar apoio fora do Complexo vislumbrando a possibilidade de imprimir uma agenda de ações para as comunidades, tendo em vista que aqueles que poderiam “jogar contra”, agora estavam fragilizados pelas circunstâncias e pelas leituras moralizantes da ocupação militar.

Também nesse contexto tal Comitê constrói uma agenda propositiva, a partir do acompanhamento dos problemas apresentados no PAC, sobretudo da falta de políticas públicas estruturantes e intersetoriais para o território. Nas palavras de Alan Brum:

Uma ideia era discutir a educação e pensar na demanda existente. Qual é a oferta que o poder público pode dar, mas não só em prédios e vagas, e sim na qualidade do ensino? Discutir formas de participação na construção do projeto político pedagógico das escolas. Mas, o governo não discute, constrói uma escola de referência para o Ensino Médio e acha que isso resolve o problema da educação. Aí, quando você vai falar que não tem política pública para a educação, dizem que tem sim, que construíram a escola Tim Lopes. Só que não é uma questão de prédio. Prédios nós temos. Há várias escolas aqui que precisam ser reformadas. É preciso pensar a educação como um todo, não apenas a quantidade de prédios. Então, discutir políticas públicas de forma qualitativa é o que a gente espera de um poder público que tem compromisso com a população.

A partir de tal agenda, da falta de diálogo em torno da mesma, o CDLSM divulga uma nota pública que norteia o posicionamento coletivo das instituições participantes, em 30 de novembro de 2010, qual seja:



NOTA PÚBLICA DE INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS ATUANTES NO BAIRRO DO COMPLEXO DO ALEMÃO

PARA ALÉM DA OCUPAÇÃO MILITAR: POR UMA AGENDA SOCIOAMBIENTAL PARA O TERRITÓRIO DA SERRA DA MISERICÓRDIA E OS COMPLEXOS DE COMUNIDADES DO ALEMÃO, DA VILA CRUZEIRO E DA PENHA

Diante dos acontecimentos recentes na Vila Cruzeiro e no Conjunto de Favelas do Alemão - formado por 14 Comunidades e com população estimada em 400 mil pessoas -, que culminaram na ocupação desta área por forças policiais do estado e das Forças Armadas, as Organizações da Sociedade Civil abaixo assinadas, algumas com atuação há mais de 10 anos nesta região, vêm a público propor e requerer dos governos nas esferas Federal, Estadual e Municipal um compromisso efetivo. São necessários investimentos para tirar do papel um conjunto de propostas e projetos de caráter socioambiental, cultural e nas áreas de educação, saúde, mobilidade urbana, saúde ambiental, esportes, assistência social e segurança pública. Lembrando que muitas destas propostas já foram objetos de projetos não concretizados ao longo dos anos, esperamos que a partir de agora possam ser implantadas em benefício da população e da proteção deste território que, historicamente, foi abandonado pelos sucessivos governos e com isso ficou marcado por décadas pelo seu crônico esvaziamento econômico, pela violência, degradação urbana e como área de sacrifício ambiental.

Somos o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, fruto de uma aliança entre diversas organizações locais já mobilizadas em torno da defesa da Serra da Misericórdia, movimento social que conquistou nos anos 90 seu reconhecimento legal como uma Unidade de Conservação da Natureza reconhecida pelo Decreto Municipal Nº 19.144 de 16 de novembro de 2000 - Área de Proteção Ambiental e de Recuperação Urbana - APARU da Serra da Misericórdia. Trata-se, portanto, de um coletivo que agrega, além das instituições do Comitê, moradores das favelas ocupadas militarmente, entidades comunitárias locais bem como ativistas e pesquisadores, todos com longa atuação nesta região e vivência nessas comunidades.

Nosso objetivo é aprofundar o debate com a sociedade, o poder público e a mídia para além da ocupação militar. Para isso, queremos, através de uma AGENDA SOCIOAMBIENTAL PARA O TERRITÓRIO DA SERRA DA MISERICÓRDIA E OS COMPLEXOS DE COMUNIDADES DO ALEMÃO, DA VILA CRUZEIRO E DA PENHA, apresentar ideias, sugestões, projetos e propostas objetivas e viáveis que possam colaborar com o desenvolvimento humano e a melhoria das condições socioeconômicas e sanitárias desta região e dos moradores. Assim, destacamos como prioridades:

1. Reconhecer o quão significativo é a ocupação do estado em áreas que antes eram dominadas por grupos ligados ao varejo de drogas não pode significar uma interpretação equivocada do contexto de violência e ilegalidade da cidade. Resumir a política de segurança pública a esta ocupação militar ou mesmo creditar às ações dos últimos dias uma triunfal “derrubada do tráfico” - o midiático dia “D” - apenas contribui para a criminalização das áreas de favelas e esvaziamento do debate. Essa interpretação pode gerar uma superficial e limitada cortina de fumaça sobre as causas reais que levaram a esta grave situação assim como camuflar as razões históricas que levaram ao abandono deste território e de sua população que vive há décadas em precárias condições de vida, e sem acesso a direitos elementares. Consideramos que para além das manchetes sensacionalistas que buscam induzir a sociedade e, principalmente, os moradores que vivem nas favelas cariocas a crerem que com a ação militar do Alemão o problema estaria superado e que nossa cidade estaria livre do crime de maneira definitiva, é preciso fazer uma análise profunda para comprovar que isto não se sustenta. A ação de combate ao varejo de drogas tem seus méritos, no entanto, não se pode associar toda a violência que assola a cidade apenas ao território das favelas dominadas pelo tráfico. Diversas variáveis interferem nesse contexto, muitas delas de amplo conhecimento da população e das autoridades públicas: corrupção policial, tráfico de armas, narcotráfico internacional, fortalecimento dos grupos milicianos, desigualdades sociais, ausência do Estado em grande parte da cidade, entre outras. É preciso, portanto, ressaltar os avanços presentes nos fatos dos últimos dias sem deixar de apontar as muitas frentes onde ainda precisamos atuar.

Além disso, a cobertura da grande mídia e as ações governamentais que se seguirão devem ter o cuidado de não reforçar estereótipos históricos e preconceitos sociais associados às favelas, já que os moradores dessas áreas são sempre os mais atingidos pela violência. No momento em que o estado se mostra disposto a enfrentar esta realidade é preciso todo esforço para que não se repitam condições históricas que acabam por reforçá-la. Por isso, são inaceitáveis e não podem ser vistos como “mal menor”, certos acontecimentos aos quais estão sujeitos hoje os moradores do Conjunto de Favelas do Alemão, entre os quais destacamos a falta de energia elétrica; o fechamento das escolas; a entrada violenta por parte das forças policiais nas residências; o furto de objetos nestas residências. Esses fatos devem ser profundamente combatidos, prestando contas à sociedade. Por outro lado, apesar dos casos de posturas inadequadas de alguns policiais, é importante destacar que as ações dos últimos dias divergem daquilo que se viu nas últimas duas décadas no que diz respeito à ação policial, ao menos nas favelas do Alemão. É notável que a inteligência foi privilegiada em detrimento da repressão desmedida. Se há relatos de abusos, muitos são também os relatos que reconhecem uma postura por parte dos policiais da maneira que se espera deles: com respeito aos direitos dos cidadãos. Não cabe elogiar aquilo que, na verdade, é a conduta correta das forças que representam o estado, mas é forçoso destacá-la uma vez que historicamente não foi esta a realidade experimentada pela comunidade.

2. Esta ação aponta para uma profunda transformação no cotidiano das favelas do Alemão, por isso, este coletivo avalia ser necessário aliar uma ampla diversidade de atores sociais para que ela possa se consolidar. A atuação conjunta entre as várias forças estatais (tanto no campo da segurança quanto no campo social), somada à participação dos moradores e das organizações locais que há anos lutam pela melhoria das condições de vida da região podem fortalecer este processo, dando-lhe transparência e legitimidade. Esta é precisamente a razão pela qual as instituições que assinam esta nota buscam agregar outros atores locais e estabelecer um diálogo amplo e duradouro com o poder público.

Para isso, propomos a construção coletiva de uma Agenda Propositiva para o Conjunto de Favelas do Alemão. As instituições que já se envolveram neste debate têm buscado contribuir nos campos nos quais já acumulam ampla experiência, principalmente com propostas de projetos nas áreas da cultura, meio-ambiente, educação e esporte. Destaca-se a longa vivência destas instituições nas diversas comunidades do Complexo do Alemão, onde há anos desenvolvem projetos socioambientais, educativos e culturais em geral sem qualquer apoio dos governos ou da iniciativa privada. Da mesma forma, é necessária e deve ser urgente, por parte do poder público, a abertura de canais para o diálogo com as entidades comunitárias locais, bem como de participação no processo que envolve a Agenda. (Disponível em <http://comitedaserra.blogspot.com.br/2010/11/nota-publica-de-instituicoes.html>).

Durante os anos de 2011 e 2012, o CDLSM teve momentos de avanço e de recuo na sua mobilização. Já em 2013, organizações que fazem parte desse Comitê e outras voltaram a se reunir num movimento denominado “Pensa Alemão”, retomando a proposta de discutir coletivamente questões relacionadas com o desenvolvimento do território. Em paralelo, estas estão se mobilizando e se organizando para denunciar irregularidades e reivindicar ações efetivas do poder público com relação ao saneamento básico universal, sua prioridade, e outras prometidas e não cumpridas. Com a volta do PAC para o Alemão pretendem colocar estas questões na pauta de discussões imediatas (ver: <https://www.facebook.com/PensaAlemao>).

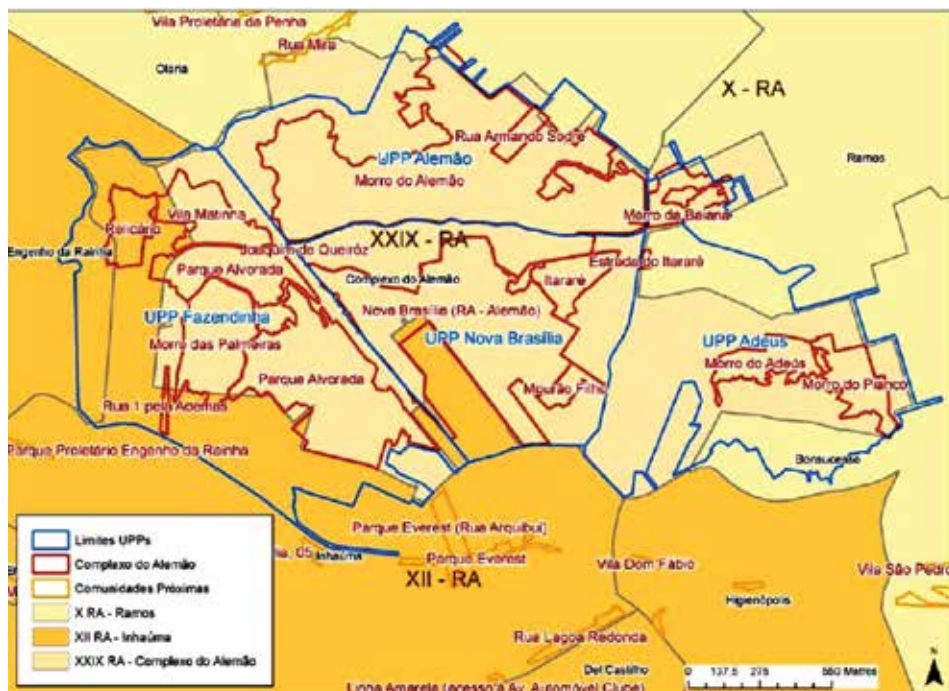


3. DADOS QUANTITATIVOS

Observação inicial: os dados apresentados a seguir foram elaborados pelo Instituto Pereira Passos (IPP) tendo como referência o Censo do IBGE de 2010.

3.1. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO GERAL

Mapa 1 – Limite das UPPs do Complexo do Alemão, das comunidades que as compõem e das Regiões Administrativas – 2011



Fonte: SABREN/IPP,2011, ISP 2011

Há quatro UPPs no Complexo do Alemão: Fazendinha, Nova Brasília, Adeus / Baiana e Alemão. Em sua totalidade, o Complexo do Alemão é formado por 15 comunidades: Estrada do Itararé, Itararé, Joaquim de Queiroz, Morro da Baiana, Morro das Palmeiras, Morro do Adeus, Morro do Alemão, Rua Armando Sodré, Morro do Piancó, Mourão Filho, Nova Brasília, Parque Alvorada, Rua 1 pela Ademas, Vila Marinha e Relicário. A UPP Fazendinha é formada pelas comunidades do Parque Alvorada, Morro das Palmeiras, Rua 1 pela Ademas, Vila Marinha e Relicário; a UPP da Nova Brasília é composta pelas comunidades da Nova Brasília, Joaquim de Queiroz, Mourão Filho e Itararé; a UPP Adeus/Baiana pelas comunidades do Morro do Adeus, Morro do Piancó, Morro da Baiana e Estrada do Itararé; e do Alemão pelo Morro do Alemão e Rua Armando Sodré.

A tabela 1 mostra a localização das comunidades na Área de Planejamento 3, predominantemente na Região Administrativa 29 - Alemão. Entretanto, a comunidade Relicário, localizada no extremo noroeste do Complexo, se encontra na Região Administrativa adjacente de Inhaúma (R.A. 12) (ver mapa 1). Os perímetros das quatro UPPs estão localizados, portanto, tanto no bairro do Alemão (único bairro da R.A.) quanto no bairro de Inhaúma. As comunidades integrantes de cada uma das quatro UPPs do Complexo também constam na tabela.

Cabe assinalar que a R.A. do Alemão não é composta apenas por áreas informais. Observa-se no mapa 1 que há também uma área significativa pertencente ao tecido formal da cidade (área não circunscrita por linha vermelha no mapa), principalmente entre as comunidades de Nova Brasília, Mourão Filho e Itararé a oeste, e o Morro do Adeus a leste. A área formal do bairro do Alemão não foi, porém, contemplada neste guia, já que o foco está apenas nas comunidades do Complexo do Alemão.

Tabela 1 – A.P., R.A, Bairros, Nome do Complexo e Nome do Território da UPP segundo as comunidades localizadas no Complexo do Alemão – 2011

Área de planejamento	Região administrativa	Bairros	Nome do Complexo	Territórios das Unidades de Polícia Pacificadoras	Comunidades
3	XXIX - Alemão	Alemão	Complexo do Alemão	Adeus / Baiana	Estrada do Itararé
					Morro da Baiana
					Morro do Adeus
					Morro do Piancó
				Alemão	Morro do Alemão
					Rua Armando Sodré
				Nova Brasília	Joaquim de Queiróz
					Itararé
					Mourão Filho
	Fazendinha	Nova Brasília (RA - Alemão)			
Morro das Palmeiras					
Parque Ahorada					
Rua 1 pela Ademas					
Vila Matinha					
XII - Inhaúma	Inhaúma			Relicário	

Fonte: dados preliminares do Censo Demográfico IBGE 2010

É de se notar que a maioria das comunidades do Complexo do Alemão se encontra em uma Área de Especial Interesse Social, instituída por uma única lei de 2006. Entretanto, cinco comunidades não estão dentro da área de abrangência da AEIS: as quatro comunidades localizadas na UPP Adeus/Baiana (Morro da Baiana, Estrada do Itararé, Morro do Adeus e do Morro do Piancó), assim como a Rua 1 pela Ademas (localizada na UPP Fazendinha).

3.2. ÁREA DEMOGRÁFICA E ÁREA OCUPADA¹

A tabela 2 apresenta as informações de população, domicílios, média de habitantes por domicílio, área total e densidade demográfica das comunidades e do total delas, assim como do município do Rio de Janeiro, para fins de comparação. O Gráfico 1 ilustra a diferença populacional entre as comunidades. O gráfico 2 ilustra o total e a proporção da população residente dos quatro territórios com UPPs localizadas no Complexo do Alemão.

Cabe ressaltar que o Morro do Alemão não é a maior comunidade do complexo em termos de população, apesar de ser a comunidade mais extensa em área. Nova Brasília é a comunidade mais populosa, com 18.752 pessoas, o que corresponde a 31% da população das comunidades do Complexo. Aproximadamente 24% da população reside no Morro do Alemão. Considerando o complexo como um todo, verifica-se que a população está concentrada nas quatro comunidades mais populosas: Nova Brasília, Morro do Alemão, Parque Alvorada e Joaquim de Queiroz (ver gráfico 1). Juntas representam 81% do total, ocupando 75% da área das comunidades do complexo.

Outro ponto a ser notado na tabela 2 é a diferença de densidade entre as comunidades. Há uma densidade relativamente menor nas comunidades localizadas a oeste (Parque Alvorada, Morro das Palmeiras, Vila Matinha, Relicário e Rua 1 pela Ademas), ou seja, em todas as comunidades que compõe o território da UPP Fazendinha, não excedendo 280 hab/ha. Outras duas comunidades menos densas são as localizadas a leste do Complexo: do Morro do Adeus e Morro do Piancó. Comparativamente, as comunidades mais ao centro têm uma densidade relativa muito mais alta, principalmente em Mourão Filho, com aproximadamente 740 habitantes por hectare. No geral, as densidades demográficas do território da UPP Nova Brasília e da UPP Alemão são consideravelmente maiores do que das outras duas UPPs do Complexo.

Sublinha-se, porém, o fato que essa diferença de densidade demográfica entre as comunidades não se refere ao adensamento interno aos domicílios. De fato, se observarmos a média de habitantes por domicílio, é de se verificar que ela é significativamente maior, por exemplo, no Parque Alvorada (3,36) do que na comunidade da Nova Brasília (3,22), o que indica um maior adensamento populacional dentro dos domicílios, mas uma maior dispersão populacional pela área total, na primeira comunidade se comparado à última.

¹Não houve compatibilidade entre o desenho dos setores censitários do IBGE com as comunidades cadastradas pelo IPP, como Estrada do Itararé e Rua 1 pela Ademas, pois O IBGE não considera essas comunidades como aglomerados subnormais. Não há, portanto, informações censitárias específicas para essas comunidades. Não houve compatibilidade também entre os desenhos das comunidades do Morro do Alemão e da Rua Armando Sodré. Os dados apresentados encontram-se agregados para as duas comunidades.

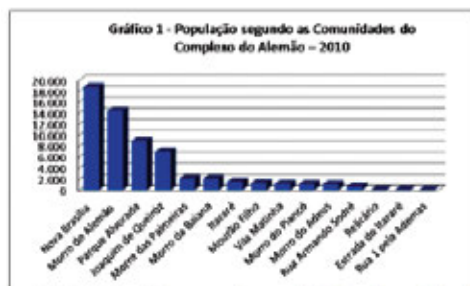
Tabela 2 – População, Domicílios, Habitante por Domicílio, Área e Densidade Demográfica segundo as comunidades do Complexo do Alemão e Município do Rio de Janeiro

Comunidades	População ⁽¹⁾	Domicílios ⁽²⁾	Habitantes por Domicílio	Área (m ²) ⁽³⁾	Densidade demográfica (hab/ha)
Estrada do Itararé	75	22	3,41	2.370	316,5
Itararé	1.568	508	3,10	43.759	358,3
Joaquim de Queiróz	7.004	2.097	3,34	157.628	444,3
Morro da Baiana	2.086	670	3,11	40.026	521,2
Morro das Palmeiras	2.138	688	3,11	105.361	202,9
Morro do Adeus	1.102	369	2,99	49.152	224,2
Morro do Alemão	14.418	4.227	3,41	514.191	280,4
Rua Armando Sodré	676	197	3,43	17.373	389,1
Morro do Piancó	1.166	348	3,35	48.354	241,1
Mourão Filho	1.337	446	3,00	18.082	739,4
Nova Brasília (RA - Alemão)	18.752	5.817	3,22	333.842	561,7
Parque Alvorada	8.917	2.652	3,36	322.107	276,8
Relicário	83	25	3,32	44.393	18,7
Rua 1 pela Ademas	40	16	2,50	4.857	82,4
Vila Matinha	1.221	362	3,37	60.137	176,6
Total	60.583	18.442	3,29	1.770.631	342,2
Rio de Janeiro ⁽³⁾	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.463	110,7

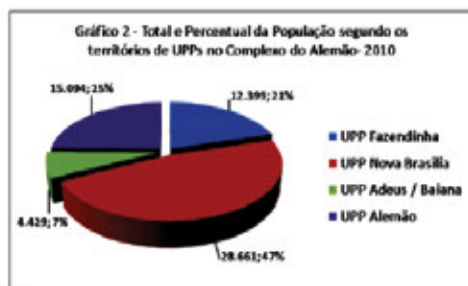
Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2011)

(3) Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)



Fonte: Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)



A distribuição da população segundo o sexo é destacada na tabela 3. As informações para as R.As adjacentes às UPPs e para o Rio de Janeiro também estão expostas na tabela para fins de comparação. A porcentagem de mulheres é um pouco maior do que a de homens, seguindo o padrão da cidade do Rio de Janeiro, exceto no Morro do Piancó. Observa-se, entretanto, que a razão entre os sexos é significativamente maior nas comunidades do que nas R.As adjacentes. A razão de sexos indica quantos homens há numa determinada área para cada 100 mulheres. Ou seja, na R.A. de Inhaúma e de Ramos encontram-se aproximadamente 86 homens para cada 100 mulheres, enquanto esta relação nas comunidades é de mais de 97 pra 100.

Tabela 3 – Sexo e Razão de Sexos segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R.A. Inhaúma, R.A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Homens		Mulheres		Total		Razão de Sexos (H/M) x 100
		%		%			
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-	-
Itararé	911	48,61%	963	51,39%	1.874	100%	94,60
Joaquim de Queiróz	4.023	49,31%	4.136	50,69%	8.159	100%	97,27
Morro da Baiana	1.016	48,71%	1.070	51,29%	2.086	100%	94,95
Morro das Palmeiras	1.296	49,11%	1.343	50,89%	2.639	100%	96,50
Morro do Adeus	267	48,02%	289	51,98%	556	100%	92,39
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	7.455	49,52%	7.601	50,48%	15.056	100%	98,08
Morro do Piancó	589	50,51%	577	49,49%	1.166	100%	102,08
Mourão Filho	620	46,37%	717	53,63%	1.337	100%	86,47
Nová Brasília (RA - Alemão)	8.022	49,56%	8.163	50,44%	16.185	100%	98,27
Parque Alvorada	3.961	48,58%	4.193	51,42%	8.154	100%	94,47
Relicário	54	45,76%	64	54,24%	118	100%	84,38
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	563	51,18%	537	48,82%	1.100	100%	104,84
Total	28.777	49,25%	29.663	50,75%	58.430	100%	97,05
R.A. Inhaúma	46,12%		53,88%		100%		85,59
R.A. Ramos	46,45%		53,55%		100%		86,75
Rio de Janeiro	46,83%		53,17%		100%		88,07

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

A tabela 4 apresenta as informações referentes aos grupos etários, divididos entre crianças (0 a 14 anos), jovens (15 a 29 anos), adultos (30 a 64 anos) e idosos (65 anos ou mais). Destaca-se nela a diferença proporcional de crianças entre as comunidades – principalmente entre as comunidades do Morro do Adeus, Morro do Alemão e Morro do Piancó, compostas em 30%, 29% e 29% por crianças, e da Vila Matinha, onde essa proporção é de 20%. Outro dado

Tabela 4 – Toatal e Percetual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R.A. Inhaúma, R.A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Faixa Etária								Total	
	0 a 14		15 a 29		30 a 64		65+			
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%		
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Itararé	440	23%	547	29%	783	42%	104	6%	1.874	100%
Joaquim de Queiróz	2.258	28%	2.444	30%	3.120	36%	337	4%	8.159	100%
Morro da Baiana	485	23%	526	25%	967	47%	86	4%	2.086	100%
Morro das Palmeiras	682	26%	761	29%	1.096	42%	96	4%	2.639	100%
Morro do Adeus	166	30%	148	27%	215	39%	27	5%	556	100%
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	4.297	29%	4.238	28%	5.755	38%	766	5%	15.056	100%
Morro do Piancó	337	29%	341	29%	435	37%	53	5%	1.166	100%
Mourão Filho	326	24%	390	29%	560	42%	61	5%	1.337	100%
Nová Brasília (RA - Alemão)	4.207	26%	4.429	27%	6.721	42%	828	5%	16.185	100%
Parque Alvorada	2.264	28%	2.476	30%	3.210	39%	204	3%	8.154	100%
Relicário	26	22%	29	25%	53	45%	10	8%	118	100%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Vila Matinha	222	20%	335	30%	516	47%	25	2%	1.100	100%
Total	15.710	27%	16.664	29%	23.455	40%	2.601	4%	58.430	100%
R.A. Inhaúma	19,0%		23,4%		43,9%		11,0%		100%	
R.A. Ramos	19,8%		23,3%		43,8%		11,1%		100%	
Rio de Janeiro	19,4%		24,1%		46,1%		10,4%		100%	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

a ser observado é a diferença proporcional de crianças entre o total das comunidades (27%) e a R.A. de Ramos e de Inhaúma (20%), assim como a diferença proporcional do número de idosos entre esses dois espaços (apenas 4% nas comunidades contra 11% das R.As onde elas se localizam). De fato, a grande dessemelhança na composição etária fica evidente quando as faixas de crianças e de jovens (0 a 14 e 15 a 29 anos) são retratadas em conjunto: enquanto nas comunidades das UPPs elas representam aproximadamente 56% da população local, tanto em Ramos quanto em Inhaúma essa taxa é de apenas 43%.

3.3. SERVIÇOS URBANOS E CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO

Enquanto na comunidade do Morro do Adeus a proporção de domicílios próprios dos moradores ultrapassa a taxa de 90% e no Relicário chega a 97%, a mesma é igual ou inferior a 75% tanto no Parque Alvorada, quanto em Mourão Filho. Esta proporção é, aliás, mais próximo da média de 70% a 75% das Regiões Administrativas adjacentes e do Município do Rio de Janeiro como um todo. Inversamente, estas duas comunidades têm uma taxa de domicílios alugados bastante acima da média de 17% do Complexo do Alemão.

SANEAMENTO BÁSICO (ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO)

A proporção de domicílios ligados à rede geral de água não é, na maioria das vezes, homogênea dentro de uma comunidade. Dados apontam para uma significativa carência na parte alta do próprio Morro do Alemão. Os dados de cobertura da infraestrutura de esgotamento sanitário das comunidades do Complexo do Alemão apontam, no geral, para uma deficiência maior do que a encontrada no abastecimento de água, principalmente dentro de algumas delas.

LIXO

Os dados censitários relativos à existência ou não de coleta de lixo indicam que a cobertura deste serviço é bastante heterogênea entre as comunidades das UPPs, apontando para deficiências específicas em algumas comunidades. Considerou-se para classificar como cobertura adequada, aqueles domicílios cuja coleta é realizada.

A maior proporção de coleta de lixo inadequada está na comunidade Joaquim de Queiroz, assim como ressaltado em relação ao acesso a esgotamento sanitário. Fora a carência específica desta comunidade, observa-se também um déficit considerável no Complexo do Alemão como um todo.

ENERGIA ELÉTRICA

As informações apresentadas na tabela 5 referem-se, primeiramente, à existência ou não de energia elétrica no domicílio, segundo, se a fonte de energia é a companhia distribuidora (Light na cidade do Rio de Janeiro) ou se a origem é outra- o IBGE considera “outras fontes” como sendo as fontes de energia solar, eólicas e gerador. No entanto, na prática, sabe-se que essa opção (“outras fontes”) significa que a energia é proveniente de companhia distribuidora, mas que não é computada pela agência fornecedora. A tabela mostra ainda, se os domicílios conectados à rede de energia da Light possuem relógio ou medidor para registro de consumo. Vale ressaltar que a existência de relógio instalado não implica necessariamente em registro do consumo de energia elétrica exclusiva do domicílio. Esta informação aponta, entretanto, para a condição básica para um serviço de qualidade. Para que se tenha um quadro mais preciso sobre a formalização e a qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, seria necessário, contudo, outras fontes de informações.

Interno ao território das UPPs, nota-se que três das quatro comunidades com maior número absoluto de domicílios no Complexo (Parque Alvorada, Joaquim de Queiroz e Morro do Alemão) possuem uma taxa abaixo da média deste, principalmente no Parque Alvorada. Em contrapartida, destaca-se a alta proporção relativa de domicílios com relógio no Morro da Baiana. As informações por setores censitários estão apresentadas de forma especializada no mapa 5, onde pode-se observar taxas abaixo de 30% também em diversas áreas do Complexo, principalmente em setores das quatro maiores comunidades.

Tabela 5 – Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Existência, Tipo de Fonte e Presença de Medidor de Energia Elétrica segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R. A. Inhaúma, R. A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Energia Elétrica									
	Com Energia de Companhia Distribuidora				Com Energia de Outras Fontes		Sem Energia		Total	
	Com Medidor		Sem Medidor							
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itararé	378	63,6%	186	31,3%	30	5,1%	0	0,0%	594	100%
Joaquim de Queiroz	1.026	42,0%	972	39,8%	444	18,2%	0	0,0%	2.442	100%
Morro da Baiana	537	80,3%	132	19,7%	0	0,0%	0	0,0%	669	100%
Morro das Palmeiras	964	66,8%	279	33,1%	0	0,0%	1	0,1%	844	100%
Morro do Adeus	106	60,2%	65	36,9%	5	2,8%	0	0,0%	176	100%
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	2.274	52,6%	1.513	35,0%	533	12,3%	1	0,0%	4.321	100%
Morro do Planço	201	58,4%	102	29,7%	40	11,6%	1	0,3%	344	100%
Mourão Filho	259	67,5%	123	27,8%	21	4,7%	0	0,0%	443	100%
Nova Brasília (RA - Alemão)	3.177	64,1%	1.352	27,3%	424	8,6%	1	0,0%	4.954	100%
Parque Alvorada	781	32,6%	1.603	67,0%	7	0,3%	3	0,1%	2.394	100%
Relicário	25	73,5%	0	0,0%	9	26,5%	0	0,0%	34	100%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	161	50,3%	158	49,4%	1	0,3%	0	0,0%	320	100%
Total	9.529	54,3%	6.485	37,0%	1.514	8,6%	7	0,0%	17.535	100%
R.A. Inhaúma	91,2%		3,6%		2,1%		0,0%		100%	
R.A. Ramos	86,9%		8,0%		4,1%		0,0%		100%	
Rio de Janeiro	92,6%		6,0%		1,4%		0,0%		100%	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

Os dados de educação do Censo Demográfico do IBGE 2010 referem-se à taxa de alfabetização de pessoas com 5 ou mais anos de idade. Os dados não revelam a cobertura do ensino na área analisada, ou seja, não é possível inferir o número de crianças que frequentam a escola, portanto, se a demanda está sendo atendida. No entanto, eles sinalizam dois aspectos importantes: a quantidade de crianças alfabetizadas e a quantidade de crianças que não são alfabetizadas, mas deveriam ser.

ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS DE 8 E 9 ANOS DE IDADE

A tabela 6 mostra, sobretudo, a existência de 111 crianças de 8 a 9 anos que indicaram não saber ler nem escrever no Morro do Alemão e na Rua Armando Sodré, o que representa quase 20% do total de 576 crianças destas duas comunidades nesta faixa. Vale lembrar que nesta faixa etária as crianças deveriam estar cursando entre o 2  e o 4  ano e, portanto, já deveriam estar alfabetizadas há pelo menos dois anos. Mais especificamente,   relevante apontar para o fato que estas 111 crianças correspondem a quase 40% do total de 283 não alfabetizadas do Complexo, apesar das crianças que residem no do Morro do Alemão e na Rua Armando Sodré representaram apenas 25% do total delas nos quatro territórios de UPP considerados conjuntamente (576 crianças de um total de 2.123). Isto indica uma concentra o espacial da taxa de analfabetismo dentro dos territórios nestas comunidades. Em contrapartida, destaca-se positivamente a baixa propor o relativa de crianças analfabetas na Vila Matinha.

Tabela 6 – Total e Percentual de Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 8 a 9 anos segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R. A. Inhaúma, R. A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Crianças de 8 a 9 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	H	M	H	M	H	M
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-
Itararé	21	19	2	3	23	22
Joaquim de Queiróz	115	127	20	22	135	149
Morro da Baiana	24	27	5	5	29	32
Morro das Palmeiras	43	42	6	3	49	45
Morro do Adeus	11	12	1	1	12	13
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	234	231	64	47	298	278
Morro do Piancó	21	14	2	1	23	15
Mourão Filho	14	21	3	2	17	23
Nova Brasília (RA - Alemão)	300	277	39	22	339	299
Parque Alvorada	120	144	18	15	138	159
Relicário	1	1	0	1	1	2
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	9	12	1	0	10	12
Total	913	927	161	122	1.074	1.049
	1.840		283		2.123	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

Fonte: dados preliminares do Censo Demográfico IBGE 2010

A tabela 7 mostra o número absoluto de crianças do sexo masculino e feminino não-alfabetizadas nesta faixa. Em 2.123 crianças no Complexo, nota-se que a carência atinge muito mais os meninos do que as meninas: das 283 crianças encontradas, 57% são homens e 43% mulheres. Para ilustrar melhor esta diferença entre os sexos, enquanto se tem uma proporção de meninos não-alfabetizados de 15% (161 de 1.074 crianças do sexo masculino), a mesma é para as meninas de 11% (122 de 1.049 crianças do sexo feminino). Essa diferença fica mais evidente se tomarmos as duas comunidades mais significativas do Complexo em termos populacionais: tanto no Morro do Alemão (e Rua Armando Sodré) quanto em Nova Brasília há consideravelmente mais homens analfabetos do que mulheres.

Tabela 7 - Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 8 a 9 anos por Sexo segundo as Comunidades do Complexo do Alemão - 2010

Comunidades	Crianças de 8 a 9 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	H	M	H	M	H	M
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-
Itararé	21	19	2	3	23	22
Joaquim de Queiróz	115	127	20	22	135	149
Morro da Baiana	24	27	5	5	29	32
Morro das Palmeiras	43	42	6	3	49	45
Morro do Adeus	11	12	1	1	12	13
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	234	231	64	47	298	278
Morro do Piancó	21	14	2	1	23	15
Mourão Filho	14	21	3	2	17	23
Nova Brasília (RA - Alemão)	300	277	39	22	339	299
Parque Alvorada	120	144	18	15	138	159
Relicário	1	1	0	1	1	2
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	9	12	1	0	10	12
Total	913	927	161	122	1.074	1.049
	1.840		283		2.123	

Fonte: dados preliminares do Censo Demográfico IBGE 2010

ANALFABETISMO ENTRE CRIANÇAS DE 10 E 14 ANOS DE IDADE

As tabelas 8 e 9 mostram as informações censitárias de educação entre crianças e adolescentes de 10 a 14 anos de idade que, idealmente, deveriam estar cursando entre o 5º e o 9º ano do ensino fundamental. São 205 as crianças encontradas que não sabiam ler nem escrever de um universo total de 5.767. Isto representa uma taxa de analfabetismo de 3,6%, ainda consideravelmente acima da taxa da cidade. É relevante ressaltar também que das 205 crianças analfabetas no Complexo do Alemão neste recorte etário, mais de 50% reside ou na comunidade Joaquim de Queiroz (40 pessoas) ou no Morro do Alemão e Rua Armando Sodré (65). Das quatro comunidades mais populosas do complexo, verifica-se que a taxa de analfabetismo nesta faixa é menor na Nova

Brasília e no Parque Alvorada (ambas com um pouco mais de 3%) do que duas comunidades mencionadas acima (5% e 4,1%, respectivamente).

Tal como entre crianças de 8 a 9 anos (tabela 7), verifica-se na tabela 16 que o número de pessoas analfabetas é significativamente diferente entre os sexos também na faixa de 10 a 14 anos de idade. Do total de 205 pessoas não-alfabetizadas nas comunidades do Complexo do Alemão, há um número relativo maior de analfabetos do sexo masculino do que do sexo feminino: 124 são homens e 81 mulheres. Isto representa uma proporção de aproximadamente 60% a 40%, respectivamente. Essa diferença é ainda maior no Morro do Alemão e na Rua Armando Sodré. Nestas comunidades, 42 homens não-alfabetizados correspondem à 5,4% dos homens nesta faixa, enquanto esta percentagem é consideravelmente menor para as mulheres (2,9%)

Tabela 8 – Total e Percentual de Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 10 a 14 anos segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R. A. Inhaúma, R. A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Crianças de 10 a 14 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-
Itararé	159	99,4%	1	0,6%	160	100%
Joaquim de Queiróz	758	95,0%	40	5,0%	798	100%
Morro da Baiana	184	95,8%	8	4,2%	192	100%
Morro das Palmeiras	241	97,2%	7	2,8%	248	100%
Morro do Adeus	54	94,7%	3	5,3%	57	100%
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	1.513	95,9%	65	4,1%	1.578	100%
Morro do Piancó	126	99,2%	1	0,8%	127	100%
Mourão Filho	131	100,0%	0	0,0%	131	100%
Nova Brasília (RA - Alemão)	1485	96,8%	49	3,2%	1.534	100%
Parque Alvorada	791	96,6%	28	3,4%	819	100%
Relicário	8	100,0%	0	0,0%	8	100%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	112	97,4%	3	2,6%	115	100%
Total	5.562	96,4%	205	3,6%	5.767	100%
R.A. Inhaúma	98,5%		1,5%		100%	
R.A. Ramos	97,8%		2,2%		100%	
Rio de Janeiro	98,0%		2,0%		100%	

Fonte: dados preliminares do Censo Demográfico IBGE 2010

Tabela 9 – Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas de 10 a 14 anos por Sexo segundo as Comunidades do Complexo do Alemão - 2010

Comunidades	Crianças de 10 a 14 anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	H	M	H	M	H	M
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-
Itararé	76	83	0	1	76	84
Joaquim de Queiróz	377	381	22	18	399	399
Morro da Baiana	92	92	5	3	97	95
Morro das Palmeiras	118	123	6	1	124	124
Morro do Adeus	25	29	2	1	27	30
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	733	780	42	23	775	803
Morro do Piancó	64	62	1	-	65	62
Mourão Filho	76	55	0	-	76	55
Nova Brasília (RA - Alemão)	718	767	29	20	747	787
Parque Alvorada	404	387	15	13	419	400
Relicário	6	2	0	-	6	2
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	60	52	2	1	62	53
Total	2.749	2.813	124	81	2.873	2.894
	5.562		205		5.767	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

ANALFABETISMO ENTRE PESSOAS COM 15 ANOS OU MAIS DE IDADE

O último recorte etário utilizado para a análise dos déficits educacionais na UPP concerne à população com 15 anos ou mais de idade. Trata-se de uma informação extremamente relevante por ser um indicador de desenvolvimento social importante para analistas e gestores públicos, pois indica um alto grau de vulnerabilidade social. A tabela 10 expõe os dados de alfabetização relativos às pessoas desta faixa. Enquanto para este recorte etário a média da cidade não excede 3%, nota-se que na comunidade Joaquim de Queiroz, esta é de mais de 10%. Esta proporção é, de fato, consideravelmente maior do que a média geral de 7,7% das comunidades do Complexo do Alemão. Outro dado a ser destacado é a dissimilaridade entre as comunidades do Morro do Alemão e de Nova Brasília: enquanto no primeiro há quase mil pessoas maiores de 15 anos que foram identificadas como sendo não-alfabetizadas de um total de 10,759 (representando 9,3% do total), em Nova Brasília são 870 de um universo de quase 12 mil (ou seja, 7,3% do total). Por outro lado, é de se destacar a alta taxa de pessoas alfabetizadas na Vila Matinha: 98,2%. Nesta comunidade, a proporção de pessoas que sabem ler e escrever é maior do que a média da cidade e das Regiões Administrativas adjacentes ao Complexo do Alemão.

Tabela 10 – Total e Percentual de Pessoas Alfabetizadas e Não Alfabetizadas com 15 anos ou mais de idade segundo as Comunidades do Complexo do Alemão, R. A. Inhaúma, R. A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidades	Pessoas com 15 ou mais anos					
	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-
Itararé	1.303	90,9%	131	9,1%	1.434	100%
Joaquim de Queiróz	5.306	89,9%	595	10,1%	5.901	100%
Morro da Baiana	1.483	92,6%	118	7,4%	1.601	100%
Morro das Palmeiras	1.875	95,8%	82	4,2%	1.957	100%
Morro do Adeus	356	91,3%	34	8,7%	390	100%
Morro do Alemão e Rua Armando Sodré	9.762	90,7%	997	9,3%	10.759	100%
Morro do Piencó	773	93,2%	56	6,8%	829	100%
Mourão Filho	977	96,6%	34	3,4%	1.011	100%
Nova Brasília (RA - Alemão)	11.108	92,7%	870	7,3%	11.978	100%
Parque Alvorada	5.559	94,4%	331	5,6%	5.890	100%
Relicário	87	94,6%	5	5,4%	92	100%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	862	98,2%	16	1,8%	878	100%
Total	39.451	92,3%	3.269	7,7%	42.720	100%
R.A. Inhaúma	97,6%		2,4%		100%	
R.A. Ramos	96,9%		3,1%		100%	
Rio de Janeiro	97,1%		2,9%		100%	

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

RENDA²

RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES

Os dados referentes ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares agregam informações importantes sobre as condições de vida e o grau de vulnerabilidade em que vivem as pessoas. Dessa forma, estes dados são capazes de auxiliar na construção de um panorama mais completo sobre os territórios.

A tabela 11 traz informações apresentadas pelo Censo 2010 sobre o rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios particulares de acordo com as seguintes faixas de renda, tal como no diagnóstico apresentado sobre o Complexo do Jacarezinho.

No que diz respeito à linha de indigência e à linha de pobreza, valem também as observações feitas com relação ao Complexo do Jacarezinho.

² Nas tabelas abaixo, os dados do censo relativos às pessoas sem rendimento encontram-se agregados aos dados referentes às pessoas que não declararam renda.

Tabela 11 – Total e Percentual de Domicílios Particulares por Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capta segundo as comuninades na UPP Complexo do Alemão, R. A., Inhaúma, R.A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidade	Até 1/8 SM		Mais de 1/8 a 1/4 SM		Mais de 1/4 a 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 SM		Sem Rendimento ou Sem	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itararé	4	0,7%	25	4,2%	130	21,9%	206	34,7%	149	25,1%	37	6,2%	43	7,2%
Joaquim de Queiróz	59	2,8%	174	8,2%	488	23,1%	782	37,0%	411	19,5%	57	2,7%	142	6,7%
Morro da Baiana	1	0,1%	38	5,7%	144	21,5%	288	43,0%	144	21,5%	15	2,2%	39	5,8%
Morro das Palmeiras	9	1,1%	62	7,3%	181	21,4%	342	40,5%	192	22,7%	27	3,2%	31	3,7%
Morro do Adeus	3	1,7%	6	3,4%	51	29,0%	64	36,4%	27	15,3%	4	2,3%	21	11,9%
Morro do Alemão	68	1,6%	341	7,9%	1.100	25,5%	1.691	39,1%	669	15,5%	98	2,3%	355	8,2%
Rua Armando Sodré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro do Piancó	4	1,2%	21	6,1%	88	25,6%	130	37,8%	62	18,0%	10	2,9%	29	8,4%
Mourão Filho	2	0,5%	21	4,7%	76	17,1%	191	43,0%	116	26,1%	29	6,5%	9	2,0%
Nova Brasília (RA - Alemão)	62	1,2%	365	6,9%	1.292	24,4%	2.072	39,2%	1.018	19,2%	117	2,2%	364	6,9%
Parque Alvorada	30	1,3%	181	7,5%	556	23,2%	939	39,2%	499	20,8%	57	2,4%	136	5,7%
Relicário	2	5,9%	3	8,8%	10	29,4%	12	35,3%	3	8,8%	2	5,9%	2	5,9%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	0	0,0%	14	4,4%	59	18,4%	141	44,1%	88	27,5%	9	2,8%	9	2,8%
Total	244	1,4%	1.251	7,1%	4.175	23,8%	6.858	39,1%	3.378	19,3%	462	2,6%	1.180	6,7%
R.A. Inhaúma		0,5%		2,6%		11,8%		26,6%		36,2%		24,3%		4,0%
R.A. Ramos		0,4%		2,5%		11,7%		27,2%		29,0%		24,9%		4,3%
Rio de Janeiro		0,5%		2,8%		16,8%		23,6%		23,7%		34,1%		4,3%

Fonte: Dados Preliminares do Censo Demográfico IBGE (2010)

A tabela 11 apresenta os dados referentes ao rendimento nominal mensal domiciliar per capita dos domicílios. Considerando o Complexo do Alemão como um todo, pode-se verificar que o percentual de domicílios com rendimento nominal mensal domiciliar per capita na faixa de renda que vai até 1/8 de salário mínimo é de 1,4%. Este percentual mostra-se consideravelmente maior que o apresentado para R.A. Inhaúma (0,5%), para a R.A. Ramos (0,4%) e para o município do Rio de Janeiro (0,5%). O percentual observado na faixa de renda que corresponde aproximadamente à linha de pobreza também é extremamente superior ao encontrado no município do Rio de Janeiro, na R.A. Inhaúma e na R.A. Ramos: enquanto para as comunidades do Complexo do Alemão este percentual é de 7,1%, no município do Rio de Janeiro, na R.A. Inhaúma e na R.A. Ramos é de 2,8%, 2,6% e 2,5%, respectivamente. Esta discrepância repete-se no que diz respeito à faixa de renda maior que 2 salários mínimos. Se no município do Rio de Janeiro 34,1% dos domicílios possuem rendimento nominal mensal domiciliar per capita de mais de 2 salários mínimos, na comunidade Nova Brasília, por exemplo, apenas 2,2% dos domicílios agregam esta faixa de renda. Ainda no que diz respeito à faixa de renda que corresponde a mais de 2 salários mínimos, as comunidades Morro da Baiana e Morro do Adeus são outros grandes exemplos da diferença que existe entre o território e a cidade como um todo. Nestas comunidades o percentual de domicílios com rendimento nominal mensal domiciliar per capita superior a 2 salários mínimos é de, respectivamente, 2,2% e 2,3%, enquanto na R.A. Ramos o mesmo percentual sobe para 24,9%.

RENDIMENTO DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS

A tabela 12 apresenta dados referentes às seguintes faixas de renda: até ½ de salário mínimo; mais de ½ até 1; mais de 1 até 2; mais de 2 a 3; e superior a 3 salários mínimos. Tais faixas de renda correspondem, respectivamente, aos valores de: até R\$ 255,00; entre R\$ 255,01 e R\$ 510,00; entre R\$ 510,01 e R\$ 1.020,00; entre R\$ 1.020,01 e 1.530,00; e superior a R\$ 1.530,01.

Tabela 12 – Total e Percentual de Responsáveis pelos Domicílios Particulares Permanentes por Cortes de Renda segundo as comunidades na UPP Complexo do Alemão, R.A., Inhaúma, R.A. Ramos e Município do Rio de Janeiro - 2010

Comunidade	Até 1/2 SM		Mais de 1/2 a 1 SM		Mais de 1 a 2 SM		Mais de 2 a 3 SM		Mais de 3 SM		Sem Rendimento ou Sem	
	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%	total	%
Estrada do Itararé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itararé	5	0,8%	166	27,9%	227	38,2%	75	12,6%	32	5,4%	89	15,0%
Joaquim de Queiróz	82	3,9%	601	28,5%	713	33,8%	152	7,2%	44	2,1%	518	24,5%
Morro da Baiana	5	0,7%	316	47,2%	210	31,4%	47	7,0%	17	2,5%	74	11,1%
Morro das Palmeiras	10	1,2%	317	37,6%	352	41,7%	75	8,9%	14	1,7%	76	9,0%
Morro do Adeus	11	6,3%	49	27,8%	66	37,5%	6	3,4%	5	2,8%	39	22,2%
Morro do Alemão	115	2,7%	1.403	32,5%	1.495	34,6%	280	6,5%	98	2,3%	930	21,5%
Rua Armando Sodré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro do Piancó	9	2,6%	86	25,0%	135	39,2%	26	7,6%	5	1,5%	83	24,1%
Mourão Filho	5	1,1%	130	29,3%	194	43,8%	52	11,7%	24	5,4%	38	8,6%
Nova Brasília (RA - Alemão)	103	1,9%	1.708	32,3%	1.882	35,6%	342	6,5%	124	2,3%	1.127	21,3%
Parque Alvorada	56	2,3%	753	31,5%	1.008	42,1%	191	8,0%	40	1,7%	346	14,5%
Relicário	1	2,9%	11	32,4%	3	8,8%	1	2,9%	0	0,0%	18	52,9%
Rua 1 pela Ademas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vila Matinha	2	0,6%	125	39,1%	145	45,3%	19	5,9%	6	1,9%	23	7,2%
Total	404	2,3%	5.665	32,3%	6.430	36,7%	1.266	7,2%	409	2,3%	3.361	19,2%
R.A. Inhaúma		1,0%		19,3%		28,3%		15,1%		24,0%		12,3%
R.A. Ramos		0,8%		20,6%		28,8%		13,8%		24,3%		11,7%
Rio de Janeiro		1,3%		17,1%		24,6%		11,6%		33,3%		12,1%

Fonte: dados preliminares do Censo Demográfico IBGE 2010

Nas comunidades do Complexo do Alemão, a faixa de renda que vai até ½ salário mínimo engloba 2,3% dos responsáveis pelos domicílios, enquanto no município do Rio de Janeiro este percentual é de 1,3%, na R.A. Inhaúma é de 1,0% e na R.A. Ramos é de 0,8%. Os dados referentes à faixa de renda de ½ até 1 salário mínimo também expõem diferenças bastantes significativas: nas comunidades do Complexo do Alemão o percentual de responsáveis pelos domicílios nesta faixa de renda é de 32,3%, bem maior que o percentual apresentado pelo município do Rio de Janeiro (17,1%), pela R.A. Inhaúma (19,3%) e pela R.A. Ramos (20,6%). Da mesma forma, os percentuais na faixa de renda superior a 3 salários mínimos indicam, tais como os dados anteriores, uma diferença considerável em relação à cidade. Somente 2,3% dos responsáveis por domicílios nas comunidades do Complexo do Alemão estão localizados nesta faixa de renda, percentual este que diverge enormemente dos apresentados pela R.A. Inhaúma (24,0%), pela R.A. Ramos (24,3%) e pelo município do Rio de Janeiro (33,3%). Esta discrepância relativa à faixa de renda superior a 3 salários mínimos torna-se ainda mais intensa nas comunidades Morro do Piancó e Parque Alvorada, nas quais, respectivamente, apenas 1,5% e 1,7% dos responsáveis pelos domicílios agregam esta faixa de renda.

Considerando o Complexo do Alemão como um todo, pode-se perceber que os setores censitários que compõem as comunidades são bastante diversos. É possível verificar que nas comunidades Morro da Baiana, Morro das Palmeiras e Parque Alvorada, por exemplo, existem setores censitários que apresentam uma concentração maior de pessoas responsáveis por domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo. Nestes setores censitários mais críticos algo entre 45% e 55% dos responsáveis pelos domicílios está na faixa de renda supracitada. Já no Morro do Piancó pode-se ver um setor censitário no qual, diferentemente dos casos citados acima, entre 14% e 20% dos responsáveis pelos domicílios recebem até 1 salário mínimo.

4. DADOS QUALITATIVOS

O Complexo do Alemão está pulsando. Embora até muito recentemente fosse considerado um dos lugares mais violentos do Rio de Janeiro, hoje é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade graças ao teleférico, que permite um olhar apressado sobre a comunidade. A reportagem a seguir é ilustrativa nesse sentido:

Os olhares curiosos, os cliques de câmeras fotográficas e os idiomas estrangeiros falados no vai e vem do teleférico do Morro do Alemão revelam que o turismo chegou ao local. De acordo com a Supervia Trens Urbanos, responsável pela administração do equipamento, 14 mil pessoas transitam diariamente pelos vagões suspensos da comunidade pacificada. Desse total, o turismo responde por 35,7% durante os dias úteis e 64,3% aos fins de semana. O quantitativo chega a ser superior ao registrado pelos vagões do Pão de Açúcar, um dos principais pontos turísticos do estado, e mais elogiado pelos turistas. De um extremo a outro, os vagões suspensos passam por seis estações e percorrem pouco mais de cinco quilômetros sobre 23 comunidades, num total de 400 mil habitantes (disponível em : http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e_lazer/viagem/noticia/2013/01/teleférico-do-complexo-do-alemao-e-novo-ponto-turistico-do-rio-de-janeiro-4018787.html).

A contribuição que esse turismo está trazendo para o desenvolvimento comunitário, contudo, ainda é muito tímida, apesar do potencial. Conforme a Agência de Notícias da Favela (2013):

O movimento turístico trazido pelo teleférico despertou a curiosidade de moradores da comunidade, dos bairros do Rio e turistas brasileiros e estrangeiros, que vão conhecer o local e se deslumbram com a paisagem vista do alto dos morros. Entretanto, a realidade da comunidade é diferente da que os turistas conhecem. Do alto fica difícil ver que a situação não mudou e é motivo de indignação e preocupação dos moradores da comunidade: “acho péssimo ver essa cena no local onde moro. É triste porque, se fosse Ipanema, isso não ficaria um dia sequer desse jeito. E o que mais chateia é mostrar na novela um Alemão perfeito sem lixo, sem vala, sem esgoto”, desabafou Helcimar Lopes, morador e ativista do Alemão.

De todo modo, o Sebrae-RJ tem buscado identificar o potencial turístico do Alemão visando transformar em produtos boas ideias e práticas. Também moradores locais estão percebendo nessa atividade uma nova oportunidade de incrementar renda. Nilcea Rocha, líder comunitária do Morro do Adeus, por exemplo, fundou a primeira agência local dessa natureza, a Bom Fruto Turismo, que oferece pacotes variados ao turista, que incluem desde a visita ao histórico Casarão Cultural, em Inhaúma, até uma caminhada por trilhas ecológicas na Serra da Misericórdia.

Ainda que apresentado de forma caricaturada na mídia, importante ressaltar que o Complexo do Alemão conta com uma panaceia de projetos e iniciativas dos mais variados atores, envolvendo investimentos de significativo porte, mas cuja efetividade em termos do desenvolvimento comunitário é discutível em muitos dos casos. Sobre este aspecto, são muito pertinentes as palavras de Soares (2010), quais sejam:

[...]povoam o tecido urbano projetos pensados não como uma política habitacional e de inclusão social efetiva, mas, como marcas e bandeiras eleitorais de determinados grupos políticos. Tais intervenções acabam não apenas feudalizando as favelas e demais áreas suburbanas, como não atendendo às reais necessidades que acometem as populações favelizadas. O resultado de tais políticas fragmentadas que fervilham em épocas próximas às eleições é a consolidação da desigualdade e segregação urbana e, em última instância, a garantia da legitimidade e a permanência de grupos no poder.

No Complexo do Alemão não é diferente da situação apontada pelo autor. Desde a ocupação policial, uma série de programas e centenas de projetos têm sido aí implementados, a grande maioria trazidos de fora, sem a preocupação em consolidar aqueles já existentes, protagonizados por atores locais, ou mesmo respeitando necessidade e interesses de quem vive e conhece o território. Iniciativas como o emprego da mão de obra local para realização de obras, por outro lado, muitas vezes têm sido realizadas com forte viés clientelístico baseadas na troca de favores, tal como apontado por Soares (idem), conforme informativo do Projeto Aduando Raízes Locais:

O Complexo do Alemão historicamente foi visto pelo viés que o relaciona à violência e à criminalidade por parte da imprensa que dá ênfase demais a essas estórias e não discute de maneira objetiva as razões dessa problemática, que são, prioritariamente, a falta de políticas públicas eficazes para a região, além da rotina de intervenções pontuais do Estado no território que, motivadas por conveniência, já vêm com projeto pronto não dialogando com os diversos atores da localidade.

De fato, problemas infraestruturais básicos estão todos no Complexo do Alemão de hoje que atrai tantos turistas e investidores, desde a falta crônica de condições adequadas de saneamento básico até déficits em termos de moradias dignas para o conjunto da população. Sequer critérios utilizados para identificar àquelas em situação de risco



Foto: Bruno Itan



são conhecidos, gerando especulações da mais variadas. Da mesma forma, não existe uma política habitacional para o território que contemple o conjunto de favelas que o integram, assim como a regularização fundiária das propriedades existentes. Nesse sentido, além de problemas com abastecimento de água e com coleta de esgoto, a comunidade sofre com lixo acumulado, com entulho de obras inacabadas, com falta de planejamento, entre outros problemas que remetem à violação de direitos de cidadania.

Os problemas supracitados contribuem para que o Complexo do Alemão apresente um dos piores Índices de Desenvolvimento Social da cidade do Rio de Janeiro, o que é agravado quando se leva em conta que quase 25% da sua população não tem qualquer tipo de renda. Citando relatório do IPEA (2010), Nery & Flaeschen apontam para o seguinte:

Em consequência da precariedade das infraestruturas e da ocupação do solo não planejada, a população residente no Alemão está exposta aos vários riscos sociais e ambientais, como a possibilidade de deslizamento e alagamento de suas casas. Outro agravante é o tratamento inadequado do lixo e do esgoto, que resulta em ambiente propício à proliferação de doenças de veiculação hídrica, assim como a falta de ventilação e iluminação das moradias, que pode aumentar a incidência



de doenças respiratórias. Por outro lado, o crescimento urbano espontâneo e não planejado, ressaltado pelo fato de se tratar de áreas de alta declividade, levou à dificuldade de acesso e à redução da mobilidade. Como evidência dessa situação desfavorável, o índice de desenvolvimento social (IDS) calculado para o Complexo é 0,474, deixando-o na 149ª posição dentre os 158 bairros cariocas. Este é um indicador que abrange as dimensões: acesso a saneamento básico, qualidade habitacional, grau de escolaridade e disponibilidade de renda.

Vale considerar, contudo, que as favelas que integram o Complexo do Alemão são bastante heterogêneas entre si, apresentando diferenças marcantes no que diz respeito à sua infraestrutura física, equipamentos urbanos e perfil socioeconômico dos moradores, conforme retrocitado. Aquelas situadas mais alto no morro, em geral, estão em pior situação, abrigando populações de mais baixa renda. São também as menos assistidas. Como exemplo pode-se citar o Morro dos Mineiros/ Matinha que além de contar com altos déficits com relação ao abastecimento de água e acesso à energia elétrica, abriga um número significativo de moradores em situação de desemprego. Ainda assim, não foi contemplado com projetos do PAC.



De todo modo, equipamentos e bens públicos existem de maneira insuficiente no território como um todo, o qual apresenta altas taxas de natalidade, baixo índice de desenvolvimento infantil e problemas no atendimento no setor da saúde, como a falta de médicos e especialistas. Tais fatores associados contribuem para que a expectativa de vida no local seja de 65 anos, enquanto que a média da cidade é de 72.

O trabalho realizado por ONGs de reconhecida competência, como o Cedaps – Centro de Promoção da Saúde é fundamental para tentar minimizar o quadro descrito. O Cedaps, atuando sobre determinantes sociais da saúde, promove a participação ativa e a mobilização da comunidade e seus recursos. Nessa mesma direção trabalha a Escola Popular de Saúde, criada em caráter





DERRUBEM OS

MUROS MENOS AS

BOAS IDEIAS

recente pelo Núcleo de Ciência e Cultura, da Secretaria Municipal de Saúde. Este tem o objetivo de promover a saúde por meio do resgate/valorização do conhecimento local e tem alcançado resultados positivos.

Ainda visando minimizar o quadro de precariedades em termos de infraestrutura do Alemão vale destacar, sobretudo, o trabalho de grupos e organizações sociais locais, como aquele pioneiro realizado por Mariza Nascimento, líder comunitária, agente de saúde e fundadora da ONG Nasci Bem. Destaca-se também o trabalho realizado por Lúcia Cabral no Educap - Espaço Democrático de União, Convivência, Aprendizagem e Prevenção, voltado à promoção da saúde e de direitos humanos. Recentemente, entre outras importantes iniciativas, o Educap inaugurou a primeira estação de coleta de lixo do local, o Espaço Recicle, na expectativa de desenvolver uma nova tecnologia social que beneficie a comunidade.

Na realidade, a reciclagem do lixo tem gerado emprego e renda para um conjunto de moradores locais, muitos dos quais organizados em cooperativas. Dentre estas, destaca-se Cooperativa de Catadoras do Complexo do Alemão (Coopcal), fundada em 2000, pela líder comunitária Zilda Barreto da Silva. Tal cooperativa é formada sobretudo por mulheres, as quais tiram renda daí para sustentar suas famílias.

Com relação à reciclagem do lixo e à geração de trabalho e renda, destaca-se também o importante trabalho realizado pela Cooperliberdade - Cooperativa Eu Quero Liberdade que tem como objetivo principal buscar alternativas de inclusão socioprodutiva para egressos do sistema prisional, via a colaboração com o meio ambiente (com a coleta seletiva do lixo) e a comercialização dos recicláveis, conforme descrito a seguir:

Um grupo de egressos do sistema penitenciário, que mora no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio, encontrou um meio de usufruir da liberdade recuperada e, ao mesmo tempo, contribuir para a melhoria do meio ambiente. Com o apoio do trabalho social do Governo do Estado, 15 ex-presos, integrantes da Cooperativa Eu Quero Liberdade, fundada em 2004, criaram o projeto Ecos da Liberdade, em setembro do ano passado, para trabalhar com reciclagem de óleo vegetal nas 13 comunidades do Alemão. A iniciativa do grupo, presidido por Robson Borges, nasceu da necessidade de sobreviver legalmente, driblando as dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal. Através da coleta de óleo vegetal usado e de seu beneficiamento para produção de biocombustíveis e sabão ecológico, entre outros produtos, os ex-apanados buscam garantir a própria manutenção e da família. O projeto está presente hoje em quatro condomínios construídos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo do Alemão: Nova Geração, em Nova Brasília; do Adeus, próximo à estação do teleférico do Morro do Adeus; Poesi, na Estrada de Itararé; e Itaóca, na avenida do mesmo nome. Nos quatro conjuntos habitacionais vivem um total de mais de 400 famílias. Em cada um dos

conjuntos, a cooperativa colocou um Posto de Entrega Voluntária (PEV) contendo uma bombona de 200 litros para receber o produto dos moradores (disponível em: <http://www.egprio.rj.gov.br/NoticiaDetalhe.asp?ident=110>).



Foto: Bruno Itan

A CoopLiberdade tem crescido e hoje abarca um número maior de parceiros e atividades, como o Banco do Brasil, o BNDES e outros. Seu trabalho é uma referência não só no Complexo do Alemão como também no Rio de Janeiro.

Ainda com relação ao protagonismo de organizações do território voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, destaca-se o trabalho realizado pela ONG Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo, coordenada por Edson Gomes. Segundo ele, a região ocupada pelas favelas que conformam o Complexo do Alemão “é adensada e com um quadro de degradação ambiental avançado, sendo a mais poluída da cidade, tanto no ar quanto nas quatro importantes bacias hidrográficas que envenenam a baía da Guanabara”.

O Verdejar desenvolveu a tecnologia social da cisterna em placa visando suprir necessidades de moradores que enfrentam o problema da escassez de água, entre outras iniciativas de porte similar. De fato, através da permacultura, da agroecologia, da reciclagem e do uso de tecnologias de baixo custo, esta ONG se propõe a implantar o sistema de gestão ambiental comunitária, baseado nos princípios das eco-vilas, nas comunidades do entorno da Serra da Misericórdia.



UM POUCO DA HISTÓRIA DO VERDEJAR

*Graciela Salaimen, RETS - Revista do Terceiro Setor**

[...] O Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo foi criado em 1997, no maciço da Serra da Misericórdia (Complexo do Alemão), quando dois moradores do bairro de Inhaúma decidiram por algumas mudas em um carrinho de mão, e em rumo pela antiga Estrada Velha da Pavuna (Atual Av. Ademar Bebiano), subiram a comunidade Sérgio Silva (do Complexo do Alemão) para plantar as mudas de Mata Atlântica na área verde da Serra numa localidade que mais tarde o grupo passou a chamar de Praça do Meio.

Em 1998, o grupo deslançou promovendo uma série de atividades com a participação da comunidade [...] com o intuito de atrair moradores da comunidade para participarem do grupo e conscientizá-los da importância da recuperação ambiental da Serra da Misericórdia para a melhoria da qualidade de vida local.

Em 1999, o grupo fez um acampamento ecológico mantendo sentinela de 24 horas por dia por mais de um mês para conter o crescimento desordenado da própria comunidade Sérgio e Silva que crescia sobre a área verde. Para obter êxito, o grupo criou no local a Horta comunitária e o Horto Chico Mendes, que hoje são projetos da ONG. Fez contato com a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro buscando orientações de como proceder para evitar que a comunidade Sérgio e Silva se expandisse sobre a área verde e como melhorar a atuação do grupo que desde sempre reivindica a transformação da Serra da Misericórdia em Parque Ecológico.

A partir dessas articulações surgiu um movimento ambiental em defesa da Serra da Misericórdia que elaborou um dossiê orientado pelo geólogo Cláudio Martins, Prof. da Universidade Federal Fluminense (UFF), que entre outras coisas reivindicava a desativação de três pedreiras das que operam na Serra da Misericórdia, consideradas altamente poluidoras da

região e a transformação dos espaços destas em um grande Parque Ecológico.

Neste mesmo ano de 1999 um grupo de grileiros de terras se apossou, ilegalmente, de um grande lote de área verde da comunidade Sérgio Silva, visando criar um condomínio de classe média. Após dois anos de luta, o Verdejar através de sua atuação no Ministério Público conseguiu derrubar o loteamento e autuar seus responsáveis por crime ambiental e grilagem de terras. O grupo reivindica para o local a instalação de uma lona cultural e uma praça de esportes. No mesmo ano foi realizado o 1º Seminário Ecológico da Serra da Misericórdia organizado pelo movimento ambiental local. Como resultado deste seminário esse movimento ambiental teve sua primeira grande vitória, o decreto nº. 19.144 de novembro de 2000 que criou a APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) da Serra da Misericórdia, pelo então prefeito Luis Paulo Conde.

No ano de 2001, a Verdejar [e outras] lançam a Carta Aberta da Serra da Misericórdia. A partir de então passou a sentir cada vez mais a necessidade de se institucionalizar para poder captar recursos que pudessem contribuir para o desenvolvimento das ações e projetos propostos pelo grupo. Assim, em 2004 foi fundado o Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo que ainda hoje mantém características de movimento comunitário e sempre buscando o aperfeiçoamento institucional.
* <http://www.rets.org.br/?q=node/1778>



Outra iniciativa local importante é aquela realizada pelo Movimento de Integração Social Éfeta que oferece o pré-vestibular comunitário Ser Cidadão a moradores do Complexo do Alemão, com resultados muito satisfatórios. Segundo Ricardo Moura, seu diretor, o Éfeta tem como missão “promover a cidadania utilizando a educação e a cultura como “caixas de ferramentas” para o desenvolvimento local de comunidades em desvantagem social, tendo como foco o protagonismo comunitário e o fortalecimento de rede locais e adjacentes”.

Sobre este aspecto, vale ressaltar que déficits no sistema educacional figuravam entre os problemas históricos da região que compreende o Complexo do Alemão. Apesar de terem sido minimizados nos últimos anos, a situação do setor ainda está bastante aquém das demandas, sobretudo no que diz respeito à elevação da escolaridade para jovens e adultos moradores do território e à qualidade do ensino que estes têm acesso.



MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL ÉFETA

O Movimento de Integração Social Éfeta é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, democrática, apartidária, independente, sem distinção de nacionalidade, credo, raça e gênero. Dirige suas atividades para o desenvolvimento de programas sociais,

educacionais, políticos, econômicos, ambientais, culturais, esportivos e de saúde em prol do desenvolvimento integrado e sustentável e da melhoria da qualidade de vida.

O Pré-vestibular Ser Cidadão

O Pré-vestibular Ser Cidadão vai completar 14 anos em 2013 de muitas lutas e conquistas. Somente no ano passado conseguiu contribuir para que sete alunos entrassem em universidades públicas (dos 15 que terminaram o curso). Começou em 1999, na Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, localizada no conjunto de favelas do Alemão, com doações de alimentos, roupas, brinquedos etc por iniciativa de jovens que se encontravam em fase de conclusão do antigo segundo grau e querendo prestar vestibular. O Pré-vestibular Ser Cidadão vai completar 14 anos em 2013 de muitas lutas e conquistas. Somente no ano passado conseguiu contribuir para que sete alunos entrassem em universidades públicas (dos 15 que terminaram o curso).

Começou em 1999, na Paróquia Nossa Senhora de Guadalupe, localizada no conjunto de favelas do Alemão, com doações de alimentos, roupas, brinquedos etc por iniciativa de jovens que se encontravam em fase de conclusão do antigo segundo grau e querendo prestar vestibular. Funcionando hoje na Associação de Moradores da favela Nova Brasília, o pré-vestibular social Ser Cidadão é de grande importância para a localidade; um coletivo colaborativo, comprometido e persistente, já que não recebe qualquer remuneração, tampouco auxílio do Estado. A maioria dos professores é formada por ex-alunos que conseguiram entrar na universidade pública. O Ser Cidadão é auto sustentável. Em média está alcançando uma taxa de aprovação de 40%, mas pretende elevá-la para 60%. O acordo com os alunos é que retornem para colaborar com o desenvolvimento das atividades. Na atualidade conta com cerca de 20 colaboradores entre professores, coordenação e administrativo. Um coletivo da maior importância e potência. Todos moradores do conjunto de favelas do Alemão e de áreas adjacentes.

A formalização e outros projetos

No início do Éfeta houve resistência em institucionalizá-lo, no entanto, as dificuldades para mantê-lo funcionando fizeram com que fosse formalizado em 2006 quando foi criado o Movimento de Integração Social de mesmo nome, com associados das mais variadas áreas de conhecimento. Este ampliou sua atuação em 2009 quando realizou o projeto "Teatro de Vi-Ela" em parceria com a Secretaria Estadual de Cultura que, dentre outros, comungava dos seguintes objetivos: fazer do teatro um instrumento de formação de novas lideranças; propiciar o desenvolvimento da consciência crítica permitindo a libertação das amarras do senso comum, do preconceito e de estereótipos culturais; elevar níveis de consciência política e ética, fomentando um espaço de convivência mais tolerante e democrático. Desse modo, o Vi-Ela é um projeto participativo que utiliza técnicas da criação coletiva dos roteiros; planejamento participativo nas atividades e seu acompanhamento; dramatização

dos problemas sociais e locais; seminários para aprofundamento e melhor compreensão de temas; jogos e brincadeiras que estimulam a auto expressão e o fluxo da criatividade; diálogos, na busca de envolvimento, relações mais abertas e soluções alternativas para os problemas propostos em cena. Sua metodologia está baseada nos princípios do teatro comunitário e do teatro do oprimido.

Outro projeto desenvolvido pelo Éfeta foi o Ponto de Leitura em parceria com o Ministério de Cultura. Este visava o funcionamento de uma sala de leitura para jovens da rede pública de ensino do Alemão e do entorno. Conta com um importante acervo e equipamentos adequados. Na atualidade, o Movimento aguarda novas parcerias para implantar mais dois projetos, são eles: i) Educação, cujo objetivo é contribuir para melhorar o índice de escolaridade da localidade viabilizando ao acesso gratuito, dinâmico e qualitativo da formação básica do Ensino Médio com ênfase em valores e práticas de cidadania; ii) Jornada Empreendedora – Juventude Trabalho e Renda com o objetivo de potencializar os jovens a empreenderem e planejarem suas vidas possibilitando novas perspectivas no que tange às respectivas aspirações profissionais e de formação, como também na sua forma de atuar na sociedade.



Para além do poder público, grupos, igrejas, associações de moradores, organizações sociais locais têm buscado desenvolver atividades voltadas para a melhoria do ensino. De fato, no território existe um conjunto significativo de ativistas comunitários, com experiência acumulada e disposição para atuar no sentido de promover o desenvolvimento local em bases endógenas. Conforme o informativo do Aduando Raízes Locais:

[...] existem pessoas e instituições sociais que realizam trabalhos voltados para a valorização do cidadão dentro do território. O papel desses atores sociais, tanto quanto do morador, é buscar, proativamente, maneiras não só de sobreviver diante das necessidades mas de, a partir daí, colaborar com a melhoria do local, ao ver-se, sob uma leitura subjetiva, integrado àquelas condições miseráveis do favelado. Daí a importância dos ativistas e de suas instituições, que buscam, através da atuação direta, maior qualidade de vida na área da educação, cultura, lazer, esporte, coleta universal do esgoto, saúde e a preservação da única área verde da região (a Serra da Misericórdia).

No sentido exposto nesse informativo, entre outros, destaca-se os importantes trabalhos realizados no Complexo do Alemão pelo Instituto Raízes em Movimento que, fundado em 2001, tem como missão promover o desenvolvimento humano por meio da participação de atores locais como protagonistas desse processo, tendo como foco o fortalecimento e ampliação do capital social aí existente. Esse Instituto realiza um trabalho fundamental de resgate/valorização do histórico, memória e identidade do território. É dirigido por Alan Brum, uma das principais lideranças do Alemão.

O Raízes em Movimento realiza também o Projeto Adubando Raízes Locais no sentido de “promover novas perspectivas de vida para a coletividade do Complexo do Alemão fomentando ações fortalecedoras com jovens de escolas públicas de ensino médio, apoiando seu protagonismo, com empreendedores da Rede de Economia Solidária local, e outros”.

Como resultado da oficina de jornalismo comunitário desse Projeto, por exemplo, foi lançado recentemente o informativo Fala Favela, elaborado com a participação efetiva dos educandos. Nas palavras dos redatores:

A ideia da equipe técnica do Projeto é pensar em estratégias de comunicação, especialmente com jovens da localidade, a fim de por em ação a potência e o desejo desta diversidade que pulsa aqui.

No âmbito da comunicação comunitária, vale destacar igualmente o trabalho realizado pelo INECC - Instituto de Ensino e Comunicação Comunitária que, dentre outros, visa fomentar a democratização da comunicação no Complexo do Alemão, prestando serviço público de cunho jornalístico e entretenimento à comunidade, que encontra nesse Instituto um espaço democrático para discutir assuntos do seu interesse, não abordados nos veículos da mídia convencional.

Outra iniciativa na área da cultura e da comunicação comunitária protagonizada por atores locais, além do Funk Consciente, da Rádio Mulher e outras de similar importância, é aquela feita por um grupo de jovens que se organizou em torno do grupo Descolando Ideias. Nas suas palavras:

O Descolando Ideias é um grupo formado por amigos oriundos do Complexo do Alemão que resolveram se unir com o intuito de conhecer mais o lugar onde moram e com um grande querer de participar da mudança de forma positiva e colaborativa.[...] Passando por todo esse processo de mudança [a comunidade] por que não descolar ideias e mostrar a nossa favela de dentro para dentro e de dentro para fora!? Assim surge o Descolando Ideias, sempre se reunindo em vários pontos da favela onde costumamos dizer que são nossos “escritórios” para discutir ideias de projetos, eventos e atividades, usando como principal ferramenta as redes sociais, além da disposição de sair às ruas, becos e vielas para ver, observar e acompanhar a realidade do lugar onde moramos e do cotidiano, seja ela negativa ou positiva, triste ou alegre, dura ou fácil. Tendo como ponto de vista a valorização do ser humano, de seus talentos e dons que, na maioria das vezes, não são descobertos e acreditando que podemos contribuir para despertá-los, somamos forças e buscamos parcerias com quem também acredita que pode contribuir com esta transformação rumo a um mundo melhor (disponível em <http://descolandoideias.blogspot.com.br/>).



DESCOLANDO
IDEIAS.

CRJ

CENTRO DE REFERÊNCIA DA JUVENTUDE

Juventude levada a sério

SALAS DE CURSOS →

Foto: Ana Paula Degani



GESTÃO:

ACAMEP

Associação Conselho Municipal de Ensino e Pesquisa



Na realidade, a comunicação tem sido percebida por moradores do Complexo do Alemão como ferramenta fundamental para o desenvolvimento comunitário. Sobretudo jovens têm buscado nas novas mídias oportunidades para seu crescimento pessoal e profissional. Daí um dos motivos do sucesso alcançado pelo Centro de Cultura Digital, da Praça do Conhecimento Nova Brasília, inaugurado em 2011, sob gestão do CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular em parceria com a Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia do Município do Rio de Janeiro. De fato, tal centro, desde sua abertura, assumiu o compromisso público de garantir o diálogo permanente com todas as comunidades do Complexo do Alemão e da Serra da Misericórdia, o que é mais um motivo para o sucesso da empreitada. Segundo o encarte de divulgação do mesmo:

Nossa missão é promover ações voltadas para o desenvolvimento humano e social que fomentem a consciência crítica e contribuam para a efetivação de práticas transformativas da sociedade por meio da participação comunitária.

Quanto aos cursos realizados no âmbito desse Centro, são os seguintes: tecnologia da informação, áudio digital, computação gráfica, vídeo, web design, design gráfico e fotografia, os quais contam com disciplinas transversais incluindo a “oficina da palavra”. Esse conta ainda com um espaço destinado à integração social e à democratização da informação com acesso a internet, jogos eletrônicos, biblioteca e atividades culturais, entre outros.

Quanto à atividade econômica no Complexo do Alemão, está representada, sobretudo, por cerca de 6 mil pequenos empreendimentos aí existentes, fortemente concentrados no setor terciário. Empresas externas também têm chegado ao território desde que este foi ocupado pela polícia, como aquelas do ramo de TVs por assinatura. Estas instalaram tendas nas entradas das favelas que integram o Complexo e lançaram até um pacote especial para moradores dessas áreas. Conforme notícia da UOL:

[...] ao andar pelas vielas da Grota ou do Morro do Adeus, no Alemão, observa-se que o número de antenas (inclusive com sinal HDTV) é crescente. Uma empresa de TV por assinatura afirma estar lucrando com a política de pacificação e oferece, em parceria com o governo estadual, um pacote com mensalidades de R\$ 44,90 - em geral, as taxas mensais do gatonet variam entre R\$ 30 e R\$ 40. Segundo a empresa, só no primeiro sábado após a pacificação do Alemão, foram vendidas 300 assinaturas. “Antes da parceria, tínhamos uma pequena base de clientes nessas comunidades. Em um mês, por exemplo, vimos o ritmo de vendas [nas favelas do Complexo do Alemão] crescer cerca de dez vezes”, afirma o diretor de vendas da SKY, Sérgio Ribeiro (disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2011/04/03/pacificacao-abre-espaco-para-economia-formal-e-servico-melhor-nocomplexo-do-alemao-no-rio.htm>).



Foto: Bruno Itan



Desde a ocupação policial muitos empreendimentos dos setores de micronegócios e serviços do Complexo do Alemão têm passado por processos de formalização. Alguns comerciantes da região, todavia, afirmam que o movimento das vendas caiu com a ocupação, sobretudo aqueles situados próximos das áreas onde foram instalados equipamentos urbanos. Resultado: menos dinheiro circulando na comunidade. Segundo eles, o fim dos bailes funk também ajudou a “esfriar” um pouco a economia local, principalmente em alguns setores, como venda de bebidas. Queda nas vendas registra-se em lojas situadas em uma das ruas mais movimentadas do Complexo do Alemão, a Joaquim de Queiróz, na Grota, exemplificam.

No sentido de reverter essa situação, gerar postos de trabalho e contribuir com o desenvolvimento, empreendedores locais têm buscado se unir para realizar uma ação articulada visando à consolidação/incremento da sua atividade. Todavia tal iniciativa é ainda muito incipiente.

Uma tentativa nesse sentido foi a fundação da ACENAPE – Associação Comercial Empresarial do Novo Alemão e Penha (<http://www.acenape.com.br/>), a qual firmou um acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF-Rio) em função do interesse de empresas em instalar

Foto: Bruno Itan



filiais no Complexo do Alemão, assumindo a responsabilidade de identificar moradores que tivessem o potencial de se tornar um franqueado. Nas suas palavras:

“Não queremos que empresas de grande porte entrem e esmaguem o comerciante do Alemão. A ideia é dar condições para que moradores com loja própria possam entrar no ramo de franquias” explicou o presidente da Acenape, Marcelo Lemos. Aqueles que forem se tornando franqueados vão passar por um treinamento. A Acenape vai intermediar financiamento a juro mais baixo com um banco público (disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/impressa/exibeconteudo?article-id=1302961>).

Na sede do Sebrae-RJ essa Associação, que hoje passa por um processo de reestruturação, firmou uma parceria com a Fundação Getúlio Vargas e com o Projeto Novo Complexo do Alemão, para a realização do Primeiro Fórum de Recursos Humanos e Serviços, com o objetivo de “gerar mais empregos formais para moradores do Novo Alemão e Penha, além de oportunizar novos negócios para os empreendedores na área de prestação de serviço como eletricitista, bombeiro hidráulico, logística, entre outros” (disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-Comercial-e-Empresarial-Novo-Alem%C3%A3o-e-Penha/204905282951366>).



Foto: Evangelista Barros

Quanto ao Projeto Novo Complexo do Alemão (NCA), trata-se de uma iniciativa recente de moradores do Alemão no sentido de atuar na área da qualificação profissional. Nas suas palavras:

O NCA é uma iniciativa de moradores em prol do desenvolvimento sustentável, através de uma das suas ramificações, a empregabilidade. Nossa missão é promover a cidadania e o protagonismo social, por meio de programas de desenvolvimento humano [...] fazendo aflorar a responsabilidade social tanto para o morador quanto para a iniciativa privada, contribuindo para o acesso às oportunidades, integração e compartilhamentos (disponível em: <http://novocomplexodoalemao.wordpress.com/about/>).

Outra iniciativa de inclusão socioproductiva que tem alcançado resultados satisfatórios no território diz respeito à economia solidária. De fato, o Complexo do Alemão foi uma das quatro favelas cariocas incluídas no projeto Rio Ecosol, de formação em economia solidária e geração de trabalho e renda, financiado com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Pronasci), realizado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (Sedes), a partir da promoção e incentivo de práticas solidárias de auto-gestão nas áreas de produção e consumo.

Para tanto, a Sedes encomendou uma pesquisa ao Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ (Soltec) visando mapear/caracterizar o universo do empreendedorismo comunitário no Complexo do Alemão e em outras comunidades que estavam passando por processos de “pacificação”, a qual foi realizada juntamente com lideranças comunitárias.

Tal pesquisa revelou que os ramos de comércio mais encontrados nessas localidades são aqueles típicos da economia popular urbana, com destaque especial para os setores do vestuário e da alimentação. Os pesquisadores identificaram ainda cooperativas de transportes, o trabalho de reciclagem de garrafas PET, entre outros grupos, no Complexo do Alemão.

Segundo a Sedes, a comunidade do Alemão tem produtos e serviços com potencial de geração de trabalho e renda como o turismo, a comunicação popular e a construção civil. “Achamos que é possível desenvolver uma série de negócios, facilitar a cadeia produtiva, da comercialização à venda, em feiras e até pela internet”, afirmou o Secretário (disponível em: <http://noticias.r7.com/economia/noticias/economia-solidaria-e-aposta-para-gerar-emprego-e-renda-no-complexo-do-alemao-20101205.html>).

Como desdobramento das atividades da Ecosol no território, foi criada a Rede Produtiva de Economia Solidária do Complexo do Alemão que, juntamente com a Escola Popular de Saúde e artesãs locais, têm realizado Feiras Solidárias nas estações do teleférico.

Nesse sentido, com toda uma conjuntura favorável, foi com muito propósito que a Frente Humana de Intervenções Organizadas (FHIO) realizou o 1º Festival Gastronômico, chamado

de Complexo de Delícias, no Complexo do Alemão, contando com a participação de dez microempreendedores locais, no âmbito do Projeto Horizonte Gastronômico. Para tanto, durante oitos meses, foram desenvolvidas uma série de atividades, como mapeamento de restaurantes, bares, cantinas localizadas no entorno das estações do teleférico; mensuração do potencial econômico dessas áreas; produção de um roteiro gastronômico com encartes e placas indicativas; produção de novos layouts; e capacitação dos respectivos proprietários em conteúdos que contribuíssem com o desenvolvimento dos seus negócios (higiene, nutrição, gastronomia, aproveitamento de materiais reciclados, sustentabilidade e empreendedorismo).

Segundo seus idealizadores, o Projeto Horizonte Gastronômico tem alcançado resultados satisfatórios: “A Pensão da Dona Maria, por exemplo, vendia 40 refeições por dia. Hoje, vende 180. Já o famoso hambúrguer Big Favela, do Jorge, teve um crescimento de vendas de 30 a 40%”, afirmam. Sua ideia é fazer com que as pessoas do Alemão gastem dentro do bairro fazendo circular renda entre os moradores (disponível em: <http://redeglobo.globo.com/acao/noticia/2012/11/ong-estimula-desenvolve-e-capacita-o-setor-gastronomico-no-alemao.html>).

Finalmente, vale ressaltar que o Complexo do Alemão deverá abrigar nos próximos meses um projeto inovador, um shopping center, por iniciativa de Celso Athayde, da Cufa – Central Única de Favelas em parceria com Elias Tergilene, dono da rede mineira Uai. Conforme matéria do Jornal do Brasil:

O Complexo do Alemão será a primeira comunidade do mundo a ganhar um shopping center. Depois de anos se dedicando aos movimentos sociais através da Central Única das Favelas (Cufa), Celso Athayde fundará a Favela Holding Participações que, em parceria com a rede mineira de shoppings populares Uai, vai viabilizar o projeto. Serão cerca de R\$ 20 milhões de investimento para a construção do espaço com 500 lojas, praça de alimentação, palco para shows e cinemas. O projeto do shopping no Alemão é piloto e o centro comercial deverá ser erguido em um terreno de 15 mil metros quadrados. A previsão é que as obras durem seis meses, mas ainda não há data de início. De acordo com Athayde, o objetivo é oferecer oportunidades de crescimento para as comunidades e de emprego para a mão de obra local. “Chegou o momento em que eu me convenci de que é preciso gerar renda e oportunidades de trabalho dentro da favela. O secretário de Segurança Beltrame sempre diz que os empresários tem que ir investir nas favelas. Qualificamos os jovens, mas a porta de saída são as oportunidades de emprego. A economia foi aquecida e as favelas estão sendo vistas de outra maneira. Não ser apenas consumidora, mas também gestora dos negócios”, explicou Athayde. O empreendimento deverá gerar cerca de seis mil empregos diretos depois que estiver funcionando. Toda a mão de obra contratada será de moradores do Complexo do Alemão. De acordo com Elias Tergilene, dono da rede Uai, 60% dos proprietários das franquias também serão da comunidade. “Estamos fazendo um trabalho de cadastrar os comerciantes locais. O dono do bar, da padaria, da farmácia. Essas pessoas receberão treinamento próprio e estarão aptos a tocar uma das franquias. Nos meus outros shoppings tiramos os camelôs das ruas e

levamos para dentro do centro comercial. É a mesma ideia. O comerciante da favela já sabe o que tem que fazer”, afirmou (disponível em: <http://fontelegitima.blogspot.com.br/2013/02/o-complexo-do-alemao-sera-primeira.html>).

Tal projeto, no entanto, ainda causa polêmica no âmbito da comunidade que se ressentiu por não participar ativamente da sua definição.

5. A COMUNIDADE POR ELA MESMA

Direitos-do-homismo? Virou um apelido. [...] A desgraça que atinge no presente qualquer coerência doutrinária tem acentuado a tendência e levado cada um a rotular seu adversário com esse signo de execração: soberanismo, diz um, direitos-do-homismo, replica o outro.
Régis DebRay (2009)

A palavra de ordem entre moradores e lideranças do Complexo do Alemão é união. De fato, tentando romper com barreiras passadas, associações de moradores, grupos e organizações locais têm buscado se reunir, com certa sistematicidade, para formar consenso em torno de questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento local e atuar de forma conjunta em direção a este. Nesse sentido reivindicam participar de processos deliberativos relativos a intervenções realizadas pelo poder público e outros no território, tendo claras suas prioridades.

Por outro lado, se manifestam indignados pelo fato de muitas vezes, na sua percepção, estarem sendo “usados” por terceiros que, por conveniência, tentam se apropriar de conhecimentos, práticas, vivências há muito acumulados pelos mesmos. E o fazem de forma autoritária, abusiva e pouco respeitosa com relação à dinâmica das relações internas, à cultura, ao histórico de lutas e conquistas comunitárias. Nesse sentido tais moradores e lideranças se sentem usurpados e estão em estado de alerta.

São enfáticos em afirmar que o Complexo do Alemão conta com uma massa crítica preparada e disposta a dialogar com parceiros desde que de forma dialógica, levando em conta o quanto já avançaram no sentido de Pensar o Alemão, movimento que os mobiliza na atualidade. Lamentam a pouca seriedade de alguns desses parceiros que continuam presos à lógicas oportunistas relacionadas com interesses político-partidários e/ou de fácil cooptação, tirando proveito de fragilidades identificadas.

Têm orgulho dos seus jovens, acreditando no respectivo potencial criativo e inovador. Reivindicam que esses tenham acesso a oportunidades concretas de crescimento pessoal e profissional que lhes permitam romper com o ciclo vicioso da pobreza, destacando a importância

da educação para tanto. Identificam muitos desses jovens como possíveis novas lideranças, não cansando de afirmar que Complexo do Alemão está em pleno processo de mudança.

Destacam a importância da comunicação comunitária, do resgate e valorização da memória coletiva, da identidade do território e de trabalhos realizados por atores locais para a melhoria da qualidade de vida do conjunto de moradores, apresentados na mídia de forma deturpada.

Segundo eles, a população do Alemão tem o direito de lutar por permanecer no território que ajudou a construir e a significar e do qual se orgulha por pertencer. Nesse sentido insistem na importância de um trabalho conjunto para romper com a remoção branca, fortalecer laços internos de solidariedade e sentimentos de união.

Clamam por políticas públicas para o território construídas coletivamente, estruturantes, pautadas pela organicidade e intersetorialidade, com sustentabilidade técnica, política e financeira, asseguradas. Políticas de Estado e não de governos, as quais deverão ter a transparência garantida, em todos os aspectos considerados. Reafirmam a necessidade de cumprir com preceitos da Constituição Federal de 1988 com relação aos direitos de cidadania.

Reivindicam a aplicação da lei imediata para coibir a atuação de empresas que estão explorando e agredindo a Serra da Misericórdia, declarada Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana, o que não vem sendo respeitado pelo próprio poder público que insiste em não autuá-las.

Enfim, moradores e lideranças do Complexo do Alemão são objetivos e claros nas suas percepções e falas. Fragmentos dessas falas são expostos a seguir em função do diálogo aberto com estes pelo Fórum Nacional.

Forum Nacional: Gostaria de fazer uma pergunta inicial. Quem é o Complexo do Alemão? O que diferencia ele das demais comunidades? O que diferencia o Complexo do Alemão da Maré, do Jacarezinho, de Mangueiras, o que ele tem de diferente? Como são as diferentes comunidades? Vocês já me trouxeram elementos importantes além da questão da união. Escutei projetos aqui que soaram como música também. A cooperativa da liberdade, a comunicação e o Tiago, o trabalho de resgate do funk, as associações estarem aqui com esse discurso de participação, o Saúde da Família com essa crítica bastante pertinente... Dá para ver que a massa crítica aqui é abusada. Abusada no bom sentido...

Depoimento 1: *Posso começar? Vou falar até como juventude porque só tenho 25 anos e posso dizer que o Complexo do Alemão hoje não é mais o mesmo que há cinco anos atrás. Eu estive inserida de alguma forma no eixo dessa mudança porque fiz parte de todo o processo de acompanhamento das obras do PAC, da pacificação, então, quando acontecem encontros como esse, a gente também está dialogando com o governo e com vocês do Fórum Nacional. Por mais que hoje ainda seja limitada essa conversa para mim já é*

um grande avanço. O Complexo do Alemão é cercado por uma grande mídia que distorce a realidade e a gente fica a todo momento tentando quebrar esses estereótipos que ela veicula de forma inapropriada. Quando as pessoas conseguem vir até aqui e apurar os fatos, ficam impressionadas. Outras pessoas que simplesmente pegam o teleférico passeiam vinte minutos e falam que já conheceram o Complexo do Alemão. Tem muita gente que se deixa levar por esse discurso: “fui lá no Complexo e conheci”. E não é assim. Não conheceu nada. Acho importante essa coisa dos atores locais terem esse protagonismo, compartilhando essa vivência, resgatando essa memória, não deixando morrer tudo aquilo que foi vivido aqui, que foi sofrido. Muita gente fica me perguntando coisas e talvez antes, até por inocência, eu acabava entregando informações e essa pessoa estava usando a gente como objeto de pesquisa não presencial, não vivenciou aquilo, o próprio território, a energia das pessoas, o histórico positivo ou negativo do lugar. Essa coisa de ser usado nesse momento não estamos nos permitindo. Antes eu também percebia que vinha muita coisa pronta de fora. Eles não aproveitavam a mão de obra local, não qualificavam quem estava aqui. Isso também está fazendo parte da mudança. Estamos construindo juntos, acredito que já estamos num momento de dialogarmos. A pessoa não vai chegar, a empresa, seja lá quem for, e impor que seja feito aquilo daquela forma, da forma que eles construíram de fora.

Depoimento 2: A gente está num movimento no Complexo do Alemão que foi provocado. Num determinado momento o pessoal dos agentes de saúde aqui do PSF do Alemão provocou o Raízes: “temos que fazer alguma coisa, não pode ficar nessa” e a partir daí trouxemos os agentes de saúde, discutimos, estamos construindo um processo. Estamos fazendo reuniões desde janeiro do Pensa Alemão. Primeiro com relação ao lixo na comunidade. Veio o coordenador da Comlurb, o presidente da Associação de Moradores daqui e a gente vai construir uma ação coletiva juntos. E por aí vai. Vamos discutir cada questão e partir para a ação coletiva.

Depoimento 3: Estou desde 1997 participando dessas discussões sobre o social no Alemão. Durante muitos anos ele foi invisível. Ele foi invisível para a cidade, invisível para o mundo e era caracterizado como lugar do mal, território do mal. Ele era o excluído dos excluídos na cidade e no país. Esse era o Alemão, tratado de forma perversa. Hoje mudou muito, mas continua perverso, agora somos o Alemão do exótico. Não houve uma mudança de valorização do território, nem dos seus moradores. Continua a criminalização dos jovens, a forma de abordagem é sempre a de enfrentamento, policiais da UPP, às vezes, criminalizam o jovem e não entram com uma proposta de resgate, de abertura. O Alemão sai de um momento de invisibilidade na cidade para um momento de visibilidade exacerbada e exótica, as meninas daqui só vivem na laje e rebolando ao lado de carros, como mostra a novela da Globo. Não existem meninas que estudam, que fazem faculdade, são do movimento social, que pensam? Parece que ninguém pensa no Alemão, que todo dia é dia de laje. Essa é uma questão específica.

Depoimento 4: - *No momento que o Alemão passa a ser visível é um microcosmo da cidade, pela sua diversidade. Se você pega as favelas da Grota e de Nova Brasília na parte comercial, são lugares extremamente urbanos, é a vida da favela, da mobilidade, tudo acontece nessas duas comunidades. Já se você vai nos Mineiros chega numa área extremamente rural, quieta, sem acesso a serviços. Porque quando eles chegam, o governo chega, só chega para a vitrine, na Itararé, não até os Mineiros e outras. Não faz um trabalho no interior das comunidades. É um projeto de cidade que está aí em que o Alemão passa a ser visto como um lugar exemplar de ações de políticas públicas, mas são ações que não são estruturantes, são excludentes. Está faltando recurso no Alemão? Não, não falta recurso. Falta eficácia na sua aplicação. Falta atender as necessidades coletivas, essa é a questão. Recurso tem de “monte” no Alemão. Todo fragmentado, atendendo a ações pontuais diversas, interesses mais diversos ainda, de atores internos e externos. Alguns internos são aqueles que não têm um acúmulo crítico desse processo, são usados muitas vezes, sobretudo no turismo está acontecendo isso. Pessoas sendo usadas para mostrar como é a miséria e a pobreza no Alemão. É um projeto de cidade de inserção de uma nova classe média; uma parte está aqui dentro das favelas e outra não aguenta, tem que sair. Esta última é vítima de uma remoção branca. Não há política pública consistente em nenhum canto. Não se respeita a dinâmica local, não se fortalece a economia local, as identidades sociais, culturais... Isso está sendo desconstruído. Por isso, temos que ter nosso Centro de Documentação e Memória, sempre estamos defendendo a importância disso, porque estão desconstruindo a memória e a cultura das nossas comunidades. Esse é o ponto principal que eu gostaria de reafirmar: está sendo construído um projeto de exclusão desses territórios urbanizados e já vem ocorrendo dentro do Alemão (sobretudo nas favelas da Zona Sul é o que mais vem ocorrendo), moradores estão sendo empurrados para fora. A prioridade que a gente discutiu quando fizemos o Plano Sustentável do PAC, quando discutimos a agenda propositiva do Comitê da Serra da Misericórdia e agora no Pensa Alemão é a universalização do saneamento básico. A questão que a gente vem discutindo de saúde, de dados oficiais, que cada um real investido em saneamento básico dois são economizados na saúde. A qualidade de vida passa pelo saneamento básico universalizado. Hoje você tem saneamento básico na vitrine, em todo o Alemão pré-PAC a situação está pior do que estava, montanhas de lixo e escombros. O que tem de melhor são as unidades habitacionais, os equipamentos que estão na Itararé, claro que são bem-vindos e eram uma necessidade, mas foram colocados estrategicamente na Itararé para servir de vitrine e tapar a visão dos sérios problemas de infraestrutura que ocorrem em todas as comunidades. Muitas pioraram a partir de obras do PAC.*

Fórum Nacional: - A jovem de 25 anos fala: “Puxa há cinco anos atrás não me imaginava nisso...” Ela tem uma palavra positiva. O diálogo, nós estamos avançando, estamos sendo empoderados, estamos sentando com o poder público, estão escutando a gente... Por outro lado, você tem uma outra fala, de lideranças com experiência acumulada, mais vivência: “hoje eu estou vendo a exclusão, estou vendo a remoção, estou vendo a desconstrução da memória...” As duas situações são concomitantes. Eu gostaria que

vocês continuassem falando, como é que vocês estão vivendo isso? Quem é o Alemão? O que está acontecendo no Alemão? Quais são os principais problemas? Tem um avanço de um lado e recuo de outro... Estou correta?

Depoimento 1: *O Alemão não mudou, está mudando! Está em processo de mudança, como a jovem ali falou. Ele tem um coletivo que se chama "Ocupa Alemão" que são jovens que vão para a praça expor o que eles estão achando de tudo o que está acontecendo; fazem denúncias, fazem propostas, têm acesso às redes de comunicação e sabem lidar muito bem com elas... Eu gosto de falar como o jovem está presente, porque antes nossas reuniões eram uma coisa arcaica, só tinham moradores de 30, 40 anos para lá. Hoje está mudando. O jovem tem voz, expõe o que está pensando e ajuda a mudar a imagem do Alemão na mídia..., sempre foi deformada. Você está falando que só mostra a menina na laje e a gente fica de binóculo olhando. Isso é piada. Hoje estamos nos unindo para que as coisas aconteçam e não se limitem ao Pensa Alemão, que é muito importante. As redes sociais que o pessoal do Complexo do Alemão está usando, principalmente os jovens estão me ensinando muito. Até tirei uma foto do facebook e levei lá para Comlurb. O cara de lá viu e mandou hoje mesmo alguém ver (postei hoje de manhã)... funciona.*

Depoimento 2: *Pois então eu digo para você o seguinte, o que recebemos está fragmentado. Tem o gari comunitário que presta serviço para as associações de moradores, o que é importante; têm os agentes de saúde que fazem um trabalho fundamental. Eles tinham que trabalhar juntos. Antigamente nós não tínhamos nada e ninguém na comunidade a não ser um no Itararé que era você, um no Adeus que era eu, enfim, era um ou outro, mas hoje nós temos um monte de gente que está agarrado, mas esse trabalho de junção das ações tem que existir. O gari tira o lixo, o morador vai e joga o lixo e o agente de saúde faz o quê? Deveria estar fazendo ações de promoção no território que são de prevenção. Agora tem uma história de um trabalho burocrático, de colocar dados no sistema, que tem que fazer no escritório e alguém se prevalece disso daí para não fazer visitas nas casas: "eu tenho que colocar tudo no sistema" – e essa história de colocar no sistema ocupa todo o tempo do agente e ele não vai para o território. Na verdade a queixa está grande, temos uma UPA, uma Clínica da Família, no entanto, a comunidade não tem o serviço garantido. Isso é uma coisa que nós temos que ver a nossa voz tem que estar tão engrossada, tem que estar tão forte que diga ao poder público: "vocês colocaram lá, e a ação, o resultado, a melhoria, a saúde da população como está?".*

Depoimento 3: *Sabe por que isso acontece? Porque temos uma cultura de só reclamar. Não temos a cultura de reclamar e atuar para mostrar como funciona. Ali na Clínica da Família, no Itararé, eu reclamo, mas eu tenho reunião com o gerente de lá e ele deixa a gente dar palpite na administração dele.*

Depoimento 4: - *O que acontece... São 47 anos que tenho no Alemão. Olha a trabalhadeira! O Alemão nunca teve um projeto de desenvolvimento. De 2007 para cá avançou um pouco. A gente nunca teve isso. Com o PAC, eu acreditei que a gente poderia sofrer grandes transformações. Sabíamos que tínhamos um desafio que era o poder armado dentro da comunidade, sabíamos que iríamos enfrentar vários conflitos, sabíamos que tínhamos que lutar também e participar. Tiveram vários conflitos porque o Alemão naquela época começou a se empoderar, pessoas físicas participaram das reuniões. A partir desses momentos foi que o Alemão conseguiu construir uma nova visão para fora, porque antes a gente tinha uma visão interna, a gente sofria uma violência com a falta de escola, falta de políticas públicas no geral. Hoje a gente tem ciência que essa política pública é dever nosso enquanto cidadão, eu sinto isso, e a gente tem que se articular para isso. Eu sempre acreditei. Eu já sofri muito dizendo que morava no Alemão em vários debates aí fora. Em 2000, eu participei da pesquisa da UNICEF que fez o estudo da situação de violência dentro e fora da comunidade e o que a gente escutava do Complexo do Alemão entristecia. Quantos empregos eu perdi por morar aqui?! Hoje eu sou reconhecida enquanto liderança comunitária, hoje eu estou dentro do Conselho de Direitos Humanos e não me agrada muito certas coisas que acontecem, mas preciso ter discernimento que a gente tem que ocupar esses espaços. Ontem eu apresentei uma foto no meu facebook do posto de saúde do Alemão. Porque para mim é necessário que a gente brigue. Enquanto não nos reconhecermos como cidadãos de direitos a gente não consegue as coisas. Hoje estamos começando a nos reconhecer. Temos uma estrada longa. Ela é assim se você sobe um degrau desce dois, mas você tem que insistir e subir nele. Hoje temos espaço coletivo para debater sobre isso, sempre acreditei nessa agenda que o Alan falou, sempre acreditei no Comitê, às vezes, eu ia convidar a pessoa e ela me criticava, mas eu sempre acreditei que o Alemão tem potencial para ir muito mais e hoje eu acredito na juventude do Alemão, sabe por quê? Porque ela está indo à luta, ela está brigando, ela está se empoderando. Eu sou uma pessoa apaixonada pelo Complexo do Alemão, eu sei o potencial que a gente tem. Só precisamos disso, dessa união, de escutar o outro e ter discernimento na hora dos conflitos, eu acho que isso está acontecendo. A jornada vem de muitos anos, não foi comigo, foi com os presidentes das associações que já existiram, que brigaram, que perderam suas vidas aqui porque brigaram por essa comunidade. Sabemos que existem muitas pessoas que foram caladas, mas hoje temos a força para não nos calarmos e acho que temos que aproveitar esse momento. Não podemos deixar os egos e vaidades tomarem conta porque eu sou Alemão, nunca deixei de ser. Apoio todas as associações porque eu acredito que são elas hoje as responsáveis pelo território, acredito nas instituições que surgem e naquelas que surgiram. Para mim o Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia ajudou a surgir outras organizações no Complexo. Hoje estamos mais empoderados e a gente precisa muito mais discutir saúde e a agenda propositiva era é isso. A gente pode subir mais degraus é*

só querermos e eu acho que o Fórum Nacional é um momento. É importante demais. Vai dar vez e voz a gente e nós precisamos disso. Esse é um processo em construção, sabemos e estamos aí para colaborar e contar com colaboração. É como se fosse uma igreja, ela nunca termina a obra. Temos que pensar assim, é isso.

Depoimento 5: - No Alemão, em determinados momentos, tem o Comitê que trabalhamos reunindo mais de 30 instituições e tinha também o pessoal da Penha. Construímos a agenda propositiva, estávamos discutindo internamente com muita força para dialogar políticas com o poder público. Queríamos sentar na mesa e discutir educação, não queríamos engolir goela abaixo uma escola de referência de ensino médio na Itararé. A política de educação não pode ser questão de uma escola. Queríamos discutir o que são nossas escolas hoje, qual a demanda por vagas, aquela escola vai atender qual perspectiva de formação, envolvimento da comunidade no projeto político pedagógico... qualidade no ensino. E a mesma coisa na saúde, não é suficiente implantar um posto de saúde aqui. É bom, é interessante, é necessário, mas não resolve o problema de saúde. Não avança. Lá no CONSA avançamos muito mais na época do Sérgio Arouca discutindo quais as atribuições de unidades diferenciadas de saúde, nosso papel, o papel do governo. Nós construímos tudo isso. Isso que queremos retomar, com esta profundidade. Não queremos intervenções pontuais e somente.

Fórum Nacional: - Qual foi o entrave da agenda propositiva?

Depoimento 1: - Calendário eleitoral, por um lado; uma desestruturação, por outro, porque estávamos puxando para que o diálogo fosse coletivo com o Comitê e não instituição por instituição como foi feito. O governo pegou algumas instituições importantes, financiou alguns projetos pontuais delas e isso acabou enfraquecendo o movimento. Esta fala não é uma crítica às instituições que aceitaram porque elas tinham que fazer isto mesmo. Acho que é papel do poder público fortalecer trabalhos bons do território, mas o problema é a forma como eles fizeram e fazem isto. Eles desarticulam porque é estratégico. Seria melhor fortalecer. Qual era nossa proposta? Cultura, por exemplo. Discutir uma política de cultura. Discutiu-se a política de cultura? Quais as ações estruturantes? As ações devem ser realizadas por instituições que tem expertise nisso. Vai trabalhar com saúde? Vamos discutir saúde. Na hora de fazer a ação estas devem ser realizadas com as instituições locais e outras que trabalham com saúde. O ponto inicial é discutir políticas públicas estruturantes, e isso não aconteceu. Não acontece. Isso é histórico, não é problema só desse governo; é uma cultura de país que tem que ser mudada. Aí está a luta. Depois que desestrutura o Comitê, o diálogo com as associações, de alguma forma, também é fragmentado, conversa aqui, conversa ali e vai desestruturando o coletivo... O governo vem com um trabalho social querendo construir o Conselho Comunitário do Alemão sendo que o Alemão já tinha uma articulação que era da própria comunidade. Tinha que partir do que já existia. Ele desarticula e depois quer rearticular, mas na condução deles. Isso foi um problema.

Depoimento 2: - O governo acha que na comunidade não tem nenhuma instituição com capacidade de gerenciar nada. Ele pega uma grande instituição lá de fora, investe pesadamente nela, ela faz um Fórum desses que estamos fazendo aqui, tira um montão de fotos, leva para lá, mostra as participações, faz perguntas a cada um de nós e monta tudo que nós falamos. Mas daí faz outra coisa. Pega essa instituição externa, articulada com ele e faz o que quer. Não pensa que nós aqui dentro podemos e sabemos fazer; temos que participar. Tem gente preparada aqui, com projetos e conquistas, que pode falar do lugar com propriedade de quem está vivendo isso no dia a dia. Gerenciar um projeto o Raízes gerencia, outras instituições podem também gerenciar. Sociólogo nós temos, temos psicólogo aqui dentro, pedagogos, assistentes sociais, mas eles trazem todos os profissionais de fora para atuar aqui dentro. E esses que chegam nem tentam dialogar conosco. Não respeitam nossa história no território. Essas reuniões que fazemos com as associações, com ONGs aqui dentro vão dar um problema lá para fora. Eles estão se organizando, podemos nos fragmentar de novo. Vai chamar a associação dele, a instituição dele, a minha e falar que estão com um projeto lá, mas nós temos os nossos escritos, temos projetos montados até de forma coletiva e não temos como ir atrás de recursos porque não sabemos onde eles estão, eles estão lá fora e sabem. Também não conseguimos acessá-los porque tem aquele montão de papelada que tem que ter, às vezes, custosa para nós. Por isso quando fui organizar a nossa instituição nós corremos atrás do Conselho Tutelar, do movimento social, temos alvará para funcionar, temos tudo. Mesmo sendo uma instituição com dois anos de existência.

Fórum Nacional: - Foi feito algum inventário de projetos locais?

Depoimento 1: - Não. Isso foi ensaiado em alguns momentos pela UPP social. O pessoal foi andando e levantando algumas necessidades, o que estavam fazendo as instituições...

Depoimento 2: - Ou perguntando para aprender para eles fazerem!

Depoimento 3: - O que existe é trabalho de pesquisa tentando entender as ações coletivas da comunidade e isso não tem nada a ver com o poder público. Tem uma pesquisadora que está fazendo um trabalho pela UFRJ de mapeamento cultural. Na realidade está fazendo um trabalho de entender um pouco essas ações no território. É um trabalho muito mais ligado à pesquisa.

Depoimento 4: - Eu estou lembrando da experiência do CRJ quando vieram com aquela proposta de estar pegando alguém do território para estar à frente da coordenação local. Na hora que inauguraram o CRJ eu acreditei ser de fato um equipamento público que atendesse a juventude do Complexo do Alemão. No entanto, eles já chegaram com uma coisa pronta e falaram que iriam moldando de acordo com o conhecimento da área, enfim... Só que nem isso aconteceu porque a política entra de uma forma absurda, política partidária, campanha de candidato. Política.

Fórum Nacional: - Queria escutar quem não falou ainda. O que dá certo aqui dentro, o que funciona?

Depoimento 1: - *O Centro de Cultura Digital. Dei o exemplo da própria Praça do Conhecimento, acho que deveria ter um equipamento público que atendesse também essa demanda de cultura, de eventos. Toda vez que vamos fazer um evento esbarramos em várias burocracias, resolução 013, tem que ter isso, tem que ter aquilo e sabem que não temos estrutura para atender tudo que eles pedem. Sempre passamos por essa luta, mas acabamos dando um jeitinho e fazendo acontecer.*

Depoimento 2: - *Aqui tem uma FAETEC na Paranhos, o CVT, que oferece cursos, mas a maioria pede que a pessoa tenha o segundo grau. Para se inscrever tem que ter o segundo grau. Daí exclui. Fiz uma entrevista agora com jovens egressos do tráfico e do sistema. É impressionante como aparece para eles a demanda por educação. Pergunta: O que precisa na sua vida que fizesse você não voltar para o tráfico ou você não entrar? Resposta: 90%, educação. Uma educação de retomada, não uma educação convencional de ensino fundamental e médio e uma educação que ensine mesmo. Muitos dizem que querem prestar ENEM, com a facilidade do FIES para Universidade, bolsa...mas não podem pleitear porque não têm escolaridade precisa. É impressionante como aparece isso. O que dá mais nas entrevistas.*

Depoimento 3: - *Eu fiz uma parceria com o SESI na comunidade. Abri duas salas de aula, uma de ensino fundamental e uma de ensino médio, mas não estou conseguindo dar conta de tanta gente. Isso foi de suma importância, sabe por quê? Meninos que eram do tráfico, meninos que não conseguiam estudar estão indo lá. Oportunidade de seis em seis meses eles conseguem concluir etapas, só que em alguns momentos a gente se esbarrou com a burocracia de onde eles estudaram para ter o histórico escolar. É uma demanda. Se eu estudei numa escola, não tenho direito de ter esse documento sem tanta burocracia? Um mês, um ano. “A gente não pode dar esse documento agora” – eu tive uma demanda muito grande de jovens com 17 anos que a família quer que trabalhem e que não podem cursar esse ensino médio que está aí. Não pode por necessidade mesmo. Vários jovens tiveram que voltar para a escola regular e deixar completar 18 anos para estudar no Educap, mas até quanto à parceria do SESI vai avançar eu não sei, o que eu sei é que eu estou lutando. Emprestamos a sala, fico lá todo dia até dez horas da noite, compro produto de limpeza, tudo por conta.*

Depoimento 4: - *A geografia do Complexo do Alemão é complicada e tem que atender a demanda. Começa aqui em Olaria e vai até quase Engenho da Rainha...*

Depoimento 5: *A saúde também é uma questão geográfica aqui. Temos duas áreas programáticas no Alemão, geridas por que equipes diferentes. Temos também duas*

regionais de educação. A saúde também, área programática três um e área programática três dois. Elas não dialogam e o território não está 100% coberto, têm mais de 23 mil famílias descobertas por saúde, e mesmo as que têm cobertura não são bem atendidas, tudo muito superficial. O Alemão é a área sem atuação mesmo.

Depoimento 6: - E quando eles pensam em geografia pensam na área de visibilidade.

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL NAS OBRAS DO PAC COMPLEXO DO ALEMÃO

Maria Gabriela Bessa

Superintendente de Trabalho Técnico Social
Casa Civil / EGP-Rio

O Complexo do Alemão é uma das áreas de favelas que mais se transformaram nos últimos anos. Em 2007 foi selecionado para receber investimentos em obras de infraestrutura, construção de equipamentos públicos, abertura de vias, melhorias de acessibilidade e construção de novas unidades habitacionais através do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, recebendo, pela primeira vez, um projeto que visava transformar e resgatar a autoestima da população que ali vivia.

Durante anos, o Complexo do Alemão foi conhecido como território com precariedade de infraestrutura e de oferta de serviços públicos, e com alto índice de criminalidade. Na mídia a repercussão era sempre negativa, vista como uma área dominada pelo narcotráfico e abandonada pelo poder público. A economia local foi sendo extremamente abalada, sobretudo a partir da década de 90, culminando com a saída de diversas empresas e indústrias que atuavam no entorno e geravam inclusive emprego para os moradores.

Uma das primeiras dificuldades encontradas pelo Trabalho Técnico Social⁹ foi a de caracterizar quantos eram e como viviam os moradores do Complexo do Alemão, uma vez que existiam poucos dados oficiais das subcomunidades a serem trabalhadas. Para romper com essa falta de informação foi realizado o primeiro censo de favelas do Brasil: o “Censo Domiciliar” e o “Censo Empresarial”, realizados no período de julho de 2008 a maio de 2009¹⁰, que têm sido utilizados por diversas esferas de governo, universidades e outros interessados em entender e caracterizar o Complexo do Alemão.

No que tange à questão populacional, o referido Censo identificou 29.984 imóveis, sendo 27.624 domiciliares e 2.360 não domiciliares, estimando-se um total de 89.912 habitantes.

⁹Doravante denominado “TTS”.

¹⁰Disponível no endereço <http://www.egprio.rj.gov.br>

No que diz respeito ao Censo Empresarial, foram identificados 5.367 empresas ou empreendedores, o que revelava o potencial e a dinâmica interna dessas comunidades.

A realização do Censo foi uma das primeiras ações do TTS, servindo como base para alcançar seu objetivo principal: a transformação física, econômica e social, aliando intervenção e urbanística com desenvolvimento territorial¹¹.

O TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

O TTS desenvolveu sua própria metodologia, e considerando principalmente a realidade e as características de cada território trabalhado:

- Minimizar os impactos negativos as comunidades ao longo da intervenção e Maximizar os impactos positivos para que a população possa compreender a importância da intervenção;
- Gerar oportunidades de trabalho e renda para a comunidade através das ações do TTS e da obra, qualificando e absorvendo a mão de obra local e desenvolver ações de planejamento, formação e instrumentalização com moradores da comunidade para o fortalecimento da organização comunitária;
- Desenvolver ações de promoção de conhecimento e geradoras de renda junto aos moradores relativas aos temas da educação sanitária e ambiental e outros eixos considerados importantes pela população local.

Para atender, o TTS foi dividido em dois grandes eixos, a saber: Gestão de Impacto da Obra e Desenvolvimento Territorial, que podem ser representados pelo seguinte esquema gráfico:



¹¹O TTS do PAC atuou no Complexo do Alemão de forma compartilhada com a prefeitura do Rio, ficando a cargo do Estado as subcomunidades, a saber: Morro do Alemão, Grota, Nova Brasília, Parque Alvorada / Cruzeiro, Itararé, Morro da Baiana, Morro da Esperança (Pedra do Sapo), Joaquim de Queiroz, Fazenda das Palmeiras e Morro do Adeus. Portanto, as ações realizadas dizem em respeito a essas áreas.

GESTÃO DE IMPACTO DAS OBRAS

Para que as obras de construção do teleférico, bem como para as obras de infraestrutura fossem realizadas, foi necessária a implantação de processos de realocação. Para isso o governador assinou o decreto estadual nº 41.148 de 24/01/08 que regulamentava o processo de desapropriação em assentamentos populares. As famílias que precisavam ser realocadas passaram por um processo de negociação onde podiam optar por três modalidades: indenização pela benfeitoria, nova aquisição (governo acompanha o processo de compra) ou uma Unidade Habitacional.

No Complexo do Alemão foram realocadas um total de 3.716 famílias. É importante dizer que desse total, 920 moram hoje em um dos cinco empreendimentos construídos pelo PAC. Além destas, outras 582 famílias que foram afetadas pelas chuvas de abril de 2010 passaram a viver em dois condomínios originalmente construídos para o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), adquiridos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para minimizar o impacto da tragédia sobre a população do Complexo do Alemão. Assim sendo, no Complexo do Alemão há 1502 famílias vivendo em novas Unidades Habitacionais.

Como parte das ações do TTS, os moradores das novas Unidades Habitacionais passaram por um processo de construção coletiva das regras de convivência nesse novo espaço de viver, pactuando entre si o regulamento interno e elegendo de forma democrática seus representantes através de uma comissão gestora.

Durante todo o período das obras foi mantido um espaço físico de interação com a população, através do Canteiro Social¹³. Além de atendimento ao morador aconteciam também diversas reuniões, entre as quais as Reuniões de Acompanhamento das Obras e de Remanejamento.

No espaço do Canteiro Social aconteceram diversos encontros que reuniram mais de 900 moradores para discutir propostas de desenvolvimento para o Complexo do Alemão. O resultado desses encontros gerou um Caderno de Resultados. Aliando os resultados do Censo e as discussões oriundas do debate sobre Desenvolvimento Sustentável para o Complexo do Alemão, foram elaboradas as propostas para o eixo de Desenvolvimento Territorial.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Na busca por gerar desenvolvimento local, o TTS investiu em três frentes principais de atuação, de acordo com as orientações do Ministério das Cidades: Geração de Trabalho e Renda, Educação Ambiental e Fortalecimento das Organizações Locais.

¹³O nome do Canteiro Social é em alusão ao Canteiro de Obras. Tornou-se um espaço de interlocução entre território e Governo do Estado

Diversos cursos, atividades e ações foram desenvolvidos, destacando-se entre eles as ações que foram executadas em parceria com as Organizações Sociais Locais, num processo de construção compartilhada de soluções para o território. Com o objetivo de apoiar as Organizações que já trabalhavam no Complexo do Alemão e tinham potencial de execução, foram realizadas parcerias para execução dos projetos de Educação Sanitária e ambiental e Geração de Trabalho e Renda. Atualmente essas organizações continuam atuando e ampliando suas atividades no território.

AÇÕES DO TTS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A equipe do TTS desenvolveu e executou diversos projetos em parceria com grupos locais. Apresentamos abaixo alguns grupos e projetos; 1) “Ecos da Liberdade”, executado pela Cooperativa Eu Quero Liberdade (Cooper Liberdade), capacitou egressos do sistema penal para: a) coleta de óleo vegetal em condomínios do PAC; b) realizar ações de educação ambiental junto aos seus moradores; e c) produção semi-artesanal de sabão vegetal a partir do óleo coletado; 2) “Inventando Moda”, executado pela ONG Descolando Ideias que é liderada por um grupo de jovens moradores do Complexo do Alemão: capacitou jovens entre 15 e 25 anos em oficinas de teatro, dança, figurino e cenografia; 5) “Núcleo de Promoção da Saúde Ambiental e Reciclagem Comunitária (GIRAR)”, executado pelo Centro de Promoção da Saúde — CEDAPS que articulou parcerias para a criação de um Centro Comunitário de Coleta Seletiva e um Núcleo de Saúde Ambiental e Reciclagem Comunitária, além de formar Agentes Ambientais e de Reciclagem Comunitária para a promoção da saúde ambiental; 6) “Estação Natureza”, executado pela ONG Verdejar Socioambiental, que mapeou e identificou as trilhas no Parque da Serra da Misericórdia, além de capacitar jovens das comunidades para a realização de ações de sensibilização junto aos moradores do Complexo do Alemão; 7) “Bom Fruto”, executado pelo Centro Social Ceinha Rocha capacitando jovens para recepção ao turista nas comunidades do Complexo; 8) “Educar para Transformar: Nunca é Tarde para Estudar”, executado pela ONG EDUCAP, alfabetizando jovens e adultos; e 9) “Livreiro do Alemão”, executado por Otávio Jr., de promoção da leitura. Todos fizeram novas parcerias e continuam executando e ampliando suas atividades, inclusive com apoio de organizações internacionais, além dos projetos elencados acima o TTS executou diversas outras atividades de geração de Trabalho e Renda, bem como de educação ambiental ao longo dos anos.

O fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil é um bom exemplo do acerto nas ações do TTS no Complexo do Alemão. Embora o Governo do Estado reconheça que ainda há muito a realizar no âmbito do Desenvolvimento Territorial, a ênfase na parceria com grupos locais mostrou-se frutífera. Alguns dos grupos mencionados foram formalizados com apoio do Estado, por exemplo, sendo que todos têm ampliado sua atuação local, tanto na área de Educação Sanitária e Ambiental quanto na Geração de Trabalho e Renda.

Vale destacar, em termos de sustentabilidade, o fato desses grupos auxiliarem uns aos outros em seus projetos e atividades, cada um com sua expertise.

CONCLUSÃO

Os investimentos do governo do estado no Complexo do Alemão não findaram. Serão retomadas as obras para conclusão do PAC 1, com a finalização da infraestrutura prevista inicialmente, bem como as obras de retaguarda de abastecimento de água para Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE). Nesse sentido, as atividades do Trabalho Técnico Social também serão retomadas, a fim de construir um canal de diálogo com a população e implantando ações para minimizar os impactos da obra, e gerando desenvolvimento territorial, tendo como parceiros fundamentais as organizações já presentes no território.

O cenário atualmente é otimista também com relação a entrada da Polícia Pacificadora, que resgatou o direito de ir e vir em áreas que foram duramente ocupadas pela presença do narcotráfico por décadas.

A equipe do TTS continua articulada ao território, buscando manter e ampliar as parcerias conquistadas ao longo desses anos de trabalho.

Embora aja muito investimento necessário para atender ao tamanho da demanda do Complexo do Alemão, é notável a transformação desse território, que deixou de estar presente apenas nas páginas policiais dos jornais, para receber turistas e ter suas belezas, inclusive mostradas em teledramaturgia e na mídia internacional.

Entendemos que a experiência do PAC 1 foi pioneira, e que os processos de participação nas áreas de intervenção deveriam ser ampliados, para isso nos novos territórios foi implantado um processo de construção participativa desde a concepção dos projetos urbanísticos, através de diagnóstico sociais participativos.

Capítulo II

A PALAVRA DE MORADORES E LIDERANÇAS

1. ENTREVISTA COM ALAN BRUM PINHEIRO

Alan Brum Pinheiro, 44 anos, sociólogo, coordenador do Instituto Raízes em Movimento, que funciona há 12 anos no Complexo do Alemão.

Fórum Nacional: Eu estou percebendo que a gente fala Complexo do Alemão como se fosse um bloco homogêneo e o Complexo do Alemão são diversas comunidades muito diferenciadas. Você pode falar um pouco o que é o Complexo do Alemão?

Alan: O Complexo do Alemão tem uma ocupação diferenciada relacionada com migrações de diversos locais. Isso resulta em características muito diversas. No Morro do Alemão, por exemplo, você encontra muita gente do norte do Estado do Rio de Janeiro, tem uma característica muito específica do pessoal de Campos. Você vai ao Morro dos Mineiros e lá têm muitos moradores que vieram de Minas Gerais. Em todas as áreas você tem um boom muito grande de nordestinos. Também o relevo faz essa diferenciação. Temos o Morro da Alvorada e Itararé que são de um lado do maciço. Do outro, o Alemão, indo até o Morro dos Mineiros, parte inicial do Alemão, existe uma alta densidade. Seguindo Itararé e Alvorada temos o Morro das Palmeiras que agora está tendo uma circulação maior por conta da estação do teleférico, porque ele é muito íngreme, menos denso. O Morro dos Mineiros está numa área muito menos densa também, mas, diferente do Morro das Palmeiras, está próximo à Área de Proteção Ambiental e tem terrenos grandes, até chácaras, criação de porco, de galinha, de cabra, tudo existe ali. Têm as partes baixas da Grotta e da Nova Brasília que se caracterizam por serem as duas grandes vias de comércio. Cada uma dessas localidades tem o seu papel dentro do coletivo, mas há um simbólico construído de pertencimento ao Complexo do Alemão muito forte, em todas elas. O engraçado é que muitas outras comunidades, favelas, periferias, conjunto de favelas colocam que quando o poder público as denomina de Complexo, há uma rejeição. No Alemão, muito pelo contrário, pode chamar só de Complexo que o pessoal entende rapidamente que está falando do Alemão, tem orgulho de ser Complexo, não tem esse problema.

Fórum Nacional: O que cimeta isso? Você disse que existe um orgulho de pertencer ao Complexo do Alemão, existe uma base identitária forte de território. O que faz essa base forte, se existem essas diferenças grandes em termos territoriais?

Alan: Vou levantar hipóteses de percepção mesmo. Tem essa questão de distanciamento do entorno em relação ao Complexo do Alemão, sempre colocando-o como diferente e isso contribui para essa construção para dentro também. Eu sou Ramos, não sou Complexo do Alemão; sou Olaria, não sou Complexo do Alemão. Há uma contra investida: se nos negam. Nós temos uma característica em comum e temos que nos unir para sermos fortes, isso agrega. Isso é o principal para mim. Também não podemos negar que agregado a isso tem a questão dos anos que o tráfico unificou essas favelas com um comando só, diferente de outras comunidades.

Fórum Nacional: O Morro do Adeus não era outra facção?

Alan: O Morro do Adeus era outra facção, mas era o único com outra facção. O Alemão era todo uma facção só: Comando Vermelho. Tem uma característica diferente no Alemão por ser um centro principal da facção, tinha um comando unificado. Você ia a Manguinhos, que também era Comando Vermelho, mas era todo descentralizado. Talvez isso possa ter contribuído para as dinâmicas locais também. Mas acredito que é muito mais pela negação do externo daquele território cercado de bairros de operários de classe média e classe média baixa. Então há uma negação daquele espaço.

Fórum Nacional: A vida política e comunitária no Complexo é forte. Como é esse movimento da Associação dos Moradores para conquista dessa identidade, para organização da mobilização comunitária em torno da defesa dos direitos desse território?

Alan: Ao todo são 12 Associações, se não considerarmos Relicário, que é um processo diferenciado também. Dentro do Complexo do Alemão sempre teve uma articulação forte em torno das Associações de Moradores, elas sempre se articularam entre si.

Fórum Nacional: Tem alguma que esteve mais à frente?

Alan: Sempre. Mais à frente tem a da Grota, inclusive o atual presidente está tentando implementar um novo ritmo porque ele é pressionado a se colocar como presidente das Associações todas porque durante muito tempo o outro presidente se colocava nesse lugar. Essa realidade de outras se aglutinarem em volta de uma, se dá por vários fatores: poder político, eleitoral, poder do tráfico, habilidade do presidente.

Fórum Nacional: Você está falando de passado?

Alan: É passado. As unidades nem sempre são positivas, benéficas. Vou explicar porquê: enquanto as associações tinham esta organização entre elas, se colocavam com um único interlocutor para os atores externos, então, se o poder público falasse que ia ter obra, ia ter aquilo, eles iam, tinham que conversar com o presidente da Associação. Não vinham conversar com as ONGs. Com a saída dessa centralidade da Grota, está se configurando um novo formato, agregando todos os atores sociais do Alemão.

Fórum Nacional: Os presidentes são eleitos?

Alan: São eleitos. Ninguém pode me tirar do Raízes, mas Elias pode ser tirado de lá a partir de uma eleição. Isso é uma característica muito distinta e tenho muito respeito pelas Associações por essa institucionalidade que representam. Já vivemos afastamentos, crises, brigas, mas hoje conseguimos compor e os presidentes das Associações estão entendendo

que o mundo é outro e a crise das representatividades faz com que haja um entendimento que as vozes têm que ser mais diversas. Mas as Associações têm um movimento específico delas porque prestam serviços específicos, também. creche, gari comunitário, Cedae, algumas têm correio. Fazem o papel de cartório pela ausência de tal. Essas características fazem com que as associações tenham o seu momento entre elas, sua agenda própria, mas a gente vem agora (estou dizendo agora de meados de 2012 para cá conseguindo ter um diálogo e construir juntos). O diálogo era sempre uma agenda imposta de fora para dentro ou era uma agenda que não conseguia construir trabalhos articulados... Estou falando de Associações de Moradores e outras instituições. Inclusive moradores avulsos que queriam participar, não pertenciam à nenhuma instituição, eram negados por algumas Associações de Moradores porque havia uma centralidade, uma personificação da representação.

Fórum Nacional: Chamou atenção a quantidade de organizações sociais atuando no território há alguns anos. Há instituições de fora como Afroreggae e a CUFA. Há também as instituições que estão chegando agora, uma panacéia de projetos. Como você explica isso?

Alan: O Complexo do Alemão foi muito tempo abandonado, lugar da criminalização da pobreza, do território. Foi muito difícil colocar o Complexo do Alemão em pauta, na agenda pública. Até hoje não temos muito claro o que trouxe o PAC para o Alemão. Fizemos uma manifestação em 2001 com o Conselho Comunitário de Saúde para construir o primeiro PSF no Alemão. Fizemos uma grande manifestação e envolvemos a Paróquia, Igrejas Evangélicas, Associações de Moradores. Tinha uma coletividade participante. Foi dentro da paróquia que a gente fez o CONSA (Conselho Comunitário de Saúde). Conseguimos com Sérgio Arouca que viesse o primeiro PSF do Alemão.

Fórum Nacional: Quais são as Associações históricas?

Alan: SOS Alemão, que agora é SOS Comunidade (muito ligado à questão político partidária), Verdejar que é uma das primeiras instituições que surgiu, nós do Raízes em Movimento. Mas se você for olhar historicamente, não tinham todas essas instituições no Alemão. Eu estou tentando lembrar da nossa época. Você não tem instituições tão antigas igual ao Raízes e ao Verdejar. Todas vieram no boom do processo.

Fórum Nacional: Foi dada a notícia que foram doados 15 mil metros quadrados para a CUFA para fazer um shopping center? Você sabe algo sobre isso?

Alan: Isso aí é uma questão comercial, não sei se teve doação.

Fórum Nacional: É uma iniciativa interessante?

Alan: Essa semana saiu uma entrevista com o IBASE falando sobre a questão do shopping na favela, na BBC Brasil (no facebook). Eu fiz um comentário um pouco mais aprofundado. Eu

chamo atenção para os espaços de sociabilidade que existem dentro da favela, os espaços de convívio, que são a rua. A falta de uma política pública de fortalecimento da economia local pré-existente preocupa. O que tem é um monte de cursinho de empreendedorismo e crédito daqui e dali. Isso não é política pública, não vai fortalecer a economia local.

Fórum Nacional: Isso em todas as áreas? Educacional, habitacional e de saúde?

Alan: Não teve política habitacional. As pessoas foram removidas para ter um equipamento público, o teleférico principalmente. Não há uma política pública estruturante. A rua é um lugar de excelência nas favelas no Alemão, sobretudo. É a extensão da sua casa, é o terreno onde você conversa, onde você joga bola, bola de gude, onde você bebe, fala do time, onde você bota a televisão para ver o jogo no domingo, come o churrasquinho na feira, onde consome e enquanto consome troca ideia com as pessoas e esse é o comércio de excelência na favela e aí se impõe um formato de comércio. Não está tendo uma discussão. Talvez o shopping da favela não seja do padrão normal, talvez se possa construir outro conceito de shopping. Alguns centros comerciais com mais informalidade, talvez, se tivesse diálogo. Nesse sentido eu fiz uma crítica contundente, isso cada vez mais vai desconstruindo as expressões culturais da favela e as coisas que a favela pode ensinar para a cidade estão sendo solapadas, a sociabilidade da favela está sendo solapada. Empreendedorismo, formação, gestão, microcrédito, sem uma política estruturante - essa é a grande questão. Uma política pública fortalecendo a economia local com arranjos produtivos que aprimorem os produtos e serviços existentes, além de acordos com as grandes empresas para serem fornecedores. Essa é nossa proposta para o fortalecimento da economia local. Nada disso é feito. O que é feito são cursos de empreendedorismo porque você tem que mudar sua mentalidade e se transformar num empresário padrão. Tem que se respeitar as formas de sociabilidade da favela, são diferentes.

Fórum Nacional: Isso é da cultura também.

Alan: Isso me preocupa. Em todas as esferas se dá a desconstrução das expressões culturais e do modo de viver da favela. Ele está sendo formatado, sistematizado de uma forma que o meu medo é voltar acontecer na favela igual quando morei na Glória. Meu quarto era aqui e do outro lado da parede, tinha outro quarto. Minha cama ficava de um lado e a da pessoa do outro lado e eu demorei cinco anos para conhecer esta pessoa. Conversar com ela. Quando falamos da economia local, não é falta de política por inviabilidade, é um posicionamento ideológico. O não fortalecimento econômico faz com que o poder aquisitivo se mantenha ou decaia e aumentam os custos de morar naquela localidade, o que provoca a remoção branca e provocar a remoção branca parece que interessa a algumas forças políticas da cidade. Isso é minha preocupação. Cabem aos movimentos sociais se organizarem e fazerem pressão política necessária para que isso se reverta. Mas

em todos os aspectos isso vem acontecendo, da desestruturação do modo de vida da localidade sem criar políticas públicas estruturantes na saúde, educação, economia... É isso que a gente pede porque preparados nós já estamos para sentar e conversar. Quando fizemos o CONSA, que é o coletivo de associações de moradores, igrejas e instituições sociais, a gente estava discutindo com o Sérgio Arouca. Construiu o primeiro posto que foi no Morro do Alemão, o primeiro PSF, o CONSA estava se consolidando para fazer a gestão do PSF de uma forma compartilhada.

Fórum Nacional: E por que se perdeu isso?

Alan: Logo depois que se cria aquele grupo de universidade particular lá da Zona Oeste, o César Maia entrega todas as gestões de PSF para eles e agora entregou para o Viva Rio. Mas estávamos tentando construir gestão compartilhada com o território. A questão do posto de saúde não era só o PSF. Chegamos a construir um documento de atendimento à saúde da população do Alemão, discutir sobre o papel da unidade preventiva, básica, secundária e terciária. Falamos do PSF, do PAM, do hospital médio e do hospital de referência. Quem vai para onde e com o quê? Como se faz o encadearamento com essa rede de saúde? Trabalhar intersetorialidades que é a dificuldade histórica da gestão pública, isso é um problema. Hoje a agenda principal de reivindicação dos movimentos sociais tem que ser a reforma política, porque não tendo reforma faz com que a gente permaneça nessa lógica política eleitoral de loteamento de cargos não desenvolvendo políticas estruturantes, intersetoriais. Como o prefeito vai fazer uma política intersetorial se ele tem 20 partidos para lotear o cargo? Não tem possibilidade de fazer um trabalho consistente.

Fórum Nacional: As Associações de Empreendedores chegam junto para falar com o movimento social, com as organizações? Parece um negócio a parte e isso já é um problema.

Alan: Não. Duas pessoas aqui. Cadastraram os comerciantes e falam em nome desses comerciantes, mas nem entre eles têm muito diálogo, é uma questão muito mais de poder de representatividade. Fizemos um seminário de Economia Solidária e convidamos a ACENAPE (Associação Comercial e Empresarial do Novo Alemão e Penha), discutimos algumas questões gerais, mas a fala deles é uma fala SEBRAE, não é uma fala de composição, de arranjo produtivo, de cadeia produtiva.

Fórum Nacional: Eu não sei como discutir uma agenda do Alemão sem passar por essas pessoas que estão lidando com a questão da economia local, empreendedorismo. De repente politizar, fazer esse trabalho mais politizado, dar alguma organicidade se tiver espaço para isso.

Alan: Eu acho que vale a pena chamar, conversar com um lado e outro, discutir com eles num fórum mais ampliado, eu sugeriria isso ao invés de discutir com eles como uma

instituição orgânica que eu não acho que seja, promover um encontro de empreendedores e comerciantes lá na Praça do Conhecimento. Podemos até contribuir com essa crítica. Você chama a ACENAPE e afiliados aí conseguimos ter uma escuta real, de como está sendo feito.

Fórum Nacional: Outra coisa que me chamou atenção no Alemão foi a comunicação. Existe um trabalho muito interessante feito pelo Raízes, um grupo de comunicação crítica... Como você vê isso para contribuir com o desenvolvimento endógeno?

Alan: Nós, do Raízes, temos como plano estratégico nos próximos dois anos, duas frentes muito fortes para promover o desenvolvimento do Alemão. Uma é aprofundar e consolidar uma rede de comunicação comunitária trazendo discussões consistentes sobre o papel da mídia, da grande mídia, de como se dá a dinâmica interna, quais os atores, quais os fenômenos que vêm acontecendo, como se instrumentaliza a diversidade de atores com ferramentas de comunicação. A gente vem fazendo algumas ações no Raízes e fomentando com os outros parceiros, como a Praça do Conhecimento, que é um centro tecnológico de mídias sociais, a gente está fortalecendo ali, estamos nas escolas públicas, tem a Voz da Comunidade trabalhando com comunicação, tem o Descolando Ideias. Tem Conexões que trabalha com comunicação... A gente vem tentando fortalecer essa parte de comunicação, esse é um pilar. O outro pilar do plano é a questão da produção do conhecimento acadêmico, história, memória e documentação, pelo medo disso ser desestruturado, imposto de fora para dentro. Urge ter o nosso Centro de Estudos e Pesquisas do Complexo do Alemão. São duas propostas que, a longo prazo, deverão ser apropriadas pela comunidade.

Fórum Nacional: Essa comunicação também é para dentro, do que está acontecendo? Eu percebo que existe uma panacéia de organizações e eu não sei se a informação circula.

Alan: Tem um paradoxo interno e deve ter em outras favelas também. Você tem um monte de grupos de comunicação e quando reúnem as ONGs, a maior reclamação é que não há conhecimento do trabalho que o outro desenvolve. Já tiveram várias tentativas. Tem que se discutir comunicação para criar uma forma de superar o obstáculo que sempre tivemos. Sempre que se começa esse processo ele vai num caminhar que em algum momento se burocratiza e quando se burocratiza todo mundo começa a se olhar – “... Tenho outras prioridades” – isso é abandonado.

Fórum Nacional: Mas têm ferramentas para isso, existe um jornal?

Alan: Não existe um jornal que atenda toda a comunidade, não existe jornal construído coletivamente, essa é uma necessidade. Agora nós temos uma rádio comunitária que funciona nas Casinhas que é formada só por mulheres, a Rádio Mulher. Essa rádio comunitária foi feita em função de um projeto da UERJ junto com a Secretaria de Meio Ambiente. Fica no Casarão que é casa mais antiga do Alemão, antiga sede da Fazenda das

Palmeiras. O morro, os dois juntos, eram uma fazenda e a sede da fazenda está lá ainda. É a sede da Fazenda das Palmeiras só que a Fazendinha está aqui, o Morro das Palmeiras está aqui, mas a sede não fica nem na Fazendinha nem nas Palmeiras, fica no meio das Casinhas. As Casinhas foram remanejamento da Linha Amarela. É a comunidade mais nova, as outras são bastante antigas. O Casarão foi um asilo desde 1928 até três anos atrás. Hoje não é só uma rádio, é um Centro Cultural e está tendo uma mudança de apropriação do espaço que, arquitetonicamente, é lindo.

Fórum Nacional: Como está essa questão do turismo no Alemão que hoje está como favela da moda?

Alan: A gente vem acompanhando, tem vários grupos fazendo um trabalho no Alemão de turismo. A grande maioria é de dentro, mas estão trabalhando muito com o turismo do teleférico, não do Alemão, mas já tem gente tomando consciência disso, está vendo que o teleférico não é diferencial. Também é muito recente, acho que vai ter um amadurecimento. O que a gente tem feito nos espaços, a gente que eu falo são os coletivos que a gente reúne no Pensa Alemão, na Praça do Conhecimento, com as ONGs no Centro de Capacitação, o que a gente vem sempre discutindo... O Sebrae fez um processo de construção de uma agência de turismo agregando vários agentes de turismo locais. Essa proposta ainda está sendo feita e é interessante porque garante espaços de divulgação do turismo dentro de grandes feiras.

Fórum Nacional: O que teria de turismo? Vocês estão trabalhando com resgate de memória e esse passa por essa questão do turismo.

Alan: Eu sempre fui um agente de turismo sem saber. Eu faço meio que um Milton Teixeira do Alemão, a partir da história do Alemão. Quando a pessoa pede para visitar, a primeira coisa que eu faço: paro e penso por onde vou caminhar, quais são temáticas que vou pontuar trazendo um pouco da história. Faço uma leitura politizada do processo porque quanto mais gente não da favela falando sobre as questões da favela é mais importante, então eu aproveito esse momento para isso. Não começo pelo teleférico, começo pela Itararé mostrando o paredão de benfeitorias.

Fórum Nacional: O que é esse paredão de benfeitorias?

Alan: Os equipamentos públicos que estão ali fazendo um paredão. Você entra na comunidade está tudo a mesma coisa. Começo no paredão, entro e deixo o turista se deslumbrar com aquilo ali, aí levo para a realidade. Passa pelos lugares e vamos caminhando até chegar à estação do teleférico, conversando, falando com moradores, explicando qual a situação daqui, a situação dali. Subo o Alemão, apresento um pouco o lado de cá do Alemão caindo para Olaria, explico onde é a rua onde morava o polonês

que era visto como alemão o Leonard, pegamos o teleférico e aí sim vou até a Fazendinha, da Fazendinha faço todo, o histórico sobre a questão das fábricas que eram donas daqueles terrenos ali, como foram desapropriados, como foi a ocupação...

Fórum Nacional: E a Serra da Misericórdia, em que status está?

Alan: É a maior área de preservação de toda a zona da Leopoldina, do grande Méier. É a maior área depois da Floresta da Tijuca, maior área verde contínua. É uma luta e isso está na proposta do nosso Parque Ecológico, não a plaquinha lá que eles colocaram. Mas há o turismo fácil do teleférico e aí você pega a pessoa em Bonsucesso vai até o final tem o mirante lá na última estação sobe de novo o teleférico e volta para cá. Uma pesquisa que a FGV fez demonstra que o gasto per capita médio do turista é de cinco reais, é beber água na última estação. A gente discute que existe o Casarão Cultural, discutimos em ter um Centro de Memória e Cultura, a proposta de passar nos comércios, passar naquela dona que só faz comida nordestina desde que veio do Nordeste, passar na feira que tem características próprias que remetem à história da migração. Você tem a mulher que está fazendo a tapioca há 15 anos, então trazer ele consumir e não um turismo só de passear no teleférico. O teleférico tem que ser usado como chamariz. Claro que é lindo passear, ver aquele visual é uma delícia, mas não pode se resumir a isso. Eu não sou a favor do teleférico, mas já que ele está não vou mandar tirar, minha prioridade era acabar com as valas. O turismo tem um grande potencial no Alemão, a minha preocupação é como é feito o turismo no Alemão, mas acho que é uma questão de amadurecimento de ambas as partes. Por mais que a gente fale, existem poucas pessoas que conhecem a história do território. Temos um grupo de produção do conhecimento, nos encontramos de 15 em 15 dias, pesquisadores. A gente se encontra nas escolas públicas, estamos começando a disponibilizar todo esse acervo para professores para que entre no currículo, vamos entrar agora para discutir o projeto pedagógico nas escolas públicas do Alemão.

Fórum Nacional: Como está a questão da educação hoje?

Alan: A gente ciceroneou a Denise e a Suelane, da Plataforma. Aquele momento era um momento crítico, quando vieram, em 2008. Foi logo depois de uma grande operação no Alemão, na qual 1.350 policiais invadiram de uma vez só o terrotório, teve a matança etc. A gente fez a denúncia para a Plataforma de Direitos Humanos e eles acataram para produzir o relatório. Pegamos um fato específico que foi na Penha, a ideia era falar sobre Alemão e Penha, não só Alemão. O ponto que pegamos é que estava muito violento o Complexo do Alemão e o Complexo da Penha, os professores estavam se negando a ir para aula, o poder público ao invés de criar condições dos professores entrarem, transferiram as aulas das escolas que estão dentro da Vila Cruzeiro para perto da estação da Penha e as crianças tinham que se deslocar e o turno baixou para duas horas, ou seja, os professores não podiam ir porque estava perigoso o conflito, mas as crianças podiam passar pelo conflito?

Ali foi a gota d'água para a gente, denunciámos muito isso. Fizemos um leque de discussões, a própria plataforma fez as agendas do poder público e fizemos as discussões muito mais da crise também, mas aproveitamos escutas dos professores, dos pais, da instituições e colocamos aquelas considerações que estão no finalzinho do relatório.

Fórum Nacional: O que avançou?

Alan: - Teve um ponto que avançou, depois elas voltaram para o Ministério Público. Tivemos uma audiência fechada. Só fui eu, Suelaine e Denise. As outras pessoas estavam sem agenda. Tem uma Vara dentro do Ministério específica para acompanhar a educação pública. Este desdobramento foi muito legal porque permitiu a utilização da escola do município pelo Estado à noite e à noite o César Maia tinha proibido para fazer pré-vestibular comunitário, um monte de briga. O Ministério Público pegou as diferenças entre atribuição de competência entre Município e Estado e trouxe os dois para conversar, pactuaram, redirecionaram alunos da rede pública de um lado para outro, reconfiguraram toda distribuição das escolas públicas da noite, redistribuíram as competências e deu uma organicidade maior à questão do ensino público não só no Alemão, mas na cidade do Rio de Janeiro a partir desse relatório.

Fórum Nacional: E no Alemão como está hoje a questão da educação?

Alan: Como disse, esse ponto foi também solucionado nas escolas da região. Também era um problema, mas ponto. A nossa expectativa era no PAC conseguirmos fazer a discussão da política, o que não foi feito. Era o que queríamos discutir, escola pública, discutir contrapartida das instituições sociais para a escola pública, é o que o Raízes está fazendo na marra nas escolas que entramos essa articulação.

Fórum Nacional: Vocês estão conseguindo?

Alan: É difícil. Tentamos trabalhar com as escolas começando pela Secretaria Municipal de Educação, começando pelos professores, tentamos anos esta estratégia. Em 2010 vimos qual era o pulo do gato, os alunos que são de comunidade. Entramos - "Vamos fazer oficina com os alunos" - fazemos oficina, o professor começa a se aproximar, gosta, oferecemos material. A educação precisa ser discutida com todos os setores, discutir a qualidade dessa escola pública e possibilidades de mudança efetiva.

Fórum Nacional: Por que a Praça do Conhecimento deu certo? Até que ponto ela está relacionada com a educação, a proposta de educação do lugar? Como vai atrair essa criança, como vai melhorar a qualidade dessa educação?

Alan: Já é quase que senso comum que jovem vai para a escola obrigado, tenho que estudar, preciso estudar por definição, mas tenho pouquíssimo prazer em ir para a

escola, por isso, trabalhamos com o protagonismo do jovem e não é com agenda que nós levamos é com a agenda deles. O que você quis fazer ano passado que a diretora não deixou? O que você quis fazer ano passado que você não teve recurso para fazer, é isso que você vai fazer, vamos dar suporte. Isso começa a mudar a relação do jovem com a própria escola, precisa ter uma discussão na escola para ter esse atrativo, mas o jovem como protagonista e não como receptor de conteúdo, ele tem que fazer a construção da sua própria educação. Estamos conseguindo devagar, mas gostaríamos que viesse como uma política pública, viesse com maior ênfase.

Fórum Nacional: O movimento Ocupa Alemão é interessante nesse sentido?

Alan: O Ocupa Alemão nesse sentido só é interessante porque mobiliza o jovem, mas os jovens que são mobilizados pelo movimento são engajados. Eu estou preocupado com a grande massa da juventude não engajada. Qual é o contexto hoje da juventude no Alemão? Não tem política de acesso ao emprego, à formação, à política educacional. Você tem uma política de criminalização permanente e ainda existente. O jovem é a grande questão dentro da favela e do futuro dela. Precisamos sentar e discutir políticas públicas para juventude. Fizemos o encontro no Fórum de Juventude da Cidade no Raízes, foi ótimo para discutir a questão dos recursos. No Alemão estão previstos oito milhões só para juventude, oito milhões dá para fazer coisa legal. Estamos agora acompanhando, pressionando para saber o que vai ser feito desse recurso.

Fórum Nacional: E tem representação de jovens? Eles estão de alguma forma articulados?

Alan: Há jovens protagonistas e eles estão engajados. Você tem o Rap da Saúde, o pessoal do Descolando Ideias que é formado só por juventude. Dentro do próprio Raízes tem vários universitários atuantes.

Fórum Nacional: Muita gente que foi entrevistada fala muito do funk, sobre a proibição. O funk ainda é muito forte?

Alan: Há uma burocracia muito forte para realizar qualquer evento "Circulando" temos feito menos por causa do tamanho da burocracia para desenvolver. Fazer um evento na Cinelândia é mais fácil do que fazer um evento no Alemão. Hoje há muita burocracia: licença, polícia, extintor, banheiro químico. Não é que não se atentava para isso, mas a forma de organização era diferenciada. Tudo está tendo muita dificuldade nessa lógica, mas a juventude do Alemão...

Fórum Nacional: Tem que fazer um glossário, um ajuste de conduta para quem está entrando?

Alan: Eu acho que tem que se colocar na agenda da cidade (não é agenda de política pública não) que existe uma diversidade de modo de viver e essa diversidade das favelas vai ter que

aparecer, é isso! Ela deve interagir com outras formas, mas não de uma forma de imposição que é isso a nossa preocupação de hoje. Ninguém quer ser saudosista e congelar no tempo, mas também não precisa solapar ainda mais uma coisa gostosa de se vivenciar. São coisas que acho que só na favela tem, é a resiliência. Só na favela é que se constrói um capital de relações sociais a partir de elementos que vem da resiliência, leva tanta porrada, tanto problema, tanta falta que aquilo vai criar mecanismos que vai deixar uma coisa rica, nova.

Fórum Nacional: O que você acha do projeto Agência Juventude?

Alan: A ideia é muito boa, mas não acho original. Conheço bem, conheço do Observatório, depois Nova Iguaçu, Secretaria de Cultura, já convivi com ele em vários momentos, inclusive quando ele estava formatando o projeto.

Fórum Nacional: Dar essa possibilidade do jovem fazer o seu projeto...

Alan: Eu acho o máximo, mas só não acho que isso é original, já aconteceu em vários momentos, tem várias instituições fazendo isso. Claro que ele conseguiu dar visibilidade e isso é bom, é positivo.

Fórum Nacional: No Alemão está vindo muita coisa de fora. Como vocês convivem com isso? Como é para vocês essa nova fachada do Alemão?

Alan: Nós saímos da criminalização do lugar do mal para o lugar do exótico, essa foi a migração. Deixamos de ser invisíveis para ser exacerbadamente visíveis, fomos de um polo a outro. Visível que eu digo é estar na mídia, tem o Globo Repórter, tem a novela, tem o teleférico, tem o turismo, não sei o que mais. O melhor destaque no Alemão para mim, nos últimos anos, é saber que a sala de cinema do Alemão tem a maior ocupação no Brasil todo durante dois anos. Hoje permanece a falta de equipamentos de acesso à cultura para os moradores do Complexo ou inviabilidade de jovens para acessar os espaços. Mas tem audiência. Hoje tem a Praça do Conhecimento, a quadra que já existia. De todos os equipamentos é que melhor funciona em todo Complexo porque respeitou o que já existia como espaço de sociabilidade da comunidade. Os outros estão na tentativa. Esse é o grande problema da política pública de não escutar e não respeitar a história.

Fórum Nacional: Por que esse caso foi diferente?

Alan: Primeiro há uma separação não por serviços, mas territorialmente. O Alemão é dividido entre prefeitura e estado, não é por característica de serviço, mas de competência de A e B. A prefeitura faz tudo em Nova Brasília, faz tudo na Grota, o restante do Alemão é do estado.

Fórum Nacional: Qual funciona melhor?

Alan: O da Grota não funcionou bem porque na Grota a urbanização era duplicar, mas só duplicou 300 metros e era para duplicar dois quilômetros. Na Nova Brasília funcionou bem essa parte que respeitou um espaço que é de sociabilidade então ali o pessoal acessa. O pessoal não acessa o Centro de Referência da Juventude que fica na estação do teleférico.

Fórum Nacional: Como funciona a Praça do Conhecimento?

Alan: O diferencial da Praça é que desde quando foi construída, houve conversa, todo começo de ano ela chama todo mundo para discutir programação, se agrega com as instituições locais e faz parcerias, vai fazer oficina ali, vamos para a escola juntos. Esse diálogo dá certo. Você se sente valorizado pelo trabalho que faz e a relação é horizontalizada, é uma relação de construção de um processo. A Praça foi feliz no quesito territorial e também pela gestão do CECIP. O Secretário de Ciência e Tecnologia esteve lá há duas semanas ou três e o Nilton chamou todos os parceiros locais para escutar. O Secretário queria fazer reunião com a equipe da Praça – “você conversa 40 minutos com o pessoal da Praça e mais tantos minutos com os nossos parceiros que essa Praça é nossa a gente que faz junto”. Essa postura da gestão da Praça é muito legal, a coisa acontece, vai funcionando. O Secretário disse que pretende abrir mais 40 Praças do Conhecimento na cidade. O CECIP está interessado em dividir a experiência da Praça do Conhecimento para se habilitarem a fazer gestão de outras porque, possivelmente, vai ter mais uma ou duas no Alemão, se respeitarem essa distribuição.

Fórum Nacional: Como é o diálogo com a UPP? Com o Comandante?

Alan: Para grande maioria do Alemão não faz a maior diferença quem entra, quem sai, a questão é a institucionalidade que está toda errada. No sábado à noite o moleque estava na casa dele, em Nova Brasília, assistindo funk, os soldados aparecem e mandam desligar e ele diz “não vou desligar, estou na minha casa” – então, começa o tumulto, aparece morador do lado de cá, do lado de lá, chega mais policial, toma spray de pimenta dentro da casa de morador. Não há relação. Só existe conflito, morador e policial. Eles passam e não dão bom dia, não falam com o morador. Como vai construir uma relação? Passam de nariz em pé.

Fórum Nacional: E isso se resolve?

Alan: Nesse formato não se resolve. É vendida para a imprensa uma imagem da UPP que para a gente é desvio de função ... “A UPP do Alemão fez o baile dos 15 anos, a UPP está dando aula de reforço lá no CRJ... Policial não é para isso, eu não quero que o Estado mande a polícia dar aula de reforço, eu quero que o Estado mande a Secretaria de Educação resolver o problema do pessoal que está no atraso e o policial vai fazer polícia

comunitária, que não é estar na comunidade. Isso não é sinônimo de polícia comunitária, mas externamente “o policial está pertinho da comunidade” está fazendo reforço, está fazendo baile de 15 anos e isso aparece como se tivesse uma relação com a comunidade, que não tem nenhuma. São episódios de ações estratégicas de visibilidade.

Fórum Nacional: O Secretário parece uma pessoa séria...

Alan: Parece sim, até porque ele mesmo fez muita crítica interna que polícia não resolve, sempre colocou isso. Só olhar para o processo de formação dos PMs de UPP e os que se formavam antes de UPP, a carga horária e o tempo de formação que você vê que é deficitária. Eram quase dois anos e passou para quatro meses. Como você dá uma formação diferente? Na lógica que está se pensando tem que ter maior duração porque está trazendo elementos novos, tinha que se consolidar. A inserção na comunidade se dá só de uma maneira perversa. Os policiais fizeram um baile funk. Ao invés de se organizarem e chamar os promotores culturais e negociar “antigamente era assim agora não vai poder isso, isso aqui não pode...” na mesa de negociação se define os limites necessários dando a liberdade da expressão cultural etc. Isso é o que a gente espera e que os produtores esperam. “Vai voltar o baile funk no Alemão” só que é a UPP fazendo o baile funk. Foi um episódio.

Fórum Nacional: A gente estava falando da UPP que é uma intervenção. Onde entra a questão da UPP Social nesse processo, como funciona essa articulação com os serviços públicos, os equipamentos para que venham para a comunidade?

Alan: A proposta sempre foi muito boa desde a época que a UPP Social estava sendo pensada na SEASDH. Na época da ocupação do Alemão, tivemos um comitê, mais de 20 instituições, tivemos reuniões junto com a Silvia Ramos que era uma das primeiras pessoas envolvidas nesse processo, depois a UPP Social migrou para o Instituto Pereira Passos e a gente vem acompanhando esse trabalho no território. Inicialmente era para articular parceiros também para planos de desenvolvimento da localidade. Apoio a projetos etc. Articular as empresas, os serviços não só do público, mas os de concessão também. Isso se tentou fazer na SEASDH. Quando foi para para o IPP, como este Instituto tem uma característica mais de pesquisa, ficou muito envolvido em fazer levantamentos que subsidiassem as ações do poder público de uma forma um pouco mais estruturada e articulada, mas aí volto a falar o que tinha dito, a questão do loteamento dos cargos públicos inviabiliza um trabalho articulado, mesmo que a equipe da UPP Social tenha uma boa intenção e uma boa proposta de trabalho. Acabam tendo que fazer trabalhos pingados, usando o agente da UPP Social para tentar agilizar a máquina governamental. Vou dar um exemplo. Temos o Pensa Alemão, que é um coletivo discutir o abandono das obras, a questão do lixo e outras questões em relação à retomada do PAC, e tem três semanas que o pessoal da UPP Social está indo nessa reunião. Eles foram no primeiro encontro para que a Comlurb viesse no encontro seguinte. A Comlurb veio e a gente

articulou. Eles estão articulando. Estamos envolvendo as instituições sociais, Associação de Moradores, a Comlurb, a região administrativa e a UPP Social está provocando e reafirmando as necessidades dessas ações para pontuar se estão sendo feito. A equipe e a perspectiva da UPP Social é muito boa, mas não consegue avançar pelo próprio formato da estrutura da gestão pública. Os documentos que eles vêm construindo, as sistematização de informações são um avanço.

Fórum Nacional: Agora teve a Superintendência de Território, a Secretaria de Direitos Humanos, CRJ, está fazendo algum trabalho também nesse sentido de articulação com secretarias do Estado?

Alan: Nós acompanhávamos enquanto tinha um interlocutor local, agora simplesmente sumiu. Antes era o Ricardo que era o gestor de lá. O Ricardo é do movimento social do Alemão e depois que ele se afastou ao menos não chegou ate mim nenhum convite. Eu acho a UPP Social mais eficaz nesse sentido, mais proativa, não estou falando que é ótimo nem é bom, mas a equipe é boa e como eu consigo visualizar a importância de dados, de informações, sistematização dessas informações para o andamento do processo, eu sei que isso tem um peso. Acho que a UPP Social tem avançado e isso ajuda, mas não resolve. Novamente a questão do lixo, o diálogo com a Comlurb. A gente precisava mobilizar a Comlurb local. A gente tem certeza que se o Raízes ou as instituições chamassem, ela não viria para a discussão, mas a UPP chamou e eles vieram.

Fórum Nacional: Qual é a política desses territórios em fazer um planejamento integrado?

Alan: Não existe nada. É tudo nas emergências! Não há nada concluído, planejado executado, concebido, sistêmico, muito menos consensual. Mesmo os pontuais na maioria das vezes não são consensuais. É o caos e tentamos sobreviver naquele caos. Até 2011 o comitê organizador local funcionava sistematicamente, tinha as câmaras de educação e saúde discutindo.

Fórum Nacional: Você está falando do PAC?

Alan: O comitê existe pré-PAC, não foi por causa do PAC. Esse comitê como movimento local da Serra existe antes do PAC. Durante o PAC tínhamos uma profundidade de discussões de políticas públicas que os gestores públicos não tinham. É interessante porque quando você vai para o campo de debate, de discussão, cai no vazio. A comunidade fica no achismo e o poder público acha que eles são técnicos, que eles sabem, os tecnocratas, sabem usar os tecnicismos.

Fórum Nacional: Qual a expectativa para o PAC 2?

Alan: Para mim tem uma questão de fundo e isso não é um consenso no movimento social do Alemão. É sobre os desvios de recursos públicos do Alemão isso para mim é um

problema sério. Eu conheço o pessoal da Caixa e participei de várias reuniões em relação a isso. Se teve glosa é porque não estavam cumprindo o acordado e a Caixa bate o pé e eu bato palma para ela que tem que continuar fazendo isso. A minha preocupação é que o poder público, estado e município, com seus agentes políticos locais tem inflado a população para fazer pressão para o PAC 2. Não precisamos inflar, mas na hora que te falam de avaliação e acompanhamento ninguém quer fazer porque eu não quero que mais de 100 apartamentos sejam desviados como PAC 1 em troca de moeda política. Eu não quero que milhões sejam desviados para a campanha política. A Caixa Econômica fez certíssimo se ela não pagou tudo que tinha que ser pago. Primeiro que em nenhum momento há liberação do recurso para fazer obra, o edital é faz a obra e recebe, a contrapartida inicial de quem recebe o investimento é das empreiteiras, então falar que não faz porque não tem o recurso é uma balela, tem que fazer para receber o recurso. Minha expectativa é que se resolva o que ficou por fazer e que se passe a ter respeito com a comunidade para dar os retornos necessários que ela merece. Dia 10 de abril de 2012 tivemos uma audiência pública na ALERJ e se comprometeram em dar retorno para a comunidade. Fechou o ano, venceram os prazos e retorno nenhum. Nem para abrir o canal para comunicar isso para a comunidade? Tinha que ter um mínimo de respeito e dado um retorno, reunir as associações. Ninguém teve resposta para nada, ninguém.

Fórum Nacional: Falta esclarecimento, informação?

Alan: Falta informação básica. Precisamos saber o que aconteceu com o PAC 1 porque, se não, não vamos acreditar no PAC 2. Vai ser outro desvio, outro abandono e outro desrespeito com a comunidade. O que esperamos do PAC 2 é ter uma resposta do PAC 1 consistente, não vou falar nem de avaliação de impacto, nem de avaliação de resultados. Vou falar só de um retorno, de uma prestação de contas geral do que aconteceu. Não estou falando de valores não. Estava previsto isso, por que não foi feito? Estava previsto mobilidade, por que não foi feito? Estava previsto biblioteca, por que não foi feito? Por que as ruas ficaram esburacadas? Um retorno plausível. E a relação com a comunidade? Equivocamos aqui, ali, vamos construir um novo diálogo. Isso que esperamos do PAC 2.

Fórum Nacional: Uma coisa são as obras outra coisa é o trabalho social do PAC que me parece muito bem intencionado. As pessoas que estão à frente são pessoas que são do movimento social. Eu acho que o trabalho social tenta, mas também acho que esbarra em algum entrave que é a cultura política, a impressão que eu tenho é que é mais forte essa coisa toda fragmentada e a coisa não consegue andar. Esbarra em algum momento, tem um nó.

Alan: O legalismo não resolve o problema. A exigibilidade da participação não garante a participação. O PAC só tem projeto do trabalho social por causa de Olívio Dutra do Ministério das Cidades.

Fórum Nacional: Por conta de uma conquista porque vem do movimento social.

Alan: Uma conquista do movimento que se perpetua na gestão do Olívio Dutra a de construir as diretrizes de obrigatoriedade de participação. Lá têm diretrizes que determinam que a gestora do recurso faça a regulamentação dessas diretrizes, detalhe, a Caixa fez isso, tem um documento da Caixa que embasa as empresas. Teoricamente, legalmente, atende o movimento social. O problema é que a execução não se dá, eu vivi por dentro e por fora, todos os aspectos tantos altos quanto baixos, todos os níveis possíveis, seja com o morador, lideranças radicais, Associações de Moradores, o poder público, o vice-governador. De fato o poder público estadual e municipal durante o PAC 1 nunca colocou o trabalho social como uma prioridade a ser respeitada. Eu vou ter que engolir isso aí e vamos fazer o que a gente pode fazer, é isso. Essa postura que tem que mudar se não a gente não vai avançar nunca porque calendário político vai atropelar. Na hora que um governado falar, um secretário fala já era a empreiteira vai atropelar. Eu tenho provas.

Fórum Nacional: Vocês estão se articulando entre vocês? Entre vocês Rocinha, Borel, Cantagalo está tendo algum movimento?

Alan: Tem uma articulação que é a Comissão de Segurança Pública. Tem funcionado quinzenalmente na sede do IBASE, a partir do seminário de novembro que o IBASE fez no Santa Marta. Estamos indo para a reunião, criando uma comissão comunitária de acompanhamento às políticas públicas de segurança. A gente nem está chamando UPP para sairmos dessa armadilha de UPP, mas está discutindo segurança pública. Eu estou no Alemão, estamos trazendo pessoas de outros territórios, mas começou comigo no Alemão, Cleonice na Cidade de Deus, o Fiel no Santa Marta, o Arlei da TV Tagarela da Rocinha, está entrando Manguinhos, tem o Delei de Acari. De Manguinhos, na verdade, o convite será feito hoje. Em relação ao PAC, fazemos trocas pontuais, por exemplo, com o pessoal da Rocinha. Tem um GT lá de cultura, parece que é o GT que mais ficou firme no processo e está tendo discussão sobre o processo do teleférico lá. Então o Firmino e mais umas duas pessoas foram lá visitar a gente para saber qual a nossa discussão crítica em relação ao teleférico para subsidiar o debate que iriam ter na semana seguinte com o governo. Esse é um exemplo de interfaces que a gente promove.

Fórum Nacional: Tem uma palavra final? Como você vê esse futuro, tem esperança, como você vê isso?

Alan: Na realidade eu converso muito sobre uma palavra, eu tenho uma definição com o Edson do Verdejar. Somos resistência. Para a gente não ficar frustrado e termos gás para continuar porque as porradas são tão grandes e tão repetitivas, vêm de formas diferentes e a gente se reconstrói, se refaz, se articula para tentar buscar caminhos, então a melhor forma de a gente segurar a permanência desse trabalho é se definir como grupos e pessoas

resistentes, somos da resistência. Se a gente se coloca nesse campo, consegue criar forças para continuar. É isso. Resistência.

Fórum Nacional: A esperança vem de onde?

Alan: - A esperança vem do processo de amadurecimento do tecido social para fazer frente às imposições e negações as manipulações sobre o território. Por isso, a importância da produção do conhecimento, se não tivermos articulados com a cultura. A produção coletiva, acho que é por aí, reconstituir o tecido social da favela, se tornar mais forte. São tomadas de consciência de cada um dentro do seu amadurecimento, dentro da discussão, do debate, da percepção de onde o outro está falando, de sair da ingenuidade, mas ao mesmo tempo, não deixar de ser fraterno, de ser leve, mas também não ser ingênuo para não levar volta o tempo todo e conseguir construir os caminhos. A esperança para mim é no campo da exigibilidade de direitos. A gente trabalha com a produção coletiva do conhecimento e desconstrói o paternalismo e reconstrói a exigibilidade de direitos e resignifica.

Fórum Nacional: Aí você está fazendo uma revolução e vai deixar de ficar deitado eternamente em berço esplendido!

2. ENTREVISTA COM EDSON GOMES

Edson Gomes, nascido e criado no Complexo do Alemão, pós-graduado em educação ambiental e gestor da Ong Verdejar, localizada no território.

Fórum Nacional: Como surgiu o Verdejar?

O Verdejar foi criado e fundado em 1997, pelo Luiz Poeta, que sonhou na história de um Parque Ecológico na nossa região há mais de 15 anos. Ele morava aqui na Fazendinha. Eu o considero como um pai, me ajudou muito. Eu fui criado aqui na comunidade, era um jovem muito revoltado e conheci o Poeta com 19 anos. A partir disso ele começou essa proposta do Verdejar, começou a fazer limpeza de trilha, tirar lixo e começar a falar para gente que na nossa área tinha um lugar fantástico e que ninguém dava valor e que precisávamos fazer alguma coisa.

Fórum Nacional: O que era o Alemão quando você tinha 19 anos e como ele é hoje? Como são as comunidades?

Edson: Impossível homogeneizar, sai daqui da Esperança e vai para a Avenida Central e é outro mundo, sai da Avenida Central e vai para os Mineiros é outro planeta. Na minha época de jovem o Complexo do Alemão foi um lugar muito marcado pela violência, a gente sempre viveu isso muito forte, era quase natural. Ver uma pessoa armada, se

envolver com essas pessoas era normal, porque era seu vizinho, seu amigo, seu primo, parente, então nosso cotidiano sempre foi muito marcado pela violência, por essa liberdade assepsada, da ausência do Estado, das mazelas. Por outro lado, a dureza da realidade coloca nas pessoas um sentimento de solidariedade, de apoio mútuo muito forte, porque numa favela você não fica sem comida. É difícil, se você pedir um vizinho você vai ter, o cara nunca te viu na vida, mas você vai ter um prato de comida. Então tem essa característica do passado que para gente era muito forte, mas para mim tem uma diferença porque as casas que eu morei sempre foram na beira da mata. No Relicário, morei na última casa da comunidade e era mata, eu saía de casa e tinha uma floresta. Eu tive sempre a floresta daqui como uma referência muito grande. Eu pegava meus cadernos e fazia meus trabalhos sentado debaixo de uma árvore. E na favela ainda tem muitas ilhas de áreas naturais, podem estar degradadas, mas ainda é possível plantar e recuperar essas áreas, diferente de uma área urbana que está muito consolidada, e inclusive o fato da favela ser uma área do subúrbio nos dá uma oportunidade de pensar em uma urbanização diferente aqui. A gente acredita na permacultura como proposta de urbanização ecológica das favelas e é o que a gente vem trabalhando.

Fórum Nacional: Você pode falar de instituições que estão aqui há muito tempo e tem seu trabalho consolidado e não tem apoio?

Edson: Tem a Oca dos Curumins, da tia Beth, na Grota. Tem a Marisa Nascimento, com a Nascibem. Eu não era nem nascido e ela já era militante da saúde aqui e enfrentou uma série de problemas juntamente com os moradores. Criou o Conselho Comunitário da Saúde, o CONSA, uma guerreira, foi expulsa daqui pelo tráfico porque conseguiu PSF. Saiu, voltou e hoje está com um trabalho de novo. No Morro do Alemão, eu conheci o Alan. A gente no Verdejar e eles no CONSA, o Raízes ainda nem existia. É um bom exemplo para o Verdejar, que é uma instituição que está aqui há 15 anos e que teve acesso a pequenos financiamentos. No ano passado, o PAC aportou recurso, foi a primeira vez que o governo investe em um projeto nosso. Projeto, concepção, metodologia, toda nossa, o Estação Natureza. Com as obras desse Programa não mudou a condição estrutural da comunidade, você ainda não vê uma via calçada, eu sou contra asfalto, mas um calçamento ecológico pode ser feito ali. Há muito esgoto a céu aberto, você vê que o problema drenagem da comunidade continua o mesmo, não, agravou. Se você pegar uma chuva muito forte na Grota tudo vira um rio. Fizeram a obra lá em cima de drenagem e desviaram a água de um jeito que a água cai numa calha que não tem estrutura, então ela vem devastando casas. A história do lixo aqui tem solução. A questão da qualidade da saúde das pessoas, a gente começa a ver os agentes de saúde tendo um pouco mais de espaço, mas os caras não têm estrutura para trabalhar, acumulam muitas funções. A estrutura das habitações é uma coisa que nos preocupa muito, essas políticas de remover a favela para outros lugares. Ora, vamos pensar na reestruturação dessas casas aqui mesmo, o cara já tem uma relação toda construída, vai tirar ele daqui? Então isso também não mudou muito e o que não mudou e piorou foi essa relação dos governos com o próprio território, essa falta de diálogo, de respeito.

Fórum Nacional: Você disse que antes tinha uma ausência de Estado e agora o Estado está hiperpresente?

Edson: Então, me deixa corrigir, estão mais presentes, porém existe a falta de diálogo. O que eu quero dizer com diálogo? Um exemplo forte, a gente vem reivindicando a história de um Parque Ecológico para essa região. No ano de 2000, criaram a Unidade de Conservação e não saiu do papel até hoje estamos tentando fazer com que a Prefeitura crie o Conselho Gestor e não conseguimos. Eu já escrevi decreto junto com a gerente de unidade de conservação da prefeitura, e colocamos na mão do prefeito e o negócio não sai. E não sei porque não sai. Não consigo imaginar. Criaram a APARU e o Parque Ecológico da Serra da Misericórdia, que deixava ilegal a pedreira que atua aqui, que é o nosso grande problema hoje. Em 2007, o Eduardo Paes alterou esse decreto e colocou como Parque Municipal Urbano, onde pode tudo. E o que a gente quer discutir é o controle ambiental e fazer um controle da área degradada.

Fórum Nacional: Você está falando de um trabalho para fora, mas conversando com moradores sobre a questão do lixo, falaram da necessidade de uma educação sanitária ambiental. Um trabalho para dentro. Existe essa preocupação?

Edson: A gente já desenvolveu uma série de oficinas e projetos voltados para a educação ambiental, com caminhadas ecológicas que passam sempre dentro das comunidades, mas a gente é uma ONG que, como as outras daqui, tem poucos recursos. Então a gente não consegue fazer um trabalho de continuidade, faz um trabalho e para, só conseguimos projetos pontuais e a gente quer projetos estruturantes. A gente tem uma experiência grande, uma bagagem. A gente faz muito trabalho com o SESC de Ramos, já fizemos uma série de oficinas e vivências dentro da comunidade, a gente traz estudantes universitários para fazer esse diálogo. Tem um projeto nosso chamado Mutirão AgroEcológico que a gente faz a cada um ou dois meses, um encontro de moradores com pesquisadores, militantes, com estudantes para pensar e trabalhar juntos, então a gente faz muito lá no Engenho da Rainha que é nossa comunidade de origem, a Sérgio e Silva, e estamos vindo para cá agora, para o Esperança (que é também chamado de Pedra do Sapo) pensando em estruturar também.

Fórum Nacional: Existe a preocupação com a organicidade nesses eventos?

Edson: Estamos tentando construir isso. O Verdejar tem uma organização, a gente hoje tem projetos aprovados pela Caixa Econômica que o governo até agora não liberou o recurso. O Verdejar começou em 1999 a criar um movimento coletivo chamado Grupão da Serra da Misericórdia, que desdobrou no Comitê da Serra e a gente vem desde então tentando formar coletivos para pensar criticamente, para dialogar com o poder público de forma conjunta. A gente vem buscando essa organização e sempre temos dificuldade porque parte do grupo não entende a necessidade de fortalecer esse tipo movimento e

acaba vindo participar muita mais por interesse individual. Nós queremos uma proposta coletiva, mais aberta, horizontalizada, organizada, forte, consistente e, por isso a gente se vê, em muitos momentos, como na história do Comitê, quando fazíamos reunião e davam 40, 50 pessoas e todas as lideranças, associações, organizações, militantes, pessoas que não têm organização, mulheres que lideram na comunidade. Dava muita gente ali, mas em muitos momentos só a gente falava e essa efervescência foi até o ano passado quando teve a última reunião e parou, porque quem dava fôlego era o Verdejar e o Raízes, era eu e o Alan. Éramos nós que dávamos fôlego a isso ligava para todos. Nós íamos nas instituições, trazíamos e organizávamos tudo e teve uma hora que perdemos a energia para fazer.

Fórum Nacional: E o PAC Social contribuiu com isso, para que fossem feitas essas articulações?

Edson: Não, na verdade o PAC tinha a diretriz de construir uma Câmara Comunitária e no início dessa articulação nós dissemos: “você quer criar uma Câmara? Não tem sentido criar, a gente já está aqui com um movimento, vamos trazer a força de vocês para dentro e instituir por aqui.” Eles não toparam. Nós, eu, o Alan e outras lideranças do Comitê, o Ricardo do Éfeta, que é militante da educação, nós nos reunimos com o pessoal da Agência 21 e pediram para gente montar um Plano.

Fórum Nacional: De alguma forma, esse trabalho do PAC contribuiu para essa organização comunitária?

Edson: Não contribuiu, ao contrário, atrapalhou. Pela Câmara instituída pelo PAC, num dado momento, tinham dois presidentes de associação de moradores e não tinha nenhuma ONG dentro, ninguém, só os presidentes das associações. Naquele momento não tinha diálogo. Presidente de Associação, naquela época, não dialogava. Agora mudou porque as cabeças mudaram, são outras e estão pensando diferente, mas na época não. Era no cabresto, nós éramos odiados aqui dentro, porque a gente sempre criticava as coisas erradas e levava para os fóruns, para as reuniões, então tinha sempre esse problema e com essa mudança parece que existe espaço para gente dialogar, os presidentes das associações estão se chegando mais, e isso é bom.

Fórum Nacional: Hoje eu percebo uma comunidade efervescendo, que aparece de uma forma caricaturada na mídia, mas que tenta se organizar. Uma comunidade complexa, com problemas estruturais básicos e com expressividades. Quais são as expressividades? É possível localizá-las por comunidade?

Edson: Há comunidades como Mineiros e a Matinha que têm uma deficiência estrutural completa, o esgoto lá passa na casa das pessoas ainda, não tem escada, não tem caminho, algumas das casas no alto do morro não têm condições de habitabilidade. Você vai na Grota, a entrada está linda, mas passa do Largo do Bulufa e está como era há 30 anos atrás.

O Complexo hoje tem lugares como a Praça do Conhecimento na Nova Brasília que está irreconhecível porque mudou para melhor, mas há becos a 30 metros que estão iguais ao que eram 30 anos atrás, muito esgoto correndo solto. Então, mudou pontualmente, fragmentadamente, mudou onde tinha interesse de mudar por conta da instalação do teleférico. Nós questionávamos o critério de remoção, se eram casas que estavam localizadas em áreas de risco, com base em problemas estruturais, de acesso? Não, o que a gente viu foi que as casas que foram removidas eram as que estavam no caminho da obra do teleférico.

Aqui houve remoção mas não foi por causa do teleférico, foi por causa de um erro da obra. Começaram o desvio de água e casas tiveram que sair daqui. Esse critério não ficou claro e até hoje a gente não sabe como é que se decidia isso. Por isso digo que algumas coisas mudaram e outras não. O governo está aqui, as coisas estão acontecendo, mas o diálogo não acontece. Estou há duas semanas tentando marcar uma reunião com o secretário de meio ambiente do município e ninguém me dá retorno, eu mando e-mail, ligo, falo com amigos que são próximos, mando ofício e ninguém me atende, apenas a técnica da Secretaria de Habitação que está construindo o projeto do Parque e está tentando incluir a gente nesse processo, enfim, foi a gente que deu a ideia de criar esse Parque, foi a gente que sonhou isso. A gente agora está tentando chamar a Prefeitura para criar um Conselho Gestor. Por quê? A Secretaria de Habitação está responsável por criar o Parque, aí dialoga com um, com outro, fica muito fragmentado. A gente conversa uma coisa com a Secretaria, outra com o INEA, com o Parques e Jardins e não tem essa articulação. A Prefeitura precisa tomar a atitude de criar esse Conselho que, na medida em que existir, obrigatoriamente todas as instituições vão ser eleitas e vão estar ali para discutir num fórum qualificado, reconhecido, que tem poder deliberativo, diferente do que acontece hoje. E isso pode ser articulado para todas as áreas, saúde, educação. Falam em projeto sustentável, mas não se pratica desenvolvimento sustentável. A gente discutia na época que as estações de teleférico tinham que ter espaço para loja, para os moradores colocarem seus negócios de forma estruturada e não colocaram, quem está ocupando o teleférico hoje são empresas maiores, de fora do território. Você já foi no teleférico na Palmeira? Vão ver o que o povo está fazendo lá e eu acho que é isso, colocaram um monte de barraquinhas de camelô em volta, então por mim deveriam incentivar cada vez mais isso, para eles verem que existe uma comunidade que se organiza para ocupar o lugar, que deveria ter quiosque para os empreendedores daqui trabalharem. Pensa-se em projeto de intervenção, mas não se pensa na sustentabilidade, num desenvolvimento local, que priorize o morador.

Fórum Nacional: O Alemão tem mais de 6 mil empreendimentos, existe uma economia informal com uma dose boa de criatividade. O que está se fazendo com relação a isso?

Edson: O Comitê fez essa tentativa de fazer essa costura, a gente está reunindo um número menor de instituições para pensar, discutir, o Verdejar, o Raizes, o Éfeta, a CoopLiberdade, a Nascibem para a gente começar juntos esse trabalho do Comitê de uma

forma organizada, para algumas instituições que têm o compromisso com o território trabalharem no coletivo. A gente está buscando fazer isso juntos, vamos militar porque é um outro caminho que pode ser pensado, a gente está tentando fazer essa costura de forma mais individualizada, mas sempre juntos com o nosso coletivo de confiança.

Fórum Nacional: Muitas organizações estão surgindo...

Edson: Éramos mais de 30 e uma época nos reunindo. Mas hoje aumentou muito porque de 2011 para cá está pipocando, por um lado é bom e por outro é muito ruim. É bom a gente ver a população daqui buscando se organizar, pensando em novas perspectivas, querendo transformar a comunidade. Mas a gente vê uma série de pessoas que se vendem para o oportunista externo para criar base ali dentro para atender seus interesses políticos e econômicos aqui dentro do Alemão. O Verdejar era a única ONG de meio ambiente aqui e que agora tem três ou quatro, então vamos juntar todo mundo e discutir qualitativamente quais são os aspectos socioambientais que a gente pode desenvolver, qual a proposta? O turismo é um viés, mas têm outros que podem trabalhar com a questão ambiental aqui dentro, gerar trabalho e renda e melhorar a condição do morador. Por exemplo, a questão da permacultura. Eu sempre falo: o que chamam de resíduo é algo possível de gerar renda. O esgoto é um resíduo e quando está direcionado é um ativo, uma riqueza que a Cedae pega e não ganha ou ganha dinheiro de uma outra forma com isso, e a gente pode fazer hoje aqui. Energia elétrica, a Light está entrando e está regulamentando todo o abastecimento de energia aqui, daqui a pouco todo mundo vai pagar energia elétrica e isso, de certa forma, favorece a remoção branca, o cara não tem condição e vai para a favela do lado. A gente teria outras formas para dialogar.

Fórum Nacional: E quais seriam as alternativas para fixação e valorização do território, para geração de emprego e renda para essas pessoas?

Edson: A gente criou o projeto chamado EcoFavela que atua em quatro eixos que são os eixos que o Verdejar trabalha: educação ambiental e sanitária, agroecologia urbana, permacultura e cultura e meio ambiente. Então o nosso projeto aprovado hoje na Caixa Econômica é esse. Agroecologia, a gente tem possibilidade de criar diversas hortas comunitárias em sistemas agroflorestais que vão gerar trabalho e renda além de recuperar áreas degradadas melhorando as condições de alimentação das pessoas e ainda contribuindo para a diminuição da matéria orgânica nos lixões e nas lixeiras, que é um golpe fantástico que você consegue dar no problema do lixo, porque rato não come plástico, como matéria orgânica. Se a gente conseguir nesse processo tirar a fração orgânica do lixo, a gente vai ter composto, teremos as hortas. Com a agroecologia pode-se enfrentar uma série de problemas ao mesmo tempo, eu consigo gerar trabalho e renda, melhorar a alimentação das pessoas, combater vetores, melhorar as condições para que as cooperativas possam operar melhor a questão do lixo aqui dentro. A CoopLiberdade vai instalar aqui uma estrutura, aquele container ali vai ser um centro de coleta seletiva do Alemão e vamos trabalhar articulados.

Verdejar, Raízes e CoopLiberdade. A gente está num momento de consolidação, durante muito tempo a gente trabalhou com quase recurso nenhum, desenvolvendo uma série de ações que deram resultado prático na vida das pessoas, mas que infelizmente com pouco recurso você não consegue manter esse impacto, essa transformação e a gente está num momento agora que precisa de recurso para consolidar isso.

Fórum Nacional: O PAC está voltando, vocês estão com expectativa com essa volta?

Edson: Olha a minha expectativa é bem baixa, com o Social olha o que aconteceu. Quando era a Agência 21 era muito difícil, mas quando assumiu o Urbes, conseguiu fazer uma abertura interessante porque eles tinham como meta o fortalecimento do terceiro setor aqui, educação ambiental e sanitária e geração de trabalho e renda. A gente trabalhou na equipe, o Alan coordenou uma equipe de trabalho social que eu fiz parte e depois saímos, a gente pediu demissão, e quando o Urbes chega, procura as referências e encontra a gente. A gente falava muito sobre o tripé do trabalho social, da possibilidade de se dar uma tacada só que daria conta dos três, que é exatamente investir nas instituições locais de base, gerar trabalho e renda e fazer educação ambiental e sanitária. Com essas ações fortaleceria essas instituições comunitárias, que era o que a gente cansava de falar para a Agência 21. Então, o Bil, que era do Urbes, se conscientizou e falou para gerir o resquício do PAC 1. A gente falava muito para Ruth, e parece que ela teve um estalo quando disse: “está tudo errado, o caminho não é esse e eu vou atrás de quem faz o negócio acontecer” e começou a procurar os grupos, procurar não, já conhecia. Então a esperança é que a volta deles venha fortalecer esse trabalho de formiguinhas que está se tentando fazer. É aquilo, é governo, é uma burocracia muito grande. Nós do Verdejar gastamos mais de 2 mil só com certidões num projeto aprovado dentro da Caixa e o dinheiro não sai, está lá, e a gente sem recurso para fazer as coisas e os jovens batendo na nossa porta. A gente fez um trabalho particular durante a Rio + 20. Fizemos um território do futuro, a gente fica feliz quando acontece isso. Oportunistas tentam nos excluir de todo o processo, mas as instituições que são sérias nos procuram, querem parceria com a gente.

Fórum Nacional: Eu acho muito inovador esse trabalho que vocês fazem, mas tem muito pouca visibilidade. Como mudar essa situação?

Edson: Eu vou voltar nessa história de relação com o governo e ela começa a mudar a partir dessa entrada do Urbes. O Urbes pode implantar essa proposta de trabalhar com as ONGs e o Ricardo que era da Casa Civil. Naquele momento, entrou pelo Urbes, foi para Casa Civil e agora está no PAC Social. Ele conseguiu ter a experiência de estar no território, de estar na Casa Civil e estar no PAC, ele tem uma sensibilidade e vai ser o coordenador daqui, então ele tem uma condição maior agora de entender essa dimensão do território. A gente acredita que é possível. Agora dizer que vai acontecer é difícil, porque a gente já viu tanta coisa boa que estava certo para acontecer e no dia seguinte aquilo tudo que a gente comemorou estava cancelado.

Fórum Nacional: Hoje no Alemão não faltam recursos. Pode faltar para as ONGs?

Edson: A gente chega em 2013 com organizações com amadurecimento institucional interessante, porém sem dinheiro para trabalhar. O Verdejar tem hoje toda a documentação que precisar. Não tem um real e está realizando coisas, a gente tem uma crítica, mas também temos propostas, crítica construtiva sempre. Todas as vezes que eu tive a oportunidade de conversar com o governo, eu levava propostas. A gente não consegue avançar exatamente por essa distância. Aqui tem que criar o coletivo de pressão, tem que fazer o trabalho, mobilizar o governo sem receber para isso, sem ter estrutura para isso, então fica bem difícil, mas a gente vem conversando e consensuando nesse coletivo de confiança. Existe muito espaço para trabalhos sérios e existem setores que dialogam bem com o território e estão preocupados com desenvolvimento de trabalhos sérios, então tem muito campo ainda.

Fórum Nacional: E o que mudaria de fato a vida das pessoas, o que tem que ser feito?

Edson: Saneamento ambiental é fundamental. Tem muita coisa para ser feita, mas é preciso começar a integrar as ações e a pensar que uma ação tem que ser capaz de enfrentar no mínimo dois problemas, se possível três. Então a gente está começando a entrar nas associações e falar, vamos fazer juntos, trabalhar juntos. Qualificar essas lideranças é fundamental, não só a liderança, mas a infraestrutura da associação. A associação daqui não tinha um computador quando a gente chegou aqui. Não tinha uma pá, a gente com um projeto que conseguiu, comprou dois computadores, ferramentas, pintamos a parte de cima da associação. Estamos juntos.

Forúm Nacional: Os presidentes são eleitos?

Edson: Sim, a maioria, eu não tive notícia de nenhuma que fosse indicação. Parece que são 12 Associações, mas tem essas três que estão entrando, inclusive a Sérgio e Silva, a Favelinha da Skol. Essa mudança está legal, a gente está começando a buscar e eles estão buscando a gente. O presidente de Associação daqui veio pedir para eu trazer um projeto para cá da ONG. Isso é fantástico!

Fórum Nacional: Isso é uma coisa nova. Numa das reuniões uma menina falou algo interessante sobre o protagonismo dos jovens, agora eles estão se colocando mais. E você percebe nessa juventude futuros líderes?

Edson: Sim, percebo. Dá para ver algumas lideranças jovens surgindo, a Natália, do Descolando Ideias é o grande exemplo disso e do grupo que está com ela, o Renê, em parte também tem um trabalho legal, têm alguns jovens se movimentando. É isso, acho que tem que ter cada vez mais estrutura para as instituições, as mais antigas que estão aí,

têm que ter posição para semear e sustentar isso, até porque para você fazer qualquer coisa, o cara tem que estar estudando.

Fórum Nacional: E o ensino aqui, a qualidade é muito deficiente? E universidades?

Edson: O que tem de interessante agora é o pré-vestibular, por isso que eu falei do Éfeta, os caras estão conseguindo colocar um monte de jovens nas universidades e eles não têm o patrocínio de ninguém. Estão unindo, encaminhando os caras e às vezes você chega lá, o cara fica um tempão sem ventilador na sala, um calor absurdo e a sala cheia de gente querendo estudar para passar na universidade. Existe a demanda de transformação, a gente quer mudar, os jovens querem transformar, pessoas idosas querem viver uma vida melhor e diferente. Essa integração é necessária que aconteça, para esse fortalecimento dessas instituições que fazem um trabalho que tem histórico, não vou ficar nem falando de séria porque tem gente nova que é séria também, mas que tenha um histórico de trabalho que precisa ser consolidado. O Raízes está hoje com um projeto da Petrobrás e depois acaba com esse financiamento e aí vão ficar como de novo?, como ficaram há dois anos atrás? Como a gente está hoje. A gente está voltando a se articular para tentar mudar isso, a gente já constatou que ninguém vai vir de fora para ajudar e transformar essa realidade se a gente não fizer esse movimento. A gente está agora com um movimento coletivo, toma pancada, fica um ano sem fazer e volta de novo, porque é a natureza do nosso trabalho.

Fórum Nacional: E produtos ambientalmente corretos, não são uma saída para buscar o diferencial?

Edson: É uma grande saída, quando a gente fala de projeto na favela e é exatamente isso, pensando nisso, como enfrentar os problemas, as vulnerabilidades socioambientais da comunidade e gerar trabalho e renda a partir desse enfrentamento.

Fórum Nacional: Você tem que estar articulado com alguém, não vai ser o Verdejar sozinho, tem que articular com os empreendedores até para ter uma base.

Edson: Na implantação da Rede de Economia Solidária do Alemão a gente participou intensamente. A rede existe pelos feirantes, agora é rede solidária, a Sede não tem influência nenhuma mais, mas funciona. E a gente vai voltar com a nossa barraquinha o quanto antes. A gente sofreu um golpe na nossa horta do outro lado lá, que a Light demoliu nossa sede, entrou um conflito com gente e arreventou com todo nosso trabalho, mas agora eles mudaram a postura e querem nos ouvir. Vamos conversar lá de ter a nova sede, de pensar projetos para o Maracá, que é uma comunidade que está fora do Alemão, mas que está ao lado e que é de extrema pobreza. A gente já fez oficinas de alimentos vivos, já fizemos mil coisas com a horta, mas as pessoas se perdem porque se você não está todo dia, com uma coisa constante, não consegue. Eu desenhei uma sede nossa para cá, a gente está tentando

convencer os governos, as empresas a colaborarem para a gente montar um restaurante de alimentos orgânicos até porque aqui não tem. A gente trabalha e eu saio daqui para comer, você tem as comidas caseiras do morro que são as melhores, os restaurantes aqui embaixo na área urbana. Temos projetos e ideias, a gente tem experiências que deram certo, mas a gente não teve recurso para consolidar isso. O que nos deixa angustiado é que a gente saber fazer, sabe os caminhos, tem as articulações, tem o contato mas não tem o recurso para fazer acontecer, por exemplo: hoje a gente tem a Rede Ecológica que é um projeto de núcleo de consumidores orgânicos, os caras têm nove núcleos e estão vendendo produção de agricultores periurbanos da rede de Minas, a gente compra pela internet produtos orgânicos, os caras se organizam e trazem e entregam no núcleo e você vai lá e busca. Eles falaram que a hora que o Verdejar produzir, pode colocar à venda lá. Tem um restaurante na Praça da Bandeira que a chef veio aqui conversar comigo, a gente trocou uma ideia e falamos de toda essa história, falei para ela que a gente estava buscando produzir aqui e ela falou que a hora que tivermos coisas é só chamá-la porque ela quer vir ver e fazer articulações para comprar com a gente. Então, a gente já tem até canais para vender as coisas, a gente sabe produzir e tem gente até querendo comprar.

Fórum Nacional: Você nunca teve essa conversa com o Sebrae? Porque ele está fomentando um arranjo de produtivos locais e existe um canal bem interessante com o microcrédito e é um negócio que está avançando inclusive aqui no Alemão.

Edson: Nunca foi feita, eu já até conversei com o José Luiz que é o técnico do Sebrae aqui, até troquei algumas ideias com ele, mas nunca avançou em nada consistente.

Fórum Nacional: Uma das coisas que eu percebo que vocês têm uma massa crítica fantástica, têm vontade de fazer, e já fizeram, mas está faltando a articulação. Não adianta só ficar falando em parceiros, tem que buscar o diferente.

Edson: Amanhã no Alemão vão ter três eventos, qual eu vou? Aí além dos três eventos, eu tenho que organizar o material do seminário da Fiocruz que a gente está participando, fazer uma pesquisa sobre o impacto dessa remoção das pessoas que a gente começou a fazer, a gente vai visitar algumas casas que estão rachadas e aí o que é que eu escolho fazer? Nenhuma das quatro situações que eu estou te falando está gerando renda para gente em nada. Naquela primeira reunião do Fórum, eu estava fazendo um mutirão lá no Engenho da Rainha, que a nossa horta estava largada, a trilha cheia de lixo, a comunidade estava sem uma lixeira, aí eu escolho o quê? Fazer mutirão ou ir para a o evento? Aí o camarada fala, manda um e nós somos poucos, se um já vai, faz falta, então quero dizer, tem momentos que temos que escolher participar das reuniões e se articular ou fazer seus trabalhos de casa, estruturar sua instituição. Ano passado e início desse ano foi o que a gente mais fez foi organizar, estruturar, tirar alvará, deixar isso tudo direito para a gente poder ir a campo, buscar parceiro e tudo mais, porque essa também é uma fragilidade

muito grande a questão administrativa das ONGs pequenas é muito difícil, e aprendemos a fazer isso fazendo. Tem ONG que nasce hoje e tem um que sabe uma coisa, outro que sabe outra, tem universitário que já sabe das coisas e a gente começou sem saber nada. O Poeta quando começou com essa história não tinha nem o primeiro grau completo. Ele faleceu em novembro de 2011 de câncer de mama. Quando ele começou esse trabalho já tinha 40 anos e começou a pensar em Parque, essas coisas, eu tinha saído da escola, tinha abandonado o estudo, então começamos a fazer o Verdejar sem saber direito o que estávamos fazendo, com vontade de preservar a nossa área verde e num contexto totalmente adverso e ainda sendo taxados de loucos e realmente isso era coisa de maluco, há 15 anos, só maluco para fazer o que a gente fazia, a gente puxava caminhada do Juramento para cá e daqui para o Juramento.

Fundamos o Verdejar em 2004, pensamos em escrever projeto em 2005. Conseguimos impedir com esse trabalho a junção do Complexo do Alemão, com o Complexo da Penha, com o Complexo do Juramento. Fizemos isso e não somos reconhecidos. Hoje nem parece que foi o Verdejar que brigou pelo Parque, parece que foi a Prefeitura que criou o Parque. Por isso que em 15 de Junho queremos realizar o seminário da Serra da Misericórdia lá na Praça do Conhecimento, estamos articulando com o Nailton e com o pessoal lá e vai ser exatamente o momento que estamos nos organizando para dizer para esses novos grupos e para essa movimentação toda que está acontecendo aqui, quem somos e o trabalho que nós fizemos, quem foi que pediu esse Parque. Vamos apresentar documentos e fotos de reuniões desse trabalho para a população enxergar a realidade. E esse Parque já vem sendo utilizado, no final de semana você vê gente jogando bola, soltando pipa.

Fórum Nacional: Para finalizar você gostaria de dizer mais alguma coisa, os desafios estão mais claros, o desafio da sustentabilidade, da visibilidade, do respeito, projetos mais estruturantes...

Edson: Na verdade, é uma luta muito árdua, você tem lutar para se reafirmar, para aprovar um projeto, para estruturar sua organização, para criar movimentos coletivos que possam discutir criticamente a realidade da comunidade, dialogar com o governo. Então, o volume é muito grande, costumamos dizer que o cara que trabalha em ONG tem que aprender, tem que saber fazer tudo, a gente constrói uma casa, faz um viveiro e sabe a documentação toda para fazer aquilo acontecer. Escrevemos um projeto, pensamos em indicadores, prestação de contas, sabemos fazer uma série de coisas. Ao longo dos anos nos capacitamos tecnicamente para desenvolver esse trabalho, fizemos uma série de pequenos projetos que nos deram experiência para fazer projetos maiores, temos projetos escritos tecnicamente muito legais, tanto é que foram aprovados pela Caixa Econômica, o EcoFavela e o Viveiros Comunitários. Hoje os desafios são muito grandes, a realidade hoje está ainda mais complexa, porque parece que mudou em algumas coisas e não mudou, e mudou muito em outras, estamos vivendo uma transformação e entender esse processo e atuar nele é muito complexo. Imagina uma Fase, um Ibase que existem há 40, 50 anos, que tem uma estrutura de financiamento de tudo quanto é fonte, estão passando por

momentos difíceis, imagina esse mesmo impacto na gente. Mas ao mesmo tempo, frente a esses desafios e complexidades, não perdemos a esperança, a gente continua trabalhando, continua propondo, buscando parceiros, fazendo articulações. Vamos realizar agora o segundo seminário da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha. Temos uma agenda enorme, trabalhamos domingo, segunda de madrugada para fazer a coisa toda andar, temos muitos problemas de um lado, mas esse é o desafio e é o que nós estamos fazendo e não estamos sozinhos, estamos buscando parceiros e temos muitos parceiros. Só que os nossos parceiros não têm dinheiro, falta recurso financeiro para investimento e indo junto é mais forte e é esse caminho que estamos buscando. Vamos fazer esse seminário agora, o Raízes e a CoopLiberdade tem acento no Comitê, mas não tem perna para ir para a reunião, e eu vou e represento os três e vice e versa. Estaremos no próximo, mas tem momentos que você tem que escolher o que fazer e temos esse acordo entre a gente, olha, estou indo para lá, mas vou falar em nome de vocês também, no trabalho de vocês, e isso é legal e articula bastante, a gente se fortalece assim. E eu queria deixar essa mensagem final para vocês: apesar dos pesares estamos firmes, desenvolvendo projetos, trabalhando, balançamos, mas não caímos, igual bambu, enverga e volta, é difícil quebrar a gente.

ENTREVISTA COM ROBSON BORGES

Nascido em Minas Gerais e criado no Complexo do Alemão, representante da CoopLiberdade, que visa à reinserção do egresso do sistema penal no mercado de trabalho e na sociedade.

Fórum Nacional: Quem é o Complexo do Alemão?

Robson: O Complexo do Alemão é uma terra que foi agredida, atropelada, estuprada, o que levou a comunidade, de maneira geral, a reagir de tal forma que hoje não há cooperação. Não culpo as pessoas, mas a maneira com que foram tratadas criou essa cápsula, fez com que se individualizassem e tivessem pouca fé no próximo. Porque no passado a gente vivia de mutirão, trocava alimento, vivia um colaborando com o outro. Mas determinadas ações que vieram de fora (ações políticas, ações de empresas) quebraram um pouco dessa relação. Algumas pessoas se corromperam e foram ferramenta de quem veio de fora para explorar quem estava dentro. Eu acho que se caracteriza hoje como um tatame em função dessa agressão porque aí cada um começou a puxar para si. Aí a individualidade invadiu e gerou um conflito político, de interesses, que impediu muitas realizações e impede até hoje. Então o tatame por conta desse conflito, um palco de mídia porque quem vem de fora, vem para se promover, vender seu peixe e vai embora. Vem e explora, extrai conhecimentos, ideias, projetos e sai. Essa é a minha visão, Robson Borges sobre o Complexo do Alemão!

Fórum Nacional: O que é fator limitador para a transformação do Alemão?

Robson: Limitador, eu acho que o grande limitador é o conhecimento, a educação com certeza, porque como consta na Constituição, saúde, educação, moradia digna, saneamento básico, se a gente tivesse acesso a tudo isso também teria uma outra história, teríamos avançado, o resultado seria completamente diferente, então uns dos grandes obstáculos é o acesso à educação, mas à educação verdadeira. A educação que empodera para participar da história, poder interferir, construir e não essa educação que ensina simplesmente a servir, a ficar batendo continência o tempo todo.

Fórum Nacional: O Complexo do Alemão é composto de várias comunidades. Quais as diferenças entre elas?

Robson: No Complexo do Alemão o que se destaca é a questão de cultura. Nós temos no Morro dos Mineiros uma grande concentração de pessoas que vieram do norte de Minas, que iniciaram ali sua vida, mais pacata, tem um modo diferente de lidar com as pessoas, uma culinária própria. Existe Nova Brasília, um loteamento, com uma concentração de nordestinos, pessoas que são muito voltadas para o comércio. O cara levanta um comércio aqui, o outro levanta um comércio ali e começa a interferir na economia local, atrai ideias. Eu acho que é um pouco da diferença que há entre algumas comunidades do Complexo do Alemão, mas de maneira geral todas têm a mesma necessidade, desde saneamento básico, educação, arte, esporte. Têm algumas comunidades que mesmo que incipiente, tem saneamento, uma escola, uma creche, uma pequena economia girando, e tem comunidades que não tem nada. Isso faz diferença. Nova Brasília, a própria fachada do Complexo do Alemão porque todo mundo olha afastado. O PAC concentrou algumas intervenções ali, atingiu a Grota, uma parte da Alvorada, atingiu aqui uma parte do Alemão e a gente vê que o negócio está inacabado e muito incipiente mesmo, mas quando se fala Complexo do Alemão só se mostra coisas boas e têm um monte que não têm saneamento básico, a galera não têm iluminação legal, entendeu? São os próprios moradores que sobem no poste... está sem luz ali, a tia caiu, eles vão lá e trocam a lâmpada. Questão de esgoto, também, as pessoas vão lá e acertam. Não há uma assistência dos órgãos competentes para isso, essa e uma das diferenças que impacta a comunidade.

Fórum Nacional: Qual é o diferencial entre o Complexo do Alemão para os outros territórios que também são favela?

Robson: Então o diferencial em relação a outras favelas é justamente esse palco de mídia que se tornou em função das obras, em função da novela gravada aqui, isso acaba dando visibilidade e atrai uma série de empresas, interesseiros, interessantes e interessados. Chega, extrai, cria expectativa. Bom aquele povo tem uma necessidade X, eu digo que tem X sobrando, vamos fazer, é possível e as pessoas se entregam em função dessa necessidade, dessa carência e, às vezes, tem sua história capitalizada, tem o seu projeto usurpado. Há

improbidade administrativa dentro do processo, há uma extração de tudo; uma parada que deveria ser tratada com combate pesado, é um crime sensibilizar as pessoas, fazer promessa para que se abram e se lancem e depois somem.

Fórum Nacional: Esse foco da mídia aqui para o Alemão é ruim?

Robson: Olha não é ruim desde que nós, moradores do Complexo do Alemão, saibamos lidar com isso porque algumas pessoas por falta de conscientização alimentam esse pequeno sistema. Na verdade “esse grande sistema”, às vezes, alimentam por interesse. Como é que a empresa X chegou aqui? O político X chegou aqui? Chegou através do Seu Cebola e ele está com interesse no que o fulano prometeu. E assim ele abre um canal para que venham usurpar ideia, prometer e não cumprir, vem usurpar voto, direitos, e esse cara por ter sofrido durante anos, é um sequelado também, eu até compreendo e é difícil falar e compreender o cara que se corrompe, mas é justamente por essa bagagem que o cara carrega, de atropelo, de desrespeito; ele fala “vou me permitir, vou livrar o meu”. Quantas histórias já não se repetiram aqui assim? O cara livrar o dele independente do que tivesse vendendo, explorando, manobrando de alguma forma politicamente para que tivesse o seu atendido. Isso é legal? Não é legal, mas é justamente porque a galera vem carregando uma dor. Às vezes, você é esvaziado politicamente e é chamado de louco, de radical até que te esvazie, quando você está levantando um tema legal, você esta dando visão para um grupo, mas não é legal para o oposto que lança uma flecha para esvaziar. Não, não pode ser assim, a gente tem que chegar aqui limitado, concordando com isso, validando o que eu digo para que eu consiga acessar o meu. Vai ter sempre um intermediário que faz parte do corpo desta comunidade, mas que permite isso acontecer para ter o seu atendido.

Fórum Nacional: O que você acha que dá muito certo aqui que precisa ser potencializado e o que não dá?

Robson: Olha o que não dá é difícil porque terra boa dá de tudo, mesmo que seja ruim, ela dá de tudo, dá muitos frutos mas também dá erva daninha. Vários empreendimentos, vários projetos aqui dentro dão certo é podem ser uma extensão dos serviços públicos dentro da comunidade e como cooperativa, associação, ONG, como pequenas empresas, na questão da educação, de geração de trabalho e renda, de cultura, são várias as questões e infinitas as possibilidades. Depende de quem vem de lá para cá tratar com respeito, saber chegar, porque é possível. Eu represento a cooperativa. Mas qual é o foco da cooperativa? O foco, costume dizer, é criar a logística do ser humano cumprindo a logística das indústrias. Mas quem é que está preocupado com o ser humano? Trazer o ser humano de volta à vida, reintegrar, reinserir, dar um choque. Eu preciso de um espaço aqui no Complexo do Alemão. A gente tem uma articulação com o BNDES, com o Banco do Brasil que é um parceiro para que a gente possa equipar esse espaço, capacitar essa mão-de-obra que está ociosa. Por quê? Uns porque são egressos, outros porque têm uma deficiência na formação, outros que não estão inseridos de maneira legal dentro do sistema e não estão limitados a estarem. Falta

uma pequena oportunidade, falta política pública. Porque eu comecei na cooperativa assim e o foco era só a coleta do óleo. Hoje eu me vejo uma outra pessoa. E no começo eu ficava me olhando, discutia, às vezes, conflitava comigo, esse não é o seu caminho! O que você está fazendo aí? Eu não entendia, mas eu fui participando, eu precisava. Eu acredito que fui parar no sistema prisional para entender como é o sistema. Nada é por acaso, minha mãe sempre me falava isso. “Aqui você está guardado, está aprendendo” e eu conflitava com ela. Hoje, 10, 15 anos depois eu falo: “é, realmente eu estava lá guardado, aprendendo e hoje estou aqui militando por essa categoria, vai entender?” Eu não entendia. E o que me reintegrou e o que me reinseriu foi esse processo de cooperativismo. Resíduo que a comunidade joga no esgoto, que entope, que causa refluxo e que agride, que faz mal para a comunidade. Então se a gente conseguir conscientizar essa população a destinar de maneira legal a gente gera inúmeros postos de trabalho aqui dentro e traz qualidade de vida para a comunidade. Vai reduzir a proliferação de vetores e reduzir a proliferação de vetores, melhora a saúde e inserir os egressos do sistema penal, a gente interfere na segurança porque ele não vai para os grandes centros para assaltar porque não tem formação, não tem educação, viveu durante anos dessa economia informal e a polícia chega dessa maneira e o crime é enxugado. Fica quem tem que ficar. E os demais? Existe um grande número de pessoas envolvidas nesse processo e hoje estão por aí. Claro, tem moto táxi, tem outros trabalhos que as pessoas se inserem e uma boa parte vai parar nos grandes centros. Se torna aquela poluição visual que o sistema utiliza e está tentando sobreviver, enquanto a gente poderia trazer ele de volta à cidadania e inserir na sociedade com o resíduo da sua comunidade. Tudo isso é matéria-prima. É um projeto que eu vejo assim, se o resíduo do Complexo do Alemão é passível de reintegrar, de reinserir os egressos da população marginalizada, excluída daqui, é um projeto que eu posso levar para a Maré e pegar todo o resíduo da Maré e fazer o mesmo com a população excluída da Maré e infinitamente sabe por quê? É matéria-prima. Hoje a lei obriga que as indústrias tenham relação com as cooperativas, as prefeituras têm prioridade no acesso aos recursos federais, quando têm projetos vinculados com as cooperativas, então muitas coisas estão voltadas para isso. O camarada que é de uma determinada área tem o recurso sobrando e vê que aquilo dá dinheiro, entra, monta um grande polo e contrata algumas pessoas. Esse cara fica com a mais valia, aquela questão, a água sempre corre para o mar. O cara enriquece, eu acho que a gente deveria parar e repensar, ninguém nunca soube que a folha daquela bananeira ali da rua dava dinheiro, então descobriu agora, eu posso usá-la para reinserir as pessoas, reduzir a marginalidade, trazer um equilíbrio social, pronto.

Trazendo um equilíbrio social, eu não consigo porque o cara endinheirado viu que aquele negócio dá dinheiro, veio e monopolizou tudo e vive como empregado dele, é o que está acontecendo agora com o lixo. Quantas famílias dentro dos lixões da comunidade sobreviveram com isso e estão perdendo seu espaço? Porque uma grande empresa chegou, o cara tem dinheiro, botou uma equipe para trabalhar e, olha, você não pode entrar e o cara está sobrevivendo desse resíduo, da mais valia. Então, o que que a gente está fazendo? A gente está criando cada vez mais uma massa informal, a gente está dividindo e distanciando cada vez mais. Ao invés de estar trazendo o equilíbrio está fortalecendo a desigualdade social.

Fórum Nacional: E qual é a outra coisa que poderia ser potencializada nessa questão de geração de renda? O que é o forte da comunidade?

Robson: Vários polos de produção no Complexo do Alemão e acredito que a cultura precisa ser mais apoiada, precisa ter uma atenção maior. Eu acho que a culinária é uma questão bacana e vem até despontando porque alguns grupos vêm se organizando. Eu acho que núcleos que pudessem prestar serviços sendo extensão dos órgãos municipais porque todos nós pagamos impostos e deveríamos ter o mesmo atendimento que um camarada que mora na Barra. E pequenos polos de produção que gerassem trabalho e renda no local, de maneira que nós pudéssemos ser a extensão desses serviços, porque há recursos para isso, para que nós tenhamos os mesmos atendimentos que o camarada lá tem. Então se nós pudéssemos ser uma extensão desse serviço aqui dentro, tenho certeza que faríamos o melhor, porque esperar por eles é uma coisa que causa esse constrangimento, que gera essa diferença. A atuação da polícia aqui é diferente, a atuação da Cedae, da Light, de todos os órgãos do Estado e privados, nos dão um tratamento diferente.

Fórum Nacional: E qual é a maior dificuldade para colocar isso em prática?

Robson: Falta de vontade política, porque querendo ou não a gente depende da política. Eu tenho a possibilidade de representar uma rede de cooperativas. Teve uma primeira representatividade e levei minha cooperativa para receber capacitação, ter acesso a alguns recursos e a liderança tomou um rumo tentando levar algumas coisas para si, trabalhou em nome do coletivo, mas puxou para si. A segunda liderança que assumiu me convidou para atuar como financeiro, mostrei que não era capaz, mas me deram crédito e tive a possibilidade de aprender e ver como o negócio funcionava e essa liderança se fragilizou e foi embora. O grupo que ficou me levantou como representante dessa rede. Eu achei aquilo legal porque eu sempre gostei de fazer pela comunidade. Eu trafiquei, eu assaltei durante muito tempo e, no Dia das Mães, eu tinha orgulho de fazer aqueles bolos de metros, refrigerantes, salgadinhos. Dia das crianças, muitos presentes, essas coisas nunca entraram na minha casa, minha mãe é cristã, nunca permitiu, mas eu fazia fora e tinha prazer. Então, quando eu assumi essa rede de cooperativas que tinha fonte fixa, tinha do outro lado as pessoas com necessidades, que queriam acessar e que eu poderia intermediar, eu falei, opa, agora vou dar um choque de ordem nesse negócio e vou fazer acontecer. E aí me voltei para a Secretaria de Meio Ambiente, onde ficam vários fundos disponíveis para isso e comecei a reivindicar os direitos, o cumprimento da proposta, mas foi aí que eu me deparei com o grupo que falou: “Oh, não é por aí, você tem que fazer isso, você tem que fazer aquilo” e eu falei: “não, senhor, eu sou eleito pelas cooperativas, estou aqui, e eu quero o cumprimento.” Existe o recurso para a reforma de um espaço para que a gente tenha uma central. Onde é o espaço, cadê o recurso? E quando eles me viram brigar pelos direitos, pelos cumprimentos, começaram a me esvaziar, a corromper os meus contra mim para que eu sáísse daquela posição e junto comigo recursos que eram para estruturar as cooperativas, espaços, equipamentos, capacitação. Eles corromperam os meus dando luva, óculos, bota e avental.

As pessoas se sentiam e eu falava “cara, eles estão captando seu nome, equipamentos, coisas grandes e estão justificando como se tivessem te entregando mais”. É a questão da formação política, a galera não tem. Fui esvaziado e perdi o controle dessa rede. Essas mesmas pessoas que foram corrompidas por luvas, óculos, botas e aventais, depois ligaram para mim... “A gente perdeu isso, perdeu aquilo” e eu falei: “gente, eu tentei avisar, vocês não quiseram me ouvir...” “- Mas me disseram que você estava meio louco, estava meio radical e que a gente tinha que afastar você”. “Vocês acreditaram e hoje eu não posso fazer mais nada.” Assim foram justificadas em nome dessas cooperativas um série de coisas, equipamentos, capacitação, estruturação que não aconteceram. Esse dinheiro virou recurso para campanha política ou beneficiou alguns do nosso povo que foram os intermediários. É ruim, mas é real. Eu vejo as pessoas falarem, é o sistema, o sistema é assim, deixa de ser sonhador e a gente vem tomando porrada, vem driblando os obstáculos. A gente está conseguindo se reerguer sem se corromper e acho que é um legado muito bacana. A gente está há dez anos nessa luta mas é um pouco doloroso, falta respeito deles, falta resiliência nossa, falta política pública de verdade para viabilizar isso porque discurso a gente tem dos maiores e dos melhores, prática está faltando.

Fórum Nacional: E para você quais são os melhores exemplos de instituição, de projetos bem sucedidos que foram feitos aqui no Alemão e deram certo e devem ser apoiados?

Robson: Olha, eu tenho medo de comentar até para não ser injusto com ninguém porque todos os projetos aqui são importantes, são interessantes e necessários, sinceramente.

Fórum Nacional: Mas você poderia citar alguns que deram certo, que são bem estruturados em relação à mobilização comunitária?

Robson: Raízes é um exemplo, é uma grande instituição e é uma pena que a comunidade de uma maneira geral não pare para ouvir, para entender o que é, como é, porque se as pessoas parassem para ouvir teriam até mais força para reagir. E é super importante o papel dos Raízes aqui porque fizeram, estão fazendo e vão fazer intervenção positiva na vida de muita gente. Trabalha com as crianças, com os jovens, e tem uma relação com adultos, com as outras organizações e traz a visão política, essa visão crítica. Tem o Verdejar que eu acho importante o trabalho dos caras também, preservar as áreas verdes que a gente tem, a gente tem aqui a Serra da Misericórdia e que ela está sumindo porque existe uma mineradora ali dentro que está explorando, está minando, está acabando com a Serra. Temos fontes mananciais de água que estão secando por causa dessa agressão e a gente vê organizações como Verdejar que vem lutando contra. Luiz Poeta morreu militando. Hoje o Edson está representando o Verdejar e isso é nosso, isso não é do Edson, não é do Verdejar, é nosso, nossa comunidade, nossa terra, nosso verde, é qualidade de vida para todos. Eu me lembro quando criança, minha família é toda mineira, então eu tenho muitos parentes no Morro dos Mineiros, a gente ia para o Morro passar o final de semana. Eu pescava rã, peixe, eu andava no meio do mato e milhões de borboletas de várias espécies voando,

vários pássaros, mico, papagaio, arara, cadê? Será que os filhos dessas pessoas viram ou vão ver isso, as espécies estão sumindo aqui dentro, sabe? Estão migrando para outras regiões, porque o espaço está sendo agredido, atropelado. Eu acho que se as pessoas entendessem a importância daquilo, se agregariam, cooperariam com a luta daquele grupo para que o negócio desse mais resultado porque tudo é número, tudo é força política para que aconteça. Então eu acho que projetos como esse do Verdejar é bacana, como o objetivo da cooperativa que é destinar os resíduos corretamente e preservar os recursos naturais até para que os nossos filhos possam apreciar aquilo que a gente apreciou, porque muitas espécies estão entrando em extinção por conta dessa cidade de pedra crescente que vai ocupando os espaços de maneira inadequada e muitas das vezes com autorização de órgãos que deveriam estar travando, bloqueando o desenvolvimento daquela indústria que está ali explorando. Existem vários projetos e esse é o medo de pecar, não dá para enumerar. Tem o Educap que trabalha com saúde e é super importante e eu vejo a extensão dos serviços voltados para a sociedade, serviços públicos, é isso. A gente não tem parques e jardins, o Verdejar poderia ser uma extensão aqui para preservar e ia fazer com amor porque são pessoas daqui. O Educap que trabalha com educação, saúde não poderia ser uma extensão da Secretaria de Saúde aqui dentro? Porque são pessoas daqui e vão fazer com amor porque estão cuidando do sobrinho. Quando você está dentro da sua casa podendo fazer alguma coisa para seu povo é prazeroso, faz parte da sua remuneração, é um valor que não tem preço, sabe? Não é um valor monetário é um valor pessoal, sentimental, é isso aí. É fazer pelos nossos e existem vários outros segmentos que desenvolvem alguma coisa. Esse cara poderia ser potencializado para atender aqui também com justiça entendeu?

Fórum Nacional: Como você vê hoje essa questão do movimento social aqui no Complexo do Alemão?

Robson: É um momento de transformação. Eu vejo lideranças e organizações se despidendo, se organizando, aceitando, porque durante muito tempo as pessoas andaram com uma bagagem muito grande de egos, de vaidades e militaram e deixaram de fazer coisas porque estavam só. Hoje parece que as pessoas estão se tocando que a corda é feita de vários fios e não um pequeno fio e estão aceitando mais as outras, estão começando a dividir os espaços e ouvindo mais o outro, porque tinha muito aquela coisa de poder, de imposição mesmo que a pessoa era limitada, mas ela foi colocada em determinada situação e todos tinham que aceitar o que ela estava propondo, mesmo que não fosse legal, assim, eu sou o oposto, não acho legal isso, mas eu não podia nem me posicionar porque não estou me levantando contra aquela pessoa, estou me levantando contra quem inseriu ela naquela situação. Eu vejo as coisas devagar ainda, em passos muito lentos, mas está se democratizando. Eu acho que as pessoas estão aceitando mais os outros e estão se complementando porque é aquilo que eu disse, muito discurso e pouco prática, as pessoas precisam entrar mais na prática. Eu vejo lá, você representa a instituição X e tem objetivo A,B e C, mas o teu objetivo é D e E e você interfere nos objetivos daquela organização porque está pleiteando os seus objetivos e não consegue cumprir os objetivos daquela organização entendeu? Fica aquele

discurso no ar, vazio, sem o cumprimento e hoje as coisas estão se transformando, as pessoas cooperando mais umas com as outras, aceitando a limitação e fazendo essa troca de conhecimento, de ideias, ponderando, levantando. Eu vejo que está se criando uma rede bem saudável e eu acho que se a gente conseguisse afinar de maneira legal, com justiça, iria acelerar esse processo de transformação.

Fórum Nacional: Existem propostas de potencializar essa sintonia que você está falando, essa comunicação entre vocês?

Robson: Eu acho que a cada momento que a gente se encontra, que está levantando uma proposta ou outra, por exemplo, a própria CoopLiberdade levanta a questão do lixo, e conta com a colaboração do próximo já é legal, porque sozinho eu não sou nada. Mas eu sou um louco mesmo, não adianta, então é bacana hoje ver algumas organizações falando que eu estou representando um trabalho legal. Eu coopero com ele, se puder ajudar, eu ajudo. Por exemplo, a gente não tem um espaço próprio, estamos hoje em articulação com a UNISUAM, que está nos cedendo o galpão. O Banco do Brasil está colocando equipamentos lá, o corpo técnico, os doutores daquela universidade estão se disponibilizando para ajudar na organização da cooperativa, mas a gente ainda não tem um espaço para receber essas pessoas, a gente tem as portas abertas aqui nos parceiros. A gente tem as portas abertas lá no Verdejar, no Observatório e vários outros parceiros. A gente chega e utiliza o sinal de internet que me possibilita trabalhar, eu preciso fazer contato com um parceiro ou outro, eu ligo, entendeu? E coopero com a maneira que eu posso: “olha, eu tenho recurso, posso comprar um pacote de folha para ajudar, posso ajudar na luz ou não posso ajudar em nada” e o parceiro fala: “estamos juntos e isso é parceiro de verdade, entendeu?” Deixar a vaidade e uma série de coisas, cooperar mesmo porque o trabalho que o Robson representa é um trabalho legal, entendeu? Ah, é o fulano, não é a importância do que o fulano está fazendo, o que isso traz de benefício para a comunidade, entendeu? Então, quando esse olhar começa a mudar, viabiliza, facilita as relações.

Fórum Nacional: E como você vê hoje a juventude aqui no Alemão, como é o panorama dessa juventude com relação às oportunidades?

Robson: Eu acho que durante muito tempo estive distante de muitos daqui uma formação e os jovens se espelharam em muitas coisas ruins, a informalidade que existia, não que não exista ainda, eu vou sempre destacar isso porque parece não ser interesse de quem pode solucionar. Eu acho que a juventude precisa despertar, a gente vê alguns grupos se organizando, é legal, mas não conseguem alimentar aquilo e se despir para pedir uma colaboração porque quando se veste uma camisa de uma determinada militância você tem que se despir de muita coisa para viabilizar os seus sonhos. Ah, como assim, eu posso ganhar dinheiro? É claro que eu posso ganhar

dinheiro, não é nenhum crime ganhar dinheiro, fazer um social desde que você seja justo, desde que esse dinheiro seja uma consequência do que você está querendo fazer, transformar vidas, gerar trabalho e renda, isso é extraordinário. Hoje há algumas oportunidades mesmo que não sejam as oportunidades que a maioria deseja porque existem várias tribos e estão presos a determinados temas e deveriam despertar para as oportunidades que se tem, porque, às vezes, ficam acompanhando uma coisa ou outra e só despertam quando impactam com a maioria, ou a menina que engravida e pega uma responsabilidade, vê que tem que trabalhar e olha para trás e fala: “ eu não estudei, tinha essa oportunidade e não peguei” e fica com aquela sequela, com aquele peso de que não tem como fugir, tem que carregar e acaba perdendo a oportunidade de desenvolvimento, de amadurecimento, de crescimento social, político que permitiria a ela ter um retorno maior no serviço, porque você precisa ter conhecimento, não basta você criar as mãos e os pés para prestar um serviço hoje no mercado, você precisa de conhecimento, precisa de qualificação. Eu acho que falta o despertar dos jovens para preencher as oportunidades que têm e sentar com essas organizações que trazem essa oportunidade e exigir que se traga aquilo que de fato empodera, qualifica, porque existem várias colonizações e que trazem para cá o que querem trazer, mas se a gente preenche esse espaço, pode exigir. Se eu massificar e falar, a gente precisa disso, daquilo, isso é legal, isso não é legal e esse sistema vai trazer, ele vai atender porque a gente sabe que isso existe. Agora, isso é canalizado para quem é de interesse. Existe organização com objetivo X, mas atrás dessa organização tem uma pessoa que tem outro objetivo, então para lá é uma coisa, para cá é outra, farinha pouca meu pirão primeiro, como a questão do corporativismo. Várias pessoas despertaram na base da porrada, tropeçando, cometendo erro. Despertar para ocupar os espaços públicos e discutir o que a comunidade precisa, na real.

Fórum Nacional: Para você qual é a maior dificuldade que esse jovem enfrenta quando vai tentar a inserção no mercado de trabalho, no mercado formal?

Robson: A maior dificuldade é qualificação técnica porque a educação que nós temos não nos prepara para concorrer e as organizações que cercam a nossa comunidade, em função de toda a mídia e de tudo o que está acontecendo, não trazem aquilo que qualificaria. A gente vê várias indústrias se instalando em diferentes pontos do Rio que estão trazendo mão-de-obra de fora, estão buscando em outros estados, por que a gente não pode qualificar essa mão-de-obra daqui? Escolas técnicas que preparem as pessoas para o mercado de trabalho, para as grandes indústrias que estão migrando, para as que estão chegando e trazendo gente de fora? E quando eu trago de fora, tiro a oportunidade de um meu e fortaleço essa desigualdade social, tiro a possibilidade de inserção de algumas pessoas, então a qualificação técnica é importante. Eu, Robson, preciso, a comunidade de um modo geral precisa do ensino fundamental, ensino médio de qualidade e qualificação técnica para que possamos preencher as oportunidades que existem.

Fórum Nacional: Você falou das dificuldades, mas qual é a vantagem que uma empresa tem em empregar um jovem daqui?

Robson: Pois é, aí eu vou responder isso como uma empresa que vem de fora, com a cabeça dela. Facilidade é que a galera não tem informação, não tem educação, não tem qualificação técnica e tem necessidade, então, eu como empresa chego e falo: “oh, eu tenho isso, quer? Não quer? Beleza”. Há uma oferta muito grande de pessoas querendo ou você preenche e aceita o que eu te ofereço ou outro preenche e você continua sem. Isso é fácil para quem vem de fora explorar a mão-de-obra barata porque a cada dia mais a gente vê os jovens se tornando homens mesmo sem ter se desenvolvido o suficiente para tal, em função dessa falta de educação, de conscientização. O camarada acaba engravidando uma menina e torna essa menina uma mulher muito cedo sem que ela esteja preparada para isso e aí tem que cumprir aquela responsabilidade de pai, tem que trabalhar. “E agora? Como eu vou fazer?” Ah, eu vou andar e, às vezes, os pais ajudam, colocam o cara num moto táxi, procuram emprego aqui e lá, não conseguem porque o camarada não tem qualificação, ele vira ajudante de pedreiro do pai, vira ajudante de pedreiro de não sei quem. A oferta de mão-de-obra a é muito alta, então é fácil para as empresas explorarem a mão-de-obra barata por mais que aquele tipo de serviço tenha o valor X no mercado. O cara pode dar a metade de X porque a oferta é alta, entendeu? A procura é maior que a demanda e quando o produto se torna escasso, ele tem muito mais valor.

Fórum Nacional: E para você quais são as áreas de maior interesse dos jovens daqui?

Robson: Petróleo e gás é uma área que tem crescido bastante em função desse tema que a gente discute, o ambiental, engenharia ambiental, técnico ambiental são áreas que estão em alta nesse momento e que são importantes. A área eletrônica é uma outra que está se desenvolvendo muito, a gente vê as tecnologias nos atropelando, a todo momento as coisas vão inovando e a gente não tem mão-de-obra preparada para isso. Nessas áreas o mercado está aquecido, estão se desenvolvendo a cada dia e se a gente não se levantar hoje para se capacitar nesse sentido, vai ficar num papel secundário.

Fórum Nacional: Você sinalizou muito a questão da educação de qualidade. Quais são as propostas para tentar sanar esse problema de baixa escolaridade?

Robson: Está faltando responsabilidade e comprometimento. Olha a questão: “quem policia a polícia?” Qual é o objetivo desse órgão? Ele não é cumprido pelo camarada que está com a farda ali fora, o camarada quando está com a farda faz o que quer. Quem fiscaliza ou não a presença de um médico e o seu procedimento dentro de um hospital? Muitas vezes o médico vai quando quer e faz o que quer, quando quer. Assim é a mesma coisa na educação, os objetivos são um, mas a pessoa que está lá na ponta representando o estado está fazendo do jeito dela. Às vezes, não está disseminando como tem que disseminar, não está atendente, não está trocando como tem que trocar, porque cada caso é um caso, cada

comunidade tem uma necessidade peculiar e aí tratando de educação não é uma imposição, não pode ter uma concepção bancária, onde a pessoa chega e quer introduzir uma série de coisas que ela acha que tem que introduzir, dessa forma não vai educar o povo. Eu acho que tem que ser uma troca, eu preciso ter um momento de fala, ter um momento de reflexão, ter espaço para me mostrar, para expor as minhas ideias e, de repente, ter uma intervenção de lá para cá, lapidando as minhas ideias e não impondo. Lapidando, orientando, eu acho que ia construir o meu entendimento de maneira legal e, às vezes, a gente constrói um entendimento que não é legal porque é uma concepção e a gente reage e gera conflito. Aí eu volto naquele tema... É o objetivo de uma organização, mas nem sempre é o objetivo da pessoa que está representando esta organização.

Fórum Nacional: E aqui o acesso à escola é fácil? Quem quer se matricular tem no Complexo do Alemão essa possibilidade?

Robson: De acordo com o censo do meio que a gente se relaciona, não é fácil. Às vezes, a gente vê mães buscando na porta de uma escola uma oportunidade, uma transferência ou uma inserção do filho e não consegue e você vê uma figura passar e bater na porta e conseguir para uma outra pessoa. Como é isso? Não tinha vaga e agora o Seu Cenoura passou por aqui e tem vaga? É complicado? Tem que ter respeito. Às vezes me deparo com alguns amigos e falo: “você precisa estudar, você ainda é jovem” e tento citar meu caso como exemplo porque eu não acreditava em mim e achava que eu não tinha tempo e que eu tinha que assaltar 1 milhão para garantir a minha vida. E não era isso, eu vivia no tempo da ignorância, eu vivia nesse mundinho fechado aqui, não saltava para fora e não procurei uma visão mais ampla que pudesse me preparar para encarar o mundo de maneira mais igualitária e você fica com esse estigma, essa baixa estima não porque nasceu de nós, mas porque o povo foi tratado assim durante muito tempo, então em determinado momento, acaba aceitando e absorvendo aquilo. Não, eu não sou, eu não tenho, eu não posso e começa a carregar aquilo e aquilo é uma coisa que trava a pessoa de uma tal maneira que impede ela de se socializar, de disputar alguns espaços. Eu mesmo vivi isso assim que eu saí do sistema, comecei a me inserir nesses meios sociais, nessas organizações e tinha momentos que eu falava: “cara, o que eu estou fazendo aqui? Esse não é o meu espaço.” Mas é porque eu achava que eu não tinha qualificação, e, muito pelo contrário, tinha e devia estar e me colocar, participar para entender como era aquilo e melhorar a minha visão e meu comportamento, a minha relação com o mundo de hoje, o que a galera estava colocando, discutindo, para evoluir como ser humano e entender que a vida não é aquele mundinho que eu vivia e tento levar isso para as pessoas. Alguns amigos são egressos, são mais novos do que eu e têm a possibilidade de alçar voos, sabe? Tem o céu como limite, mas estão com a cabeça fechada. Como estudar? Eu já passei da idade e o cara não tem nem 30 anos! Estudar para quê? Computador e informática, isso não é para mim, sabe? Eu vivi isso e lutei contra isso para caramba. Eu consegui romper, mas nem todo mundo consegue. As pessoas ficam ali naquele comodismo, naquele coitadismo e precisa de um choque de ordem cultural que a sacuda para despertar. E aí ela fala: “é possível sim!” E como é que você

faz isso? Dando exemplo, porque não adianta você ficar discursando porque são ideias e ideias. A ideia dele é bacana, mas se não estiver materializada em algum lugar, ela continua sendo uma ideia.

Fórum Nacional: Você participa de uma cooperativa e trabalha com um público jovem bem específico. Eu queria saber como surgiu essa cooperativa, como é o processo de trabalho com esses jovens?

Robson: A cooperativa surgiu justamente dessa necessidade de reinserção à sociedade e ao mercado de trabalho, quando eu saí do sistema e vários amigos também. A gente buscou retomar do zero e buscar um caminho formal legal novamente, mas encontramos uma série de barreiras, parece que andamos com um rótulo na testa. Eu entrei em várias empresas para prestar um serviço e enquanto eu estava ali como um braço e uma perna trabalhando, nossa esse cara é eficiente, esse cara é legal, é bom, a gente gosta do seu trabalho e você precisa trazer sua documentação. E quando a documentação chega e percebem que você tem uma passagem, você recebe um tapinha no ombro: “a gente está fazendo um corte de despesa, vai te ligar, mas não dá para continuar, ok?” Há um preconceito, há uma discriminação muito grande, você pode estar qualificado para prestar o serviço mas o preconceito e discriminação impedem que as empresas te aceitem e como é que a gente faz para furar esse bloqueio? Conversando com algumas organizações parceiras, entre elas o Observatório, o Raízes, o Verdejar, o Atitude Social lá na Vila Cruzeiro, outras... Vocês são frágeis espalhados por aí; um negro pobre morador de favela egresso do sistema penal, está lascado, mas se a gente criar uma organização com objetivo tal, vocês serão uma organização e eu acho que o negócio pode ser diferente. Qual é a expertise desse grupo? Egressos e a habilidade do trabalho formal quase que nenhuma. Quem buscava um processo de reinserção, conseguia dentro das comunidades um trabalho de gari comunitário e foi do gari que surgiu a ideia lá na Vila Cruzeiro, em 2004, e a gente reunido e conversando com o pessoal do Observatório Favelas... “Ah, você trabalha em quê?” Eu trabalhei como gari comunitário, trabalhei manobrando a água, a maioria trabalhou no gari comunitário e entendia dos resíduos, separar eu não entendia nada e fui aprendendo com eles os diferentes tipos de papéis, diferentes tipos de plástico, diferentes tipo de metais, qual o valor de cada um, os parceiros orientaram, então vamos criar uma cooperativa de reciclagem. Vamos fazer prestação de serviço? Beleza! E iniciou esse processo de constituição da cooperativa. Perdemos muitas pessoas pelo caminho? Perdemos porque o egresso não tem tempo de fazer um empreendimento e como a gente tinha o Observatório de Favelas como parceiro, no início ele disponibilizou uma vaga de emprego e eu fui. Fui contratado como motorista e disponibilizaram tempo para eu resolver as coisas da cooperativa, para formalizar, articular, buscar parceria. “A cooperativa está ligada a quê?” Está ligada há uma Federação de Cooperativas? Vai conhecer, vai ver como se relaciona e no que eles podem ajudar. Existe recurso em tal lugar? Existe seminário?” E assim a gente começou a participar

e muitas pessoas foram ficando para trás. Algumas reincidiram na informalidade, outras traçaram um caminho legal, alguns morreram, alguns voltaram para o sistema, e aquilo foi se tornando um combustível que precisava dar certo e com esse processo de capacitação, com esse apoio do Observatório de Favelas, a gente foi tomando conhecimento do que era a cooperativa e qual a importância e viu que o tema estava em alta. Quando a gente entrava para os seminários, via que a nossa cooperativa tem um papel importante, foi descobrindo e tomando entendimento da questão de preservar os recursos, destinar, recolher e reinserir na cadeia de reciclagem dos resíduos, expostos de uma maneira inadequada, e não é lixo que não é visto que é a visão comum, mas que é matéria-prima que reinserida pode preservar os recursos que são naturais e pode gerar trabalho e renda. A gente vem acompanhando e aprendendo, tem a política de saneamento, tem a política nacional de resíduos sólidos, tem a 5764 que é a lei do cooperativismo, a gente foi tomando notoriedade e foi aprendendo e construindo esse conceito que carrega hoje e eu costumo sempre comentar que fazer a logística reversa do ser humano é fazer a reciclagem de diferentes tipos de materiais, prestar um serviço de qualidade para comunidade, por pessoas da comunidade, gerando trabalho e renda. Isso é extraordinário, eu sou apaixonado, eu estou com minha vida totalmente entregue a isso. Fulano morreu, fulano foi preso, poucos foram os casos que tiveram um sucesso, um caminho legal. Passaram algumas pessoas pela cooperativa que a gente teve um resultado bacana. Teve um cara que saiu da cooperativa e foi para São Paulo e chegou lá e montou um empreendimento e deu super certo, se estabilizou com a família e está criando uma cooperativa lá com os mesmos objetivos, sabe? Esse preço não é monetário, mas me deixa em pé, me dá gosto e traz importância, sabe? A ideia é essa, a gente pegou todas essas perdas, todas essas fragilidades e colocou combustível para continuar. Não a gente não pode parar, precisa viabilizar isso, então começou a fazer esse empreendimento, a lutar, se entregar e, às vezes, sacrificar a própria família porque a família está junto e a gente acaba tirando de casa para viabilizar. Foi assim durante muito tempo para que o negócio desse certo e dando certo, a gente poder convidar os egressos para preencher o espaço e dizer para eles: “daqui a 15 dias ou daqui a um mês você vai ter uma retirada de acordo com a sua produção”. Eu sei que vão agarrar aquilo com unhas e dentes e vai ficar fácil aplicar, porque vai ter um case funcionando que vai ser um grande exemplo para seu Q de sucesso e vai ter outras parcerias para ir com você a outras comunidades, outros municípios a outros estados ou até outros países replicando esse processo.

Fórum Nacional: E hoje, quantos jovens você tem na cooperativa participando desse processo?

Robson: Hoje todos os jovens são maiores de 18 anos, independente do gênero. A gente tem em ata mais de 30. Alguns trabalham num projeto chamado Eco Barreira que é a contenção dos canais que desembocam na Baía de Guanabara, da Secretaria do Meio Ambiente, realizado pela Federação das Cooperativas onde nós estamos inseridos. E tem

uma história com o camarada lá que é muito bacana. O Leandro quando a gente se reuniu na Vila Cruzeiro para apresentar essa oportunidade de trabalho para alguns egressos e se a gente sabe da capacidade de loucura daquela pessoa e isso é uma coisa real, acontece, então a gente fazia uma pré-seleção e indicava o camarada apareceu... “Eu preciso trabalhar, me dá uma oportunidade aí”. E eu falei: “cara, isso aqui é para egressos.” E ele levantou uma questão que me feriu. Eu fiquei pensando naquilo. Ele falou: “então eu vou ter que continuar por aqui fazendo um monte de coisas erradas e depois que eu roubar, traficar e for preso, voltar egresso, você me dá uma oportunidade?” Aí eu falei: “não, cara, não é bem assim não.” Eu falei: “aguarda aí que a gente vai conversar”. Conversei com toda a galera, fiz um filtro e segurei uma vaga e fui conversar com esse camarada e ele com uma história profunda, filho de egresso, o pai teve uma história pesada dentro da Vila Cruzeiro, e ele era um moleque comunicativo, carismático, então, os líderes informais ficavam... “vamos ali, acolá, faz isso, faz aquilo, fica com um fuzil aqui, anda com uma moto ali, anda com carro fazendo um servicinho aqui, outro acolá para ganhar seu dinheirinho...” E ele estava querendo se desvincular daquilo. Então como é que a gente corta essa? É justamente por aí, o cara ir lá e voltar a gente tem pegar os que estão aqui. Foi aí que eu parei para ouvir, conversei com a família desse camarada, vi que era sério o que ele estava buscando e demos uma oportunidade para ele. Hoje ele é o coordenador desse projeto. É extraordinário, eu sou apaixonado e esse é o retorno porque como representante da cooperativa, eu não sou remunerado, mas ele é remunerado lá onde ele está, entendeu? E isso é gratificante. Ver o desenvolvimento dele é extraordinário! Receber o carinho da mãe, da família... “Meu filho é outro”. Não tem preço! É inenarrável, esse é o combustível que a gente aloca com os demais combustíveis que tem para continuar e buscar novas oportunidades.

Fórum Nacional: E como você faz para captar esses jovens? Você tem alguma parceria com o Degase ?

Robson: Hoje o Degase busca uma parceria com a gente. Ontem eu estive lá porque a gente vem conversando por e-mail há um tempo. Eles queriam que a gente participasse de um projeto chamado Projeto Vida que funciona como um banco de empregos, que gera algum tipo de oportunidade para os egressos. Eu falei assim: “é bacana, é o nosso objetivo!” E a gente se compromete de estar ali do lado, representar a cooperativa, e eles vão fazer um diagnóstico dos egressos que estão hoje próximos das regiões de atuação da cooperativa para serem contemplados, mas a gente nem precisa ter uma relação com eles para chegar aos egressos em função do histórico que teve, porque eu transitei em várias comunidades quando vivia na informalidade e quando eu me desliguei, eu não deixei de frequentar as favelas. Não deixei de visitar o amigo, que eu trafiquei com ele, que eu assaltei, com quem eu fiz um monte de coisa errada. Eu escuto o desabafo dele em relação ao que está vivendo e digo: “cara, existe essa possibilidade, as coisas estão acontecendo, estou vivendo isso, o negócio é muito possível. Você não imagina!” Instiga o cara: “eu preciso ir lá, eu preciso ir ver.” Em algumas dessas tentativas a gente conseguiu levantar o cara que disse: “vou ver como é.” Como tem o Leandro, têm outros que vieram e ficaram, outros tiveram fragilidades e

outros têm resistência mesmo, porque está há muito tempo na ignorância, não tem a responsabilidade com filho, com esposa, independente da idade. É ele por ele, vive meio embriagado na informalidade, mas a gente tem hoje uma relação muito grande de egressos que estão se inserindo direta e indiretamente na informalidade e a gente passa e fala: “e a cooperativa?” Eu vi uma matéria, o negócio está para acontecer, não esquece de mim não, é um outro combustível que eu tenho para continuar e esse cara vai ser contemplado. A gente vê lideranças importantes da informalidade que se desvincularam e falam: “meu irmão, estou contigo, hein? Seu projeto é legal e é mais um combustível e vai fortalecendo, precisa continuar lutando, articulando, buscando parceiros resilientes e sérios para ajudar a viabilizar e hoje a gente está num momento extraordinário, está dentro de um espaço, numa universidade, estamos recebendo os equipamentos e eu estou com bolsa de 100 % e todos os egressos que chegarem aqui eu preciso de bolsa de 100%, não?” “Que tipo de atividade que nós, universidade, podemos levar para dentro da comunidade?” Essa relação para mim está muito gostosa e a universidade traz uma chancela, a própria Unisuam, COPPE está no processo, traz uma outra chancela e nos dá uma credibilidade. Esse cara é egresso e tal, mas ele tem a universidade com ele, eu vou lá ver e o cara vem e vê aquela estrutura e tal, vê aquela relação de parceiro, é sério e tem crédito e começa a entrar. E hoje tem a especulação, tem várias empresas que a gente está se relacionando que vem conversando. Há a possibilidade de fazer algo macro, de estruturar e viabilizar esse primeiro Q para depois a gente sair replicando pequenos polos de produção, a partir dos resíduos. Eu sou apaixonado, isso é a minha vida, por isso vai ser a minha maior realização, meu maior prêmio ver as pessoas se apoderarem desse espaço e se auto-sustentarem porque o consumo é crescente, infelizmente.

Fórum Nacional: Como foi o processo de “pacificação” do Alemão?

Robson: Processo de ocupação, porque pacificação traz um legado maior. Como isso não existe, falo de uma ocupação. Eu vejo isso como um projeto político e com discursos sem prática, porque como organização a gente precisa se relacionar com essas instituições que estão chegando. A UPP aqui, a UPP acolá e existe um espaço que a cooperativa está utilizando dentro do Condomínio Itaoca que estava se transformando numa cracolândia e a gente desenvolveu um projeto ali. O trabalho de vocês é bacana, a comunidade abraçou o nosso problema, a gente tem um espacinho aqui pequeno, mas se vocês quiserem ocupar está sub utilizado. Ocupamos o espaço, nos é útil e ocupamos até para desestruturar essa cracolândia que estava se constituindo naquele lugar e não demorou muito instalaram o contêiner chamado UPP da Baiana, UPP do Adeus. Lá no condomínio do Itaoca esse nosso espaço ele foi arrombado umas três vezes, foi arrombado a primeira vez. Não demos falta de nada. Eu fui até aquela Unidade para entender como podia a 200 metros de distância dela ocorrer aquele fato e eu ouvi um militar falar para mim: “cara, aqui está todo mundo preocupado em cumprir o seu horário, um bandido pode passar aqui de moto que a galera não está muito aí”. Então, me aprofundi na conversa com esse soldado e falei: “cara, qual é a relação de vocês com a comunidade? Qual o papel de vocês aqui? E aí me expus até para

que ele pudesse se expor.” Oh, sou egresso, eu vivi essa vida e hoje eu sou um militante social, represento essa cooperativa, tenho o objetivo X, Y e Z e estou nessa militância, qual o papel de vocês?” “Segundo a organização, o papel é esse, mas aqui cada um tem a polícia que merece”. Aí eu falei: “ como assim?” “Meu irmão, me tratou bem, eu trato bem, me tratou mal, eu trato mal.” Não tem prática, entendeu? Quem polícia isso? Por conta de alguns conflitos que aconteceram e as organizações se impõem que importa com isso que vão para o embate hoje, eles estão meio receosos com alguns em alguns horários, porque se de madrugada você passar pelo cara e, pelo fato de ser negro, está arriscado tomar uma pisada no peito para tomar uma dura e isso é desnecessário. Por que você é negro? Você mora na favela? Eu já experimentei isso na Zona Sul, ir para cima da polícia para tomar uma dura... “Pois não, senhor, com licença, e o cara me chamou de senhor e o mesmo cara aqui me dá um empurrão, me chama de vagabundo porque eu sou negro, porque moro dentro da favela? Quem polícia é essa? Eu vou reclamar isso para quem? Vou reclamar isso para o policial amigo dele que alimenta o sistema? É complicado, eu não sei onde isso vai parar, é uma coisa que se fosse levada com seriedade, se as pessoas que estão fardadas aí fora tivessem sido preparadas para isso, seria diferente. Como é um projeto político estão acelerando... Abrem o edital e estão instalando duas Upps não sei aonde e abre o edital e um monte de novinhos que moram no asfalto ou não também vendo a possibilidade de quê? Ter um distintivo e uma arma, Tribunal de Rua. Eu sou o cara, eu decido. Cheguei aqui no Complexo do Alemão com três anos de idade, morei no Morro dos Mineiros, na Grota, na Baiana. Vi muita coisa acontecer e a minha casa no Morro da Baiana onde o teleférico está hoje, foi removida, uma especulação muito grande. Eu saí, minha mãe já tinha saído e eu fui parar em Marechal Hermes.

Então lá em Marechal eu vejo uma juventude que a ideia deles é ser militar por conta da redondeza. Os caras falam, eu tenho que ser caçador de fortuna, se eu tiver um distintivo, se eu tiver uma arma, eu faço dinheiro. Como assim? Como é isso? Não, porque o fulano de tal é alguém que está exercendo há muito tempo faz e acontece, sequestra e cobra, não prende e eu fico olhando para o futuro imaginando como é que vai ser isso? Porque se os objetivos das organizações não são cumpridos por esses que as representam e quem entra, entra com o objetivo completamente oposto do que a organização está propondo, é complicado. Final do ano passado um primo meu fez uma festa aqui na Baiana, aniversário de casamento dele e recebeu alguns parentes de fora, vieram de Minas e tal para esse evento, e a gente estava em pé no Morro de noitinha, umas 20 horas e vem um grupo de soldados descendo o morro e o camarada que comandava a operação chegou e deu boa noite e disse que ia dar uma vistoria de rotina, processo de rotina. E tinha por que fazer isso? E ele caminhou lá para ponta e quem veio logo atrás dele mete a mão no seu ombro, quer te girar, que você dê um 360° dá um chute na sua perna para você abrir, eu falei com o cara: “meu irmão, tá chutando meu pé por quê? O comandante passou aqui e deu boa noite, disse que ia fazer um processo de rotina, dar uma dura, nenhuma resistência, meus documentos estão aqui, você não precisa me empurrar, não precisa chutar meu pé. Falei: “eu represento uma cooperativa, conheço os meus direitos! Porém

não deveria ter necessidade de dizer, eles deveriam me respeitar como respeitam em outras partes do estado. O objetivo daquela organização precisa ser cumprido entendeu? Não há relação de respeito por mais que no objetivo daquela organização esteja exposto, mas o cara que está aqui na ponta faz do jeito dele, entendeu? E trata toda a comunidade como se estivesse lidando com a sua oposição, com bandido. E quando se depara com bandido de verdade, baixa a guarda e quer negociar a liberdade do cara.

Fórum Nacional: Você vê futuro nessa negociação entre morador e polícia? Existe um meio de se dialogar, existe um meio de se ter respeito e se existe, qual seria uma possibilidade de se fazer isso?

Robson: Sinceramente nessa relação não tenho muito o que propor porque já está embutido na cabeça das pessoas também na comunidade não se relacionar com outros, já está embutido na cabeça do polícia não se relacionar porque aqui dentro só tem bandido e vagabundo. Então como é que a gente resolve isso? Eu tenho uma entrevista impressa guardada em casa do Marcola, um dos líderes do PCC, no Jornal O Globo, ele falou: Agora é irreversível, vocês viram o mal nascer lá trás quando vieram para colonizar e dissolveram toda uma organização, varreram o povo para parte mais distante, ocuparam o espaço que essas pessoas tinham construído para si e começaram a monopolizar os recursos, a educação e uma série de coisas e quando canalizaram algum benefício para lá, no sentido que eles precisam ter o mínimo para voltar, para te atender, para te e servir e não fizeram isso de maneira legal, permitiram que acontecesse todo esse processo de favelização e as pessoas comecem a buscar a sobrevivência à sua maneira e hoje realmente não é simples, estão importando algumas tecnologias e tive lá fora e vi que em outros países a questão é um pouco diferente, eles tentam importar alguma coisa, mas não é simples resolver, não vou dizer que seja impossível porque eu acredito na transformação do ser humano, mas não depende só da transformação, depende de seriedade e a gente vive num país que é corrupto, que tem muitos discursos e poucas práticas. Existe uma série de direitos nossos na Constituição, mas esses não chegam e esses recursos estão sendo consumidos. Então é complicado tratar desse assunto e falar que existe uma proposta, um outro caminho.

Fórum Nacional: Você acha que a “pacificação” foi benéfica para a comunidade do Alemão em algum aspecto, trouxe alguma mudança?

Robson: Foi esse processo de ocupação, e eu não chamo de pacificação, que atraiu algumas empresas e atraiu mídia. Em alguns aspectos foi boa, agora algumas empresas chegaram prontas para explorar a mão-de-obra, recebem ainda isenções. Por que o morador também não pode ter essa oportunidade de ter isenção de algumas coisas para se estruturar, se organizar, se capacitar, se reerguer e entender seus direitos e suas obrigações? É da desconstrução para construir, essa é a expressão do legal do processo porque eu preciso dar valor a isso, eu preciso plantar e colher para cumprir com isso e não o cara chegar e achar que tem que cobrar tudo. Têm pessoas que receberam conta de água de um mês de R\$ 800,00,

uma pessoa que não recebe nem o salário mínimo, como é isso? Receberam conta de luz de R\$ 400,00 sem nem ter entrada na casa, sabe? É desrespeitoso, não tem sensibilidade de lá para cá; eu vou lá para extrair, eles pensam.

Fórum Nacional: Mas existe algum movimento de lideranças se unindo para tentar conversar, ter uma relação dialógica com essas empresas?

Robson: Existe reação de alguma liderança de algumas organizações em relação a isso e a minha luta é a reintegração dos egressos, é a preservação de recurso, é a reciclagem mas sempre que eu tenho a oportunidade, eu levanto o tema e se faz uma promessa, eu canalizo para quem está discutindo aquilo, mas as lideranças das associações estão um pouco mais à frente desse processo. Alan discutiu isso durante muito tempo até pelo domínio histórico que ele tem dessa comunidade, pela bagagem de conhecimento que ele tem e outros vem fazendo essa defesa reivindicando esse direito, reivindicando justiça dentro dessa relação. Não só as organizações públicas que acham que tem que cobrar tudo de uma vez, mas essas empresas que vêm entrando, vêm atropelando, querem vender, embutir, vêm fazer propagandas dentro da comunidade que são absurdas, surreais, pra vender, isso é outro desrespeito, outro atropelo, é um outro tipo de violência e que não é tratado como violência, sabe? A alienação também é uma violência.

Fórum Nacional: Você falou do processo de remoção que vocês sofreram para construção do teleférico. Você sabe como anda essa questão da relação fundiária aqui no Alemão? Como está sendo esse processo?

Robson: Sinceramente, eu não sei como é que anda. Eu só sei que sofri por ter que sair do meu ninho, do meu meio, porque eu cheguei ali com três anos de idade e ter que sair, porque o recurso de reembolso que me deram para pela minha casa de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, tudo de cerâmica, uma cobertura. Eu tinha uma casinha legal, conquistada através de trabalho e recebi um recurso pelo ressarcimento, pela demolição daquela casa e não consegui comprar uma outra aqui perto. Isso me deixou um pássaro fora do ninho. Isso tornou-se uma especulação muito grande de casas que valiam 30 mil e as pessoas queriam vender 80 mil. Casas que valiam 50 mil queriam vender por 100 mil. Foi uma especulação muito grande e eu guardei o dinheiro e fiquei dois meses girando. Eu ia aqui, acolá e as pessoas na expectativa da obra chegar aqui. Eu só queria minha casa, não queria sair do meu ninho, do meu meio de relação de amigos, minha família. Quando eu vi que não ia conseguir comprar outra casa lá e o recurso já estava diminuindo, eu falei: “ preciso buscar uma residência seja lá onde for para empregar esse dinheiro antes que ele não dê para comprar uma residência.” Eu já representava a cooperativa, tinha recebido algumas promessas da Supervia de possibilidade de um espaço em Deodoro. Minha mãe já estava morando em Marechal Hermes. Então eu fui para lá procurar um lugarzinho. Encontrei

uma casa. Não era a que eu esperava, mas comprei porque meu filho estava recém-nascido, minha mãe morava ali, meu pai tinha falecido e era legal ficar perto da minha mãe, levar meu filho para estar perto dela. Era uma distração. Eu sempre quis estar perto da minha mãe e ter uma possibilidade de um espaço ali para desenvolver a cooperativa, estava unindo o útil ao agradável. Fiquei distante de tudo. Aprendi a lidar com isso e hoje, sinceramente, eu falo que foi ótimo para mim. No primeiro momento eu tive aquela resistência, mas esse distanciamento me permitiu repensar a vida, me permitiu retomar os estudos e uma série de coisas que me transformou, queme moldou, me tirou de fora para olhar para dentro. Isso para mim foi extraordinário, foi um grande combustível. Ninguém batia na minha porta, troquei meus números de telefones, para que eu não fosse localizado. Você começa a repensar sozinho, a ter tempo para olhar para você, de onde veio, para onde está indo, o que tem, que eu não tem, o que quer ter. Foi extraordinário porque aí eu falei: “eu preciso estudar”. Comecei a estudar, a tomar gosto pelo negócio, vi que era possível. Fiz um curso de informática, participei de uns seminários, fiz uns cursinhos e fui descobrindo, me capacitando para voltar com um pouco mais de força, um pouco mais de energia para continuar essa luta na qual a gente está comprometida hoje.

Fórum Nacional: O que você espera do Alemão agora nesse novo caminhar, nesse novo horizonte?

Robson: O que que eu espero? Que as pessoas possam desconstruir para construir, que possam voltar a gênese e valorizar aquilo que tem de melhor, voltar para dentro de si e saber quem é de fato, porque as pessoas não são o que mostram e elas constroem o que são de verdade. Que a gente vive atropelado e tem que se adequar a uma série de coisas que impedem mostrar como você é de fato. Que as pessoas pudessem voltar ao princípio e expor o seu verdadeiro eu e retomar a cooperação. Eu paro para refletir e conversando com uma amiga minha do Sebrae eu pensei: “como é que pode, olha o grito da Independência: Independência ou morte! E eu te pergunto: “por que a maioria da população está morrendo?” Porque depende. Independência, quem gritou? Estava do lado do poder, do lado político, da força e esse independe. Eles não usam os serviços públicos, eles não dependem. Utilizam os melhores hospitais, as melhores faculdades, quem depende do cumprimento da Constituição está morrendo. Independência ou Morte, que grito bárbaro, de barbárie. Esse foi o entendimento que eu tive, quem depende da Constituição está morrendo. Educação, saúde, moradia digna, saneamento básico entre uma série de coisas.

4. ENTREVISTA COM ÉDIO ARAÚJO SANTANA

Nascido e criado no Complexo do Alemão, 47 anos, parte da cooperativa de reciclagem fundada por egressos do sistema penitenciário há 10 anos, procurando resgatar e valorizar o egresso.

Fórum Nacional: Como o senhor vê o Complexo do Alemão de hoje?

Édio: O Alemão de hoje está bastante diferente do que eu conheci quando havia palafitas, barracos. Hoje eu olho o Complexo do Alemão e lembro da minha infância quando via muitas crianças, poucas casas de tijolo e o grande sonho era trabalhar para ter uma casa digna, feita de tijolo para que pudéssemos fugir das goteiras da chuva. Hoje o Complexo do Alemão, apesar de ter uma carência muito gritante, está em transformação. Transformação essa que está na nossa porta e não conseguimos perceber devido ao tempo de abandono, de esquecimento até de exclusão.

Fórum Nacional: O que caracteriza o Complexo do Alemão?

Édio: O Alemão de hoje se caracteriza por uma busca incessante da valorização do ser humano por parte dos seus moradores, das instituições aqui dentro. Hoje o governo tem uma visão diferente do Alemão. Eu acho que é um bom começo para o que se pretende para a cidade como um todo. A visão que eu tenho hoje é de estarmos buscando as parcerias para acharmos soluções que venham trazer dignidade, conhecimento e integração.

Fórum Nacional: O Complexo do Alemão é composto por várias comunidades. O que o senhor acha que diferencia uma comunidade da outra?

Édio: Mesmo morando em comunidade, o fator de divisão de águas, desde a minha infância sempre existiu e sempre existirá. Por quê? Famílias têm criação diferente. A maioria da comunidade é composta por imigrantes, então a concepção de vida e a criação é diferenciada. Existem locais mais íngremes, mas necessitados da atenção e da transformação. Muitas vezes as pessoas passam na parte baixa da favela e a percebem de uma forma, mas conforme você vai adentrando vai percebendo que é como se vivéssemos em dois lugares diferentes. Aquelas éras que ficam mais afastadas das vias principais são as mais pobres, as que ficam mais ao alto que são difícil acesso principalmente a Esperança, antiga Pedra do Sapo, o Morro dos Mineiros que fica bem mais íngreme. O ano passado quando começamos a desenvolver um projeto dentro do Complexo do Alemão voltado para a comunidade, a reciclagem e a coleta do óleo nós fomos visitar a Esperança para estar captando algumas pessoas para fazerem parte desse processo. Ao chegar na Esperança eu vi crianças brincando com porcos, dividindo um mesmo espaço e aquilo ali não me assustou e eu sei que isto acontece.

Fórum Nacional: Como é a questão da coleta de lixo aqui na comunidade?

Édio: Precária. Primeiramente a geografia não permite nem colabora para que o trabalho possa ser feito de maneira mais complexa, mais eficiente. Por isso que falo muito que não adianta discutirmos só a questão do lixo, se nós não começarmos a transformar e

a conscientizar os próprios moradores. Isso não é exclusivo do Complexo do Alemão, a nossa sociedade foi educada para conviver com o descarte do seu consumo e principalmente o Complexo do Alemão que é uma comunidade bem numerosa, isso complica porque tem locais que não tem como estar entrando veículos e não tem uma boa organização para estar marcando horários para estar coletando esse material e acho que a grande ideia seria a coleta seletiva. É o que nós pregamos, a separação do lixo dentro de casa. O lixo seco do lixo úmido porque o úmido atrai vetores, ratos, baratas e interfere na saúde, mas o seco, ao ser separado, vai estar gerando trabalho e renda. Uma grande defesa nossa hoje na cooperativa é exatamente isso, estar criando um polo de produção para estar gerando trabalho e renda dentro da comunidade. É então o caminho porque quando as pessoas vêm que o seu material que seria descartado está sendo transformado e gerando renda têm uma consciência é maior.

Fórum Nacional: O que dá certo e o que não dá certo no Complexo do Alemão com relação a trabalho e renda?

Édio: É outra questão que tenho discutido. A sociedade tem uma visão totalmente distorcida da localidade, esquecem que a grande maioria das pessoas que aqui são as pessoas que fomentam a economia da cidade, hotelaria, comércio, indústria em geral. Identifico aqui também pessoas capacitadas para exercer funções diferenciadas, diverso daquilo que é oferecido em termos de capacitação, o mesmo de sempre. Não é atoa que a cidade hoje tenha o maior número de salões de beleza por metro quadrado, de bares também e eu fico me perguntando onde está e por que os índices apontam a necessidade da mão-de-obra qualificada, será que as pessoas que aqui estão não são capazes de serem capacitadas para ocupar essas áreas nas quais há essa necessidade? Tem. A indústria naval, a indústria petroquímica, a construção civil, estou falando de áreas técnicas que pessoas aqui ao serem valorizadas, ao serem capacitadas vão exercer a função como exerceram em outro lugar e com isso começa a interferir na transformação local. Quando a pessoa tem condições de um salário digno ela começa a investir primeiramente na sua moradia e nelas mesmas, nos filhos.

Começamos a fazer uma nova geração de pessoas, de crianças. Nós estamos olhando para o teleférico. Foi criado nessa comunidade um novo ponto turístico, mas esse ponto turístico passa por seis estações e nessas estações não foi criada nenhuma situação de desenvolvimento e sustentação desse ponto turístico que favoreça a comunidade. Então as pessoas entram na primeira vão até a última estação, pegam o mesmo ou outro próximo e voltam para a primeira e vão embora. Por quê? Não foi criado, não está sendo discutido o turismo de base comunitária, o fortalecimento, os incentivos fiscais, o financiamento porque a economia gerada neste local foi feita por necessidade e por puro empreendedorismo individual, sem incentivo nenhum. É o momento de valorizar essas pessoas que incrementaram a economia local.

Fórum Nacional: Qual seriam as propostas para se criar isso?

Édio: Criando incentivos, não com uma salinha de administração, mas criando um ponto de incentivo, de capacitação, econômico, de gestão e buscar cadastrar essas pessoas que já investiram sem apoio algum e fortalecê-las – “você vai fazer o mesmo que você já faz” – mas sendo que agora com condições diferentes, com estrutura. As faculdades estão cheias de arquitetos, de administradores, economistas que poderiam ajudar. Não se exige do universitário quando sai a experiência? Eles poderiam ter essa experiência, principalmente nas públicas, que as pessoas vão lá, estudam, não pagam um centavo e vão embora e não deixam nada para o Estado. Criando-se esses polos de desenvolvimento comunitário com pessoas que estão no último período da sua universidade.

Fórum Nacional: Quais as dificuldades de inclusão socioeconômica do local?

Édio: Desorganização. O poder público tem obrigação como gestor de organizar, tem que ser o grande incentivador para buscar as soluções. Infelizmente mais uma vez ele falha. Ele falha quando diz - “olha só eu estou criando a infraestrutura e vocês ai se organizem e façam o que você acharem de direito” – a vaidade também é uma coisa que atrapalha a comunicação, a organização, atingir os objetivos. Por que eu falo do poder público? Ele teria que estar identificando todos aqueles que já fazem alguma coisa desde a época que eles não estavam aqui dentro, que nehgavam a comunidade, não se faziam presentes. Estar organizando essas pessoas, ver o que já fazem e falar – “vocês vão continuar fazendo o que vocês já fazem” - a mesma coisa com relação ao comerciante, as pessoas já fazem, com deficiência de espaço, de infraestrutura, equipamentos, pessoas capacitadas, acho que seria esse o caminho de estar organizando esse pessoal, capacitando, trazendo recursos para fortalecer essas instituições.

Fórum Nacional: E sobre o mercado de trabalho formal, qual é a dificuldade das pessoas que são moradoras do Alemão de se incluírem?

Édio: Ainda está muito recente, mas moradores do Complexo do Alemão assim como de tantas outras favelas no Rio de Janeiro sofrem preconceitos simplesmente por morarem em comunidades como fosse sinônimo de desonestidade. Devido a esse período ainda ser muito vivo na cabeça do empresariado, ainda vê o morador de comunidade com certo receio, com preconceito. O país está buscando ter uma economia forte e se você parar um pouco e analisar o mercado de trabalho, esta já está sendo esvaziado porque nenhum morador do Complexo do Alemão quer ocupar mais aquele espaço.

Fórum Nacional: O senhor pode citar um exemplo?

Édio: O comércio, supermercado, o trabalho em shopping que é de segunda a segunda...As

peessoas precisam de valorização seja ele o trabalho que for. Eu vejo o trabalho, emprego não como o patrão e empregado são parceiros. Acho que ainda as pessoas pensam – “eu sou o dono e você é empregado” - e te tratam como tal, de forma autoritária. Tem que valorizar as pessoas. Hoje nós temos turno de oito horas diárias porque é o que rege a CLT, mas você imagina uma dona de casa, um ai de família sai da sua casa todo dia, não tem um final de semana para estar com seus filhos, com sua esposa. Por quê? Por que as pessoas não querem?

Fórum Nacional: Quais são as áreas que os jovens procuram mais para inserção no mercado de trabalho? O que interessa mais aos jovens do Complexo do Alemão?

Édio: O jovem gostaria muito de estar buscando uma área que têm emprego bom como petróleo e gás, indústria naval, construção civil, técnico, mas o que se oferece ao jovem de comunidade em termos de capacitação é exatamente o oposto disso.

Fórum Nacional: E quais são as possibilidades oferecidas aqui?

Édio: Exatamente aquilo que muitas vezes o jovem não quer. O de shopping, de comércio, hotelaria, alguns estão até já aceitando a construção civil. Por que aceita mais a construção civil do que hotelaria? A construção civil só trabalha até sábado meio-dia. Valorização então a construção não é mais olhada como antigamente. Falava que só o migrante trabalhava lá. Agora teve valorização, uma transformação. O curso que vem hoje para a comunidade é o mesmo do mesmo.

Fórum Nacional: O índice de desemprego é muito grande?

Édio: Bastante devido ao esvaziamento do local ao redor, já que o Complexo do Alemão fazia parte de uma área totalmente industrializada, de um polo industrial que foi abandonado. O Rio de Janeiro sofria esvaziamento de indústrias e hoje foram para locais mais distantes. Hoje o Rio de Janeiro está passando por um momento de desenvolvimento do interior. O que sobra na cidade? São esses trabalhos de comércio e hotelaria, serviços em geral, e muitas vezes devido ao preconceito que existia e ainda tem o morador da comunidade não entra. Essa deve ser a causa do problema do desemprego na comunidade.

Fórum Nacional: E como está a questão da informalidade aqui? Qual seria uma proposta para que essas pessoas se formalizem, qual o caminho?

Édio: O caminho é o incentivo fiscal porque ela já existia. Nós temos que reconhecer que as pessoas construíram essa informalidade, esse comércio, pelo seu próprio esforço já que nunca tiveram apoio e tem que valorizar isso dando apoio fiscal, capacitando essas pessoas para que possam entender o que significa ser micro e pequeno empresário, para

que elas possam enxergar que elas podem estar gerando mais trabalho e renda dentro da comunidade, o que já fazem muitas das vezes. Mesmo sem poder assinar a carteira de um ou de outro trabalham três, quatro nesses pequenos lugares.

Fórum Nacional: Quais são as propostas no Alemão para a inclusão socioproductiva?

Édio: A grande solução que eu vejo não só para o Complexo, mas para o Rio de Janeiro são os polos de desenvolvimento comunitário. Costureiras de vários estilos de máquina, cortador, estampador e a partir daí nós poderíamos estar identificando outros setores. Qual é o maior número que foi que trabalhou em determinado setor no passado? E através da identificação dessas pessoas criar polos de desenvolvimento e sustentação para esse local. Ai vem o incentivo fiscal para abrir esse polo, o financiamento através do banco público para estar fomentando esse negócio. E viria o quê? O consumo. Para onde você ia escoar esse consumo? As mesmas pessoas que fomentam o negócio vão comprar. As escolas locais, os hospitais locais, o comércio local. O polo de produção vejo como uma saída para a problemática das comunidades do Rio de Janeiro porque eles são a mão-de-obra que fomenta determinados setores e estão ali dentro. Estaríamos resolvendo o problema do transporte. Valorização pessoal, profissional não deixaríamos as universidades de fora também porque elas seriam as grandes capacitadoras desse pessoal, estariam inseridos dentro desses polos. Este seria um dos primeiros passos para a transformação da comunidade como aconteceu com os casarões antigos dos grandes centros no mundo afora, eu acho que as comunidades passam por esse processo de transformação, por isso, que eu falo que é importante.

Aquelas pessoas que estão sendo formadas estarem aqui dentro porque um cara de logística hoje faz uma logística maravilhosa, em ruas e bairros, mas quando parte para dentro da comunidade, não sabe fazer porque envolve vielas, becos, subidas e descidas, as dificuldades de acesso. Poderíamos estar falando também de logística, centro de logística para abastecimento local. As oportunidades são múltiplas, basta a gente identificar a necessidade e acreditar. Não vemos essas pessoas como meros consumidores, mas como parceiros, como idealizadores, como gestores. Quem acreditou e investiu no interior hoje vive uma realidade totalmente diferente. Fica aqui também a proposta. Quem acreditar e investir no Complexo do Alemão como em outras comunidades, Maré e a Rocinha por exemplo, vai ser bom. Uma vez eu tive a oportunidade de estar falando para o Ministro das Cidades no lançamento do PAC que o importante não era só vir, construir e ir embora. Estavam retirando do local uma economia, aceitável ou não. Era informal, mas era uma economia. Foi ela a grande perscrutadora de um desenvolvimento local, uma vergonha para o nosso país. Uma economia informal alavancar vida de pessoas. Qual tipo de economia ia ser implantada para substituir essa economia? Já se passaram quatro, cinco anos e eu ainda não vi essa economia, essa economia ainda não chegou. Acho importante já pensar de como nós vamos fazer para estar regularizando a economia informal e como nós vamos estar fortalecendo e criando uma economia local. Se não pensarmos nesse sentido

acho que a saúde, a educação, o saneamento e tantas e tantas outras propostas vão ficar deficitárias. Acho que a pessoa não tem que ficar doente para ser tratada ela tem que não ficar doente. A valorização envolve tudo isso, um conjunto de ações. A fomentação da economia e do espaço que foi criado como novo polo turístico do Rio de Janeiro tem muito a acrescentar sim. Ele não veio só para a cereja do bolo, mas o bolo pode ser muito melhor se fomentarmos e fortalecermos esse ponto turístico.

Fórum Nacional: Como o senhor resumiria o Complexo do Alemão?

Édio: Como um local com grande potencialidade e que devido ao abandono de décadas, décadas e décadas hoje pode estar buscando a sua direção se continuarmos buscando aquilo que o ser humano almeja que é a dignidade, o direito de ir e vir, principalmente, acho que o Complexo do Alemão hoje está num momento que se pararmos para pensar pode estar plantando no presente seu grande futuro.

Fórum Nacional: O senhor falou na questão de ir e vir. Isso está ligado à questão de segurança. Como o senhor vê esse processo de pacificação hoje aqui no Alemão?

Édio: A pacificação hoje no Complexo do Alemão eu não vejo como total pacificação. Pacificação do quê? Eu te pergunto. Diminuição de armamento no território? Pacificar para mim é cultura, é respeito, é caráter, dignidade. Devido à má formação daqueles que deveriam vir e proteger o cidadão essa dita pacificação é prejudicada. Se não repensarmos numa polícia que venha exercer sua função direito, nós estaremos fazendo o mesmo do mesmo. Eu não vou entrar numa questão aqui que é alarmante na nossa cidade. É perigosa. Todos sabem, todos vêm, mas eu falo que é sem rosto, identificada e com poder.

Fórum Nacional: Como se dá essa relação entre os policiais e os moradores?

Édio: O morador respeita quem quer que seja. O alemão, o francês, o inglês é isso que as pessoas têm que ver. Se é um respeito para aqueles que nem são criados em nosso país não vai respeitar aquele que está ali a serviço, mas o meu respeito vai até onde dura o seu. Ainda existe uma fragmentação muito grande devido aos conflitos de décadas, existe uma desconfiança muito grande de ambas as partes. Já que vem com uma proposta, deveria ser o primeiro a mudar o comportamento. As pessoas que aqui estão são calejadas, estão desconfiadas porque essa não é a primeira proposta de organizar um território. Nós vimos aonde chegou isso é repensar, discutir, não é só chegar e impor, aqui estou e vai ser assim, vai ser assado. Hoje a comunidade não tem um lazer porque não tem lugar adequado para receber eventos dela e é um meio de privar desde o momento que se extingue o que se existia e não dá alternativa, é privação. Por exemplo, houve movimento muito forte dos moradores locais do funk, ganhou o mundo, eu não sou ouvinte de funk, tenho minhas escolhas, mas ganhou o mundo e hoje está aí disseminado por todo país.

Mas dizem que era financiado por A e por B, porque hoje o Estado que quer se fazer presente, as empresas que se fazem presente não financiam? Já que temos a lei do silêncio, temos que respeitar. Não se cria um local adequado dentro das exigências para que se possa realizar esses eventos? Hoje estamos falando aqui de transformação, mas qual foi a transformação feita? Não temos um centro cultural, não temos uma área de lazer para as crianças, não temos um centro de convenção para resolvermos e discutirmos nossos problemas, receber nossos convidados, governo, iniciativa privada, universidades...

Fórum Nacional: O que mudou depois da pacificação?

Édio: Hoje eu vejo mais crianças na rua e isso para mim é gratificante. Quando eu vejo elas livres acho um grande sinal porque uma criança é o futuro de uma nação, mas o fato delas estarem livres, brincando, brincando em lugares improvisados que fique bem claro, já é uma esperança.

Fórum Nacional: E com relação à educação, como está a situação?

Édio: - A educação em si no Estado, no país ela é muito deficiente. Eu fico olhando às vezes para além-mar, olho a Índia, olho a China, olho Coréia, Japão e falo que era aquela educação que eu queria para os meu filhos, para a população local, uma educação que formasse cidadão não para servir, mas que formasse sua opinião, que não fossem manipulados. Falar de educação é falar de uma infraestrutura, de um prédio bonitinho, pintadinho? Não. Falar em educação é mais complexo do que o próprio Complexo. As escolas para as crianças daqui ficam no entorno. Muitas vezes têm que pegar um transporte para chegar nessas escolas, mas tem o riocard do governo que serve para fora, para os transportes que circulam entorno da comunidade e muitas das vezes as pessoas moram dentro da comunidade... Complexo do Alemão vai do Alemão, de Ramos até Inhaúma e até a Penha. As crianças têm que andar muito ainda porque falta uma escola dentro da comunidade.

Fórum Nacional: O que você espera Complexo do Alemão daqui por diante?

Édio: Eu penso em maior interação com todas as áreas, com todas as instituições, com o governo, iniciativa privada, instituições de ensino. Temos que eliminar o medo e a insegurança, começarmos a buscar uma integração verdadeira de cidade e comunidade é isso que eu espero para o Alemão e para todas as outras comunidades. Porque faz parte da cidade, o Alemão é cidade.

Fórum Nacional: Como o senhor vê esse processo de remoção das pessoas, o que faz com seu sentimento de pertencimento ao território?

Édio: Acho que não houve o diálogo que deveria haver. Não houve o respeito que deveria ter ocorrido. Como eu falei lá trás, as pessoas que aqui moram tinham um sonho,

chegaram aqui há anos e anos atrás, moravam em barraquinhos, não tiveram apoio nenhum do Estado para estarem dando uma dignidade para sua família, construíram por conta própria e ali tinham histórias. Antes de remover qualquer coisa tínhamos de ter pensado na alocação dessas pessoas, mas primeiro veio a vontade para depois se pensar no ser humano não se importando para onde essas pessoas iriam, com seus vínculos. Independente de preço, de custo, de avaliação do imóvel tem que agregar ali também trabalho e muitas das vezes com a melhoria houve uma inflação. Não se importaram se a pessoa ia conseguir comprar outra casa ou não no local para morar. O que mais chama atenção é que a proposta era uma, mas acabaram fazendo outra. Essas casas, esses sonhos que foram destruídos ainda estão no chão. Destruíram para se colocar um poste.

Fórum Nacional: O senhor quer falar alguma coisa mais sobre o território?

Édio: Como em toda comunidade do Rio de Janeiro, o Complexo do Alemão tem esse carisma do carioca, do brasileiro, que é do Brasil, é o sorriso, a ginga, a esperança, a vontade de vencer, de transformar buscando na sua essência, na sua necessidade a força necessária para se alegrar. Independente da estética do local, encontramos felicidade, pessoas verdadeiras, pessoas preocupadas não só com a sua vida, mas com a vida local e da cidade. Complexo do Alemão não fala nada em alemão. É de pessoas lutadoras que se identificam, se reúnem. Cria-se uma instituição para transformação, para estar buscando a melhoria. Atrair pessoas de fora que se preocupam com a sua luta, com o seu jeito de querer mudar, de querer fazer esse é meu Complexo sem nenhum complexo, sem nenhum preconceito.

5. ENTREVISTA COM ROBSON SANTOS, COM PARTICIPAÇÃO DA PROFESSORA ANA CARVALHO

Sou Sou nordestino, moro no Complexo do Alemão há 11 anos, universitário, funcionário de uma grande empresa. Desenvolvo um trabalho aqui no Complexo do Alemão de capacitação, orientação e recolocação de moradores do Complexo Alemão no mercado de trabalho.

Fórum Nacional: Você trabalha no Projeto Novo Complexo do Alemão. Você poderia falar um pouco sobre ele, como foi criado, qual a proposta?

Robson: A proposta do Novo Complexo do Alemão é a recolocação de moradores da comunidade no mercado de trabalho. No primeiro instante era só para fazer um link entre iniciativa privada e mão-de-obra disponível, mas depois de algum tempo, quando começamos a ver os currículos dos moradores, percebeu-se a necessidade de investir mais na qualificação, na capacitação, em algumas habilidades exigidas pelo mercado de trabalho em termos comportamentais, inclusive. Para tanto, eu mesmo tive que me capacitar. Comecei a participar de fóruns, debates, seminários na própria universidade,

nas aulas da área de humanas, de psicologia, recursos humanos, para adquirir esta informação com um pouco mais de cuidado para estudar, como adaptá-la à realidade de moradores da comunidade, como isso deveria ser feito já que sempre tive vontade de criar algo para a minha comunidade. Eu sempre trabalhei, estudei, mas sempre me preocupei com aquelas pessoas que eram e são os meus vizinhos e que muitas vezes não se encontravam profissionalmente e não conseguiam se colocar na vida de maneira que elas alcançassem não simplesmente capacidade de consumir, mas o sentimento de inclusão. Comecei a conversar com várias pessoas, professores da Fundação Getúlio Vargas a respeito do que eu queria trazer para a comunidade e consegui reunir um grupo bacana para trabalhar uma capacitação comportamental, agregando um pouco mais ao perfil profissional do morador até pelo alto índice de desemprego existente. Pelos fóruns, debates e pesquisas que fiz vi muitas características exigidas pelo mercado de trabalho. Quando mostro o conteúdo das capacitações a alguns moradores eles questionam por terem dúvidas se vão conseguir absorvê-lo. Eu penso diferente, sou morador da comunidade e não me diferencio de ninguém no meu trabalho que viveu a vida inteira na Zona Sul e teve acesso a melhores oportunidades. Hoje em dia, com a ferramenta da internet, a tecnologia aproxima muito. Eu costumo dizer nos nossos treinamentos para os moradores, jovens, que a quantidade de conhecimento disponível na internet é tanta que pode melhorar demais sua qualificação. Não é uma questão de menosprezar o morador de comunidade, achar que só deve ser direcionado para um treinamento voltado para a área de serviço. Nada contra estas profissões, todas são dignas. Mas existe uma grande demanda para administrador, gerente, uma demanda muito maior por qualidade dos serviços porque o Brasil é um lugar onde estes são de qualidade ruim. Falta investimento na qualificação do atendimento, a gente aborda esses temas também de atendimento, a questão da inteligência emocional dentro do ambiente de trabalho. Nós temos um promotor de justiça que dá aulas de Direitos e Deveres do Trabalhador. Acho bem bacana essa proximidade. Fiquei muito feliz porque uma das meninas depois da palestra disse que estava decidida a estudar Direito, seria uma advogada. A finalidade é justamente esta, não só recolocar as pessoas no mercado, mas de dar essa orientação profissional. A professora Silvia Pinheiro trata muito da questão do Empreendedorismo Social e isso é uma novidade dentro da comunidade. A missão do Novo Complexo do Alemão é incentivar esse protagonismo do morador.

Fórum Nacional: Você falou que o trabalho realizado pelo Novo Complexo do Alemão diferenciado. E qual seria esse diferencial?

Robson: O Novo Complexo do Alemão não é uma ONG. A identidade jurídica do Novo Complexo do Alemão hoje em dia está em fase de evolução, sabemos que tem trabalho pela frente, estamos desenvolvendo o trabalho e a questão burocrática que é necessária.

A gente vai desenvolvendo mediante a forma que isso vai tomando. O que é melhor que nós sejamos? Uma Fundação? Eu acredito muito na possibilidade de empresa para o Novo Complexo do Alemão, uma empresa social, um novo modelo de negócios que se preocupa com o impacto social e não somente com o lucro. Quanto maior o impacto, maior o lucro. Essa é a finalidade do Novo Complexo do Alemão, esse é o diferencial. Queremos trabalhar com inovação, agregar mais valor, então estamos investindo naquilo que as próprias empresas apontaram como sendo um problema, a questão comportamental. Nós, o Novo Complexo do Alemão e a Fundação Getúlio Vargas, fizemos o Fórum de Empreendedorismo e Empregabilidade, na FGV, e participaram algumas empresas, a FIRJAN estava lá representada pelo seu gerente de pesquisas e foi apontada justamente a questão comportamental, a indústria reclama disso. A questão não é brigar pelo problema e sim lutar pela solução dele. Hoje, com o network, as pessoas interessadas nisso estão aumentando cada vez mais. Eu utilizo muito as redes sociais, o facebook, o twitter, isso tem captado muitas pessoas para dentro do Novo Complexo do Alemão. Temos uma pessoa, Sofia Esteves, sócia fundadora da maior empresa de recursos humanos da América Latina. Simplesmente mandei um e-mail para ela dizendo que eu queria fazer justamente isso que eu falei para você e ela adorou a ideia e o que ela poderia fazer era disponibilizar o seu network, são empresas as que a gente precisa que contratem essa mão-de-obra. Temos um blog chamado Novo Complexo do Alemão e as pessoas podem acessar e lá a gente coloca as pessoas que acreditam na gente. Temos o Ministério Público, a Companhia de Talentos, a própria Fundação Getúlio Vargas através da Clínica de Direito e Novos Negócios, o Educap, do Complexo do Alemão, que é uma ONG de dentro da comunidade, que dá um apoio sensacional, e as próprias igrejas da comunidade. O Complexo do Alemão tem 1.200 igrejas, uma das estratégias é a aproximação com elas, pela sua influência. A questão das igrejas é que estamos trabalhando de forma itinerante devido à dimensão do Complexo do Alemão. A gente acredita que através delas, trazendo para dentro delas nossas capacitações, estamos atingindo um público maior, de todo o Complexo, mas é importante deixar claro que nosso trabalho não tem nada a ver com religião, nada com o povo evangélico, nada com o povo católico, queremos funcionar como pontos de luz dentro da comunidade. Então fica muito mais fácil ir com o auxílio das igrejas, daquelas que tiraram o filho da senhora do tráfico, a credibilidade é muito grande independente da fé, da religião que ela prega. Hoje fazemos uma semana de capacitação direto em cada mês porque eu dependo muito da agenda de cada profissional envolvido, dependo muito da questão de acertar detalhes de estrutura e hoje uma coisa que a gente desenvolve em paralelo, como eu falei, sou funcionário de uma empresa, mas acredito que para aquilo que é desenvolvido em paralelo não está perdendo em nada em qualidade. As pessoas que participam podem dizer isso, os moradores saindo dali felizes. É a terceira turma que estamos fechando hoje. Ainda temos 1.197 igrejas para visitar no Complexo do Alemão.

Ana Carvalho: Um detalhe: na primeira semana, universitários interessados vieram não pelo conteúdo, mas pelo formato. Hoje tivemos dois funcionários, uma pedagoga e um músico já formados, já trabalham e que vieram pela curiosidade do conteúdo. Isso é importante também.

Fórum Nacional: A divulgação boca a boca é a melhor. Tem muito da questão da autoestima baixa, das pessoas acharem que não são capazes.

Ana Carvalho: Teve uma menina que eu perguntei o que ela queria ser: “Eu quero ser médica, enfermeira, trabalhar com saúde...” Daqui a pouco ela disse... Um nada. Não você quer ser médica e ponto. Entende? Mas ela estava citando médica, enfermeira, trabalhar na saúde daqui a pouco limpar o hospital, nada contra quem limpa. Cursos de capacitação manicure, bordado, costura, cozinha... E as outras competências?

Fórum Nacional: Essa é uma reclamação de lideranças. Quando se fala em território pacificado, em comunidade favelada, se pensa em oferecer alguma capacitação que exija baixa escolaridade. Pensa-se só pedreiro, padeiro, manicure, cabelereiro e um jovem falou: “Não. Eu quero ser design, ser administrador, quero ter acesso à capacitações que me permitam uma inserção mais qualificada.”

Ana Carvalho: A presidente da Petrobrás foi moradora daqui. E se ela tivesse tido a oportunidade que estamos dando hoje, que o NCA está dando?

Robson: Pessoas que já são formadas, moradores da comunidade vêm participar e é uma coisa bem bacana porque eles também agregam muito à capacitação porque trocam e também são exemplo para aquela pessoa que achou que não conhece ninguém que é profissional formado, ninguém da minha família fez faculdade, então está bem mais próximo do que ela imagina. É trazer essa proximidade para o morador, trazer todas essas coisas do ambiente de formação. Eu costumo dizer que é um conhecimento num nível diferente para a comunidade, diferente daquilo que está sendo oferecido, já que hoje em dia muita coisa está sendo oferecida para o Complexo do Alemão. Pelo que observei, as pessoas percebem o assistencialismo com olhos desconfiados quando chegam num lugar, preenchem uma ficha e ganham até uma bolsa e depois é só tirar foto e aparecer no curso para justificar o valor que foi investido naquilo, essa é a realidade da coisa.

Ana Carvalho: E alguns chamam isso de inclusão.

Robson: As pessoas da comunidade já sabem disso. Como você explica? Estou falando primeiro da explicação para depois levantar o problema da evasão dos cursos que são oferecidos. As pessoas sabem que isso no final não dá em nada. Elas ficam totalmente desiludidas, vão para lá, pegam a bolsa e muitas vezes ficam dependentes daquilo, só

querem fazer o curso se der bolsa: “Se me der bolsa eu vou... Fulano ali do lado está fazendo curso de artesanato, se eu for lá eu ganho uma bolsa? Estou tendo aula com um promotor de justiça para quê?” Acha que não vai trazer nada. É muito cultural, é muito do que foi oferecido, uma série de variáveis envolvidas, cooptação, mas estamos aqui para fazer um trabalho, o diferencial do trabalho está nisso que é justamente direcionar as pessoas e dar aquele incentivo para a busca de conhecimento e dizer que é possível qualquer uma delas estar em qualquer lugar, em qualquer posição dentro de uma empresa. Não vamos ser hipócritas e ter o pé no chão que a questão do estudo convencional, da escolaridade pesa, mas vemos exemplos de grandes empresários que deixaram os estudos, não que seja um exemplo a se seguir, mas que tinham uma mente além do que está dentro da academia, isso não é impossível. Eu costumava falar a palavra não se menosprezar, é não se menosprezar mesmo. Na verdade você está com um pensamento inovador, você está pensando lá na frente, mas por não ter alguém de fora para te validar, você acha que não é merecedor daquilo que está pensando ou você acha que aquilo não é o correto.

Ana Carvalho: Você usou a palavra certa, validar. Então a menina que quer ser médica não sei, a gente vai pensar, vamos ver que competências ela tem, o que lhe falta, a garota que quer fazer Direito, o menino que quer fazer segurança do trabalho... Para que a gente não fique colocando na cabeça deles só em nível técnico e operacional. Você vê um jovem de 15 anos falar sobre inteligência emocional, sobre sustentabilidade porque durante a semana ele assistiu à aula. Enxergou outras coisas que não é só o que o chão de fábrica pode oferecer, isso eu acho importante, sem utopia. Você pode sim! E não temos poucos exemplos.

Robson: Eu sei que a capacitação de uma semana não resolve o problema. Mas incentiva a busca, até pela internet que esta próxima de alguns, não de todos, mas a busca por livro, biblioteca, pelo conhecimento, mas a gente sabe que só isso também não adianta. Existe uma questão cultural. A proposta que nós oferecemos é quebrá-la, temos que buscar parcerias para isso, estamos buscando. A criação de eventos dentro da comunidade incentivem o profissionalismo, por exemplo. O morador não sabe o que a profissão faz e muitas vezes não sabe o que o pai faz, o tio faz. O que o tio faz? Meu tio trabalha na Unilever. Meu tio trabalha na Petrobrás, mas não sabe qual é a profissão. Para isso precisamos da iniciativa pública, privada, para trazer o conhecimento para a comunidade. É um investimento grande não adianta só batermos aqui e fazer, falar, desenvolver porque quando sai a realidade é outra então temos que trazer um pouco dessa esfera do que é profissionalismo, do que é o mercado lá fora para depois poder cobrar mais do indivíduo porque muitas vezes a sociedade cobra muito do morador de comunidade. São dois polos: cobra demais e passa muito a mão na cabeça, acho que não é bem assim, não tem coitadinho em comunidade. Não é nem igualdade de oportunidade é justiça porque se você falar a mesma oportunidade é complicado porque você dá a mesma oportunidade de ir lá numa empresa a um morador de comunidade e a alguém que é formado, estudou a vida inteira em colégio particular, e tem um nível de conhecimento muito maior a oportunidade é para este último. Assim que funciona. O acesso não está sendo igual à justiça.

Ana Carvalho: Uma coisa interessante aqui é que a gente puxa o nível deles para cima. A gente fala do jeito que a gente fala na sala de aula na faculdade, do jeito que a gente fala na empresa. Se na empresa o vocabulário organizacional pede que uma palavra seja dita em inglês a gente fala isso ali e colocamos no quadro as palavras que eles não entendem, muitas vezes perguntamos a eles. No início pedíamos que fossem ao quadro, doce ilusão porque se ele não sabe ele não vai ao quadro, fazemos esse papel para puxar o nível dele para cima para que numa entrevista de emprego ele possa saber do que está se falando. É comum que o meio técnico ter suas palavras, o meio organizacional, meio de RH, meio financeiro, meio de marketing. Os professores buscam trazer eles e não: “Não, vou falar um verbo mais simples porque eu estou lidando com uma pessoa de comunidade”. Não, ledo engano. Traz que eles aceitam e entendem.

Fórum Nacional: Na opinião de vocês, quais as oportunidades de trabalho e renda que dariam certo aqui no Alemão?

Robson: Claro que vou puxar o peixe para o meu lado. A questão do trabalho que a gente vem desenvolvendo é importante. Eu acredito que uma parceria com o governo seria importante pela questão de validação do trabalho. Hoje em dia a iniciativa pública quer ganhar, a privada quer ganhar, todo mundo quer ganhar, é lógico todo mundo quer um retorno sobre determinada ação. Eu acredito que a valorização das iniciativas que se desenvolvem na comunidade já seria bem bacana, e têm muito por aí, não chegar com soluções prontas já seria bem bacana. O que eu digo como valorização dessas iniciativas, o NCA poderia se potencializar muito mais rápido dentro do ambiente se o governo dissesse realmente que é uma iniciativa que vale a pena, a chancela, um selo, dizendo “sim”, concordamos, investimos nas iniciativas da comunidade. Isso é empoderar a comunidade, acreditar que de dentro da comunidade saem às soluções. E como fazer isso? É justamente apoiando. Uma empresa que contratar mão-de-obra da comunidade através das capacitações que estão sendo feitas vai ganhar um selo de responsabilidade social, um selo já que a empresa adora selo. É uma coisa simples, gera mídia espontânea e isso é interessante demais para a empresa. Acredito que isso nos ajudaria muito, não é só questão financeira...

Ana Carvalho: Não é chegar e entregar computadores e dizer que está fazendo inclusão social, entregar equipamentos de obra e está dizendo que está ensinando o indivíduo a ser pedreiro. Super bem-vindo! Até ganhamos computadores, enquanto não temos sede, estamos organizando isso, mas é dar credibilidade que é isso que faz falta, é isso que faz um adolescente omitir que ele mora aqui, quando ele está na mesma sala de aula tendo uma performance até melhor na faculdade, eu fui testemunha disso, do que outro garoto que mora em qualquer outra Zona Sul, Zona Norte isso não importa também não vamos discriminar as outras áreas. É acreditar, vale a pena esse indivíduo, é crível, esse indivíduo tem potencial e ele caminha é só a gente estar lá perto dele.

Fórum Nacional: Qual é o diferencial do Complexo do Alemão para outros territórios em relação a essa questão de empreendedorismo?

Robson: O maior diferencial, eu não sei como as outras comunidades foram desenvolvidas, mas acredito que pela história do Complexo do Alemão são os trabalhadores, o resgate disso. Aqui foi um grande polo industrial nos anos de 1980. A origem das maiores comunidades é justamente a questão do emprego, as pessoas queriam morar próximo de onde estavam dando emprego, a maioria são trabalhadores. Então, resgatar essa questão...

Ana Carvalho: Esse orgulho de pertencer ao local onde eu trabalho, onde eu desenvolvi, onde vou dar tchau para meu filho de manhã porque eu estou indo trabalhar.

Robson: A questão também do local geograficamente falando.

Ana Carvalho: O orgulho de pertencer, de fazer parte, de ser parte, tomar parte. As maiores potências internacionais aconteceram assim. Investiu-se em educação naqueles povos que privilegiaram o trabalho. Você não vê nenhuma nação emergente que não arregaçou as mangas e não teve seu povo estimulado o orgulho pelo trabalho.

Fórum Nacional: Quais seriam as maiores dificuldades para a inclusão socioeconômica?

Robson: Acredito que a falta de um conteúdo adequada atrapalha muito, a falta de comunicação, de uma comunicação mais efetiva dentro da comunidade. A comunicação é muito ruim dentro das comunidades, é muito difícil. Entre as instituições e entre os moradores também. Não sei se pelo tamanho da comunidade. São várias as dificuldades, o tamanho da comunidade, a falta de conteúdo focado para a questão do empreendedorismo... Como eu falei aqui no início quem entende de brasileiro é brasileiro e o conhecimento mesmo de empreendedorismo dentro da comunidade que muitas vezes o conhecimento vem da academia, com certeza, as pessoas estudaram vários tipos de sociedade, mas isso é muito novo, diferente, existem adaptações e essas adaptações não estão sendo feitas. Quando você traz um conteúdo que não atende os códigos locais, não alcança a comunidade por mais eficiente que seja, às vezes, a transformação desse conteúdo pela comunidade não está sendo feita de maneira efetiva, uma coisa que está trazendo conhecimento realmente. Para a questão da empregabilidade das pessoas eu acredito que existe muito ainda preconceito, existe um preconceito das empresas, existe um preconceito social, existe um preconceito muito grande sobre quem mora em comunidade. Porque quando você fala em preconceito, as pessoas acham que você está ofendendo elas – “preconceito eu não tenho” – “ninguém aqui tem preconceito”, mas tem o preconceito sim, um preconceito mascarado, quando chega alguém da comunidade as pessoas recebem de outra forma. Uma das coisas que a gente quer também é transformar isso, tentar mudar essa ótica. Por isso chamamos de Novo Complexo do Alemão. Não

que o Complexo do Alemão está mil maravilhas, alguns líderes da comunidade chegam a questionar – “esse novo Complexo do Alemão não tem nada de novo, olha só esgoto, a água, o lixo...” – É o que se quer, é o novo. Acho que as grandes dificuldades estão aí.

Fórum Nacional: E o trabalho do ACENAPE? Vocês estão juntos?

Robson: Uma Associação Comercial para dentro da comunidade. Acredito que toda associação tem um peso muito grande porque representa um grupo, então acho que essa representatividade é muito boa. Como ela é colocada, a maneira como é desenvolvida, às vezes, atrapalha. Interesses que não são muito claros podem atrapalhar uma parte interessante, também a falta de continuidade ao trabalho. A respeito da ACENAPE acredito que seja uma iniciativa muito boa, de ter uma representatividade do grupo, do comércio da comunidade. Mas a gente não ouve mais falar a respeito, ninguém dá mais detalhes de como está. Pelos contatos que tenho na comunidade, muitas pessoas dizem que está difícil continuar. Eu acreditei na iniciativa, mas as pessoas que faziam parte não têm aparecido, mas inicialmente com a proposta que foi trazida para mim era sensacional de criar uma associação, uma representatividade sobre o comércio da comunidade até porque eu trabalho com a questão da empregabilidade. Se o comércio for tão bem ao ponto de poder empregar pessoas da comunidade, isso é sensacional, eu quero ajudar. Eu trato muito da questão do empreendedorismo dentro e fora das corporações. Eu criei um grupo no facebook de apoio aos empreendedores do Complexo do Alemão e lá coloco uma série de conteúdos, vídeos, informações, tem a professora Silvia, de empreendedorismo de dentro da FGV, que coloca conteúdo no grupo também. Hoje estou desenvolvendo junto com um amigo meu um site chamado Novo Complexo do Alemão.

Fórum Nacional: Você tem conhecimento da proposta de criação do shopping aqui?

Robson: Sim. Eu acho muito boa a proposta desde que valorize as iniciativas da comunidade. Não adianta você chegar com um shopping aqui dizendo que vão empregar 100% da mão de obra local, se você não se interessa por um curso de capacitação e por empreendedores que são da comunidade. Se você já chega com um curso pronto e com grupos de empresas que querem trazer... Isso soma contra. Eles poderiam chegar aqui e usar o que nós temos. A questão de sustentabilidade. A questão de empregabilidade, poderiam potencializar o que nós temos. Ainda não fui procurado por ninguém. Têm os meios de chegar às pessoas que estão fazendo...Pelo que eu vi pela internet, eles dizem que estão procurando as pessoas, os comerciantes principalmente. Existe uma proposta de que 60% das unidades. Mas são informações de internet, através de pesquisa porque é a área do meu interesse, se trata de empregar pessoas, está se falando em oportunidades para o Complexo do Alemão, então é do meu interesse, onde eu atuo. As informações que eu tenho são essas. Já expressei meu interesse através de rede social twitter falando que estava de olho e que era muito

interessante e vou mandar um e-mail essa semana para o próprio Celso Ataíde para ver se existe a possibilidade dele em conversar a respeito. Agora se não, também não tenho preocupação alguma desde que traga benefícios para a comunidade.

Fórum Nacional: Você acha que com a pacificação aumentaram as oportunidades de trabalhos locais?

Robson: Como um morador e uma pessoa que está muito envolvida naquilo que está acontecendo no mercado de trabalho, no que acontece fora da comunidade, acredito que esta pacificação foi uma oportunidade para outras pessoas virem até a comunidade e só o fato de uma pessoa vir a comunidade resolve o problema? Não, este fato isolado não.

Fórum Nacional: Mas o comércio local foi de alguma forma prejudicado?

Robson: Depende muito do seu ponto de vista. Eu trato muito da questão do profissionalismo. Quando você fala de profissionalismo, você vê que questão da competitividade é uma coisa boa. Acredito que a competitividade justa mesmo vindo de fora é boa para melhorar a qualidade do serviço dentro da comunidade, claro, sendo que de forma justa. Se você chegar com um grande negócio, uma grande estrutura, grande poder aquisitivo, com grana para competir com alguém que não tem grana, isso é injusto, isso não deveria ser feito. Deveria existir uma fiscalização em cima porque se entrarem muitos negócios, muito comércio, muito negócio de fora para competir de maneira desigual com a comunidade e quebrar os negócios isso é dumping. Dumping dentro da comunidade, isso que vai acontecer. Empresas vão vir para cá e aumentar a pobreza dentro da comunidade. Acho que nisso a iniciativa pública poderia ajudar a reverter, trazer recursos e ferramentas necessárias para que se exista o interesse das empresas entrarem aqui e, uma vez entrando, que entrem de maneira que sejam aliadas e não concorrentes, criem novas oportunidades. O diálogo é tudo. Eu não acho tão ruim, mas também não é uma coisa boa porque se chegar e quebrar é ruim demais, mas se chegar e ajudar a melhorar a qualidade com a parceria do governo e com iniciativas de desenvolver a competitividade dentro da comunidade é ótimo porque quanto mais qualificado melhor para ela.

Fórum Nacional: - Como você resumiria hoje o Complexo do Alemão?

Robson: O Complexo do Alemão é complexo. Varia muito... Quando eu penso em Complexo do Alemão não vem nada em minha mente geográfico, vêm as pessoas. Por eu estar ligado muito nas pessoas, eu vejo uma multidão e quando se trata de pessoas você não tem um algo só a dizer sobre a coisa, é um algo variado. Suas potencialidades com suas qualidades, com seus defeitos. Esta é uma comunidade rica em potencial humano que abraça as pessoas que vem de fora. O Complexo do Alemão tem essa característica de

abraçar. Eu já morei em outras comunidades do Rio de Janeiro, comunidades com o perfil parecido, mas aqui tem uma particularidade pelo fato do tamanho. Acho que as pessoas são comunicativas, acolhedoras, característica do carioca claro, aqui você vê muito isso.

Ana Carvalho: Você tocou num ponto... Hoje nós tivemos uma aluna que já tinha vindo. Ela veio porque ela falou – “vim aqui somar” – ela veio porque na última aula estava com dor na coluna, ela queria me ver, ela veio porque ela quer ajudar, ela apadrinha outro aluno... Quando você fala o povo carioca... Alemão... É um grupo de pessoas, um grande grupo de pessoas cariocas. Igual a mim que nasci no Rio Comprido, igual outro que é nordestino, o Robson que foi aceito aqui, para não parecer assim – “nossa o Alemão está em moda” – não, olhar para ele como deve olhar para todas as outras comunidades. A gente não quer só olhar nos bastidores é gente que pode estar sendo protagonista e é protagonista, se deixarem, e o deixar faz parte e mesmo que não deixem muita gente, muita empresa vai olhar a partir de agora para o Alemão que mesmo quer queira ou não as pessoas vão emergir. O que queremos é facilitar poder ser um facilitador, um elo, uma ponte.

Robson: Justamente. Como eu vejo o Complexo do Alemão? É uma comunidade em transição muitas coisas mudando, muitas coisas acontecendo assim como com o Brasil. Se você olhar o Complexo do Alemão e a diversidade cultural é o Brasil. Eu uso as cores do Brasil no NCA, eu sou patriota, sou brasileiro e acredito que progresso para todos é uma luta que nós devemos continuar nela, mas quando olho a comunidade com essa mudança o tempo inteiro, eu vejo as novas tecnologias chegando e são muito aceitas aqui dentro. Isso é uma coisa que as pessoas não entendem, mas a tecnologia sempre foi muito aceita na comunidade, sempre foi muito utilizada porque inclui socialmente. Antigamente na comunidade ter um Nike te incluía socialmente, hoje em dia você ter um smartphone te inclui socialmente, a tecnologia é muito aceita na comunidade só que falta fazer com que ajude a aumentar sua produtividade no seu dia a dia com aquilo.

Fórum Nacional: Você acha que essa mídia está sendo benéfica para os moradores? Essa mídia sobre o Complexo do Alemão como um todo?

Robson: Hoje em dia a maioria das pessoas veem o Complexo do Alemão como uma vitrine, tudo que se faz aqui. Antes fosse assim em todas as comunidades. O Complexo do Alemão está com uma atenção bem maior. Acho que para o morador em si não está trazendo benefícios. Se você perguntar para um morador dessa rua que estamos aqui – “o que essa projeção toda está trazendo para sua vida?” – Ele não vai falar nada, o morador comum que só sabe ir para o trabalho e voltar, não está tendo o benefício quando se fala do boom do Complexo do Alemão.

6. ENTREVISTA COM EVANGELISTA CARLOS BARRETO

31 anos, agente cultural de saúde, morador do Complexo do Alemão, atuante na Escola Popular de Saúde do Complexo do Alemão, que tem como objetivo a promoção da saúde através da cultura e da ciência. Esta Escola se uniu a um grupo de artesãos locais para construir o que nós chamamos de feira solidária que está acontecendo todos os fins de semana na última estação do teleférico, nas Palmeiras. Não somente artesãos locais, mas de alguns outros pontos do Estado do Rio de Janeiro também.

Fórum Nacional: Em relação à Economia Solidária como Complexo do Alemão se insere nessa proposta?

Evangelista: A economia solidária entrou aqui no Complexo do Alemão através de um projeto da Secretaria Especial de Desenvolvimento e Economia Solidária do município do Rio de Janeiro (Sedes) que se chama ECOSOL. Ele trabalhou em quatro comunidades: Cidade de Deus, Complexo de Manguinhos, Santa Marta e aqui no Complexo do Alemão. Nessas comunidades existia essa vontade, essa ideologia de economia solidária, mas não conheciam a tecnologia, viviam a economia solidária, mas não sabiam que faziam. O foco principal era juntar as pessoas que produziam e que vendiam ou prestadores de serviços e mapear nas comunidades alguns potenciais que poderiam ser vinculados à economia solidária. Essas pessoas fizeram durante dois anos um curso, uma preparação ensinando a gente o trabalho de cooperativismo, os princípios da economia solidária, de como organizar um evento, uma feira, como se organizarem como trabalhadores, como melhorar seus produtos, questão de preço... Alguns insumos que trariam para a comunidade, mas não foram por completo. Chegaram as barracas que usamos na feira, mas algumas coisas que estavam previstas no projeto não foram adiante como, por exemplo, a criação de um centro de economia solidária local. Aqui no Alemão ainda tivemos a oportunidade de ter uma loja de economia solidária. Tivemos uma no Centro Comercial do Itararé que veio através do PAC, mas como o PAC não escutou a população, criou este Centro Comercial num ponto onde não passam pessoas, onde não tem visibilidade, daí a loja não foi muito a frente e o grupo acabou focado nas feiras. Embora o projeto tivesse acabado, o da Sedes, não tivesse mais apoio do poder público, as pessoas gostaram tanto que motivou a gente a dar continuidade a isso. Hoje a feira por estar num ponto que é turístico, a última estação do teleférico, está começando a ganhar uma força, mas só que essa força tem alguns limites financeiros, devido a questões estruturais, ainda falta apoio, o fato de não ser um grupo formado legalmente, mas que está caminhando e que precisa ainda de muita ajuda.

Fórum Nacional: Qual a potencialidade e fragilidade que você vê nas pessoas que estão inseridas na proposta de economia solidária?

Evangelista: A potencialidade é nessa questão mesmo da solidariedade e realmente elas estarem unidas em prol do bem coletivo, estão dispostas a abrir mão até de ganhos maiores e individuais para o bem coletivo. Têm artesãos que se destacam no seu trabalho, mas que mesmo assim continuam no grupo para ver o grupo fortalecido e a potencialidade é de isso realmente se tornar algo referente. Aqui no Rio de Janeiro têm vários pontos de feira de artesanato como a Feira do Lavradio, a Feira do Lido, na Praça XV. Aqui a nossa intenção é que realmente se torne um desses pontos de referência em artesanato carioca e do Rio de Janeiro, no Estado como um todo e entre no calendário turístico daqui. Pessoas do mundo inteiro estão visitando e sempre vêm com bons olhos - “quando acontece?” - “Todo fim de semana” - “Todo fim semana, que bom então, vou vir aqui mais vezes.” São barracas num espaço que a Supervia liberou para colocar, onde a Associação dos Moradores colocou, mas não tem um infraestrutura onde possa se atender as pessoas da maneira adequada. Nós não temos um espaço, estamos ali de favor, temos que estar todo fim de semana pedindo emprestado e agora com esse novo projeto do Circuitos Culturais do Teleférico, deu um fôlego até o fim do ano de estarmos ali, mas é toda aquela coisa de ter de desmontar, montar, fazer e aí tem que fazer um rateio entre as pessoas que, infelizmente, o artesanato por ele não ter um reconhecimento das pessoas, do valor do trabalho manual, do trabalho criativo, o tempo que se perde... São muito limitados os recursos, então se tivéssemos algo físico para a gente seguir em frente de uma forma digna, com certeza ia se tornar uma referência do artesanato da economia solidária no Brasil.

Fórum Nacional: E quais são os produtos que são comercializados nessa feira?

Evangelista: Do que você imaginar de produto lá nós temos. Vamos dizer que 60% das artesãs locais utilizam reaproveitamento. Temos bolsas feitas a partir de jornal, de lona, de garrafa pet; bijuterias feitas de latas de refrigerante com bordado, têm brinquedos, fantoches, toalhas com bordados em ponto cruz; sandálias; chinelos; bonecos; artesanato em biscuit; roupas. Tem uma artesã que conseguiu fazer uma moda negra carioca, o nome é Maria Flor que é um grande sucesso, as pessoas se identificam muito. Tem um outro senhor também que faz umas blusas com a cara do Rio de Janeiro, que tem grande saída. Tem um rapaz que desenvolveu uma técnica de grafiteagem na roupa, na hora, que as pessoas adoram, tem um outro lá que faz pintura em ladrilho. A menina do biscuit faz cenários, bondinho e tudo, as pessoas ficam em cima principalmente o público infantil e dentro da nossa feira temos a preocupação da questão da cultura mesmo. Dentro da feira temos uma barraca chamada Barraca do Saber, onde recebemos doações de livros e as pessoas que se identificaram com o livro levam para sua casa; ou seja, fazer circular o livro e a distribuição de poesias. Todas as instituições locais que querem colocar algum tipo de informativo estão nesse local. Montamos uma lona que a gente chama de Lona Cultural que botamos no chão com um monte de livros infantis, infanto-juvenis. As crianças ficam lá sentadas, leem, depois colocamos folhas de caderno, vários lápis e elas fazem desenhos, depois expõem nas barracas, além disso, agrega outras movimentações.

Quando temos oportunidade, trazemos grupo de teatro, grupo de dança, cantores, esportistas, sempre alguma feira nossa tem alguma coisa diferente. Tem desfile de moda com as roupas, acessórios. A potencialidade e a criatividade das pessoas são gigantescas, mas há os limites como já te disse.

Fórum Nacional: Quantas pessoas estão envolvidas nessa feira?

Evangelista: Essa criação de feira começou no ano passado num evento que chamamos de “Te amo, Serra da Misericórdia”. A gente tinha acabado de perder um dos fundadores do VERDEJAR, LuisPoeta, que fez parte da criação do movimento do projeto do ECOSOL aqui e através dele conhecemos o VERDEJAR. Eu já conhecia, mas algumas pessoas conheceram o VERDEJAR e conheceram o trabalho dele. Então promovemos esse evento numa feira na Praça do Conhecimento na Nova Brasília. Nessa oportunidade nós tivemos 15 artesãos. Quando mudamos lá para a estação do teleférico foi atendendo a um convite do Ministro da Cultura. Acabou que no dia choveu muito, ele desceu do teleférico e foi direto para a UPP e depois saiu fora, nem passou pela feira. Trouxe uma certa frustração? Sim, mas observamos que ali o movimento turístico era muito grande, vamos continuar. Ali nós estávamos apenas em quatro, na segunda feira nós passamos a seis, outra nós estamos com 13 por causa do número de barracas e com uma fila de espera de mais de 20. Hoje, por questões de limitações nós só temos 13 barracas, algumas com duas pessoas.

Fórum Nacional: Qual a importância da economia solidária aqui no Complexo?

Evangelista: Eu acredito que seja de uma importância muito significativa porque um dos conceitos da economia solidária é não ter essa relação de patrão e empregado, essa coisa do capitalismo selvagem, um explorando o outro e nesse projeto tem um exemplo muito importante de modificação de vida através da economia solidária. Uma artesã que trabalha com biscoito era funcionária de uma loja que vendia artesanato e ela produzia e vendia nessa loja. Ela tem 11 filhos e vivia numa condição muito precária, mas através da inserção dela dentro desse conceito da economia solidária junto com a gente teve uma mudança na sua vida. Saiu do emprego, começou a produzir para si, participar de eventos, feiras e já recebeu patrocínio da Kibon, da Acrilex, da Condor; ou seja, a inserção dela, ela quer sair dessa condição de capitalismo selvagem para economia solidária deu um grande up na sua vida. Têm pessoas que participam do Rio Fashion Week, do Rio Design, da Feira de Artesanato, tudo a partir da economia solidária, coisas que antes eram muito limitadas.

Fórum Nacional: As pessoas que optam por atuar nesse grupo estão por opção?

Evangelista: Realmente têm pessoas que entraram no mundo da economia solidária pela necessidade, por elas terem um salário mínimo que não dava para sustentar sua família e terem que fazer alguma coisa diferente para incrementar renda e acabaram que esse “a mais” na sua economia doméstica foi virando o principal e têm pessoas que realmente já

tem isso como o sustento da vida delas. Têm pessoas que realmente entraram para esse conceito da economia solidária a partir do desemprego e das condições precárias de vida e têm pessoas que escolheram a profissão de artesão, vou ser um artista, vou entrar nesse conceito da economia solidária e vou me sustentar a partir disso. Têm as duas vertentes.

Fórum Nacional: Há a possibilidade de construção de um shopping center aqui no Alemão. Como você avalia essa proposta?

Evangelista: A gente sabe dessa criação do shopping, algumas pessoas foram convidadas a participar, apenas dois do nosso grupo foram chamados para discutir onde vai ser, como vai ser, onde vai funcionar... Eu não fui chamado para conversar, mas o que ouvimos pela comunidade é que não está sendo à contento para todos porque é um shopping, é delimitador e parece ter alguns destinatários para um percentual das lojas que terão lá. Um percentual comunitário que eu não sei qual é, mas acredito que 60% e 40% para pessoas que já são fortes. Se realmente fosse shopping comunitário para a comunidade com apoio de educação de gestão, com a preocupação de dar um certo tempo para as pessoas se estabelecerem e conhecerem como gerir um negócio, com financiamento... Ninguém quer nada de graça todo mundo quer pagar seus impostos de forma correta, mas a princípio o que eu ouço principalmente dessas pessoas que tinham carrocinha de cachorro quente, essas nem foram chamadas para participar. Se realmente fosse se preocupar com essas pessoas que necessitam de um local para se estabelecer, um comércio local que tem 30 anos, e foi perdido, seria maravilhoso, mas não é isso que estamos realmente vendo. Eu não sei, já faz um, dois meses que não ouço falar, então não sei como está a conversa. Pode tudo que eu falei se modificado, positiva ou negativamente, não saberia dar um posicionamento hoje.

Fórum Nacional: O aumento turístico fortaleceu, prejudicou ou impulsionou o comércio local?

Evangelista: Se fôssemos perguntar para a comunidade o que ela quer como prioridade, teleférico ou saneamento básico, a maioria esmagadora queria saneamento básico. Teria melhorias no esgoto, na coleta de lixo, nas águas, no controle de endemias, nas habitações etc. O teleférico ia ficar lá para trás. Como não fomos ouvidos, foi criado o teleférico, que é algo para médio e longo prazo, como uma história de uma menina que tinha uma família muito pobre, só vivia sujinha e teve um rapaz que foi deu um vestidinho azul para ela e a mãe dela – “minha filha ganhou um vestidinho, então vou deixar ela limpinha, vou dar banho nela, vou alimentar ela direito” - e aí outra pessoa – “um vestidinho tão bonito, mas o pé está descalço, vou dar um sapatinho” – através de uma pequena coisa foi modificando outras e pode ser que com o teleférico seja a mesma coisa. Mas não vamos ser hipócritas de dizer que realmente houve um impacto positivo na questão turismo, é um turismo superficial, algo que chega e passa por cima das casas, não é algo realmente dentro da comunidade, ou que traga algum benefício para ela não, fica limitado realmente ao monumento, a coisa criada. As pessoas pegam em Bonsucesso, vão a última estação das Palmeiras, obrigatoriamente tem

que sair, então ela procura saber onde que é gravada a novela, em qual casa, depois retorna para o teleférico e vai embora. Poucos são os que querem entrar e conhecer a realidade. É uma visão de turismo “safari”, onde vêm. as pessoas como se fossem... Vamos tirar fotinha... “É um ser humano, como eu e eu vivo bem graças a Deus, vamos tentar mostrar isso daqui”. Não há um fortalecimento do comércio, das estruturas para que essas pessoas possam visitar e fortalecer a comunidade local. É uma coisa superficial. Nossa luta é, por exemplo, lá na última estação, tem um bocado de comércio que estão fora do limite que pertence a Supervia e estão em barracos em modo precário, então que eles sejam incorporados.

Fórum Nacional: Isso nas Palmeiras?

Evangelista: Na Palmeiras, Deus me livre! Se rolar alguma chuva muito forte, aquilo ali pode cair e não tem nenhum tipo de suporte. Existe um projeto dizendo que vão se criar quiosques padronizados para botar essas pessoas dentro, mas isso é realidade? Isso vai acontecer? Todo dinheiro vai ser empregado? vai ter alguma coisa que vai ser desviado? Ou é tudo especulação? Ninguém sabe. A gente será inserindo como economia solidária? Sim, mas e os outros pontos teleféricos? E o resto da comunidade? Está trazendo recursos, visibilidade, mas de maneira superficial, não há algo concreto para dentro da comunidade. Em alguns pontos de destaque, como você falou, bistrô da Praça do Conhecimento e de alguns outros, mas são poucos os que têm essa visão empreendedora que conseguem trazer algum tipo de benefício.

Fórum Nacional: Quais são os empreendimentos que seriam a cara do território do Alemão?

Evangelista: Seria muito soberbo da minha parte – “esse é a cara do empreendimento da comunidade” – mas como você falou, o Complexo do Alemão tem um comércio forte como o da Rocinha e é dos mais variados. Tem desde o boteco até uma rede de supermercados. A área cultural daqui é muito forte, tem uma potencialidade muito grande, mas existem poucas pessoas que poderiam fomentar isso e os comércios. A Praça do Conhecimento acabou se tornando um local de grande visitação porque lá tem o cinema, está bem estruturada, mas o resto da comunidade não tem como seguir com as próprias pernas e se movimentar. Infelizmente por muito tempo se criou uma cultura paternalista – “eu sou coitadinho e eu preciso de algum tipo de recurso, não consigo andar com as minhas pernas” – Trazer uma modificação nesse sentido é complicado, por isso, eu abracei com todas as forças a economia solidária. A gente delega as funções. Ainda existe muito essa coisa de Bolsa Família, disso, daquilo, mas sem uma preocupação de uma capacitação. Quando esta vêm são de pintor, eletricista, cabelereiro, daquelas funções menos valorizadas no mercado, necessárias para a sociedade como um todo. Mas não tem a preocupação em formar um advogado, formar um médico...

Fórum Nacional: Ou então design que muito certo e ajuda na economia solidária, no

desenvolvimento de produtos ...

Evangelista: Tem a Praça do Conhecimento que dá curso de TI, web designer, mas é aquela coisa básica mesmo para até de repente dar um start nessa juventude, mas que realmente precisa de um algo maior, de um fomento maior.

Fórum Nacional: Quais seriam as propostas que dariam muito certo aqui?

Evangelista: Esse shopping seria realmente uma coisa muito grande, mas dentro dentro da possibilidade de ser realmente para as pessoas da comunidade, para àquelas que perderam os seus negócios de anos de vida e sustentavam suas famílias. Claro que com todo um apoio de logística, de capacitação. A criação de um espaço lá em cima onde as pessoas pudessem expor seus trabalhos de artesanato, a regularização desses comércios que estão nesses pontos, que estão totalmente largados e proibidos de estarem funcionando, e sim fortalecer, criar uma estrutura padronizada, mas que cada um tivesse sua cara com o mínimo de dignidade para poder trabalhar. Financiamento a empreendimentos locais. As pessoas acabam não se interessando porque não conhecem e não sabem mexer nos recursos. As possibilidades são enormes, esse lance dos circuitos culturais tem uma ideologia legal, mas só que tem um controle. Aumentaram a passagem do teleférico para 5 reais e isso não volta para a comunidade. Isso a própria gente daqui não vê com bons olhos. Apesar que quem é cadastrado continua pagando um real, tendo uma passagem de ida e volta gratuita todos os dias, mas o grande percentual das pessoas que visitam aqui o Complexo são pessoas do Rio de Janeiro e bairros adjacentes, são pessoas que não vão agora pagar cinco reais para andar no teleférico. Cinco para ir cinco para voltar. Vão pagar dez reais para poder visitar? Pessoa que mora em Bonsucesso, Ramos, Inhaúma, no centro da cidade vinham visitar e agora não vem mais. Cinco reais é válido para quem é do resto do país, para quem é do resto do mundo, mas também não nessa pancada de um para cinco, de dois para dez. Seria bom haver algo mais em conta para o público carioca, não esse aumento que vai trazer uma queda muito grande do número de visitantes para cá. Poucos da classe alta vêm. Quem vem realmente é a classe média e média baixa e esta não tem condições de pagar dez reais ida e volta. Era algo que estava se tornando para algumas pessoas – “ah, vamos lá no Complexo do Alemão andar de teleférico” – porque na última estação mesmo com o comércio pouco estruturado, tem um lazer legal lá, tem condições de ficar com as crianças apesar da precariedade do espaço, das condições do comércio, da vigilância sanitária. As pessoas vinham para cá ao menos duas vezes no mês vão deixar de ir porque está caro.

Fórum Nacional: Você tem experiência ou conhecimento de alguma cadeia produtiva aqui do Alemão ou então de algum grupo, cooperativa que se formou a partir de um pequeno empreendimento e que foi gerando um grande?

Evangelista: Existem alguns empreendimentos coletivos, mas são muito familiares. Na rua

Brasília têm duas famílias que se uniram para estar, uma produzindo roupas e camisas, e a outra o design gráfico deste produto. Está começando a crescer. Tem uns comércios locais que não é aquele sucesso, mas para o que era anteriormente, deram uma modificada. Por exemplo, o Super Market era um comérciuzinho de comunidade que se uniu com outros comércios de outras comunidades e se tornou uma grande rede agora é Multimarket e está lá inserindo. Foi criado dentro da comunidade como comércio pequeno. Antes era um mercado, uma padaria e um açougue que se uniram e formaram uma rede, se separaram, mas continuam grandes. Esse é um bom exemplo. Na questão das produtoras artesanais que estão chegando até o Fashion Rio, é sucesso não é riqueza, mas ter uma condição mínima de viver dignamente, para mim já é um sucesso grande.

Fórum Nacional: Existem diferenças entre as comunidades que formam território com relação ao movimento de economia solidária ou não é um movimento unificado?

Evangelista: Como o Complexo do Alemão é muito grande, o projeto acabou se sitiando na comunidade Nova Brasília e acabou atingindo as mais próximas que foram a da Grota, Fazendinha, Alvorada e tem um ou outro que é de outra comunidade. Se realmente for ver as pessoas que deveriam estar lá seriam de todas as comunidades e de mais sete bairros adjacentes Olaria, Ramos, Bonsucesso, Inhaúma, Penha, mas infelizmente, não consegue atingir a todos. A Palmeira mesmo não tem ninguém de lá. O pessoal chama de inferno verde, de Céu Azul, de Fazendinha não tem ninguém lá, mas um dos objetivos é dar oficinas para que as pessoas possam aprender e também ter seu próprio negócio. Não queremos virar uma empresa gigante que tenha funcionários. A gente quer formar um grupo de pessoas que se unem e produzem algo para coletivamente e crescem juntas. O conceito de trazer saúde para a pessoa não é o conceito de ausência da doença, mas sim no geral a pessoa ter saúde, ela ter trabalho, lazer, viver dignamente.

Fórum Nacional: O SEBRAE, a Secretaria de Turismo, o Ministério do Turismo dialogam com vocês?

Evangelista: Existem dois grupos que partiram para essa coisa de guia de turismo local. Um teve um certo apoio que fica lá no Adeus. Esse é o grupo mais estruturado. Tem o segundo que passou no Profissão Repórter, que estão com uma certa dificuldade porque ele defende um turismo que se preocupa com o turista que entre na comunidade e conheça realmente, sem essa coisa do safari. Mas estes não tem nenhum tipo de apoio e ainda estão com certo tipo de entrave, porque a pacificação quem é de direito fala que ainda não está pacificado, então foi limitado. Você não pode fazer isso porque sabe que a comunidade tem esse problema, mas ele ainda continua e está recebendo público para isso, mas não há um fomento positivo para que possa se capacitar e realmente faça um turismo concreto, de visitar a comunidade. A história daquele produto, daquela comunidade, a história do povo. Tem o Casarão de Inhaúma, da época do império,

mulheres que vinham da corte e tinham filhos indesejados e iam para lá dizendo que estavam de férias, estudo, e elas tinham esse filho e retornavam para casa e esse filho ia para a roda das Santas Casa de Misericórdia. E este Casarão é onde essas mulheres ficavam durante a gestação, tinham os filhos e depois iam embora deixando os filhos ali, ou seja, aqui tem uma história rica e curiosa. Tem o polonês que todo mundo chama de Alemão que veio para cá comprou essa fazenda e teve a divisão, o Morro do Mineiro, que é chamado de mineiro por causa da grande migração de mineiros que iam para lá, tem o Morro da Baiana, o da Viúva Mendonça, tem toda uma história muito rica...

Fórum Nacional: Estamos falando da memória do espaço que é importante as pessoas conhecerem...

Evangelista: O próprio projeto do ECOSOL teve uma parte chamada de memórias que juntava moradores da comunidade, antigos, para contar essa história, fizeram uma publicação, mas que ficou limitada, não trouxeram para cá para a população conhecer, só alguns poucos que participaram disso é que receberam. Se tivesse feito uma coisa mais em conjunto que realmente se preocupasse em criar algum espaço físico que nem tem na Maré, que é o Museu da Maré, onde se conta toda a história, seria diferente. Tem as estações de teleférico, uma delas poderia ter um museu. A última estação pertence à Secretaria de Cultura que mudou agora o secretário e essa secretária na última feira esteve lá e pareceu estar disposta a nos ouvir.

Fórum Nacional: Até o próprio CRJ também poderia ter um espaço.

Evangelista: Agora que também modificou a coordenação. A que existia antes é como se ela não estivesse existido, estava sendo dirigida por pessoas aqui de dentro no início que é a Natália, o Raul que são do Descolando ideais, só que quando eles queriam fazer o CRJ movimentar, eram travados, não tinham como. Eles se retiraram e estão entrando novas pessoas porque mudou também a parte de cima, e pelo que eu conheci os dois jovens que estão lá agora, estão querendo fazer.

Fórum Nacional: São dois jovens da comunidade que gerenciam o CRJ?

Evangelista: Não são da comunidade. Para falar a verdade eu nunca os vi de repente são até de algum ponto da comunidade. Eu acredito que os dois não sejam, mas que são de alguma comunidade ou então conhecem a realidade da comunidade. O problema não é esse, ser da comunidade ou não ser, são pessoas que queiram realmente fazer. É legal que seja assim porque para não criar – “todo mundo aqui no nosso mundinho, só entra a gente e pronto” – eu acho isso errado. Se tem pessoas que tem o conteúdo que queiram contribuir que venham mesmo. A Praça do Conhecimento é um exemplo disso, profissionais gabaritados com pessoas que moram no local e também trabalham.

O CRJ não sei se eles são da comunidade, aparentemente querem fazer alguma coisa. Eles se demonstraram dispostos a participar de alguma forma da nossa feira, por exemplo, eles oferecem aula de capoeira e judô e fazem apresentações durante a feira. Então é um intercâmbio que dá para se fazer, mas até agora é muito pouco, quase nula, mas existem. O Nailton da Praça do Conhecimento é uma pessoa ativa para que isso se modifique. A Praça está funcionando como alguma coisa pública, positiva do CRJ, eu não sei, a gente vai ver se vai funcionar. A Clínica da Família, eu prefiro nem comentar.

Fórum Nacional: A Dona Mariza Nascimento falou com bastante propriedade sobre essa questão.

Evangelista: Ela é um agente comunitário. Fizemos um evento de aniversário de três anos da Clínica e eu estava lá junto com ela ajudando a participar da organização. Foi muito mais uma iniciativa da organização que a Mariza preside, da Nascibem e do professor de educação física do espaço da terceira idade lá da academia, foi muito mais uma iniciativa do presidente da Associação dos Moradores do Reservatório, da Escola Popular de Saúde. Assim como a maioria das clínicas da família há suas debilidades gigantescas e esse evento era uma tentativa, após três anos, de tentar aproximar a comunidade da Clínica. Porque as pessoas que vão não acreditam muito e quando são atendidas, em boa parte, não são completamente contempladas para o que precisavam. A própria UPA, que é uma unidade de emergência, não atende. É a questão da política de privatização da saúde e da educação. Precisa-se de dados, de preocupar-se com o outro, ir na família, cadastrar, ver as suas necessidades, seus anseios, problemas de saúde que se pode resolver, que não se pode resolver, correr atrás para fomentar um banco de dados. Como auxiliar de controle de endemias, eu tinha que alimentar um dado de visitas de casas, de números de imóveis inspecionados, de quantidades dos possíveis focos que achei e ficava limitado a isso. Mas poderia entrar na casa das pessoas e conhecer mais amplamente a saúde da família. Hoje somos alimentadores de banco de dados de uma única endemia que é a dengue, mas que realmente não traz uma modificação real para saúde, para a realidade da pessoa, é complicado.

Fórum Nacional: A saúde está difícil, mas vamos voltar para questão do comércio, a pacificação ajudou o comércio local?

Evangelista: Existia o comércio que era alimentado pela economia local e que realmente ficou desalimentado e teve que modificar. Uns conseguiram seguir em frente, outros não. Tem comércios que foram criados a partir da pacificação, mas a realidade que a comunidade vive ainda é de conhecimento, de saber a nova realidade que está vivendo. Foram anos vivendo sob uma realidade que teve uma mudança brusca através da força de segurança pública que era sempre vista e ainda continua sendo vista como um inimigo local pela forma truculenta que entrava, sem se preocupar em distinguir quem fazia parte da força negativa, quem fazia parte da força produtiva, dos moradores que estavam de bem

que queriam apenas sustentar sua família em condições mínimas de trabalho e sempre entravam de uma forma truculenta com todos. Ter essas pessoas delegando tudo aqui dentro é uma realidade que não se pensava, hoje é o xerife que dita as ordens e alguém que sempre foi posto culturalmente como uma pessoa que entrava com a faca na caveira que agora está mandando, realmente é uma coisa que está difícil. Limpeza social que era... Uma passagem bíblica “separar o joio do trigo,” os dois estão crescendo juntos. Se você tentar tirar o joio pode tirar o trigo junto e de uma forma brusca você vai arrancando os dois. É complicado dizer se realmente melhorou. Este é um momento de reconhecimento, têm muitos pontos positivos e muitos negativos, mas ainda está num período de névoa ainda não se pode enxergar um horizonte a partir do que estamos vivendo hoje.

Fórum Nacional: Como você resumiria hoje o Complexo do Alemão?

Evangelista: - Eu vejo como um local em que foi colocado para ser uma vitrine de moda. O Rio de Janeiro está vivendo um período de grandes eventos como a Copa, a Olimpíada, cinemas, filmes estão sendo produzidos aqui, vinda do Papa, Jornada da Juventude e reuniões de outras religiões, eventos esportivos e culturais e tudo está focando no Rio de Janeiro, que hoje que tem uma imagem mundial que sempre foi violento, sempre existiram favelas, onde as pessoas eram canibais, visão de que a guerra era maior que não sei o que, que as pessoas eram todas violentas de tudo e o Complexo do Alemão era o ápice de toda essa mídia sensacionalista, que coloca uma lupa numa formiga para dizer que ela é um gigante, um monstro matador. Foi televisionado... Modificar o principal local desse alimento dessa mídia devoradora, mídia que quer realmente mostrar uma realidade de uma lupa gigantesca para outra então a cara do Rio de Janeiro agora é essa aqui, a história de favelas violentas para uma favela pacificada. Eu vejo o Alemão como uma boa fachada para se ver uma nova perspectiva de Rio e Janeiro e de Brasil, mas que passaram um cimentinho, uma tinta e não fizeram nada na estrutura, não mexeram na base. A base que é feita através da coletividade, através da família, através da educação, através da saúde, através de um conselho onde todos sejam ouvidos. Foi realmente passar um cimento, uma tinta essa é a nova cara do Rio, essa é a nova cara do Complexo, a maquiagem.

Fórum Nacional: O que você espera daqui por diante?

Evangelista: Como trabalhador e morador local, tenho uma visão de que tudo coopera para um bem maior, os momentos tristes, o que acontece de desgraça, o que acontece de positivo tudo tem um propósito maior e que tanto a realidade antiga, quanto a atual e a que está por vir não interferem de forma muito significativa de quem vive honestamente, não se coloca como partidário de algum ponto de vista, mas sim de um ser humano honesto que quer viver sua vida trabalhando. Quando chegar no fim tudo será melhor então eu vejo de uma forma positiva ainda.

Fórum Nacional: Com a relação às oportunidades, principalmente para o público jovem, o que você consideraria importante ser investido no Alemão?

Evangelista: Aqui agora, foi criada uma escola de ensino médio. Antes elas tinham que ir para a Tijuca, para São Cristóvão, para outros bairros para estudar. As escolas de ensino fundamental são umas quatro ou cinco que não houve um investimento real na educação. Agora tem alguns EDIs, antigas creches, espaço de desenvolvimento infantil que não tem como fazer uma modificação rápida. Tem que ser algo com base, com o tempo e com os jovens é a mesma situação. Eles tinham uma referência e agora está tentando se criar uma nova, só que esta ainda não foi vista, não está aparecendo, está começando a aparecer a partir do momento que algumas lideranças locais estão se mostrando e o jovem ainda está meio que perdido dentro desse contexto novo. Dentro do Tim Lopes pouco se fala da questão política da convivência, não da politicagem, mas da política mesmo, de como se relacionar, vir com os problemas e buscar soluções para isso. Ele tinha como emprego, trabalhar ganhando salário mínimo, ou a possibilidade de entrar no tráfico por que ele via que o cara andava de carro, andava de moto, andava com mulheres, joias, mas que vivia aqui dentro só. São poucas as oportunidades dele realmente crescer e trabalhar. Eu acho que o maior investimento tem que ser na base familiar porque eu nasci e moro até hoje aqui, tenho 33 anos e nasci no Complexo do Alemão. Por ter uma família sólida eu tive a oportunidade de me formar em duas faculdades e agora estar fazendo um mestrado, ou seja, toda a realidade que eu vivi não interferiu na minha conduta, nos meus sonhos e tudo. Mas em muita gente realmente interferiu, famílias foram destruídas, eu perdi parentes, perdi amigos e ele teve que sair e quem tem fome tem pressa. Sem a possibilidade de haver o pão de amanhã, o jovem abraçava fica sem rumo. No Raízes mesmo existe a oportunidade da pessoa crescer profissionalmente. Tem a Praça do Conhecimento, mas ainda é muito pouco. Estamos falando de mais de 200 mil pessoas. É mais do que um município de qualquer outra cidade do Brasil, aqui no Complexo do Alemão, mas é muito pouco o que é feito para capacitar esse jovem, dar emprego, acabam no subemprego. Ainda tem que se fazer muito investimento na juventude local.

Fórum Nacional: Como surgiu essa ideia da loja? Foi uma demanda da comunidade ou foi algo que o PAC trouxe como proposta?

Evangelista: O Centro Comercial do Itararé foi criado num espaço onde era para as pessoas que foram removidas dos seus comércios informais e ficavam em beira de rua. Nem todos quiseram ir para lá porque realmente o ponto não é visível, as pessoas passavam na rua e iam no comércio delas, no que ela tinha ali na rua. Essas pessoas foram deslocadas para um espaço que não passa gente, que deixou de ser referência, então as pessoas não quiseram ir e os que foram tiveram prejuízos grandes, não conseguiram crescer. Tinha uma loteria que era para fazer as pessoas irem lá e não tem mais, tem a

Caixa Econômica, mas não consegue trazer um público e por esse motivo a loja foi oferecida pela Secretaria de Educação para a Secretaria de Economia Solidária como algo que chamaria mais pessoas. Foi meio que um acordo que acabou surgindo de um problema que não se pensava. O comércio ficou fraco e havia uma necessidade. E por um acaso, acabou a ECOSOL tendo uma loja lá.

Fórum Nacional: Está tendo algum retorno?

Evangelista: Para as pessoas sobreviverem dessa loja não daria. Como é um empreendimento solidário, não tinha empregado, não tinha patrão, todo mundo tinha que trabalhar e dividiam horários e tinha que produzir, mas o que vendia não dava para dar o sustento, não tinha retorno... Está funcionando, mas de uma forma muito precária, os artesãos que ainda continuam lá, mas não sobrevivem daquilo. Para falar a verdade, a feira ela está tendo um retorno melhor. Não é legalizada. O espaço é de controle da Supervia que cedeu o espaço para armarmos nossas feiras lá, mas não é algo que a gente possa ficar tranquilo, que podemos fazer isso crescer. Não um espaço que possa ser chamado de nosso, é emprestado. Se lá fosse reservado um espaço onde tivesse estruturas mínimas, uma cobertura, banheiros, local para alimentação e as barracas pudessem ser alocadas e as pessoas pudessem visitar e circular lá dentro, poderiam até usar as próprias barracas, mas num espaço coberto, onde se chovesse, não tivéssemos a preocupação de desmontar tudo e sair correndo para botar as coisas para dentro. Isso seria o grande anseio dos artesãos de hoje. Seria contar com este Centro de Referência da Economia Solidária do Complexo do Alemão que fosse num local que fosse visível. Na última estação é visitada porque as pessoas saem para visitar. Se tivesse espaço lá com certeza o retorno ia ser muito mais positivo e a possibilidade de crescer seria muito maior.

Fórum Nacional: Tem alguma coisa que você queria deixar registrado que é muito importante para esse movimento que a gente não abordou aqui, que você acha que não pode deixar de pontuar?

Evangelista: Que realmente é isso que a gente não viva de favores, mas que a gente tenha uma política pública voltada para a cultura, para a economia local, não somente a solidária, mas a economia de uma forma geral, que realmente haja um olhar preocupado em fortalecer o comércio local. Existem inúmeras iniciativas de grupos individuais aqui dentro que são ótimos, como a CoopLiberdade que faz coleta de óleo e a emprega egressos do sistema penitenciário, que agora parece que vai ter algum tipo de incentivo; o VERDEJAR que se preocupa com a preservação do meio ambiente e que de certa forma foram os que barraram a destruição de grande mata aqui de dentro com as invasões e com algumas empresas que não têm nenhuma preocupação de responsabilidade ambiental, o pessoal da economia solidária que apenas quer ter um espaço para que possa estar mostrando seu trabalho e viver dignamente. Que todo dinheiro público ou outro que seja destinado a investir no local seja realmente destinado a isso. É utopia dizer que se não há desvio de dinheiro para as obras que são destinadas para. Se todo dinheiro empregado aqui no

Complexo do Alemão fosse usado 100% o objetivo de melhorar a comunidade, com certeza esse lugar já seria muito melhor de sobreviver. Eu não gosto de dizer que a corrupção é uma coisa cultural brasileira porque não é de todos, é uma coisa que acaba contaminando as pessoas que estão na média, na baixa, e ela age de uma forma corruptível, mas sem se perceber. Quando está errado, sem o cinto de segurança, para não tomar multa dá uns dez reais a pessoa acha que aquilo é honesto, mas ela está cometendo um delito. Quando pega uma coisa que comeu, bebeu e joga no chão não é um delito, mas está prejudicando a si mesmo, são coisas que não estão dentro... Não consegue se enxergar como corrupto, como errado, como coisa que vai trazer prejuízo para ela própria, mas que se realmente pudesse modificar a partir do exemplo do alto de todo dinheiro investido ser usado para seu destino nós viveríamos num lugar muito melhor.

7. ENTREVISTA COM ADAIR AGUIAR

29 anos, fotógrafo, nascido e criado no Complexo de Alemão.

Fórum Nacional: Como você resumiria o Complexo do Alemão, antes e agora?

Adair: Eu acompanhei um pouco dessa trajetória porque nesse período de adolescência não tinha muita oportunidade de cursos. Sou fotógrafo hoje, me formei num curso fora do território do Complexo do Alemão. Primeiro, na Escola de Arte e Tecnologia da Kabum; depois, me formei na Escola de Fotógrafos Populares na Maré, no Observatório de Favelas. Hoje pós-ocupação, temos um pouco mais de oportunidades dentro de alguns campos de formação. Existe a Praça do Conhecimento como referência na área de comunicação e de formação, mas só ela não dá conta de atender toda a juventude dentro do campo das artes visuais. A gente sabe que têm muitos comunicadores dentro do Complexo do Alemão que trabalham de forma ativa usando redes sociais. Com relação à infra-estrutura, a transformação foi mínima ou quase nenhuma. Para os moradores só houve mais burocracia com relação atendimentos e serviços de água, esgoto, iluminação que ainda são muito precários. Isso não avançou quase nada para facilitar a vida do morador do território. O teleférico trouxe algumas melhorias trazendo pessoas para conhecer o Complexo do Alemão, porém, deixou a desejar por não ouvir a prioridade que os moradores colocavam para criar uma base de transporte que de fato interessava a todos.

Fórum Nacional: Quais as prioridades emergenciais do Complexo do Alemão?

Adair: Existem encontros com grupos sociais, lideranças que discutem já há muito tempo, dentro do Complexo do Alemão, essas prioridades não levadas em conta no processo de reformulação do território. Desde o princípio a gente sabia que com a aproximação da pacificação alguns serviços seriam legalizados, então, o senhor da esquina tinha um bar e teria que regularizar para continuar funcionando. Isso era uma preocupação que talvez não

tenha sido percebida para dar uma assistência, e não vir com esse pacote de serviços básicos como energia elétrica, água. Moradores começaram a ser taxados e aquilo para eles não era uma realidade de pagar não sei quantos por cento do salário para ter água em casa. Isso não foi negociado e a gente sabe que hoje têm tarifas sociais para atender as pessoas de baixa renda sendo que a gente ouviu reclamações de pessoas que recebem contas abusivas de água, de luz após esse período de pacificação e isso repercute. E a gente continua vendo alguns espaços que não têm iluminação pública, o esgoto está sempre correndo ali na porta do vizinho, tem uma série de serviços que também poderiam ser previstos. Na verdade isso teria que vir primeiro antes de uma estrutura enorme como o teleférico que vai atender principalmente uma demanda de um público que vem de fora, turista. Essas necessidades deveriam ser conversadas com lideranças, com as Associação de Moradores, com as instituições que já desenvolvem algum trabalho social dentro da comunidade para depois pensar numa ação tão impactante como foi o teleférico.

Fórum Nacional: Você mencionou algumas burocracias que os moradores enfrentaram nesse processo. Que tipo de burocracia?

Adair: - Um exemplo básico... Meu irmão teve uma casa removida por um preço muito pequeno. Todos os moradores em volta, no período de remoção, acho que foi em 2009, período de construção do teleférico, meio que aceitavam a forma com que a Secretaria Municipal de Habitação se colocava na negociação dizendo que a casa não estava regularizada etc.. Era mais fácil para o proprietário receber uma indenização, ainda que fosse pequena, para de certa forma, compensar a demolição da casa e ele tentar comprar em outro espaço. Muitos saíram assim. Foi um processo muito rápido, conversa com os moradores e demolição. Seis meses nesse processo de negociação – “sua casa foi marcada, sua casa está dentro do mapa” – eu lembro que ficava essa apreensão com meu irmão que atualmente mora na casa da minha mãe, na Baiana, não sabia se a casa ia sair ou não. Algumas pessoas não resistiam a essa negociação e acabavam cedendo a casa por um valor que dificilmente conseguiriam comprar outra próxima dali ou em torno da comunidade.

Fórum Nacional: Quando você fala que “elas não resistiam”, não resistiam por quê?

Adair: Tinham muitos moradores cuja casa era pequena, então para eles seria muito mais negócio pegar essa indenização e investir numa casa maior e outros já tinham uma casa maior e recebiam indenização pequena e não conseguiam segurar a pressão porque a casa do vizinho já tinha sido demolida e já estava o escombros ali do lado. Acredito que era um processo psicológico para fazer ele vender. Eu vi um caso de um rapaz que segurou lá por um tempo, mas mesmo assim a casa dele saiu no final. Meu irmão segurou basicamente por três meses, resistiu o valor que estava sendo proposto que era muito baixo...

Fórum Nacional: Não conseguiram comprar outra residência?

Adair: Meu irmão até andou procurando e só conseguiu comprar um espaço lá em Marechal Hermes que estava com o preço um pouco mais em conta. O que aconteceu foi mesmo a aceitação pela facilidade com que alguns moradores aceitavam sair e não se colocavam para discutir uma imposição do Estado. Era mais mesmo passividade de algumas pessoas de não se organizarem para brigar e reivindicar um direito de permanecer ou ter uma casa próximo.

Fórum Nacional: Todo mundo aqui mora há muitos anos...

Adair: Perde o vínculo com a saída. Hoje eu moro em Marechal Hermes. Não fui vítima desse processo de remoção, mas eu tenho uma trajetória, tenho amigos que fizeram parte da minha infância e hoje eu os tenho como referência para criar coisas em produção cultural. Esse afeto é muito difícil de você conquistar de uma hora para outra em outro território, isso é uma coisa que desconstrói muito. Você perde um pouco dessa identidade porque está num território durante muito tempo, vivenciou vários momentos alegres e de uma hora para outra é retirado. Aqui é muito simples ter um vínculo porque as pessoas te viram crescer então é muito mais fácil do que em qualquer outro território.

Fórum Nacional: Bem no início você falou das oportunidades, que algumas surgiram, mas que ainda falta muita coisa para ser feita. O que você acha que seria importante acontecer aqui no Alemão para a juventude, para o público em geral?

Adair: Eu faço parte de um coletivo que se chama “Family Fest”. A gente organiza festas funk, funk consciente, com moradores do Morro da Baiana e acaba que moradores de outras comunidades também vêm: do Alemão, da Alvorada, Nova Brasília e a gente tem tido dificuldade hoje de espaço de diversão, de entretenimento para jovens. Com ocupação, os bailes funks ficaram meio que restritos devido à resolução 013 da Secretaria de Segurança Pública e qualquer evento cultural dentro do território tem que passar por uma série de burocracias que muita gente ainda não está inteirada e também não chegou ninguém do poder público para apresentar esses trâmites necessários para realizar uma ação, um evento cultural. Temos uma dificuldade enorme de realizar o baile funk com artistas da própria comunidade. Têm vários MCs, DJs que fazem apresentações com amor, mas tem essa parte burocrática do poder público de exigir certas autorizações, certificados de Corpo de Bombeiros para realizar um evento. A própria questão do funk, a S.S.P proíbe manifestação dentro de espaço aberto ou espaço público e isso acaba impactando. Hoje temos pouquíssimos bailes funks aqui dentro do Complexo do Alemão, alguns são feitos mais por algumas organizações sociais que já têm esse contato com o poder público e conseguem articular esses trâmites e fazer uma ação de uma forma menos penosa do que alguns produtores que já faziam baile funk, como é o caso da Family Fest. Antes era só falar com Associação de Moradores, com os moradores, divulgar, colocar uma faixa, chamar os artistas, o DJ, a equipe de som e o evento já estava pronto. Essa dificuldade de você realizar um evento acaba diminuindo, acaba tendo

menos espaço de apresentação para os próprios moradores. É também do rap e até do pagode, de uma série de outras manifestações. O funk acabou passando por esse processo. Acabou perdendo um pouco de força por causa da falta de espaço de exibição. Têm alguns grupos de samba que também sofrem muito mais ainda que o grupo que trabalha com funk, pois eles têm muito mais dificuldade porque têm instrumentos, têm uma série de coisas que precisa de uma equipe profissional muito mais qualificada para fazer um evento. Tem muito grupo de samba, de choro inclusive, pagode tem aos montes e funk. Acho que funk vem em primeiro. Acho que as principais manifestações no Alemão são funk, samba, pagode, choro, são as manifestações que eu vejo no campo da música. Tem a fotografia que é muito forte, o pessoal do Foto Clube Alemão faz um trabalho bem interessante. Acho que é isso!

Fórum Nacional: O que você acha que tem aqui no Alemão que precisa e se fortalecer?

Adair: Antes de inventar espaços, acredito que se deva visitar os que já foram referência de lazer para a comunidade e transformá-los, reconstruir esses espaços. Estamos vendo o próprio Largo do Bulufa, um espaço onde aconteciam vários bailes, manifestações culturais, festas juninas, outros que não sofreram tanto impacto de remoção. Ainda preservam esses espaços, mas hoje não tem nenhum tipo de ação dentro deles. Nós temos como referência o Largo do Bulufa porque sempre tinha festa junina eu ia para lá quando era criança. O baile funk também acontecia lá e hoje está um espaço abandonado, um espaço bem central porque é bem no coração do Complexo do Alemão que hoje não tem nenhum tipo de ação cultural. Acredito que tem que fortalecer os espaços que já existiam, que serviam de suporte para manifestação cultural dos moradores e organizar também esses grupos que já estão aí trabalhando e que precisam ter suporte para desenvolver suas habilidades, se tornarem empreendedores em termos de economia. Não acredito que criar uma lona aqui ou ali no Complexo do Alemão vai dar conta porque têm manifestações que acontecem na Baiana, manifestações que acontecem na Alvorada, manifestações que acontecem no Alemão. Você criar só um espaço para dar vazão para essas manifestações que acontecem no território não resolveria. Uma coisa de impacto maior seria primeiro constituir o grupo para ver quais os espaços que aconteciam manifestações e fortalecer o que já existia ou reconstruir aquilo que foi perdido e depois sim pensar no espaço um pouco mais estruturado para receber ações maiores como o próprio teatro, um espaço de show, mas isso viria talvez num segundo momento.

Fórum Nacional: Qual a área que você considera a mais pobre, mais necessitada no Alemão?

Adair: A área mais pobre é lá para cima no Morro dos Mineiros e a descida da Pedra do Sapo, no Morro da Esperança, um espaço muito próximo à Serra. No limite da mata o acesso é muito difícil também. Ali é bem precário. Todas essas questões que a gente discute de estrutura, iluminação pública, de esgoto lá é dez vezes pior do que a gente

vê nas regiões próximas ao teleférico. Se a gente vê uma realidade próxima ao teleférico de esgoto passando, poste quebrado, entulho jogado, nesses espaços, entre o Pinheiro e o Morro da Esperança é tudo muito pior. Não tem esgoto, não tem calçada, não tem nenhum tipo de suporte para a pessoa chegar. Iluminação é precária à noite, esgoto passando, então, essas duas regiões são as que eu vejo como mais precárias. Deveriam ser priorizadas. Dentro do PAC essas regiões estavam na área de grande risco que tinham que pensar, tinham que fazer estrutura, calçamento, ruas, iluminação pública, esgoto. Hoje em dia a gente vê que o trabalho não foi realizado. Vemos falta de conclusão de alguns espaços, casas que foram demolidas e os outros permanecem lá... Lá em cima nem sequer passou por esse trabalho do PAC, lá permanece como fosse 20 anos atrás, um espaço totalmente precário em termos de estrutura de saneamento, iluminação. A transformação prevista para o PAC, não foi nenhuma. Acho que é mais um trabalho visual, uma propaganda mesmo, feita em cima do teleférico porque para mim como morador eu não vejo nenhuma mudança. Eu continuo fazendo as minhas ações, continuo batalhando, sendo que hoje, obviamente, o Complexo do Alemão poderia estar um pouco mais a frente dentro desse processo de revitalização, mas devido a essa disputa de colocar o teleférico como principal aparelho público deixado pelo PAC, e aí os moradores tem que ficar mostrando, justamente – “isso não, isso não” – impede as lideranças, os produtores culturais de criarem ações que avancem. Estamos propondo criar coisas novas mais à frente pensando de fato na legitimação de ações dos próprios moradores e não impor uma ação para esses moradores. É uma briga dentro do movimento social e o Estado, que é midiática. O Estado mostra uma beleza nas televisões que o PAC, o teleférico, deixaram e nós, dos movimentos sociais, tentamos mostrar aquilo que não foi realizado, então, a grande dificuldade é mais nesse sentido mesmo. Nós, do movimento social, temos que disputar força com Estado a partir dessas questões que não foram concluídas e que estavam previstas dentro de um programa que tinha um cronograma para ser cumprido, tinham obras a serem realizadas e até agora não concluíram o PAC I e como que a gente vai discutir o que o PAC I não fez? Vem o PAC II aí, mais uma luta, mais desgaste para o movimento social e acaba que as próprias ações que construímos dentro do campo cultural ficam mais focados dentro dessa pauta. Sempre nas nossas ações tentamos jogar essas questões na pauta. Vamos fazer um evento de funk, mas no nosso evento de vamos discutir as ações que os grupos de educação ambiental aqui do Complexo do Alemão desenvolvem porque isso busca fortalecer a própria ação dos moradores. Em todo momento buscamos pensar a comunidade e ser uma voz que vai contrapor toda a imagem midiática que estão construindo em cima do PAC I que foi simplesmente um teleférico que, acredito, facilitou a vida de alguns moradores, mas que não foi o grande legado da obra que a gente esperava.

Fórum Nacional: Falamos da área mais pobre. Qual a região aqui do território que você acha mais bem estruturada e por que você acha isso?

Adair: - Aqui na própria Nova Brasília é uma das regiões dentro do C.complexo do Alemão com mais estrutura em termos de asfaltamento, calçamento, serviços, iluminação, esgoto, saneamento. Até a estrutura das casas, mas aqui é um movimento dos próprios moradores que a maioria chegou na década de 1960, a maioria é de nordestinos. Alguns chegaram aqui e foram para o Complexo da Maré num período de remoção na época do Pereira Passos, muitos vieram para cá e outros para o Complexo da Maré e aqui tiveram mais essa facilidade porque é mais próximo do asfalto, das linhas de ônibus. Para o morador pensar na estrutura da própria casa, na forma de construir, criar uma fachada é muito mais fácil de entrar e sair ônibus e caminhão dessa comunidade do que em outras que são mais íngremes.

Fórum Nacional: E quem é mais prejudicado?

Adair: O negro sempre sofre. Lá em cima do Morro dos Mineiros a maioria da comunidade é formada por negros. Eu até tenho parentes meus lá que tem batalhado para mudar essa realidade porque tem essa dificuldade de estrutura, que é difícil chegar algum material para começar alguma reforma, viabilidade de trabalho, acordar cedo, serviço público como escola, deixar o filho na escola para ir trabalhar, creche... Você vê os mesmos rostos sofridos tentando construir alguma coisa.

Fórum Nacional: Você falou de um ponto que é primordial para fazer o retrato do território que é a educação.

Adair: No último senso do PAC foram ouvidas mais de 60 mil pessoas do Complexo, mas eu acredito que o número seja muito maior devido ao tamanho do território e diversas comunidades que não entraram nesse mapeamento. Algumas pequenas não entraram no diagnóstico.

Fórum Nacional: Quais são? Um exemplo.

Adair: Tem lá para trás, as Casinhas, tem a Matinha, próximo à Fazendinha, chegando em Inhaúma. Essas comunidades têm muitas pessoas. Porque são comunidades muito pequenas e acabam entrando dentro de um bolo de uma comunidade maior. Fazendinha, pela divisão territorial que é curta acaba falando Casinhas e Fazendinha é tudo a mesma coisa, mas são territórios totalmente distintos, diferentes e até com uma outra lógica. Juntando essas comunidades todas do Complexo do Alemão, acredito que o número seja muito maior do que 60 mil, eu jogaria para uma faixa de 200 mil habitantes e as escolas, a maioria, fica na Avenida Itaoca. Muita pouca escola em comunidade. Aqui na Nova Brasília tem uma escola pública e em outra comunidade não tem. Nenhuma outra comunidade tem escola pública dentro, é tudo fora, ou na Avenida Itaoca e aquela região da Imperatriz tem umas cinco escolas públicas. Tem a questão do deslocamento. Creche é uma outra questão também que é uma prioridade, cada comunidade deveria ter uma

creche, um espaço de educação infantil. Ali na Baiana onde morei tem uma creche, mas não atende a própria comunidade. Porque são muito poucas vagas para atender à demanda dos moradores. Uma creche no Morro da Baiana que é uma comunidade pequena não atende. Vemos que no Complexo do Alemão a única creche que tem não vai dar vasão nunca. Em outros espaços também não vemos creche pública. Ajudar no desenvolvimento é pensar nesse espaço de formação e que favoreça a família. Hoje temos muito poucas creches no Complexo do Alemão e é um espaço fundamental para pensarmos nessa questão da economia familiar, mesmo de uma família conseguir dar o mínimo de estrutura para uma criança que está começando uma vida.

Fórum Nacional: Qual foi o divisor de águas na sua vida?

Adair: Para mim foi depois que conheci a fotografia. A fotografia para mim deixou as coisas muito mais claras, eu passei a enxergar de uma outra forma e perceber que tudo isso que a gente faz parte de uma construção, que essas construções fazem parte de uma disputa que está ligada à política. Acredito que a fotografia me despertou para enxergar as coisas que julgamos reais como uma construção e só vamos fazer parte dessa construção se nos envolvermos, pregar mesmo, uma transformação que seja real, que não seja maquiada. Estamos cansados de ver dentro de espaços populares algumas coisas que são feitas, mas não trazem nenhum resultado prático para os próprios moradores. A fotografia foi fundamental para eu pensar... E a partir daí também eu comecei a fazer jornalismo, passei para jornalismo na UERJ, conheci a Escola de Fotógrafos da Maré que me ajudou a pensar a fotografia dentro do movimento social, tantas coisas que foram surgindo na minha vida a partir da fotografia que não tenho conta. Trabalho hoje com produção cultural pensando em ações dentro do campo do meio ambiente e de sustentabilidade tudo uma coisa que vai ligando a outra. A fotografia foi o grande disparador dessas ações na minha vida, eu busco sempre envolver outras pessoas e outras pessoas acabam sendo atingidas pelas minhas ações.

Fórum Nacional: Você falou que foi a Escola de Fotógrafos do Ripper que te despertou, foi seu divisor de águas. Só que esta Escola é na Maré. Aqui no Complexo do Alemão existem instituições voltadas especificamente para esse público jovem ?

Adair: Aqui tem muitas instituições que trabalham... No próprio Raízes em Movimento trabalhamos juntos durante muito tempo no "Circulando", que eram ações pontuais. Num espaço como a Praça que é de formação em comunicação para jovem é muito pouco dentro desse campo. A Praça só não vai dar conta de toda juventude do Complexo do Alemão. Acredito que você fortalecer as ações que existem no Alemão, o Raízes em Movimento, lá em Inhaúma Verdejar, se pegar outros grupos que desenvolvem ações aqui, o próprio Afroreggae que trabalha mais com circo e dança. São muito poucas oportunidades que o jovem, ainda hoje, no Complexo do Alemão consegue acessar. Ano passado teve um projeto do Observatório de Favelas aqui no Alemão que formou uma rede de produtores culturais aqui. Formou 20 moradores do Complexo do Alemão dentro do campo de

pesquisa e produção cultural, mas não é aquela ação contínua.

Fórum Nacional: A equipe do PAC fez vários encontros com a comunidades...

Adair: Foram feitos alguns encontros sim. Alguns moradores foram para os condomínios tiveram esse acompanhamento de reuniões agendadas. Alguns do Alemão, da Baiana... Nem sei se tantas pessoas conseguiram casas no PAC, alguma parte foi mais indenização. Aqui no Alemão, Alvorada, sofreu um processo de remoção maior. Foram para os condomínios do PAC, mas dentro dessas casas que foram removidas a gente ainda vê muitos escombros nas ruas, muitos espaços dentro do Alemão, na Avenida Central que é uma avenida que dá acesso ao teleférico, a gente vê casas desmoronadas que foram removidas pelo PAC, mas que os escombros ainda estão lá. Para você ver que isso não foi concluído.

Fórum Nacional: Você dá muita ênfase à questão dos escombros. Junto com os escombros tem a problemática do lixo. A comunidade sofre muito com esse problema aqui?

Adair: Sim. Eu desenvolvo um trabalho na comunicação da Cooperativa Eu Quero Liberdade e dentro das nossas ações a gente busca levar uma sensibilização, mais informações para os moradores para favorecer o nosso trabalho que é reciclar, trabalhar com resíduos. É uma dificuldade enorme porque a própria Comlurb não tem uma coleta regular dentro do território, não têm caçambas para depositar lixo, muitas vezes o lixo é jogado na rua, não têm cestas de lixo públicas, tem uma falta de um serviço público básico e a Cooperativa Eu Quero Liberdade como uma instituição que trabalha o reaproveitamento de resíduo com reciclagem tem uma dificuldade enorme primeiro, de levar orientação para os moradores, sensibilizá-los para separar o que é reciclável e o que não é reciclável e esse serviço acaba sendo penoso para a cooperativa porque temos que negociar com a Comlurb de fazer um trabalho de coleta regular em determinados pontos, de conversar com os moradores também. Muitos espaços que não têm a própria caçamba, o morador já está habituado a jogar em determinado ponto, então, sensibilizar o morador para jogar aquele lixo em outro espaço e a partir dali você vai desenvolver um trabalho de coleta regular daquele lixo. Nenhum tipo de negociação é feito, a cooperativa briga. Esse projeto que estamos fazendo agora com o apoio da Secretaria de Cultura que é o Funk Consciente é justamente para dar conta dessa demanda de pelo menos inserir os moradores dentro dessa ação que é de conscientização ambiental, então, o funk consciente vai envolver produtores e artistas de funk para criar letras com a temática ambiental dentro do Complexo do Alemão. Acredito que é um caminho, acredito que a comunicação, a arte pode ser o caminho para a gente furar um bloqueio porque o caminho burocrático é muito mais complicado você acessar alguma coisa e de uma certa forma impor isso para os moradores, isso também não vamos aceitar. A forma mais fácil e mais prática é usando a cultura primeiro, inserir os próprios moradores para que eles possam de fato se apropriarem dessa vivência, dessa nova realidade e que eles sejam atores das suas próprias transformações e não fiquem dependendo de ação

de um representante para criar uma ação.

Fórum Nacional: Como você avalia o processo de pacificação?

Adair: Essa é uma questão muito complicada de falar porque foi parte de uma apresentação que o Estado queria mostrar que estava ocupando militarmente de fato o território. Nesse evento foi dada uma mostra do poder de fogo que o Estado tem e os próprios bandidos mostraram o poder de fogo que possuem também. Mas com relação ao impacto sobre a pacificação, foi muito curto porque você tira uma liderança militar do poder armado que era o tráfico e coloca um poder armado também que é o próprio Estado, representado na UPP. Acredito que o mesmo sentimento que o morador tinha de ser oprimido, sofrer algum tipo de intimidação dentro do seu território. A UPP não tem uma relação íntima com os moradores, é muito difícil à forma com que eles abordam jovens e que isso acaba acirrando ainda mais essa disputa porque a UPP jamais vai ser responsável pelo território. Os moradores têm que ser fortalecidos para serem responsáveis. A UPP se impondo da forma que se impõe é uma prática abusiva que às vezes é pior do que o próprio tráfico fazia. A gente vê essa ocupação que veio pela polícia é equivocada porque você tira uma liderança e coloca uma outra liderança armada e a forma com que os moradores têm para poder dialogar acaba não sofrendo nenhum tipo de afeto, de intimidade, você acaba de certa forma afastando o próprio morador de um diálogo, de uma possível transformação e isso que gente vê no dia-a-dia. Fazem determinado tipo de abordagem às vezes abusiva muitas delas noticiadas, a gente sabe que tem muitos que nem chegam a ser noticiadas.

Fórum Nacional: O que você considera abusiva, por exemplo?

Adair: Muitas vezes você está num bar ouvindo funk numa máquina ou no próprio bar mesmo e a polícia chegar e mandar desligar o som não quer ouvir funk ou então mandar fechar, acabar com uma festa numa laje. Não era funk de apologia que é o grande argumento que eles têm é que funk faz apologia a traficantes ou ao próprio tráfico, mas eu já presenciei muitos que não eram funk de apologia e que as próprias máquinas hoje em dia não têm esse funk de apologia. Eu já presenciei e acaba que o morador e o jovem acatam porque ele não tem como debater, não tem argumento contra a UPP que já vem armado e se impondo.

Fórum Nacional: E a UPP Social?

Adair: É muito difícil. Eu busco mais apoio entre as instituições que eu trabalho no Complexo do Alemão do que na UPP Social, que conhecem o território e quando acontece alguma coisa a gente começa a se mobilizar. Mas eu não vejo nenhum trabalho efetivo que facilite a vida do próprio morador com relação a essas demandas que são muito complicadas. Até dentro da própria Secretaria de Cultura, que seria o órgão

responsável para facilitar o processo de eventos culturais, é uma briga. Não vejo muita ação dentro da UPP Social para atender e certamente não vai dar conta também. Falta estrutura, faltam pessoas que conheçam o território e ainda tem o estigma do vínculo de sonoridade que tem UPP Social, UPP mesmo que é a polícia então muitos moradores ainda tem rejeição a fazer qualquer tipo de contato com a UPP Social. Eu indiquei alguns colegas meus para fazerem entrevista para trabalhar como pesquisador na UPP Social e muitos rejeitaram de cara porque era UPP, não se ligaram nem no social, não quiseram nem saber que era UPP Social. Só o fato de ter UPP já gera uma rejeição nos moradores.

Fórum Nacional: E a palavra que resumiria o Complexo do Alemão para você?

Adair: O Complexo do Alemão é lindo, é uma potência que o dia que a gente conseguir de uma certa forma dar as estruturas, oferecer as ferramentas para essa galera jovem que está aqui, que é um campo vasto mesmo que abrange do início da estação de Ramos até Inhaúma. É uma potência que está ai, pode de uma hora surgir com toda força e mostrar mesmo a sua cara. O Complexo do Alemão que está sendo mostrado, não é o Complexo do Alemão que a gente tem para mostrar ainda falta muita coisa ainda.

Fórum Nacional: O que você espera do Complexo do Alemão a partir de agora?

Adair: Uma comunidade bairro integrada, com mais liberdade de seguir, circular entre essas várias comunidades. Ver também a Serra da Misericórdia como patrimônio natural do C. do Alemão. A Serra da Misericórdia é uma área de preservação urbana que está abandonada o Verdejar tem uma luta para transformar aquele espaço ali em espaço de lazer para a comunidade, de preservação ambiental ao mesmo tempo. Ter liberdade entre os moradores para circular pelas comunidades, integração que é uma palavra importante e a Serra da Misericórdia como espaço de lazer também e turismo ecológico.

Fórum Nacional: Você gostaria de pontuar alguma questão sobre o Complexo Alemão que seria muito importante estar registrado?

Adair: Tem bastante coisa. As crianças daqui do Complexo do Alemão ainda sofrem bastante com essa falta de apoio do poder público. Vários momentos da formação desde a creche, na escola pública e depois na formação em qualquer outra profissão que fuja ao padrão que é imposto pelo capitalismo. A maioria são serviços primários que são oferecidos, algumas formações dos serviços primários. Ter um acompanhamento maior com relação às crianças do C. do Alemão. Eles têm um potencial maior ainda de transformar essa comunidade, não digo nem eu que estou com 29 anos e já estou nessa luta há sete anos, mas eu sei que se eu não envolver as pessoas e potencialmente as crianças vai ser uma luta perdida.

Fórum Nacional: Mas em compensação a juventude daqui é muito politizada. Temos

exemplos como você e outros...

Adair: Vão surgir muito mais! A gente só precisa ter espaços e ferramentas para potencializar isso. Eu tive que buscar fora, tive que sair do Complexo do Alemão para ter alguma ferramenta. Eu estou voltando para trazer uma ferramenta de politização, de construção, desconstruir e construir novamente porque isso que é importante.

8. ENTREVISTA COM SR. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA

José Augusto da Silva, 76 anos, morador há 60 anos do Morro do Alemão, um dos fundadores da Associação de Moradores do local e presidente da mesma.

Sr. José: Nos anos de 1960 na comunidade não tinha nada, era só mato. Aqui na Associação eu estou há 33 anos, agora eu já cansei, tenho 76 anos e ainda tenho um mandato de mais dois anos, sempre lutando por isso aqui. Tudo que tem aqui foi passado pela minha mão, posto de saúde, reflorestamento, caixa d'água, água, essa luz eu coloquei aqui em 1982. Ali onde é a linha férrea tinham 80 crianças e eu apanhei aquele prédio e fiz aquela creche. Já tinha lá o movimento pela creche da antiga LBA, eu trabalhava com a LBA, dei continuidade ao trabalho. Até hoje no Morro do Alemão quem ainda luta com essa água sou eu, aqui não tem CEDAE, vivemos ao Deus dará. Nem caminho tinha, fui eu quem abriu dia de domingo num mutirão com moradores antigos que até morreram. Eu sei que quando cheguei aqui era no lampião, tinha até uma casa de fazer lampião para a gente alumiar, nós éramos mesmo do mato e eu fiquei por aqui esse tempo todo. Moro aqui há 60 anos, minha família nasceu toda aqui naquele lugar que está o teleférico. Na época que a gente botou água, no Morro do Alemão tinha pouca casa, hoje ficou assim, uma cidade. Eu sempre nesse meio ajudando, eu sozinho não, eram nós moradores, os moradores foram ficando antigos, foram morrendo, outros foram embora está aqui a origem deles, a família. Tinha que olhar mais por nós aqui. Não temos nem caminho para andar, temos esse pedaço de caminho até o teleférico que fui eu que abri com meu esforço e mutirão, fazíamos por amor. Lá em cima eu queria desenvolver um reflorestamento num campo que eu fiz em 1982, hoje está uma mata que eu tenho até medo de ir.

Fórum Nacional: O senhor está falando muito da importância do saneamento básico, da infraestrutura porque não tem...

Sr. José: A comunidade não tem saneamento. Tem esse pedaço de caminho e é só. Quebraram tudo, largaram aí, como é que vamos ficar? Isso aqui na época do governo Marcelo Alencar e Pedro Porfirio que era o vereador foi quem colocou esse concreto aqui. Eu levei oito anos para colocar esse concreto, aí veio o PAC e quebrou tudo com aqueles caminhões, quebrou fio de luz e até hoje estão os postes no meio da rua, não

tiraram nem os postes no meio da rua.

Fórum Nacional: E como foram as remoções?

Sr. José: O poder público não procura a gente que conhece o lugar e sabe tudo, não manda chamar a gente. Não vem nem aqui para ver nossa situação. Você sabe que o governo não é patronal porque só tem um mandato de quatro anos, ele pode tirar até oito, tudo bem, mas só é de quatro anos o mandato dele. Quer dizer... Já entra outro com outra filosofia. O Lula foi quem fez isso aí foi embora e até hoje... A Dilma colocou uma pedra aqui, não colocou? Um governo não termina a obra de outro. Você vê que Brizola quando entrou fez CIEP em beira de estrada (mais o Darcy Ribeiro) foi embora e até hoje tem CIEP no meio do mato perdido, ninguém terminou, até ele morreu. O governo não é patronal. O cara que é patrão mesmo é dono da coisa, ele está certo. Fizeram boas coisas? Fizeram. Fizeram aqueles apartamentos, o governo mesmo me deu um apartamento, quando Lula vinha aqui, a assessoria dele mandava me chamar para andar com eles, ajudei muito. Você vai ver para o ano que vem o Cabral sai, vai entrar outro, outra filosofia, aí vem aquela onda, não tem dinheiro porque o anterior já deixou buraco, aí começa a enrolação. Comunidade não teve caminho, não teve ensinamento, fica enganada, acontecem estes problemas. O que temos no Brasil de desenvolvimento? Nós temos estrada para todo lado. Na época que eu vim do interior, foi em estrada de chão, só fui encontrar uma pista foi na Avenida Brasil.

Fórum Nacional: A regularização da luz e da água, os moradores estão tendo muito problema com relação às contas? O senhor está acompanhando esse processo?

Sr. José: É o seguinte: o morador vivia na base do gato. O gato é o quê? Tinha luz, uns pagavam, outros não pagavam, engatavam o fio lá e tinha luz. A Light veio agora, está botando o padrão dela, tudo no sistema aí nego agora vai chiar. Mandam as contas altas, hoje tem gente aí que tem dois rádios, tem chuveiro elétrico, tem ar-condicionado, aí vem aquela conta alta, agora estão organizando. Está tão devagar. Primeiro que eles começam tudo errado. Entra numa comunidade dessa para trabalhar e pega gente da comunidade até para entregar conta de luz. Eu hoje recebi uma conta de um morador. Tem umas contas dele que vão vir para cá para eu entregar, largaram lá de qualquer maneira. Porque é lá que manda as contas, a pessoa vem de lá e não sabe quem é quem e larga aí de qualquer jeito, a Associação que segura. Eu não sou empregado de ninguém, não ganho nada de ninguém para ficar aqui, eu estou aqui quase por tradição agora porque sou aposentado, mas se for para ganhar um salário aqui não tem, nem eu nem presidente nenhum.

Fórum Nacional: Como é que o senhor faz com a água?

Sr. José: Os moradores pagam uma taxazinha, mas isso no meio de 100, dois ajudam aí vai

com aquele trocadozinho para nós termos a água e os canos tudo quebrado, atropelaram tudo e foram embora. A gente mesmo para trabalhar de graça precisa de dinheiro para emendar cano, comprar registro, fazer manobra porque água no morro é manobrada, abre para uma rua, encheu, tira daquela rua e bota em outra, trabalho de dia e de noite para botar água. Eles não sabem nem o que é isso.

Fórum Nacional: O senhor já tentou contato com a Cedae?

Sr. José: Eles já prometeram que iam botar água para todos e até hoje...Isso tem muito tempo. Tinham dois rapazes que eu coloquei num tal de convênio bomba, acabaram o convênio e nem me avisaram, até hoje isso ainda tem enrolado a Associação. Assinamos a carteira e eles pagavam o salário, mandavam o dinheiro do cara que me ajudava, agora acabaram tudo, piorou. São coisas que deixam a gente mal. Eu mesmo estou mal, já disse até ao manobreiro que vou mandar ele embora e deixar nego fazer a maior algazarra nisso porque aí nego se liga. Eu fico sentido com essas coisas. Eu não tenho que ir, eles é que têm que vir. Fazer nós fazemos, eu sei como fazem as coisas dentro da favela, mas eles não me procuram mesmo, fico isolado da coisa... Naquela época era o tráfico, você sabe que era o braço armado, hoje nós temos quem? Tem que reclamar, procurar os canais competentes, eles procuram o outro lado e aí pioram as coisas. Fica falando “seu José é isso...” como é que vou fazer com o morador? Tem uma senhora que o esgoto está na casa dela, mas para eu tirar o esgoto da casa dela dependo de dinheiro, comprar cano, pagar a mão de obra de quem vai tirar de lá. Como é que vou fazer? Quando entraram aqui para fazer isso que fizeram aí era para me procurarem, eu colocava no caminho certo e não tinham feito essa bagunça que está aí. Eu fui à empresa que era o engenheiro e o empresário que era o Ícaro que está no Maracanã, - “mas doutor começaram tudo errado o negócio, como fizeram a obra sem projeto?” – fizeram por satélite, parece que tiraram foto por cima, fizeram mapa... Você tinha era que ir é por baixo porque tem muita diferença de um avião para um carro. Chegaram aí não souberam nem usar o dinheiro, deram dinheiro avulso, barraco de 30 mil deram 50, 60 mil. O pessoal foi embora e estragaram a coisa e deixaram a gente quebrado. Abriram foi espaço para jogarem lixo de qualquer maneira, ficar essa bagunça que não tinha antes.

Fórum Nacional: Quando há um problema, o primeiro local procurado é a Associação de Moradores. Como surgiu a Associação de Moradores?

Sr. José: - Fomos nós que fizemos isso aqui em mutirão, em 1963. Quando nós aprontamos a obra foi que fizemos o estatuto.

Fórum Nacional: E essa Associação surgiu por quê?

Sr. José: Do local, de fazer o endereço certo das nossas comunidades. Tinha pouco barraco... Ali que o pessoal chama de Pedra do Sapo, na Esperança, não tinha Associação

em 1982, eu fiz um cadastro, tinham 112 barracos, hoje tem para mais de quatro mil. Eu fiz o cadastro para colocar a luz, só tinha essa Associação. Lá nos Mineiros, nas Minas Gerais fundaram outra Associação, que é muito chão, dá mais de três quilômetros, naquele tempo era tudo mato eu administrava, administrava não, a pessoa sem dinheiro não vai administrar nada, é cobrada. Então vinha tudo aqui para a central. Hoje modificou tudo, fico sentido com umas coisas, eu estraguei minha visão, estraguei não, que eu faço isso com amor. Não dei jeito e não tem quem dê jeito se não tiver o poder público. Compraram muito fácil, agora eu quero ver fazer. Agora piorou porque está quebrado aí e não tem uma solução e não sabemos nem aonde ir, não tem orientação porque o governo não vem, foram embora e largaram a gente assim, o teleférico passa por lá, eles só vão até ali. Aquelas caixas d'água quando o Brizola comprou, ele trouxe de avião para colocar lá e até hoje elas estão lá, mas não usam mais.

Fórum Nacional: Quais as prioridades que o governo deveria ter com relação ao território?

José: Primeiramente é saneamento, esgoto, lixo e caminho para andarmos que nessa parte aqui nós não temos. Aqui atrás nessa rua está cheio de esgoto quebrado, cano quebrado. Não tem dinheiro para consertar e o morador cobrando. Ainda tem dois anos para mim, cansei, vou embora e digo mesmo, vou embora e não vou deixar um aí... Tem uma creche ali, é minha, eu tenho ela há 33 anos, 80 crianças.

Fórum Nacional: Tem alguma parceria com a prefeitura?

José: Tem. Isso aí eu não sei, a prefeitura ajuda, tenho três funcionários, tenho um convênio assinado com a educação, o prefeito todo mês dá 12.800,00 para eu pagar funcionários, pagar lei trabalhista, pagar comida, organizar a creche, só a folha de pagamento dá 7.200 e não sei quanto.

Fórum Nacional: E o complemento, como o senhor faz?

José: Tenho que me virar. Ontem mesmo eu comprei 1.500,00 de comida, peguei o carro, comprei e está tudo lá para as crianças. Compro no mercado, espero o dinheiro sair. Se você for nesse mercado aqui ao lado pode ver lá que estou devendo 3 mil. Tem que saber fazer jogo de cintura, atrasar na Receita Federal o dinheiro, pagar funcionário que vai embora... Um jogo de empurra que não é brincadeira não. Mandeí no ano passado quatro que pediram acordo e eu mandei embora, até hoje estou devendo a eles. Tenho que comprar 30 colchonetes para as crianças, já falei para a diretora Ivone, vamos na Penha, vou comprar a prazo, vou pagar à prestação.

Fórum Nacional: Os presidentes das associações de moradores aqui do Complexo se reúnem? Existe uma união entre esses presidentes?

José: Existe uma união nossa, de vez em quando nos juntamos... Estávamos até para fazer uma reunião de presidentes e o governador. Quando foi fazer esse projeto aqui do PAC, o Pezão falou que o Alemão não tem um projeto. Agora tem?

José: Tinha muito desemprego, mas quando começou o desenvolvimento das obras empregou todo mundo, trabalhava muita gente. Agora estão muitos desempregados. Tem muita gente que está trabalhando no Maracanã. Dei muita carta. Tinha muita gente desempregada mesmo.

Fórum Nacional: O que precisa aqui para melhorar, além de saneamento?

José: Na Nova Brasília fizeram o cinema. Hoje em dia o desenvolvimento é empresa e nós aqui em cima não temos empresa, não temos nem um colégio, só tem aquela creche e nessas comunidades por aí não têm uma creche. Tinha que ter uma boa creche ampliada para eles, esse aí é o tal problema, tinha que ter área de lazer também para as crianças brincarem.

Fórum Nacional: E a juventude, o que o senhor acha que os jovens daqui precisam para ter uma oportunidade?

José: Colocar eles para trabalharem. Não tem um lugar para eles. Antigamente na minha época tinha um tal de SENAI para eles aprenderem uma profissão. Daqui a 20 anos, não vai ter um pedreiro, nenhum carpinteiro, nenhum ladrilheiro que faça um barraco, ninguém liga para isso. No passado não era uma missão tão grande aprender uma profissão.

Fórum Nacional: Qual a diferença do Complexo do Alemão do passado para o Complexo do Alemão de hoje?

José: Agora está bom. Temos mais segurança. Estamos abandonados no que você está vendo aí, uma parte. Mais educados do que no passado, o bicho ficava pegando, você não vinha aqui. Não tinha empresa aqui, hoje tem mercado, muitas coisas por aí. Por quê? Porque o poder público assumiu um pouco, então tem muita diferença. No passado os que estavam aí foram embora com medo, hoje não, está bom.

Fórum Nacional: E qual foi a grande mudança com a pacificação?

José: Antigamente na minha rua nem carro passava, era um tiroteio tão da peste... Hoje não, não tem mais nada disso, acabou tudo. Só o que não está bom é essa parte de obras. Eu queria que viesse alguém do governo e dissesse "seu Zé, nós vamos arregaçar as mangas e fazer, ou então não vamos fazer e pronto." Levantávamos as mãos e íamos para o outro lado nos juntar e fazer.

Fórum Nacional: O que o senhor espera daqui para frente?

José: Eu espero melhorar. Que não sirva para mim, mas enquanto estiver aqui eu vou lutar. Eu manobrei água aqui 20 anos botando água para o povo, eu dormia de baixo da caixa d'água, eu mesmo sendo presidente ia fazer isso. Têm umas comunidades que são pequenas. Eu fico bem satisfeito que eu vejo bonitinha e a minha eu vejo desse jeito. Tem comunidade que eu vou e digo, parabéns. Por que todas não estão assim? Por que começaram e não terminaram? Tem comunidade que está bem ansiosa... Tem boas creches, tem um colégio para essas mães sofridas...

Fórum Nacional: O senhor gostaria de falar mais alguma coisa, mais algum problema, ou solução?

José: Não. Eu gosto. Problema que vem, nós resolvemos. É que nem a palavra, não adianta essas palavras todinhas, se eu disse uma errada nego só se apegue aquela errada que eu disse, a boa foi para o beleleu.

9. ENTREVISTA COM SRA. MARIZA NASCIMENTO

Moradora do Rio de Janeiro há 43 anos, 65 anos, veio da Paraíba para o Morro do Adeus. Atua como técnica e agente comunitária de saúde na Clínica da Família e tem uma Organização Social que trabalha pela promoção da saúde e cidadania no Morro do Adeus, a NASCIBEM. Foi presidente da Associação de Moradores do Morro do Adeus de 1984 a 1988, mas antes disso, já tinha um trabalho junto àquelas diretorias que se formaram. “Quando cheguei aqui não tinha água, luz, não tinha absolutamente nada e um grupo de moradores se organizou.” Nessa época, já atuava como liderança, depois presidente da Associação, eleita e reeleita. Em 1986, foi eleita a primeira administradora regional do Complexo do Alemão. Em 2000, foi eleita presidente do CONSA (Conselho Comunitário de Saúde do Alemão) uma instituição criada para trazer a saúde para comunidade. “Naquela época os governos não olhavam para essa cidade daqui. Nós conseguimos trazer a saúde para o Complexo do Alemão, hoje temos a Clínica da Família Zilda Arns, que tem 12 equipes de trabalho.”

Fórum Nacional: Como a senhora resumiria o Complexo do Alemão?

Sra. Mariza: Eu diria que é uma cidade isolada dentro da cidade do Rio de Janeiro, cidade do Complexo do Alemão. Porque têm cidades lá na minha terra que têm 2 mil habitantes e têm prefeito, têm vereadores. Nós aqui dentro do Complexo do Alemão temos 200 mil habitantes. Tenho certeza absoluta que contando direitinho talvez dê mais, no entanto é uma cidade pobre dentro de uma cidade rica. Agora que o governo trouxe o teleférico, algumas coisas foram feitas e outras nem tanto. Porque as instituições legítimas meio que ficaram de lado e não puderam atuar e algumas coisas ficaram falhas. Não sei se alguém

fingiu que não estava vendo, mas infelizmente dos benefícios do teleférico o Adeus não recebeu nada. Nós não temos uma quadra de esporte, não temos uma creche com berçário. O NASFE está pedindo para que as academias treinem os agentes de saúde para que esses trabalhem dentro do seu território, mas é muito difícil. Vemos que nem todos aderem. Criei uma revista, que se chama “De bem com a vida”. É o nome do alongamento que a gente desenvolve, de bem com a vida. Na verdade têm muitas dificuldades porque nós temos muito lixo na comunidade, agora o agente de saúde não tem mais aquele tempo para dedicar aos grupos no território porque a Saúde da Família está prorizando números. Esses números estão substituindo a qualidade da escuta. Você não faz um trabalho de escuta, aquele trabalho que, às vezes, salva uma vida. Eu cansei de chegar na minha micro área e as pessoas só precisavam falar. Se não tivermos esse tempo para a escuta deixamos de fazer um trabalho de prevenção para a saúde. Esse vínculo está se perdendo com a troca constante de profissionais. Essa é a minha angústia e minha tristeza porque o Saúde da Família não veio para o Complexo do Alemão igual à chuva se forma lá no céu e cai, teve muito trabalho e eu fui uma das protagonistas disso. Chamavam-se de louca.

Por que eu não ia conseguir? Porque ninguém queria aderir à luta, é uma guerra de um soldado só, mas essa guerra se transformou numa multidão porque quando nós criamos o CONSA nós trouxemos associações de moradores, igrejas evangélicas, católicas, centros espíritas, trouxemos a comunidade como um todo e formamos esse conselho. O Padre Martini era nosso conselheiro no CONSA, ajudava bastante, formado e tudo. Nós fizemos uma carta aberta à população e encaminhamos para o mundo, ONU, enfim. Foi aí que nós, com a boca no trombone, conseguimos trazer o Saúde da Família para cá. O primeiro foi no Alemão que nós conseguimos transformar um campinho de futebol, que era uma quadra coberta, nesse local onde hoje é o posto de saúde.

Fórum Nacional: Qual a maior diferença do Complexo do Alemão do presente versus o do passado?

Sra. Mariza: O Alemão de ontem não era visto. Os governos não olhavam para o Alemão. É como se o povo só servisse para votar e era assim, de quatro em quatro anos, apareciam os políticos prometendo água encanada, luz elétrica e nós víamos que era bica d’água, uma bica d’água nesse ano e depois quando não interessava mais, ela acabava e quando era hora da campanha eles voltavam de novo. Hoje nós temos o teleférico que está passeando por cima trazendo os turistas e fica feio mostrar uma comunidade cá em baixo que tem caixas d’água se tampas, sujeitas a larvas de mosquito da dengue e o lixo rolando pela rua. É preciso que se traga também as oportunidades, os cursos para as pessoas se prepararem para o mercado de trabalho. Até eles se prepararem e irem ao mercado de trabalho leva um tempo e nesse tempo eles precisam se alimentar. Na verdade, está faltando essa junção das instituições, Associação de Moradores, Clínica da Família, COMLURB. A Nascibem está promovendo uma ação de saúde. Acha que não basta ter

o Dia Mundial da Saúde, não basta a Clínica da Família completar três anos e ninguém falar nada para melhorar, precisa melhorar e as pessoas não estão se dando conta das coisas. A Nascibem está fazendo essa ação de saúde com o desejo de trazer as instituições que estão trabalhando para melhorar a comunidade, seja juntando lixo, resto de óleo da cozinha, enfim, trabalhando para que nós nos sintamos mais fortes. Quando eu faço sozinha, eu fico desanimada, mas quando você está fazendo e o outro está fazendo a gente sente um pouco mais de segurança. Então, é isso que a Nascibem está fazendo: ação de saúde para que a comunidade comece a perceber que hoje não é ontem. Hoje nós temos alguma coisa e essa alguma coisa precisa melhorar e nós juntos podemos dar essa direção. Os agentes de saúde estão um pouco perdidos porque quando nós fizemos o nosso introdutório aprendemos a fazer prevenção e promoção no território.

Hoje não tem mais esse tempo. O agente de saúde está mais voltado para dentro das quatro paredes do que para dentro do território, isso é muito ruim e descaracteriza o Saúde da Família. Essa angústia minha eu gostaria que não fosse só minha, que fosse também do pessoal lá em Brasília, no estado, no município. A gente fica meio que perdido também sem saber para que lado vamos pedir socorro. Eu cheguei aqui e dei meio que uma caída e depois eu fui entrando para dentro dos trabalhos na comunidade por conta de já ter dois filhos e agora tenho três. Eu achava que aquele lugar onde estávamos morando não era adequado porque eram aquelas valas a céu aberto, aquilo tudo preto, aqueles bichos andando ali e as crianças tendo convulsão. Eu me lembro de uma que ajudei carregar que estava tendo convulsão por conta das verminoses. A gente começou e foi uma luta sem trégua, que não parou até hoje. Quando sinto que gastei toda cartilagem dos meus joelhos eu fico muito, muito angustiada, porque tem muita coisa ainda a ser feita e precisa que alguém levante as bandeiras. O povo parece, até mesmo minhas colegas do Saúde da Família e as equipes, eles meio que não estão dando muito valor a isso porque ninguém fala, porque ninguém levanta a bandeira, bandeira tem que ser levantada. A Nascibem está levantando a bandeira do não conformismo com tudo que nós estamos vendo. Antes as ruas não tinham pavimentação, os becos também não, nós não tínhamos água encanada, luz elétrica, hoje nós temos um pouco. Isso é tudo? Claro que não. Ainda está faltando olhar para o ser humano, é o que temos de mais importante e eu te digo que esse povo só precisa ter alguém em quem eles acreditem porque as meninas no alongamento elas estão aprendendo a fazer os seus grupos. Estamos ensinando as pessoas a pescar e é isso que a gente tem que fazer: ensinar a pescar. No dia que eu não chegar com o peixe, a pessoa não vai morrer de fome.

Fórum Nacional: A senhora apontou situações muito importantes para o desenvolvimento do território. Como estão agora?

Sra. Mariza: Tem uma coisa que o povo foi enganado por pessoas sérias que não eram Associações de Moradores. Nós estávamos de olho para que o PAC cumprisse o que

estava sendo dito, que cada centavo gasto com o teleférico fosse gasto com o social e isso não aconteceu. Eu não sei se a Associação de Moradores na época estava conivente, só sei que foi um tipo “fechar os olhos e eu não estou vendo”. Agora os gringos já podem visitar o Complexo do Alemão, mas o que está acontecendo? A Serra da Misericórdia, que era o último verde que tínhamos está desaparecendo aos poucos. Você já percebe que têm luzes e mais luzes de casas que estão sendo construídas, o verde dando lugar para o concreto e as pessoas não se dão conta que necessitam respirar, porque sem respirar morrem. Quem deveria estar vendo isso é a autoridade na área.

Fórum Nacional: Como essas instalações se encontram hoje pós-PAC? A questão do saneamento básico, melhoria nas estruturas básicas, abastecimento de água, a energia elétrica?

Sra. Mariza: Distribuição de energia está satisfatória, a água de vez em quando queima a bomba. Agora mesmo o povo do Morro do Adeus está sem água porque aconteceram algumas coisas lá na bomba e não está subindo água. Eu soube que alguns caminhões pipas iam subir para encher a cisterna, mas ainda é pouco. O Morro do Adeus teria que ter duas bombas: uma queimou, a outra vai suprir a necessidade. Eu penso que essa bomba é de responsabilidade da CEDAE. Outra coisa que também está muito ruim são essas instalações que foram feitas agora, fizeram a obra dos apartamentos, condomínio da paz, mas o esgoto, desde que eles entregaram a obra, corre para cima. É como se quem estava fazendo, não sabia fazer, e é como se não tivesse um encarregado olhando aquele serviço. Como não tinha alguém da comunidade para dizer que isso está errado eles foram fazendo e foram largando. A escadaria do Adeus não concluíram, não chegaram até em cima do teleférico... Quem tinha que estar vendo isso para o governo era a Associação de Moradores, e ela não viu, porque se tivesse visto eles teriam vindo fazer porque não custava muito chegar e concluir aquela escadaria, que sempre foi a via principal de acesso. Hoje ela não dá acesso ao teleférico do Adeus.

Fórum Nacional: Hoje qual é a maior fragilidade do Complexo do Alemão?

Sra. Mariza: É a dificuldade que temos de trazer as pessoas, trazer as instituições para participar. Porque se estamos com o povo, nós estamos prontos para a guerra. Eu estou falando da guerra pela paz. As pessoas não saem de dentro das suas casas. Tudo que diz respeito ao social não é com elas. Parece que as Associações de Moradores também só trabalham quando há interesse financeiro. Não é como no meu tempo que a gente trabalhava e não tinha dinheiro nem para pagar uma passagem para ir na reunião do Conselho de Saúde. Você está vendo o Programa Saúde da Família? Muita gente que está trabalhando lá, não tem noção de quanto foi trabalhoso, como foi doloroso o enfrentamento para trazê-la para cá e isso é muito triste. Eu gostaria de um dia fazer uma história do Complexo do Alemão para que as pessoas depois saibam que não foi fácil, que não foi presente de governo. Sim, culminou num governo do povo que veio de baixo, um

nordestino como nós. O Lula sabe que no Adeus e no Complexo do Alemão a maioria das pessoas é nordestina, que vêm em busca do seu pão e água. Não é para concentrar as riquezas do Rio de Janeiro porque isso não dá certo essas riquezas acabam atraindo as pessoas que estão passando necessidade e como as pessoas sabem que Deus deu a chuva e o sol (o sol nasceu para todos), as riquezas do país tem que ser para o Rio de Janeiro e não para o nordeste também? Acabam vindo todos para cá e as verbas dos royalties do petróleo não dão conta de fazer casas, de dar água e de dar luz para todo mundo que vem de outros estados. O campo fica abandonado. Lá na minha terra um menino com 12 anos limpava mato, plantava milho, feijão, ele fazia o seu pão de cada dia. Aqui os meninos puxam pipa, vivem se sacudindo com funk, não que não tenham o direito, mas cadê o trabalho, o labutar pelo pão de cada dia? Quem é que vai dar de comer a essa multidão de desocupados só puxando pipa, fazendo isso e aquilo e não plantando uma semente no chão? Aqueles que estão lá plantando não têm estímulo porque não tem como escoar. Ontem eu estava vendo a soja do Brasil os países já subestimando que não temos rodovias e ferrovias a contento para escoar esse produto... E aí? O que esses homens do campo vão fazer? Vão vir embora para a cidade. Vou formar meu filho para quê? Daqui a pouco não vai ter pão para todo mundo e daqui a pouco não vai ter água para todo mundo, também se deixou de dizer para as pessoas que tem que preservar as margens das águas, se não preservar as margens dos rios essa água vai secar e nós vamos todos morrer de sede.

Fórum Nacional: Como é a questão da educação aqui no território? Como são/estão as oportunidades de ensino?

Sra. Mariza: Hoje está melhor que antes. Nós temos agora o colégio Tim Lopes que é uma escola de ensino médio dentro do Complexo do Alemão, o que nós não tínhamos. Ensino médio era nos arredores. Nós temos a creche D. Lindú que não dá conta quando o Adeus chegou lá já não tinha mais vaga, temos um EDIS que eles construíram aqui na Coca-Cola que também não dá conta. Eu achava que deveria ter alguma no Adeus. O Adeus é uma comunidade de 15 mil habitantes, é muita gente. O Saúde da Família queria colocar um PSF lá no lado do Piancó que era outra comunidade que veio juntar com o Adeus, fez a junção no meu tempo de presidente e um do lado de cá. O governo para economizar dinheiro trouxe tudo aqui para a Rua Rejo e as pessoas que moram lá na Tangará, em Bonsucesso, têm que rodear tudo para vir para cá (agora está na Clínica da Família Zilda Arns). Fica distante, Saúde da Família é saúde próxima à sua casa não é longe da sua casa. A mesma coisa a escola. Nós temos a Tim Lopes que é uma escola de ensino médio, agora de ensino fundamental nós não temos uma próxima ainda. Tem essa aqui da Vera Saback, mas ainda é pouco porque não é brincadeira não o Complexo do Alemão, é uma cidade queiram ou não é uma cidade. A comunidade precisa sair do lugar. Nós temos que caminhar, ninguém consegue chegar a lugar nenhum sem dar um passo, todo mundo para chegar em algum lugar tem que caminhar e as pessoas não gostam disso se fecham no seu mundo pequeno e aí as dificuldades são todas porque o que está feito começa a

degringolar. A Clínica da Família longe da comunidade também não vai muito longe.

Fórum Nacional: E por que a senhora acha que acontece isso?

Sra. Mariza: É mais ou menos assim... Depois que eu pari o meu filho, fiquei com responsabilidade sobre ele. Eu tomo conta dele, eu quero tudo de bom para ele, mas se não fui eu quem fez, não fui eu que plantei a semente então eu não vou saber zelar. É uma crítica que eu vou fazer! Os governos não dão a gerência da Clínica da Família para alguém que não tenha faculdade e as pessoas que têm faculdade, nível superior, chegam ali e ficam perdidas feito barata tonta porque não sabem o que fazer nem como fazer. Não entendendo o que é Saúde da Família porque eles dão curso para gente, dão capacitações e a gente aprende como fazer, mas parece que quem eles mandam para lá não se prepara, não sei o que é, não entendo. Eu só sei que eles fazem questão de supervalorizar o nível superior mesmo o Ministério da Saúde dizendo: “Nós queremos o casamento dos saberes.” Quem dizia muito isso era o professor Victor Valla porque antes de ter faculdade no mundo já tinham vidas e as pessoas já sabiam como fazer para se precaver. São essas coisas que animam a gente, nem tudo está perdido. Eu tenho a grata satisfação de ter preservado o meu nome, o nome da NasciBem, o nome da família Nascimento em meio a toda essa turbulência que passou. Eu recebi muitas críticas de pessoas que diziam: “Você trabalhou tantos anos na comunidade e não conseguiu nada e fulana chegou e já conseguiu apartamento.” Eu não estou com inveja porque quando eu morrer não vou levar casa nem apartamentos. O que me satisfaz é poder saber que estou fazendo certo isso, é o que me agrada. Nem todos sabem que eu trouxe o Saúde da Família para cá junto com o CONSA, mas alguns sabem e que fiz isso foi por necessidade. Mesmo que o Adeus na época tivesse muitos homens armados não atrapalhou meu trabalho dentro do Complexo do Alemão. O traçante corria por cima e eu andava por baixo e não fui incomodada pelos meninos. Eu fui incomodada por pessoas que usam o nome dos meninos para se prevalecter ai não teve jeito eu tive que botar o pé no freio porque na minha vida eu sempre fui assim quando dá para avançar eu vou, quando não dá eu paro e espero o momento certo para trabalhar. Acho que é assim que tem sido e eu não tenho que falar mal de ninguém, nem do Alemão, nem do Adeus. Sei que o que estava acontecendo não era correto porque vidas se foram como água. Hoje nós procuramos jovens para fazer cursos e não achamos tanto porque muitos jovens foram embora.

Fórum Nacional: Como ele está agora?

Sra. Mariza: Não está como estava em 1970, mas ele não tem muito que comemorar porque nós ainda detemos crianças sozinhas na chuva, no sol, dependendo da caridade da vizinhança e às vezes até explorada sexualmente. Pelo pai, família sei lá. Tem essas coisas, mas como não é dentro do meu território eu não posso intervir mesmo tendo tentado não consegui, mas acho que é uma causa maior que depende do governo fazer alguma coisa. Olhar essas crianças

porque eu também trabalhei fora, meus filhos ficavam dia com um, dia com outro e isso é um trauma que eu carrego para o resto da minha vida de não ter dado carinho que os meus filhos, mas Deus foi tão maravilhoso que esses meus três filhos são muito bem vistos por essa comunidade como um todo, desde a Uranos até a Estrada do Itararé, até Itaoca. Todo mundo fala pela mesma boca que os meninos da Marisa são uns meninos bons, educados, respeitosos e graças a Deus eu consegui vencer, eu sou mais que vencedora.

Fórum Nacional: A senhora falou na questão da moradia aqui. Sabe me falar como está pós-PAC a questão fundiária na comunidade?

Sra. Mariza: As pessoas que se mudaram de cima que as casas foram tiradas estão nos apartamentos, as pessoas de baixo que tinham casas boas fingiram que tinham abandonado, mas agora está tudo alugado. Quem não está alugado está invadida. As que começaram a quebrar as pessoas construíram, as pessoas precisam de moradia e nem todos foram prestigiados pelos apartamentos. Quando eu questionava qualquer coisa elas vinham em cima e aí eu percebi que aquilo não era bom nem para mim nem para minha família e voltei para casa de novo, larguei o PAC no meio da história. No início antes de começar eu até estava junto com o Alan, com o Raízes em Movimento, com aquele povo, mas aí depois as pessoas foram colocando o cachorro na gente e a gente foi esvaziando e aí eles começaram a fazer do jeito deles e é por isso que está do jeito que está hoje. Muita gente que tem casa ruim não saiu. As pessoas da comunidade dizem que foi meio que privilégio fulano arranhou, sicrano de tal é parente. Eu não posso testemunhar isso porque não estava no meio disso.

Fórum Nacional: Qual o potencial do Complexo do Alemão?

Sra. Mariza: Quando eu vou fazer uma ação, eu chamo o Rafael que faz um trabalho pintando crianças (ele é animador cultural), chamo o Renê que está na Globo, chamo o Cassiano Beija-flor que é um músico da comunidade que é de dentro do Complexo do Adeus, trabalha na Feira de São Cristóvão. Eu chamo esse povo para que eles comecem a se apoiar um no outro. Tem que se apoiar sim, se não houver uma junção do que existe de bom, a gente se perde. Nós temos um potencial. Essas meninas lá do alongamento eu disse para elas assim: “Nós vamos nos apresentar nas Olimpíadas” – é um desejo e elas ficam animadas. Eu fico imaginando que eu lá na minha terra brocava mato para poder fazer o roçado e a gente fazia aqueles aceiros para poder queimar aquele mato para preparar a terra para o plantio. Eu sou daquele tempo que acredita numa preparação para tudo, a moça se prepara para o casamento, a menina se prepara no estudo. Eu vou dar uma dica para o governo: “Você tem um monte de agentes comunitários de saúde dentro do Complexo do Alemão empregado, trabalhando...” Venha cá e diga para eles que nós precisamos estar dentro do território.

Vamos colocar administrativo para fazer esse trabalho burocrático de colocar no sistema que essa história de colocar no sistema é que está emperrando ou então às pessoas estão se valendo disso para poder não ir para o território porque também tem gente que “vamos lá”, mas também tem gente que não gosta mesmo, melhor chegar lá assinar o ponto, fazer um rodeio lá dentro da unidade e depois ir para casa. Acho que não é por aí. Se estou trabalhando, estou recebendo por esse serviço, eu tenho que fazê-lo o melhor que eu puder. Estou fazendo alongamento com amor, mas é contra a vontade da gerência eu disse para a gerente que o médico mandou fazer alongamento e eu fui fazer sozinha e as mulheres viram, gostaram e foram fazer junto comigo. Eu tinha 49 anos quando eu fiz à revistinha e quando eu fiz a revistinha já fazia alongamento há muito tempo para se transformar numa proposta escrita eu precisei que a ABRASCO que fez um congresso em Pernambuco dissesse que se eu tivesse uma proposta que pode melhorar a qualidade de vida do trabalhador faça um resumo e mande para nós. Eu comecei a escrever e aí quando foi um dia eu falei que sozinha eu não consigo peguei um escrito e levei para o professor Vitor Vala que eu tenho muita tristeza dele ter isso embora ele não devesse ter ido precisava ficar na FIOCRUZ, como Sérgio Arouca que atuamos muito juntos pela reforma sanitária, eu sou daquele tempo sou do tempo da reforma sanitária. Eu tenho povo, tenho muitos povos, o Morro do Adeus acredita em Mariza, o Complexo do Alemão também porque quando fui administradora eu trouxe alguns benefícios que continuam até hoje, por exemplo, essa empresa de ônibus que sai daqui da comunidade para Copacabana foi no meu tempo de presidente do CONSA que eu trouxe para o horário do rush e depois era para se transformar numa linha definitiva. Nós temos uma estrutura maravilhosa, mas não funciona e o povo não cobra é como se: “Não aquilo ali não é meu.” Para mim se não funciona é cabide de emprego e nós, o povo do Complexo do Alemão, não temos condições de ficar segurando cabide de emprego.

Nós temos que aproveitar tudo que temos de profissionais. Não está bom, por que não trocar? Porque as empresas particulares trocam por que a empresa pública deixa o podre e o bom e o tomate podre acaba estragando o tomate bom. Os maiores problemas são atuar de qualquer jeito. Se eu vou fazer um vestido para você e eu não colocar as medidas direitinho não vai ficar uma coisa boa vai ficar uma coisa feia e é assim que está. Tem Saúde da Família? Tem, mas está feio está.

Fórum Nacional: E qual seria a proposta para melhorar?

Sra. Mariza: Vem governo! Dá uma sacudida nisso! Vê o que está acontecendo, porque não está não está chegando ao governo o que está acontecendo aqui em baixo.

Fórum Nacional: A senhora acha que se as lideranças comunitárias se apropriassem das ferramentas públicas que o governo implanta no território, elas funcionariam melhor?

Sra. Marisa: Com certeza! Tem um rapaz aqui conosco que é do Reservatório de Ramos, vice-presidente, o André Luís e tem a Lúcia Cabral que mora aqui no Conjunto da Palmeiras na Itaoca. Essa moça está terminando sua faculdade agora no mês de junho. Por que eles nunca chamam a Lúcia Cabral para ser a gerente do Zilda Arns? Apesar de que eu acredito que se nesse momento chamá-la ela não virá porque dentro do Educap ela está desenvolvendo muito mais para a comunidade do que se estivesse ali. Porque também ali é pauleira quem quer que seja que chegar para ser gerente do Zilda Arns vai ter um trabalho o cão para tirar o que está implantado ali, talvez não consiga e é muito ruim isso, mas eu acredito que sendo gente da comunidade... Quem calça o sapato sabe onde a pedrinha está apertando! Como é que eu venho de Petrópolis, de Teresópolis, de onde quer que seja para o Complexo do Alemão para gerenciar uma coisa que não sei como funciona eu não sei por que as pessoas estão passando lá na casa delas. Eu ofereço a toda gerente que chega para ir ao território, se você quiser eu te levo, mas você vai? Mesma coisa são elas. A Tati até que veio aqui nessa reunião junto com a Ana Laura e eu penso que elas estão percebendo que esse é um trabalho acertado. Nós temos que trazer a comunidade, é um trabalho de parceria, sem parceria não se chega a lugar nenhum e tudo corre a revelia.

Fórum Nacional: E teria algum outro problema que a senhora gostaria de pontuar, sugerir possibilidades de solução?

Sra. Mariza: Investimento no ser humano. Investir no ser humano hoje é pensar no Brasil amanhã. Tem que ouvir lideranças que são legítimas e não lideranças inventadas, forjadas. O governo precisa ter inteligência para saber quem é quem. Estou falando em empoderamento. Nas reuniões eu falo de empoderamento, no alongamento eu falo para as mulheres repetirem comigo: "Sou cidadã, pago meus impostos e tenho os meus direitos." Elas vão falando essas coisas e eu vou fazendo uma roda. Todo dia que a gente termina de fazer o alongamento eu faço uma roda com elas onde eu falo sobre meio ambiente, falo sobre alimentação. Não adianta fazer alongamento tomando remedinho sem ter uma orientação, nós temos que cuidar do nosso planeta e cuidar do planeta é cuidar das pessoas.

Fórum Nacional: O que a senhora acha que mudou no Alemão com a pacificação?

Sra. Mariza: Ainda temos bastante para falar sobre esse assunto porque sabemos que não se acaba uma coisa de um dia para o outro. Claro que sabemos que tem pessoas muito sérias trabalhando, mas também todo mundo já viu, a própria imprensa já viu, que também têm muitas coisas que rolam meio que misturado. Eu penso que ainda é muito perigoso a gente falar abertamente sobre essas coisas, mas acredito nas instituições. O governo traz benefícios, mas ele tem que ouvir as lideranças locais, acho que nós somos muito pouco ouvidos. Foi tapada nossa boca, a gente não pode falar porque é uma questão de segurança de vida. A gente, às vezes, precisa calar para poder viver. Com toda

a sinceridade, eu vou lhe falar... No período da pacificação, quando vi na televisão aquela “boiada” de jovem se esparramando por ali e os helicópteros rodando por cima, eu senti pena de quem estava correndo, porque podia tomar uma bala, cair e morrer. Sinto muito por tudo isso, porque quem estava lá, será que se tivesse tido uma oportunidade de ter um emprego, uma graduação, estaria fazendo aquilo? Eu tenho certeza da angústia daquelas mães vendo aquilo, porque aquelas pessoas têm mães e não nasceram bandidos... Todo mundo nasce criança e de boa índole. Alguma coisa tem que ser feita para que não haja pessoas com aquela necessidade, mas uma coisa nos chamou atenção também, todo mundo ficou falando que o helicóptero rodou por cima e cadê aquele povo? Não sabemos o que aconteceu, ninguém sabe. Têm muitas coisas que a gente não sabe, então, quando a gente não sabe, não devemos falar.

Fórum Nacional: O que a senhora espera do Complexo do Alemão a partir de agora?

Sra. Mariza: Espero que o Complexo do Alemão a partir de agora comece a se juntar, dar as mãos, acreditar que a solução está em cada um de nós. As pessoas tinham muito medo de chegar no Alemão. Os políticos vinham porque eles fechavam acordos. Para lhe ser sincera eu gostaria também de saber por que será essa corrida para o Alemão? Por que o Alemão tem teleférico, será que não é por isso? Para mim o teleférico não serviu. Porque não tem um transporte complementar que leve daqui de baixo e o teleférico está lá em cima no pico do morro. O meu acesso é pelas escadarias. Hoje eu nem tenho mais como subir, porque não tenho mais cartilagem nos joelhos, gastei toda ela para que o Adeus tivesse água, luz, saúde. Foram muitos anos e aí, com 65 anos, é justo pedir socorro. Mesmo assim a presidente da Associação está me convidando para fazer alongamento lá no teleférico e eu disse que se alguém me levar e me trazer eu vou porque eu não posso subir, mas fazer alongamento é meu forte. O teleférico só beneficiou quem mora na parte de cima. Tiraram muitas casas do alto do morro e ficaram poucas pessoas, mas mesmo assim tem um público que acho que se beneficiou porque também você olhando daqui lá para o Alemão, lá para Fazendinha, pessoas vindo do trabalho, cansado para subir aquilo tudo a pé era realmente um sofrimento. Alguma coisa está faltando, mas acredito que vai continuar e nós vamos fazer o que resta. Agora o governo precisa também de fiscalização nessas obras. Como é que se faz um apartamento, um conjunto habitacional e quando entrega o esgoto já está jogando para fora? Que diabo de esgoto foi esse que fizeram ali?

Fórum Nacional: Com relação às instituições que atuam no território, o que a senhora acha que o governo poderia dar de incentivo para atuarem melhor?

Sra. Mariza: - Na verdade nós estivemos tão próximos dele, mas depois tão longe tão distante. Está faltando essa aproximação. Quando o governo vem, a gente conversa, trata das questões... Mas ele precisa dar essa oportunidade, nós não tivemos, faltou.

Fórum Nacional: De apoiar os de dentro?

Sra. Mariza: - Não é só isso. É continuar com a gente e ver quando a gente está sendo digamos, ameaçados. O governo tem que ser inteligente, precisa ver quando uma liderança se afastou. Ninguém está aqui gerando um filho e, de repente, aborta. Ainda mais quando tem um pai que é o governo. Se tem um pai, esse filho não vai ser jogado fora. Vamos olhar e ver o que pode fazer por essa criança porque essa pode ser a firmeza do que nós estamos fazendo, se não, estará jogando dinheiro fora.

Capítulo III

PROPOSTAS DE INCLUSÃO SOCIAL E ECONÔMICA

O respeito que constrói confiança começa com um pressuposto de igualdade: todas as partes trazem algo valioso para a relação e merecem ser escutadas.

(Kanter, 1994)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Há muitos anos moradores e lideranças comunitárias do Complexo do Alemão vêm discutindo coletivamente propostas de inclusão social e econômica para o território, desde a criação do CONSA, no final dos anos de 1990, até a atual iniciativa de criação do Movimento Pensa Alemão, passando pela série de mobilizações anteriores de grupos ambientalistas e outros, como o Verdejar que, em 2009, realizou o I Seminário Ecológico da Serra da Misericórdia resultando na criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) desta Serra.

Em 2001, tal movimento lançou a Carta Aberta da Serra da Misericórdia, com 27 propostas da sociedade civil para a regulamentação de tal APARU, apresentada em anexo. Observa-se que a grande maioria dessas propostas ainda são atuais, as quais, pela sua pertinência, foram aqui retomadas, percebidas como prioritárias para o desenvolvimento local pensado em bases endógenas.

Nessa retrospectiva, vale ressaltar ainda a criação, em 2006, do Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia, contando com a participação de importantes organizações locais e outras. Igualmente cita-se, em 2008 e 2009, a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito dos trabalhos sociais do PAC Alemão, vivo na memória daqueles quase mil moradores participantes, não só pelos resultados alcançados, como também pela forte mobilização e organização comunitária que motivou.

Nesse contexto, a experiência acumulada e a vontade política de moradores e lideranças do Alemão é enorme para a concepção/execução de propostas de inclusão social e produtiva que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável da região, através de ações de estímulo à economia local e de geração de emprego e renda, incluindo àquelas de natureza socioambiental. Esses também se sentem amadurecidos e preparados para fazê-lo, assumindo seu protagonismo neste sentido. Igualmente manifestam-se dispostos a dialogar com o poder público, a iniciativa privada, outras organizações e grupos para o estabelecimento de parcerias que contribuam para tal fim.

As propostas apresentadas a seguir têm o caráter preliminar e estão fundamentadas na leitura de documentos, em reuniões com moradores e com o chamado “coletivo de confiança”. Devem ser percebidas como mais uma contribuição para o desafio que

moradores e lideranças comunitárias colocaram para si de “Pensar o Alemão” e continuar protagonizando sua história.

Dessa forma, tais propostas deverão ser revisadas, amadurecidas, revistas. Quanto às instituições envolvidas com relação à cada uma delas, deverão ser objeto de discussão a posteriori, uma vez aprofundado seu escopo, prioridade e relação com iniciativas que já vêm sendo realizadas, evitando superposições e maximizando esforços.

Sabe-se, todavia, que o grande desafio será o de associar políticas públicas de Estado, voltadas para áreas como saúde, educação, assistência social, segurança pública e outras, com aquelas específicas que favoreçam à construção do desenvolvimento humano no território, de forma sustentável. Caso se consiga contribuir neste sentido, este será o maior legado que se pode esperar do esforço ora empreendido.

Considerando a inclusão produtiva em termos específicos, leva-se em conta a necessidade da elevação da escolaridade de moradores do Complexo do Alemão, do acesso à formação profissional de excelência, em larga escala, por parte destes; do apoio/ fortalecimento ao empreendedorismo e associativismo local; de melhores oportunidades de microcrédito; de assistência técnica; de assessoria ao desenvolvimento de produtos e serviços; do estímulo à formação de arranjos produtivos locais; da formalização; de canais de escoamento da produção; de acesso à tecnologia e à inovação.

PROPOSTAS

1. Criação de um Comitê Gestor para deliberar sobre intervenções públicas realizadas no território.

Uma das principais reivindicações de moradores e lideranças do Complexo do Alemão é participar efetivamente de tais intervenções. Um exemplo claro diz respeito aos Programas Morar Carioca, Minha Casa, Minha Vida e de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo eles, se todos estão relacionados com a questão habitacional do território, incluindo o PAC, devem estar pautados por uma política afim.

Na sua percepção, o escopo de tal política deverá contemplar: i) o mapeamento dessa questão, incluindo soluções para déficits de moradias diagnosticadas, como o uso e desapropriação, para fins de habitação popular, de terrenos de fábricas desativadas na região; ii) o estabelecimento de critérios claros para identificação daquelas instaladas em área de risco e para a realização de desapropriações e remoções; iii) atribuição de competências específicas, levando em conta a existência de um conjunto de atores que já estão atuando no território com esta finalidade.

Lideranças locais perguntam: “Qual a política habitacional que o governo tem para o Complexo do Alemão?” reivindicando participar da sua definição e rumos bem como do respectivo monitoramento e avaliação. Caso contrário, no seu entendimento, tais programas continuam sendo intervenções pontuais, superpostas, sem atender diretrizes básicas relativas ao planejamento urbano. E essa questão se coloca nos demais setores como saneamento básico, saúde, educação, cultura etc. que devem ser pensados de forma intersetorial e integrada, segundo elas.

De fato, acredita-se que é necessário articular programas e/ou projetos à uma política habitacional e urbana claramente definida e outras, embora saiba-se que existam dificuldades de institucionalizar processos limitados pelo espaço de governabilidade. Mas tão grave quanto não ter uma política definida para cada um dos setores supracitados, é a falta de informações e esclarecimentos sobre tais intervenções que, segundo entrevistados, são realizadas sem critérios transparentes, sobretudo no que diz respeito à definição e cronograma das obras e aos recursos previstos/executados. Quem faz o controle? como se faz a prestação de contas e para quem? qual a relação custo versus efetividade? quais indicadores utilizados?, perguntam.

O Comitê proposto teria esta finalidade: definir, acompanhar e avaliar macropolíticas para o território. Seria uma oportunidade para o poder público dar transparência às suas ações, ter consistência com relação a estas, e apreender com quem conhece e vive o local, nos seus mais variados e contraditórios aspectos. Seria uma oportunidade de dar a legitimidade necessária a tais intervenções.

Para tanto, propõe-se que esse Comitê seja criado e conte com a participação de representantes de instituições locais que desenvolvem um trabalho relevante em termos do desenvolvimento do território, contemplando associações de moradores e organizações não-governamentais de reconhecida legitimidade e competência, as quais deverão ser devidamente equipadas em termos de infraestrutura e pessoal, sobretudo as associações de moradores do Complexo do Alemão, que hoje se encontram sucateadas e cumprem importante papel no contexto mais geral da comunidade.

São muito oportunas as palavras de Carvalho (2009) sobre a participação democrática em contextos dessa natureza, quais sejam:

Considerando a importância que as favelas possuem em termos de direitos sociais inalienáveis que precisam ser reparados e promovidos, é papel do Estado se fazer republicano e garantir a participação democrática dos diferentes grupos sociais na formulação e execução das políticas públicas. Eis aí uma das missões do PAC.

Ressalta-se, finalmente, o estudo realizado por Fernanda Magalhães (2012), em função do

qual é apontada a continuidade no tempo como “a chave para o sucesso de programas de urbanização das favelas na melhora das condições de vida dos moradores”. Tal estudo identificou os seguintes fatores que estimulam a continuidade de tais programas:

i) Quanto maior o nível de envolvimento dos atores públicos e mais amadurecida a demanda social, há mais chances de continuidade dos programas, ainda que haja mudança política;

ii) Programas de desenvolvimento urbano integrado, ou seja, aqueles multissetoriais e com componentes sociais, possuem maior garantia de continuidade. Esses últimos, “ao mesmo tempo em que solucionam os principais problemas de insalubridade e condições de habitação, fortalecem o capital social das comunidades atendidas” (disponível em: <http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2012-09-05/urbanizacao-de-favelas-liceos-aprendidas-no-brasil,10096.html>).

2. Regularização Fundiária

O Complexo do Alemão vem passando por uma série de intervenções públicas desde a ocupação policial em 2007, destacando-se a instalação local de quatro UPPs e a realização dos Programas Minha Vida, Minha Casa, Morar Carioca e PAC, que têm alterado o cenário local e a vida comunitária de forma significativa. Ainda que falte diálogo entre os atores envolvidos nestas iniciativas, processos em direção à urbanização deste e de qualquer outro território estarão de qualquer forma inconclusos enquanto não for realizada a regularização fundiária de toda a região, com a outorga de títulos de propriedade e dado o “habite-se” para o conjunto de moradores visando garantir o seu direito de cidadania.

Nesse sentido propõe-se que sejam intensificados os trabalhos da regularização fundiária no local, o que deverá estar contemplado na política habitacional desenhada para o território conforme citada no item anterior.

Sobre o aspecto supracitado vale ressaltar que a Secretaria Estadual de Habitação, através do Iterj (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), iniciou um trabalho de regularização fundiária no Complexo do Alemão. Segundo esta Secretaria, esta é a maior área com imóveis em fase de legalização no Estado na atualidade. Todavia, moradores e lideranças locais afirmam desconhecer tal proposta, ou sabem da mesma superficialmente, dizendo tratar-se de mais uma ação pontual e fragmentada, obscura em muitos aspectos.

Propõe-se, dessa forma, que seja aberto um amplo diálogo com todos os atores envolvidos nesse processo e realizado/sistematizado/socializado o levantamento da situação dos imóveis aí instalados bem como dos procedimentos adotados; que sejam pactuadas formas de regularizar os demais existentes visando à sua titulação; feitos esclarecimentos, acordos e negociações com relação às obras do PAC e outras, que têm interferido na vida de moradores

e na vida comunitária de forma geral; estudadas alternativas de soluções factíveis do ponto de vista legal evitando, ao máximo, a realização de negociações no varejo, principalmente levando em conta que o poder de barganha de uns sempre será maior do que o de outros.

Afinal, favela é cidade, onde um dos direitos fundamentais é aquele da propriedade em função do qual, por sua vez, regras são definidas explicitamente e aplicadas para o conjunto da população.

Nesse contexto, a regularização fundiária não só contribuirá para minimizar a remoção branca, o processo de gentrificação, como também permitirá aos moradores do Alemão o acesso ao crédito e a financiamentos habitacionais, além de possibilitar a reivindicação de intervenções urbanísticas que possam garantir infraestrutura básica e complementar nas áreas regularizadas.

Moradores dos Morros da Baiana e do Adeus foram até então os únicos beneficiados com a iniciativa da Secretaria Estadual de Habitação citada anteriormente, a qual pretende beneficiar no total 16.875 mil famílias do Alemão. Nas palavras do secretário:

Os títulos fazem parte de um processo histórico de regularização de terras. Garantem cidadania e dignidade, uma vez que possibilita a universalização do acesso dessas famílias à moradia formal e o direito à cidade, além de afastá-las da clandestinidade (Disponível em: <http://deprafaelpiccianni.com.br/novo/noticias/complexo-do-alemao-1400-familias-recebem-titulos-de-propriedade>)

Por outro lado, está prevista a construção de 900 unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida no Complexo do Alemão, a partir do segundo semestre de 2013, as quais serão entregues a famílias removidas de áreas de risco ou de prédios invadidos e que hoje vivem com o aluguel social. Os imóveis, que serão erguidos em terrenos ao longo da Avenida Itaoca e no local da antiga fábrica da Skol, integram um pacote de 1.900 moradias que serão construídas na comunidade até 2014. Além dessas, o governo pretende construir outras 1.500 moradias na comunidade até o final deste mesmo ano.

Tais medidas e outras, evidentemente devem estar contempladas na política habitacional para o território, formulada e consensuada com os principais interessados na mesma, quais sejam: os moradores locais, através das suas diversas representações.

3. Compatibilização de informações sobre o território. Maior socialização dessas.

Reconhecido a importância para a coletividade das informações que o poder público e outros vêm produzindo acerca do território, é fundamental que estas tenham continuidade, sejam sustentáveis e compatibilizadas entre si já que divergências têm sido

por diversas vezes diagnosticadas. Como exemplo neste sentido, cita-se a pesquisa de Aquino et. all. (s/d). Nas suas palavras:

A realização de uma pesquisa de campo para o levantamento de dados para o traçado do perfil de viagens dos moradores do Complexo do Alemão permitiu constatar a grande divergência entre as diversas fontes de informações disponíveis. Acredita-se que grande parte desta divergência seja causada pela subnotificação do número de domicílios (caso dos nucleados) [...] Apesar desta sub-notificação e pela defasagem dos números do IBGE (Censo 2000), optou-se por utilizar seus setores censitários para a obtenção de alguns indicadores por representarem a melhor e mais completa descrição da área de intervenção. Ainda assim, buscou-se outras fontes existentes (LIGHT, GeoRio, Associações de Moradores), constatando-se uma grande discrepância entre elas e o próprio IBGE.

Por outro lado, apesar do esforço que técnicos têm realizado no sentido de levantar informações sobre a região, os resultados desses trabalhos ainda não são socializados para o conjunto da população, ou o acesso aos mesmos não está o suficientemente claro ou facilitado.

Nesse sentido propõe-se a realização de um projeto que vise à compatibilização desses dados identificados nas mais diversas fontes, garanta a sua atualização e socialização ressaltando que a análise respectiva deve traduzir-se em uma das principais ferramentas para pensar o desenvolvimento local.

4. Criação de um Centro de Memória e Documentação.

Para além dos dados acerca do território não estarem compatibilizados entre as diversas fontes e nem o suficientemente socializados, existe uma quantidade crescente de grupos e organizações que têm realizado iniciativas no Complexo do Alemão, visando a melhoria da qualidade de vida e à inserção sócio-produtiva de moradores sobre as quais não se tem informações reunidas, o que dificulta a democratização do acesso, bem como o monitoramento e avaliação da sua pertinência/efetividade.

Nesse sentido propõe-se que seja criado um banco de dados organizando/sistematizando tais iniciativas, atualizado de forma regular, estruturado em diferentes eixos, o qual também contemple dados sobre a memória coletiva local, lembrando que o Complexo do Alemão está em ebulição nos termos considerados. Tal iniciativa será de suma importância para pensar o território. Nas palavras do CEDIM:

[...]a informatização e conhecimento caminham juntos, pois o acesso a ambos não podem ser vistos apenas como uma forma simplificada de busca, mas sim como um meio de catalogar, registrar, documentar, pesquisar, transformar, incluir e disseminar a

produção da atividade social humana, agregando ao interesse coletivo e a construção de uma identidade desse diversos atores sociais e na formação da memória sócio-cultural num contexto amplo. (Disponível em: <http://www.rioprevidencia.rj.gov.br/rpcultural/cedim/indexCedim.htm>)

Com o objetivo de resgatar/valorizar o histórico e as bases identitárias locais, propõe-se ainda que este Centro de Memória e Documentação, além de servir de catalisador das práticas realizadas, funcione também como um Centro de Estudo, Pesquisa e Memória do Complexo do Alemão, consolidando o que já vem sendo feito neste sentido pelo Instituto Raízes em Movimento, o qual se transformaria num Centro de Referência.

5. Criação do Parque Ecológico da Serra da Misericórdia e de seu Conselho Gestor.

Desde o início da execução do Programa de Aceleração do Crescimento no Complexo do Alemão estava prevista a criação de Parque Ecológico da Serra da Misericórdia e do respectivo Conselho Gestor, contemplando a participação de organizações locais e do entorno, com reconhecida atuação na área ambiental e outras, como o Verdejar. Considerando que os recursos já estão disponibilizados no orçamento do PAC, propõe-se que a criação deste Parque se dê de forma imediata já que o Programa está retomando suas atividades no território, ressaltando mais uma vez que o trabalho em andamento na Secretaria Municipal de Habitação (responsável pelo projeto físico do Parque) precisa contar com participação da sociedade civil organizada.

Tal Parque é o maior equipamento público previsto para esta região e deve ser pensado como um vetor de desenvolvimento local, de modo a fomentar processos de geração de trabalho e renda e da gestão ambiental do território, realizada de forma compartilhada.

Propõe-se que seja criado igualmente o Corredor Ecológico da Mata Atlântica – Zona Norte incluindo as seguintes Unidades de Conservação: APA da Fazendinha da Penha, Parque Ary Barroso, APA da Igreja da Penha, Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia e Parque Nacional da Tijuca, considerando que ambos se localizam na Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e que fazem parte da mesma formação geológica constituindo os últimos fragmentos de Mata Atlântica da Zona Norte, Leopoldina e subúrbio carioca.

6. Construção Participativa do Plano de Desativação Gradual das Pedreiras situadas dentro da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) da Serra da Misericórdia.

A Área de Proteção Ambiental e Recuperação Ambiental Urbana da Serra da Misericórdia compreende todo o Parque Municipal Urbano do mesmo maciço e vem sendo degradada pela atuação de três pedreiras, quais sejam: Nacional, Anhanguera e La Farge, esta última multinacional francesa. Todavia, sua desativação está prevista no

Decreto No 19.144, de 16 de novembro de 2000, que deu origem à Área de Proteção em questão. Portanto, propõe-se o cumprimento imediato da lei.

Propõe-se ainda que, a partir de tal desativação, sejam definidos os futuros usos dessa APARU e feita a recuperação das respectivas áreas degradadas, além de projetos de reflorestamento a serem financiados por estas empresas, incluindo a implantação da Lagoa Azul do Complexo do Alemão. Propõe-se, assim, a efetivação da cobrança do seu passivo ambiental e social.

7. Implantação do Programa de Saneamento Ambiental e de Habitações Saudáveis Territorializado.

O Complexo do Alemão está localizado na Sub-Bacia do Canal do Cunha, considerada a mais poluída da Baía de Guanabara. Propõe-se saneá-la com prioridade para implantação de melhorias habitacionais dando ênfase na utilização de técnicas de permacultura para reestruturação de moradias, implantação de sistemas ecológicos de tratamento de esgoto, coleta e tratamento de água da chuva, sanitários secos, telhados verdes e drenagem de águas superficiais dentro da comunidade.

Vale ressaltar que o saneamento básico universal é prioridade absoluta para o conjunto de moradores do Complexo do Alemão, os quais propõem que este se dê atrelado à ações de prevenção na área da saúde pública.

8. Construção e Implantação do Programa de Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos do Complexo do Alemão.

Propõe-se que o Programa de Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos do Complexo do Alemão dê ênfase ao mapeamento e fortalecimento das cooperativas e catadores da comunidade, como a cooperativa Eu Quero Liberdade, CoopLiberdade, integrada por egressos do sistema penal que tem alcançado resultados bastante satisfatórios. Propõe-se, assim, o desenvolvimento de subprogramas de reaproveitamento e reciclagem destes resíduos, através do fomento a processos de geração de trabalho e renda já existentes no território, além do fortalecimento e ampliação da unidade da COMLURB no local.

No âmbito de tal Programa, propõe-se também a instalação local de uma Usina de Reciclagem e a territorialização da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a qual procura organizar a forma como o país trata o lixo, incentivando a reciclagem e a sustentabilidade. Vale considerar que tal política avançou quando implantou a chamada “logística reversa” entre outros aspectos, como a participação popular.

No que diz respeito à logística reversa, na prática, “diz que uma vez descartadas as embalagens são de responsabilidade dos fabricantes, que devem criar um sistema para

reciclar o produto. Por exemplo, uma empresa de refrigerante terá que criar um sistema para recolher as garrafas e latas de alumínio e destiná-las para a reciclagem”, o que ampliou as oportunidades de geração de trabalho e renda em função da atividade de coleta e reciclagem de resíduos sólidos. (Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/o-caminho-do-lixo/noticia/2012/01/o-que-e-o-plano-nacional-de-residuos-solidos.html>).

Finalmente propõe-se a construção e implantação do Programa Territorializado de Educação Ambiental e Sanitária no Complexo do Alemão, como instrumento de sensibilização e mobilização comunitária para criação do Programa de Gestão Compartilhada, anteriormente apresentado. Em função desse, poderão ser criados núcleos socioambientais nas escolas públicas dentro e no entorno da comunidade, em creches e em outras instituições interessadas/disponíveis.

9. Construção e Implantação do Programa de Reestruturação Urbana Sustentável.

Propõe-se que o Programa de Reestruturação Urbana Sustentável seja implantado através da utilização de técnicas permaculturais para reconversão de áreas degradadas/abandonadas dentro da comunidade em áreas de lazer e aprendizado, revitalização de caminhos, pontes, escadas e outros acessos com reutilização de pneus, garrafas pet e outros resíduos encontrados no local.

No âmbito desse, propõe-se igualmente a construção e implantação do Programa de Reflorestamento e Arborização de Vias Públicas dentro e no entorno do Complexo do Alemão, com criação de viveiros comunitários que possam contribuir também para o reflorestamento de áreas degradadas do maciço da Serra da Misericórdia, fomentando a geração de trabalho e renda a partir do sequestro e neutralização de carbono.

10. Construção e Implantação do Programa de Agroecologia e Agricultura Urbana do Complexo do Alemão.

Uma vez criado o Programa de Agroecologia e Agricultura Urbana do Alemão, propõe-se a criação de unidades produtivas e de beneficiamento de alimentos orgânicos dentro da comunidade, associadas a projetos de recuperação de áreas degradadas dentro e no entorno dessa, fomentando a geração de trabalho e renda a partir da comercialização de produtos e serviços daí advindos.

Propõe-se ainda a construção e implantação de um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional para o território, com criação de hortas e cozinhas comunitárias para disseminação de receitas saudáveis, beneficiamento da produção orgânica para comercialização. Ele deverá estar vinculado ao Programa Saúde da Família (PSF), à Pastoral da Terra, entre outros.

11. Construção e Implantação de Políticas Públicas Setoriais para o Complexo do Alemão.

Tal iniciativa de construção e implantação de políticas públicas setoriais para o Complexo do Alemão vem de encontro à uma reivindicação histórica de lideranças comunitárias que se ressentem da falta de políticas estruturantes voltadas para o desenvolvimento local.

De fato, a realização de intervenções pontuais, fragmentadas, pouco articuladas entre si, não responde a anseios de tais liderança, as quais insistem em clamar pela organicidade dessas, além da garantia da sua sustentabilidade técnica, política, econômica, social, ambiental, cultural. Tais políticas, por sua vez, acredita-se que devam obedecer diretrizes da universalidade, intersetorialidade e participação pública, preconizadas na Constituição Federal de 1988, chamada Constituição Cidadã.

Assim, o estabelecimento dessas políticas públicas estruturantes que se quer para o território do Alemão, deverá prezar pela universalização dos direitos, benefícios e serviços promovidos pelo Estado, de forma indiscriminada e não condicionada. Nesse contexto, a intersetorialidade é fundamental. As palavras de Ciconello & Moroni (2010) reforçam esta colocação, quais sejam:

A intersetorialidade nas políticas públicas é o único meio de se garantir e efetivar os direitos humanos em sua integralidade e indivisibilidade. As políticas setoriais ainda dialogam com dificuldade. Suas estruturas, institucionalidades, linguagens e espaços de socialização de seus profissionais contribuem para esse isolamento, que se reflete também nos mecanismos institucionais de participação social. O peso da cultura institucional da burocracia estatal – refratária a mudanças – e da lógica de construção das políticas públicas – fragmentada e setorial – é o principal empecilho a uma efetiva integração das políticas de efetivação de direitos e redução das desigualdades no país. Aliado a isso, temos uma difícil tarefa de pactuar, nos três níveis da federação, políticas públicas de Estado, que não fiquem reféns de disputas político-partidárias por espaços de poder. Uma das condições para que haja um salto qualitativo das políticas voltadas para a promoção dos direitos humanos – ainda “focalista” e gestora da pobreza – para uma política emancipatória garantidora de direitos humanos reside na sua capacidade de implementar programas, benefícios e ações de forma integrada com as demais políticas sociais e econômicas.

Quanto à participação popular, além de preceito constitucional, sua garantia está diretamente relacionada com o grau de efetividade que tais políticas podem alcançar.

Nesse contexto, propõe-se a construção coletiva de políticas públicas estruturantes, universais e intersetoriais para o Complexo do Alemão, a partir do avanço que grupos,

organizações e movimentos locais já realizaram neste sentido, os quais, juntamente com associações de moradores e outros deverão ser seus principais protagonistas.

No setor da saúde, por exemplo, propõe-se que se retome todo o esforço realizado por esses atores, de forma coletiva, desde a época da constituição do CONSA, no sentido de aproveitar a experiência acumulada, atualizar o debate e a formulação de propostas afins, à luz dos atuais desafios. Da mesma forma, no setor da educação, propõe-se retomar o debate realizado quando da elaboração do documento “Violação dos Direitos Educativos da Comunidade do Complexo do Alemão”, de autoria de Denise Carreira e Suelaine Carneiro, para a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, atendendo solicitação de lideranças comunitárias do Alemão e contando com sua participação efetiva.

Consideração idêntica se faz com relação aos demais setores, objeto de intervenções públicas no território, incluindo o econômico e o cultural que, no contexto do Complexo do Alemão, assume matizes próprios, de suma importância. Nesse caso não somente o *modus vivendis* da comunidade deve ser valorizado/respeitado, como também expressões artísticas e culturais específicas como o funk, o samba, o pagode e outras que têm a ver com a identidade local. As palavras de Porto-Gonçalves & Silva (2011) são muito apropriadas neste sentido, quais sejam:

A partir da lógica dos becos, da sinuosidade, e não do esquadramento, a favela se fez, se faz, e se refaz taticamente em resposta aos históricos e constantes investimentos estratégicos das lógicas normatizadoras, que visam à eliminação desse “Outro” da cidade. Nesse sentido, (...) apavora os moradores das favelas-alvo da “pacificação” não somente o medo da morte física, pois desta, já aprenderam forçadamente a lidar, mas do epistemicídio das suas racionalidades sinuosas que, historicamente, permitiram a sua presença em um dos maiores bens já produzido pela sociedade humana: a cidade.

12. Apoio ao Empreendedorismo, ao Associativismo e à Economia Solidária.

Conforme retrocitado, atividades empreendedoras são as que mais dinamizam a economia do Complexo do Alemão. Propõe-se, assim, que seja construída e implementada, de forma participativa, uma política de desenvolvimento de tais atividades, de cunho estruturante, em função da qual o aumento do poder aquisitivo das classes D e E não sirva apenas para atrair para a região empresas externas, mas para que estas contribuam efetivamente com a economia local, fortalecendo/incrementando iniciativas afins existentes. Nesse sentido, dentre outros fatores, propõe-se que tal política apoie empreendedores locais, sobretudo, tendo como ponto de partida sua iniciativa, criatividade, fragilidades e potencialidades. Propõe-se ainda que esta contemple o incentivo à implantação de novas empresas na

região, de baixo impacto poluidor (empresas que utilizem tecnologias menos poluentes), contando com a possível revitalização de galpões de fábricas que faliram no passado ou que deixaram o território.

No escopo de tal Programa, propõe-se incluir a consolidação da Rede de Economia Solidária do Complexo do Alemão, por meio da formação de novos grupos e do apoio consistente aqueles já existentes, contemplando atividades de capacitação e a aquisição de um espaço fixo no território, que auxilie o escoamento da produção respectiva.

Propõe-se ainda o mapeamento e avaliação da viabilidade econômica das diversas formas associativas aí existentes no sentido de contribuir com sua consolidação/ampliação, uma vez considerado pertinente, o que deverá ser realizado de forma participativa. Propõe-se, finalmente, a criação/fomento de novas formas associativas de produção e comercialização na região, como a criação de uma cooperativa visando à organização dos serviços prestados por profissionais moradores do Complexo do Alemão (nas áreas da construção civil, informática, transportes, outras).

Seguindo Spínola (2012), destaca-se, finalmente, importantes passos para que um programa ou projeto de desenvolvimento territorial alcance resultados satisfatórios. Baseado na experiência e na estratégia mais recente adotada pelo Sebrae e seus parceiros, o autor cita tais passos que, pela sua pertinência, são reproduzidos a seguir:

1) Conhecimento e informação qualificada sobre o território abrangido. Análise socioeconômica do território. Identificação das potencialidades e oportunidades econômicas internas e externas, bem como estrangulamentos e ameaças. Pesquisas quantitativas e qualitativas, a partir de bases primárias e secundárias, diagnósticos e análises.

2) Participação de uma rede de cooperação público-privada. Nessa seara uma das modificações na estratégia recente da instituição, buscando muito mais agregar valor às instâncias já delimitadas do que prover todo o processo de formação da governança, respeitando, assim, seus limites e conferindo um caráter mais pragmático à sua atuação.

3) Organização produtiva de setores prioritários e promoção de capacitação e do atendimento. Foco nos pequenos negócios como principais geradores de emprego e renda e mais importantes dinamizadores da economia local. Fomento e apoio ao empreendedorismo, facilitando o acesso a serviços de desenvolvimento empresarial (capacitação em gestão empresarial, incremento do processo produtivo, inovação, acesso a novos mercados, acesso ao crédito, incubadoras de negócios, criação de marcas próprias, melhorias de design, certificação de

produtos, adequação de embalagens etc.). Articulação de cadeias produtivas empresariais sustentáveis e competitivas, buscando a diferenciação de produtos a partir da identidade territorial. Esse é o “core business” do Sebrae e onde são focados os esforços.

4) Criação de um ambiente de negócios favorável à partir da implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Melhora do ambiente de negócios, com racionalização das obrigações burocráticas empresariais, da facilitação do registro, da legalização de negócios e da desoneração tributária.

5) Criação de uma rede de agentes de desenvolvimento. Desenvolvimento de uma rede de atores vinculados às prefeituras para atuar como “pivôs” de discussões nas políticas públicas locais, na captação de recursos e como elo entre o governo municipal e o empresariado, além de exercer papel de destaque na governança local.

6) Uso do poder de compra público e privado. Proporcionar ao empresariado local a apropriação de oportunidades, a partir das condições locais e dos potenciais econômicos. Uso de poder de compra das prefeituras, que passariam, por força legal, a comprar empreendimentos locais, conscientização da população local a comprar produtos locais, a partir de um senso de pertencimento e também de maior competitividade. Por fim, certificações e selos que confeririam maior valor agregado a esses produtos e a criação de arranjos produtivos locais de saúde, educação, infraestrutura, dentre outros.

7) Monitoramento e avaliação - Sistematização do modelo de acompanhamento, de monitoramento e de avaliação das iniciativas, definindo corpo técnico fortalecido para deter a institucionalidade e a legitimidade por parte dos participantes.

13. Criação e Impantação de uma Política de Turismo, incluindo o Turismo de Base Comunitária.

O turismo é um setor complexo, mas vital, que pela sua transversalidade, pode assumir um papel fundamental no desenvolvimento local. O Complexo do Alemão já tem demonstrado um potencial enorme nesse sentido, mas precisa, assim como demais setores, de uma política estruturante. Dessa forma, propõe-se que a mesma seja concebida de forma participativa e que este seja tratado como uma das áreas de intervenção prioritária.

Vale ressaltar nesse sentido que a sustentabilidade social e ambiental na atividade turística, o reconhecimento/valorização da identidade cultural e do histórico do território pelo

turista, a colaboração entre os setores público e privado em iniciativas dessa natureza, entre outros, são princípios sólidos que se concretizam com objetivos estruturados, que devem ser sistematizados com a finalidade de alicerçar uma política dessa natureza.

A partir de tal política, propõe-se que sejam pensados projetos específicos fortalecendo iniciativas realizadas por indivíduos, grupos, organizações locais e outras, tais como a formação de guias turísticos locais bilingues, recepção e hospedagem de turistas, instalações de quiosques nas estações do teleférico, de restaurantes com comidas típicas locais, de albergues e pousadas para turistas, organização de roteiros contando a história local etc. o que já vem sendo feito de forma fragmentado por um conjunto de atores, que devem ser apoiados/orientados.

Propõe-se ainda a construção e implantação do Programa Ecoturismo e Visitação Ecológica no Parque da Serra da Misericórdia, incluindo o aproveitamento e melhorias nas trilhas ecológicas existentes, implantação de trilhas interpretativas, arborismo, parede de escalada e outros atrativos.

Nesse contexto propõe-se finalmente desenvolver, no território do Alemão, um turismo de base comunitária, considerando o meio ambiente, a história e a cultura local como fontes de entretenimento, conhecimento e aprendizagem para turistas e visitantes, além da inserção socioeconômica da população local nas atividades afins. As palavras de Irving (2010) sustentam tal proposta, quais sejam:

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo. O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

Além disso, nesta forma de se pensar o turismo, “viajante” e “anfitrião” interagem em suas tradições, necessidades, desejos e expectativas e suas experiências são resultantes das formas de relacionamento estabelecidas durante o encontro (WADA, 2003). Turismo de base comunitária, segundo esta percepção, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido

que recebe “outsiders” curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, signifi ca encontro e oportunidade de experiência compartilhada. Para Jovchelovitch (1998) é no encontro que saberes sociais se produzem e são renovados laços de diferença e solidariedade, que envolvem o sentido de comunidade e pertencimento.

14. Apoio/Fortalecimento às Iniciativas de Comunicação Comunitária.

“Comunicação comunitária, alternativa, popular, radical, para mudança social, contra-comunicação, participativa, dialógica, horizontal são expressões muitas vezes usadas para descrever uma mesma experiência ou processos comunicacionais bem distintos. Qualificar a comunicação como comunitária é sempre um desafio, dada a complexidade e multiplicidade do conceito de comunidade e de comunicação. Inclusive, muitas vezes, no âmbito da comunicação, as noções de alternativo e popular se confundem com o conceito de comunidade – de fato e intencionalmente”. (Disponível em: <http://obscomcom.org/o-que-e-comunicacao-comunitaria/>).

A consideração acima aponta para a complexidade do fenômeno. De todo modo, a comunicação comunitária que hoje se faz no Complexo do Alemão tem sido percebida como um dos pilares fundamentais para mobilizar, organizar e realizar ações no território relacionadas com o desenvolvimento do mesmo, a qual se propõe apoiar/fortalecer.

Entre essas iniciativas destaca-se aquelas realizadas pelo Instituto Raízes em Movimento e respectivos parceiros através do Projeto Adubando Raízes Locais e do Núcleo de Comunicação Criativa do Alemão, em função do qual se realiza o Projeto Circulando - Diálogo e Comunicação na Favela, que tem articulado ações de atores locais com outros de toda a cidade, “numa tentativa de construir pontes e afastar a guetização do território”, na suas palavras.

Propõe-se ainda apoiar/fortalecer o trabalho realizado pelo Instituto de Ensino e Comunicação Comunitária, pela sua relevância. Da mesma forma, propõe-se apoiar/fortalecer o trabalho de outros grupos e organizações locais que atuam na área de comunicação comunitária, como o Foto Clube Alemão, a Rádio Mulheres etc.



SERRA DA MISERICÓRDIA

A ÚLTIMA ÁREA VERDE DA LEOPOLDINA

Os dados históricos sobre a Serra da Misericórdia remontam ao primeiro ciclo agrícola. Nos séculos XVII e XIX serviam como divisor entre as importantes freguesias rurais de Inhaúma e Irajá, que mais tarde se converteram em freguesias urbanas e finalmente em bairros da cidade do Rio de Janeiro.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento urbano-industrial adotado, gerou um incontrolável processo de migração e crescimento desordenado das cidades desde a década de 40 do século passado. O “inchaço”, o crescimento desordenado e a poluição passaram a fazer parte integrante do cotidiano dos centros urbanos.

Inserida na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, a Zona da Leopoldina, situada no Município do Rio de Janeiro, é um reflexo desta equivocada política de urbanização sem planejamento e sem participação popular, que tem como principais conseqüências a baixa qualidade de vida (inclusive ausência de saneamento básico e abastecimento d’água adequado) e a favelização das encostas; Em função desta situação de exclusão social, o tráfico de drogas, a criminalidade e a violência, associados aos níveis elevados de desemprego, especialmente nas comunidades de baixa renda, dominam quase todas as favelas cariocas.

A região abrange cerca de 43,9 km² e está localizada numa faixa de planície entre a Baía de Guanabara e parte do Maciço da Tijuca. Na Região da APARU se encontram 19 bairros e diversas favelas. Entre os principais corpos hídricos destacam-se o Canal do Cunha, formado pelos rios Jacaré e Faria -Timbó, o Canal da Penha e os dos Irajá, Nunes e Ramos. Na área situa-se a Praia de Ramos, considerada pelos órgãos públicos a “mais poluída do Brasil”.

Dados de 1991 indicam que a população da Leopoldina corresponde a 11 % do total de habitantes do Município do Rio de Janeiro, ou seja, 597.699 habitantes, composta por 47,7% de homens (285. 101) e 52,3% de mulheres (312.598). Do total dessa população, 37% estão distribuídos em 69 favelas, 23% em 35 conjuntos habitacionais populares, totalizando 60% da população em habitações populares, e 40% no que se chama asfalto (IPLANRIO, 1991).

A situação ambiental é gravíssima. Dados da FEEMA consideram esta bacia aérea a mais poluída da Cidade.

A última área verde da região da Leopoldina está deteriorada, com índices de mortes prematuras (em torno de 1000 ao ano, segundo o Banco Mundial) por doenças, pulmonares, que atingem principalmente crianças e idosos, agravadas pela poluição química e de partículas em suspensão no ar, oriundas do Parque Industrial e das Pedreiras que operam sem controle ambiental adequado, no interior da Serra da Misericórdia. Tal situação é constatada por pneumologistas, dermatologistas e neurologistas e é visível nas estatísticas dos postos de saúde que atendem à população da região. Ressalta-se, ainda, que uma das áreas da Serra da Misericórdia, a comunidade do Complexo do Alemão, tem o maior número de casos de tuberculose de todo o Município.

A Região Detém o menor índice de área verde per capita do município. Isto é associado de forma direta ao aumento da temperatura média local, configurando uma “ilha de calor”, o que contribui para o agravamento das consequências da poluição atmosférica.

A atividade de mineração destinada à construção civil provocou uma forte degradação da área, destruindo os topos de morros, eliminando nascentes e a vegetação. Foram poucas as grutas e formações rochosas marcantes da Serra da Misericórdia que resistiram à destruição. A Pedra da Penha e a Pedra Bicuda ainda resistem. A primeira por abrigar a Igreja da Penha, e a segunda por obra e graça da sociedade civil organizada.

Apesar desta intensa descaracterização ambiental, a Serra da Misericórdia ainda apresenta mosaicos vegetais regenerativos de Mata Atlântica, onde dominam espécies gramíneo-herbáceas e arbustivo-arbóreas, constituindo-se em micro-ecossistemas mantenedores de bancos genéticos, representativos da vegetação original. Os ecossistemas locais, formados por restitos da Mata Atlântica, constituem os últimos traços vegetais e refúgio de fauna da região da Leopoldina que, em conjunto com o sistema de drenagem, configuram-se em zonas armazenadoras de água.

Os mananciais existentes no entorno da Serra viraram valas de esgotos (ou valões) sem tratamento. Hoje é possível identificar apenas duas pequenas nascentes no interior da Serra da Misericórdia, ainda aproveitadas pela comunidade.

Nos últimos cinco anos surgiram no entorno da Serra da Misericórdia várias iniciativas da sociedade civil, com o objetivo de preservar o que ainda existe deste ecossistema recuperar as áreas degradadas, contribuir para a melhoria da qualidade de vida e resgatar a cidadania da população.

Juntamente com o fortalecimento desta rede cidadã, é imprescindível a ação efetiva do poder público estadual e municipal, no sentido de promover os investimentos necessários à recuperação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

O RECONHECIMENTO PELO PODER PÚBLICO DA IMPORTÂNCIA AMBIENTAL DA SERRA DA MISERICÓRDIA E A CRIAÇÃO DA APARU

A Lei Orgânica Municipal e o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro reconhecem o valor ambiental da Serra da Misericórdia, assim como sua importância como patrimônio paisagístico.

Depois de cinco longos anos de luta, promovida por organizações ambientalistas e comunitárias, como a BICUDA ECOLÓGICA, VERDEJAR, OS VERDES, CONSA e o CEPEL entre outras, finalmente a Prefeitura do Rio, através do Decreto No.19144, de

16 de Novembro de 2000, instituiu a APARU (Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana) da Serra da Misericórdia.

A legislação federal, em especial a Lei Federal No. 9985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o próprio Decreto Municipal 19.144/2000, consagram a necessidade da participação da população na gestão das áreas de valor ambiental a serem preservadas. Para isso, é imprescindível envolver nesta teia de cidadania as escolas, igrejas, associações de moradores, a comunidade científica e o movimento ambientalista local. A região tem potencial para se constituir num espaço de uso coletivo em atividades de lazer, educação, cultura e esporte. Há necessidade de se desenvolver pesquisas acadêmicas e projetos demonstrativos de educação ambiental.

Em função disso, nós das entidades civis BICUDA ECOLÓGICA, VERDEJAR, OS VERDES, CONSA e o CEPEL apresentamos ao Governo do Estado, Prefeitura do Rio de Janeiro e à sociedade em geral as seguintes propostas de cunho socioambiental, às quais estaremos engajados juntamente com outros segmentos sociais para transformar em Políticas Públicas.

Desde já alertamos que os principais problemas da Leopoldina (inclusive de saneamento básico, recuperação ambiental da Serra da Misericórdia e o controle industrial) somente serão solucionados ou minimizados com a inclusão desta região que apresenta alta densidade populacional e concentra pontos críticos de poluição na segunda etapa do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara, que se encontra atualmente em negociação pelo Governo do Estado com agentes financiadores externos.

PROPOSTAS:

1 - Nomeação imediata dos representantes da sociedade civil no Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto No. 19.510, de 23 de Janeiro de 2001;

2 - Criação do Conselho Gestor da APARU da Serra da Misericórdia, com ampla participação da sociedade civil, instituições científicas e dos moradores;

3 - Estabelecimento de parcerias e cooperação institucional com universidade e centros de pesquisa como a FIOCRUZ, UERJ, UFRJ e UFF, com prioridade para a elaboração de um “Diagnóstico Preliminar Socioambiental da área do entorno da APARU da Serra da Misericórdia”;

4 - Manutenção dos limites originais da APARU, previstos no Decreto No. 19.144/2000, e elaboração do Plano de Manejo e Uso Sustentável, com a definição das áreas apropriadas para uso comunitário, como atividades de lazer e esportes, trilhas, ciclovia e montanhismo (que hoje já é praticado na Pedra da Bicuda), assim como as áreas a serem recuperadas;

5 - Implantação de um Parque Público e área de lazer na Rua Sérgio Silva- Inhaúma, com a reconstrução do campo de futebol destruído pelos tratores dos “grileiros” em 1999;

6 - Ampliação das áreas de atuação do Projeto Mutirão Reflorestamento, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com prioridade para as Ruas Sérgio Silva e Maracá, e sua urgente implantação na Vila Cruzeiro. No reflorestamento destas áreas deve-se priorizar a contratação de mão-de-obra das comunidades locais;

7- Sinalização ecológica e cercamento da APARU, com prioridade para os trechos das Ruas Sérgio Silva e Flexal (Inhaúma), Maracá (Jardim do Carmo), e comunidades da Matinha, Mineiro e Cabloco (Complexo do Alemão);

8- Cadastramento, pela Secretaria Municipal de Habitação e Defesa Civil, das famílias de baixa renda que vivem em área de risco geológico (sujeitas à deslizamentos) como no caso da Rua Maracá (Jardim do Carmo) e das dez casas situadas no final da rua Jangada (Vila Kosmos), e em ocupações irregulares existentes no interior da APARU, promovendo o reassentamento em lugar próximo e habitável, conforme prevê a Lei Orgânica Municipal e o Plano Diretor da Cidade. Assim como embargar, imediatamente, loteamentos e construções irregulares nessas áreas, onde ocorreu “grilagem” de terras públicas, como no caso da Rua Sérgio Silva (Inhaúma);

9 -Execução de projetos demonstrativos de Educação Ambiental e Sanitária, tendo como enfoque a recuperação ambiental da Serra da Misericórdia;

10- Inclusão das micro-bacias situadas no entorno da APARU da Serra da Misericórdia no PDBG-2 (segunda etapa do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara), a ser financiado pelo BID e pelo Governo Estadual. Revitalização das nascentes presentes na serra, com reflorestamento das matas ciliares. Todos os canais e rios da região encontram-

se extremamente poluídos, causando graves problemas de saúde pública (doenças de veiculação hídrica) e contribuindo para a poluição das praias das Ilhas do Governador e do Fundão, assim como da Praia de Ramos;

11- Desativação total das Pedreiras que são exploradas na Serra da Misericórdia, poluindo demasiadamente o ar das comunidades situadas no entorno da Serra, principalmente os Bairros de Inhaúma e Engenho da Rainha, onde é possível constatar nos postos médicos da região um alto índice de alergias respiratórias. Levando-se em consideração, o fato de onerar o setor de saúde pública e a perda de horas de trabalho que tais problemas acarretam (carga de doenças), com o conseqüente prejuízo para os moradores da região e mesmo para a economia, tal atividade configura-se contraproducente;

12- Cobrança do passivo ambiental (dívida por poluição) provocado ao longo dos anos, pelas mineradoras e saibreas localizadas na Serra da Misericórdia, que contribuem decisivamente para tornar a Zona da Leopoldina a mais poluída da cidade do Rio de Janeiro devido à poluição atmosférica. Este passivo ambiental deve ser pago pelas mineradoras, conforme a legislação vigente, que determina que o agente poluidor é responsável pela degradação, sendo obrigado a reparar os danos ambientais (conforme o Art. 14 da Lei Federal 6938 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, e o Decreto Federal 99.274/90, assim como a Constituição Federal, Art. 225, parágrafos 2 e 3 estando o poluidor ainda sujeito à sanção penal e administrativa;

13- Recuperação das áreas degradadas, após o fechamento (ou desativação) das pedreiras, com amplo reflorestamento e destinação de algumas áreas de fácil acesso para serviços essenciais como escolas e unidades de saúde, bem como iniciativas de geração de renda, atividades culturais, esportivas e outras que promovam a integração da comunidade,

14- Reconquista e recuperação dos espaços públicos (praças e logradouros). Arborização de todas as ruas dos bairros que fazem parte do entorno da APARU. Execução dos projetos já existentes de praças, parques e jardins;

15- Implantação de uma Lona Cultural na Serra da Misericórdia (numa pedreira desativada ou na área de lazer da Rua Sérgio Silva). Esta Lona deverá ser administrada por um Conselho Gestor Comunitário, em conjunto com a Secretaria Municipal de Cultura;

16- Cessão do espaço público da antiga Creche Municipal da Rua Pescador Josino (Serrinha-Madureira) à comunidade, para instalação de um Centro Sócio Cultural;

17- Ampliação do Projeto Favela-Bairro nas comunidades de baixa renda, situadas na Serra da Misericórdia, trazendo infra-estrutura de abastecimento d'água, saneamento básico e drenagem;

18- Incentivo à coleta seletiva de lixo e apoio à formação de Cooperativas de catadores, como forma de gerar novos postos de trabalho, e eliminação dos vazadouros clandestinos de lixo;

19- Questionamento, inclusive através do Ministério Público, do projeto elaborado pelo Departamento de Hidrologia da COPPE/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia), contratado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e a SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas), que não dispõe de Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e se limita à dragagem de cerca de 10 milhões de m³ de todo do Canal do Cunha, o que poderá provocar o espalhamento dos metais pesados e sedimentos acumulados durante anos naquele local. Apenas a dragagem não soluciona os problemas de poluição dos rios e canais que desembocam no canal do Cunha. É preciso um amplo programa integrado de saneamento ambiental, controle das inundações e fiscalização do parque industrial;

20- Requerer uma perícia técnica independente, através do MP, com o objetivo de realizar a análise dos sedimentos e da água, visando avaliar a proposta de dragagem em grande volume do lodo do Canal do Cunha, que será oneroso aos cofres públicos e poderá provocar forte impacto ambiental para a Baía de Guanabara, podendo atingir inclusive as áreas remanescentes de manguezais;

21- Questionar a limitação técnica e ambiental do Projeto do Piscinão da Praia de Ramos, a fim de esclarecer a opinião pública que o mesmo não soluciona em definitivo os problemas de poluição da região, nem contribui para a despoluição efetiva da Baía de Guanabara: representando uma prática de “maquiagem ecológica”. Apesar de apresentar aspectos positivos como o tratamento paisagístico do local e a montagem de uma Lona Cultural;

22- Exigência junto a FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) e a SMAC (Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro) da instalação de uma rede permanente de monitoramento da qualidade do ar da região da Leopoldina, que é considerada a bacia aérea mais poluída do Rio de Janeiro;

23- Exigência, inclusive através do Ministério Público Estadual e Federal, da realização de uma Auditoria Ambiental (prevista pela Lei Estadual No 1898191) do sistema de saneamento básico de toda a região da Leopoldina, que é administrada pela CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) e apresenta baixa eficiência, reduzida cobertura, polui os rios e a Baía de Guanabara. Cobrar investimentos para a melhoria e ampliação desse sistema;

24- Exigência à CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos) de investimentos visando a ampliação do sistema de abastecimento de água da região da Leopoldina, que apresenta significativo déficit especialmente nas áreas de favelas e de populações de baixa renda;

25- Cobrança à FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) e à SMAC (Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro) de um rigoroso controle das principais empresas poluidoras da região (pedreiras, indústrias etc). Preparação de um inventário a partir das informações disponíveis;

26- Organizar e capacitar as entidades civis locais, a partir da experiência que será proporcionada no Conselho Gestor da APARU, para participarem da criação e funcionamento de um futuro Comitê de Bacia Hidrográfica, conforme prevêem as Leis Federal (9433/97) e Estadual (3239/99) sobre recursos hídricos;

Em função disso, solicitamos a análise das propostas acima relacionadas e a apresentação de um cronograma público de investimentos, visando a execução e implementação das ações e programas indicados como prioritários neste documento.

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2001.

BICUDA ECOLÓGICA;

VERDEJAR - Proteção Ambiental e Humanismo;

OS VERDES - Movimento de Ecologia Social;

CONSA - Conselho Comunitário de Saúde do Complexo do Alemão;

CEPEL - Centro de Pesquisas e Estudos da Leopoldina;

APEDEMA/RJ - Assembleia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente;

C/C Procuradoria Geral da República (PGR)

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Comissão de Defesa do Meio Ambiente da ALERJ

CREA/RJ - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Nino Bott de, PEREIRA, Wallace Fernandes, PEREIRA, Willian Alberto de Aquino. A mobilidade desejada em áreas delicadas. Estudo de caso no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro. SINERGIA Estudos e Projetos Ltda. Disponível em: <http://www.sinergiaestudos.com.br/conteudo/download.asp?cdc=149>. Acesso em janeiro de 2013.

BORBA, Helio. Complexo do Alemão terá o primeiro shopping em comunidades. Jornal do Brasil, 15 fev. 2013.

CARDOSO, Marcus. Polícia e direitos na visão dos moradores de duas favelas do Rio de Janeiro. In: Estudos de Sociologia, Unesp, Araraquara (SP), v.17, n.33, p. 491-507, 2012. CARREIRA, Denise & CARNEIRO, Suelaine. Violação dos Direitos Educativos da Comunidade do Complexo do Alemão. Plataforma DhESCA para o Brasil. Relatoria Nacional para o Direito à Educação. Rio de Janeiro, 2008.

CARVALHO, Monique. PAC das Favelas: Mudar ã© preciso! In: Observatório, Notícias & Análises. Observatório de Favelas, Rio de Janeiro, 23 de abril de 2009. Disponível em: http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatoriodefavelas/noticias/mostraNoticia.php?id_content=511. Acesso em abril de 2013.

CASTRO, Vítor Monteiro de. Circulando – diálogo e comunicação na favela: a favela em busca de cidadania. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGC-UFRJ, 2009.

CICONELLO, Alexandre, MORONI, José Antônio. Direitos Humanos, Participação e Intersetorialidade nas Políticas Públicas. Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais, CeMAIS, 2010. Disponível em: <http://www.cemais.org.br/?p=1349>. Acesso em abril de 2013.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto, SANSOLO, Davis Gruber, BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária; diversidade de olhares e experiências brasileiras. Realização: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social COPPE/UFRJ; Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em áreas prioritizadas do Ministério do Turismo. Rio de Janeiro: Editora Letra & Imagem, s.d.

INSTITUTO RAÍZES EM MOVIMENTO. Complexo do Alemão: passado e presente. In: Diagnóstico Sócio- Comunitário. FASE. Rio de Janeiro, 2011.

KANT DE LIMA, Roberto, MISSE, Michel, MIRANDA, Ana Paula Mendes de. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. In: BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 50, jan./jun. 2000.

LOURENÇO, Luiz Claudio. Há mais Coisas entre o Alemão e o asfalto do que supõe a nossa vã mídia. In: Em Debate, Belo Horizonte, v.3, n.1, janeiro de 2011.

MAGALHAES, Fernanda, VILLAROSA, Francesco di. Slum Upgrading: Lessons Learned from Brazil. New York: Inter-American Development Bank, Jun 2012. Disponível em: <http://www.citiesalliance.org/sites/citiesalliance.org/files/Slum-Upgrading-Lessons-from-Brazil.pdf>. Acesso em janeiro de 2013.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência. In: Contemporaneidade e educação, Rio de Janeiro, v. 1, 1997.

NERY, Marina, FLAESCHEN, Marcelo. O Ipea sobe o morro - Os técnicos do Ipea foram ao Complexo do Alemão para avaliar impactos de intervenções urbanísticas. In: Desafios do Desenvolvimento, IPEA, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1298:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em abril de 2013.

OLIVEIRA, Bruno Coutinho de Souza. UFF. Escola de Serviço social. Políticas públicas e participação popular na implementação do PAC Social no Complexo do Alemão, RJ. Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da UFF, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Política Social. Orientador: Prof. Dr. Andre Augusto Brandão, Niterói, maio de 2011.

PANDOLFI, Dulce, GRYNSZPAN, Mario. Favelas e poder público: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter & SILVA, Rodrigo Torquato. Da lógica do favor à lógica do pavor: um ensaio sobre a geografia da violência na cidade do Rio de Janeiro. Polis, Revista de la Universidade Bolivariana, Volumen 10, nº 28, 2011.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Complexo do Alemão. Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável. Caderno de Resultados. Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Rute Imanishi. Histórico fundiário e da urbanização do Complexo do Alemão. Rio de Janeiro: IPEA – DIRUR/DIEST, 2013. Relatório de pesquisa.

SOARES, Ozias Jasus. Identidade dos trabalhadores na confluência entre o global e o local: o caso da região do Complexo do Alemão. In: INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, Número Especial 01, 2001.

SPINOLA, André Silva. Estratégias para o desenvolvimento territorial com foco nos pequenos negócios e a abordagem recente do Sebrae. In: SEBRAE. Revista de Desenvolvimento Econômico Territorial. Brasília. outubro de 2012.





Foto: Bruno Itan

Morro do Alemão, Ramos, Rio de Janeiro - RJ, República Federativa do Brasil

Morro do Ale

Favela Joaquim de Queiro

Favela Parque Alvorada

etras



mão

Morro da Baiana

Joaquim de Queirós

Favela Itararé

Nova Brasília

Itararé

Favela Nova Brasília

GOO

Coordenação

João Paulo dos Reis Velloso

Marília Pastuk

Ana Paula Degani (assistente)

Colaboradores

Alan Brum

Mauro Amoroso

Cícero Nogueira

Gleise Cruz

Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos

Programa de Aceleração do Crescimento

Moradores e lideranças comunitárias dos

Complexos do Jacarezinho e do Alemão

Fotografia

Léo Lima (Capa e Complexo do Jacarezinho)

Bruno Itan (Complexo do Alemão)

Aldair Aguiar (Complexo do Alemão)

Evangelista Costa Barros (Complexo do Alemão)

Ana Paula Degani (Complexo do Alemão)

Design Gráfico

Marcela Escobar

Favela é Cidade

Complexo do Jacarezinho
Complexo do Alemão

FAVELA É CIDADE

ISBN 978-85-63706-03-8



9 788563 708038